

Júlia Silveira Matos
João Júlio Gomes dos Santos Jr
Marcelo França de Oliveira
Organizadores



ANAIS ELETRÔNICOS

II Seminário de História Política:

Olhares
além das **práticas**



Realização:



Apoio:



FURG



ANAIS DO II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA:
OLHARES ALÉM DAS PRÁTICAS

COMISSÃO GERAL

Júlia Silveira Matos
João Júlio Gomes dos Santos Jr
Marcelo França de Oliveira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carmem Schiavon
Derocina Campos Sosa
Francisco das Neves Alves
Luciano Aronne Abreu
Adriana Kivanski de Senna

COMISSÃO DE APOIO

Pâmela Pereira de Pinho
Bruno Paniz Botelho
Felipe R. Krüger
Fernando Marreira
Uirys Alves de Souza
Karine Lopatko
Patrícia Nunes Alves
Renata Vargas
Janaína Sbabo
Gislânia Carla Portratz Kreniski
Michele Borges Martins
Douglas Ferreira dos Santos

PROMOÇÃO

GT história política da ANPUHS
Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Júlia Silveira Matos
João Júlio Gomes dos Santos Jr
Marcelo França de Oliveira

Organizadores

ANAIS DO II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA:
OLHARES ALÉM DAS PRÁTICAS

Pluscom Editora
Rio Grande
2011

© Júlia Silveira Matos, João Júlio Gomes dos Santos Jr e Marcelo França de Oliveira –
Organizadores

2011

Capa: Marcelo França de Oliveira

Diagramação e formatação eletrônica: Marcelo França de Oliveira

Todas as informações e revisão dos textos publicados são de inteira responsabilidade dos
autores.

Catálogo na Fonte: Rosana Portugal T. de Moraes

M425s MATOS, Júlia Silveira, SANTOS JR, João Júlio dos Santos, OLIVEIRA,
Marcelo França de (Orgs).

Anais do II Seminário de História Política: olhares além das
práticas – Rio Grande: Pluscom Editora, 2011.

ISBN: 978-85-62983-23-8

v. 1

870 p.

1. história, política, pesquisa

CDU 94(81).082/.083

APRESENTAÇÃO

O grupo de trabalho – GT de História Política da Seção regional do Rio Grande do Sul da ANPUH em seu processo de consolidação enfrentou lutas e desafios e o empenho de seus membros foi e é fundamental para a continuidade de suas atividades.

Dessa forma, O II Seminário de História Política: olhares além das práticas promovido pelo GT de História Política da Anpuh/RS, com apoio da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), teve como proposta constituir um espaço de discussão sobre a formação de um habitus político no Brasil, que transcende a própria atuação do indivíduo no campo da política propriamente dita ou até mesmo possíveis vinculações legais no governo. Pretende-se perceber como esse habitus e prática do político adentrou os espaços do cotidiano das sociedades e do pensamento, de forma a exercer novas significações sobre as estruturas culturais da sociedade brasileira. No entanto, para alcançar esse objetivo é preciso olhar para, as novas abordagens da História política, suas fontes, práticas e teorias explicativas. Da mesma forma, pretendeu-se olhar a formação do pensamento intelectual político como uma fronteira entre a transformação e a permanência, pois, este ao mesmo tempo em que projeta o novo e contribuí para a metonímia do cotidiano, também se prende a determinados conjuntos estruturais do pensamento, verdadeiros arquétipos mentais e, acaba por projetar o velho. Portanto, almeja-se aqui construir um diálogo e um novo olhar sobre os campos da História política e como podem representar as re-significações do cotidiano a partir da elaboração de novas práticas, fontes e teorias de pesquisa.

Assim, após um período de desprestígio da história política, resultado direto do “descrédito em que foi lançado durante algum tempo o estudo dos fatos políticos pela afirmação de um interesse por outras dimensões da história” (RÉMOND, 1966: 44), estudos mais recentes denotam o retorno da de análises centradas no político. Todavia, esse “retorno” não ocorre nos moldes anteriores e, sim, de forma renovada, arejada e com novas dimensões.

No Brasil, o político reaparece como eixo fundamental para a compreensão

de nosso Estado, leis e suas relações com a sociedade. Associada a essa questão, o próprio distanciamento temporal estabelecido e a abertura de um expressivo número de arquivos possibilitam o aflorar de novas discussões e debates sobre pontos até então pouco elucidados e/ou trabalhados e, neste caso específico, a análise dos Estados Autoritários tem adquirido novos espaços.

Ao nos voltarmos para a história política nos deparamos com uma estrutura cultural e social que deita suas raízes no plasma que Marc Bloch chamou de tempo. Esse tempo atua como receptáculo de arquétipos do pensamento que se reelaboram a partir das realidades culturais de cada sociedade. A política é apenas uma das esferas desses arquétipos do pensamento dos povos, no entanto, ela adentra os espaços do cotidiano das sociedades e atua sobre as práticas culturais dos povos, assim como, se entrelaça com outras influências. O Brasil vive a especificidade social projetada pela dialética das trocas culturais, mas, isso não anula uma tradição política formada através da história de fundação da nação brasileira. Dessa forma, no presente Seminário de História Política: olhares além das práticas, projetamos um espaço para a pluralidade de discussões e análises possíveis da cultura política equanto campo de estudo da História, que não apenas é gestada entre os arquétipos do pensamento político, mas principalmente no habitus cotidiano dos sujeitos. Nessa perspectiva, não fechamos o debate apenas na análise das práticas políticas, mas principalmente propomos olhar as estruturas cotidianas e seus habitus culturais, dentro das mais variadas abordagens da História Política, que não apenas são redirecionados a partir do pensamento político, mas que dialeticamente influem sobre ele, projetando permanências dentro de uma conjuntura maior que é o próprio nascimento dos Estados-Nação.

A partir dessa perspectiva, o II Seminário de História política: olhares além das práticas foi dividido em duas fases, a primeira com sua realização na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, nos dias 2 e 3 de junho, com 20 horas de duração e a segunda fase na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, entre os dias 16 e 17 de junho, com 30 horas de duração.

Portanto, em seus anais serão reunidos a programação, os resumos e textos de ambas as fases do evento.

A organização

SUMÁRIO

Conferências, palestras e painéis
13

Resumos fase PUCRS
169

Comunicações Orais fase FURG
180

Resumos e pôsteres fase FURG
843

PROGRAMAÇÃO

II Seminário de História Política: olhares além das práticas

Fase PUCRS

02 DE JUNHO

9h – Abertura: Dr^a Júlia Matos (FURG)

10h – Intervalo

10h30min – Painel “ Política e Sociedade no Século XIX”

Dda. Mariana Thompson Flores (PUCRS)

Ddo. Jonas Moreira Vargas (UFRJ)

Ddo. Miguel Ângelo Silva da Costa (UNISINOS)

14h30min - Comunicações Livres

17h30min – Intervalo

18h30min – Painel “Política, Intelectuais e Autoritarismo”

Dr. Cláudio Elmir (UNISINOS)

Dr. Jurandir Malerba (PUCRS)

03 DE JUNHO

10h – Painel “Estado, Política e Repressão”

Dda. Alessandra Gasparoto (UFRGS)

Dda. Sabrina Steinke (UNB)

Ddo. Jaime Valim Mansam (PUCRS)

14h30min – Comunicações Livres

17h30min – Intervalo

18h30min – Painel “Política, Instituições e Movimentos Sociais”

Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Dr. René Ernaini Gertz (PUCRS)

Dr. Diorge Konrad (UFSM)

Fase FURG

16 DE JUNHO

10h - Credenciamento

14h - Painel de abertura “Entre a História política e as relações internacionais”

Prof. Ddo João Julio Gomes dos Santos Jr. (PUCRS) e Profa. Dra. Derocina Campos Sosa (FURG)

15h15min - Intervalo

15h30min – Conferência

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

17h30min - Painel: “O Historiador-docente entre as práticas e os saberes da história política” coordenação Profa. Bal. Gislânia Carla Portratz Kreniski (FURG)

Profa. Dra. Adriana Kivanski de Senna (FURG) e Profa. Dra. Júlia Silveira Matos (FURG)

19h - Exposição de Banners

17 DE JUNHO

9h as 12h - Apresentação das comunicações

14h - Painel “Por uma outra história política”: Coordenação profa. Dra. Júlia Matos (FURG) painelistas: Profa. Dra. Carla Brandalise (UFRGS); Prof. Dr. Luciano Aronne Abreu (PUCRS); Prof. Dr. Luis dos Passos Martins

16h15 - intervalo

16h30 min - Painel “Entre a prática e a teoria”: Coordenação profa. Dra. Carmem Schiavon (FURG)

Prof. Dr. Cássius Rocha de Oliveira (FURG); Prof. Dr. Jussemar Weiss (FURG); Profa. Bal. Gislânia Carla Portratz Kreniski (FURG); Prof. Esp. Marcelo França de Oliveira (FURG)

19h - Exposição de Banners

CONFERÊNCIAS,
PALESTRAS
E PAINÉIS

O HISTORIADOR-DOCENTE ENTRE AS PRÁTICAS E OS SABERES DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Júlia Silveira Matos¹

Adriana Kivanski de Senna²

RESUMO: No processo de formação profissional do historiador, a docência é o seu espaço (não único, mas, mais expressivo atualmente) de atuação no campo do trabalho. no presente texto, analisaremos o papel das políticas educacionais de formação continuada de professores de História na profissionalização do historiador.

Palavras-chave: políticas educacionais – formação de professores – ensino de História

ABSTRACT: *In the process of training of the historian, his teaching is the space (not one, but, more important these days) of operation in the field of work. In this text examine the role of educational policies for continuous training of teachers of history in the professionalization of the historian.*

1 Doutora em História, professora na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, julsilmatos@gmail.com

2 Doutora em História, professora na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, adrianasenna@vetorial.net

Key-words: *educational policies - teacher training - teaching history*

À guisa de introdução

Os debates sobre a profissionalização do historiador estão em voga nesse momento no qual tramita no Senado e na Câmara dos Deputados um projeto de lei que regulamenta a profissão de Historiador no Brasil. Nesse ínterim, no presente texto, analisaremos o papel das política de formação continuada de professores de História na profissionalização do historiador, considerando que a docência é o seu espaço privilegiado de atuação no campo de trabalho.

No processo de formação profissional do historiador, a docência é o seu espaço (não único, mas, mais expressivo atualmente) de atuação no campo do trabalho. Sobre a inserção no campo de trabalho, discorreu René Remond, “... a profissão, para os historiadores, é geralmente o ensino: na nossa sociedade, raros, são os historiadores que não sejam professores (1987:312). Esse panorama da sociedade francesa não se difere da realidade brasileira, pois, de acordo com Selva Guimarães Fonseca, “o campo de trabalho para os historiadores é o ensino, a profissão é o magistério (...)” (2003:86). As Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em História, expresso no Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, aponta que as IES através de formação continuada deve oferecer aos profissionais da História “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc” (<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>, acesso 31/05/2011, as 12:22). Entre as

áreas de atuações dos profissionais com formação em História pode-se observar que o magistério em todos os níveis é o primeiro a ser apontado. Fonseca 2003), critica esse parecer, pois, para ela, nele está contido o silenciamento sobre a formação do historiador enquanto professor e estabelece um antagonismo entre a formação para a pesquisa e para a docência, como se ambas pudessem ser separadas. O professor somente terá habilidades para atuar no campo da magistério em todos os níveis, como estabelece o parecer, se em sua formação os conhecimentos em pesquisa e docência forem trabalhados em sua relação dialética.

A docência e a história quando propostas enquanto saberes imbricados promovem a formação do profissional que chamaremos aqui de historiador-docente, o qual não é apenas um historiador que ministra aulas de história, mas, é o pesquisador que de forma engajada com a intervenção no campo social e histórico de seu tempo, transforma os resultados de seu fazer histórico em conhecimento ensinável, transmissível e aplicável para a sociedade. O historiador-docente é aquele que consegue em sua prática profissional aliar seus conhecimentos históricos, resultantes de suas pesquisas, à docência em história, com vistas a propiciar aos seus educandos um ambiente formativo voltado ao desenvolvimento de habilidades de análise, reflexão e crítica. Dessa forma, em concordância com Fonseca, o que se busca é “a superação da dicotomia forma/conteúdo, uma vez que não é possível conceber uma metodologia de ensino deslocada da produção do conhecimento específico. Logo, o objetivo é a compreensão da totalidade do ato de conhecer” (2003:76). Essa totalidade do conhecimento é o próprio efeito da análise, da constituição de habilidades para a crítica do presente em relação ao passado. É um olhar que alcança a associação entre os conteúdos e os saberes práticos da vida cotidiana, que consegue

transformar saberes históricos em conhecimentos aplicáveis para as relações com o trabalho e a sociedade.

Nessa direção, entende-se que o saber histórico é a matéria prima do historiador-docente para a constituição de uma educação para a diversidade, seja ela, religiosa, econômica, de gênero ou étnica, pois, de acordo com Marc Ferro, “não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para toda a vida” (1983:11). Um ensino de História que vise o desenvolvimento de uma consciência para a vida em sociedade, problematizadora e engajada com as realidades do presente, depende das formas como esses conhecimentos históricos serão trabalhados em sala de aula. Ao encontro dessa afirmação, segundo Jaime Pinsky e Carla Bassanzi Pinsky, “queiram ou não, é impossível negar a importância, sempre atual, do ensino de História. (...) A História é referência. É preciso, portanto, que seja bem ensinada” (2010:19). Nessa citação, os autores chamam a atenção de que o conhecimento histórico não se faz por ele mesmo, não é a disciplina de História que contribui para a formação do sujeito pensante, mas o professor de História que apresenta, reelabora e propõe os saberes Históricos de forma que estes instrumentalizem seus alunos na arte de pensar.

Ainda segundo Ferro (1983), é preciso se levar em conta que o conhecimento do passado não é apreendido de forma uníssona por todos, para cada sujeito ele promoverá múltiplas significações e se transformará no mesmo ritmo das mudanças vivenciadas pela sociedade. Nesse sentido, conforme discorreu George Snyders (1995), o professor é o responsável pelo fornecimento de uma espécie de matéria prima, nesse caso o conhecimento histórico, para o desenvolvimento de habilidades

para o raciocínio, da crítica e da reflexão e mais importante que isso, o docente ensina ao educando que existe a possibilidade concreta de se raciocinar. Ainda nessa linha, afirmou Jean Vogler que, a História enquanto disciplina tinha, no passado, como objetivo a construção de uma memória social. No entanto, essa capacidade de influência e contribuição para a formação das memórias coletivas da disciplina de História não ficou no passado. Para o autor, “a escola e, mais precisamente, o ensino de História têm um papel importante neste domínio. Toda a questão está em saber qual a memória social deve-se desenvolver hoje” (VOGLER, 1999: 6). O papel formativo dos saberes históricos, conforme apontado por Vogler, devem ser trabalhados de forma consciente pelo historiador-docente, ou seja, esse deve projetar os temas e valores que poderão ser apreendidos dos conhecimentos históricos ensinados.

O professor de História é o profissional que possui os saberes para propiciar aos educandos condições, ou mesmo um espaço de reflexão, que o possibilite adquirir as ferramentas necessárias para o trabalho. De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt,

O saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (2010:67).

A disciplina de História não é informativa, como vulgarmente se pensa, mas formativa, ela é responsável, diante da prática do historiador-docente, de ensinar aos educandos a relação entre o passado e presente, a refletir sobre os problemas vivenciados em seu tempo e principalmente

a criar novas problemáticas de reflexão que os possibilitem intervir no campo social, transformando, como discorreu nossa autora na citação acima, temas da história e do cotidiano em problemáticas a serem pensadas. Portanto, ainda segundo Schmidt,

Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal (2010:57).

Constituir condições para a emancipação do aluno de forma que esse possa se perceber como um sujeito histórico, conforme discorreu Schmidt, é o próprio ato de oferecer instrumentos de empoderamento aos educandos. Esse se configura como uma ação coletiva desenvolvida entre o historiador-docente e sua turma de alunos, que transformam a sala de aula em um espaço privilegiado de decisões, de reflexão e de consciência social dos seus direitos como cidadãos. De acordo com Paulo Freyre (1992), essa consciência promovida pelo ato e ação de empoderamento do sujeito, transcende a simples tomada individual de iniciativa, resolução e superação de situações reais e pontuais de suas vidas e os possibilita compreender as complexas teias das relações sociais próprias de cada contexto econômico e político, de forma a instrumentaliza-los a um olhar mais abrangente dos processos históricos no qual se insere. Nessa direção, de acordo com Schmidt, “A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento” (2010:57). É o espaço do público, do coletivo, mas

também do fazer-se individual, como afirma a autora. No entanto, sabemos que esse é um processo de depende da emancipação e empoderamento do próprio professor de História. Isso porque conforme afirmou Olavo Pereira Soares, “Para ensinar, são necessárias determinadas habilidades, métodos, procedimentos de trabalho que possibilitem ao professor uma docência que resulte na compreensão e incorporação do aprendizado da História pelos seus alunos” (2008:11). Entretanto, para o desenvolvimento dessas habilidades, elencadas pelo autor, o professor de História precisa compreender que deve ser mais do que um simples eco das produções de outrem, e seguir para o seu próprio entendimento como produtor e participe do conhecimento histórico. Afinal, para Schmidt, na sala de aula, diariamente o historiador-docente, ciente de seu papel como sujeito histórico, trava “um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa” (2010:57).

A partir dessa reflexão podemos nos questionar: mas, como é possível o professor de história constituir, em sua prática docente, espaços de emancipação dos sujeitos através do ensino pela pesquisa e da pesquisa pelo ensino, se ele mesmo não possui as habilidades para tal? As competências docentes necessárias para a constituição de um ensino para a pesquisa dependem não apenas das vivências de ensino-aprendizagem dos professores - tema proposto em nossa área de concentração - de sua experiência profissional tanto em sala de aula, quanto em pesquisa, mas, principalmente, de uma formação que não o restrinja a conhecimentos específicos e sim, o lance em debates mais amplos das áreas das Ciências Humanas. O historiador-docente deve encontrar na formação continuada o espaço do que podemos chamar de “arejamento” ou seja, de ventilação, renovação, reflexão e análise

de suas próprias vivências de ensino-aprendizagem de História, se teletransportando do estigma de “eco da historiografia vigente” para o campo de produtor do conhecimento. A formação do professor de História não encontra seu fim na graduação, pelo contrário, segundo Soares, “Ensinar implica aprender os princípios e conteúdos de sua disciplina, aprender sobre as aprendizagens dos alunos e sobre as possibilidades de estas aprendizagens serem ou não significativas” (2008:12). Os conhecimentos históricos estão em constante atualização e revisão, por isso, como apontou Soares, o ensino de História depende do constante aprimoramento do professor.

A formação continuada de professores de História tão essencial para seu empoderamento e habilitação para um ensino-pesquisa – tema de nossa primeira linha de pesquisa e centro de nossa área de concentração -, ainda está distante da realidade de muitos docentes de História, conforme afirma Schmidt,

Formado, o professor de História, como tantos outros, envolve-se em encargos familiares, com a luta pela sobrevivência e quase sempre não dispõe de tempo e nem de dinheiro para investir em sua qualificação profissional. Seu cotidiano é preenchido com múltiplas tarefas; seu tempo de viver é fragmentado, dilacerado pelas preocupações muitas vezes contraditórias entre sua profissão, família e progresso cultural (2010:55).

Esse dilaceramento promovido pelo dia-a-dia da profissão de professor afasta, como bem discorreu a autora, o historiador-docente dos espaços acadêmicos, de sua promoção cultural e até conhecimentos de novos métodos, teorias e experiências de ensino-aprendizagem apresentadas em pesquisas recentes. Quanto mais atua, mas distante fica das novas abordagens e diálogos sobre os saberes históricos. Dentro

desse contexto, conforme afirma Kátia Maria Abud,

O livro didático é quase que o único material de apoio que o professor encontra à sua disposição e, por isso, apóia nele a parte central do seu trabalho – planeja as aulas seguindo a disposição dos conteúdos, utiliza os textos em sala de aula, monta com eles um material próprio e deles retira questões de avaliação. A ausência de projetos de formação continuada, de reuniões de professores, de discussões sobre seu trabalho acentua a dependência do manual (ABUD, 2007:115).

O historiador-docente distanciado dos espaços de reflexão muitas vezes vê sua prática esvaziada de outros suportes de reflexão e fica dependente de seus manuais didáticos. Aqui não criticamos a utilização do livro-didático em sala de aula, muito pelo contrário, o que criticamos é a dependência, a simplificação e o condicionamento do ensino de história, resultantes do dilaceramento do historiador-docente. Não podemos separar os conhecimentos históricos considerados acadêmicos daqueles ensinados na escola. De acordo com Allieu (1995), separar a análise da disciplina de história ensinada no espaço escolar formal dos debates acadêmicos é:

.. artificial e mutilante. Artificial porque suas gêneses se entrecruzam. A segunda metade do século XIX viu nascer uma disciplina que se constitui ao mesmo tempo em ciência e como objeto ensinável e, também, objeto a ensinar ... Mutilante porque História de referência e História escolar fazem parte de um sistema produzido pelos homens de uma mesma época. Dissociá-los nos parece esvaziar a

História de sentido (N.T. ALLIEU, 1995:124-125).³

Portanto, conforme a reflexão do autor, a indissociação entre os conhecimentos históricos acadêmicos e os escolares é um importante instrumento para o repensar a História enquanto disciplina escolar. Essa tarefa se projeta em, conforme afirmou Elza Nadai e Circe Bittencourt, uma parada, ou seja, um tempo para a reflexão sobre pontos estruturantes do conhecimento histórico que transcendem os conteúdos, suas metodologias de ensino e teorias. De acordo com as autoras “Trata-se de refletir sobre o sentido político e social da disciplina histórica” (NADAI & BITTENCOURT, 2011:94). No entanto, para essa reflexão é importante que sejam oferecidas ao historiador-docente condições e espaço de estudo e aprimoramento de seus conhecimentos. Afinal, conforme afirmaram Pinsky e Bassanezi Pinsky, “mais do que o livro, o professor precisa ter conteúdo. Cultura. (...) Sem estudar e saber a matéria não pode haver ensino” (2010:22). A formação continuada de professores, fundamentalmente através do da inserção e ingresso dos docentes de História atuantes no ensino fundamental e médio em Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, não apenas contribui para que o professor conheça melhor as bases e conceitos dos saberes históricos, mas, principalmente para sua revalorização enquanto profissional. Os quais são responsáveis socialmente perante os alunos, de acordo com Pinsky e Bassanezi Pinsky, “... preocupando-se em ajuda-los a compreender e – esperamos – a melhorar o mundo em que vivem” (2010:22). Mais

3 “... artificielle et mutilante. Artificielle parce que leurs origines sont intimement liés. La seconde moitié du XIXe siècle a vu la naissance d’une discipline qui est à la fois un objet de la science et propices à l’apprentissage, et également l’objet d’enseigner ... Histoire mutiler parce que la référence et enseignement de l’histoire font partie d’un système produit par les hommes de la même époque. Dissocier eux semble idée claire de l’histoire” (ALLIEU, 1995:124-125).

do que nunca, é de fundamental importância a a formação continuada de professores, pois, não adianta pensar em um ensino de qualidade se, ainda podem ser encontrados, muitas vezes, nas salas de aula, de acordo com Pinsky e Bassanezi Pinsky, professores mal preparados e desmotivados, que não conseguem ministrar boas aulas, “ ... ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre os seus alunos” (2010:22).

Diante dessa reflexão e a partir do comprometimento com a superação da realidade que tem estabelecido distanciamentos entre os historiadores-docentes e os Programas de Pós-graduação Stricto Sensu, através da articulação do processo de ensino e aprendizagem com as exigências de qualificação do corpo docente, decorrentes das transformações da sociedade, dos conhecimentos históricos e dos avanços das novas linguagens das tecnologias da informação, propomos a reflexão sobre propostas de formação continuadas centradas no desenvolvimento de competências em conteúdos da História, da pesquisa e das vivências de ensino-aprendizagem necessárias ao exercício da função do historiador-docente.

Portanto, a formação continuada de professores de História, deve visar o desenvolvimento de habilidades e competências para a construção de reflexões sobre a cidadania, a profissionalização e a responsabilidade social, assim como, o aprimoramento de uma cognição histórica. Esse texto nasceu da percepção que o ensino de História vem sofrendo nas últimas décadas uma crise de esgotamento. O mais comum entre alunos da educação básica é ouvir que os mesmos não gostam de história. Mas, por que isso ocorre? A resposta é simples, por falta de sentido. Significar o ensino é a essência do processo de ensino e aprendizagem, entretanto,

o desafio é fazer isso. Superar os obstáculos do ensino de História propostos pelo cotidiano escolar é uma tarefa difícil quando o aluno não percebe a significação do que estuda e principalmente não se vê como agente desse processo histórico. O desafio do professor é:

... mostrar que, graças à cultura que nós, membros da espécie humana, produzimos, temos tido talento para nos vestir mais adequadamente que os ursos, construir casas melhores que o joão de barro, combater com mais eficiência que o tigre, embora cada um de nós, seres humanos, tenha vindo ao mundo desprovido de pelos espessos, bicos diligentes ou garras poderosas (PINSKY & BASSANEZI PINSKY, 2010:21).

A partir de um ensino de História engajado com a construção de um conhecimento para a vida prática, como proposto no citado, o discente seria capaz de se compreender enquanto sujeito histórico, interventor e transformador das realidades contextuais de seu tempo.

Dessa forma, na mesma direção apontada por Marta Gouveia de Oliveira Rouvai (1995); Antônio Simplicio de Almeida Neto (2002) e Maria Rocha Rodrigues (2003), não se pode explicar o fracasso escolar com críticas à competência docente. Para esses autores, em contraposição a uma tendência explicativa simplista, deve-se perceber que não existe fracasso escolar, mas alunos e professores que vivenciam a situação de fracasso escolar. Neste sentido, concordamos com Charlot quando propõe que a única forma de superação do fracasso escolar é o desenvolvimento de “uma relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros. É relação com o mundo como conjunto de significados, mas, também, como espaço de atividades, e se inscreve no tempo” (2000, p.78). Essa relação do sujeito com o mundo e com ele mesmo é o seu empoderamento, o seu desenvolvimento de habilidades

que o possibilitem ao pleno exercício da cidadania. Portanto, a situação de falência de uma educação histórica voltada ao desenvolvimento pleno da cidadania, segundo Izabel Barca, não possui uma solução infalível. No entanto, é sabido que é preciso fazer um profundo investimento em ações que visem o aprimoramento da formação docente. Para Barca,

Alguns modelos e versões da História são mais atualizados do que outros, alguns temas e escalas de abordagem adquirem mais relevância para responder a problemas da sociedade de hoje do que outros. A adoção de um modelo de História narrativa-explicativa, que integre uma análise fundamentada de perspectivas diversas, que não esqueça a escala local e global, parece ser mais consentânea com os debates sobre a ciência histórica e com as exigências de desenvolvimento, no respeito por várias identidades (BARCA, 2007:6).

Na visão da autora, é necessário investimento em uma proposta de formação de professores de História que adote um modelo de História narrativa-explicativa, ou seja, que através da aplicação de pesquisa no ensino se valorize os conhecimentos históricos tanto globais, quanto locais, de forma a contribuir para o desenvolvimento da cidadania em respeito a diversidade identitária.

Dessa forma, constituir um ensino de história que privilegie a pesquisa, o pensamento reflexivo e crítico, objetivos perseguidos pelos historiadores-docentes, é um processo que deve aliar teoria e prática, constituindo o que podemos conceituar como uma práxis docente. Mas, essa práxis, deve, ser voltada à formação do sujeito pensante livre e não centrada conforme discorreu Michel Foucault (1989), em um profundo investimento de adestramento do sujeito para sua inserção no campo social.

Esse tipo de visão pode parecer voltado estritamente para a

linha de formação de professores excluindo a formação profissional do historiador, no entanto, sabemos que no Brasil, a profissionalização do historiador passa há muitas décadas primeiro pela docência, como já referido, pois, a inserção do profissional da História em outras atividades, como centros de referência em Pesquisa, orientações voltadas a questões patrimoniais e outros campos, ainda é insipiente. A grande maioria dos egressos dos cursos de História, sejam licenciados ou bacharéis, seguirão a carreira docente, seja em nível fundamental e médio ou superior. Nessa perspectiva discorrer sobre o ofício do historiador sem perpassar profundamente por uma reflexão sobre sua atuação na docência é ignorar seu maior campo de atuação.

Referencial bibliográfico:

ABUD, Kátia Maria. A História nossa de cada dia: o saber escolar e o saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 107-117.

AISENBERG, Beatriz. Para qué y cómo trabajar en el aula con los conocimientos previos de los alumnos: un aporte de la psicología genética a la didáctica de estudios sociales para la escuela primaria. In: AISENBERG, B. (org.) **Didáctica de las ciencias sociales**. Aportes y reflexiones. Buenos Aires: Paidós, 1994, p.137-162.

ALLIEU, N. De l'Histoire des chercheurs à l'Histoire scolaire. In: DEVELAY, M. **Savoirs scolaires et didactique des disciplines: une encyclopédie pour aujourd'hui**. Paris: ESF Editeur, 1995.

ASHBY, Rosalyn. Conceito de evidência histórica: exigências

curriculares e concepções de alunos. In. BARCA, I. (org.) **Educação histórica e museus**. Braga: Uminho, 2003, p.37-57.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: Uma nova área de investigação. In. ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005, p.15-25.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projecto à avaliação. In. BARCA, I. (org.) **Para uma educação histórica com qualidade**. Braga: Uminho, 2004, p.131-144.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Tempo e Memória: o que se ensina na escola? In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A memória e o ensino de história**. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000, pp. 39-51.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In. CHARLOT, B. (org.). Os jovens e o saber. Porto Alegre: Artmed, 2001, p.11-31.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

EDWARDS, Verônica. Las formas del conocimiento em el aula. In. ROCWELL, Elsie (coord.). **La escuela cotidiana**. México. Fondo de Cultura Econômica, 1995, p.145-172.

FABREGAT, Clemente Herrero. **La formación Del profesorado em ciências sociales**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2005.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: PAZ e TERRA, 1992.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de história e seu currículo: teoria e método**. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 2009.

JANINE RIBEIRO, Renato. Ainda sobre o mestrado profissional. **RBPG**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 313-315, dez. 2006.

JANINE RIBEIRO, Renato. O mestrado profissional na política atual da Capes. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. Seção Debates. Disponível em: http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/Debates_Artigo_1_n4.pdf. Acesso em: 20 dez. 2006, as 13:45.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NADAI, Elza & BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 93-120.

NETO, Antônio Simplício de Almeida. Dimensões utópicas nas representações sobre o ensino de história: memórias de professores. **Tese de doutorado**: FEUSP, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 17-36.

PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POSSAMAI, Zita Rosane. Museu e arquivo: laboratórios de aprendizagem e descobertas. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A memória e o ensino de história**. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000, pp. 98-106.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Gabriela & PADRÓS, Enrique Serra. História Imediata e pensamento único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A memória e o ensino de história**. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000, pp. 123-139.

RODRIGUES, Maria Rocha. Os usos do conhecimento histórico na compreensão da realidade. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: FEUSP, 2003.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Os meios de comunicação de massa nas aulas de história. IN **Revista comunicação e educação**. São Paulo: USP/Moderna, 1995, p. 81-87.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 54-66.

SILVA, Marcos A. da. Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural – contra o horror pedagógico. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A memória e o ensino de história**. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

SOARES, Olavo Pereira. **A atividade de ensino de história**: processo de formação de professores e alunos. Araraquara, SP: Junqueira & Marin editores, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; OYARZABAL, Graziela Macuglia; ORTH, Miguel Alfredo; GUTIERREZ, Suzana de Souza. **A formação do educador como pesquisador no Mercosul/Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

VOGLER, Jean. **Pourquoi enseigner l’histoire à l’école?** Paris: Hachette, 1999.

OSVALDO ARANHA E A DEFESA DO PAN-AMERICANISMO

Derocina Alves Campos Sosa¹

RESUMO: Analisaremos no texto a seguir a caminhada política de Osvaldo Aranha na vida pública, tecendo algumas considerações a respeito de certo acontecimentos da História Política do Brasil, os fatos marcantes como a Revolução de 1930, o Estado Novo e a reabertura democrática, chamando a atenção para a influência exercida por Aranha em momentos importantes desse período, além de sua defesa à política pan-americana.

Considerações Iniciais

A História Política do Brasil Contemporâneo oferece exemplos significativos de pessoas que se sobressaíram com suas idéias e , essas acabaram influenciando gerações inteiras. Particularmente o período que se estendeu de 1930 a 1984 foi palco de significativas mudanças em que a população pode conviver com períodos relativamente curtos de Democracia- 1930-1937;1945-1964 entrecortados por períodos de

1 Professora do ICHI da FURG. Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUCRS derocinacampos@hotmail.com

autoritarismo extremo -1937-1945 e Ditadura Militar 1964-1984.

Nesse espaço de tempo o Brasil mudou as suas feições econômicas, o projeto da industrialização passou a ser definitivamente assumido pelo Estado, gerando uma modificação substancial na composição da sociedade. A urbanização foi acelerada ocasionando, o fluxo intenso de ondas migratórias que provocaram o inchaço das cidades e a formação em torno delas dos chamados cinturões de miséria. Contribuindo com esse cenário pró-industrialização, os governos desse período passaram a ser constantemente assediados pelo capital internacional que acabou aportando aqui com suas multinacionais. Essas transformações se refletiram também sobre as elites que passaram a adotar hábitos e padrões de comportamento exógenos, notadamente dos Estados Unidos. Reflexo dessas influências foram vistos principalmente no cinema norte-americano que exportou para muitos países- entre eles o Brasil- esses mesmos hábitos. As elites *cultas* impunham à sociedade brasileira esses padrões. No século XIX, o Brasil copiou os hábitos e costumes franceses e ingleses. No século XX, a tônica foi a importação dos padrões comportamentais estadunidenses que por aqui aportaram sobre vultosas somas de dólares.

Quando nos reportamos às elites nacionais, estamos destacando grupos que por seu poder político-econômico assumiram posições cruciais na sua vida pública e essas decisões foram profundamente marcantes para o desenrolar dos acontecimentos históricos. Longe de fazer apologias biográficas, no entanto, não podemos desconsiderar que as posições políticas que ocupam certos personagens e as idéias que tem, quando as colocam em prática repercutem na direção da política tanto interna quanto externa. Dentre essas personagens que influenciaram a vida política do Brasil no período em tela estão Getúlio Vargas, Flores

da Cunha, Osvaldo Aranha, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Luiz Carlos Prestes, entre tantos outros. Independente da posição que tomaram, esses atores ocuparam o cenário político brasileiro de forma intensa e agiram guiados por idealismo, pragmatismo, ou ambos.

Osvaldo Aranha, um desses personagens, marcou a História Política do Brasil, assumiu posições de alinhamento ao governo tanto estadual quanto federal como posições de confronto como no episódio da Revolta Assissista de 1923 e na Revolução de 1930. Nesses dois episódios, Osvaldo Aranha empunhou armas para defender seus ideais.

1- Osvaldo Aranha e a Revolução de 1930

Osvaldo Aranha nascido em 15/2/1894 no município de Alegrete, provinha de uma família de estancieiros. Percorreu uma trajetória política ainda no RS que o colocou diretamente envolvido com as zonas de fronteira entre elas, Itaqui e Uruguaina como advogado, defensor do Partido Republicano e intendente. Assumiu a defesa do Partido Republicano (PRR) fielmente, participando ativamente de combates contra os Libertadores de Assis Brasil. No entanto a presença mais marcante de Osvaldo Aranha nessa época, foi a preparação da Revolução de 1930. Nenhum político dentre os revoltosos foi mais atuante do que ele. Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas às eleições de 1930. e conduziu pessoalmente a formação da Frente Única Gaúcha que congregou as forças oposicionistas do estado em momento precedente.

No episódio revolucionário de 1930, Aranha agiu como um verdadeiro maestro que regia com extrema perspicácia o desenrolar dos

acontecimentos. Diante de um Getúlio Vargas titubeante, contrapunha-se um Osvaldo Aranha convicto de que o Brasil deveria sepultar definitivamente a *ordem* estabelecida durante a República Velha, marcada pelas fraudes eleitorais, e as arbitrariedades dos governos federais. Acreditava na depuração do regime, lutou para isso. Empurrou Vargas para a tomada de decisão, não somente para fazer campanha eleitoral, quanto a assumir posição de comando no momento e que o movimento estourou. Em documento a Getúlio Vargas datada de 13/9/1930, dois meses antes do início do movimento, Aranha chama a atenção para a necessidade de radicalização contra o poder instituído. Assim se manifesta:

Nada se pode esperar das leis, que não são praticadas, nem dos homens que são os seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força. A desordem material é a resultante de uma maior anarquia moral. Não havendo ordem, é impossível o progresso. As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas, tornam-se inúteis e quiméricas. A continuidade, lei básica da vida política dos povos, faz-se em sentido inverso, violentada pelos abusos do poder. A evolução não é possível, como processo civilizador. Resta apenas, como recurso extremo, dominar esse arbítrio e vencer essa força. A este estado revolucionário de fato, criado pelo poder, devem as forças vivas da Nação opor a força ordenadora das massas populares, conjugadas com as suas elites. Esta é a situação real do país (Arquivo Osvaldo Aranha código AO 30.9.13/1)

Mais adiante na mesma carta, Osvaldo Aranha é mais enfático na defesa do expediente da luta armada. Segundo ele:

Não há duas situações para uma só realidade, como não há duas soluções verdadeiras para uma mesma hipótese. Assim, ou concordamos com a situação da anarquia moral e de miséria material, que dominam a República, ou, animados de espírito de sacrifício, de altruísmo cívico, dentro da nossa missão social resolvemos procurar os meios de corrigir essa situação. A primeira hipótese não constitui uma solução digna da nossa educação política, dos nobre exemplos dos nossos maiores, nem dos compromissos tácitos e expressos assumidos com a República: seria a rendição definitiva dos bons aos maus, a rejeição de todas as possibilidades e esperanças de melhores dias para a República Brasileira. A segunda importando em graves conseqüências, ainda que adotada em consciência e individualmente por todos os homens dignos, constituindo mesmo um imperativo cívico para todos os brasileiros, só poderia ser adotada pela comunhão se esta incorporasse forças e possibilidades capazes de vencerem aquela sobre a qual ilegalmente assenta o atual regime (idem)

Oswaldo Aranha participou do movimento eleitoral. Quando o resultado da eleição apontou para a vitória do candidato do governo, Júlio Prestes, Aranha instigou os elementos da Aliança Liberal à luta armada. Conferenciou com líderes tenentistas entre eles Luiz Carlos Prestes, com vistas a organização do movimento armado, inclusive com o oferecimento de armas que seriam utilizadas no levante. Quando Getúlio e Borges resolveram, diante do resultado da eleição, aceitar o resultado dessa, temendo que o RS pudesse sofrer represálias, por assumir atitude de oposição, Aranha se retirou estrategicamente do primeiro plano da

cena política, no entanto, no dia exato que era homenageado em um banquete em Porto Alegre, chegou a notícia da morte de João Pessoa, candidato a vice presidente na chapa da Aliança Liberal. Daí em diante o movimento ganhou forças, e a revolução explodiu. A consequência direta foi a tomada do poder por Getúlio Vargas que inaugurou uma era significativa na História do Brasil. Logo que chegou ao poder, Getúlio distribuiu cargos aos antigos aliados entre eles, Osvaldo Aranha que manteve atitude de fidelidade ao presidente. Mesmo nos momentos em que discordasse do governo instituído, como nos dois anos do governo Provisório de Vargas (1930-1932) e que provocou os paulistas a conjugarem forças em torno do levante de 1932, ou do Golpe de 1937 que instaurou o Estado Novo; Aranha, convencido da necessidade de defender os ideais da Revolução de 1930 acabou permanecendo ao lado do governo. Analisando essa dicotomia entre as idéias e as ações que marcam os homens e seu tempo, Flores, chama a atenção para as posições de Aranha, político cuja retórica foi marcante. Para ele:

A herança do autoritarismo ainda é muito forte no Brasil e Osvaldo Aranha, criado nesse maio, filho de chefe político, não provocou rupturas, e seus gestos de continuidade num partido fanático, cartorial e elitista mostrou que a mentalidade autoritária predominava sobre a doutrina democrática(...) o surgimento da dicotomia entre a esquerda e a direita, com o tenentismo em busca de espaço político, contra as antigas oligarquias, defendendo o voto secreto e democrático, mas com um programa ambíguo, também, não desviou a trajetória política de aranha, que continuou fiel ao Partido republicano, pegando em armas contra os revolucionários. (Flores, 1996:30)

Mesmo contrário à manutenção do governo provisório, Osvaldo Aranha que no período ocupou as pastas da Justiça e da Fazenda, ficou ao lado de Getúlio contra os paulistas.

2- Osvaldo Aranha e a trajetória política internacional

A atuação política de Osvaldo Aranha no cenário internacional marcou definitivamente a sua caminhada. Foi, em 1934, nomeado por Getúlio Vargas, embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Notícias de época e análises posteriores dão conta da representatividade de Aranha no cenário político. Era inclusive tido como o candidato natural às eleições de 1934, por isso, segundo alguns autores, teria Vargas o afastado do Brasil nomeando-o embaixador. Questionamentos à parte, o fato é que Aranha como embaixador e posteriormente presidindo a Assembleia da ONU, teve participação destacada. Assinou o tratado comercial com os EUA em 1935. Como delegado à Conferência de Paz em 1936 em Buenos Aires influenciou na solução do conflito do Chaco entre Paraguai e Bolívia. Em agosto de 1937 intermediou o arrendamento de seis contratorpedeiros norte-americanos, sofrendo com isso forte pressão da Argentina.

Quando Vargas instituiu o Estado Novo (1937-1945), Osvaldo Aranha pediu exoneração do cargo de embaixador. Essa atitude devia-se à incoerência em continuar à frente de um cargo em um país contrário ao regime que Vargas acabava de adotar no Brasil. Entretanto, convencido

pelo presidente, aceitou a nomeação para assumir a pasta de Ministro das Relações Exteriores. Mesmo participando de um governo com fortes tons fascistas, Aranha continua adotando postura de alinhamento com os Estados Unidos até o momento em que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo em 1942. Dentre os seus escritos, destacamos um trecho extraído da Conferência Comemorativa do jubileu da república, traçando o histórico de nossas relações de fronteira e da orientação da diplomacia brasileira desde o *Uti possidetis* para a fixação de nossos limites fronteiriços. O texto foi publicado pela imprensa Nacional com o título de *Fronteiras e Limites* no ano de 1940 e, nele Aranha tece as seguintes considerações:

A era colonial foi a era de limites. A noção de limites é universal. Temos limites em tudo e para tudo. Não há idéia ou ato que não implique a consideração de limite (...) a noção de limite é em si mesma artificial, é uma convenção, uma criação da humanidade. Eis porque, quanto mais civilizados e cultos nos tornamos, mais vamos adquirindo a noção certa do limite. Eis porque a lei é uma regra de limite: é a vida limitada pelos direitos do próximo, o que é verdadeiro para o indivíduo é verdadeiro para os povos(Osvaldo Aranha, *Fronteiras e Limites*, a política do Brasil. Rio de Janeiro, imprensa Nacional,1940),

Esse texto, aqui extraído apenas um fragmento, bastante denso em informações tece um histórico da delimitação das fronteiras do Brasil, justificando de forma apaixonada e fundamentada juridicamente o *Uti possidetis* .

Retornando à questão das defesas explícitas de Osvaldo

Aranha em favor dos estados Unidos e, por conseguinte da política pan-americanista, é importante que façamos uma brevíssima análise das posições varguistas durante o Estado Novo. Vargas ao impor através de golpe com apoio dos militares, o autoritarismo do Estado Novo, estabelece uma política de aproximação com a Alemanha. Essa aproximação rendeu apoio por parte de alguns e oposição por parte de outros. Como o regime imposto ao Brasil aproximava-se muito do Nazi-fascismo, Vargas teve que responder interna e externamente por sua opção. A Segunda Guerra Mundial foi então, decisiva para o alinhamento do Brasil com os países aliados, notadamente os EUA. Segundo Lopes:

No começo da guerra, as vitórias alemãs incentivaram o grupo fascista interno a se manifestar simpaticamente em relação ao Eixo e o próprio Vargas sentiu-se bastante respaldado para fazer um discurso discretamente favorável ao nazismo, quando das comemorações da Batalha do Riachuelo, em 1940, se bem que tal discurso não fosse tão discreto a ponto de não gerar mal-estar nos Estados Unidos, já então se inclinando para a Inglaterra (Lopes, 1997:96)

O autor reafirma, no entanto, que Vargas longe de ser ingênuo nas suas manifestações públicas estava sim jogando com as rivalidades dos países imperialistas, visando obter recursos para a construção da Usina de Volta Redonda, o que de fato acabou acontecendo. Os EUA ajudaram financeiramente na construção da usina e, o país pressionado, acaba por assumir posição em favor dos Aliados. Internamente a tomada de posição tornou latentes as contradições políticas, já que externamente o Brasil defendia a Democracia e, internamente, adotava um regime autoritário. As oposições se fortaleceram e o regime sucumbiu tendo

Vargas renunciado.

Oswaldo Aranha participa de forma intensiva dessas *démarches*. No ano de 1941 realiza acordos econômicos com os EUA. Em janeiro de 1942 participa da III Reunião de Chanceleres que aprova o rompimento com as nações do Eixo. Recebe ainda em 1942 o título de cidadão da América. Pouco antes do término do Estado Novo, rompeu com Getúlio, reatando, entretanto, relações com este mais adiante.

Em 1947, o presidente Dutra nomeou Oswaldo Aranha representante do Brasil na ONU. Sobre a sua participação no organismo, retiramos partes de um discurso que proferiu no Clube do Comércio em agosto de 1947. Assim se manifesta:

A civilização e a cultura aprofundam-se e estendem-se por toda a terra: não são armas: são máquinas e idéias. O bem-estar já não é impossível e nem é mais somente individual é uma aspiração coletiva(...) o problema, pois, é levar a todos os homens, a todos os povos e a todas as regiões os benefícios da nossa civilização e da nossa cultura, que desarmam os homens para a guerra e os aparelham para a cordialidade, para a felicidade e para a paz. Esta é a missão das Organizações das Nações unidas que, como um de vós que nunca deixei de ser, tive e ainda tenho a honra de presidir. A sua tarefa é a da paz. Nunca, na história humana, tantas forças materiais e espirituais as maiores já reunidas no mundo, consagram-se para uma obra igual. Ela não visa somente manter a paz, mas promover todos os meios capazes de afastar a guerra da vida dos homens. Não é uma organização meramente política. Não é um simples pacto de nações. É um compromisso do sentimento e do pensamento universais. É uma Escola, uma universidade, uma catedral. Nela se ensina, se doutrina, se crê e,

mais que tudo, aprendem os homens e os povos, a conhecerem-se.

Percebemos por esse discurso, a posição de um defensor da Democracia, que acreditava fielmente no entendimento entre as nações. Para Flores:

A atuação de Osvaldo Aranha na ONU insere-se no desenvolvimento da Guerra Fria entre a URSS e os USA, com conflitos relativos ao Irã, Líbano, Síria. Grécia e o surgimento de guerrilhas que conflitam com os interesses das potências sobre os domínios das jazidas petrolíferas do mundo árabe. A questão palestina, trazida pela Grã-Bretanha, em 1947 tinha o apoio da maiorias dos participantes da assembléia Geral da ONU para a criação de dois estados independentes, um judeu e outro árabe, enquanto a minoria pretendia uma federação. Graças à atuação inteligente de Osvaldo Aranha, presidindo a assembléia Geral em 29 de novembro de 1947, foi posta em votação a criação de Israel (Flores,1996:32-33)

Como presidente da ONU, Osvaldo Aranha: “associou a magistratura do cargo e o se aos ideários pan-americanos” (Flores, idem:85) . Defendia a Democracia por princípio e os rompimentos com Getúlio em alguns momentos dessa trajetória, deixam claro isso. Mansueto Bernardi escreveu que Aranha:

Conquistou na consciência pública uma tal posição, uma tal hierarquia moral, que se tornou, no consenso unânime dos seus concidadãos, um homem rigorosamente necessário ao desempenho das funções múltiplas que exercia e ao uso do poder

pessoal que tinha nas mãos, dentro de sua esfera de trabalho e influência (Bernardi,1981:87)

Em junho de 1953, Vargas nomeia Aranha como Ministro da Fazenda onde permanece até o suicídio do presidente em 1954. Chefiando a pasta da Fazenda, esboçou o Plano Aranha que visava combater a inflação e o desequilíbrio da balança comercial. A medida mais importante que adotou foi a instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito(SUMOC) em que instituiu taxas de câmbio múltiplo, controlando a importação em que pretendia proteger a indústria nacional. O Plano Aranha, de contenção de gastos, atingiu a política populista do então ministro do trabalho de Getúlio, João Goulart que acabou pedindo exoneração do cargo. Para flores:

A crise do governo Vargas evoluiu com a medida de controle da remessa de lucros para o estrangeiro, culminando com as denúncias de corrupção e morte de oficial da Aeronáutica. O manifesto dos 27 generais, exigindo a renúncia de Vargas, tirou do ministro da guerra Zenóbio da Costa, a capacidade de comando À zero hora de 24 de agosto de 1954, em reunião com o ministério, Osvaldo Aranha apresentou três soluções: resistir, contra-atacar ou renunciar. Getúlio se retirou, e os ministros decidiram pelo licenciamento de 90 dias. O ministro Tancredo Neves levou a Vargas a resolução, que deu sua anuência. Mas os generais exigiram a renúncia.Ao soar o estampido no Catete, Osvaldo Aranha e o general Caiado de Castro correram para os aposentos de Vargas. Era tarde, ele agonizava. Osvaldo Aranha em prantos, abraçava o cadáver do amigo (Flores,1996:15)

Em 1957, Juscelino nomeou Aranha para chefiar a delegação brasileira na 12ª Assembléia da ONU. Em 1960, Osvaldo Aranha veio a falecer.

Considerações Finais

A trajetória política de Osvaldo Aranha remete a um tempo na História do Brasil em que os homens defendiam suas idéias e partiam literalmente para o campo de batalha a fim de defendê-las. Partir como esses homens partiam do campo da retórica para a prática do enfrentamento corporal era comum. Osvaldo Aranha não foi diferente dos políticos da sua época. Como Getúlio Vargas, flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho e Lindolfo Color, apenas para citar alguns, foi criado dentro do regimento do PRR. No entanto, mantinha contatos políticos e vínculos de amizade com políticos da oposição, entre eles Raul Pilla, por exemplo. Essa capacidade de comunicação com a oposição favoreceu a formação da Frente Única do qual foi artífice em 1928, a formação da aliança Liberal em 1929 e da revolução de 1930. Seu pensamento democrático amplamente veiculado entrou em rota de colisão algumas vezes com posições autoritárias, principalmente de seu amigo pessoal, Getúlio Vargas. Apesar disso, respeitava muito a hierarquia, herança do PRR e nos momentos em que não conseguia conciliar suas idéias com os rumos que a política brasileira tomava, preferia afastar-se. Isso ocorreu depois da eleição de Júlio Prestes em 1930, quando da instituição do golpe do estado Novo em 1937 e no final deste mesmo período. Fundamentalmente era um defensor dos princípios democráticos, estes obviamente exercidos dentro

do Estado Democrático. Não avançava, todavia, no sentido de considerar as manifestações populares, tanto que procurou uma aproximação com Luiz Carlos Prestes em 1930 com vistas à participação desse, no levante de 1930, mas afastou-se quando percebeu que o antigo líder tenentista assumia posição em favor do Socialismo, afastou-se, temendo sem dúvida que o movimento tomasse essa direção.

Na biografia de Osvaldo Aranha sobressai principalmente sua participação na política internacional, notadamente à frente da ONU que culminou com a criação do Estado de Israel. Aranha foi homenageado por esse mesmo país. Sem adentrar nas discussões das conseqüências nefastas que a criação arbitrária do Estado de Israel, sem o contraponto necessário que seria a criação do estado Palestino, gerou para as populações ali residentes, o fato é que foi um marco na carreira diplomática do político gaúcho.

Poderíamos resumir assim, dizendo que Osvaldo Aranha foi um político da sua época e que acabou também sendo um refém dessa mesma época.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Júlio Prestes de, *1932- Uma Tentativa*, Edições do Arquivo do Estado, sp, 1982.

AMARAL, Léonidas do, *Os Pródromos da Campanha Presidencial*, Edição do Autor, São Paulo, 1929.

AMARAL, Rubens do, *A Campanha Liberal*, Editora Sociedade Imprensa Paulista, 1930.

ALMEIDA, José Américo de, *O Ano do Négo - Mémoires*, Editora A União, 1978.

ASCENSÃO, Vera Lúcia da, SÁ, Paulo Sérgio Moraes de, GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura, orgs., *A Revolução de 30 - Textos e Documentos - Tomo I*, Editora UnB, Brasília, 1982.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto, *Textos Políticos da História do Brasil*, 9 volumes, Senado Federal, Brasília, 2002.

BORGHI, Hugo, *A força de um destino*, Editora Forense Universitária, São Paulo, 1995.

BRANDÃO MURAKAMI, Ana M., *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.

CAMARGO, Aspácia, *Artes da Política - Diálogo Com Amaral Peixoto*, Editora Nova Fronteira, 1986.

CAMARGO, Aspácia, RAPOSO, Eduardo, FLAKSMAN, Sérgio, *O Nordeste e a Política, Diálogo com José Américo de Almeida*, Editora

Nova Fronteira, Rj, 1984.

CAMPOS, Roberto de Oliveira, *A lanterna na popa*, 1º volume, Topbooks, Rio de Janeiro, 2001.

CANCELLI, Elizabeth, *O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas*, Brasília, Editora da UNB, 2ª edição, 1994.

CANUTTI, Wanda A., *Getúlio Vargas em Dois Mundos*, Capivari, São Paulo, Editora Opinião, 6a. Edição, 1999.

CARDIM, Carlos Henrique, *Revolução de 1930 - Textos e Documentos*, 2 volumes, Editora da UNB, 1982.

CARMO CHAGAS, *Política Arte de Minas*, Editora Carthago & Forte, Sp, 1994.

CARNEIRO, Glauco, *História das Revoluções Brasileiras*, 2 volumes, Editora O Cruzeiro, 1965.

CASTRO, Sertório de, *A república que a revolução destruiu*, Freitas Bastos & Cia, Rio de Janeiro, 1932.

CÉSAR, Afonso, *Manuscritos de Getúlio Vargas*, Editora Cedil, 1994.

COUTINHO, Lourival, *O General Góis depõe...*, Livraria Ed. Coelho Branco, RJ, 1955.

CORDEIRO DE FARIAS, Osvaldo, *Meio século de combate*, Editora Nova Fronteira, 1981.

COSTA, L. A. da, *As realizações do Governo Getúlio Vargas no Campo*, DIP, 1942.

COSTA PORTO, Walter, *O voto no Brasil*, Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 1989.

FLORES, Moacyr. *Osvaldo Aranha*. Porto alegre: Iel, 1996

LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. Porto

Alegre: Mercado Aberto, 1997

SOSA, Derocina Campos. *Federalismo versus Centralização: a década de 1930 no RS*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001

IMPrensa, DISCURSO POLÍTICO E ANTICASTILHISMO: UM ESTUDO DE CASO NO RIO GRANDE DO SUL AO FINAL DO SÉCULO XIX

Francisco das Neves Alves¹

Durante a formação republicana, o Rio Grande do Sul passaria por uma grave crise oriunda da fermentação e eclosão da Revolução Federalista. Nessa época, a imprensa serviria como elemento difusor dos conflitos discursivos ocorridos entre os castilhistas e seus opositores. Um dos jornais que melhor expressou o anticastilhismo foi o semanário *Bisturi* e realizar um estudo de caso acerca do discurso político do jornal é o objetivo deste trabalho.

República, imprensa, discurso político

During the formation Republican, Rio Grande do Sul would go through a serious crisis arising from the fermentation and the outbreak of the Revolução Federalista. At that time, the press would serve as an important hub of discursive conflicts that occurred between the castilhistas and his opponents. One of the papers that best expressed the anticastilhismo was the weekly Bisturi and perform a case study about the political discourse of newspaper is the goal of this work.

Republic, press, political discourse

1 Professor da FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-Doutorado junto ao ICES – Portugal. fnah@vetorial.net

A transformação institucional ocorrida no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889 representaria um ponto de inflexão na vida política nacional. Desde então e até que se consolidasse a nova forma de governo, foram vários os grupos partidário-políticos que se digladiaram em busca de instaurar o novo regime em consonância com suas respectivas feições ideológicas. Nesse sentido, liberais, positivistas, jacobinos, entre outros, disputaram entre si a primazia de moldar de acordo com seus ideais a incipiente república, além do que, militarismo e civilismo; federalismo e unitarismo; centralização e descentralização; ditadura/autoritarismo e democracia foram alguns dos temas debatidos à extenuação durante os primeiros anos do processo de implementação da forma de governo republicana. Cada uma dessas vertentes (ver CARVALHO. 1990. p. 24-27.) dizia-se a representante de uma “verdadeira república”, a qual era idealizada respectivamente pelos agrupamentos em oposição ao modelo defendido pelos demais. Tais embates eram fruto da grande movimentação de idéias, em geral importadas da Europa e que na maioria das vezes eram mal absorvidas ou metabolizadas de maneira parcial e seletiva, resultando em grande confusão ideológica (CARVALHO. 1997. p. 42.).

No Rio Grande do Sul, esse processo foi ainda mais enfático, levando a um debate tão acirrado que redundaria na deflagração da guerra civil. Com a chegada da nova forma de governo, o líder republicano Júlio de Castilhos iria estabelecer um modelo governativo baseado em ideais de cunho positivista, em práticas autoritárias, em ampla concentração de poder e num extremado exclusivismo político-partidário e ideológico. Nesse sentido, forjou-se nas terras gaúchas o regime castilhista que iria predominar durante grande parte da chamada República Velha, calcado no projeto de perpetuação no poder de um modelo personalista, centrado em Castilhos e seus fiéis sectários. A partir da ascensão do castilhismo, se

formaria uma ferrenha oposição no contexto sul-rio-grandense, composta por aqueles que haviam sido afastados e/ou alijados do poder, por meio das práticas exclusivistas e que não teriam mais a chance de reavê-lo por meio das urnas. O grupo oposicionista era heterogêneo por natureza, reunindo membros dos antigos partidos imperiais liberal e conservador, que acabariam por se reunir sob a liderança de Gaspar da Silveira Martins, notadamente a partir da criação do partido federalista, além das várias gerações de dissidências republicanas, que se afastaram ou foram afastadas do partido republicano rio-grandense por discordâncias com Castilhos, o chefe máximo da agremiação.

A inviabilidade por chegar ao poder pela via do voto, tendo em vista a bem elaborada máquina eleitoral moldada pelos governistas, levaria a uma crescente insatisfação de parte das oposições gaúchas, formando-se um ambiente irreversível de ódios e paixões partidárias. Somente por ocasião do golpe de estado praticado pelo primeiro presidente da república Deodoro da Fonseca, o que acabaria provocando o seu afastamento do poder, foi que as oposições conseguiram chegar ao governo, com a derrubada de Castilhos. Tal interregno, entretanto, duraria apenas sete meses, período pejorativamente denominado de Governicho, e revelaria com eficácia a heterogeneidade das oposições que não conseguiram articular-se entre si para permanecer no poder e logo seriam derrubadas, com o retorno das forças castilhistas. Mas o clima de violência já tomara conta do estado, tratando-se de um caminho sem volta em direção à guerra, com a eclosão da Revolução Federalista, no início de 1893 (ver ALVES. 2002a. p. 9-40).

À época, defrontaram-se os castilhistas que tiveram o decisivo apoio do governo federal, na figura do presidente Floriano Peixoto, contra os federalistas que se aliaram aos dissidentes republicanos, reunindo na

mesma frente vários matizes ideológicos que muitas vezes só tinham um ponto em comum – o anticastilhismo. A guerra não foi travada apenas com as armas à mão, uma vez que se desenvolveu, paralelamente à sangrenta luta, um acirrado embate por meio das palavras, difundido mormente através da imprensa. Assim, era comum em várias das localidades gaúchas a existência de folhas que se antagonizavam entre si, cada qual defendendo um dos lados em confronto (RÜDIGER, 1990. p. 26-35.), forjando-se a partir de então verdadeiro conflito discursivo por meio do jornalismo. Nessa conjuntura, o ambiente de deflagração revolucionária passaria a praticamente ditar as regras na construção discursiva dos jornais, sendo poucos aqueles que direta ou indiretamente não tiveram algum vínculo com o embate bélico, de modo que as condições de produção, calcadas na guerra, passavam a constituir um quadro de informação prévio e necessário à observação interna de cada realidade discursiva (OSAKABE. 1979. p. 76.) estabelecida a partir das várias publicações periódicas que naquele momento circulavam.

De acordo com tal contexto, a imprensa sul-rio-grandense à época da Revolução Federalista foi marcada por construções discursivas fortemente embasadas no conteúdo político e partidário. Tais edificações discursivas estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política consiste num dos lugares onde o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes, uma vez que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, ou seja, o poder do qual os indivíduos pretendem se apoderar (FOUCAULT. 1996. p. 9-10). Dessa forma, o objetivo do discurso político é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo, refletindo-

se assim, por meio das palavras, as idéias e atitudes (PINTO. 1989. p. 51-52.), num quadro pelo qual a imprensa tem um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos pólos de polêmica, pautando temas e comportamentos (PINTO. 1995. p. 67-68).

O tenso ambiente da guerra civil serviria como terreno fértil a uma constante bipolarização partidária e verdadeira dicotomia política quanto às ações e idéias dos grupos divergentes. Esses enfrentamentos traduziram-se também na formação de um conflito discursivo expresso em grande parte através do jornalismo, ou seja, na existência de dois contextos discursivos antagônicos, no qual os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários, de maneira que esses dois contextos se remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles (MARTINS. 1990. p. 180-181.). Nessa linha, o discurso político está intimamente relacionado com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve, numa disputa que consiste no jogo do significado, e no próprio jogo da construção do antagonismo, ou seja, cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro (PINTO. 1989. p. 55).

Passavam então a ser plenamente detectáveis as diversas estratégias discursivas utilizadas para enunciar o correligionário e o oponente, possibilitando o reconhecimento da autodesignação dos parceiros e dos adversários nos textos políticos e também de questões em torno de como um partido designava a si mesmo, a seus aliados e aos seus inimigos (PROST. 1996. p. 312-313). Dessa forma, a propaganda das formas de agir e pensar dos aliados passa a ser uma das tônicas

da construção discursiva, bem como as estratégias de desqualificação do adversário constituem um dos pólos constitutivos do discurso político. Assim, o sujeito político que combate um opositor deve rejeitar os valores preconizados por este, questionando a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido (CHARAUDEAU. 2006. p. 92-93). Tais conflitos discursivos marcaram de modo indelével a imprensa rio-grandense à época da Revolução Federalista, com várias publicações defendendo castilhistas e tantas outras sustentando os seus opositoristas e neste contexto deu-se a circulação do *Bisturi*, um dos mais notórios jornais caricatos gaúchos e que adotaria uma posição bem marcada no confronto predominante.

O *Bisturi* foi uma das mais importantes folhas caricatas publicadas no Rio Grande do Sul à segunda metade do século XIX. Sua circulação iniciou a 1º de abril de 1888 e manteve a tradição dos jornais de seu gênero de então, dedicando espaço gráfico dividido igualmente entre textos e desenhos, primeiramente com oito páginas e, mais tarde, em formato maior, com quatro páginas. Seu redator-proprietário e desenhista foi Thádeo Alves do Amorim, experiente nas lides da caricatura, pois trabalhara em vários dos representantes desse tipo de jornalismo no contexto rio-grandino, como o *Amolador*, o *Diabrete*, o *Marui*, vindo a assumir a propriedade deste, para mais tarde editar a *Semana Illustrada* e finalmente o *Bisturi*, onde atingiu o ápice de sua carreira (FERREIRA. 1962. p. 153-195; e FERREIRA. 1971. p. 335.). Este hebdomadário circularia de forma regular até 1893 e, posteriormente, prosseguiria ainda até o início do século seguinte, mas de forma esporádica e irregular. Dedicando-se a um jornalismo crítico e opinativo por natureza, o *Bisturi* realizaria em larga escala a crítica social e de costumes, mas seria a de

cunho político a sua marca registrada. O próprio periódico apresentava-se como uma folha satírica e humorística, destinada a publicar caricaturas, alegorias e outros desenhos da atualidade, poesias e artigos cômicos, sátiras e críticas à política, artes e literatura, além de outros assuntos de ocasião e retratos de personagens célebres, deixando suas intenções bem demarcadas no “programa” explicitado em sua edição inicial².

Apesar de praticar uma crítica política cheia de ironia e humor, zombando desabridamente dos donos do poder, fosse no contexto local, no regional ou no nacional, o *Bisturi* teve, desde o início de sua circulação, uma orientação político-partidária, demonstrando uma postura que variou da simpatia ao engajamento, primeiramente em relação ao partido liberal e sua principal liderança gaúcha, Gaspar da Silveira Martins, para, posteriormente à mudança da forma de governo, aliar-se aos federalistas e aos revolucionários anticastilhistas. Nesse sentido, o semanário, nos últimos anos da monarquia, teceu severas críticas ao gabinete conservador e congratulou-se com a ascensão do último ministério imperial de cunho liberal, apoiando peremptoriamente tal grupo. Ainda durante a monarquia, o jornal não chegou a demonstrar maiores aptidões quanto à mudança na forma de governo, mas recebeu a república de braços abertos, com a ressalva de que desejava que ela

2 Assim o jornal expressava-se em sua apresentação: O labor da imprensa foi sempre o alvo de nossas aspirações no meio do burburinho da vida social. *Bisturi* chama-se o hebdomadário com que nos apresentamos ante a população civilizada da nobre cidade do Rio Grande, e temos muita confiança em que a sua visita não será repudiada, segundo o propósito inalterável em que estamos de torná-lo agradável, já nas seções de desenhos, já na redação, guardados os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando for de mister o sermos um pouco pungentes na luta de coerção aos desvios que por vezes nos envergonham. O *Bisturi* se empenhará na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social. Nas linhas que ficam, está lavrada a profissão solene de nossa fé jornalística (1º/abr./1888).

viesses em nome da liberdade.

Durante os primeiros tempos da nova forma de governo, o *Bisturi* manteve o apoio à república, entretanto, à medida que o autoritarismo ganhava cada vez mais espaço nas práticas dos novos donos do poder, numa relação diretamente proporcional, o semanário caricato ia alterando sua postura. Ainda que demonstrasse certa nostalgia em relação aos tempos monárquicos, mormente no que tange às liberdades individuais predominantes durante boa parte do II Reinado, a folha não chegou a manifestar um viés restaurador, mas, crescentemente, colocou-se na oposição aos governantes. Tal perspectiva, além da antinomia em relação aos métodos autoritários governamentais, advinha também da tradicional simpatia do periódico pelo liberalismo gasparista que voltaria a se manifestar com veemência. A visão crítica acerca dos rumos da república recairia enfaticamente na conjuntura nacional sobre os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e, no contexto regional, sobre Júlio de Castilhos, o maior alvo dos ataques do hebdomadário.

A decepção para com o regime ficaria expressa nas páginas do jornal caricato através das próprias representações da nova forma de governo. Primeiramente a república aparecia como a deusa romana, imaculada e pura, recepcionada por indígena que simbolizava o povo brasileiro. Progressivamente, a imagem da “deusa-república” iria se desvirtuando, sendo a mesma mostrada como uma dama de barrete frígio à beira do abismo e ameaçada por morcegos que designavam os males que a afligiam, como indígena que carregava pesada cruz que simboliza os desmandos da vida nacional, como uma jovem desnuda, próxima a ruínas e desprotegida ante as ameaças que a rodeavam, ou ainda como uma mulher desesperada, vendo as dívidas e as “ratazanas” – ou seja os homens públicos de então – tomando conta de sua casa. Segundo o

periódico, a vigente não era a república com que todos haviam sonhado, demonstrando claramente que aquela era mais uma manifestação em prol da tão idealizada e jamais obtida “verdadeira república”.

À medida que a postura autoritária e exclusivista dos novos detentores do poder se agudizava, as oposições aos mesmos também se acirravam, fenômeno que foi ainda mais enfático em relação ao Rio Grande do Sul. Como num ciclo vicioso, com o crescimento das forças oposicionistas, acirrava-se ainda mais o autoritarismo, de modo que as instâncias político-institucionais normais não daria vasão a tais desacertos, vindo o país a mergulhar em ferrenha guerra civil. Diante da Revolução Federalista, o *Bisturi* não teria dúvidas e se aliaria fielmente à causa revolucionária, intensificando-se significativamente a partir de então as suas convicções anticastilhistas. As manifestações do semanário foram de tamanha veemência que ele pode ser considerado como uma das publicações periódicas sul-rio-grandenses que mais fortemente agiu não só na oposição quanto até mesmo na resistência ao castilhismo. Tal atitude custaria caro à folha, sendo seu redator-proprietário vigiado de perto pelas autoridades públicas, chegando a ser perseguido e até mesmo aprisionado, episódios que levaram a seguidas suspensões na circulação da folha. Apesar desse acirrado cerceamento, o hebdomadário manteve sua postura de oposição/resistência até quando lhe foi possível, ou seja, quando a política coercitiva governamental chegou ao auge, com uma draconiana legislação de imprensa e um controle discursivo acirrado que tiraria a seiva editorial do impresso caricato rio-grandino, o qual só à força foi calado.

Nesse universo de reações do hebdomadário caricato acerca dos modelos empregados pelos governantes republicanos na instauração da nova forma de governo, partindo de um entusiasmo inicial para

uma grande decepção e daí à oposição a tais homens públicos, o chefe republicano gaúcho, Júlio de Castilhos, seria escolhido pelo *Bisturi* como o arquétipo da figura do inimigo. As manifestações de antipatia ao castilhismo começariam cedo, mesmo quando o jornal ainda mantinha algum crédito nos rumos da república, refletindo o antagonismo da folha para com as práticas exclusivistas e autoritárias do governante gaúcho. Essa perspectiva negativa deu-se a partir de desenho publicado por ocasião de uma visita de Castilhos à cidade do Rio Grande, no qual ele era representado pelo arremedo de uma figura antropomórfica/zoomórfica, com corpo de pato e cabeça humana, sobre a qual estaria o indefectível símbolo da república, o barrete frígio. Já os admiradores/seguidores daquela liderança partidária eram apresentados metamorfoseados plenamente como patos, mas mantido o barrete frígio às cabeças. O pato foi uma das figuras mais utilizadas pelo semanário para adjetivar pejorativamente os seus adversários. Apesar das dificuldades em atribuir-lhe um simbolismo especial (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 692), o animal salientado, neste caso, tende a relacionar-se ao indivíduo simplório, paspalho ou bobo, buscando-se menosprezá-lo. Apesar dessa imagem ter servido ao jornal para atingir a diversas personalidades, Júlio de Castilhos foi o alvo preferencial dessa forma de crítica e, coincidência ou não, “Pato” era o apelido do líder republicano quando adolescente (FRANCO, 1995. p. 36). A legenda era pautada na ironia bem humorada: *A “marrecada” republicana fez uma recepção estrondosa ao “pato” Castilhos (1º/jun./1890).*

As esperanças para com uma república libertária desvaneceram e o semanário rio-grandino intensificaria suas críticas aos homens públicos que dominavam a cena política nacional e regional. Deodoro da Fonseca, outrora tratado como o “herói-fundador” da república, passava

a cada vez mais ser censurado e atacado, concentrando o jornal suas manifestações em torno das denúncias aos desmandos e à corrupção que estariam a dominar o governo vigente. Tal abordagem crítica ganharia ainda mais peso a partir do golpe de estado perpetrado pelo primeiro presidente da república, de forma que o marechal Deodoro passou a ser alvo de textos e desenhos carregados de ataques ferrenhos e corrosivos. Como não poderia deixar de ser, o *Bisturi* seguiu a estratégia discursiva das oposições gaúchas de buscar associar ao máximo a figura de Júlio de Castilhos com o presidente golpista, no intento de desestabilizar o governo estadual. Mesmo com a derrubada do castilhismo, o periódico não se deu por satisfeito, desejando também a derrocada do governante na esfera federal. Nesse sentido, a folha afirmava que já se havia arrancado o “javali” do seu “nefando covil” e que já estava em poder dos revoltosos o “famigerado” Castilhos, mas que não estaria ainda terminada a honrosa missão dos “bravos patriotas”, que teriam pela frente uma segunda luta, não menos gloriosa e brilhante, nem de certo menos terrível, uma vez que seria preciso esmagar o “chefe déspota”, o “patoteiro imoral”, afastando-o do poder onde havia sido colocado para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional, respeitando-se, assim, os brios tradicionais de um povo livre e independente como o brasileiro (15/nov./1891).

A deposição de Deodoro da Fonseca foi amplamente comemorada pelo jornal que muito se congratulou com o movimento que, à época, ficou conhecido como a Revolução de 8 de Novembro de 1891. As críticas quanto às práticas governativas intensificaram ainda mais a partir de então, ao mesmo tempo em que a filiação ao liberalismo gasparista mantinha-se intacta, ainda mais após a volta de Silveira Martins do exílio, notícia comentada com júbilo por parte do semanário. De acordo

com tal perspectiva, se daria a aproximação do periódico com os ideais dos oposicionistas federalistas, vindo, portanto, a também tecer críticas ao denominado Governicho. Mas o jornal teria de voltar mais uma vez ao enfrentamento em relação ao castilhismo, tendo em vista o retorno de Júlio de Castilhos ao poder. Acerca da retomada do modelo castilhista, o hebdomadário publicaria desenho no qual o chefe republicano era elevado ao alto numa gangorra, única e exclusivamente graças ao apoio dos militares. A gangorra age tal como uma alavanca que é o princípio ativo, enquanto coloca em movimento o princípio passivo, a matéria inerte (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 27). Desse modo, o jornal buscava representar que Castilhos não chegara ao poder amparado pelo apoio popular e sim através da força militar do governo federal, agora nas mãos de Floriano Peixoto. Nos bolsos dos dois personagens apareciam papéis com as palavras demissões, patotas, vingança, ódio e repressão, numa alusão ao que era considerado como as condenáveis práticas governamentais, bem como constituíam as mazelas derivadas das atitudes que o periódico apontava como continuidades em relação aos novos detentores do poder. A legenda era lacônica: *Divertimento político da atualidade* (19/jun./1892).

Apesar da vigilância muito próxima e das inevitáveis perseguições o semanário caricato continuaria firme no combate ao castilhismo e suas atitudes autoritárias. A coerção sobre a liberdade de expressão, por vezes, levava o jornal a uma estratégia discursiva embasada na sutileza das manifestações quanto aos adversários. Nesse sentido, em um texto carregado de ironia, o periódico descrevia a situação de “tranquilidade política” que o castilhismo trouxera ao Rio Grande do Sul, fazendo, numa forma de protesto, afirmações que iam completamente de encontro à realidade e à própria opinião da folha. De acordo com tal procedimento,

afirmava que todos permaneciam em completa bonança, descrevendo um cenário no qual os partidos estavam em uma “lua-de-mel” e no mais completo gozo da frase poética *o teu amor é uma cabana*, em lugar ignoto, de que ninguém poderia dar notícia. E, com a mesma ironia, concluía que os rio-grandenses estavam, a olhos vistos, todos republicanos, de modo que nada seria mais justo, porque a situação dominante, com aquele estado de coisas, tornara-se adorável (17/jul./1892).

Júlio de Castilhos voltaria a visitar a cidade do Rio Grande e o *Bisturi* não perderia a oportunidade de retomar a carga, manifestando abertamente seu espírito anticastilhista, apresentando uma série de desenhos nos quais destacava a sua visão acerca da visita. Num deles, Castilhos, mais uma vez desenhado como um pato e aparecia recebendo as homenagens da população, que, segundo a folha, não seriam nada espontâneas, e sim levadas a efeito pela força, através dos “capangas” – homens mal-encarados e armados até os dentes – que acompanhavam o líder republicano. O semanário assim descrevia a cena: *O majestoso préstito desfilou triunfalmente pela rua do saudoso Pedro II, por entre aclamações ruidosas de vivas à República! Viva o chefe!... Viva a legalidade!* Ao que retrucava: *Viva a anarquia e morra a Monarquia... Vivas que o eco repercutia - quá... quá... quá... Na retaguarda, nas costas de S. Ex., vinha um valente grupo de “cidadãos prestantes”*. Na mesma edição, o periódico ainda destacava a adulação de certos indivíduos para com o chefe castilhista, desenhando-o com os braços, símbolo da força e do poder (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 140), deformados e alongados para conseguir atender a todos os seus “simpatizantes”. Nessa gravura, a legenda era: *Todos disputam a grande honra em oferecerem o braço a S. Ex. que estava seriamente comovido e atrapalhado para dar braço a tanta gente* (14/ago./1892).

A crescente violência que passou a campear pelo Rio Grande do Sul nos meses que antecederam a própria deflagração revolucionária foi constantemente denunciada pelo hebdomadário rio-grandino que imputava toda a culpa por tal quadro às forças governistas rio-grandenses-do-sul, e, para tanto, mostrava os castilhistas de armas em riste atacando populações civis³. Mantendo suas manifestações anticastilhistas, o semanário apresentava o líder republicano gaúcho chefiando a sua “tribo” de selvagens, numa verdadeira dança de destruição. Tal constatação deriva da perspectiva pela qual a dança constitui uma pantomina de metamorfoses que tende a converter o bailarino em deus, demônio, ou uma forma existencial pretendida. Ao retratar Júlio de Castilhos dançando, o jornal o faz de forma pejorativa, além disso, o fato de colocá-lo à frente de uma tribo de negros, traduz também um caráter intencionalmente racista ao provocar a consideração de que a imagem do homem negro aludiria à parte inferior humana, ou ainda, que as raças negras são filhas das trevas (CIRLOT. p. 199 e 405). Tal sinistro folguedo era explicado pelo periódico como cenas de selvageria as quais não se davam só no centro da Campanha, mas também nas cidades, onde “caciques” acompanhados de alguns “zulus” assaltavam propriedades, davam tiros, quebravam vidraças e eram os mesmos “caciques” carregados “em triunfo (21/ago./1892).

A guerra civil propriamente dita ainda não havia começado, mas os crimes, os enfrentamentos, as provocações e as escaramuças

3 Nessa linha, a folha afirmava: Na Campanha continuam as tragédias medonhas de assassinatos, roubos, degolações e outras perversidades humanas praticadas em nome da “legalidade”. A horda de malfeitores, capitaneados por chefes rancorosos e vingativos assassinaram famílias inteiras, degolando em pé, para terem o prazer de ver os infelizes correndo campo afora com a artéria decepada. Depois do saque, os bandidos atacam fogo nos ranchos para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria.

espalhavam-se pelos mais longínquos rincões rio-grandenses. Cada uma das partes em litígio culpava a adversária pela deflagração de tal onda de brutalidades e exasperações que dominava a vida gaúcha naquele momento. Nessa linha, ao noticiar a violência, o hebdomadário acusava os governistas de estarem a brandir o punhal do infame assassino contra o povo gaúcho (2/out./1892). Nesse sentido, o periódico apontava também a “pasmosa e requintada malvadez” praticada pelos *carolinos* da situação dominante, ou ainda os “bárbaros crimes” praticados em nome da *legalidade*, os quais vinham levando o luto e a miséria por toda a parte. As acusações recaíam ainda sobre um “horroroso itinerário” de homicídios e de atos de “verdadeiro canibalismo”, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar (9/out./1892).

Nesse sentido, o *Bisturi* sustentava arduamente o conflito discursivo e as versões calcadas nos ódios e paixões partidárias então dominantes. Os ataques ao castilhismo tornaram-se ainda mais veementes e o jornal acusou-o por todos os males que afligiam o Rio Grande do Sul. Em um desenho, Castilhos era apresentado como um “Satanás”, o qual, entre os diabos e demônios, designa, por antonomásia, o adversário propriamente dito, tão arrogante quanto mau, ou seja, tal termo indica por si só, cada vez mais, um ser essencialmente mau e tornar-se-á um nome próprio – o do poder do mal (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 805). Na figura, o chefe republicano era apresentado com as asas da “tirania”, levando às mãos o “ódio” e a “vingança”, sob o rufar do tambor da “política” e acompanhado pelos “morcegos-republicanos”, das “perseguições”, das “infâmias” e do “despotismo”. Além disso, Castilhos levava a “miséria”, a “morte”, os “incêndios”, os “roubos” e a “destruição” à população rio-grandense. Sob a gravura, aparecia a inscrição: *E assim passou, com o riso de Satanás, por entre as humanas*

vítimas, nunca farto de lágrimas maternas e dos gritos das misérrimas crianças arrojadas (oh dor!) às labaredas em honra do seu ídolo iracundo (18/dez/1892).

Ainda a respeito de outra passagem de Júlio de Castilhos pela portuária cidade do Rio Grande, a folha mais uma vez apresentava Castilhos como a já tradicional figura híbrida do pato – cabeça humana com as feições do líder partidário de chapéu e mala à mão, mas com o corpo do animal – que sobrevoava a urbe, afirmando: “*O horrendo monstro atravessou o espaço, qual tempestade trovejando ao longe (18/dez./1892).*” No início de 1893, como que prenunciando uma possível derrota do castilhismo tendo em vista a iminente revolução que se avizinhava cada vez mais, a folha manifestava o seu desejo pela derrocada de Júlio de Castilhos que era mostrado chorando, tendo ao colo um também choroso asno, designando o “partido castilhista”. Nesse caso, o animal desenhado constitui um símbolo da ignorância e um emblema da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas, indicando a busca de seduções materiais (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 93-94). Na cena retratada aparecia também a “morte”, simbolizada por sinistros esqueletos que se aproximavam. A legenda era na forma de versos: *Em que tormento o mísero se debate/ Sem poder fugir da cólera infinita/ Em torno esvoaçam pavorosas sombras/ E da maldição à interminável grita (8/jan./1893).*

Ao mesmo tempo em que atacava o castilhismo, o *Bisturi* utilizava suas páginas para enaltecer as lideranças que pegaram em armas para combater o regime vigente no Rio Grande do Sul, prestando-lhes enfáticas homenagens e apresentando-lhes como promotoras de uma missão libertária. A folha mantinha as constantes denúncias contra o autoritarismo governamental e a falta de liberdade de expressão que

cada vez mais ganhavam terreno. Apesar da vigilância muito próxima, o periódico ainda se propunha a manter-se no combate, afirmando que pouco importava a morte quando se cumpria um dever de consciência, apesar de saber que dizer a verdade era expor o coração ao punhal do banditismo oficial (21/jan./1893). Mesmo após o início da revolta, o hebdomadário persistiu no caminho da oposição e da resistência, criticando as condições impostas pelos governantes em nome da “legalidade”. Nesse sentido, manifestava asco pela “gente do poder e da abastança”, que olhava aos homens do labor com desprezo (12/fev./1893). De acordo com o jornal a anarquia e a desordem espalhavam-se o que estaria a provar que os governantes republicanos não permaneciam em seus postos por meio da soberania popular ou por seus merecimentos e, por essa razão, tinham de armar-se até os dentes para, audazes e inconstitucionalmente, resistirem e lutarem para vencer ou morrer, não importando o sofrimento e a ruína do país e que a miséria e o luto lavrassem sobre a terra (30/abr./1893).

Apesar do intenso controle de parte das autoridades policiais e militares, o periódico continuou na resistência, opondo-se ao castilhismo. O semanário atacava o jornalismo governista, acusando-a de dar notícias tendenciosas e embasadas na mentira. A esse respeito, a folha descrevia, com ironia, a forma pela qual a imprensa castilhista estaria distorcendo os fatos. Afirmava que, para aqueles jornais, não houvera ainda um combate em que saísse um castilhista com uma simples arranhadura, sendo noticiada a existência de apenas um ferido, mas isso mesmo por causa de um desastre. Explicava que todos os castilhistas atacavam com um arrojo incrível aos federalistas, que eram apontados como uns poltrões, que nada valiam, destruindo-os completamente, pondo-os em vergonhosa fuga. Enfatizava também que, segundo as publicações pró-governo, ainda não houvera uma vitória em que corresse uma gota de

sangue dos seus companheiros, de modo que toda a sua gente batia-se como leões, repelindo a abordagem dos covardes inimigos, que seriam completamente destroçados e afugentados. Diante de tantas afirmativas consideradas como inverdades pelo jornal, ele concluía que, realmente eram fosfóricas as tais notícias e dignas de uma gargalhada homérica naqueles tempos *sensabóricos*, em que a nacionalidade política estava de feição exótica (26/mar./1893).

Ainda no que tange ao processo de legitimação do discurso do aliado e de deslegitimação dos pronunciamentos do adversário, sustentando ardorosamente o conflito discursivo que crescia exponencialmente no Rio Grande do Sul à época da Revolução de 1893-1895, o *Bisturi* também defendia os federalistas das acusações emitidas a partir dos jornais governistas, criticando a estes por se constituírem em aduladores dos grandes “ladrões públicos” e por continuarem a derramar a sua “baba asquerosa” sobre as respeitáveis personalidades que se achavam à frente do movimento revolucionário sul-rio-grandense. De acordo com a folha rio-grandina, as publicações favoráveis aos castilhistas seriam subsidiadas pelos cofres públicos e, só por essa razão, gritavam contra o punhado de “bravos” que patrioticamente lutavam para derrubar os déspotas que, em nome da lei e da legalidade, praticavam as maiores barbaridades, numa falsificada obra de difamações e torpezas (23/abr./1893).

A respeito das relações do chefe do partido republicano rio-grandense com a imprensa, a folha caricata publicou uma série de desenhos caso de um no qual mostrava um mágico arrancando das entranhas de Júlio de Castilhos o jornalista rio-grandino João José Cezar que, defensor de posições anticastilhistas, teria desaparecido do Rio Grande. Castilhos tinha um turbante à cabeça, numa alusão à

indumentária usada pelos “sultões”, expressão utilizada pelo jornalismo para simbolizar um chefe de estado autoritário. Além disso, a língua do líder castilhista, que expelia o jornalista, assumia o formato de uma serpente, numa referência à sua “maldade”. A língua pode ser considerada como uma *chama*, pois possui a forma e a mobilidade desta e ela destrói ou purifica. Enquanto instrumento da palavra, a língua cria ou aniquila, e seu poder é sem limites, uma vez que, de acordo com as palavras que profere, ela pode ser justa ou perversa, arrogante, mentirosa e má e a sua força é tão total que a morte e a vida se encontram em seu poder. Quando é feita uma alusão à língua, sem se acrescentar qualificativo, trata-se de uma língua má (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 550.) e, no caso da figura em questão, à menção é a uma serpente, o que pode ser interpretado como símbolo de uma extrema maldade. A gravura era explicada pela afirmação de que um grande prestidigitador iria arrancar a “rolha da imprensa”, trabalho difícil e assombroso. Apesar de tais dificuldades, o periódico apostava na capacidade do mágico, pois seria tal a sua habilidade que também iria arrancar do ventre do governador do estado, o “valente jornalista” J. J. Cezar, que há dias desaparecera da cidade, trabalho este que seria feito com muita limpeza (19/mar./1893).

Em outra gravura, Júlio de Castilhos era retratado como um urubu, ou seja, como um animal que se alimenta da morte e da destruição, recebendo no corpo o impacto das farpas da imprensa que, mesmo amordaçada, não se deixaria dominar. O jornal buscava representar que o chefe partidário republicano estava sofrendo não só por causa do impacto dos projéteis, mas também com a derrota que estaria se aproximando, explicando que o governador já começara a sentir no “lombo” os terríveis efeitos do seu despotismo e desrespeito à integridade e honra do seu país, de modo que andava assustado, ao ver que se aproximava a

hora de receber o exemplar e decisivo castigo (21/mai./1893). Apesar da censura, o periódico propunha-se a continuar denunciando e, mais do que isso, combatendo a violência que, segundo ele, partindo dos governistas, avassalava o Rio Grande do Sul. As esperanças da folha prendiam-se à vitória da revolução, exclamando que lhe animava a expectativa de que um dia os gaúchos teriam um governo decente e justo, cercado de simpatias profundas, e que fizesse respeitar o direito de todos, colocando os grandes interesses da sociedade acima das conveniências de facções partidárias. Nesse sentido, explicava que ninguém estaria a desejar um governo de déspotas, de ódios e vinganças que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da república, como se a idéia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos (30/abr./1893).

Na concepção do hebdomadário caricato, todos os males advindos da guerra civil deveriam ser atribuídos aos governistas gaúchos. Afirmava, assim, que se a guerra ardia nas frondosas campinas rio-grandenses, ela fora produzida pelo “grito sacrossanto” da liberdade ameaçada e era filha da traição de um ambicioso que, uma vez elevado às douradas poltronas do estado, dele tinha torpemente abusado, aniquilando a dignidade de um povo, para fazer-se mais forte perante uma parte de amigos ambiciosos. Defendia, desse modo, que a luta travada no Rio Grande do Sul era uma “obra diabólica” da ambição e soberba de um governador “inconsciente e desumano” (4/jun./1893). Dessa maneira, o jornal imputava aos castilhistas toda a culpa pelo morticínio que acontecia no território sul-rio-grandense e sobre isso publicou uma gravura na qual apareciam diversos esqueletos, dentro de caixões com tabuletas onde estava escrito o motivo da morte de cada um. Ao apresentar a *causa mortis* dos cadáveres, o periódico citava: *assassinado por ser da oposição, assassinado por ser*

federalista, e assassinado por publicar artigos contra o governo (19/ mar./1893).

O semanário rio-grandino buscava também enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de Castilhos estaria trazendo consigo o aniquilamento do estado sulino e, a esse respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador destruía na fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Rio Grande do Sul. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o “câmbio”, o “comércio”, a “indústria” e a “lavoura”, numa referência aos prejuízos econômicos que o estado vinha sofrendo com a guerra civil. Também aparecia “voando” o “pobre”, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com o contexto belicista e, ao longe, surgiam balões com as inscrições: “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança do periódico no avanço do movimento rebelde. Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: *Como Governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição./ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa.* Complementando: *E vou também queimar/ A liberdade de imprensa./ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barricada/ O Rio Grande do Sul/ Também queimando-se fica* (25/jun./1893).

Ao sustentar o conflito discursivo, o *Bisturi* não só atacava Júlio de Castilhos e seu aliado na esfera federal, o presidente Floriano Peixoto, como também demonstrava claramente sua inclinação pelas forças anticastilhistas, constantemente exaltadas em suas páginas e mostrava-se como um defensor da revolução. De acordo com o jornal, o movimento rebelde era justo e legítimo, uma vez que estaria de acordo com o “direito à revolução” dos povos, na luta contra o despotismo, pela

liberdade e pela “verdadeira república”. De acordo com o periódico, a revolução no Rio Grande do Sul seria uma brilhante realidade, uma vez que o exército libertador engrossava as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do estado grupos de patriotas dispostos a afrontar impávidos a resumida horda de selvagens que enxovalhavam os brios da terra gaúcha. Afirmava também que, de toda parte, os brados de indignação levantavam-se em frêmitos indomáveis e os brios rio-grandenses despertavam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do “trêfego bacharel” Júlio de Castilhos. Na sua concepção, não haveria poder humano que pudesse mais deter o “valoroso” exército revolucionário, de forma que viria a ocorrer o triunfo da liberdade e com ela, o triunfo da “verdadeira república”, a qual seria em breve uma realidade na abençoada terra dos gaúchos. Manifestava assim seu desejo por uma república federativa, mas uma república honesta, libérrima e democrática, a qual viria a ser uma realidade no Brasil, quer quisessem, quer não, os “bárbaros” que, com seus atos de “repugnante selvageria”, ultrajavam a civilização brasileira (12/mar./1893). Nessa linha, o semanário propunha que se glorificasse os “valorosos campeões” que, com o seu “sangue patriótico”, tinham ensartado na “velha árvore da tirania castilhista” o florescente federalismo (25/jun./1893).

De acordo com as suas convicções, nas páginas da folha caricata rio-grandina, as atividades militares dos revoltosos apareciam constantemente como cobertas de completo êxito. Os rebeldes foram enaltecidos, glorificados, exaltados e até heroificados através das páginas do *Bisturi*. Segundo o jornal, a “cruel e desesperadora agonia” do “desventurado Rio Grande” só poderia ser eliminada pelo “heroísmo forte”, pela “pujança guerreira e vitoriosa” de seus filhos, armados, em combate contra o despotismo de um governo mau e aviltante (10/

set./1893). Para o hebdomadário, os promotores da revolução iriam condenar os castilhistas à inevitável derrota, representando este pensamento através de uma alegoria na qual Júlio de Castilhos buscava comandar uma tripulação de “patos”, num navio que simbolizava o estado do Rio Grande do Sul. A embarcação tinha de enfrentar o mar agitado, a tempestade e os “terríveis rochedos” que representavam os revoltosos Silveira Martins, Barros Cassal, Ângelo Dourado, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva. O desenho mostrava Castilhos tendo problemas com a tempestade, uma manifestação da cólera divina e, às vezes, um castigo (CHEVALIER & GHEERVBRANT. p. 874), além do que, ele não conseguia vencer os dois perigos essenciais de todo navegador – a destruição, com o triunfo do oceano, ou o retrocesso, a regressão e o estancamento. Ao não conseguir controlar o navio, *errando a manobra*, ele perderia a segurança e o rumo definido, indo de encontro aos *rochedos* os quais dão a idéia de permanência, solidez e solidariedade (CIRLOT. p. 403, 500 e 571). Em síntese, na concepção da publicação caricata, o regime castilhista estaria prestes a se esboroar diante da firme ação dos rebeldes⁴ (5/mar./1893).

O cerco à liberdade de expressão apertava cada vez mais e o *Bisturi* permaneceu defendendo arduamente a imprensa livre, mesmo depois da prisão de seu redator-proprietário ocorrida em julho de 1893, ficando a circulação do jornal interrompida por um mês. Ainda assim, o semanário conservar-se combativo e, com perspicácia, denunciava o silenciamento a que estava sendo crescentemente submetido o

4 A legenda do desenho referia-se ao diálogo entre Castilhos e seus comandados: Comandante: - “Ânimo, oh! bons marujos que o temporal é desfeito, o oceano revoltado parece querer tragar o nosso pobre calhambeque, pois que neste andar vamos com certeza dar de encontro aos temíveis cachoupos da oposição e, sem dúvida nenhuma, o calhambeque vai à garra. Ferra o pano minha gente! Ferra o joanete! Papa figos - que o perigo é inevitável...” Homem do leme: - “Ó Comandante, V.S. errou a manobra”.

jornalismo. Na edição relativa à data da independência daquele ano, a folha manifestava todo o seu desagrado com a situação reinante, com um texto preñado em censuras à conjuntura de então, demonstrando plena insatisfação com os rumos que a nova forma de governo tomava e até certo saudosismo da época monárquica, não tanto como uma perspectiva restauradora, mas sim como uma aversão ao autoritarismo governamental republicano. O periódico narrava que o 7 de Setembro daquele ano passara chocho e aborrecido como um príncês de terça-feira gorda de carnaval, que levava a roupa de duas cores borrada, e o porta-voz que chamava os soldados da alegria elevada à loucura. O jornal opinava que bons tempos eram os do império, para festejo público e entusiástico do “Sete”, mas que a veia do patriotismo daqueles tempos morrera com a monarquia baqueada, de modo que nada mais restava para vitoriar dignamente a data da emancipação política. O hebdomadário lamentava diante do que considerava uma triste e pesada verdade perante aquela realidade brasileira caracterizada por deposições, golpes e infrações contra o direito e a dignidade administrativa. Citando um exemplo do que considerava malversação da coisa pública, a publicação caricata acusava que o governo vendera pedaços preciosos de terra pátria, tendo a desfaçatez de dizer no parlamento que o negócio fora estabelecido com honra para este pobre país, digno de uma vala, já que se transformara num morto, carregado de glórias passadas (10/set./1893).

Com a fiscalização sobre as atividades jornalísticas intensificando-se, o semanário rio-grandino publicava um comentário humorado e sagaz sobre os cuidados que o seu responsável deveria tomar para manter a publicação do jornal. Destacava, assim, o mau estado de saúde de seu proprietário que se achava em uso de remédios prescritos pelo *Dr. Cautela*, formado em Ciências pela *Faculdade do Caldo de Galinha* que

receitara mezinhas de dormideira e paciência ao ar livre, sem ofensas ao pudor (15/set./1893). Mesmo sob o controle direto das autoridades públicas governistas, o *Bisturi* ainda procurou manter-se no combate por mais algumas edições. Esse comportamento, no entanto, durou apenas até o Decreto de 13 de Outubro de 1893 que previa restrições praticamente totais à liberdade de imprensa. Tal determinação do governo federal seria o divisor de águas para a conduta crítica do hebdomadário rio-grandino, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, os comentários político-partidários e as notícias militares foram abandonados. Após mais uma interrupção, entre 15 de setembro e 21 de outubro, e, como a intolerância dos governos marechalícios lhe tirasse a liberdade (LOBATO. 1946. p. 19), o jornal passou a dedicar-se quase que exclusivamente, no último trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas e até às credences populares.

Em suas derradeiras edições de 1893, tendo de abandonar completamente o seu norte editorial, o periódico chegou a criar novas seções, como “*Kaleidoscópio*” e “*Feitiçarias*”, aparecendo também colunas com adivinhações. Ao dedicar-se a esses temas, mudando drasticamente a sua abordagem, a folha buscava também demonstrar a censura que estava impedindo a sua livre expressão⁵. O hebdomadário fora calado a fórceps e, sem poder expressar seu espírito combativo, viria a fenecer como publicação de circulação regular. Ainda assim restavam as entrelinhas que por vezes foram utilizadas para denunciar a falta de liberdade de imprensa ou mesmo para demonstrar que não desistira da resistência aos poderosos. Foi o caso da mensagem publicada no número do natal de 1893 acerca da virada do ano, na qual o jornal manifestava sua

5 Várias idéias expressas neste trabalho foram adaptadas a partir de ALVES, 2002b. p. 20-21 e 407-465.

esperança no fim da violência, dos ódios e das vinganças, ou, em outras palavras acreditava na derrota do regime contra o qual tanto lutara⁶. O *Bisturi* encerrava suas atividades naquele ano que preferia ver morto, mas deixara expresso seu sentimento anticastilhista, constituindo-se num dos poucos representantes da imprensa gaúcha que, diante de tantas pressões e ameaças do modelo que dominaria o Rio Grande do Sul por décadas, optaria por opor-se e reagir. Entre calar e consentir, preferiu bradar contra aquilo que não achava certo. Ao menos enquanto lhe foi possível.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002a.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes,

6 Nessa edição, o periódico publicava: O ano morto. Vai-te 93 – Vai-te!... Há mais tempo sanguinário e maldito, embrenha-te na tua cova mortuária levando contigo teus ódios, tuas vinganças, teus crimes e negras infâmias. Nem de ti, uma lembrança quero mais. E depois quero ver surgir num céu de anil, cheio de esperanças, o teu sucessor 94, trazendo um raminho de oliveira, símbolo da paz e da felicidade (25/dez./1893).

1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p. 33-40.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Idéias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Regina. Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos eleitorais. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 93. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1990.

O “VAGABUNDO” NO CONTEXTO HISTÓRICO, A REPRESENTAÇÃO E O IMAGINÁRIO NA IMPRENSA BRASILEIRA (1989-1991)

Gislania Carla P. Kreniski¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir e analisar a relevância da imagem do vagabundo e sua representação no contexto histórico, tendo como marco inicial a Idade Média, que desabrochou esse indivíduo, partindo dessa primícia chegamos ao momento que de fato nos interessa, a transição governamental entre Monarquia e República brasileira analisando o surgimento e permanecimento do “vagabundo” na história. Levanto questões das quais somente através dos periódicos de época podemos desvendar a parte social, política, econômica dentro de um período pré-determinando para estudo e os agentes participantes do processo social. Nessa perspectiva, o trabalho com os periódicos nos proporciona percebermos seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história, sendo praticamente a única fonte documental existente, já que não se tinha por hábito registrar de outra forma a passagem desses indivíduos chamados “vagabundos”.

Palavras-chave: Vagabundo, Imaginário e Imprensa.

¹ Professora do Programa de Formação Continuada de Professores da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande, gislaniacarla@hotmail.com

ABSTRACT: *This paper aims to discuss and analyze the relevance of the image the rover and its representation in historical context, taking as a starting point the Middle Ages, who blossomed this individual, from the moment we arrived the first fruits of what actually interests us, the transition government between Monarchy and Republic Brazilian analyzing the rise and stay in the “bum” in history. Raise questions of which only through the regular season can unravel the social side, politically, economically within a pre-determined for study participants and agents of social process. From this perspective, the work provides us with the journals to realize their role in shaping the imagination and memories of the story was practically the only existing source material, since it had not been in the habit of recording the passage of another form of these individuals called “floaters” .*

Keywords: vagabond, imaginary and press.

O termo “vagabundo” é empregado nos tempos atuais a pessoas que hipoteticamente não exercem funções no campo do trabalho. Historicamente esse termo se configura como mais do que uma palavra, mas, sim, uma condição social. Essa condição social no qual muitos indivíduos foram enquadrados apresenta uma séries de delineamentos que estabelecem repressão, condicionamento, exclusão e por fim, marginalização dos sujeitos em estado de miserabilidade. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir e analisar a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” no contexto histórico do nascimento da República no Brasil.

O interesse por esse indivíduo surgiu a partir do século XIX. Segundo Bronislaw Geremek esse sujeito estava presente na sociedade medieval como produto da negação da ordem dominante, levando a ser denominação de vagabundo todo o sujeito que se recusasse a participar da vida social ou que dela foi excluído.

Esse processo de marginalização poderia ser voluntário ou

involuntário, ou seja, o sujeito poderia entrar na vagabundagem por vontade própria ou ser obrigado a isso, devido às situações da vida. Porém, qualquer um dos processos tem como causa principal a desclassificação. A marginalização dos grupos procede de uma ordem estabelecida e os indivíduos que não participam dessa ordem, não participam dos privilégios materiais e sociais, da divisão do trabalho e das funções sociais, sendo considerados inúteis à ordem comum. Assim, cada época produz seus vagabundos.

O significado de um dos conceitos-chave da marginalização na Idade Média foi analisado por Isidoro de Sevilha², no seu tratado etimológico, o *exsilium*, sendo o exílio, o viver fora de seu solo, da sua terra, para além das fronteiras de sua pátria. Esse conceito ultrapassa, obviamente, a visão geográfica, definindo o horizonte sócio-cultural numa sociedade tradicional, onde, para o homem, sua condição natural é viver em seu lugar de origem.

Trata-se daqueles que foram privados do direito de viver dentro dos limites de um determinado território, devido a uma decisão da comunidade, a uma disposição legal ou a uma sentença judicial, sendo o âmbito do exílio, definido de várias formas. Poder-se-ia tratar da expulsão de um determinado território ou de desterro para um local definido. O desterro se insere na categoria de longa duração, da tradição penitenciária, enquanto a expulsão era considerada a forma mais antiga, implicando na proibição de permanecer numa cidade ou num território. Nas leis bárbaras e nas tradições jurídicas, o exílio surge rigorosamente como exclusão na Alta Idade Média.

Consideravam-se, então, indivíduos vagabundos, aqueles que

2 Isidoro de Sevilha foi um [Teólogo](#), [Matemático](#) e [Doutor da Igreja](#), além de [Arcebispo](#) de [Sevilha](#), considerado um dos grandes eruditos e o primeiro dos grandes compiladores [medievais](#).

não tinham residência fixa, não tinha trabalho fixo e nenhum bem a ser confiscado, em consequência de delito. Além de não ter nada disso, ainda vagueavam pelos bosques. Em muitos casos, eram reveladas desconfianças e hostilidades relacionadas aos indivíduos viajantes e aos vagabundos.

O conceito de metáfora espacial está relacionado diretamente com o conceito de espaço, que pode ser interpretado como centro e periferia, ou seja, dentro e fora.

Essa diferenciação social decorria devido à organização social, afastando do centro, ou seja, da sociedade organizada em comunidades familiares, os marginais de todos os tipos e gêneros: banidos, malfeitores, contestatários, hereges, dissidentes, entre outros. Nisso, visto da ótica do mundo cristão, ou ecúmena, e nesta esfera, estavam os monstros, os selvagens, os pagãos e os infieis.

A marginalização social acompanhava a marginalização espacial, ou seja, o exílio da cidade para o campo, os bairros mal afamados e os ghettos. Vale ressaltar o caráter relativo desse afastamento, continuando a existir contatos entre os grupos e as pessoas que obedeciam às normas morais e sociais, vigentes, e aqueles que as infringiam.

Em análise feita por Le Goff, não se têm muitos vestígios dos marginalizados. Eles não estabeleciam relações, não herdavam e nem eram heróis de grandes feitos, que tivessem sido passados à história. A presença dos marginalizados está, sobretudo, nos arquivos de repressão, que é a imagem que deles temos reflexa, dando-nos não somente a justiça da sociedade organizada, mas também o seu terror e o seu ódio. Sendo assim, o que temos são informações referentes à própria sociedade, deixando, em segundo plano, aqueles que eram objetos de repressão dessa sociedade. Relacionado aos vestígios escritos, é importante

ressaltar que, à época, sendo respeitada a tradição, não havia necessidade dos documentos.

A prostituição era um dos tipos de vagabundagem, apresentada de várias formas, e que não estava presente apenas na cidade, conforme demonstrada, nos arquivos judiciais, a grande prática no campo. As prostitutas estavam presentes nos locais de encontro das populações rurais, nos mercados e nas feiras; iam de aldeia em aldeia, acompanhavam grupos de ceifeiros, operários e mercadores. Nas cidades, tinham lugares fixos, sendo permitida, pelas autoridades municipais, a abertura de casas de passe, e havia cidades que abriam prostíbulo com fundos da comuna e, depois, alugavam. Naquela época eram comuns os banhos públicos, esses, também, funcionavam como bordeis, e existiam os getthos de prostituição, em algumas cidades.

As meretrizes tinham incontestavelmente sua condenação moral e religiosa. Eram excluídas da sociedade, não tendo direito a constituírem família ou terem filhos. Porém, algumas prostitutas tinham uma vida faustosa, adquiriam fama e até aspiravam obter prestígio social, o que já não acontecia às pensionistas dos bordeis urbanos, que na maioria dos casos, viviam a mercê de proxenetas³.

Fica claro que a marginalização dependia, sobretudo, da situação social. No caso dos pastores, encontramos-nos perante uma atividade do domínio agrário, que a Idade Média, mais precisamente o século XVI, normalmente, considerava positiva; além disso, era uma das atividades rurais periódicas, universalmente exercidas. No entanto, havia uma profunda desconfiança em relação ao mundo dos pastores. O motivo dessa desconfiança residia no fato de a pastorícia exigir um ritmo de

3 Conhecido vulgarmente por cafetão no Brasil, um proxeneta é quem procura e administra clientes para uma prostituta.

vida migratório e, por conseguinte, o afastamento da residência e longos períodos de solidão. Continua, portanto, dois fatores marginalizantes: a migração e a solidão. Para, além disso, o pastor também se encarregava do abate dos animais – daí, o contato com o sangue – fazia-se de veterinário e de médico do povo, o que não podia deixar de provocar suspeitas e medos. O fato de viver, durante muito tempo, no meio dos animais, longe de casa e da coletividade, atraía várias outras suspeitas, entre elas, a de bestialidade e sodomia.

Quando se fala de condenação, infâmia e marginalização, não se pode prescindir das questões referentes ao corpo, que determinam os efeitos marginalizantes da doença e da condição social dos doentes. O início da segregação dos leprosos é encontrado no código de Rotário da Lombardia, do ano de 635, conforme Hanna Zaremska:

[...] “Se qualquer um é afligido pela lepra e a verdade do fato é reconhecida pelo juiz ou pelo povo e o leproso é expulso da civitas ou da casa de maneira a que viva isolado, ele não deve ter o direito de alienar sua propriedade ou dá-la a quem quer que seja porque, desde o dia que é expulso de sua casa, é como se estivesse morto”. (ZAREMSKA in LE GOFF & SCHMITT, 2002, p. 130).

Esse código demonstrava que essa doença era resultado dos pecados cometidos, além de autorizar, também, o abandono de uma noiva que ficasse cega, leprosa ou louca. A caridade para com os doentes andava junto com o medo do contágio, a aversão e o desprezo para com os aleijados.

Os leprosos nos fornecem um exemplo clássico desse medo do contágio. A Igreja e as instituições públicas agiam concertadamente, com o objetivo de isolar totalmente os leprosos, do resto da sociedade.

Essa espécie de morte civil, da pessoa atingida pela terrível doença, comportava uma cerimônia espetacular, uma espécie de funeral, com o seu acompanhamento, até a leprosaria, situada além dos limites da cidade. A gangrena da alma pecadora transferia-se para o corpo e proporcionava a esperança da salvação eterna, mas, nesse mundo, obrigava a viver longe das pessoas sãs, longe da sociedade. Os leprosos gozavam do apoio da sociedade, durante suas penitências em vida. As leprosarias eram abundantemente abastecidas. Essas leprosarias tinham que se situar longe dos centros urbanos e os leprosos não podiam tocar em nada do que fosse tocado pelas pessoas sãs. Os filhos desses leprosos tinham o mesmo tratamento, e eram obrigados a viver em ghettos e a praticar, apenas, as profissões consideradas desonrosas ou imundas. A marginalização dos leprosos, no século XVI, tratava-se de um fato tão evidente, que esses leprosos eram denominados os excluídos.

A lepra era uma doença especial na Europa. Era um misto de compaixão e marginalização em relação aos doentes em geral. Isso variava muito da condição social do doente. Se esse doente pertencia a uma família rica, essas pessoas podiam evitar serem excluídas pela sociedade. Já nas classes mais baixas, que balizavam a sua existência cotidiana no trabalho físico, a doença provocava a marginalização. Os doentes, então, tornavam-se objetos de caridade, eram mendigos, tinham que viver de esmolas e procurar um teto nos asilos. Aos aleijados e aos doentes, que não tinham condições de trabalhar, a doutrina cristã, sobre a caridade, concedia-lhes o direito de viverem de esmolas.

Reconhecido que o processo de marginalização se baseava na exclusão dos laços sociais ou na ruptura espontânea, na perda de lugar no mundo do trabalho ou na distribuição de funções sociais, torna-se difícil considerar os mendigos como marginalizados, pois os mesmos

eram necessários, na medida em que ofereciam a possibilidade a outras pessoas de exercerem a caridade. Estavam organizados e viviam de uma maneira estável, respeitando as normas da convivência social.

O vestuário, também, era fator de distinção mais frequente. De modo geral, os vagabundos e malfeitores não se distinguiam, quanto ao vestuário, de todos os que pertenciam às classes sociais mais baixas, mas pressupunha-se que as roupas esfarrapadas e o bastão (imagens clássicas das figuras dos séculos posteriores), definiam a pessoa. A orelha cortada permitia reconhecer um ladrão. No caso dos mendigos, os farrapos e o corpo seminu (meios eficazes de receber a esmola), eram sinais evidentes. Os sinais objetivos da condição de marginalização são mais instrumentos de infâmia, de exclusão e de repressão, do que fenômenos naturais.

É certo que, entre as várias categorias que constituíam o mundo da marginalização na Idade Média, existiam diferenças essenciais e, por vezes, capitais. Era possível observar certa gradação na exclusão e na segregação; a decadência não era a mesma para o cavaleiro e para o camponês; e a marginalização social nem sempre equivalia à exclusão e à segregação. As barreiras raramente eram tão rigorosas, como no caso dos leprosos.

No caso dos ofícios considerados infames, esses não eram olhados com bons olhos por ninguém e, principalmente, pela Igreja. A ideia que se tinha era que esses ofícios favoreciam ao vício. A reabilitação de algumas profissões só ocorreu no século XIII e, mesmo assim, nem todas foram reabilitadas, sendo que algumas continuaram reprovadas. Destacam-se, entre esses ofícios infames, a usura, a prostituição e a

prestidigitação⁴.

No entanto, todas essas categorias de pessoas se caracterizavam pelas suas diferentes maneiras de viver, por não se sujeitarem às normas e aos modelos de vida estabelecidos, e por se recusarem a trabalhar ou a desempenhar uma função social. Os marginalizados estavam juntos, também, na aversão, na estranheza, no medo e, por vezes, no ódio que a sociedade lhes demonstrava.

Mediante o contexto histórico do “vagabundo” analisaremos a seguir o imaginário e a representação desses sujeitos excluídos socialmente na imprensa, em meio ao contexto de surgimento da República no Brasil.

1.1 A República e os vagabundos

Com a abolição da escravatura no final do século XIX, os negros, agora livres, se deslocavam para as cidades à procura de oportunidades para constituírem uma vida, chegavam lá e não conseguiam ser absorvidos em atividades remuneradas. O número de negros que partiam em busca dessa nova oportunidade era muito grande, dificultando ainda mais essa busca.

O fim do período monárquico trouxe consigo a abolição dos escravos, homens livres sem trabalho, em busca de alguma ocupação para garantir seu sustento e o de sua família. Esses foram os trabalhadores livres, do final da Monarquia, que engrossaram a contagem dos vagabundos na época do início da República.

Assim, é possível prever o que poderia vir a acontecer, levando-

4 Também conhecido como magia ou ilusionismo, que tem por objetivo promover arte cênica de entretenimento, confundindo e surpreendendo o público.

se em consideração que, mesmo alforriados, esses ex-escravos não deixariam de ser negros. Com base nessa teoria e na realidade que os cercavam, é possível entender o que aconteceria ao negro ex-escravo, pois agora, esse negro, estaria sem lugar, sem trabalho e sem profissão, conforme Emília Viotti cita Florestan Fernandes: [...] a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte. (Viotti, 2007:366)⁵

Com base nas pesquisas de Emília Viotti, esse negro ex-escravo precisaria de se sustentar e sustentar sua prole e como nem todo negro conseguia trabalho, na nova sociedade republicana, surgiram assim os trabalhadores livres, que faziam qualquer tipo de trabalho, com a intenção de levantarem algum recurso para o sustento de sua família. Segue a análise de Emília Viotti:

[...] A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados. [...]. (VIOTTI, 2007:368).

As oportunidades dadas ao negro não eram as mesmas dadas ao branco. Apesar de serem livres, isso não significava que o preconceito deixaria de existir. Ao contrário, a discriminação não deixou de existir e agora disputava a concorrência do mercado de trabalho com o branco. Porém, essa concorrência não era justa. Obviamente, nessa corrida competitiva, o negro sairia perdendo, evidenciando mais uma vez a discriminação.

Dessa forma, o que realmente se tinha de concreto eram

5 Ver mais: **Florestan Fernandes**, *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, 1964; Idem, *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972.

trabalhadores livres, brancos e negros, que estavam à margem da sociedade, que viviam dentro da lei e dos bons costumes, da comunidade ao qual estavam inseridos, mas, porém, que não abriam espaços para esses trabalhadores, que procuravam, a todo custo, exercer algum trabalho, legal ou não, como foi o caso dos trabalhadores livres do início da República.

Vale ressaltar, segundo Emília Viotti, que no caso da discriminação, esta estava diretamente ligada à figura do negro, pois, a tentativa que ocorreu, em meados do início da República, foi o clareamento desse negro, porque para o Brasil daquele momento, mais importante que o sangue era a aparência, então se a mistura do negro com o branco proporcionasse ao indivíduo a pele clara esse seria branco, e não negro, independente do sangue negro que esse indivíduo tivesse. Tudo era enxergado como válido para clarear o Brasil e livrá-lo do estigma de racismo, discriminação e preconceito, observado por outros países.

Visto que as oportunidades que os negros tinham, não eram as mesmas que as dos brancos, as pesquisas então nos levam ao lado em que esses negros se inseriram na vida errante, passando a surgir uma discriminação não só relacionada aos negros, mas também aos negros vagabundos. É claro que nem todo negro seria um sujeito errante. Porém, alguns deles, fosse pela falta de oportunidades ou mesmo por estarem confortáveis com uma vida, digamos fácil, se inseriram na vagabundagem.

Acreditava-se que a tentativa de clareamento levaria o país a ascender na escala social, pois, a elite branca é que se inseria nessa escala. Apesar de alguns mulatos terem sido inseridos nessa elite, tiveram de pagar um preço, renegando sua própria origem, vivendo de acordo e conforme ditavam os brancos. Mesmo com algumas oportunidades, nem

todos seriam inseridos no mercado de trabalho, aumentando o número de desempregados, sendo assim, seria inevitável que alguma parte dessa população se ligasse aos males da civilização.

Assim, para os negros, o que seria o grande momento de suas vidas não passou de desilusão para a maioria. O negro, agora homem livre, teria que se inserir na sociedade e no mercado de trabalho, que como podemos imaginar não seria uma das tarefas mais fáceis para ele. Então, esse negro teve de enfrentar a realidade social, mais que isso, a discriminação devido à sua origem, porque apesar de livre ele não deixou de ser negro e ex-escravo. Dessa forma, com a abolição, tão esperada, se aproximava o fim de um sistema político e o início de outro, que traria com ele expectativas e apreensão.

Nessa perspectiva, o que marcou esse período inicial da República foi o exemplo europeu que nos cercava. Vários seriam os projetos para a instauração desse novo sistema de governo, dentre eles estaria à mudança dos costumes urbanos, ou seja, os males da civilização que deveriam ser combatidos. Citamos como exemplo: a embriaguez, os jogos, a prostituição, desordens causadas pela vagabundagem entre outros.

Observando a “grosso modo”, as pessoas que iriam engrossar a porcentagem dos vagabundos vinham do final da República, ou seja, algumas delas eram ex-escravos que não conseguiram se inserir na nova sociedade republicana dando início então aos cortiços e favelas de época. A República teve seu período difícil, em seus primeiros anos. As transformações foram grandiosas na economia, na política, na cultura e na própria sociedade. As transformações nas alterações quantitativas foram inevitáveis. A população da capital cresceu em número de habitantes, de composição étnica e de estrutura ocupacional.

Engrossando o contingente de desempregados e subempregados,

estava a mão-de-obra escrava lançada ao mercado de trabalho, após a abolição. Como consequência do crescimento populacional, houve o acúmulo de pessoas mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Desde antes da República, já se observava que a cidade estava crescendo em números de malfeitores, gatunos e vagabundos de todas as espécies. Essa população estava sendo comparada com as classes perigosas de que se falava no início do século XIX. Dentre eles estavam ladrões, prostitutas, malandros, desertores das forças armadas, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, funcionários de repartições públicas, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, pivetes⁶ e outros. Os capoeiras⁷ também estavam inseridos neste contexto, porém, as referências desses sujeitos apareciam nas estatísticas criminais referentes às contravenções do tipo de embriaguez, jogo e vadiagem. A partir de 1890, com a nova Constituição e o Código Penal, essas contravenções foram responsáveis por prisões e reclusões às Casas de Detenção.

Bem, sabemos que nem só os escravos eram capoeiras. A capoeira era praticada por guardas nacionais, Praças do Exército e da Armada, indivíduos de várias camadas sociais e artesãos. O surgimento dessa capoeira se deu a partir das buscas nas tradições negras, propiciando seu surgimento. Essa capoeira tinha uma atuação autônoma e, ao mesmo tempo, coletiva, no espaço público, que no caso seriam as ruas. Essa atuação gerou uma marca que foi o Partido Capoeira, que mantinha uma relação com os partidos políticos formais e com a política institucional, unindo assim, o lúdico ao político, a festa à violência.

O novo sistema político tinha por propósito a eliminação dos males da civilização que tomaram conta do início do sistema político

6 Segundo José Murilo de Carvalho está palavra já existia na época.

7 Resultado da união entre tradições africanas e a experiência da escravidão urbana no Brasil.

republicano. Para combater esses males se fez necessária a criação de um policiamento eficiente capaz de controlar a população desordenada. Esse policiamento estava respaldado no Código Penal Brasileiro de 1890. Esse Código acreditava que todos os crimes poderiam ser evitados, se combatidos, de forma eficiente, os elementos causadores das transgressões: a vagabundagem.

Acredita-se que os capoeiras, os negros alforriados, os imigrantes e os pobres eram apontados pelas autoridades como os principais responsáveis pelos roubos, latrocínios e prostituição, marcados por um grande crescimento.

Para José Murilo de Carvalho, o maior enfoque era dado aos capoeiras, pois a capoeira era considerada crime, porque representava uma ameaça à segurança física dos cidadãos. Apesar de não serem os únicos contraventores da época, foram deportados por Sampaio Ferraz⁸, para Fernando de Noronha. O objetivo de Sampaio Ferraz não era só desaparecer com as maltas, mas sim desaparecer com o lugar onde as práticas ganhavam sentido, as ruas. Essa foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo republicano.

O objetivo com a ordem imposta aos contraventores estaria ligado ao processo de modernização das cidades, pois se acreditava que a prisão dos vagabundos e capoeiras fazia parte desse processo, dando o direito às autoridades, de levar à reclusão, indivíduos que pudessem representar algum tipo de ameaça à ordem pública, mesmo sem terem realizados ou terem sido acusados de qualquer crime.

A República passou a considerar que se fazia necessária uma medida de repressão e correção sobre os indivíduos que não se adaptassem as normas estabelecidas. Os pobres de modo geral, não eram levados

8 Chefe de Polícia, do início do período republicano.

à Casa de Detenção, só seriam encaminhados para lá os pobres que não optassem pelo trabalho e pelos bons costumes. Os indivíduos que vagavam pela cidade e não tinham meios de subsistência eram levados à prisão.

Para que fosse possível estabelecer todas as mudanças necessárias para manter a ordem, o segundo governo da República necessitou intervir de forma violenta, por parte das autoridades. Os cortiços foram derrubados e, com esse acontecimento, já se podiam esperar as medidas que viriam a seguir, caracterizando o autoritarismo do Presidente Rodrigues Alves, com seu bota-abaixo.

Esse momento foi marcado por uma grande revolta, devido à obrigação da vacinação da população, contra a febre amarela. Essa revolução popular foi muito significativa e importante para a história. Utilizando a documentação da época foi possível pesquisar, analisar e compreender melhor o indivíduo vagabundo nas fontes disponíveis existentes no período. O jornal aparece então, como documento fundamental para as pesquisas. Esse documento relata e retrata como aconteceu realmente todo o processo inicial do sistema republicano com todo o seu aparato para a instauração desse novo sistema governamental.

É no jornal que podemos nos amparar nas verdades que ocorreram naquele dado momento, sem essa fonte a possibilidade de pesquisa poderia ser comprometida, já que, esse era o único meio de se registrar e veicular a história dos vagabundos, que não teriam senão o jornal para registrar essa passagem.

1.2 Os vagabundos na imprensa

Conforme podemos perceber, a imprensa desencadeou um papel importante na vida das sociedades. Com o objetivo principal de informar, esse veículo de comunicação, foi e tem sido, principalmente para os historiadores, uma importante fonte histórica e documental. Trabalharemos agora com a representação do vagabundo veiculado na imprensa do contexto do surgimento da República brasileira, informando e registrando a presença desse indivíduo nas sociedades e na história.

Tomaremos o jornal como veículo de informação, com o intuito de mostrar como era representado e imaginado esse sujeito vagabundo, estudando os métodos coercitivos, usados para manter a ordem, de certa forma, com o objetivo de reabilitação e reinserção desse indivíduo, na vida social.

Nosso veículo de informação nesse estudo será o Jornal do Commercio, que foi criado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827, circulou em inúmeras regiões do país e adotou uma postura conservadora frente aos problemas nacionais. Como era típico na época, os jornais assumiam posições, e com o Jornal do Commercio não foi diferente, adotando a defesa do governo e das oligarquias. Defendeu todos os atos de coerção que o governo teve frente aos seus opositores.

Francisco Alves trabalhou em seu livro, “Por uma imprensa livre”, com os pontos relevantes pelo qual a imprensa passou, desde o fim da Monarquia, até os primórdios da República. Vejamos a citação a seguir: “Durante o processo de transição da Monarquia à República, a imprensa brasileira passou por um acelerado avanço. Acompanhando um novo recrudescimento dos embates partidários e políticos, renascia o debate e o espírito crítico-opinativo no jornalismo. [...]”(ALVES, 2004:14).

Francisco Alves discorre sobre os momentos ocorridos durante o processo de transição e evolução, passado pelo jornalismo no início do

período republicano, dos quais, a imprensa atravessou junto ao país as mais diferentes fases. No caso da imprensa escrita, os jornais, estes não deixaram de cumprir o papel de informar o público de maneira ágil, de acordo com os recursos tecnológicos disponíveis na época.

Os destaques a seguir, nos permitiram visualizar como foram veiculados na imprensa a representação dos vagabundos, nos noticiários pré e pós República. Perceberemos a conduta, bem como as punições que circundavam esses indivíduos.

Na perspectiva do texto que foi escrito até o momento, usarei as notícias veiculadas no Jornal do Commercio do último trimestre de 1889 e primeiro trimestre de 1890. Todavia, observaremos, que apesar de o Jornal do Commercio ser um veículo de imprensa jornalística que circulava diariamente, as notícias relacionadas à vagabundagem não apareciam diariamente, o que nos leva a entender que as aparições estavam relacionadas à coerção aplicadas a eles, só sendo veiculadas no momento em que as autoridades cumpriam o papel coercitivo, destinados a esses indivíduos.

Vale ressaltar que além das notas publicadas no jornal, a outra forma de registro desses indivíduos errantes foram os B.Os., ou seja, os boletins de ocorrências, registrados mediante os delitos ocorridos na cidade. Não se conhece outra forma de registro de época que estes.

Sobre o jornal, sabemos que esse era impresso e continha um número de seis páginas por publicação. Tinha como destaque, publicações com os seguintes títulos: Telegramas, Gazetilha, Assembléia Legislativa Provincial, Avisos, Publicações a Pedidos, Tribunaes e Juízo, Exterior, Interior, Indicações Uteis, Editaes, Declarações e Classificados da época. Na última página apareciam ainda, Quadro de Títulos de Renda e Acções de Companhias e Commercio (mercado monetário, mercado do café).

Na perspectiva dos registros feitos pelo jornal, observemos as notas a seguir:

Vadios: A polícia pôs ontem em custódia Benedicto Hermogenes Mendes dos Reis, Pedro Pereira Neto, vulgo Cadete Netto, Maria Antônia da Conceição e Silva e Isabel Antônio Netto, por serem vadios e vagabundos. (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1º/Outubro/1889, p. 1).

A coluna do jornal, em que a nota acima foi publicada, tem como título: “Vadios”. Dessa forma, podemos perceber de maneira clara a representação dada pelo jornal aos indivíduos atrelados a algum delito.

Polícia: Pelo subdelegado do 1º distrito de Sant’Anna foram ontem remetidos para a casa de detenção, por serem vagabundos, os seguintes indivíduos. Polucena Maria da Conceição. Maria Gonçalves, Sebastiana Maria da Conceição e Rosalina Maria Borges. (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 4/Outubro/1889, p. 1).

A nota citada acima traz o título: “Polícia”, observamos que isso se dá devido à maneira em que a nota foi publicada, utilizando informações relacionadas às autoridades. Conforme outro extrato do jornal, “Foi multado o dono do carrinho de mão nº 2.190, Antônio Alves, por não ter a devida licença” (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 4/Outubro/1889, p. 1).

Nesse caso, não houve contravenção que levasse o indivíduo à detenção, pois o mesmo não se tratava de um vagabundo. Porém, a coerção foi aplicada por meio de multa, para que o indivíduo não tivesse possibilidade de sofrer a tentação de viver no erro, e se transformar em mais um errante na cidade, como apresentado no extrato: “Polícia: O preto Lourença, que vagava pelas ruas do 1º distrito de Sant’Anna, foi apresentado ao senhor conselheiro chefe de polícia, para ter destino mais

conveniente” (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 5/Outubro/1889, p. 1). Aqui percebemos a presença de um negro, nos levando a refletir se esse indivíduo seria um ex-escravo, que não conseguiu ser inserido, e ajustado, na vida da sociedade, ou apenas um errante comum.

Polícia: Forão hontem recolhidos a Casa de Detenção, por ordem do subdelegado do districto de São José, os seguintes vagabundos e desordeiros: Jorge Joson, Augusto Mó, Fausta Maria da Conceição, Helena Joaquina, Manoel Ignácio Botelho e Rosalina Maria de Menezes. (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 6/Outubro/1889, p. 1).

Ao analisarmos esta nota, observamos a presença feminina. Nota-se que apesar de o jornal se remeter a esses indivíduos como vagabundos e desordeiros, ele não faz menção a que tipo de vagabundo eles seriam. No caso das mulheres, podemos pensar em errantes ou prostitutas. O jornal ainda apresenta: “ Foi hontem preso na 15º estação policial José Xavier de Lima, que se entregava a exercício da capoeiragem” (Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 6/Outubro/1889, p. 1). A capoeira era uma contravenção tida como mais perigosa, portanto, ela se distingue na escrita devido ao seu caráter particular.

As citações acima, além de notas, são as fontes documentais necessárias para o desenvolvimento das pesquisas desse indivíduo que constituiu uma passagem pela história, produzindo e deixando para nós a sua história, que só nos é palpável graças a nossa fonte. Devido a essa fonte de singular importância para nós, a pesquisa se torna possível e provocante.

Fontes:

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1º de Outubro de 1889.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 1889.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1889.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1889.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891).

CÓDIGO PENAL DE 1890.

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DE 1890.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. *Por uma imprensa livre: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos*

decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GEREMEK, Bronislaw O Marginal. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989. p. 233-248.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Dir.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 2 vols.

_____. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHIMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: Le Goff, Jacques (Dir.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. P. 261-290.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

O CONSULADO DE PORTUGAL NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA: O CASO DE FRANCISCO JOSÉ ANTUNES BARBOSA

*João Júlio Gomes dos Santos Júnior*¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo avaliar o posicionamento do Consulado de Portugal, no Rio Grande do Sul, no período da Revolução Federalista (1893-1895). Para dar conta desse objetivo vamos analisar o caso específico do cidadão português Francisco José Antunes Barbosa. Esse indivíduo emigrou para o Brasil em 1859 e fixou residência na cidade de Pelotas, onde formou um patrimônio considerável. Contudo, com o início da Revolução Federalista, suas propriedades foram invadidas e saqueadas por tropas governistas. A estratégia adotada por esse indivíduo, para ser ressarcido dos seus prejuízos, foi buscar auxílio no Consulado de Portugal. Nesse sentido, a estrutura diplomática portuguesa funcionou como um instrumento de pressão junto ao governo estadual para tentar garantir os interesses dos seus súditos.

Palavras-chave: Diplomacia, Indivíduo, Revolução Federalista

ABSTRACT: *The present article has the objective to evaluate of the Portuguese Consulate positions during the Federalist Revolution (1893-*

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Orientado pelo Prof. Dr. Jurandir Malerba. Bolsista CNPq. Professor Substituto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Email: jjjhst@gmail.com

1895) in Rio Grande do Sul. To do that we are going to analyse the specific case of the portugese citizen called Francisco José Antunes Barbosa. This individual has been migrated to Brazil on 1859 and lived on Pelotas city, where he accumulated a significant patrimony. However, with the beginning of the Federalist Revolution, his properties has been invaded and robbed by governists troops. The strategy adopted by this individual, to compensate his injuries, was to request assistance for the Portuguese Consulate. In this sense, the structure of the portuguese diplomacy worked to pressing the estadual governament to guarantee of the vassals interests on dispute.

Key-words: *Diplomacy, Individual, Federalist Revolution*

1. O início do problema

A partir de outubro de 1892 a fazenda de criação de gado de Francisco José Antunes Barbosa, súdito português radicado no Brasil desde 1859, foi invadida por tropas governistas comandadas pelo Tenente Coronel João Gomes de Oliveira, e pelo Tenente Coronel Emílio Joaquim Caldeira Sobrinho. A propriedade estava localizada no Primeiro Distrito de Cerrito de Canguçu, próximo da cidade de Pelotas, no Rio Grande do sul. Essa invasão teve por objetivo retirar gado vacum, cavalos e lanígeros para suprir as necessidades da tropa constituída para combater os Federalistas na região.

Os prejuízos foram enormes. Depois de recorrer às autoridades locais para que essas garantissem o fim aos assaltos à sua propriedade, Francisco Barbosa percebeu a impotência dessas para resolver o problema. Decidiu, então, enviar um telegrama ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, que naquele momento era Fernando Abbott. Esse telegrama de 28 de outubro, que resumia os fatos e solicitava

“providências urgentes”², foi respondido dois dias depois e prometia providências enérgicas de repressão a tais ocorrências (AHRGS. Pelotas. 17.06.1893). Entretanto, tais promessas não se cumpriram na prática.

Antes de prosseguir a narrativa vamos buscar mais elementos para melhor compreender as escolhas de Francisco Barbosa.

2. Um estrangeiro na Revolução Federalista

A escolha de pesquisar a experiência de Francisco José Antunes Barbosa na Revolução Federalista não se deu por acaso. Ao retomarmos

2 Todas as informações obtidas sobre esse caso, e outros, estão acessíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Caixa 11\ Maço CN-21. Esse maço documental está separado por vice-consulados de acordo com os anos da seguinte forma: Ano 1891 (vice-consulados de Porto Alegre, Uruguaiana, Pelotas e Jaguarão). Ano 1892 (consulado de Rio Grande e vice-consulado de Porto Alegre). Ano 1893 (consulado de Rio Grande, vice-consulado de Porto Alegre e Santa Vitória do Palmar). Ano 1894 (consulado de Rio Grande e vice-consulado de Porto Alegre). Ano 1895 (consulado de Rio Grande, vice-consulado de Porto Alegre e Pelotas). Ano 1896 (consulado de Rio Grande, vice-consulados de Pelotas, Porto Alegre, Santa Vitória do Palmar). Dessa divisão é possível mapear a estrutura consular de Portugal no Rio Grande do Sul nesse período da seguinte forma: O Consulado de Portugal no Rio Grande do Sul estava localizado na cidade de Rio Grande. Existiam Vice-Consulados nas cidades de Pelotas, Porto Alegre, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana e Jaguarão. O autor Antônio Soares (1988) acrescenta a cidade de Bagé nessa lista de vice-consulados. No transcorrer das futuras citações documentais vamos procurar explicitar a origem e a data do documento citado.

a historiografia desse conflito ³ verificamos uma lacuna de estudos que abordem indivíduos anônimos ⁴. Dessa forma, é pertinente trazer mais informações antes de avançar nos desdobramentos desse caso. Para tanto, vamos problematizar duas questões que nos ajudarão a conhecer melhor esse indivíduo. A primeira é o fato de Francisco Barbosa ser um migrante português; a segunda é sua demora em se posicionar frente a lei de Grande Naturalização do início da República.

Em 1859, com apenas 13 anos de idade, Francisco José Antunes Barbosa emigrou sozinho do noroeste de Portugal, da região de Povoação de Lanhoso (AHRGS, Rio Grande, 28.11.1891) ⁵. Jorge Fernandes Alves

3 São muitas as obras que tratam a revolução do ponto de vista das clivagens políticas entre os grupos envolvidos (OSÓRIO, 1930; MORTIZ, 1939; LOVE, 1975; TRINDADE, 1979; RODRIGUES, 1990; FLORES, 1993; FÉLIX 1996; FRANCO, 1993, 2007). Outras abordagens priorizaram os aspectos econômicos (PESAVENTO, 1980, 1983; FONSECA, 1983). Quando os indivíduos são trabalhados, as escolhas recaem sobre os grandes políticos e líderes militares (ORICO, 1935; FRANCO, 1967; AXT, 2004, 2005). Os estudos sobre estrangeiros se limitam as regiões de colonização alemã e italiana (GERTZ, 1993; CONSTANTINO, 1993). Os balanços historiográficos realizados por Helga Piccolo (1993), Moacyr Flores (1993) e Francisco das Neves Alves (2002) apontam para a mesma direção. Todos os três concordam que, em um primeiro momento, os textos produzidos pelos contemporâneos do conflito refletiam os seus posicionamentos políticos. Entretanto, somente Helga Piccolo apontou a necessidade de se realizar pesquisas com a documentação diplomática da época. Salientamos, também, a tese de doutorado de Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel (1999) que utilizou fontes diplomáticas do período, porém, centrou sua análise nas relações político diplomáticas entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Não abordou, portanto, indivíduos anônimos.

4 Aqui compreendemos um indivíduo anônimo naquilo que Elias explica que “justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age” (ELIAS, 1994:49)

5 Nesse mesmo documento encontramos uma descrição física de Francisco José Antunes Barbosa em 1891: Idade: 45 anos; Estado: Casado; Estatura: Regular; Cabellos: Mesclados; Olhos: Castanhos; Nariz: Regular; Barba: Bigode. Salientamos que esse mesmo documento comprova a atitude da diplomacia portuguesa em ignorar o prazo para efetuar as naturalizações. Esse temática será abordada no decorrer do texto.

(1993a), em seus estudos sobre a emigração portuguesa para o Brasil, trouxe algumas reflexões interessantes para o caso de Francisco Barbosa. Uma delas está na diferenciação de dois tipos de emigração.

O primeiro tipo seria a emigração tradicional e o segundo a emigração rural. Enquanto o primeiro tipo se direcionaria para profissões artesanais e comércio em geral, o segundo tipo se caracterizaria pela ausência de qualificação profissional e por ser composta pelos segmentos mais proletarizados de Portugal que, ao chegar ao Brasil, se dedicavam a atividades menos especializadas. Se o primeiro tipo colaborava para alicerçar o mercado de trabalho brasileiro, o segundo era uma resposta às políticas brasileira de atração de mão-de-obra.

Segundo Jorge Alves, normalmente recai sobre o segundo modelo de emigração o discurso da analfabetização. Contudo, ao analisar os passaportes dos emigrantes a partir de 1860 ⁶, o autor verificou que os emigrados da região da cidade do Porto (noroeste de Portugal) possuem um nível de alfabetização maior que a média nacional da mesma época. Esse fluxo migratório:

(...) é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem. Curiosamente, os níveis encontrados na emigração são similares aos da população urbana, o que nos vem reafirmar a natureza complementar entre a emigração e o êxodo para a cidade, conhecida que está a capacidade de centripetação do Porto urbano, em que cerca de metade da sua população era de origem exterior. Estamos, assim, perante o reconhecimento daquilo que se pode conceber como uma norma no êxodo rural, ou seja, o papel mobilizador da escolaridade, que leva a fugir dos campos precisamente os mais instruídos. O destino pode ser a cidade ou a emigração, acontecendo esta última quando

6 Até essa data não havia registros sobre o grau de escolarização dos emigrados. A partir dessa data começa a prática de registrar nos passaportes a capacidade do emigrado de escrever/assinar o seu próprio nome, o que definiria se ele seria “letrado” ou “iletrado” (ALVES, 1993b. p. 251).

diminui a dinâmica econômica e social daquela e se torna incapaz de responder às expectativas individuais dos que a procuram, sobrepondo-se-lhe, então, o “horizonte mítico” e longínquo que gerações sucessivas procuraram (ALVES, 1993b. p. 254-255).

A partir dessa explicação voltamos para o caso de Francisco José Antunes Barbosa. A região de Povoá de Lanhoso fica próxima à cidade de Braga, que por sua vez, é próxima da cidade do Porto, no noroeste de Portugal. A data que consta da chegada de Francisco José A. Barbosa é de 1859. Um ano antes do início do controle sobre a alfabetização dos emigrados nos passaportes portugueses. Jorge Alves lembra que, o controle dessas informações aparecia somente nos passaportes dos titulares. Para os acompanhantes, como mulheres e crianças, não havia registros, ao menos no início. Dessa forma, a probabilidade de que de Antônio José Antunes Barbosa e Costodia Josepha da Cruz, os pais de Francisco, fossem alfabetizados, de acordo com Jorge Alves, é em torno de 60% para o ano de 1860 (Idem. p. 252).

Mesmo que Francisco Barbosa, com 13 anos de idade, ao chegar ao Brasil fosse analfabeto, verificou-se em diversas regiões brasileiras a complementação educacional desses indivíduos (ALVES, 1993a. p. 283-284). De uma maneira ou de outra, ou tendo sido alfabetizado de Portugal ou concluindo sua educação no Brasil, é importante salientar que esse indivíduo era alfabetizado e possuía uma cultura relativamente alta, pois era capaz de redigir um memorial ao Presidente do estado Rio Grande do Sul mencionando, inclusive, o revolucionário francês Lamartine (AHRGS. Rio Grande. 03.03.1893).

Outra questão interessante reside no documento que confirma

a origem de Francisco Barbosa ⁷. Ali está explícita a profissão que esse indivíduo tinha na cidade de Pelotas, em 1891. A sua profissão era comerciante. Dessa forma, atentamos para aquilo que Jorge Alves define como sendo o primeiro tipo de emigração, a tradicional, que seria direcionada para atividades artesanais e comércio em geral. Porém, a região de Povoá de Lanhoso é predominantemente rural, e esse tipo de emigração – rural – seria composta por pessoas atraídas pelas políticas de imigração brasileira. Dessa forma, o fato de Francisco Barbosa ser comerciante possibilita que lancemos duas hipóteses.

A primeira é que seus pais, sendo alfabetizados ou não, conseguiram acumular algum tipo de patrimônio que fez com que fosse possível que o seu filho não precisasse trabalhar em atividades rurais, inclusive possibilitando que ele adquirisse uma cultura letrada relativamente alta. A segunda é que, mesmo sendo de uma origem rural, a família de Francisco José estava longe de ser proletária e estaria enquadrada no primeiro tipo de emigração, a tradicional, o que aumenta as chances de que todos – pai, mãe e filho – fossem alfabetizados, e até mesmo, possuidores de um “saber fazer” relativamente especializado (ALVES, 1993b. p. 232) ⁸.

Jorge Alves ainda lança outra possibilidade na discussão. A possibilidade que Francisco José tivesse sido “recomendado” para trabalhar no Brasil. Ao dissertar sobre a questão das “ocupações” dos emigrantes, Jorge Alves escreve que,

Por outro lado, a referência de ocupação, nos períodos em que se intensifica o seu registro, não cobre os acompanhantes nem se alarga a todas as idades, daí que

⁷ Ver nota 4.

⁸ “Saber fazer” é uma expressão de Jorge Fernandes Alves utilizada para definir as pessoas que possuíam algum tipo de ocupação definida antes da partida para o Brasil.

se ignore, quase sistematicamente, a profissão dos menores de 14 anos. Este último é um facto que não admira, já que seria difícil atribuir uma ocupação a quem acaba de sair da casa paterna, às vezes sem qualquer tirocínio profissional. No entanto, já vimos como é forte a componente juvenil desta emigração, sobretudo para os primeiros anos deste estudo, o que impõe, desde logo, fortes limitações a qualquer análise desta variável. É certo que muitos destes jovens que partem pelos 14 anos se destinam às casas de comércio, mesmo quando de extracção rural, enquadrados pelas “recomendações”: nestes casos, a profissão inicia-se pela base, pelo lugar de marçano, ao contrário dos caixeiros que partem já com esse estatuto e, portanto, em idade mais tardia, por volta dos 20 anos ou mais, conforme épocas e a legislação militar. No entanto seria inevitável a dispersão por outras profissões, já que nem sempre o processo das “recomendações” funcionava do modo esperado e, muitas vezes, nem sequer havia recomendação de qualquer espécie, como no período “negro” do engajamento, o qual se tornou responsável pela transposição de jovens de baixa condição social, desprotegidos, à mercê do locador de serviços e logo drenados para as fazendas do interior (Idem. p. 232-233).

A riqueza de possibilidades que se abrem a partir dessas conclusões de Jorge Alves são evidentes. Entretanto, é extremamente difícil determinar se, com 13 anos de idade, Francisco José já possuía algum “saber fazer”, ou se foi “recomendado” para alguma casa de comércio, ou ainda, se trabalhou primeiro em outra atividade antes de virar comerciante. Contudo, independentemente de qual dessas trajetórias que esse indivíduo trilhou é certo que foi no comércio que ele cresceu e teve êxito profissionalmente.

A sua trajetória pode ser mapeada a partir dos 21 anos de idade. Nessa época Francisco José residia no município de Bagé, e, em 27 de junho de 1867, pagou doze mil réis (12\$000) de imposto referente a sua casa de negócio da Praça do Mercado. No ano seguinte, ainda em Bagé,

o jovem comerciante pagou cinco mil réis (5\$000) referente à sua loja comercial chamada “Porta Aberta”.

Entre os anos de 1868 e 1888 não temos informações suficientes para determinar quando esse indivíduo se mudou para cidade de Pelotas. O que podemos cogitar é que os seus negócios no município de Bagé tenham prosperado e que ele tenha decidido se mudar para uma praça mais dinâmica do ponto de vista comercial. Porém, podemos afirmar que esse comerciante apostou numa diversificação dos seus negócios, pois passou a criar gado no município de Pelotas, como atesta o documento em que ele pagou dois mil réis (2\$000), em 13 de outubro de 1888, referente ao registro em cartório de marca de sua propriedade. A marca, utilizada para marcação do seu rebanho, consistia em uma letra “F” maiúscula personalizada. A sua fazenda estava localizada no Primeiro Distrito de Cerrito de Canguçu, próximo à cidade de Pelotas, e tinha a extensão de pouco mais de sete léguas ⁹.

Em 25 de novembro de 1889, Francisco José Antunes Barbosa efetuou o pagamento de quinhentos e seis mil e quatrocentos réis (506\$400) de impostos referente à Décima Urbana sobre os seus prédios espalhados pela cidade de Pelotas nas ruas Paysandu, Santa Barbara, General Ozorio, São Miguel, General Victorino, São Jerônimo, Riachuelo e São Domingos. Aos 43 anos de idade esse indivíduo já possuía um patrimônio considerável e era um comerciante próspero na cidade de Pelotas.

No dia 9 de novembro de 1892, no período, portanto, que sua fazenda já havia sido invadida pelas tropas do governo estadual,

⁹ O único trabalho que menciona vagamente as requisições de gado no Primeiro Distrito de Canguçu é de Cláudio Moreira Bento (1993. p. 144). Porém, não há nenhuma palavra sobre a comunidade portuguesa e seus prejuízos com a Revolução Federalista.

Francisco José não faltou com suas obrigações junto com a administração pública e efetuou novo pagamento da Décima Urbana, sobre os seus prédios na cidade de Pelotas, no valor de quinhentos e treze mil réis (513\$000). Nesse documento é possível encontrar o número de cada prédio nas ruas citadas acima (AHRGS. Rio Grande. Anexos do relatório de 29.12.1892).

Essa disposição documental possibilita que passemos a analisar o valor do imposto predial dos seus estabelecimentos. Dessa forma (Gráfico 1), fica claro que as suas posses de maior valor comercial estavam na Rua General Ozório e Rua São Miguel, respectivamente. Na Rua General Ozório (observa-se que a grafia correta atualmente é Osório), que ainda é hoje umas das principais ruas da cidade de Pelotas e onde existem diversos casarões restaurados, no número 57b, se localizava a loja comercial de Francisco Barbosa.

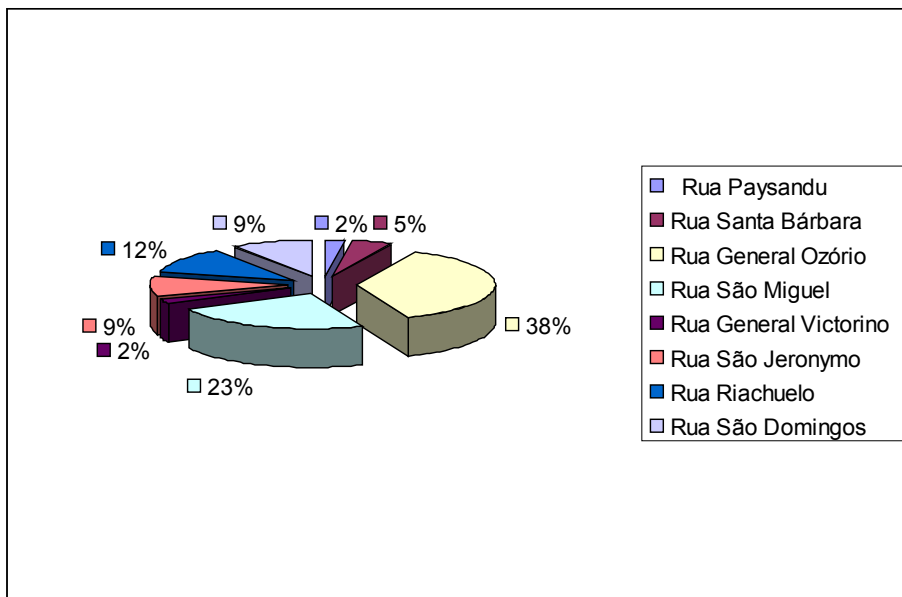


GRÁFICO 1 - A porcentagem dos valores de impostos imobiliários de Francisco José Antunes Barbosa na cidade de Pelotas (AHRGS. Rio Grande. 09.11.1892).

Outra questão que pode suscitar reflexão é como Francisco José Antunes Barbosa reagiu frente à Lei da Grande Naturalização do início da República brasileira. Pois, apenas trinta dias após a Proclamação, foi decretada, em 14 de dezembro de 1889, uma lei que dizia que todo estrangeiro residente no Brasil seria considerado brasileiro, ao menos que realizasse uma declaração solicitando a permanência da nacionalidade de origem ¹⁰. O prazo para realizar a entrega dessas declarações seria apenas de seis meses decorrido a Proclamação do novo regime político. Contudo, o prazo foi prorrogado até seis meses depois da entrada em vigor da nova Constituição brasileira de 24 de fevereiro de 1891 ¹¹.

Francisco José Antunes Barbosa é um exemplo de um cidadão que realizou sua inscrição para manter a nacionalidade portuguesa mesmo após o fim do prazo estipulado pela Constituição brasileira. O documento que comprova isso é datado de 28 de novembro de 1891¹², ou seja, desde agosto o prazo já havia terminado. Contudo, as políticas da Diplomacia

10 Essa resolução está na Seção I “Das Qualidades do Cidadão Brasileiro” da Constituição de 1891, no Artigo nº 69, nos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º. Atentamos para o parágrafo 5º que fala que: “os estrangeiros que possuírem *bens imóveis no Brasil* e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade”. (grifos nosso). Salientamos que Francisco José Antunes Barbosa era especificamente atingido por esse parágrafo da lei, uma vez que possui diversos bens imóveis no Brasil como já vimos anteriormente. Ver um acesso da Constituição de 1891 na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm (consultado em 5 de Dezembro de 2008 às 21:48).

11 Sobre a questão da grande naturalização, ver: (CERVO; MAGALHÃES, 2000. p. 204-213) Sobre a política do governo português no sentido de permanecer realizando inscrições de nacionalidade mesmo após o fim do prazo do governo brasileiro, ver nosso texto: (SANTOS JR., 2008). O estudo referência sobre o impacto financeiro em Portugal e sua relação com a Grande Naturalização é: (GONÇALVES, 1995). Vale à pena salientar a falta de estudos específicos sobre a lei da Grande Naturalização, uma ótima temática para estudos futuros.

12 Ver nota 5.

e do Corpo Diplomático português no Brasil, atuaram no sentido de realizar o maior número possível de inscrições, independentemente da lei brasileira.

A pergunta que intriga é porque Francisco José Antunes Barbosa demorou tanto para fazer sua inscrição e manter a sua nacionalidade de origem? Nos não temos como responder essa pergunta apenas pela documentação consultada. Porém, fica o registro que, por ser alfabetizado e ter residências em Pelotas, uma cidade com uma relativa facilidade de conseguir informações e que possuía um vice consulado de Portugal, Francisco Barbosa, provavelmente, estava ciente da lei e de seu prazo com a Constituição. Contudo, não o fez antes da data referida.

A escolha em manter sua nacionalidade de origem, passados alguns anos, proporcionou-lhe uma opção importante no caso das invasões à sua propriedade durante a Revolução Federalista. Vejamos de que forma Francisco Barbosa chegou a essa opção.

3. A continuação do problema.

Nos meses de novembro e dezembro de 1892, Francisco Barbosa viu o seus animais serem confiscados ou extraviados dia após dia. No início os comandantes Tenente Coronel João Gomes de Oliveira e Tenente Coronel Emílio Joaquim Caldeira Sobrinho emitiram “vales” para comprovar a quantidade de animais que foram tomados. Porém, essa prática foi sendo abandonada com o passar do tempo, para o desespero de Francisco Barbosa que via parte do seu rebanho se extraviar pelos danos no armado que cercava a propriedade.

No dia 29 de dezembro de 1892 ele enviou um relatório para o

Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, que naquele momento ainda era Fernando Abbott, solicitando indenização dos enormes prejuízos que havia sido vítima. De acordo com o relatório de Francisco Barbosa, as tropas

(...) sem respeitar a propriedade alheia, arrombaram por diversas vezes e em diversos lugares o aramado que cercava a fazenda do suplicante onde acamparam, ocupando até as próprias casas de moradias e causando graves prejuízos. Como é natural, não sendo essa gente paga e tendo necessidade de comer, pararam rodeio no gado do suplicante e a vontade carneavam escolhendo sempre o melhor gado, pois exterminaram parte do das raças turina e inglesa que possuía o suplicante”.

O relatório de Francisco Barbosa foi minuciosamente documentado para comprovar a dimensão dos seus prejuízos e reclamar uma indenização. O montante das espoliações estaria na ordem de quarenta e nove contos e setecentos e cinquenta mil réis (49:750\$000) e pode ser discriminada da seguinte forma:

Itens	Quantidade	Valor	Total
Vacas carneadas com “vales	177	100\$000	17:700\$000
Novilhos carneados com “vales”	4	75\$000	300\$000
Ovelhas Merina carneadas e extraviadas	300	10\$000	3:000
Cavalos levados sem consentimento	50	50\$000	50\$000
Novilhos e vacas extraviados	150	75\$000	11:250\$000
Reparos dos danos à propriedade		15:000\$000	15:000\$000
TOTAL: 49:750\$000			

TABELA 1 – Prejuízos de Francisco José Antunes Barbosa em 29.12.1892.

O relatório do dia 29 de dezembro de 1892 não obteve o resultado que Francisco Barbosa almejava. Além de não receber a indenização requerida, os saques ao seu rebanho continuaram a servir às necessidades das tropas do governo estadual. Em medida desesperada, Francisco emite um Memorial, no dia 3 de março de 1893, ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, que naquele momento era Júlio de Castilhos, declarando sua insatisfação e trazendo novos episódios de espólios à sua propriedade. Dizia o memorial que,

(...) O supplicante ainda não foi anttendido em suas reclamação [relatório do dia 29.12.1893] por não ter ainda a ilustrada Comissão da Assembléia dos Representantes d'este Estado dado seu parecer, apesar de já ter sido a mesma [apresentada] a ilustre comissão.

Ainda não idenizado dos prejuizos soffridos, já o supplicante começa a sentir os effeitos das novas extorsão de gado e de novos danos causados á sua propriedade (AHRGS. Rio Grande. 03.03.1893).

O Memorial prossegue com um relato de grande significado político para o caso de Francisco Barbosa. No dia 14 de fevereiro de 1893, o senhor João Paulo Botelho comprou 800 rezes da propriedade de Francisco Barbosa. Porém, ficou acertado, entre ambos, que o Sr. Botelho levaria no ato da compra 254 rezes. As 546 rezes restantes ficariam, sob responsabilidade e cuidados de Francisco Barbosa, até o final do mês de maio esperando que o Sr. Botelho as retirasse. Contudo, no dia 25 de fevereiro, o capataz da fazenda, Camillo Barbosa de Menezes, enviou um comunicado por carta para Francisco Barbosa alertando para o saque de “setenta e tantas rezes gordas e em bom estado” pelas tropas do Tenente Coronel João Gomes de Oliveira.

De acordo com o Memorial, essas vacas pertenciam ao Sr.

Botelho. Dessa forma, Francisco Barbosa foi ao encontro do Sr. Botelho na localidade de Piratini, expor os fatos e combinar uma atuação conjunta. A solução acordada foi solicitar que o Sr. Henrique Menrell fosse o mediador entre os dois prejudicados e o Tenente Coronel João Gomes de Oliveira. A resposta obtida teria sido que o Comandante tinha 400 homens sob o seu comando e tinha que alimentá-los. Portanto, não poderia fazer nada a respeito. Porém, por deferência aos suplicantes, telegrafaria para o Sr. Dr. Epaminondas Piratinino d’Almeida, chefe político do partido republicano na cidade de Pelotas, perguntando como proceder.

Essa resposta desagradou muito a Francisco José Antunes Barbosa. Ele não conseguia entender porque um Tenente Coronel iria se dirigir a um civil para saber como proceder, e não ao seu superior hierárquico. Para ele, como estrangeiro, era difícil aceitar a dinâmica da política local em que até mesmo as autoridades subalternas, administrativas e judiciais estivessem subordinadas aos chefes políticos dos partidos dominantes. Portanto, ao voltar para cidade de Pelotas, Francisco Barbosa resolveu ir pessoalmente conversar com o Dr. Epaminondas Piratinino d’Almeida. De acordo com o Memorial, o clima da conversa parece não ter sido dos melhores.

Voltamos a essa cidade, na sua ansiedade de obter uma prompta providencia, dirigiu-se pessoalmente ao Exmo. Sr. Dr. Epaminondas Piratinino d’Almeida, narrou-lhe sumariamente os factos e pedio-lhe que ordenessa ao Exmo Sr. Tenente Coronel João Gomes de Oliveira que não matasse mais rezes, não só das pertencentes ao Sr. João Paulo Botelho, mas também das que pertencem ao supplicante, visto S. Exa ter o pode de dar ORDEM ao Exmo Sr. Tenente Coronel João Gomes de Oliveira, muito embora o supplicante ignore qual o titulo dando-lhe venha tal poder.

S. Exa respondeu ao supplicante que “a unica providencia

que podia ordenar ao Exmo Sr Tenente Coronel João Gomes de Oliveira era que continuasse a mandar matar mais rezes, ou todas que encontrasse na fazenda do supplicante, e quanto a qualidade de estrangeiro allegado pelo supplicante, que nada tinha com isso, e que o estrangeiro que não se conformar com as suas ORDENS, ou com a situação revolucionária do Estado, que se retirar-se, pois de estrangeiro não se precisava.

Esse Memorial chegou às mãos de Júlio de Castilhos no dia 25 de maio de 1893, após o Congresso Estadual deixar a decisão de indenizar, ou não, para o Presidente do Estado. O Memorial e outros documentos, como uma cópia do relatório de 29 de dezembro de 1892, foram entregues a Júlio de Castilhos junto com um “resumo” feito pelos seus secretários. Nesse resumo, dizia que as reclamações de Francisco Barbosa pareciam ser verdadeiras, mas terminava dizendo que o Memorial de 3 de março continha “(...) considerações algumas supérfluas e ironicamente inventivas contra um dos mais prestimosos auxiliares da actual situação, o Dr. Piratinino de Almeida” (AHRGS, Rio Grande. 25.05.1893). As reclamações de Francisco Barbosa não cessaram, logo se deduz qual tenha sido a decisão de Júlio de Castilhos.

4. As possibilidades de atuação do indivíduo

Nesse espaço, vamos analisar a estratégia de atuação do indivíduo Francisco José Antunes Barbosa frente à estrutura administrativo-burocrática do Estado do Rio Grande do Sul, no contexto da Revolução Federalista.

Uma das estratégias possíveis de atuação do indivíduo é

procurar pessoas com interesses semelhantes aos seus para, a partir de uma coletividade, buscar a realização material de suas necessidades em conjunto. Nesse contexto, dentro da sociedade de imigrantes portugueses é que se inserem as Sociedades Portuguesas de Beneficência.

Larissa Patron Chaves (2008) mapeou essas Sociedades de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Bagé e Pelotas. Como nosso estudo centra-se no indivíduo Francisco José Antunes Barbosa atentaremos para algumas observações que a autora faz sobre a Sociedade de Beneficência na cidade de Pelotas.

Conforme vimos, quem participava dos cargos diretivos da Associação, não era o pobre, nem mesmo o remediado, mas o indivíduo que na sociedade local se auto-representava por uma próspera situação econômica. Essa representação poderia variar no sentido de que são muitas as atividades econômicas desses associados, que vão desde o barão até o estancieiro e comerciante. Porém, mais do que isso, as palavras que definem a caridade desempenhada pelos mesmos associados, que levava, e elevava o nome da Instituição na cidade era filantropia, era a representação de uma ação que, publicada nos jornais locais, por exemplo, ampliaria o sentido da mesma (CHAVES, 2008. p. 258).

Dessa forma, se analisarmos a situação financeira de Francisco Barbosa poderíamos pensar que esse cidadão português é um potencial membro diretivo dessa Instituição. Contudo, no estudo de Larissa Chaves, ele não é mencionado enquanto um dos dirigentes, nem ocupando nenhum dos cargos administrativos, o que não impede que ele tenha sido um sócio. Há um forte indício para considerarmos que ele tenha sido um sócio. Em uma carta por nós analisada, datada de 12 de novembro de 1892, fica explícito que, o “attenciozo criado” Francisco Barbosa

manteve relações comerciais de venda de curtumes ¹³ com um dos sócios beneméritos dessa Instituição, o “Amigo e Ilustríssimo” Antônio Pereira de Araújo Aguiar ¹⁴. Mesmo que esse indício não seja conclusivo para determinar se ele era sócio, ou não, é significativo o fato de que, dentro de uma comunidade de portugueses, Francisco José se destacava sócio e economicamente, e possuía amigos distintos.

Outro estudo que nos ajuda a refletir sobre as estratégias de Francisco Barbosa é o de Oswaldo Truzzi e Maria Bassanezi (2004). Nesse trabalho os autores analisaram os censos realizados nos anos de 1920 e 1940 para perceber como os imigrantes se comportavam frente às políticas de assimilação impostas pelo governo republicano, na tentativa de criar uma cultura original brasileira ¹⁵. Mesmo sendo um trabalho centrado em um período posterior algumas das conclusões dos autores são pertinentes para problematizar o nosso estudo. Vejamos algumas.

Supomos que a motivação do imigrante para se naturalizar guarda pouca relação com seu sentimento de pertencimento étnico. (...) Nossa hipótese, ao contrário, é que a decisão do imigrante de se naturalizar, ou não, dependeu de circunstâncias mais pragmáticas, associadas em particular ao interesse e possibilidade do imigrante buscar autonomia para sua comunidade e conduzir a vida econômica e o processo político local (BASSANEZI; TRUZZI, 2004. p. 454).

13 Vale a pena enfatizar que a região de Pelotas foi um dos maiores, se não a maior, região de produção de couros durante o século XIX no Brasil.

14 De acordo com Chaves (2008:265), para ser sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, era necessária uma doação de vinte e cinco mil réis. Uma quantia quase insignificante para quem pagava impostos na ordem de quinhentos mil réis.

15 Sobre cultura original brasileira em um debate com a cultura original portuguesa, ver: (PAREDES, 2006).

Ainda segundo os mesmo autores, o Estado do Rio Grande do Sul estaria enquadrado em um modelo de produção baseado na pequena propriedade, em comparação com as grandes propriedades do setor cafeeiro em São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma,

(...) nos estados em que a colonização se fez por glebas de pequena propriedade, as comunidades de imigrantes tenderam a ser mais homogêneas e foram obrigadas a se organizar por si próprias. Nesse ambiente, é claro que o crivo étnico tendeu a ser mais vigoroso e acreditamos que a tentativa de a comunidade assumir a condução de seu próprio destino acabou impelindo a um maior grau de naturalização, por exigência da legislação que outorgava o voto apenas aos naturalizados (Idem. p. 467).

O exemplo de Francisco J. A. Barbosa é de difícil explicação. O fato é que ele não se naturalizou, como já vimos. Em sua documentação há registros que enfatizam o fato dele ser um cidadão português que não se mete nos assuntos políticos do Estado do Rio Grande do Sul, e que aceita os governos instituídos. Note-se que, nesse caso, ao pensar em um indivíduo que manteve sua nacionalidade - ou até mesmo uma coletividade que tenha mantido a nacionalidade de origem - mesmo demorando a fazê-la, e sendo, possivelmente, um membro de uma Sociedade de Beneficência Portuguesa ¹⁶, esse indivíduo possui estratégias de atuação e inserção sociais diferentes daqueles desenhados por Bassanezi e Truzzi. Vejamos qual foi a maneira que Francisco Barbosa encontrou para defender os seus interesses.

16 De acordo com Larissa Chaves, um dos pré-requisitos determinantes para compor a diretoria da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Pelotas era ter nacionalidade portuguesa (CHAVES, 2008. p. 262).

5. A via diplomática

Dado a falta de resolução às suas reivindicações, tanto do relatório como do memorial enviados diretamente ao Presidente estadual, Francisco Barbosa procurou Luis Leopoldo Flores, Vice Cônsul de Portugal na cidade de Pelotas. Após lhe narrar as ocorrências e prejuízos sofridos solicitou a intervenção consular para solucionar o seu caso. Luis Leopoldo Flores, escreveu, por sua vez, em 17 de junho de 1893 para Gregório Anselmo Ribeiro Marques, o Consul interino de Portugal no Rio Grande do Sul, nesses termos:

com os documentos que lhe foi possível obter, recorre a V. Exa protestando contra os factos, danos e perdas, para, fazendo valer perante o Governo d'este Estado, os direitos de propriedades que lhe assistem, direitos garantidos pelas leis de todas as nações e pela constituição d'este país, seja indenizado dos danos e prejuízos que lhe causaram em suas terras - fructo do seu honrado trabalho de mais de 30 annos, e constituindo em amparo para sua idade propecta (sic), era tambem futuro patrimonio de sua familia. P. a V.Exa que assim lhe defira (AHRGS, Rio Grande 17.06.1893).

Porém, já havia passado aproximadamente oito meses desde as primeiras invasões à propriedade de Francisco Barbosa. Os danos e prejuízos aumentaram durante esse tempo. Era preciso realizar uma nova conta que estimasse os valores corretos da indenização. Dessa forma, seguia em anexo uma tabela que discriminava os prejuízos no valor de cento e quarenta e cinco contos quatrocentos e cinquenta mil réis (145:450\$000):

Itens	Quantidade	Valor	Total
Danos da reclamação de 29.12.1892			49:750\$000
Rezes de gado vacum “com recibo”	358	100\$000	35:800\$000
Rezes de gado vacum “sem recibo”	299	100\$000	29:900\$000
Prejuízos pela venda de gado vacum e lanígero por preço abaixo do mercado			30:000\$000
TOTAL: 145:450\$000			

TABELA 2 – Prejuízos de Francisco José Antunes Barbosa em 16.06.1893.

Em 30 de Junho de 1893, Gregório Anselmo Ribeiro Marques, o Cônsul Interino de Portugal no Estado do Rio Grande do Sul, enviou uma correspondência para o Julio de Castilhos narrando brevemente as ocorrências ¹⁷.

Termina o prejudicado sua exposição pedindo a interferência do Consulado de sua Nação, perante o qual protesta pela competente indenização.

Em consequencia, pois, do que alega o súdito Francisco José Antunes Barbosa, com referencia aos factos que lhe causarão danos e prejuizos, em tempo enunciadados, cumpre-me renovar perante V. Exa. não só as reclamações por elle encetadas, mas ainda ratificar o protesto que na citada exposição faz o prejudicado para o recebimento da indenização dos mencionados danos e prejuizos na importancia de cento e quarenta e cinco contos quatrocentos e cinquenta mil réis (145:450) em que monta a totalidade das parcelas e da conta e dos documentos que a V. Exa apresenta em vista das quais devo contar que V. Exa se

17 Somente a partir de 24 de abril de 1894 que Gregório Anselmo Ribeiro Marques é nomeado definitivamente como Cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul com jurisdição em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso (AHRGS. Rio Grande. 24.04.1894).

dignará a providenciar, para que o súbdito da minha Nação, seja com a brevidade possível seja indenizado das enormes perdas sofridas em sua propriedade (AHRGS. Rio Grande. 30.06.1893).

Entretanto, mesmo após esse ofício do Consul interino de Portugal no Rio Grande do Sul, o caso de Francisco Barbosa ainda não estava solucionado. A demora era tamanha que em 10 de Agosto de 1893, Gregório Marques enviou novo ofício a Júlio de Castilhos lembrando que havia enviado o ofício de 30 de junho de 1893 e que ainda não havia recebido uma resposta do governo estadual (AHRGS. Rio Grande. 10.08.1893).

O governo castilhista resistia em dar uma resposta ao caso de Francisco José Antunes Barbosa e outros mais ¹⁸, o que fez com que o Cônsul enviasse novo ofício em 16 de outubro de 1893 reclamando resolução para esses casos. Contudo, até o fim da Revolução Federalista, não há nenhuma decisão de indenizar nem Francisco Barbosa, nem os demais portugueses que sofreram com as espoliações.

Em 9 de março de 1896 o Consul de Portugal envia um ofício

18 Outros exemplos de portugueses que tiveram prejuízos durante a Revolução Federalista: Manoel de Souza Ferraz, um conto de réis (1:000\$000). Francisco da Silva Monteiro, vinte e um contos de réis (21:000\$000). José Pinto de Moraes Sarmento, quarenta e quatro contos e quinhentos e sessenta mil réis (44:460\$000). Patrício Pinto da Costa, trinta contos e dez mil réis (30:010\$000). Antônio Nunes Ribeiro Magalhães, cinquenta e dois contos e quinhentos e vinte mil réis (52:520\$000). Joaquim Bento Fernandes, nove contos e seiscentos mil réis (9:600\$000). Antônio Ferreira de Freitas, quarenta e cinco contos cento e vinte mil e trezentos réis (45:120\$300). Francisco de Barros Cachapuz, duzentos e setenta e quatro contos duzentos e oitenta mil réis (274:280\$000). Esse último indivíduo se destaca pelo prejuízo em função de ter sido destruído o maquinário da mineradora de sua propriedade, junto com as feitorias, e ter seus empregados sido recrutados, além do prejuízo em 2541 rezes de gado. Contudo, se compararmos somente os prejuízos em números de gado, Francisco José Antunes Barbosa ainda supera em muito as 2541 rezes de Francisco Cachapuz, como veremos a seguir.

para Júlio de Castilhos comentando ter recebido a decisão do governo de negar os pedidos de indenização de cinco cidadãos portugueses. Para o governo, esses indivíduos deveriam buscar na justiça comum a solução para os seus respectivos casos (AHRGS. Rio Grande. 09.03.1896). Entre essas negativas não apareceu a negativa ao pedido de Francisco Barbosa. Entretanto, no dia 11 de abril de 1896, Francisco Barbosa, por intermédio do seu advogado o Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusques, forma um instrumento na Intendência municipal da cidade de Pelotas requerendo indenização dos prejuízos que se somaram à destruição de sua fazenda. O que nos faz ter a certeza de que o seu pedido foi, igualmente, rejeitado.

De acordo com o instrumento judicial, todos o aramado da fazenda foi cortado, galpões foram incendiados e pastos estragados. O reclamante teve que abandonar sua fazenda porque, de acordo com ele, a sua própria vida já estava em perigo. A conta do reclamante, em 1896, estava na ordem de duzentos e trinta e três contos e dez mil réis (233:010\$000) (Ver tabela 3).

Porém, o Consulado não deixou de pressionar o governo estadual no caso de Francisco Barbosa. Em 22 de junho de 1896 o Cônsul enviou novamente um ofício para Júlio de Castilhos explicitando os novos valores dos prejuízos do súdito português. Como não houve resposta, mais uma vez, foi remetido um novo ofício em 12 de agosto de 1896 lembrando que,

(...) Exibindo provas dessa ordem, produzidas no próprio paiz e perante as autoridades e tribunais nacionais, parece ao reclamante que o governo do Brazil não mandara recorrer aos meios judiciais para haver a indenização dos danos e prejuizos sofridos por um estrangeiro que respeitando as leis do pais e pagando ao Estado as contribuições devidas exerce licitamente sua industria porque provado como fica os fatos nem o governo podera não reconhecer a obrigação

que resulta nem mandar [reaver?] a novos meios e novas provas.

Depois dessa solicitação datada de agosto de 1896 não encontramos mais informações sobre o caso de Francisco Barbosa. Dessa forma, não temos certeza se esse indivíduo foi, ou não, indenizado dos enormes prejuízos sofridos.

Itens	Quantidade	Valor	Total
Importância calculada em 16.06.1893			145:450\$000
“vale” de gado vacum	18 rezes	100\$000	1:800\$000
Carroça e instrumentos de lavoura			800\$000
Animais que “faltam” que foram levados sem “vales”	1394 vacum	50\$000	69:700\$000
Ovelhas fêmeas extraviadas	300 ovelhas	10\$000	3:000\$000
Cavalos e éguas mansas levados	17	30\$000	1:410\$000
Destruições na casa principal e na moradia de Salustiano Victorino da Rosa (capataz)			10:000\$000
TOTAL: 233:010\$000			

TABELA 3 – Prejuízos de Francisco José Antunes Barbosa em 30.05.1896.

6. Considerações Finais

O que chama atenção no caso do cidadão português Francisco José Antunes Barbosa é a posição que esse cidadão adotou de conduta.

Ao decidir manter sua nacionalidade de origem e não se naturalizar brasileiro, mesmo depois de passar a maior parte da vida no Brasil, ele parece ter abdicado definitivamente das intenções de assumir posição frente à política local, tal como sugere Oswaldo Truzzi e Maria Bassanezi para a análise de um período posterior.

Com isso, a estratégia de atuação que ele buscou foi procurar garantir sua propriedade privada a partir do Consulado de Portugal no Rio Grande do Sul. Dessa forma, em um período político em que o favorecimento de correligionários era uma constante, o Consulado de Portugal funcionou como um instrumento de pressão junto ao Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de tentar fazer valer as reivindicações dos seus respectivos súditos. Nesse contexto, as Sociedades Portuguesas de Beneficência parece terem cumprido o seu papel de ajudar os seus sócios e compatriotas, tal como atesta o documento assinado pelo sócio benemérito Antônio Pereira de Aguiar, que ajudou Francisco Barbosa.

Mesmo que Francisco José Antunes Barbosa fosse letrado, relativamente culto, economicamente abastado, ele não tinha poder político algum. Dessa forma, ao entrar em choque com um proeminente membro do Partido Republicano local, o Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida, colidiu com a estrutura administrativa típica do PRR. Essa estratégia de atuação acabou lhe rendendo o resultado inverso do esperado, uma vez que o seu caso se arrasta de 1892 até 1896, enquanto os demais casos parecem ser respondidos, mesmo de forma negativa, mais rapidamente. Não temos o resultado final dessa polêmica. Entretanto, fica evidente o papel desempenhado pelo Consulado português, no transcorrer da Revolução Federalista.

Referências Gerais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Caixa 11\ Maço CN-21.

ALVES, Jorge Fernandes. “Analfabetismo e Emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX”. IN: *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: II série, vol. 10, 1993a. p. 271-287.

_____. *Os “Brasileiros” : emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993b. Tese de doutorado.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (seção de consulados, maço CN 21, caixa 11).

AXT, Gunter (org.); et al. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

AXT, Gunter; CABEDA, Corálio Bragança Prado; SEELIG, Ricardo Vaz (orgs.). *Franciso da Silva Tavares/ Diarios da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

_____. *João Nunes da Silva Tavares/ Diarios da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. “Imigração e ‘Assimilação’. Dois espaços e dois momentos (São Paulo e Santa Catarina, 1920 2 1940)”. IN: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (orgs.). *As Interfaces do Humanismo Latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 445-469.

BENTO, Cláudio Moreira. “A Revolução em Canguçu”. IN: FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Revolução Federalista*. Publicação do Círculo de Pesquisas Literárias – CIPEL. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993. p. 139-150.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). *Depois das Caravelas*. As relações entre Portugal e

Brasil 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

CHAVES, Larissa Patron. “*Honremos a Pátria Senhores!*” *As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1854-1910)*. São Leopoldo: UNISINOS. Outono de 2008. Tese de doutorado.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Italianos no Processo Revolucionário”. IN: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 75-81.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2 ed. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1996.

FLORES, Moacyr. “1893: Mudanças Político-sociais”. IN: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 11-18.

_____. “Historiografia da Revolução Federalista”. IN: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 117-28.

FONSECA, Pedro César Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.

_____. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

_____. “O Partido Federalista”. IN: *República Velha (1889-1930)*. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coordenação geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (diretores dos volumes). Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3, t.1, (coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GERTZ, René E. “Antecedentes da Revolução Federalista nas regiões de Colonização Alemã”. IN: FLORES, M. (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 61-74

GONÇALVES, Eduardo Cândido Cordeiro. *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 1995.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm (consultado em 5 de Dezembro de 2008 às 21:48).

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MORÍTZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (89-90-91)*. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1939.

ORICO, Oswaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Pelotas: Livraria do Globo, 1930.

PAREDES, Marçal de Menezes. A querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga. IN: *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, Edição Especial, 2006 n. 2. p. 103-119.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações Historiográficas”. IN: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade de Rio Grande, 1993. p. 65-82.

RODRIGUES, Francisco Pereira. *O governicho e a revolução federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. “Nacionalidades por umas libras a mais: A Grande Naturalização brasileira e o seu reflexo em Portugal”. IN: *Anais do VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. 2008.

SOARES, Antônio (coor). *Portugueses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Carvela. Cadernos Culturais -Nº 2- 1º Semestre de 1988.

TRINDADE, Hégio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937)”. IN: ANTONACC, Maria Antonieta; et all. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

ANAPXIAS-APXN EM ANTIGONH: ANARQUIA E ARQUÉ EM ANTÍGONA

Prof. Dr. Jussemar Weiss¹

RESUMO: O artigo pretende discutir na tragédia Antígona de Sófocles, as noções de Arqué e de Anarquia. Para isto de início fazemos um exercício de discussão com a noção de anarquia na modernidade, no sentido de compreender de uma forma a problematizar mediante atualização do noção grega, as questões que envolvem o anarquismo contemporâneo.

Palavras-chaves: anarquismo, tragédia, ação, política, governo, arque, legitimidade, lei.

O que se pretende neste artigo é discutir as noções de arque e anarquia na obra de Sófocles, ANTIGONA.

Para isto em um primeiro momento, pretendo mostrar como o ocidente moderno tratou a questão da anarquia, como entendeu este problema de enfrentamento absoluta contra a autoridade, isto é o Estado.

A partir dessa discussão pinçar alguns problemas que nos

¹ Professor Doutor e pós-doc, do curso de história, INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO, FURG. jussweiss@hotmail.com

ajudem mediante atualizavam da questão que surge em Antígona refletir sobre a relação anarquia e arque, aqui entendido como princípio de autoridade.

No ocidente a questão do *αναρχία* como simples descontrole da ação política dos sujeitos, está ligada antes de tudo com a definição de uma forma de soberania para a nascente sociedade política. Em um mundo em mutação, como era os do século XVIII e XIX no qual o feudalismo se esvaía diante de novas formas de vida, de produção e de organização social, o problema de ordenar a participação do cidadão na cidade assume um lugar relevante na construção política ocidental. Esta questão surge, então, no interior de definições sobre as formas de constituir uma ação legal e legítima das populações no seio do projeto moderno de ordem social. O medo diante da participação em grande escala dos antigos servos, agora cidadãos, produz nas elites um pensamento de natureza conservadora que leva a um visão na qual as massas devem ser tuteladas em vez de exercerem livremente. Antes de ser um movimento de rebeldia a palavra surge em meio aos temores da elite burguesa em um momento de definições das formas de constituição de uma sociedade política.

O termo anarquia tem uma origem grega, como sabemos e se traduz como “sem governo”. Através desse vocábulo se designou sempre uma sociedade livre de qualquer domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres.

Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse de ordem ideológico (religião, doutrinas, políticas) fosse de ordem política (estruturas administrativas e hierarquias), fosse de ordem econômica (propriedade dos meios de produção). Podemos acrescentar

ainda, as questões de ordem social, como por exemplo, a integração em uma ordem ou classe social, como também a ordem jurídica. Podemos notar, então como em nosso mundo o vocábulo cresceu de uma forma vertiginosa para dar conta a uma forma de oposição total ao sistema burguês a partir do século XIX. Também podemos considerar que na modernidade o anarquismo foi identificado com o exercício de uma liberdade sem limitações ou normas, liberdade de agir sem ser coagido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os limites da natureza e os obstáculo da opinião.

É a partir do século XVIII que o anarquismo entra de uma forma irrevogável na agenda política, pois discute de uma forma profunda, com o racionalismo iluminista o conceito de autoridade. Com a revolução francesa e com o desenvolvimento industrial o anarquismo recebe uma nova elaboração teórica com o surgimento de um pensamento anarquista. É nesse período que veremos surgir um, por que não dizer, ideário anarquista: a recusa de autoridades governantes e da lei são inseridos numa dinâmica dominada pela razão e por um justo equilíbrio entre a necessidade e vontade, terminando na demanda de uma liberdade total no campo ético-político, realizável apenas em um regime comunitário que desaprova a propriedade privada. Se em Godwin o anarquismo ainda não se apresenta como concepção completa no decorrer do século XIX adquire uma organicidade como expressão e ponto de encontro de um debate que encontra, na realidade social, uma correspondência imediata.

O anarquismo em seu processo de desenvolvimento intelectual no ocidente apresenta uma serie de pensadores políticos e organizadores que apresentam diferentes formas de compreensão do que seja o anarquismo. Proudhon Bakunin, Stirner Malatesta, Kropotkin e

Tolstoi para citar alguns vão configurar visões e práticas do anarquismo em sua história. Mas voltemos a questão da rejeição do anarquismo a toda autoridade para poder então no decorrer do texto chamar o testemunho de Antígona e sua luta contra Creonte.

A autoridade rejeitada pode ser de ordem supra-humana como de ordem humana. A frente de todas, está a autoridade divina e, conseqüentemente, o poder sobre-natural do qual deriva toda a faculdade de comando, que é negada. Após a superação da autoridade divina pela política, esta se torna, então, para o anarquismo o primeiro obstáculo a liberdade do homem, é a causa da opressão do homem. O poder, a autoridade política deve ser combatido tanto no plano do real como no pensamento. Esta crença na incompatibilidade entre política, autoridade política institucionalmente organizada faz dos anarquistas opositores sem tréguas de partidos e organizações políticas de qualquer natureza.

Esta recusa a autoridade política pelo anarquismo leva a uma outra fundamental recusa que habita o pensamento anarquista clássico se assim é possível dizer: a recusa ao Estado. O estado é para o pensamento anarquista a organização da repressão por excelência, Privando o indivíduo de toda possibilidade de ação, isto é, liberdade, já que chama para si a capacidade de agir e de definir o que é a liberdade, impondo uma série de obrigações e deveres aos indivíduos. É isto que o anarquismo pretende combater. Ele quer combater uma forma de ordem que sustenta a vida moderna, isto é, a sociabilidade política organizada em torno da figura do cidadão como ser de direito e de deveres no interior de um espaço político previamente determinado determinante. Ele se volta contra a intervenção que o aparato político realiza no cotidiano de cada um dos humanos, todos os dias de sua vida. A gestão moderna da vida a partir de uma perspectiva administrativa, ou seja, a vida como

algo já dado bastando aos humanos executarem certos movimentos, é também motivo de repulsa intelectual pelos anarquistas. O estado realiza uma intervenção global na vida do indivíduo não escapando nem o desenvolvimento de uma capacidade ética nos sujeitos. Para Bakunin (Bakunin,1982,p.78) o Estado é uma forma de vida que oprime sempre.

Como decorrência dessa repulsa ao Estado, está a condenação que fazem os anarquistas a legislação. A legislação é contestada como forma de contenção social de uma condição social de liberdade.

Reação a formas políticas, isto é, ao Estado, repulsa as leis, ou seja, as condições de possibilidades de existência dos indivíduos, podem servir de guias para nossa problematização da anarquia e da arque em Antígona.

Antes de entrar propriamente em Antígona, neste obra do encenada no meio do século V a. C situarei o sentido do trágico no nascente universo político ateniense.

Sendo uma criação Ateniense, surge em meio a crescente efervescência de uma nova forma de convivência, chamada política. É neste universo que se deve procurar os motivos de sua existência. A tragédia surge como lugar no qual se abordaria as questões que não tinham lugar nas assembléias realizadas na ágora. Cabe a tragédia trabalhar se assim se pode dizer a “infra-estrutura mental” (Meyer,1991, p.10) necessária a esta nova convivência. Na tragédia se encontra o pensamento tradicional mítico e a nova racionalidade, a cultura popular e a cultura da elite, já que, permitia a circulação de uma nova interpretação do mundo a partir de referências que mesclavam o mito com o logos. Para a criação da isonomia, a questão da ação se colocava como um problema a ser discutido. Na assembléia as discussões tratavam de assuntos do mundo cotidiano, cabia a tragédia elaborar uma nova mentalidade na qual a ação,

seus limites e possibilidades pudessem ser debatidos, compreendidos e por fim incorporado a ação dos polites na polis.

Dessa forma a tragédia trazia a tona em suas encenações o problema central da igualdade que era a construção de uma ação que se soubesse limitada, isto é, que compreendesse a necessidade da intersecção das vontades na constituição de uma polis. É claro que aqui estamos, ainda, diante de uma vontade, autonomia em nascimento, ou seja, os humanos começam a descobrir um espaço seu, só seu, no imenso outro que o cerca. Este é o espaço que a tragédia ajuda a construir, já que trabalha as instrumentos mentais necessários a uma vivencia na qual o diálogo e a conflito de opiniões na construção de uma deliberação tornam-se práticas vívidas.

Agora, vejamos de perto a tragédia Antígona. Escrita por Sófocles, encenada ao redor de 442 a. C. evidencia em suas oposições que a compõe, o embate entre as necessidades da cidade em relação a um tipo de ação e a luta incessante para realizar esta necessidade. O que a cidade precisa? Por que a cidade premiou esta peça e a encenou. Tão violentamente trágica, Antígona mostra de forma clara a luta no interior de uma tipo de convivência para definir paradigmas de conduta pública. O embate entre Creonte e seu filho Hemon, como veremos adiante, revelam esse dilema. Sófocles, tendo recebido uma educação refinada por parte de seus abastados pais, ele representa um típico filho da elite democrática ateniense do século V. Participa dos cargos públicos, foi estrategista e membro do conselho, e teve uma vida literária na qual as vitórias nos concursos públicos mostra esse talento para compreender a problemática da polis em seu momento. Já em 468 ele é coroado, isto é, vencedor e até completar 87 anos ainda concorria nos concursos que elegiam a tragédia que cidade financiaria. A tragédia de Sófocles é

centrado no humano, toda a problemática da ação como característica do humano, do propriamente humano aparece em seus vários contornos. Em Édipo o Tirano, o autor nos coloca uma pergunta: como podemos saber a correção de nossas ações? O que garante que agindo atingiremos apenas o que objetivamos? Em Antígonas, temos o direito de romper (anarquia) o princípio (arqué) da convivência (política) quanto este se mostra cego a própria natureza da polis. Não é, pois, de uma forma gratuita que juntamente com Édipo o Tirano, que Antígona é a tragédia mais traduzida e interpretada. Por ser muito trabalhada, as interpretações de Antígona, atendem a todos os gostos intelectuais e culturais, como também de épocas e espaços. Temos uma Antígona feminista, outra política, uma defensora da família, e assim, as interpretações vão dando conta das ânsias dos diversos tempos que dialogaram com esta tragédia.

Neste trabalho o que buscamos é um exercício mais modesto, ficar em seu tempo, olha-la em seu lugar, Atenas no século V observar sua fala e a de seu noivo na luta pela defesa de um outro princípio de ação. Queremos discutir com Creonte a partir de suas crenças sua visão de polis e de princípio (arqué)

O problema da peça é o enterro do cadáver de um dos irmãos (Polinices) de Antígona que morreu lutando contra Tebas. Ao redor desse problema todos os personagens se clausuram em suas posições: Antígona na defesa do enterro, Creonte incapaz de romper com sua prisão de basileu da cidade a irmã Ismênia fecha-se em seu luto tímido na defesa da irmã e a mãe de Hemon, apenas implora para que Creonte ceda. Apenas Hemon é capaz de oscilar, de perceber a necessidade de um outro tipo de mentalidade para compor a cidade. É dele como veremos a seguir as melhores colocações sobre os fundamentos da cidades.

Observaremos mais de perto a parte na qual Creonte se

apresenta no primeiro episódio. Neste episódio o soberano se apresenta. Ele é justo, consciente e seus deveres, e a interdição de enterrar Polinece faz parte desta seriedade que caracteriza a forma de Creonte levar a sua função. Ele acredita mesmo que deve fazer tudo pelo bem da cidade. Nas palavras de Creontes notamos um vocabulário que oscila; ora se colore com tons arcaizante, ligado ao mundo da cidade dirigida por um soberano, um basileus, na qual se deve ajudar aos amigos e destruir os inimigos, ora ele pensa com os termos da polis do século V, dizendo que é preciso julgar os homens pelas suas atitudes em relação a cidade. Ele se julga esclarecido, sábio, por isto ele ignora o limites, indo ao extremo perseguindo o que considera como interesse da cidade. Isto não nos lembra outra tragédia? Edipo o Tirano. Aqui Creonte revela sua visão de comando. Nada muda sua convicção. todos são para ele corrompidos.

Vejam a apresentação de Antígona: antes de qualquer coisa Antígona é inflexível, e diferente de outros personagens de Sófocles: Prometeu, Ajax e Orestes, ela não coloca em questão autoridade, ou melhor a existência do soberano com o qual ela entra em conflito. Ela não pensa em vingança, ele quer se submeter a autoridade. Apenas em um único ponto ela se coloca contra ao soberano, e mesmo sobre este ponto ela acaba por não saber se tem razão plena. Para ela é impossível agir de outra forma. Ela precisa enterrar o irmão. Sófocles desenha-a como uma mulher triste, com um amor fraternal exacerbado, algo quase escandaloso. Sua natureza inflexível o que a relação com sua irmã Ismenia dá testemunho. Ela sabe, ela é mulher, que é preciso chorar muito, mais do que os homens, para se fazer ouvir. Mas notemos que Antígona só torna-se intransigente quando Creonte Exige sua obediência. Neste momento ela expõe seu direito, sua lei. “As leis não escritas, infalíveis, não são de hoje ou de ontem, valem sempre e nenhuma pessoa as viu

nascer” (Sofocles, 1947, p.117)

Ao pronunciar estas palavras Antígona para, não progride me cena, já que não teme a morte. Entre ela e Creonte, não há mais possibilidade de diálogo.

Voltemos agora ao tema do artigo Anarquia e Arqué em Antígona. É no terceiro episódio que temos nas palavras de Meier “ um monumento do pensamento político.(Meyer, 1993,p.241) Para começar nossa análise não podemos esquecer o que apresentamos acima sobre a possibilidade de atualizando o passado, a partir de uma problemática atual lançar luz sobre o que nos incomoda. Assim a questão da Estado e da lei pelo movimento anarquista pode ser melhor compreendido através desse embate entre Hemon e seu pai Creonte.

No terceiro episódio a segunda fala de Creonte depois de Hemon diz lhe apoiar. Nesse diálogo o soberano revela sua posição, sua visão de autoridade, aquela mistura entre preceitos arcaicos e políticos, entre regras da casa com as da cidade. Ele vai tecendo seu argumento dos motivos que o levaram a decretar a morte de Antígona. Ele não admite a desobediência, pois isto destrói a cidade. diz “se em minha casa eu alimento a revoltaaquele que respeita as regras da família saberá fazer da cidade respeitar a justiça..o eleito do povo deve ser escutado em todas as coisas” mais abaixo no texto no parágrafo 671 Creonte: *Αναρχιασ δε μειζον ουκ εστιν κακον.* “(Sofocles, 1947,p.117-119) A anarquia é o pior dos flagelos. O que ele denomina anarquia e a oposição a sua Arqué. Mas o que é Arqué? *Αρχνη* é o princípio que sustenta a autoridade, isto é, a natureza da legitimidade que torna possível a obediência a alguém que se diz autoridade. A Arqué de Creonte não admite a desobediência, ele não permite a ninguém falar com legitimidade, todas as vozes tornam-se criminosas , já que

atendam contra o soberano. Para Creonte a cidade é dele. A Anarquia não é a ausência de arque, mas o caminho em direção a outra noção de legitimidade. Ele não admite que seja possível pensar de outra forma. Seu filho, Hemon, que tem um visão mais polissêmica, não está fechado em posições como os outros personagens, busca chamar a atenção de Creonte para o perigo de sua ação. O Perigo da ação de Creonte está em não reconhecer-se como falível. O filho começa a descrever o pai: ” tua presença torna os homens calados, o povo não concorda com a tua posição”.... mostre-se menos fechado em teus julgamentos”...” tu não crês ser o único detentor da verdade?.....” não há vergonha em instruir-se sem cessar e reformar os julgamentos.” (Sofocles, 1947, p.119) Após a descrição do pai ele passa a questionar a Arqué do Soberano: “cidade feita por um homem só não é uma cidade”(Sofocles, 1947, p.121). O que é anarquia para o soberano, na verdade, é a constituição de um outro pressuposto de ordem. Não é um lugar vazia que se chama anarquia, como também não é um lugar cheio de desordem, mas um caminho, um trafegar em direção a uma outra Arqué. Para Hemon a noção grega de identidade entre a cidade e os cidadãos é uma evidencia, e daí ele tira gradualmente sua antítese: a figura do tirano que assim concebido so pode exercer sua Arqué no deserto. Na polis é diferente, não é suficiente falar, decidir, obedecer, é preciso escutar apreender e levar em conta os outros. Não se governa contra os cidadãos. Arqué de Creonte não admite a possibilidade de um pensar diferente. Qualquer outra Arqué é Anarquia, isto é desordem. todas as criticas são fruto do cinismo de quem a faz: o advinho quer dinheiro, Hemon é o amor de Antígona, que o leva a se opor, toda ação contra torna-se a priori desclassificada. Nada altera sua convicção, já que ele não reconhece interlocutores a sua volta. Preso aos valores da Arqué da monarquia cujos princípios exigem a submissão

e a obediência, o tirano percebe as ações de Antígona e de seu noivo como investida contra sua legitimidade, o que leva a Anarquia. Creonte é incapaz de adotar outra posição, no entanto, notamos que nos diálogos que ele mantém com seu filho e com o advinho, a necessidade de apreender, ser maleável, aceitar a consideração do outro, ceder, aparece de forma muito clara. Hemon sabia que o cidadão dever um homem entre outros homens. Creonte não apreende nunca. O indivíduo isolado obstinado em sua opinião particular, não representa a cidade, pois esta se faz justamente da escuta da multiplicidade das vozes.

Assim voltando ao início, parece-me que o termo anarquia não designa em sua origem uma relação política marcada pela ausência de governo, mas uma ausência de princípio que fundaria uma legitimidade. O termo Anarquia é derivado do termo Arquê que lhe dá sentido e direção. O anarquista seria alguém que está elaborando um novo princípio para seu autogoverno. O termo é também relativo, como fica claro na utilização que faz Creonte dele, já que para Hemon era nessa anarquia que estava a legitimidade no governo da cidade.

BIBLIOGRAFIA:

Bakunin. Obras Completa. Madrid, taurus, 1983,p.78

Castoriadis, Cornelius. Figuras do Pensavel.Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

Meyer, Christian. De laTragedie Grecque comme Art Politique. Paris, Belles Lettres. 1991, p 10 e 241

_____. La Naissance Du Politique. Paris, 1995.

Romilly, Jacqueline de. La Tragédie Grecque. Paris Press Universtaires de France. 1997

Sophocle. Théâtre de Sophocle. Paris, Garnier, 1947,p.

HISTÓRIA POLÍTICA ENTRE PRÁTICAS E TEORIZAÇÕES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

*Luis Carlos dos Passos Martins*¹

RESUMO: Esta comunicação irá abordar os limites e possibilidades da assim chamada Nova História Política. Para tanto, iniciaremos avaliando as principais críticas à História Política Tradicional e as alternativas que surgiram, especialmente na historiografia francesa, para lhe fornecer uma “renovação”. Depois, iremos abordar alguns desafios que esta Nova História Política acarreta ao historiador quando este pretende lidar com as “fronteiras disciplinares” e empregar conceitos oriundos de outras áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Nova História Política; historiografia francesa; interdisciplinaridade;

***ABSTRACT:** This presentation is going to approach the limits and possibilities of the so called New Political History. Henceforth, we will at first present an evaluation of the criticism towards the traditional history of politics and the alternatives that came after, specially in the realm of French historiography, which proposed a “reshuffle” of this*

1 O autor é doutor em História das Sociedades Ibero-americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e atualmente é bolsista Capes de pós-doutoramento na mesma instituição. E-mail para contatos: luismart86@terra.com.br.

theme. After that, we will talk about some of the challenges that the New History of politics brings to the historians, when they have to deal with the “subject boundaries” and at the same time have to use concepts from another area.

Key Words: *New Political History, French Historiography, Interdisciplinarity;*

Introdução

O tema desta mesa de comunicações (“Por uma outra história Política”) acabou se revelando, para mim, bastante adequado para promover uma reflexão sobre as experiências de pesquisa que venho realizando tanto durante o doutorado quanto atualmente, no projeto ao qual me encontro vinculado junto à PUCRS, coordenado pelo prof. Dr. Luciano Abreu, cujo título é: “Estado, Desenvolvimento Econômico e Inserção Internacional: Tradições Autoritárias e Desenvolvimentismo no Discurso dos Intelectuais e da Grande Imprensa no Brasil Contemporâneo: 1930-1985”.

Considero que tais experiências se enquadram no que ainda pode se chamar de História Política, mas de uma maneira diferente com que esse tipo de História foi tradicionalmente definida ou mesmo tem sido remodelada ultimamente. E isso porque ambos os trabalhos envolvem saberes que são compartilhados por diversas áreas de conhecimento frequentemente separadas (como a política, a economia, a comunicação), colocando interessantes questionamentos sobre os limites das fronteiras disciplinares e sobre a possibilidade de se “importar” categorias analíticas de uma ou mais áreas para as outras. Essas práticas de pesquisa também exigem uma reflexão mais apurada sobre a relação entre as categorias

analíticas oriundas dos diferentes saberes acadêmicos e aquelas desenvolvidas e aplicadas pelos próprios agentes históricos que serão objeto da investigação.

Para dar conta dos desafios e possibilidades, vou dividir essa comunicação em dois momentos distintos. No primeiro, analisarei as críticas que foram feitas à História Política tradicional e as principais alternativas dessa área de pesquisa que surgiram nas últimas décadas com o propósito de lhe fornecer uma “renovação” ou mesmo uma transformação mais profunda. No segundo, irei avaliar alguns desafios que se colocam ao historiador do “político” quando este pretende lidar com as “fronteiras disciplinares” e, especialmente, empregar conceitos e metodologias de pesquisa oriundas de outras áreas de conhecimento.

1 – Nova História Política: entre práticas e teorias

A chamada Nova História Política surgiu como uma reação às pesadas críticas que a História Política Tradicional recebeu ao longo do século XX. Como é bastante difundido, esta última, por muito tempo dominante no fazer historiográfico, sofreu severas críticas nesse período por ser considerada muito narrativa, excessivamente voltada para as questões relativas ao Estado e às grandes personalidades políticas e, por fim mas não por último, por se deter quase que exclusivamente sobre os acontecimentos e as ações individuais, em detrimento de explicações mais “profundas”.²

Em linhas gerais, podemos dizer que estas críticas tiveram duas

2 Sobre essas críticas consultar, dentre outros: BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. 3. ed. São Paulo : UNESP, 1991.

vertentes distintas. De um lado, o marxismo que através da sua concepção de totalidade e de uma história estrutural e estruturada em instâncias, procurou colocar o político como uma parte integrada no todo social. Nessa perspectiva, o político e/ou a política deixaram de ser considerados fenômenos isolados, só podendo ser compreendidos quando relacionados a outras instâncias, notadamente a estrutura econômica e a divisão de classe. Isso fez com que ele perdesse a sua condição de objeto específico de pesquisa, pois não poderia ser mais explicado por si mesmo e nem ser explicação suficiente ou até necessária para o “curso” da História.

Mais do que isso, a tendência geral do marxismo foi não apenas deixar de considerar a política como um espaço autônomo da realidade social como ainda considerá-la um elemento da “superestrutura” e, desta maneira, subordinado à infraestrutura econômico-social.

De outro lado, tivemos a crítica oriunda da historiografia francesa, mais especificamente da chamada Escola dos Anais. Os questionamentos e os trabalhos das diversas gerações de pesquisadores ligados a esta “escola” contribuíram fundamentalmente para que a historiografia contemporânea rompesse com as amarras tradicionais que a ligavam à história factual, das grandes personalidades e dos grandes acontecimentos, em direção a uma ampliação de seus objetos legítimos e a renovação dos objetos tradicionais. Em lugar da História Narrativa ou dos Eventos, focada na superfície dos “fatos históricos”, propôs-se uma História que privilegiasse as estruturas – econômicas, sociais, mentais – em virtude das quais os eventos e as ações dos indivíduos deveriam ser interpretados, naquilo que ficou conhecido como História Total. Além disso, essa “história total” passou a englobar aspectos das sociedades humanas que tinham um valor secundário ou simplesmente não eram dignos de serem considerados como objeto de pesquisa do historiador,

como os hábitos e os costumes, as mentalidades, as representações, o gesto, as relações de gênero, etc.³

Desta maneira, notamos uma grande aproximação entre a crítica do marxismo e a da primeira geração dos *Analles* à História Política Tradicional, ou seja, a condenação à ênfase excessiva no factual, no narrativo, no individual e a defesa de uma História Estrutural, onde os elementos da grande duração - as grandes estruturas - tomariam o papel de protagonistas da História. Contudo, embora na Escola dos Anais, as estruturas econômicas tivessem seu espaço bastante ampliado, encontramos uma significativa diferença com o marxismo, na medida em que os Anais não adotaram uma visão determinista pelo econômico, procurando dar igual relevância às diferentes esferas do social.

A partir dos anos 60, porém, esse panorama de condenação da História Política começaria a se alterar, muito em virtude de mudanças intelectuais e conceituais derivadas dos próprios acontecimentos “políticos” que se sucederam no momento (como os protestos tanto no Leste quanto e no Oeste europeus e os novos movimentos sociais, como o feminismo e o movimento estudantil, etc.) e que escapavam à explicação permitida pelas variáveis estruturais, de longa duração.

Uma dessas mudanças ocorreu no próprio marxismo, quando alguns intelectuais e acadêmicos ligados a esta corrente procuraram reafirmar a importância do *político* para a compreensão da realidade social e, por consequência, como objeto de estudo das ciências sociais e da História. Em relação a isso, vale lembrar os trabalhos de Althusser e, especialmente, do cientista político grego Nicos Poulantzas, os quais,

3 Uma boa análise da Escola dos Anais e de suas principais inovações pode ser encontrada em LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo : Martins Fontes, 2001, LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. *História: Novos Objeto*. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora, 1976 e BURKE, op.cit.

a partir de uma releitura da obra de Gramsci, defenderam autonomia relativa do *político* no interior do marxismo. Embora ainda o mantivessem integrado ao social, com esses autores, o *político* passou a ser considerado não um reflexo da estrutura econômica, mas como uma instância na qual as diversas possibilidades colocadas pelo movimento das estruturas seriam articuladas e definidas, sem um fim pré-determinado.⁴

Dessa maneira, o *político* e a *política* ganhavam um novo papel, como um espaço de luta na qual se decidia pela permanência ou mudança das estruturas socioeconômicas. Entretanto, apesar de relativamente autônomo, o “político” ainda era considerado um espaço subordinado, mesmo que em “última instância”, e a sua articulação com o todo era visto através da sua presença em estruturas ou instâncias separadas. Em outras palavras, continuávamos dentro dos parâmetros epistemológicos de uma visão estruturalista da História. Na verdade, propor uma resposta marxista ao estruturalismo era o principal objetivo desses autores.

A corrente que iria provocar a releitura do *político* mais radical, porém, ficou por conta de um amplo e difuso movimento intelectual que emergiu a partir dos anos 60 e que ficaria conhecido, não sem controvérsia, como pós-modernismo.⁵ Esses autores negavam a separação tradicional nas ciências sociais entre verdade e discurso e, especialmente, contestando a possibilidade de uma interpretação total e geral da realidade social através do que nomearam criticamente como

4 Quanto a esses autores, consultar: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2003 e POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974 e POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

5 Ver, especialmente, LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 2002 e BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas* : o fim do social e o surgimento das massas. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1993.

metanarrativas. Também apresentaram uma visão do *político* e do *poder* bastante diferenciada e inovadora, na qual ambos deixavam de ser necessariamente e diretamente associados ao Estado ou às instituições públicas e passavam a estar dispersos em todo o tecido social. ⁶

Ao fazer isso, esses autores acabariam por fornecer - mesmo sem o saber ou até sem o querer – novas bases teóricas para o retorno de uma história narrativa ou centrada no acontecimento. Igualmente, deram sustentação epistemológica para uma história que empregava conceitos como *poder* e *político*, sem estar, porém, vinculada ao estudo do Estado ou das grandes personagens, procurando incorporar outros aspetos da realidade social, como as relações cotidianas. Entretanto, todas essas novas possibilidades tiveram que pagar o pesado preço da tendência à fragmentação excessiva do objeto de estudo do historiador.

Inegavelmente, essas mudanças intelectuais influenciaram a formação do que é hoje considerado como a Nova História Política, especialmente em sua versão francesa, *locus* de grande parte desse debate teórico. Entretanto, estamos longe de vislumbrar um consenso ou mesmo uma unidade em torno das propostas relativas a esta Nova História Política e, sobretudo, mais distante ainda de superar todos os impasses que ela encontra.

Vejamos, então, para dar continuidade à nossa análise, as duas principais alternativas que a historiografia francesa nos oferece em termos de renovação nesse setor e cuja abordagem pode fornecer interessantes tópicos para a reflexão.

A primeira dessas alternativas foi apresentada pelo grupo de pesquisadores associado à *Foundation Nationale des Sciences Politiques*

⁶ Sobre isso, consultar mais especificamente FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2004.

e à Universidade de Paris X-Nanterre, sob a liderança do historiador René Rémond. Na sua proposta de uma História Política renovada, que podemos encontrar em seus textos reunidos na coleção, este autor procurou marcar a sua posição através de alguns posicionamentos, que vamos reunir em três pontos básicos.⁷

Primeiro, procurou defender a História Política das acusações que lhe fizeram os historiadores dos Anais, especialmente de ser superficial e excessivamente narrativa. Uma das intenções de Rémond é justamente negar tais acusações, afirmando que alguns dos pais fundadores da História Política francesa, como o próprio Seignobos, já apresentavam, em suas obras clássicas, características analíticas encontráveis na historiografia contemporânea, não sendo, então, justo acusá-los de estarem excessivamente presos à narração superficial de acontecimentos.

Segundo, RÉMOND faz um considerável esforço para mostrar que o *político* – o qual associa tanto a acontecimentos, como eleições e decisões de governantes, quanto ao papel das instituições e do Estado – tem um papel específico na composição da realidade social, não podendo ser considerado uma variável dependente e subordinada a outras instâncias. Dessa forma, salienta, embora não aprofunde, a importância do retorno do acontecimento, do particular e da própria narrativa para o conhecimento histórico. Sua intenção, porém, não está em romper com a separação entre discurso e realidade, como fizeram os pós-modernos. Ao contrário, pretende defender que o *político* teria um estatuto ontológico próprio, o que o justificaria como objeto específico de pesquisa e daria legitimidade a uma “ciência política” e a uma História Política como

7 REMOND, Réne (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2. ed, 2003.

áreas próprias de saber.

Por fim, Rémond procura ainda defender a História Política como um campo de estudo específico ao afirmar que ela poderia incorporar as características que os historiadores da primeira geração dos Anais identificaram como sendo as suas principais falhas. Ou seja, a História Política poderia:

- dar margem a análises interdisciplinares, combinando-se com outras áreas de conhecimento como a antropologia, por exemplo;

- ser submetida ao método quantitativo, na medida em que determinados temas, como os estudos sobre eleições, apresentam uma documentação capaz dar sustentação quadros estatísticos consistentes;

- abarcar, como objeto de estudo, todos os agentes sociais (as maiorias, as massas) e não apenas as minorias, citando como exemplo, novamente, a questão eleitoral;

- por fim, esta história também poderia englobar explicações de longa duração, o que ele justifica indicando como o conceito de mentalidade é fundamental para compreender certas permanências no comportamento eleitoral de determinadas regiões francesas;

Em síntese, podemos afirmar que a proposta de uma Nova História Política defendida por Réne Remond oscila entre duas possibilidades: de um lado, a simples revalorização, sem grandes mudanças, dos velhos temas da História Política Tradicional (acontecimento, personalidades, instituições públicas) e, de outro lado, a defesa do político como dotado de um estatuto ontológico próprio e, assim, passível de ser objeto de análise específico. Dessa maneira, mais do que renovação, temos uma reação defensiva de uma História Política que pouco incorpora do longo debate teórico que as chamadas ciências sociais deram guarida nos últimos anos, procurando mais defender as fronteiras de seu suposto

território do que propriamente em se integrar com outras áreas de conhecimento. Até a própria forma de análise oferecida no livro que analisamos mantém uma divisão compartimentada desse político em categorias estanques, que são abordados de forma separada do corpo social por diferentes especialidades (como eleições, partidos, opinião pública, relações internacionais, ideias, etc) que não apresentam um diálogo necessário entre si.

Outra proposta presente na historiografia francesa foi apresentada pelo cientista político, atualmente professor do *Collège de France*, Pierre Rosanvallon. Este autor, embora valorize os esforços de René Rémond e seu grupo, difere substancialmente da proposta desse último, ao defender, não a manutenção das fronteiras de uma História Política como um objeto próprio de análise, mas o que ele chama de História Conceitual do Político. Vamos ver essa proposta com mais cuidado.

Para ROSANVALLON, o *político* não é uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade, mas “o lugar onde se articulam o social e a sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p. 12). Dessa maneira, segundo ele, o

objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem suas ações e encaram seu futuro (idem, p. 16)

Essas representações e racionalizações, porém, “não são um globalização exterior à consciência dos atores”, mas sim o “trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”. Em consequência, a História Conceitual do Político deve ter como objetivos, de um lado,

“fazer uma história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema”; de outro lado, “fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos” (*loc. cit.*).

Além disso, o autor defende os dois adjetivos empregados em sua proposta historiográfica, ou seja, conceitual e político, da seguinte maneira: é uma “histórica política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação” e é “história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidades das situações e o princípio de sua ativação” (*idem*).

Já no que se refere aos seus métodos de pesquisa, em linhas gerais, ROSANVALLON assevera que ele é, ao mesmo tempo, interativo e compreensivo. *Interativo*,

pois consiste em analisar a forma como a cultura política, as instituições e os fatos interagem uns com os outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: análises de hábitos, das separações, dos descobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambiguidades como as formas de realização (*idem*, p. 17)

E *compreensivo*, “pois se esforça em compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência” (*op. cit.* p. 17). Ademais, esta abordagem compreensiva, segundo o autor, “implica em reconstruir a forma como os atores elaboraram sua compreensão das situações, em detectar as recusas e atrações a partir das quais os autores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades

que estrutura implicitamente seu horizonte” (*idem*, p. 18)

Por fim e em síntese, a proposta de História Conceitual do Político de ROSANVALON apresenta um particular interesse para o meus objetivos de pesquisa porque ela defende uma análise de conceitos não apenas limitada ao universo das instituições e/ou da filosofia política. Ao contrário, o seu aporte procura integrar as ideias produzidas e difundidas nesse espaço com aquilo que circulou no corpo social e que pode ser ainda acessível ao historiador através da análise de fontes documentais “menos nobres”, como a imprensa, os panfletos, a literatura popular, as petições judiciais, etc.

Dessa maneira, entendemos que a proposta de ROSANVALLON apresenta nítidas vantagens em relação à de RÉMOND, especialmente para quem pretenda trabalhar com temas como o pensamento político e sua efetiva ação sobre o social, pois apresenta um político que não está preso aos temas clássicos e nem compartimentado em categorias estanques. Ao contrário, permite compreender o político como algo integrado no social e apreensível de forma dinâmica e interativa.

2 – História Política e o uso e o abuso dos conceitos: fronteiras e contrabando

Conforme vimos na exposição anterior, as principais propostas de renovação dos estudos no que podemos chamar de História Política defendem a necessidade de se extrapolar os limites da História Política Tradicional - excessivamente voltada para os grandes acontecimentos, as grandes personalidades e o aparato estatal – e promover a extensão do seu objeto de pesquisa e, em particular, a procura por alternativas analíticas em outras áreas de conhecimento, incentivando a interdisciplinaridade.

Entretanto, uma consequência inevitável dessa proposta está no enfraquecimento dos “limites” da História Política, ou seja, torna-se cada vez mais difícil e até inadequado falar de uma História Política como uma área do conhecimento específica, que tenha um objeto de estudo próprio - derivado de uma suposta condição ontológica do “político” na realidade social - e um arcabouço teórico-metodológico particular.

Dessa maneira, atualmente parece ser mais adequado, se não abandonar a pretensão de uma História Política como uma área de conhecimento separada, ao menos promover deliberada e conscientemente o esvanecimento de suas fronteiras através de um diálogo mais profícuo com os demais saberes sociais.

Abordo o tema dessa forma porque, no meu entender, um dos principais problemas da extensão do objeto de análise da História Política tem sido a incorporação de conceitos e métodos de análises próprios ou ao menos compartilhados com esses outros saberes, sem que o historiador do político faça isso de forma clara ou consequente, em um procedimento que mais se aproxima de um “contrabando teórico” do que propriamente de uma “fusão de abordagens”. Dessa maneira, não deve surpreender que muitos dos historiadores que se valem de noções como Estado, poder, político, política, legitimidade, dominação, ideologia, as empreguem sem precisar adequadamente o sentido com que as utilizam e, especialmente, das consequências teóricas e metodológicas desse uso.

Para ilustrar essa dificuldade, vamos abordar dois conceitos clássicos que frequentemente têm sido empregados pela História Política, mas que dão margem a muitos questionamentos.

O primeiro dele diz respeito à própria noção de *político*. Com efeito, a alternativa, empregada por alguns pesquisadores, de substituir

uma História Política pela História do Político implica na necessidade, nem sempre plenamente satisfeita, de se definir previamente o que se entende por “político”, definição importante porque dela deriva o estabelecimento dos objetos que podem ser enquadrados nesse tipo de abordagem.

Apenas para termos uma noção das dimensões dessa questão, se acompanhamos a literatura em outras áreas, como a sociologia ou a ciência política, veremos que a noção de político pode assumir diferentes e contraditórios sentidos. Com efeito, as definições mais tradicionais da ciência política associam *político* apenas a questões relativas às disputas eleitorais e partidárias e aos conflitos que envolvam o controle do aparelho estatal, quer internos a este aparelho (burocracia) ou externos a ele (como os estudos sobre o *coronelismo*). Porém, já a sociologia e a filosofia trabalham com definições do *político* que o localizam nas mais variadas relações de poder espalhadas pelo corpo social, como as encontráveis na dinâmica de corporações da “sociedade civil” (escola, empresas, hospitais) ou mesmo na vida doméstica e afetiva dos indivíduos. Nessa percepção, o político é inerente ao social, está difuso nas relações humanas e não diz - ou talvez diga muito pouco - respeito ao controle do poder estatal. Como vimos na unidade anterior, esta foi a proposta de toda uma linha de interpretação - normalmente associada a autores considerados pós-modernos -, muito profícua nos anos 60 e 70, que estendeu, até o esvaziamento heurístico, a noção do político, localizando-o no estético, no simbólico, no emocional, no cotidiano, na subjetividade.⁸ Levado ao seu extremos, o emprego de um conceito tão elástico de *político* - que englobe as mais ínfimas e íntimas relações

⁸ Ver o já referido FOUCAULT, *op.cit.*, e também GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4^o ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

cotidianas de poder - talvez não seja o mais adequado a uma História do Político, sob pena de alargar e diluir excessivamente o seu objeto de pesquisa.

Abordo a questão nesses termos não para criticar ou condenar indefinidamente a proposta de substituição de uma História Política por uma História do Político mas para deixar clara a complexidade dessa escolha, que exige um conhecimento prévio do historiador do debate em torno dos conceitos que emprega. Em outras palavras, no caso de categorias como de *político*, antes de qualquer análise, o historiador deve avaliar as suas possíveis definições e, assim, os seus possíveis empregos, escolhendo por aquele que lhe parecer mais adequado aos objetivos do pesquisador, sob pena de não ter total consciência e consequência sobre a sua própria fala.

Problema semelhante encontramos quando da utilização do conceito de poder, seguidamente presente no trabalhos dos historiadores, mas sem receber um cuidado teórico adequado. Com efeito, o emprego da categoria de *poder* talvez seja ainda mais complicado do que a de político, tendo em vista a sua excessiva pluralidade e elasticidade. Tais características levaram Marx Weber a definir o *poder* como “socialmente amorfo”, na medida em que envolvia “todas as qualidades imagináveis de um homem, e toda a espécie de constelação possível, que podem colocar alguém na posição de impor a sua própria vontade em uma determinada situação”. Diante dessa constatação, o autor preferiu descartar o seu uso em favor do conceito de dominação, mais apropriado para dar conta dos fenômenos de poder relativos à constituição do Estado (WEBER, 1983, p. 17).

Diante dessas dificuldades, autores clássicos, como Talcott Parsons - representante em todo o direito da sociologia tradicional norte-

americana e leitor de Weber -, defenderam a necessidade das ciências sociais não abandonarem o conceito de *poder* mas delimitá-lo como sendo de seu interesse apenas o conceito de “poder político”.⁹ Este passou a ser definido como:

uma capacidade generalizada de garantir a execução de compromissos obrigatórios assumidos por unidades de um sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas com respeito à sua relação com metas coletivas e quando, havendo recalcitrância, existe a garantia de cumprimento através de sanções situacionais negativas – qualquer que seja a agência real incumbida dessa garantia (PARSONS, *op.cit.*, p. 24).

Em outro extremo teórico, mesmo um dos autores que mais influenciou essa diluição do conceito de poder, como Michel Foucault, também se preocupou com a sua excessiva elasticidade. No livro *Microfísica do Poder*, FOUCAULT realmente afirma que *poder* é o *exercício de práticas* (técnicas e mecanismos) de dominação autônomas e infinitesimais (ou seja, dispersas no corpo social). Dessa forma, para ele, o *poder* não tem uma origem específica ou unitária, ao mesmo tempo em que não é algo que se possua, mas sim que se exerce, não estando

9 Conforme o autor, o “poder é um conceito-chave na grande tradição do pensamento ocidental. Ao mesmo tempo, não obstante sua longa história, é um conceito sobre o qual existe notável desacordo, não apenas quanto a sua definição específica, mas quanto a vários aspectos do contexto conceitual em que deve ser colocado. Todavia, seu significado tem um núcleo central relativo à capacidade que têm as pessoas ou coletividades de ‘conseguir que as coisas sejam feitas’, especialmente quando seus objetivos são obstruídos por resistências ou oposições humanas” (PARSONS, 1983, p. 21). Para Parsons, se pensarmos o poder como uma capacidade generalizada de atingir metas e fins nas relações sociais (como faz Hobbes), isso tornaria o poder excessivamente difuso, “tornando, assim, logicamente impossível tratar o poder como mecanismo específico, que opera no sentido de produzir mudanças de ação em outras unidades, individuais ou coletivas, no processo de interação social” (PARSONS, 1983, p. 21).

contido no Estado. Em consequência, já não mais podemos falar em “uma forma de dominação” – mas formas plurais de dominação.

Entretanto, para evitar confusões conceituais, o autor não usa para se referir a essas formas de dominação o conceito de *político* ou de *política*, preferindo enfatizar que essas “formas de dominação” sociais passam a ter uma “utilidade política” apenas quando são “colonizadas” pelo “poder global” e, a partir daí, sustentadas por “mecanismos globais do sistema do Estado” (FOUCAULT, *op.cit.*, p. 185). Ou seja, apesar de manter e defender a elasticidade do conceito de poder e, especialmente, descaracterizá-lo como um atributo do aparato estatal, Foucault procura ainda preservar certa especificidade desse conceito quando ele está associado ao Estado e ao “poder global” da sociedade, só aí utilizando a categoria de político.

Em síntese, não procuramos com estes exemplos defender como obrigatório adotar as saídas empregadas por algum desses autores mas demonstrar a complexidade do emprego de categorias tão controversas e o vasto debate teórico que em torno delas se estabeleceu. Ao historiador do Político ou da Política se aconselha a necessidade não de seguir, disciplinadamente, o debate teórico feito alhures, mas de se inteirar do mesmo e de fazer as suas escolhas ou mesmo propor novas alternativas conceituais de forma consciente e consequente.

Conclusão

Como conclusão dessa exposição consideramos que atualmente os estudos que procuram se situar como sendo de História Política podem o fazer sem acanhamento, tendo em vista as várias possibilidades analíticas e vários objetos de pesquisa que se apresentam sobre este nome.

Com efeito, acredito que tanto a chamada Nova História Política como a História Conceitual do Político tiveram sucesso no seu propósito de superar os principais limites que tornaram a História Política Tradicional o alvo fácil da crítica à historiografia “positivista” promovida pelo marxismo e pelos historiadores da primeira geração da Escola dos Anais.

Porém, essas novas possibilidades – que envolvem a extensão do objeto de pesquisa do historiador do político, bem como a ampliação dos seus referenciais teórico-metodológico – levaram, não apenas a uma renovação e reformulação das abordagens, como também trouxeram questionamentos sobre as novas fronteiras da História Política e mesmo a pertinência de ainda se concebê-la como uma área específica de conhecimento. A saída que se propôs aqui para muitos desses impasses foi a defesa de uma história do político integrado no todo social e um diálogo crítico, mas profícuo, com os demais saberes sociais nos quais o *político* também seja um tema comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas : o fim do social e o surgimento das massas*. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1993

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. 3. ed. São Paulo : UNESP, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro :

Graal, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo : Martins Fontes, 2001

_____ et NORA, Pierre. *História: Novos Objeto*. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 2002.

PARSONS, Talcott. *Conceito de poder político*. In.: Cardoso, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevan (org.). *Política e sociedade*. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1983, v. I, pp.: 21-27.

POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974 e .

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REMOND, Réne (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2. ed, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. (1995) Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 30.

WEBER, Max. *A dominação*. In.: Cardoso, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevan (org.). *Política e sociedade*. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1983, v. I, pp.: 9-20.

MEMÓRIAS DE UM VENCIDO: O GENERAL MÍOPE E A REVOLUÇÃO DE 1930

Marcelo França de Oliveira¹

RESUMO: Em plena efervescência política gerada nos momentos que antecediam a Revolução de 1930, o general Gil de Almeida, então comandante do Exército no Rio Grande do Sul, resolve consultar o oculista. É quando eclode o movimento revolucionário em Porto Alegre e no resto do Estado. O general, que manifestadamente sofria problemas oculares, não viu desenrolarem-se os preparativos e ações para o movimento, bem debaixo de seus olhos. Em um misto de denúncia, desabafo e oposição, Gil de Almeida narra os episódios que vivenciou nestes decisivos dias de Revolução, e a nova realidade instaurada após 1930, no livro “Homens e fatos de uma Revolução”, editado originalmente em 1943, e mostrando uma versão não tão comumente explorada pela história ao longo dos tempos: a dos vencidos.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Memória; General Gil de Almeida.

ABSTRACT: *In the middle of political unrest generated by the moments*

¹ Professor-tutor da SEaD/FURG, Bacharel em História e Especialista em História do Rio Grande do Sul pela Universidade Federal do Rio Grande. Email: celofranca@uol.com.br

that preceded the Revolution of 1930, General Gil de Almeida, then army chief in Rio Grande do Sul, decides to consult the doctor. It breaks out when the revolutionary movement in Porto Alegre and elsewhere in the state of Rio Grande do Sul. The general, who manifestly suffered eye problems, have not you pursued in the preparations and actions for movement, right under your eyes. In a joint complaint, rant and opposition, Gil de Almeida narrates the episodes that he experienced in these decisive days of the Revolution, and the new reality created after 1930, in your book “Men and facts of a Revolution”, published originally in 1943, and showing a version is not as commonly exploited by history through the ages: that of the vanquished.

Keywords: 1930 Revolution; Memory; General Gil de Almeida.

Introdução

A história, tão pródiga em separar vencedores e vencidos, reserva notadamente mais espaço para as versões daqueles primeiros. Desde os Analles, porém, há um esforço entre diferentes correntes historiográficas que destacam, - e privilegiam, em muitos casos – a versão dos vencidos. Não se trata de escrever uma outra história, tampouco de desqualificar narrativas de vigentes, mas de lançar novos olhares, com novos dados, outras perspectivas. Neste sentido, chamou nossa atenção um velho e empoeirado livro, do qual muito pouco lê-se ou ouve-se falar a respeito, mas escrito sobre as reminiscências memorialísticas de um dos protagonistas da resistência (ainda que fraca, como veremos a seguir) oficial ao movimento que resultaria na Revolução de 1930: o Comandante da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul, general Gil de Almeida. Neste artigo, apresentamos uma síntese crítica da obra do militar, suas características e versões apresentadas, com o objetivo

de estabelecermos um contraponto às narrativas lineares sobre os conhecidos desdobramentos políticos subsequentes da Revolução de 1930 no Brasil.

A memória e a vontade do registro

Um fato, quando não rememorado, corre o risco de cair no esquecimento. Surge, pois, uma vontade de contar o passado aos contemporâneos, ou de registrar os episódios vividos aos pósteros, e pelo mesmo motivo, o de evitar o esquecimento. Há, de uma parte, o desejo de perpetuar a versão; e da outra, o interesse em sabê-la. Destas duas resulta o interesse pela memória². Então, este interesse aparece, segundo Peter Burke³, como “*uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar aquilo que somos daquilo que fomos*”. E como fazer para perpetuar esta versão? Certeau nos fala da *ideologia da informação pelo livro*⁴, onde existe “*a pretensão dos ‘produtores’ de informar uma população, isto é, ‘dar forma’ às práticas sociais*”⁵. Recorre-se a uma produção textual para a narrativa do passado, do que se julga *ser a história*. Pollak afirma que, “*a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa (...) a memória deve ser entendida também,*

2 Por Memória, utilizaremos a definição de Le Goff, que a define como “*a aquisição de regras de retórica e também de posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo*”. (LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 419).

3 BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 p. 88.

4 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 260.

5 *Idem*, p. 260

ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social”⁶. Deste modo, o que o indivíduo vive e sofre, no processo histórico, reflete na sua construção da versão, da história que para ele aconteceu tal qual rememora.

No contexto histórico, os eventos considerados relevantes entre a historiografia acabam por separar, na maioria dos casos, vencedores de vencidos, sendo que aqueles sempre têm sua versão privilegiada. O outro lado, ou a história dos vencidos, nem sempre é trazida ao debate. É neste cenário que voltamos nossa atenção ao relato do general Gil de Almeida⁷, então comandante da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul por ocasião da Revolução de 1930. Joseph Love apresenta o general como fortemente fiel⁸ ao presidente Washington Luís, além de retratá-lo como ludibriado pelo plano orquestrado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha⁹. O próprio Almeida, legalista que era, dedica a sua obra aos oficiais e soldados mortos no dia 3 de outubro de 1930¹⁰ (quando eclodiu a revolução no Rio Grande do Sul) e que morreram “*no cumprimento do dever, na defesa dos brios do Exército, na obediência à Lei, no respeito à Pátria sublime*”¹¹.

6 POLLAK, Michael. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 201

7 ALMEIDA, Gil. *Homens e Fatos de uma Revolução*. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1943.

8 LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 259.

9 Sendo levado a cabo por estes com a ajuda de João Simplicio Alves, substituto de Oswaldo Aranha na Secretaria do Interior no governo de Getúlio Vargas na presidência do RGS. LOVE, op. cit. p. 259

10 ALMEIDA, op. cit. p. 3

11 Idem, ibidem. E vai adiante ao oferecer o livro a todos os vencidos pela revolução (ALMEIDA, op. cit. p. 4)

O testemunho e o grito dos vencidos

Almeida dedica dois terços das suas 336 páginas à contextualização do cenário político gaúcho, desde a proclamação da República até as iminências da revolução. Quando trata dos antecedentes imediatos desta, cita o episódio onde Góis Monteiro solicitara licença do seu Regimento onde servia¹² para supostamente acompanhar sua esposa numa cirurgia, em Porto Alegre. Almeida concordara com a dispensa justificando que ele era:

(...) até então como um bom informante e nada autorizava a desconfiar da sua pessoa, tanto mais quanto sabíamos estar o Tenente-coronel Góis, em ligação constante com o General Álvaro Mariante, diretor da Aviação, um dos chefes dos quais o governo tinha ponderáveis razões de confiar. O justo motivo da ida do comandante do 3º R.C.I. a Porto Alegre, é hoje conhecido, - era ser o chefe do Estado-Maior das forças revolucionárias do Rio Grande.¹³

Prossegue que havia sido informado por João Simplicio que, tanto Getúlio Vargas quanto Borges de Medeiros, não desejavam a revolução, e ficara, assim, tranqüilo que esta não contava com o apoio dos dois chefes políticos:

12 Góis Monteiro servia como Tenente-coronel no 3º Regimento de Cavalaria de São Luiz Gonzaga, e era, deste modo, subordinado ao general Gil de Almeida.

13 Que mesmo já não sendo mais presidente do Estado, ainda era o chefe do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Vê-se, portanto, que a tática da traição era única: não envolvidos oficialmente governo e autoridades, auxiliavam a tecedura dos flexos da rede, mas se porventura houvesse um fracasso, os agentes conspiradores, que operavam às claras, apareceriam responsáveis, enquanto o Governo do Estado se isentava, prestigiando o Executivo Federal assentado ns tradições do Partido Republicano Riograndense.¹⁴

Na véspera do golpe, dia 2 de outubro, aparece na edição do jornal matutino “Diário de Notícias” uma informação que foi contestada por Almeida. Dizia que Getúlio Vargas havia chamado-o ao Palácio para que tirasse as tropas instaladas estrategicamente no bairro Menino Deus, a fim de defender e oferecer suporte às demais guarnições em caso da revolução. Tal solicitação não teria sido atendida pelo general, cuja resposta foi que, só poderia fazê-lo, com ordens expressas do Presidente da República. Vargas, retrucando, teria dito “*mande retirar seus canhões do lugar onde se encontram, pois, do contrário, a Brigada Militar fará este serviço*”¹⁵ evidenciando a força da Brigada local no período. O jornal A Federação, órgão oficial do governo estadual, apressa-se em desmentir o ocorrido na sua edição da noite de 2 de outubro.

No dia seguinte, estouraria a revolução. Antes, porém, o general narra a prosaica ida, às oito horas da manhã, ao Hospital Militar para fazer “um exame de vistas”:

14 ALMEIDA, op. cit. p. 213.

15 Diário da Manhã, edição de 2 de outubro de 1930 in ALMEIDA, op. cit. p.215 a 217.

Os meus olhos pareciam doentes desde muito tempo e eu descuidara, atribuindo o incomodo ao excesso de trabalho à noite. O médico examinou-me. Disse que eu precisava operar-me da vista direita (...) Regressei ao Quartel General preocupado. Eu sentia os olhos arderem. Não podia fixá-lo bem... As menores cousas me irritavam...¹⁶

Não demorou muito para estourar a revolução. Às treze horas, Oswaldo Aranha havia lançado um manifesto revolucionário em um grande comício. Ao ser informado, Almeida tenta entrar em contato com João Simplício e com o próprio Getúlio, em vão. Às quinze horas é informado que a agência dos Correios é tomada por civis armados. As guarnições de Bagé, Alegrete e Passo Fundo comunicam via rádio informando: a revolução iria começar¹⁷. Às dezessete horas, finalmente o Quartel General era invadido. Vinte minutos depois¹⁸, o general estava rendido e considerado preso.

A partir do momento de sua rendição, a obra deixa de lado a narrativa factual e passa a explanar através de justificativas, teorias e acusações. Para justificar a facilidade com que seu Quartel General foi tomado, afirma:

Subornaram os soldados da guarda do Quartel General, que fugiram momentos antes, inutilizando as nossas metralhadoras e fuzis e furtando a munição do material bélico, que eles vendiam aos nossos adversários a peso. O subornador foi o Dr. Oswaldo Aranha, que se ufanou do importante

16 ALMEIDA, op. cit. p. 223.

17 ALMEIDA, op. cit. p. 224.

18 ALMEIDA, op. cit. p. 232.

feito, após a nossa queda, mostrando os percutores das metralhadoras, que trazia como um troféu, no bolso.¹⁹

Além disso, usa o fator psicológico para explicar a deficiência do seu exército de então, face ao inimigo revolucionário:

No Rio Grande do Sul havia uma causa psicológica que não se pode desprezar. As unidades do Exército estavam formadas por soldados recrutados, homens que na véspera eram civis. A mentalidade destes indivíduos não podia ser profunda e radicalmente modificada simplesmente trocando-lhes o casaco paisano por uma blusa caqui. Eles tinham, com efeito, de guardar por algum tempo as impressões do meio social em que viveram e se educaram.²⁰

Também cita com horror a morte brutal, a queima-roupa, do Major Otavio Cardozo e denuncia que os seus assassinos roubam-lhe o revólver, o relógio e ainda os vencimentos “*intactos ainda em seu bolso*”²¹. Talvez para enaltecer a si mesmo, não afirma quantos homens havia no ataque ao Q.G. Só diz que, do seu lado, havia apenas oito soldados, contra um efetivo muito superior, numericamente, de revolucionários. Para isso, cita o próprio inimigo de então, Oswaldo Aranha como fonte da estatística adversária: “*segundo o Dr. Aranha, e era corrente em Porto Alegre, foram empregados mais de 300 homens no ataque ao Quartel General e tê-lo-iam incendiado, se a resistência*

19 ALMEIDA, op. cit. p. 230.

20 ALMEIDA, op. cit. p. 241.

21 ALMEIDA, op. cit. p. 231.

se prolongasse por mais tempo.”²² Fato posto é que, segundo afirma, só aceitou a capitulação se recebesse carta de próprio punho de Getúlio Vargas, no que foi atendido. A carta dizia:

Acabo de ter conhecimento da ocupação do Quartel General, pelas forças revolucionárias. Tratando-se, como é o caso, de uma situação perfeitamente consolidada, contra a qual, mais do que temeridade, seria inútil sacrifício oferecer qualquer resistência, ouso apelar para os sentimentos de V. Excia. no sentido de se entregar às forças sob o comando do General Valdomiro de Lima, portador desta, que lhe assegurará, em meu nome, todas as garantias, de acordo com a dignidade de seu cargo e a estima de que é merecedor no Rio Grande do Sul. Aproz-me reiterar a V. Excia., protestos de minha elevada consideração. – Getulio Vargas.²³

Note-se que Vargas, nesta carta, não assume para si a liderança da revolução. Apenas por ela, não se sabe se fora também pego de surpresa pelo desenrolar dos acontecimentos ou, naquele momento, queria *aparentar ser* (ou de fato *era*) um mero co-participante²⁴. Ainda, dá como fato consolidado a presente situação. A revolução era um fato irreversível.

Em sua crítica aos apoiadores da revolução, repudia veementemente a Igreja Católica, principalmente a figura de João Becker,

22 ALMEIDA, op. cit. p. 233 e 234.

23 ALMEIDA, op. cit. p. 235.

24 A discussão quanto a Vargas ser *protagonista* ou *coadjuvante* da Revolução de 1930 é tema controverso presente na historiografia e que extrapola os objetivos do presente artigo. Sua análise e considerações exigiriam um estudo detalhado que por ora não nos cabe fazer.

Arcebispo de Porto Alegre, e comenta a reprodução de uma carta do religioso aos seus superiores “no estrangeiro”. Diz a carta:

A revolução no Estado do Rio Grande do Sul tem caráter puramente político, e está completamente alheia ao comunismo (...) o sentimento religioso anima e fortalece os nossos soldados. O Governo nomeia capelães militares de pleno acordo comigo. (...) São infames calúnias as crueldades atribuídas às nossas autoridades, que desempenham suas altas funções com justiça e critério (...) A vitória das tropas coligadas fará surgir uma nova era de prosperidade para a Nação²⁵

Sua última teoria, de caráter acusatório, trata do papel do Banco do Brasil. Para o general, os dois adversários da revolução no Estado – e talvez da República – eram Exército e Banco do Brasil. Tanto que ambos foram tomados no mesmo dia, simultaneamente. Segundo o jornal *Correio do Povo*, em Cachoeira o valor disponível no Banco do Brasil fora “arrecadado” e depositado no Banco da Província, em seguida. Em Bagé, foi arrecadado e entregue ao Intendente Municipal o dinheiro²⁶. Onde não havia agência, os revolucionários tomavam a coletoria federal.²⁷ Também na capital os cofres do banco sofreram assalto: rs. 9.263:594\$000 (nove mil, duzentos e sessenta e três contos, quinhentos e noventa e quatro mil réis) foram entregues aos revolucionários, totalizando cerca de 20 mil contos arrecadados nas 7

25 ALMEIDA, op. cit. p.304 e 305.

26 CORREIO DO POVO, edição do dia 5 de outubro de 1930 *in* ALMEIDA, op. cit. p. 310 e 311.

27 ALMEIDA, op. cit. p. 311

agências do Estado²⁸. Questiona: “*em que obra pública foi empregado esse dinheiro? Não indagamos.*”²⁹

Conclusão

Seu livro, publicado apenas 13 anos após o início da revolução, e em plena vigência do Estado Novo, constitui interessante e rara obra de oposição à revolução de 1930. Como documento, traz uma versão pouco estudada na historiografia tradicional que trata do período varguista. Apesar de seu esforço de tentar contextualizar (num espaço considerável dentro de sua obra) sua época, os antecedentes, o livro mais parece tentar desmistificar a sua incapacidade e incompetência em barrar a revolução no momento em que se acontecia no Rio Grande do Sul. Se ele estava realmente míope – à situação - ou não, tragicômica foi sua ida ao médico oftalmologista justamente na data da eclosão do movimento. Simbólico, metafórico, jocoso, talvez. De qualquer modo, o general míope perdeu a briga, mas contou a sua história.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Gil. **Homens e Fatos de uma Revolução**. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1943.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar

28 *Idem*, p. 315 e 316.

29 *Idem*, p. 316.

Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas. **Revolução de 1930**. Sítio da Internet. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_ htm/5458_6.asp> e acessado em 16/05/2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992.

**RESUMOS FASE
PUCRS
PORTO ALEGRE**

CASO ARAGUAIA: EFEITOS JURÍDICOS E POLÍTICOS TRANSNACIONAIS

Nelise Dias Vieira¹

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil como Estado violador de direitos humanos, porque defende que o crime de tortura não é suscetível de anistia, bem como considerou insuficientes as medidas adotadas pelo país até dezembro de 2010. As medidas adotadas não seriam capazes de proporcionar condições à justiça de transição. O debate político sobre o período da ditadura militar está agregando fatos contemporâneos ao caso Araguaia e as discussões políticas e jurídicas que ele destacam permanecem em alguns pontos carentes de debates. O fato do Brasil não possuir um tipo penal para o desaparecimento forçado de pessoas e o direito ao funeral exigido pelos familiares dos desaparecidos na região do Araguaia são dois desses exemplos. O Brasil tem uma história política de anistias pouco divulgada. A Constituição Federal de 1988 e o maior compromisso internacional brasileiro possuem limites temporais que só poderão ser superados ou mantidos pelos debates políticos e filosóficos sobre a história brasileira. A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Anistia em 2010 revela que a revisão do passado brasileiro requer um debate histórico e político para compreensão do compromisso nacional com a proteção dos direitos humanos como discurso e como prática.

¹ Discente do Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, Mestre em Direito e Especialista em Política Internacional e Direito Público pela PUCRS. E-mail: nelidv@bol.com.br.

O PASQUIM E O REGIME CIVIL-MILITAR DE 1964

Thiago Araujo Vaucher¹

Resumo: Este trabalho faz parte da pesquisa que estou desenvolvendo no curso de Mestrado em História, cujo objeto de pesquisa é o jornal O Pasquim, publicação alternativa que existiu no período de 1969 a 1991. Mesmo nascido no período em que os meios de comunicação estavam sob censura, O Pasquim utilizava-se do humor por meio de cartuns e charges como ferramentas de contestação durante a ditadura militar. Em um período onde todos se calaram O Pasquim mostrou a que veio e não se calou e viveu muito para contar em suas páginas, momentos importantes da história do país.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo – Censura – História de imprensa – Ditadura

¹ Universidade de Passo Fundo (UPF) – Mestrando em História. Cientista Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Comunicação Política pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail thiagoav84@hotmail.com

“IGREJA APREENSIVA ANTE INFILTRAÇÃO COMUNISTA” RADICALIZAÇÃO ANTICOMUNISTA CATÓLICA NO PRÉ- GOLPE MILITAR DE 1964

Ianko Bett¹

A frase que dá título a este trabalho, retirada de uma manchete do jornal porto-alegrense *Correio do Povo* do dia 23 de janeiro de 1964, é representativa do quadro político e social com que os católicos enxergavam o Brasil naquele contexto. O tema da infiltração comunista foi ganhando em relevância à medida que o Presidente João Goulart manifestava seu posicionamento político que, em meados do início de 1964, acenou para o abandono da sua política equilibrista e buscou uma reaproximação com os grupos de esquerda. Acentuaram-se as posturas radicais dos grupos conservadores que se faziam repercutir em diversos setores, as quais colocavam o governo como um dos principais responsáveis pela infiltração comunista no país. Os jornais porto-alegrenses (*Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*), neste contexto, publicaram diversas manifestações dos católicos acerca da situação política por que passava o Brasil. Aspectos que perpassavam desde a questão da infiltração comunista na sociedade como um todo, até a denúncia de infiltração comunista nos setores governamentais. Este trabalho tem por objetivo, portanto, analisar, a partir de um arcabouço teórico centrado nas Representações e no Imaginário, o cenário construído pelos discursos dos católicos no período imediatamente anterior ao golpe militar, buscando identificar de que maneira as suas argumentações se encarregaram de representar a degradação daquele presente político e como manifestavam as suas previsões negativas em relação ao futuro, contribuindo, em última instância, para promover o processo de desestabilização do governo de João Goulart.

¹Doutorando da linha de pesquisa “Sociedade, política e relações internacionais” do PPGH da PUCRS, orientado pelo Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira. Bolsista CAPES.

POLÍTICA E VIOLÊNCIA: O CASO DE SOLEDADE NA DÉCADA DE 1930

Fabian Filatow¹

A presente comunicação tem por objetivo apresentar algumas reflexões da pesquisa que venho desenvolvendo no curso de doutorado do programa de pós-graduação em História da PUCRS. Inicialmente partimos de um acontecimento social, nomeado pela historiografia como Monges Barbudos. Movimento social que apresentava fortes características religiosas. Era composto por camponeses da região de Soledade e Sobradinho, tendo como delimitação cronológica os anos de 1935 e 1938, sendo este último o momento da repressão imposta aos participantes do movimento. Buscamos compreender quais foram as motivações que teriam contribuído para a repressão imposta ao grupo, no mês de abril, durante a semana santa. Buscando dar conta deste propósito ampliou-se o marco temporal da investigação, sendo necessário compreender o cenário político no qual se encontravam inseridos. Ao longo da década de 1930 a região de Soledade apresentou uma significativa atividade política. Posicionando-se politicamente e militarmente favorável à causa da constitucionalização quando da Revolução de 1932. No período das eleições ocorridas em 1934, incidentes políticos entre governistas e opositores vieram a público. Incidentes estes que fizeram uso da violência, tornando esta uma continuidade da prática política na região. Foi neste contexto que tivemos a ocorrência dos Monges Barbudos.

¹ Doutorando em História (PPGH-PUCRS). E-mail: ffilatow@ig.com.br

O PARTIDO COMUNISTA DA ÍNDIA - MAOÍSTA

Mateus Campos Ranzan¹

A presente pesquisa estuda a formação do Partido Comunista da Índia – Maoísta (PCI-M), no ano de 2004. Este partido é composto por um grupo de revolucionários que busca, através da luta armada, tomar o poder político na Índia propondo uma profunda mudança nas relações sociais do país. O pressuposto inicial é que o partido representa uma nova etapa na luta revolucionária maoísta na Índia, na medida em que o PCI-M formou-se a partir da união de dois grupos naxalistas, constituindo a maior ameaça para a estabilidade interna do país, segundo o primeiro ministro. Este estudo investiga os referenciais ideológicos que são apropriados pela guerrilha naxalista, a partir dos ensinamentos de Mao Tsé-Tung, para explicar as suas práticas, estratégias e pensamentos revolucionários. Para tanto, foram analisados os cinco documentos de fundação do Partido e a obra “O Livro Vermelho”, pois neste livro podem ser encontradas diversas idéias propostas pelo maoísmo. A pesquisa foi desenvolvida através de análises bibliográficas específicas sobre o conceito de partido político e ideologia, pesquisa em sítios especializados e sítios de mídia. Foram identificados aspectos importantes na composição política/ideológica da guerrilha, assim como pontos específicos da realidade indiana e da atual situação mundial.

¹ Licenciado em história pela UFRGS. Cursa bacharelado em história na mesma universidade. Email: ranzan.mc@gmail.com

EDUCADORES, MÉDICOS E INTELLECTUAIS: Atores, AÇÕES E POLÍTICAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL (1935-1940)

Cristiano Enrique de Brum¹

RESUMO: O desenvolvimento dos serviços de educação e saúde, relacionados com a questão modernizadora na Primeira República positivista gaúcha, acabaram culminando na década de 1930 na criação de uma Secretaria de Estado que centralizou os dois serviços. Pretendemos analisar aqui ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, como órgão responsável pelos serviços de utilidade pública de educação e saúde neste estado, durante todo seu período de existência, de 1935 a 1940. Além da análise das atividades e ações desta Secretaria, através de fontes oficiais (relatórios e minutas de atividades), daremos destaque para os atores políticos que apresentaram envolvimento com a criação, elaboração e execução destas políticas. Aqui o uso do método prosopográfico será de fundamental importância, uma vez que pretendemos conhecer o perfil dos atores envolvidos no engenho das políticas de educação e saúde. No que tange à abordagem ou tratamento das fontes, pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa; sobre os domínios, esperamos prestar uma contribuição positiva aos estudos das políticas dentro da História da Saúde e da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: História da Saúde; História da Educação; Políticas Públicas.

¹Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (cristianodebrum@hotmail.com).

O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO PARA ESTUDOS DE ELITES LOCAIS.

Andrius Estevam Noronha¹

Essa pesquisa lança alguns apontamentos sobre a busca de uma identificação do perfil de elites locais tendo o método prosopográfico como fio condutor. Essa metodologia permite o entendimento sistemático dos grupos em estudo, pois revela questões de comportamento social, político e econômico. Este enfoque metodológico recolocou os estudos de elites novamente no centro de interesse da comunidade dos historiadores. Deve-se a Lawrence Stone a retomada da reflexão sobre o método, que tem como principal eixo à investigação das características comuns de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. Para Stone o método empregado consiste em definir o universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas que serão alimentadas por fontes que podem ser oficiais, mas também constituída por materiais com grande liberdade de estilo de escrita como necrológios, peças publicitárias e homenagens biográficas.

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. Email: andriusds@hotmail.com

TERRITÓRIO E FRONTEIRAS NO SUDOESTE DO BRASIL (1765-1808)

Juçara Nair Wolff

Doutoranda da PUCRS e bolsista da CAPES

Desde meados do século XVIII, adentrar no mundo desconhecido do sertão, abrir caminhos, instalar fortificações, criar povoados constituíam-se em instrumentos para o estabelecimento da unidade política e consolidação do Estado. As incursões ao sertão do Tibaji, mais especificamente aos Campos de Guarapuava, faziam parte da estratégia portuguesa de defesa das fronteiras e domínios da região meridional da América portuguesa até o Rio da Prata. As primeiras tentativas de ocupação destes incógnitos sertões ocorreram entre os anos de 1768 e 1774, sob determinação do governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. No entanto, ações mais efetivas de domínio e ocupação daqueles vastíssimos campos deram-se, apenas, durante o governo de Antônio José da Franca e Horta, no princípio do século XIX. Essa comunicação tem por objetivo analisar como as expedições promovidas por esses dois governadores contribuíram para a formulação discursiva e cartográfica de representações desse espaço, território e suas fronteiras.

Palavras-chave: Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, território, fronteiras

FRANCISCO PEDRO DE ABREU, DE MORINGUE A BARÃO DO JACUÍ: NOTAS INICIAIS DE PESQUISA.

José Iran Ribeiro¹

RESUMO: O Rio Grande do Sul caracterizou-se como um espaço onde a presença de exércitos e a ocorrência de mobilizações militares eram constantes. Realidade marcou profundamente as relações entre os habitantes da província e os mais diversos aspectos da sociedade sul-rio-grandense. A guerra, portanto, deve ser sempre considerada como um elemento fundamental do passado da região. No Brasil, nos países vizinhos e, especificamente, no Rio Grande do Sul tem-se observado a produção de inúmeros estudos sobre história militar. Como parte desse esforço e fundamentado nessa produção, essa análise visa compreender como o serviço nas forças militares podia ser um instrumento de ascensão e de influência social no século XIX. Pretende-se produzir uma biografia-histórica sobre um importante personagem do passado do Rio Grande do Sul: Francisco Pedro de Abreu, alcunhado “Moringue” e “Chico Pedro”, também conhecido pelo título imperial de barão do Jacuí. Figura histórica importante sobre quem quase inexistente produção historiográfica. Visando superar essa lacuna, pretendo discutir como o serviço militar podia ser usado como instrumento de ascensão social analisando o processo de construção da notoriedade do personagem.

¹ Doutor em História Social (PPGHIS/ UFRJ), professor no departamento de Metodologia do Ensino/ UFSM. Co-coordenador do Núcleo de Estudos do XIX – NEXIX/ UFSM. jiranribeiro@gmail.com

O PENSAMENTO POLÍTICO DE CYRO MARTINS ATRAVÉS DA OBRA “PORTEIRA FECHADA” (1944) ¹

*Wanessa Tag Wendt*²

O conturbado contexto sócio-político econômico da década de 1920 sul-rio-grandense e as mudanças propostas e implantadas durante a Era Vargas (1930 – 45) são o pano de fundo da obra “Porteira Fechada” escrita pelo gaúcho Cyro Martins em 1944, objeto de pesquisa deste trabalho que pretende discutir o pensamento político do autor. Para isso, identificaremos e analisaremos de que forma Martins representou seu possível posicionamento político e sua visão crítica sobre às questões e práticas políticas do recorte temporal na obra, bem como à possível influencia que a historiografia gaúcha relativa ao tema possa ter tido sobre tais representações.

1 Projeto de Monografia sob orientação do Professor Doutor Luciano Aronne de Abreu

2 Acadêmica do 7º semestre de Bacharelado e Licenciatura em História da PUCRS. E-mail: wanessa.wendt@acad.pucrs.br

TEXTOS COMPLETOS DE
COMUNICAÇÕES ORAIS
FASE FURG
RIO GRANDE

PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Alessandra Lobo¹

RESUMO: Este trabalho busca discutir a influência da sociedade da Informação e da Comunicação na formação de competências da escola que se almeja alcançar com os novos paradigmas educacionais. Dentro desta perspectiva pretende-se repensar as novas tecnologias da informação e comunicação dentro da escola e/ou sua(s) abrangência(s). Além disso, pretende atingir alguns aspectos subjetivos relacionados à dimensão humana no espaço escolar. Desta forma, este artigo não tem a pretensão de trazer respostas prontas ou simplistas, e sim de instigar mais indagações, em especial aos profissionais da educação. Em suma, a Escola do Futuro busca em seu currículo oculto uma forma de humanizar as pessoas, de formar nelas as competências necessárias não só para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, competências e humanização.

SUMMARY: *this work seeks to discuss the influence of information society and communication skills training school that seeks to achieve with the new educational paradigms. Within this perspective to rethink new information and communication technologies within the school and/*

1 Graduada em História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande (2008), Graduada em História Licenciatura (FURG), Especialista em História do Rio Grande do Sul pela FURG (2010) e prof.^a concursada pela prefeitura municipal do Rio Grande-SMEC (Séries Iniciais e Área). E-mail: alessandralobo@msn.com

or its scope (s). In addition, to achieve some subjective aspects related to the human dimension in space. This way, this article has no claim to bring ready-made or simplistic responses, but instigate more questions, in particular to education professionals. In short, the school of the future search on your resume humanize a hidden people, train them the skills required not only to the labour market, but for life in society.

Keywords: Education, skills and humanization.

1. Os Paradigmas Educacionais da Escola do Futuro

Um dos paradigmas educacionais que caracteriza o momento presente é a formação de competências. Autores como Moretto, por exemplo, caracterizam a sociedade atual como a “sociedade do conhecimento”. Nesta perspectiva, o autor nos coloca que “tem poder quem tem o domínio do conhecimento socialmente construído e capaz de gerar tecnologias cada vez mais “inteligentes” e eficientes[...]” (MORETTO, 2003: p.11)

Percebe-se que ter o conhecimento não é mais o bastante, tem de se ter a capacidade de transformar este conhecimento adquirido em um novo conhecimento. Ainda segundo Moretto, “diante dessa característica da nova sociedade, emerge o papel fundamental da escola: ajudar a preparar gerentes da informação e não meros acumuladores de dados”. (2003, p.11)

Dada às novas tecnologias e a forma instantânea na qual se obtém e detém as informações na sociedade atual, é preciso saber usar o conhecimento adquirido na escola. É dever, pois, desta escola nova, ensinar a utilização deste conhecimento para a vida, ou melhor, para a transformação dessas vidas.

Martins acredita que:

“O contexto atual em que a escola se insere exige um maior número de fontes de informação. A universalização do acesso à escola trouxe a diversidade populacional para dentro da mesma. Para mantê-los na escola devemos envolvê-los das mais diversas formas. Diante de tantos avanços poderemos enfim, caminhar em direção a uma educação de qualidade e democratização para todos.”(MARTINS, 2007: p. 59-60)

Dentro desta perspectiva devemos repensar as novas tecnologias da informação e comunicação dentro da escola. Desde sua abrangência até sua utilização de forma correta. Em outras palavras, não basta à existência das novas Tics e a presença delas na escola, há de se ter uma instrução para uma melhor utilização das mesmas dentro do contexto escolar e do que se pretende abordar.

Moretto discorre que os novos rumos para a educação brasileira apontam:

“Para a busca da formação de um novo profissional e de um novo cidadão. Essa orientação necessita transformar-se em ação no ambiente privilegiado de interação que é a sala de aula. Para isso é preciso que tanto a escola como os educadores, individual e coletivamente, tenham clareza quanto ao papel social da escola, à natureza do conhecimento, ao processo de apropriação do conhecimento e o papel do professor em contexto escolar.” (2003: p. 13)

Não obstante, é dever também da escola trabalhar com o conhecimento aprendido e mostrar nele um fim. A mera transmissão de dados e informações é característica da educação tradicional, que já não possui espaço na sociedade contemporânea, considerada obsoleta e sem sentido. O que se espera de uma educação atual é a utilização da mesma como forma de interação social, de crescimento pessoal e profissional.

Não podemos esquecer que, no século do conhecimento a educação é a chave de qualquer transformação.

“Na era da Sociedade da Informação e da Comunicação, em que tudo se transforma no clicar de um mouse, é possível dizer que a educação tornou-se vital para o crescimento social e que, sem ela só há estagnação e exclusão. Nos últimos anos muitos estudos foram publicados a respeito da educação. Estudos apontam para uma educação voltada para a vida das pessoas, interessada em formar cidadãos, que seja capaz de incluir segmentos tradicionalmente excluídos pela sociedade, dentre eles, por exemplo, os portadores de necessidades especiais.” (SOSA & LOBO IN: BIBLOS, 2010: p. 47.)

Segundo Mittler (2003): “a pobreza e as desvantagens sociais atuam como forças de exclusão educacional”. Cabe ressaltar então que, bem como a raça e a classe social, o não acesso a educação exclui da mesma forma. O autor também nos convida a repensar a questão da inclusão nas escolas, fazendo uma crítica à mesma, cuja estrutura não se modifica para receber uma diversidade cada vez maior de alunos, ela apenas integra os mesmos numa estrutura já pré-estabelecida.

A integração envolve preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão” para transferir o aluno da escola especial para a escola regular [...]. A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículos, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003: p. 34)

Para Batista e Enumo (2004):

“Cabe aqui uma maior especificação das palavras integração e inclusão na área escolar, uma vez que ambas priorizam a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola regular (Thomas, Walker e Webb, 1998). A palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a idéia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem. Dito de outra forma, a inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino (Werneck, 1997). A noção de inclusão, por essa razão, não estabelece parâmetros (como faz o conceito de integração) em relação a tipos particulares de deficiências.

A inclusão, na verdade, está presente apenas na teoria. Na prática se percebe apenas a integração de pessoas com algum tipo de necessidade educacional especial. Não há nas Escolas nem mesmo o básico, como por exemplo, rampas para cadeirantes. E quanto aos profissionais, não existe nem um tipo de acompanhamento ou curso de capacitação que lhes deem um mínimo de instrução para receber essas pessoas com necessidades especiais.

Na era da informação e comunicação surge na escola a necessidade de mudanças radicais em suas estruturas. Com relação à inclusão torna-se inviável qualquer tipo de trabalho de qualidade sem um mínimo de estrutura. A inclusão é fundamental, porém faz-se necessário que a teoria saia do papel e transforme-se numa prática. E para tal, é de fundamental importância que, os professores, sejam capacitados para que possam

atender da melhor forma a todos que carecem ser incluídos, sejam portadores de deficiências, de baixa renda econômico-social, homens e mulheres.

A educação é a chave para a transformação social. Dela parte o conhecimento necessário para estabelecer relações com os homens e com o mundo.

Nas universidades, de algum tempo para cá, tem se transformado o discurso acerca da educação, ou seja, àquela educação tradicional onde o professor é detentor de todo conhecimento e que o aluno só começa a aprender quando entra na escola não mais é aceita. O novo paradigma educacional vê o educador como um mediador e, além disso, considera os conhecimentos prévios dos alunos. Desta forma, não apenas é considerado aquilo que o aluno traz de casa, de seu meio, mas também esse conhecimento é aproveitado para estimular a sua motivação e, com isso, ele será capaz de buscar novas descobertas. (SOSA & LOBO IN: BIBLOS,1(1) 2010: p.49)

É, portanto, de suma importância que nos interroguemos a respeito de currículo e de sua(s) função(ões) na sociedade atual, cuja principal característica é o acesso a informação e comunicação. É preciso que nos questionemos *para que, para quem, e qual a finalidade do currículo* existente. O currículo educacional dá conta da sociedade do conhecimento, da qual nos corroborou Moretto? Embora retórica, já que não procuro aqui dar respostas prontas, basta “olhar” a sua volta que verás que infelizmente, nem o currículo, nem mesmo a escola em toda sua estrutura formadora conseguiu adentrar neste universo da informação e comunicação instantânea das novas tics.

O professor-mediador, no qual nos postula o construtivismo deve ter como premissa considerar os conhecimentos prévios dos alunos como fonte de análise para criar situações problemas, cuja finalidade

é o de estimular o aluno-aprendente a buscar suas próprias respostas. Nesta perspectiva, a curiosidade e os questionamentos decorrentes do problema irão elevar este aprendente a categoria de sujeito. Em outras palavras, o aluno será ativo no processo de ensino aprendizagem.

Para chamar atenção desse aluno o professor tem de sentir empatia pelo mesmo, compreendê-lo e buscar conhecê-lo melhor a cada dia. O aluno que se sente a vontade com o professor tem mais facilidade de aprender, sente-se mais seguro para perguntar e estabelecer novas hipóteses de aprendizagem. Devemos, portanto, “provocar emoções em nossos alunos”. Além disso, “fazê-los recordar o que já sabem sobre o tema abordado – trabalhar a memória, relacionar o tema com algo da vivência do aluno, deixá-lo opinar.” (MARTINS, 2007: p. 61)

A autora nos corrobora dizendo que:

Despertando as emoções o aluno provavelmente prestará mais atenção, e abrirá as portas sensoriais para o novo conteúdo”. Se não houver concentração, o cérebro não armazena a informação. O córtex, superfície do cérebro, é estimulado para realizar determinada atividade e, guardá-la na memória. O aluno deve se concentrar ou receber estímulos externos para isso. Ele deve associar aprendizagem com prazer. Então as informações são descartadas ou se transformam em memória a longo prazo. (2007: p.61)

Neste sentido, podemos observar que a aprendizagem se estabelece também a partir de uma prática pedagógica prazerosa. Desta forma, se o aluno se sente bem em sala de aula, torna-se mais fácil sua compreensão sobre os conteúdos e temas abordados pelo professor.

Neste sentido, podemos analisar também a perspectiva do professor perante a educação. Quando este se sente valorizado em seu ambiente de trabalho, quando recebe um tratamento adequado, e quando

é remunerado com qualidade, o mesmo oferece um “serviço” melhor e mais adequado, pois sendo este valorizado tem prazer em ensinar. Não vê no ato de ensino aprendizagem um trabalho, mas uma vocação. Não que um profissional da educação desvalorizado vá oferecer uma péssima qualidade de ensino, porém por não estar em sua melhor condição, fica difícil oferecer o seu melhor.

Dentro desta perspectiva, Martins esclarece que:

“A escola tenta propiciar o desenvolvimento humano pleno, a apropriação crítica, criativa, duradoura e significativa dos saberes necessários para formação da consciência e cidadania; conscientizar os alunos sobre respeito, tolerância e cooperação; estimular o conceito de amizade, interiorizar os valores humanos como solidariedade e amor. Entretanto, os professores às vezes carecem de motivação, de preparo, de estímulo e de atenção. (2007: p. 59)

É inerente ao processo educacional a valorização do profissional da educação, pois sem ele esta prática está perdida. O professor não é apenas quem media o conhecimento, ele também é muitas vezes a figura que representa um ideal para os alunos, um exemplo a ser seguido. Ao professor não cabe apenas à tarefa de ensinar conhecimentos, até porque estes podem levar ao erro e a ilusão. O professor construtivista ensina também o humano e suas relações com o mundo.

O maior problema do conhecimento diz respeito ao erro e a ilusão, pois o conhecimento “nunca é um reflexo ou espelho da realidade. O conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução”. (SOSA & LOBO IN: BIBLOS,1(1) 2010: ps. 49-50) Segundo Morin:

A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar

o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão. O reconhecimento do erro e da ilusão é ainda mais difícil, porque o erro e a ilusão não se reconhecem, em absoluto, como tais. (2005: p.19)

O autor nos trás como uma possibilidade de eliminar o erro, o rechaço a afetividade. No entanto, nos adverte que: “A afetividade pode asfixiar o conhecimento, mas pode também fortalecê-lo”. (MORIN, 2005: p. 20) Nos questionamos muitas vezes o que ensinar ao invés de nos perguntarmos para quê ensinar. Essa é para mim a maior ilusão que nos deparamos na educação. “De qualquer forma, o conhecimento permanece como uma aventura para a qual a educação deve fornecer o apoio indispensável” (MORIN, 2005: p.31). Desta forma, Morin nos elucidava que: “O dever principal da educação é de armar cada um para o combate vital da lucidez”. (2005: p. 33)

Neste sentido, podemos refletir sobre a função da Escola perante a formação do aluno-aprendente enquanto cidadão. “A escola deve tomar frente à luta das dificuldades de aprendizagem. Além de conteúdos deve ensinar as novas relações com as pessoas”. (MARTINS, 2007: p. 58) Para que isso ocorra é necessário que todos trabalhem juntos. Além disso, elucidava-nos a autora que:

é preciso que a escola disponha de condições indispensáveis, uma equipe integrada de professores, coordenadores, funcionários, pais, profissionais da saúde, empenhados numa tarefa comum, a formação de cidadãos, tendo-se assim, o ganho na qualidade educacional. (2007: p. 58-59)

A educação do futuro deve formar cidadãos para o mundo. Os conhecimentos adquiridos devem ser transformados e re-transformados constantemente pelo aprendente, sempre que necessário for. A esse

conhecimento pertinente, é necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação nas mesmas que podem dar sozinha um conhecimento pertinente, mas sim a capacidade de colocar o conhecimento no contexto. A esse respeito Morin nos evidencia que:

O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se enuncia. Desse modo, a palavra “amor” muda de sentido no contexto religioso e no contexto profano, e uma declaração de amor não tem o mesmo sentido de verdade se é enunciada por um sedutor ou por um seduzido. (2005: p. 36)

Neste sentido, devemos enquanto profissionais da educação contextualizar todos os dados, e mais, devemos promover uma educação que ajude a formar alunos competentes o bastante para se situar no universo e contextualizar os fatos aprendidos para fazer uso deles em seu cotidiano. Para tal proposta, podemos nos utilizar da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade ², da pluridisciplinaridade ³, ou então, podemos

2 MULTIDISCIPLINARIDADE: Termo usado quando há integração de diferentes conteúdos de uma mesma disciplina. Sem nenhuma preocupação de integração. Não existe relação entre as disciplinas. (NOGUEIRA, 1998: p. 25)

3 PLURIDISCIPLINARIDADE: Nesta prática o passo foi dado a partir da multi, pois já existe sinais de uma pequena cooperação entre as diferentes disciplinas. Mas ainda mantém objetivos distintos. Não existe coordenação, e as possíveis e raras cooperações ocorrem de forma intuitiva. Trabalham o mesmo tema mas sem integrá-lo, não é unificador. (NOGUEIRA, 1998: p. 25)

chegar a utopia de trabalharmos com a transdisciplinaridade ⁴. Faz-se necessário buscar novas alternativas de ensino, as quais prendam atenção do aluno e os façam pensar sobre o tema proposto de forma global. Articulando conteúdos com as notícias passados no telejornal, por exemplo.

Desse modo, entende-se que o ensino tradicional, fragmentado em disciplinas, acaba dificultando a capacidade natural do ser humano de contextualizar o próprio conhecimento .

Morin acredita que:

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar. (2005: p. 39)

2. Humanização do homem: tema primordial da Escola do futuro

Outro problema que ultrapassa a questão da educação segmentada é o que Morin denomina por terceiro buraco negro da educação: *Ensinar a condição Humana*. Neste capítulo do livro *Os Sete Saberes Necessários*

4 TRANSDISCIPLINARIDADE: O nível transdisciplinar seria o mais alto das relações iniciais nos níveis multi, pluri e interdisciplinares. Além de se tratar de uma utopia, apresenta uma incoerência básica, pois a própria idéia de uma transcendência pressupõe uma instância científica que imponha sua autoridade às demais, e esse caráter impositivo da transdisciplinaridade negaria a possibilidade do diálogo, condição sine qua non para o exercício efetivo da interdisciplinaridade. (Fazenda, 1995: p. 31)

à Educação do Futuro, o autor discorre sobre a identidade humana.

Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Todavia, ao passo que fazemos parte de uma sociedade, temos a sociedade como parte de nós. Desse modo, o relacionamento entre indivíduo-sociedade-espécie é trinitário. Indissociável, já que um termos leva a outro e todos se complementam.

O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (mind), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura. A mente humana é uma criação que emerge e se afirma na relação cérebro-cultura. Com o surgimento da mente, ela intervém no funcionamento cerebral e retroage sobre ele. Há, portanto, uma tríade em circuito entre cérebro/mente/cultura, em que cada um dos termos é necessário ao outro. A mente é o surgimento do cérebro que suscita a cultura, que não existiria sem o cérebro. (MORIN, 2005: ps. 52-53)

Portanto, é preciso ensinar a unidade da tríade. Somos indivíduos, e como tal somos parte da sociedade e da espécie Homo Sapiens. Fazemos parte da sociedade como indivíduos somos parte de uma unidade, mas representamos mais que unidades, constituímos a sociedade, sem essa unidade não há sociedade.

Por isso, a educação deveria mostrar e ilustrar o Destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e

o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra...(MORIN, 2005: p.61)

É preciso mostrar aos aprendentes que somos parte do universo, que “o bater das asas de uma borboleta em Rio Grande trás consequências no Japão, pois estamos todos inseridos num só contexto, onde um depende do outro e, onde um é responsável por si e pelo que acontece ao outro”. (SOSA & LOBO IN: BIBLOS,1(1) 2010: p. 51) Morin nos adverte que “é preciso mostrar que a humanidade vive agora uma comunidade de destino comum”. (MORIN, 2000: s/p)

A humanidade pertencente ao homem carece hoje em todas as instancias da sociedade. O homem precisa ser lembrado que não está só no mundo. Embora as novas tecnologias da informação e comunicação possam propiciar uma conversa online entre pessoas que moram em lugares muito distantes (ex. Rio Grande/ BR e Sevilla/ES), percebe-se que cada vez mais as pessoas tomam medidas individualistas. Neste sentido, podemos perceber a inversão de possibilidade de relacionamento e ação propriamente dita. Na grande maioria dos casos, o relacionamento virtual é mais valorizado e estabelece vínculos maiores de respeito do que as interações de físico/presente.

Naturalmente, o homem não perdeu sua humanidade, pelo menos ainda não, porem, ele tem paulatinamente perdido seu senso de grupo. É cada vez mais frequente pessoas se isolarem em casa e só estabelecer relações com outras pessoas via internet, telefone, entre outras tecnologias. Dessa forma, cabe a escola ensinar este princípio. Trabalhar em seu currículo oculto a humanização das pessoas. Ensiná-

las que não estão sós e que dependem umas das outras. “O problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos. E, por este motivo, deve ser uma das finalidades da educação do futuro.” MORIN, 2005: p. 93)

Morin nos faz um alerta:

Lembre-mos de que nenhuma técnica de comunicação, do telefone à Internet, traz por si mesma a compreensão. A compreensão não pode ser quantificada. Educar para compreender a matemática ou uma disciplina determinada é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra. Nela encontra-se a missão propriamente espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. (2005: p. 93)

“A informação, se for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão.” (MORIN, 2005: p. 94) Desta forma, por mais que as novas Tics estejam presentes hoje na sociedade de forma quase que universal, visto que mesmo aquele que não possui um computador pode fazer uso dele em repartições públicas, como na escola, por exemplo, ou mesmos em *lan house*⁵, a informação por si só não gera um conhecimento competente da mesma. É necessário, pois, o papel primordial do professor para mediar este conhecimento e lhe atribuir valor. Neste caso, atribuir valor para a vida desse cidadão em formação, tornando a informação relevante à vida deste aprendiz.

A sala de aula deve servir como um espaço de segurança para o aprendiz, nela o professor deve buscar compreender seu aluno antes de julgá-lo. Deve o professor tentar compreender até mesmo a

5 LAN HOUSE: Lugar/Comércio cujo entretenimento vendido é o acesso a informação virtual.

incompreensão, visto que esta última é fruto de uma sociedade egoísta e egocêntrica. A esse respeito chamo atenção ao trato com os pais dos alunos, que algumas vezes não compreendem as atitudes tomadas pelos professores e tratam de se armar a fim de partir para o confronto. A esses professores penso que o mais prudente seja tentar compreender o outro, buscar de forma desinteressada colocar-se do lugar do agressor (pais) que está ali para travar uma batalha, e mostrar à ele que estão juntos nesta “batalha” de salvar seu filho-aprendente. Ambos estão de um só lado, o do amor.

Morin nos diz que:

“A compreensão não desculpa nem acusa: pede que se evite a condenação peremptória, irremediável, como se nós mesmos nunca tivéssemos conhecido a fraqueza nem cometido erros. Se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas.” (2005: p. 100)

O autor afirma ainda que:

“A ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado. Demanda grande esforço, pois não pode esperar nenhuma reciprocidade: aquele que é ameaçado de morte por um fanático quer matá-lo, sabendo que este jamais o compreenderá. Compreender o fanático que é incapaz de nos compreender é compreender as raízes, as formas e as manifestações do fanatismo humano. É compreender porque e como se odeia ou se despreza. A ética da compreensão pede que se compreenda a incompreensão.” (2005: p.99)

Não se educa sem amar, ao professor ficou a doce tarefa de trabalhar com pessoas em formação, e não há como ensinar sem empatia, não na Escola nova, na qual se preconiza a educação integral do ser humano.

Ao mediador do saber ficou, antes da transmissão do conhecimento, a tentativa constante de conhecer e compreender seu aluno, a fim de buscar a cada dia letivo novas maneiras de educá-lo para a vida.

O papel da escola nova, portanto, é o de transformar alunos em cidadãos. A esse propósito é que trabalham os profissionais da educação, tendo como principal objetivo a formação de competências a este aluno-aprendente, que tão logo esperam tornar-se um cidadão capaz de mudar a sociedade em que vivemos, torná-la um lugar mais amável e fraternal. Uma sociedade mais igualitária e solidária.

3. Considerações Finais

Este trabalho tem como objetivo primeiro a reflexão acerca dos paradigmas educacionais na sociedade da informação e, uma breve análise sobre as perspectivas da Escola do futuro. Não há pretensão de se encerrar por aqui, pois certamente há questões não debatidas ou/e outras pouco discutidas. Entretanto, se pretende instigar o leitor, seja ele professor ou aluno, ou tenha sido ele aluno, a repensar a educação e todo seu contexto (intelectual da educação, professor, planejamento, avaliação, metodologias, entre outros) na atual sociedade do conhecimento.

É imprescindível, pois, que não esqueçamos que outras teorias e metodologias da educação apareceram e trouxeram também grandes contribuições para análise educacional. Mas, também cabe lembrar que, embora diferentes, tudo que se tem preconizado em termos de uma educação competente está imbuído nos pressupostos teóricos e também metodológicos de Paulo Freire. Uma educação que vise criar competências nos alunos nada mais é que uma educação preocupada em

conscientizar seu aluno da sua importância no todo.

Os desafios da escola contemporânea são muitos. Há o despreparo dos professores com as novas tecnologias da informação e comunicação, bem como sua desvalorização frente ao mercado de trabalho, a falta de políticas públicas que norteiem a educação, um currículo pouco diversificado e fragmentado, a falta de comprometimento dos pais com a educação de seus filhos, entre outras. Entretanto, esses desafios devem estimular a motivação para uma tomada de decisões que impliquem em mudanças radicais frente ao paradigma educacional atual.

Não podemos nos acomodar com essa educação tradicional ultrapassada, representante da estratificação social, colaboradora da manutenção e perpetuação do *status quo* da elite.

O papel da escola é muito claro, ela deve servir como alavanca social. Primeiro no sentido de formar cidadãos competentes para o mundo, e segundo, para formar cidadãos aptos para o trabalho.

As salas de aula devem servir para oportunizar aos alunos momentos de reflexão e discussão. O professor deverá, neste processo, ser o mediador entre o objeto (conhecimento) e o aluno-aprendente. Neste sentido, cabe à Escola instigar os alunos a partir de situações problemas, fazendo-os formular suas próprias hipóteses e discuti-las entre si, colaborando cada um no processo de ensino aprendizagem do outro.

O professor é sem dúvida peça essencial dessa engrenagem. Esta em suas mãos a tarefa de começar esta mudança de paradigmas. A educação tradicional já não tem espaço na sociedade contemporânea, com as novas tics (tecnologias da informação e comunicação) emerge soluções para se trabalhar a educação. Cabe ao professor buscar, dentro de suas possibilidades, essas soluções, seja com novos meios e métodos

de ensino, seja com uma visão reformulada do que é educar.

O professor dessa Escola “nova”, que busca formar competências no aluno-aprendente, deve antes de tudo, levar em consideração a realidade de seus alunos, e com isso, rever a relevância dos conteúdos trabalhados em sala de aula para os mesmos. É, portanto, com essa reflexão que poderemos fazer uma Escola mais presente na sociedade, e conseqüentemente, formar nela cidadãos ativos, críticos e conscientes da sua representatividade como seres atuantes na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. *Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros*. Estudos de Psicologia. Natal, V. 9, N. 1, 2004, p. 101-111. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reflinks.php?refpid=S1413-6538200500030000300006&pid=S1413-65382005000300003&lng=en>

BIBLOS – Vol. 1 (1) – Rio Grande: Editora da FURG, 2010, ps. 47-54.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1995.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/ Paulo Freire*; [Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. - 3. ed. - São Paulo: Moraes, 1980.

GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre o currículo: Diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; HERNANDEZ, Ivane

Reis Calvo. *Interdisciplinaridade: É preciso desfazer os equívocos existentes na prática pedagógica*. Revista do Professor, Porto Alegre –RS, nº. 15. jan/mar. 1999. p.22-24

LIMA, Elvira Souza. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LÜCK, Heloisa. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MACHADO, Arthur Versiani. Métodos e meios de ensino: categorias básicas da Tecnologia Educacional. In: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev16/machado.htm>.

MARTINS, Rejane Avila. *A escola e os desafios da aprendizagem*. Rio Grande: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2007.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORETTO, Vasco Pedro. *Construtivismo: a produção do conhecimento em aula*. 4 ed. RJ: DP&A, 2003.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. 10^a ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Interdisciplinaridade Aplicada*. São Paulo: Érica, 1998.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky-Aprendizagem e Desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. SP. Editora Scipione, 1993.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*.

Porto Alegre: Artmed, 1999.

PILETTI, Claudino. *Didática Geral*. São Paulo. Editora Ática, 8ª ed., 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Quem escondeu o currículo oculto*. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999: 77-152.

SIRINELLI, Jean-François, apud: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2ª EDIÇÃO, 2003.

VEIGA, Ilma. *A construção da Didática: uma perspectiva histórico-crítica de educação, estudo introdutório*. In: OLIVEIRA, M.R.S. (org). *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1993.

RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA: A REVISTA PINDORAMA COMO FONTE HISTÓRICA

Amanda Siqueira da Silva¹

RESUMO: Durante parte do século XX a História Política passa por um grande descrédito e marginalização. Isto ocorre devido à influência do Movimento dos Annales que passa a questionar os métodos historiográficos de até então, assim como os objetos de estudo monarquias, guerras, entre outros. Serão anos de ostracismo até que se percebe que o econômico por si só não se explica, assim como o social, tão valorizados pelos annalistas. Os historiadores voltam os olhares para o campo do político, este processo seria o que René Rémond denominou de Renovação da História Política. Juntamente com esta renovação, que traz novos métodos e objetos de pesquisa, a Imprensa passa a ser indispensável. O impresso revista se individualiza diante das demais formas de impressos periódicos, já que suas informações são bastante amplas e na maioria das vezes tem um público específico, que é o caso da Revista Pindorama. Esta surge em 1926, editada por integrantes da Brigada Militar e nos possibilita compreender como a Instituição era vista por seus integrantes, suas posições político-partidárias, etc.. A Revista teve um total de 31 edições, circulou por todo o Rio Grande do Sul, assim como teve exemplares distribuídos para os comandos dos demais Estados brasileiros.

Palavras - chave: Pindorama. Brigada Militar. Político.

ABSTRACT: *During part of the twentieth century political history is*

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes. E-mail: siqamanda@yahoo.com.br.

undergoing a great disrepute and marginalization. This is due to the influence of the Annales movement that calls into question the methods of historiography until then, just as objects of study monarchs, wars, among others. Will be years of ostracism until one realizes that the economy alone does not explain, as well as social, as valued by the Annales. The historians are turning their sights on the political field, this process would be called what René Rémond Renewal of Political History. Along with this renewal, bringing new methods and research objects, the press becomes indispensable. The printed magazine is individualized on the other forms of printed journals, since their information is quite broad and most often has a specific audience, which is the case of the Periodical Pindorama. This surge in 1926 edited by members of the Brigade Military and enables us to understand how the institution was viewed by its members, their party-political positions, etc. The magazine had a total of 31 editions circulated across the Rio Grande do Sul, as well as had distributed copies to the commands from other Brazilian states.

Keywords: Pindorama. Brigade Military. Political.

I. Renovação da História Política

A História Política após algumas décadas de marginalização e descrédito teve um retorno com força total, já que ficou evidente que o econômico, assim como o social por si só não se explicam, aspectos que tanto foram valorizados pelos annalistas a partir do momento em que fundam a revista *Annales d'histoire économique et social* em 1928 que seria difusora de uma abordagem nova e interdisciplinar da história, assim como uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica e que se preocupava com a questão do método no campo das ciências sociais. Seria o início de um movimento que acaba por renovar a história e seus métodos.

Este movimento que a partir de 1929 se reúne em torno da revista *Annales* e na *École Pratique des Hautes Études* ficou conhecido como Movimento dos Annales. Este teve três gerações: a primeira tem à frente Marc Bloch e Lucien Febvre (1929-1945), na qual a revista pretendia exercer influência no “meio intelectual da história econômica e social, propondo aos estudiosos a criação de uma abordagem nova e interdisciplinar”. (ZANOTTO, 2008, p. 33). A segunda geração é marcada por Fernand Braudel (1945-1968) e se caracteriza pela defesa de uma proposta hierárquica e tripartite de compreensão do tempo e da história, a partir do que Braudel denomina de teoria dos tempos históricos: a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio (e múltiplo) dos movimentos conjunturais e a longa duração das estruturas; o próprio tempo longo estrutural e diferencial em seus ritmos, segundo as estruturas, evoluiu mais lentamente do que o econômico. (SANTAMARIA, BAILEY, 1984 apud DIEHL, 2004, p.204).

A terceira geração que inicia em 1968 é marcada pela fragmentação e pela divisão de lideranças e abordagens, onde dois modos de fazer história se destacam: história cultural e história social. Peter Burke nos coloca que estes três momentos poderiam ser organizados da seguinte maneira: o primeiro como o da guerra radical contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. O segundo momento do movimento seria o do marcado pela aproximação de uma verdadeira escola, com conceitos e novo métodos, dominada pela presença de Fernand Braudel (1946-1969). O terceiro seria o da fragmentação e o da grande influência da historiografia e o público leitor, momento da nova história ou história cultural.

O Movimento dos Annales com sua renovação de paradigmas

trouxe para o campo da história aspectos que até então não tinham sido analisados e também condenou a História Política a anos de marginalização e desconfiança, como descreve Julliard

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõe, é qualitativa e ignora comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista, e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (JULLIARD, 1988 apud HILÁRIO, 2006, p. 144).

Febvre e Bloch criticaram a história política por esta centrar-se no estudo do Estado e de suas instituições. Porém este não foi o único fator que contribuiu para a crítica, havia também a historiografia positivista, ou como alguns historiadores denominam a historiografia metódica, que nas palavras de Hilário “trouxe uma contribuição importante para o historiador ao discutir a *veracidade das fontes*, assim como apresentar um *método para a história*”. (HILÁRIO, 2006, p.143, grifo nosso). Rémond (RÉMOND, 2003, p. 13) salienta que há uma história da história e que esta carrega o rastro das transformações da sociedade e, por conseguinte reflete as grandes oscilações do movimento das idéias, sendo assim as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem

o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. Existem portanto modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina e a configuração de suas orientações [...]. (RÉMOND, 2003, p.13).

Rémond salienta que a história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política, já que suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. (RÉMOND, 2003, p. 22). O político tem uma consciência própria e dispõe de certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social, não podendo ser assim excluída das diversas análises que se faz da sociedade.

Como nos coloca Rémond, seria “inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos” (RÉMOND, 2003, p. 14), entretanto há duas ou três décadas há os primeiros indícios de um retorno e com o passar do tempo multiplicaram-se as manifestações de um retorno que veio com força total. A volta ao estudo da cultura política está profundamente ligado às transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio do campo político, e a dinâmica interna da pesquisa histórica. A aproximação da história com as demais ciências, entre elas, a ciência política, a sociologia, a lingüística e a psicologia, abriram novos campos

de estudos.

Assim como a

pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social. (RÉMOND, 2003, p. 23).

Também podemos observar outros elementos importantes para a renovação da história política (1960-70) que estão relacionados com os estudos das rebeliões políticas e culturais que produziu um tipo de revisão historiográfica, privilegiando estudos sobre movimentos sociais, grupos minoritários e cultura; e nos anos 1980 a substituição da revolução como ação política pela democracia contribuiu para que as atenções voltassem para a história política. Carlos Fico (FICO apud HILÁRIO, 2006, p. 145) afirma que a história política nunca deixou de ser praticada e que no Brasil esta tem sofrido uma renovação lenta, entretanto há muitos cientistas políticos que tem certa desconfiança e desprezo por aqueles que se definem como historiadores do político.

Jacques Le Goff afirma que a “imagem de uma nova história política, diferente da antiga deve ser dedicada às estruturas, à análise social, à sociologia e ao estudo do poder” (HILÁRIO apud LE GOFF, 2006, p.145). A denominada *nova história política* continua a trabalhar

com os mesmos temas: partidos, eleições, guerras, biografias; porém há uma nova perspectiva, com novos métodos: uso da opinião pública, mídia, discurso, etc.

Charles Seignobos será um dos responsáveis pela volta ao estudo da história política, ele foi um dos primeiros a se dar conta de dois fatos importantes e cuja constatação foi determinante nas origens da sociologia eleitoral, que seria a diversidade dos temperamentos políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento. Também podemos salientar André Siegfried, o pai da geografia eleitoral; Albert Thibaudet, crítico literário de profissão, grande conhecedor da história e da geografia e que nas palavras de Rémond, degustava a política como se degustam os vinhos. (RÉMOND, 2003, p. 27-28).

Outro nome que deve ser salientado é Georges Weill que se dedicou ao estudo do Partido Republicano, catolicismo liberal, movimento social, pensamento leigo, ensino. Assim como Marcel Prélot que deu atenção às idéias políticas, sugerindo o estudo dos partidos políticos conjugando o estudo das instituições e o das forças políticas. Sem dúvida a renovação da história política foi bastante estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas.

A história política se empresta das noções e interrogações das outras ciências e foi o contato com a ciência política que a fez se interessar pelos fenômenos sociais que até então passava despercebido. Com a ciência política,

Conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as

perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. (RÉMOND, 2003, p. 30).

Com esta renovação, a história política encontrou um meio mais propício que as estruturas monodisciplinares das antigas faculdades em instituições cuja razão de ser era aproximar especialistas de diversas disciplinas intelectuais. Rémond (RÉMOND, 2003, p. 36) aponta que a história política abraça os grandes números, trabalha na duração, apodera-se dos fenômenos mais globais, procura nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma verdadeira revolução, esta não é a história excludente que por muito tempo fora renegada.

II. A Imprensa como Fonte Histórica

Como advento do Movimento dos Annales e todo o questionamento que este levantou sobre a História Política e posteriormente a sua renovação, novos objetos passam a ser buscado pelos historiadores, entre eles o uso da Imprensa como fonte histórica. No Brasil este processo vai ser mais demorado, “na década de 1970 ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil”. (LUCA apud PINSKY, 2005, p.

111).

Dentre os motivos desta insegurança com relação à imprensa, mais especificamente jornais e revistas, encontramos o peso de certa tradição que exercia certo domínio durante o século XIX, que nas palavras de Luca, estava “associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermediário dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante”. (LUCA apud PINSKY, 2005, p.112).

As desconfianças com esta fonte histórica pode ser analisada nas palavras de Ana Maria Camargo, que levanta a questão sobre as “armadilhas” a qual esta pode apresentar para o historiador

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram tão em evidência e abundância as “confirmações” de suas hipóteses [...] A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa. (CAMARGO apud CERONI, 2009, p. 25).

O grande debate se apegava a questão da imparcialidade destes periódicos, pois estes poderiam ser inadequados para a recuperação do passado por serem produções com registros fragmentados do presente,

escritos sob o influxo de interesses, paixões, ideologias, entre os mais diversos sentimentos humanos. Não permitiam “captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA apud PINSKY, 2005, p. 112).

As desconfianças relativas à imprensa como fonte histórica perdurou até meados da década de 1970. Uma importante contribuição para desmistificar sobre o uso da imprensa e a sua importância e possibilidades como fonte histórica foi os parágrafos que José Honório Rodrigues em 1968 dedica à História da Imprensa, na obra intitulada *Teoria da História do Brasil*. Nela o autor defende que o jornal é uma das principais fontes de informação histórica, apesar de argumentar que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial (...) uma mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” estão presentes nos periódicos. (RODRIGUES apud PINSKY, 2005, p. 116).

O historiador e professor francês Jean Glénisson, autor do manual *Iniciação aos estudos históricos*, inspiração para a criação de cursos de introdução à disciplina histórica em diversas universidades pelo Brasil afirmava que os procedimentos críticos dos jornais se revestiam de complexidade desanimadora, o que tornava difícil identificar/saber que “influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado pela publicidade e qual a pressão exercida pelo governo na produção das notícias”. (MORAES apud CERONI, 2009, p. 24-24).

Mesmo com tantas desconfianças e questionamentos sobre o uso da imprensa (jornais e revistas) muitos foram os pesquisadores que

se usaram de periódicos como fonte histórica para trabalhos de grande relevância diante do meio acadêmico e com funções de analisar diversos aspectos da sociedade e cultura desta. Podemos salientar Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Stanley Stein, assim como os trabalhos posteriores de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que nos descrevem a pouca utilização de jornais e revistas como fontes de pesquisa histórica:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação (...). A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO e PRADO apud PINSKY, 2005, p. 118).

Também será neste momento que Nelson Werneck Sodré irá publicar seu trabalho sobre a história da imprensa brasileira até os anos de 1960. Giovani Costa Ceroni ainda nos coloca que será diante desse novo quadro, em que o estatuto da imprensa na pesquisa histórica amplia-se e qualifica-se, torna-se quase impossível listar os trabalhos que recorrem à imprensa desde então. Destaca ainda, alguns aspectos metodológicos importantes na pesquisa em jornais, em um esforço de sistematizar procedimentos e análises que se tornaram muito úteis aos

pesquisadores que desenvolvem seus trabalhos a partir dessas fontes.

III. A revista Pindorama

A revista Pindorama tem seu primeiro número lançado em abril de 1926, apesar de ser de publicação particular, está evidenciado seu caráter de fundo institucional: uma revista da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Foram 31 edições que circularam entre os integrantes da polícia brigadiana de todo o Estado, assim como entre amigos, anunciantes e comandos dos demais Estados brasileiros até outubro de 1928.

A revista tinha sua periodicidade mensal, era impressa em folha off set 70 gramas, em preto e branco, tendo a capa colorida, que sempre trazia um homenageado. Continha imagens de soldados, de seus familiares, assim como de construções que tinham como fins ser quartel da Brigada ou repartições desta. Encontramos uma vasta publicidade de medicamentos, assim como de confecções de paramentos militares. A revista tinha como função informar sobre questões militares, assim como ser de cultura e diversão.

Muitas são as páginas dedicadas à tradução de romances, como por exemplo, *Entre demônios*, um romance sul-americano de Leopoldo Gheri, traduzido pelo Dr. Manoel de Queiróz Mattoso Ribeiro; assim como poemas de poetas consagrados, como no caso de Olavo Bilac, que se destacou como poeta e como defensor da República ao lado dos militares. Os donos da revista são o Capitão Antero Marcellino da Silva Júnior e o Tenente João Martins de Oliveira. A revista em algumas

edições conta com um secretário de redação: Aldo Ladeira Ribeiro (posteriormente ficará conhecido como historiador da Brigada Militar).

A revista sempre faz alusão ao passado glorioso da Instituição política que atua a lado do governo republicano, algumas edições chegam a homenagear Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Assim como integrantes da própria Brigada Militar que estão à frente da polícia ou vieram por meio/por causa desta à falecer. A revista informa seus integrantes sobre as atuações da polícia, assim como seus apoios ao governo e às Forças Armadas.

Pindorama inclui acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos, humor, jogos, etc; um lauto cardápio que representava querer agradar a diferentes leitores, já que era uma revista e as revistas se consagram no Brasil pelo seu cunho de trazer variedades. Apesar de ser uma revista de circulação entre determinado meio (Brigada Militar) está trazia nas suas páginas informações que tinham capacidade de agradar um público maior.

O debate político não está diretamente explícito nas matérias que a revista traz, mas a maioria de seus colaboradores nas matérias que escrevem, acabam por refletir sobre aspectos políticos.

IV. Considerações finais

Este artigo pretendeu fazer uma reflexão sobre a renovação da história política, assim como a inclusão de novos métodos e objetos de pesquisa, como no caso da Imprensa escrita, que como descreve Luca,

registra cotidianamente cada lance dos embates na arena do poder. A história política não se explica por si só, entretanto não há como estudar/ analisar os indivíduos na sua dimensão total sem se ocupar da cultura política. Mesmo que não se trate dos heróis, dos grandes homens, é preciso compreender este contexto para uma análise global, o econômico e o social estão extremamente ligados com o político.

Houve uma renovação na história política, uma renovação de métodos e assim é com as diversas correntes históricas, parafraseando Rémond, já que cada época faz determinadas perguntas ao passado, as quais refletem os problemas, as experiências e as perplexidades em que o presente se debate. A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagens possibilitam ao historiador compreender o contexto da política no país, assim como as influências externas que este sofre.

Ao longo de nossa história, muitos foram os momentos em que a imprensa fora silenciada, assim como sabemos que diversos meios de comunicação se posicionavam politicamente, defendendo um partido, uma causa, etc. Como no caso da Revista da Brigada Militar, a Pindorama. Esta apesar de toda variedade que apresenta um olhar mais atento e imparcial, possibilita que se verifique a posição político-partidária de seus editores, assim como de seus colaboradores.

Lucca nos recorda que jornais e revistas não são, na maioria das vezes, obras solitárias, e sim empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCCA apud PINSKY, 2005, p. 140). As possibilidades

que uma revista, como fonte histórica são enormes e possibilitam pesquisas amplas e variadas.

V. Referências

CERONI, Giovani Costa. *A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Chiareli, Clarice Pavan. *A imprensa como fonte histórica para o estudo da escola na Primeira República*. Educação e Fronteiras, Dourados, v.1 (2), julho/dezembro 2007, p. 118-137.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos de 1980: experiências e horizontes*. 2^a ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. *História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica*. História Unisinos, São Leopoldo, 10 (2), maio/agosto 2006, p. 142-153.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

ZANOTTO, Gizele. *História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa*. Biblos, Rio Grande, 22 (1), 2008, p. 31-45.

INFIDELIDADE PARTIDÁRIA? A DANÇA DAS CADEIRAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), NO PERÍODO DE 1993-2008

André Selayarab Nicoletti

RESUMO: A Reforma Política emerge como temática extremamente relevante nas discussões políticas e sociais brasileiras. Inúmeras propostas de mudança são estudadas por diferentes segmentos que compõe a arena política. Como protagonistas dessa discussão estão: cientistas políticos, sociedade civil, sociedade política e comunidade em geral, com a finalidade de implementar no Brasil mudanças significativas em seu arranjo institucional.

O objetivo primordial é fortalecer a democracia e dar maior centralidade aos partidos. É sabido que nossos partidos políticos apresentam uma fragilidade imensa e um descrédito muito grande. Cientistas Políticos têm afirmado que a ausência de disciplina partidária é uma das características negativas mais fortes de nossos partidos.

A migração partidária apresenta-se nos dias atuais como um tema extremamente relevante no meio político intelectual. Esse fenômeno tem instigado os cientistas políticos a produzirem estudos direcionados a essa temática, abordando e aliando as mais diversas teorias à realidade prática. Dessa forma, a migração partidária é um tema de extrema relevância no pensamento político, pois está entre os aspectos mais abordados, quando falamos em institucionalização político-partidária. Na maioria das vezes, os cientistas vinculam a migração partidária à falta de coesão, de disciplina e de fidelidade dos políticos que, cada vez mais, tornam-se independentes em relação à legenda a qual está representando.

Teoricamente, pode-se afirmar que, nos últimos anos no Brasil, a migração partidária só foi possível no período compreendido entre 1985-

2007. Foi em 1985 que a fidelidade partidária instituída pela ditadura militar foi derrubada, permitindo às elites políticas a troca de partidos sem o ônus da perda do mandato; e foi em 2007 que o TSE decidiu punir os migrantes por entender que a cadeira pertence ao partido, e não ao candidato, o que não elimina, mas desestimula fortemente a troca de legenda.

Utilizou-se como objeto central desta pesquisa a observação da ocorrência da migração partidária na Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar (RS), atentando para as particularidades e o impacto no sistema partidário local, tendo como objetivo analisar o fenômeno no período de 1993-2008, identificando a incidência da troca de legenda, bem como os vereadores migrantes.

O presente artigo está estruturado em dois capítulos, sendo que no primeiro buscou-se trazer à baila as discussões teóricas e conceituais acerca da migração partidária, tendo a preocupação em conceituar migração partidária, perpassando por diversos intelectuais e pensadores políticos, travando forte debate sobre temas que circundam tal temática tais como: migração e blocos ideológicos e conseqüências para o sistema político.

Por fim, apresenta-se conclusão consistente com base em todo o processo teórico e prático que fundamentam este trabalho, tendo a certeza de que esta-se contribuindo com a academia, ainda que singelamente.

Introdução

A Reforma Política emerge como temática extremamente relevante nas discussões políticas e sociais brasileiras. Inúmeras propostas de mudança são estudadas por diferentes segmentos que compõe a arena política. Como protagonistas dessa discussão estão: cientistas políticos, sociedade civil, sociedade política e comunidade em geral, com a finalidade de implementar no Brasil mudanças significativas em seu arranjo institucional.

O objetivo primordial é fortalecer a democracia e dar maior centralidade aos partidos. É sabido que nossos partidos políticos apresentam uma fragilidade imensa e um descrédito muito grande. Cientistas Políticos têm afirmado que a ausência de disciplina partidária é uma das características negativas mais fortes de nossos partidos. Alguns consideram o Brasil como um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo. Ao longo deste trabalho, o leitor

terá a oportunidade de conhecer os contrapontos teóricos e conceituais entre diferentes autores, fomentando o debate permanente com vistas a uma Reforma Política que atenda às expectativas da população.

Tecendo uma comparação entre os partidos políticos do Brasil com os da América Latina ressalta-se que nosso sistema está entre os últimos em termos de seus índices de institucionalização. Diversos autores têm demonstrado a forte indisciplina partidária e afirmam que apenas os partidos de esquerda se salvariam. Quando o assunto é lealdade, fidelidade e coesão político-partidária, o PMDB é apontado como um dos mais indisciplinados em âmbito nacional.

A migração partidária apresenta-se nos dias atuais como um tema extremamente relevante no meio político intelectual. Esse fenômeno tem instigado os cientistas políticos a produzirem estudos direcionados a essa temática, abordando e aliando as mais diversas teorias à realidade prática. Dessa forma, a migração partidária é um tema de extrema relevância no pensamento político, pois está entre os aspectos mais abordados, quando falamos em institucionalização político-partidária. Na maioria das vezes, os cientistas vinculam a migração partidária à falta de coesão, de disciplina e de fidelidade dos políticos que, cada vez mais, tornam-se independentes em relação à legenda a qual está representando.

A migração partidária no poder legislativo é, sem sombra de dúvida, um dos estudos mais explorados, talvez pela frequência do fenômeno. Podem-se encontrar estudos desde o Congresso Nacional até análises em câmaras de vereadores de cidades do interior.

Utilizou-se como objeto central desta pesquisa a observação da ocorrência da migração partidária na Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar (RS), atentando para as particularidades e o impacto no sistema partidário local, tendo como objetivo analisar o fenômeno no período de 1993-2008, identificando a incidência da troca de legenda, bem como os vereadores

migrantes. Para isso, foi fundamental adotar como metodologia a análise de dados junto às atas das sessões da referida câmara juntamente com dados do Tribunal Regional Eleitoral.

A concreção deste trabalho inaugura a produção de pesquisas que revelam o pensamento político local, uma vez que estudos relacionados ao sistema partidário do município eram até então ausentes. Santa Vitória do Palmar é um município localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, onde o fenômeno da migração partidária foi frequentemente presente ao longo de sua história política. Privilegiada por natureza, possui entre suas belezas naturais duas lagoas: Mirim e Mangueira; dois balneários: Hermenegildo e Barra do Chuí; além de inúmeras palmeiras de butiá que ajudam a compor o nome da cidade. O município é habitado por mais de 31 mil moradores, dentre os quais 24 mil são eleitores. A agricultura e a pecuária são as principais fontes de riqueza, principalmente a orizicultura – produção do arroz. Distante 504km da capital gaúcha tem como municípios limítrofes Rio Grande e Chuí. Portanto, produzir um estudo científico sobre o tema, além de colaborar com a socialização do conhecimento acerca da temática e com a produção bibliográfica local, permitiu um estudo consistente sobre o tema, viabilizando um trabalho concreto e possível.

O recorte temporal adotado neste trabalho compreende quatro legislaturas. Inicia-se na legislatura 1993/96 e encerra na legislatura 2004/08. Tornou-se necessário limitar a pesquisa às quatro últimas legislaturas concluídas pelo fato de que não há no município em análise um banco de dados que demonstre a incidência do fenômeno de forma precisa. Portanto, para tornar o trabalho possível e para dar ao leitor precisão dos dados apresentados, tornou-se necessário a limitação em quatro legislaturas, não descartando, *a posteriori*, realizar pesquisas com legislaturas mais remotas.

Teoricamente, pode-se afirmar que, nos últimos anos no Brasil, a migração partidária só foi possível no período compreendido entre 1985-

2007. Foi em 1985 que a fidelidade partidária instituída pela ditadura militar foi derrubada, permitindo às elites políticas a troca de partidos sem o ônus da perda do mandato; e foi em 2007 que o TSE decidiu punir os migrantes por entender que a cadeira pertence ao partido, e não ao candidato, o que não elimina, mas desestimula fortemente a troca de legenda.

O fenômeno da migração partidária nas câmaras de vereadores municipais também não foi diferente, o fenômeno ocorreu da mesma forma. Nos últimos 20 anos, o Brasil presenciou uma série de trocas de legendas e são essas trocas que foram analisadas para a concretização deste estudo. A análise de dados acerca dos vereadores migrantes possibilitou apurar resultados que demonstram a incidência da migração partidária entre os vereadores de Santa Vitória do Palmar (RS) do período (1993-2008).

Os estudos acerca do tema divergem em alguns aspectos. De um lado, há aqueles que afirmam não ser um problema a constante troca de legendas, afirmando que a maioria das trocas ocorre em partidos com ideologias parecidas ou similares e que a troca de legenda pode possibilitar oportunidade de benefícios para o seu curral eleitoral. Todavia, outras correntes sustentam que a fragilidade dos partidos políticos está atrelada à constante migração, as quais fragilizam as ideologias político-partidárias. Portanto, o presente estudo possibilitou confrontar teorias dentro de uma realidade empírica possível de ser analisada verificando tais conceitos teóricos na prática.

O presente artigo está estruturado em dois capítulos, sendo que no primeiro buscou-se trazer à baila as discussões teóricas e conceituais acerca da migração partidária, tendo a preocupação em conceituar migração partidária, perpassando por diversos intelectuais e pensadores políticos, travando forte debate sobre temas que circundam tal temática tais como: migração e blocos ideológicos e conseqüências para o sistema político.

A construção de um mapeamento dos partidos na Câmara Municipal ao

longo do período 1983-2008 tornou-se importante na medida em que permitiu compreender quais partidos protagonizaram a arena política legislativa.

Os dados coletados durante a pesquisa de campo estão dispostos no segundo capítulo denominado “do objeto à análise de dados”, no qual se buscou aliar os conhecimentos teóricos aos dados empíricos, possibilitando compreender o fenômeno no município de Santa Vitória do Palmar.

Por fim, apresenta-se conclusão consistente com base em todo o processo teórico e prático que fundamentam este trabalho, tendo a certeza de que esta-se contribuindo com a academia, ainda que singelamente.

Capítulo 1

1.1 Migrações Partidárias: do conceito à prática mundial

Uma característica da política brasileira que tem sido apresentada como problemática para a representação é a migração partidária. Desde a volta à democracia, aproximadamente um terço dos parlamentares mudaram de partido em cada legislatura (DESPOSATO, 2007, p. 133).

A migração partidária foi definida como um termo referente a qualquer ocorrência em que um detentor de mandato eletivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a outro (SCHMITT, 1999, p. 128).

Conforme Melo (2004, p. 161),

A mudança de partido tornou-se endêmica no cenário político brasileiro. E, por isso, não pode ser tratada como parte de nosso folclore, ou como uma curiosidade a mais neste país tão pleno de práticas desinstitucionalizadas (...). Tornou-se ainda, na medida em que passou a merecer destaque na mídia, parte do rol de atividades que, na percepção da população, contribuem para situar o Congresso e os partidos nos últimos lugares em qualquer pesquisa que se faça acerca da credibilidade das instituições no país.

Importante ressaltar que a migração partidária não é exclusividade brasileira, pois parlamentares, em outras democracias, sejam tradicionais ou recém-criadas, também deixam seu partido na vigência do mandato (LIMA, 2008, p. 135). Além disso, as trocas seriam características das democracias recentes ou daquelas que passaram por um momento de instabilidade. Entretanto, mesmo em sistemas partidários com estabilidade de membros

nos partidos políticos, as trocas podem ocorrer, ainda que em nível inferior (CARNEIRO, 2004 apud SEVERO, 2008, p. 27).

Embora rara em muitos países, ela tem sido comum em outros, tais como: África do Sul, Japão, Bolívia, Equador, Nepal, Rússia, Filipinas, França e Itália. A diferença está no fato de que, nesses locais, a migração está associada a períodos determinados, como os de realinhamentos políticos e de redemocratização, o que não é o caso do Brasil, onde se tornou prática corrente (DESPOSATO, 2006 apud SEVERO, 2008, p. 27-28).

A mudança de partido é prática pouco comum nos países em que a democracia logrou estabilizar-se, pelo menos desde o fim da Segunda Guerra. Nas democracias recentes, as fronteiras partidárias são mais tênues. Em diversos países, como Equador e Rússia, a troca de partidos ocorre, mas em nenhum caso o fenômeno tem a persistência e magnitude verificadas no Brasil (MELO, 2004, p. 23).

O sistema partidário parlamentar começou a se afastar do sistema partidário eleitoral. A migração entre partidos tornou-se um fator interveniente na composição da política do legislativo (LIMA JUNIOR, 1993 apud MELO, 2005, p. 325).

A migração partidária pode ser mais bem compreendida uma vez tomada como parte de uma estratégia de sobrevivência política traçada por deputados que operam em um contexto marcado pela incerteza. E um critério a partir do qual deve ser avaliada é o impacto sobre suas chances de reeleição (LIMA, 2007, p. 31).

1.2 Do bipartidarismo ao pluripartidarismo. Período que impulsionou a prática da migração

A Ditadura Militar implantou no Brasil o bipartidarismo (ARENA-MDB), por meio do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. O objetivo fundamental era garantir um partido forte que representasse os interesses do regime autoritário vivenciado no Brasil daquela época, representado pela sigla ARENA. De outro lado, o MDB, de oposição ao regime, não passaria de um mero opositor sem expressão política consistente para desestabilizar o governo militar.

Todavia, com o passar dos anos, a oposição ao regime ditatorial vinha ganhando espaço no cenário político nacional, desestabilizando de certa forma o partido governista que viu frustrada sua estratégia adotada em 1965. Preocupados com o crescimento da oposição, os representantes do regime, estrategicamente, propuseram o fim do bipartidarismo, visando enfraquecer a oposição que certamente se fragmentaria em vários partidos e manter “coeso” e forte os defensores do regime militar.

Em 1979, o regime militar determinou o final do bipartidarismo e retorno ao pluripartidarismo, estabelecendo, todavia, severas exigências quanto à votação mínima (5% do total do país e 3% em nove estados diferentes) para se alcançar a representação na Câmara Federal; os partidos só seriam autorizados a funcionar após demonstrarem substancialmente implantação organizacional nos estados e nos municípios; e por fim, manutenção das restrições jurídicas com base nas quais foi impedida, tradicionalmente, a legalização de partidos comunistas (MELO, 2004 apud LIMA, 2007, p. 9).

Nesse contexto, as forças políticas se reorganizam e surgem então novos partidos: o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro do capital político arenista; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sob a liderança de Ulysses Guimarães; Partido Popular (PP), que abrigava políticos moderados tanto da antiga ARENA quanto do MDB e se posicionava como uma via alternativa para a sucessão presidencial de 1985, todavia, não chegou a disputar eleição, pois fundiu-se ao PMDB em 1982. Além disso, a disputa pela

herança política de Getúlio Vargas causou uma contenda entre os partidários de Leonel Brizola e os da deputada federal Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio) pelo comando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A questão foi resolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que julgou a favor de Ivete Vargas levando os brizolistas a fundarem o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em São Paulo, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) como expressão dos movimentos sindicais que resultaram na greve dos metalúrgicos na região do ABC Paulista, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva.

Merece destaque a própria evolução do sistema partidário criado em 1979, a partir da extinção de Arena e MDB. Tal sistema sofreu sua primeira fratura, quando dissidentes do então PDS resolveram fundar o PFL. O abalo sofrido pelo PDS, no entanto, não iria resultar em uma crise do sistema partidário em seu conjunto. Pelo contrário, a cisão era necessária para liberar os parlamentares, que assim o quisessem, da incômoda vinculação ao antigo regime (MELO, 2005, p. 323).

Entre 1969 a 1985, a Constituição brasileira determinava a perda de mandato para quem se opusesse às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou mudasse de partido – a não ser que a mudança estivesse vinculada à formação de um novo partido (Ibidem, p. 326).

Em maio de 1985, já como parte da redemocratização liderada pelo primeiro governo civil desde 1964, a fidelidade partidária foi abolida pela Emenda Constitucional n. 25, que assegurou aos detentores de mandato eletivo o direito de mudar de partido sem sofrer qualquer punição, a qual, somada ao retorno do país à democracia, impulsionou o surgimento de um novo ciclo de formação de partidos políticos. As legendas criadas neste ano podem ser divididas em três grupos: a) as dissidentes do PDS (PFL e PL); b) as de esquerda doutrinária (PCB, PCdoB e PSB); e c) as formadas por cidadãos anônimos, cujas atividades políticas prévias eram ou inexistentes ou marginais. Dos 19 partidos anônimos surgidos naquela época, apenas quatro conseguiram

o registro definitivo (PDC, PTR, PMN e PSC) (LIMA, 2007, p. 9).

A Constituição de 1988 estabeleceu os partidos políticos como entidades de direito privado e desregulamentou de vez a fidelidade partidária. As regras relativas à filiação e à fidelidade partidárias passaram a ser de domínio interno dos estatutos de cada partido. Esse fato produziu um novo ordenamento do quadro partidário, devido ao surgimento do PSDB, a partir de uma dissidência do PMDB, e do PRN, a legenda com a qual elegeu-se presidente Collor de Mello, em 1989. Seis outros partidos fundados entre 1987 e 1993 conseguiram obter o registro definitivo: PV, PSD, PRP, PST, Prona e PTdoB (Idem, p.10).

No começo dos anos 1990, três processos de fusão transformaram quatro partidos em uma nova legenda. Em 1993, o PDS fundiu-se ao PDC, dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR), e o PST fundiu-se ao PTR, gerando o Partido Progressista (PP). Em 1995, o PPR e o PP fundiram-se, dando origem ao PPB, hoje identificado como PP (LIMA, 2007, p.10).

Em 28 de março de 2007, o PFL aprovou a troca do nome do partido para Democratas (DEM). O objetivo da troca do nome foi promover uma renovação da legenda, visando atrair novos filhados com vista às eleições presidenciais de 2010.

Como indicado anteriormente, foi em 1985 que a fidelidade partidária instituída pela ditadura militar foi derrubada, permitindo às elites políticas a troca de partidos sem o ônus da perda do mandato (SEVERO, 2008, p. 14). Entretanto, foi em 2007 que o TSE decidiu punir os migrantes por entender que a cadeira pertence ao partido e não ao candidato. Portanto, teoricamente, pode-se afirmar que nos últimos anos no Brasil a migração partidária só foi possível a partir de 1985-2007.

1.3 Buscando compreender o fenômeno: Migração e os Blocos Ideológicos

Segundo DESPOSATO (2007), alguns migrantes se deslocam de um extremo ao outro, porém a maioria não muda a sua posição no espectro esquerda-direita. A maior parte das trocas se dá entre dois partidos com posições ideológicas similares e a maior parte das mudanças realiza-se dentro dos partidos de centro-direita.

A migração partidária não é um fenômeno majoritário entre a classe política, e quando praticada é realizada dentro dos mesmos blocos ideológicos (SCHIMITT, 1999 apud RODRIGUES, p. 42). Nesse sentido, apontam-se que as estruturas partidárias são frágeis, mas as afinidades ideológicas conformam campos estáveis (NOVAES apud RODRIGUES, p. 42).

Para Melo (2005, p. 333-335),

Parlamentares eleitos por partidos de esquerda migram em menor proporção do que aqueles eleitos por agremiações de direita (...) Todavia, no caso dos deputados migrantes eleitos pela esquerda, nas legislaturas estudadas, apenas 24,7% optaram por partidos ideologicamente próximos; 35,8% deles terminaram a legislatura no outro extremo do espectro partidário. Já o destino preferencial dos migrantes eleitos do centro é a direita do espectro. À direita do espectro, apenas o PFL se revelou razoavelmente eficaz na conservação da bancada eleita. Para outros partidos como PL, PPB e PTB a trajetória dos deputados mostra que pouca diferença fez o pertencimento a este ou àquele partido, desde que à direita do espectro.

A análise das migrações indica que os partidos brasileiros, ainda que disciplinados, não podem ser tratados como organizações coesas. O resultado é a instabilidade das bancadas em quase todos os partidos, em qualquer legislatura

que se analise (MELO, 2005, p. 336-337).

1.4 Migração, Ideologia e Maximização de Oportunidades

A migração partidária constitui um desafio para a representação quando: (a) os eleitores são motivados ideologicamente; e (b) os migrantes também modificam as suas posições sobre as políticas públicas. Entretanto, quando os votos não são ideológicos ou os migrantes não mudam a sua postura quanto a questões importantes, a migração não é necessariamente inconsistente com a representação eficaz (DESPOSATO, 2007, p. 133).

Portanto, conforme pode-se observar, a migração partidária apresenta dois lados importantes para ser pensada em termos de representação efetiva. A migração partidária não será considerada um problema quando, por exemplo, um eleitor vota em um candidato que o represente trazendo recursos para sua região, nessa análise pouco importa o partido que o candidato migrou, o importante é que procure partidos que possibilite trazer cada vez mais recursos para aquela localidade, nessa análise o eleitor não vota ideologicamente no candidato. Todavia, se o eleitor valoriza as posições ideológicas do candidato, a migração torna-se um problema. Veja-se um exemplo: A vota em B, pois tem afinidades com as ideias de esquerda defendidas pelo candidato, só que no meio do mandato o candidato migra para um partido de direita que tem ideologia completamente diferente do partido ao qual se elegeu. Para o eleitor essa troca constitui um problema grave, pois escolheu aquele candidato para representar os seus interesses de esquerda e agora se vê abandonado.

Quando os eleitores valorizam a ideologia, os parlamentares geralmente não mudam de partido e, quando o fazem, normalmente não são reeleitos. Além do mais, muitos migrantes têm eleitores paroquiais, cidadãos que querem que seus deputados prestem mais atenção aos seus projetos de desenvolvimento

local, e não às grandiosas batalhas ideológicas. Para tais eleitores, o seu representante deve mudar de partido se essa troca aumentar sua capacidade de obter recursos para a comunidade (DESPOSATO, 2007, p. 140).

Todavia, entre os eleitores que revelam simpatia por algum partido, as pesquisas permitem dizer que a preferência: a) oscila ao sabor da conjuntura e b) não necessariamente guarda relação com a opção de voto (MELO, 2005, p. 325).

Amigração partidária aparenta violar as normas básicas de representação. Os parlamentares eleitos por um certo partido, ao abandoná-lo, reduzem o valor da legenda nas eleições. Entretanto, no caso do Brasil, esse fenômeno é menos problemático do que possa parecer à primeira vista, por várias razões, entre as quais o constrangimento por suas ideologias (DESPOSATO, 2007, p. 139).

Em contrapartida, o atual sistema partidário desenvolveu-se, portanto, em um cenário em que sempre se revelou amplamente minoritário o contingente de cidadãos fiéis a alguns partidos por razoável período de tempo ou que, no processo de definição de seu voto, partem da escolha do partido para depois chegar ao candidato (MELO, 2005, p. 326).

Para que as trocas de legenda fossem transformadas em prática corriqueira na Câmara seria preciso que houvesse alternativas partidárias disponíveis aos deputados e que o custo político da mudança fosse baixo ou nulo (Ibidem, p. 325).

A ocorrência da troca de legenda não é, portanto, algo óbvio. É preciso explicar sob que condições ela se mostrou vantajosa para o parlamentar. O raciocínio desenvolvido leva em conta que o deputado age sob o imperativo da sobrevivência política ao tomar suas decisões; enfrenta um cenário de acentuada incerteza quanto ao futuro de sua carreira política; e pode alterar sua trajetória partidária sem maiores custos. Sendo assim, é razoável esperar que ele examine a possibilidade de mudar de partido durante o mandato a partir de

uma avaliação quanto ao impacto de tal atitude sobre a continuidade de sua carreira (Ibid., p. 329).

Nessa perspectiva, o autor (Ibid., p.330) evidencia que

A troca de legendas tem se revelado intensa no primeiro ano de mandato, refluí durante o segundo e cresce novamente no terceiro. No primeiro ano por ser de interesse do deputado se reposicionar entre os resultados eleitorais recentes. O terceiro ano, por ser o momento em que as posições deveriam ser definidas para a renovação da própria câmara (...) isso pode ser apontado como indicativo de que as migrações adquiriram um padrão associado a estratégia de sobrevivência política.

Parlamentares migrantes têm preferência por partidos capazes de oferecer-lhes melhores recursos. Nesse sentido, migrar para o governo ou se posicionar melhor dentro de sua base parlamentar pode ser a melhor alternativa para um parlamentar (Ibid., p.331-332).

1.5 Aprovação da Migração Partidária: decisão do povo ou da justiça?

Uma das linhas interpretativas, a qual Desposato filia-se, afirmam que não precisaria necessariamente proibir a migração partidária, pois o eleitor tem através do voto o poder de punir o parlamentar migrante, não o reelegendo. Se o reelege, afirma não se importar com a migração, caso contrário, demonstraria o descontentamento para com a conduta do migrante (DESPOSATO, 2007, p.140).

De encontro a esse entendimento, tem-se a decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), corroborada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que definiu que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato. Logo, o candidato que migrar de partido terá seu mandato cassado, salvo exceções. O entendimento da corte é justificado pelo fato de que a grande maioria dos parlamentares não conseguiria o acesso ao mandato se não fosse o aparato partidário, neste caso os votos, ou seja, o candidato não conseguiria sozinho, eleger-se.

Outra alternativa para barrar a troca seria relativamente simples: no limite, bastaria ampliar de um para quatro anos o prazo de filiação partidária exigido para candidatos a cargos públicos, proporcionais ou majoritários (MELO, 2005, p. 341).

1.6 Consequências para o Sistema Político

Para Melo (2005, p. 337), a troca de partido provocou elevação do número de partidos, bem como alterou sua força relativa no interior do congresso, tornou precário o funcionamento de alguns sistemas partidários estaduais e afetou o grau de representatividade do sistema partidário em seu conjunto.

O aumento do número de partidos na Câmara, por sua vez, fez com que os presidentes eleitos na década de 1990 precisassem ampliar o número de parceiros nas suas coalizões, visando à governabilidade (Ibidem). Na mesma perspectiva,

O impacto das trocas de legenda sobre os sistemas partidários estaduais foi de outra ordem. Indo direto ao ponto, é possível afirmar que nos estados onde a migração foi mais intensa o sistema partidário revelou-se incapaz de organizar a competição eleitoral de modo a conferir alguma regularidade e previsibilidade e seus resultados. (...) Do ponto de vista micro, cada deputado, ao migrar, leva para o seu novo partido a parcela do eleitorado fiel a ele. E ainda que tal contingente de votos não seja suficiente para reelegê-lo com certeza ajuda a incrementar o desempenho da lista partidária – nas legislaturas analisadas, partidos beneficiados pelas migrações na Câmara, ou seja, aqueles que viram sua bancada aumentar com o resultado do fluxo migratório em cada legislatura, melhoraram o seu desempenho na eleição seguinte. (Ibidem, p.337-338).

Na sequência do trabalho, tratar-se-á do caso específico da migração partidária no âmbito da Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar.

Capítulo 2

2.1 Do Objeto à Análise de Campo

A pesquisa tem como objeto a Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar (RS), tendo em vista ser a cidade natal deste pesquisador, a qual é carente de estudos nessa área. Estudar a migração partidária local não foi uma tarefa fácil, pelo contrário, não haviam dados organizados, exigindo maior atenção e esmero na coleta para dar precisão e credibilidade ao trabalho. Portanto, os resultados que apresentam-se neste item foram coletados junto às atas da Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar e aos dados coletados junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

Em um primeiro momento, munido dos dados disponíveis no site do TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral), analisaram-se os eleitos. Observou-se que os dados trazidos pelo TRE eram insuficientes para a concreção da pesquisa, necessitando buscar dados junto ao arcabouço documental da Câmara Municipal de Vereadores. A mediação entre o pesquisador e a Direção da Câmara foi facilitada pelo fato de haver um grau de amizade entre o pesquisador e os funcionários da casa que ajudaram de forma incessante para que hoje pudesse estar sendo concretizada a pesquisa.

Assim, partiu-se para a análise das atas da casa legislativa, essas extremamente organizadas por legislaturas e ao acesso imediato para pesquisa. O funcionário Gallery Mello, diretor legislativo, é o responsável direto pela elaboração das atas de todo o período estudado e mantém todas perfeitamente conservadas. Didaticamente utilizou-se em um primeiro momento a observação das atas de posse dos eleitos e a ata do último dia do mandato, mas mesmo assim ainda eram insuficientes.

Dessa forma, buscou-se a análise minuciosa de cada período, analisando

todas as atas para buscar a incidência do fenômeno e indicar o vereador migrante. A forma como os vereadores eram citados nas atas ajudou de forma significativa a identificar as migrações, pois eram citados por partido e quando tornavam-se independentes também eram destacados.

Ademais, é importante ressaltar que as sessões ordinárias da Câmara de Santa Vitória do Palmar possuem uma peculiaridade: são realizadas nos sete primeiros dias úteis do mês, somente, o que acaba de certa forma reduzindo o número de atas analisadas. O resultado da pesquisa e os dados coletados serão mostrados ao longo deste capítulo.

A pesquisa possibilitou não somente apontar a incidência da migração e os vereadores migrantes, mas revelou outros dados importantes possibilitando perceber a distribuição de cadeiras entre os partidos ao longo do período 1983-2008, construindo, dessa forma, um mapa do cenário legislativo municipal o qual veremos a seguir.

2.2 A Distribuição de cadeiras entre os partidos políticos

Primeiramente, buscou-se trazer uma análise dos partidos políticos no cenário local, para isso relacionam-se dados coletados com a finalidade de demonstrar a trajetória dos partidos na Câmara Municipal no período 1983-2008. A tabela 1 compreende partidos/número de vereadores que elegeu.

Tabela 1 - Cadeiras conquistadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, a cada eleição, no período 1982-2008

Partido	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008
PMDB	4	5	6	4	2	1	0
PP	4	4	3	2	2	0	1
PDT	3	3	3	5	4	2	1
PFL	0	1	1	2	1	1	0
PSDB	0	0	0	0	1	1	1
PT	0	0	0	0	3	3	5
PTB	0	0	0	0	0	1	1
Total	11	13	13	13	13	9	9

Fonte: Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar; TRE-RS

Pode-se tecer como observação inicial que, no pleito de 1982, três partidos conquistaram cadeiras na Câmara Santa-Vitoriense, ou seja, PMDB, PP e PDT. Em 1988, o PFL atingiu vaga. É evidente que nos pleitos 1988, 1992 e 1996 a elite política legislativa era composta por PMDB, PP, PDT e PFL.

O PSDB elegeu vereador somente em 2000, mas já tinha ocupado espaço na Câmara de Vereadores através de vereadores migrantes. O PT elegeu vereador pela primeira vez no pleito de 2000 e o PTB em 2004, apesar de já ter ocupado espaço no cenário legislativo, mas pelo fenômeno da migração partidária.

Tabela 2 – Número de cadeiras conquistadas pelos partidos na Câmara de Vereadores de Santa Vitória, nas eleições do período 1982-2008

Partido	1982-2008
PMDB	22
PDT	21
PP	16
PT	11
PFL	6
PSDB	3
PTB	2
Total	81

Observa-se que, ao longo do período em análise, sete diferentes partidos conquistaram cadeira pelas urnas na Câmara Municipal de Santa Vitória do Palmar. PMDB e PDT lideram nesse quesito com 22 e 21 vagas, respectivamente, seguidos por PP, PT, PFL, PSDB e, por último, o PTB.

Eleição	Partido
1982	3
1988	4
1992	4
1996	4
2000	6
2004	6
2008	5

Quadro 1 – Número de partidos que elegeram vereador em Santa Vitória do Palmar, a cada pleito, no período 1982-2008

O quadro 1 permite concluir que, no período analisado, o mínimo de partidos convivendo na câmara foi de três no pleito de 1982 e o máximo de partidos convivendo no legislativo municipal foi de seis nos pleitos 2000 e 2004.

Partido	Eleição
PMDB	1982
PP	1982
PDT	1982
PFL	1988
PSDB	2000
PT	2000
PTB	2004

Quadro 2 – Eleição em que o partido elegeu o primeiro vereador, em Santa Vitória do Palmar, no período 1982-2008

1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008
PMDB	PFL	-	-	PSDB	PTB	-
PP				PT		
PDT						

Quadro 3 – Partidos que elegeram o primeiro vereador, a cada eleição, em Santa Vitória do Palmar, no período 1982-2008

Os quadro 2 e 3 revelam dados já expostos nas tabelas acima, indicando que no pleito de 1982, PMDB, PP, PDT conquistam vaga. Em 1988, PFL. Nos pleitos de 1992 e de 1996 não houve partidos que estrearam na Câmara por meio dos resultados eleitorais, o que se modificou em 2000, quando PSDB e PT elegeram. Por fim, em 2004, o PTB foi o mais recente partido a eleger vereador.

A análise minuciosa dos dados coletados permitiu tecer comentários acerca do mapeamento político na Câmara de Vereadores ao longo da história política recente. Dessa forma, analisa-se o histórico dos partidos na casa legislativa, vislumbrando a precisão e a conquista no poder legislativo municipal. Cada partido será caracterizado com base no seu histórico.

PMDB – Uma das legendas mais importantes do período analisado. Apresentou um período de apogeu político, tendo ascensão política em 1982 (quatro cadeiras); 1988 (cinco cadeiras) e 1992 (seis cadeiras). No pleito de 1996 começou a perder espaço no cenário legislativo ficando em 1996 (quatro cadeiras); 2000 (duas cadeiras); 2004 (uma cadeira) e em 2008 não consegue atingir o coeficiente eleitoral na votação proporcional, perdendo representação.

PDS/PPR/PPB/PP – Também importante legenda do período analisado. Durante os pleitos de 1982 e de 1988 manteve as quatro cadeiras conquistadas. Em 1992 teve sua representatividade reduzida para três vereadores e, em 1996, para dois. Manteve-se com dois vereadores em 2000 e em 2004 não conquistou nenhuma cadeira. Retornou em 2008, ao obter uma vaga na Câmara de Vereadores. Em linhas gerais a trajetória progressista apresenta característica decrescente.

PDT – Uma das legendas mais importantes do período estudado, caracteriza-se por ser a única legenda do período que conquistou cadeiras na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar em todos os pleitos.

Manteve-se coesa nos pleitos 1982-1988-1992, elegendo três vereadores em cada pleito. Em 1996 atingiu seu apogeu, elegendo cinco vereadores. No pleito de 2000 passou a decrescer, elegendo quatro; em 2004 elegeu dois vereadores e em 2008 conquistou apenas uma vaga.

PFL – Apesar de minoritária, a sigla foi considerada como o fiel da balança em muitos embates políticos. No pleito de 1988 elegeu um vereador, mantendo-se na mesma condição no pleito de 1992. Em 1996 cresceu para dois vereadores. Nos pleitos de 2000 e de 2004 a legenda reduziu sua representatividade para um vereador. Em 2008 não conseguiu atingir o coeficiente eleitoral necessário para eleger um vereador. Em linhas gerais, o PFL manteve-se numericamente estável, atingindo seu ápice em 1996.

PSDB – Um dos partidos mais estáveis do período, desde o momento em que conseguiu constituir bancada pelas urnas. No pleito de 2000 elegeu um vereador, mantendo-se com o mesmo número nos pleitos de 2004 e de 2008.

PT – Legenda pouco significativa no processo eleitoral do período 1982-1996, não tendo representação na Câmara de Vereadores nesse período. Em 2000 elegeu três vereadores, mantendo o mesmo número em 2004. Atingiu seu ápice no pleito de 2008, quando conquistou cinco das nove vagas possíveis de ser ocupadas, sendo o primeiro partido a atingir a maioria absoluta durante todo o período analisado. Portanto, considera-se a trajetória petista ascendente.

PTB - Um dos partidos mais estáveis do período. Assim como o PSDB, desde que elegeu vereador, obteve uma cadeira, o que ocorreu no pleito de 2004 e de 2008.

2.3 A Migração Partidária

Passa-se a analisar os dados coletados ao longo da pesquisa, mostrando a incidência do fenômeno da migração partidária em Santa Vitória do Palmar bem como os vereadores migrantes.

Tabela 3 – Migração partidária e vereadores migrantes na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar por legislatura, entre 1993-2008

Legislatura	Trocas	Migrantes
1993-96	3	2
1997-00	0	0
2001-04	6	4
2005-08	4	2
Total	13	8

Tem-se um total de 13 migrações identificadas durante todo o período estudado, realizadas por oito migrantes, o que indica, por óbvio, que algum(s) dos migrantes trocaram de partido em mais de uma oportunidade. Na análise dos dados, foi possível compreender que, no período estudado, as migrações foram mais acentuadas na legislatura 2001-04, tendo ocorrido seis trocas. Na legislatura 1997-00 não ocorreu nenhuma troca.

Tabela 4 – Número de vereadores, número e percentual de vereadores migrantes por legislatura, em Santa Vitória do Palmar, entre 1993-2008

Legislatura	Vereadores	Migrantes	%
1993-96	13	2	15,38
1997-00	13	0	0
2001-04	13	4	30,76
2005-08	9	2	22,22
Total	48	8	16,66

Percentualmente, pode-se constatar que a legislatura 2001-04 foi a que apresentou maior número de vereadores migrantes (30,76%), seguida da legislatura 2005-08 com 22,22%; 1993-96 com 15,38%. Como indicado anteriormente, na legislatura 1997-00 não houve migração.

Legislatura	1993-96	1997-00	2001-04	2005-08	Total
1º ano	-	-	1	1	2
2º ano	-	-	1	-	1
3º ano	2	-	4	2	8
4º ano	1	-	-	1	2

Quadro 4 – Incidência de trocas partidárias na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, conforme o ano da legislatura, entre 1993-2008

Pode-se observar que a grande maioria das trocas ocorridas no período deram-se no 3º ano da legislatura. Isso justifica-se pela proximidade do pleito eleitoral, tendo o migrante o objetivo de maximizar sua oportunidade de manter-se no poder e corrobora as contribuições da bibliografia, em especial Melo (2005).

Vereador	Eleição	1993	1994	1995	1996
Volmair Barreto	PDT	PDT	PDT	IND.	PMDB
Assis Brasil	PMDB	PMDB	PMDB	PDT	PDT

Quadro 5 – Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, na legislatura 1993-96

Analisando as atas da Câmara de Vereadores percebeu-se que as trocas ocorridas nesse período foram do vereador Volmair Barreto que, por conflito partidário, acabou expulso do PDT em 1994, filiando-se ao partido do governo, o PMDB, após ficar um tempo como independente. Em sentido inverso, o vereador Assis Brasil deixou o partido do governo local, o PMDB e filia-se ao PDT.

Na legislatura 1997-2000 não foi constatada nenhuma troca. Aponta-se que isto ocorreu porque, depois de negociações, a base governista na Câmara tornou-se coesa e fiel, obtendo a maioria absoluta das cadeiras. A coligação que venceu as eleições para o Executivo era formada por PDT e PSDB, sendo que aquele tinha o Prefeito, Arthur Correa. Talvez esse fato impedisse que vereadores migrassem visando maximizar oportunidades, já que não era interesse do governo negociações com a oposição, pois já possuía maioria na câmara municipal de vereadores.

Todavia, observa-se que, no pleito de 1996, Faustino Valdi Munhoz que migrou em 1987 do PP para o PMDB, torna-se suplente de vereador pelo PDT, ou seja, ao longo desse tempo, ele trocou de partido. Ao passo que José Ribeiro que era PDS e tornou-se independente concorreu em 1996 pelo PFL. Todavia, essas trocas não serão consideradas como migração, pois esses não estavam no exercício do mandato quando da migração.

Vereador	Eleição	2001	2002	2003	2004
Nairo Vieira	PPB	IND.	IND.	PT	PT
José Patella	PMDB	PMDB	IND.	IND.	Renunciou
Aluizio Machado	PT	PT	PT	IND.	Cassado
Vulmar Dinegri	PDT	PDT	PDT	IND./ PTB	PTB

Quadro 6 – Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, na legislatura 2001-04

Na eleição de 2000, Arthur Correa foi reeleito, novamente a partir da coalizão PDT-PSDB. Na legislatura 2001-04, membros da oposição migraram mais que os vereadores da situação. Nairo Vieira deixou o hoje Partido Progressista (então PPB) e vai compor as bases da esquerda petista. Essa troca representou uma mudança radical de partido. Trocar o PP com um programa de partido mais elitizado pelo PT, preponderantemente popular e crítico às idéias progressistas representou uma mudança drástica de pólo ideológico. Foi a única troca nesse sentido.

Dentre outras trocas, José Patella (ex-prefeito, eleito em 1992 pelo PMDB) tornou-se independente e, depois, renunciou o cargo em 2004. Aluizio Machado do PT tornou-se independente em 2003 e foi cassado em 2004, depois de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na casa. Por fim, Vulmar Dinegri, até então da situação, acabou tendo conflito com o PDT, depois da saída de Artur Corrêa do paço municipal.¹ Dinegri seguiu dessa forma o então

1 - Antes de completar o mandato, o Prefeito foi afastado do comando do executivo por decisão judicial.

ex-Prefeito, indo para o PTB.

Observa-se que Marco Antonio Boa Nova, suplente pelo PMDB entre 1997-2000, elegeu-se vereador pelo PSDB no pleito de 2000. Todavia não foi possível classificar como migração, pois esse não estava no exercício do mandato quando da troca partidária.

Vereador	Eleição	2005	2006	2007	2008
Leonir San Martins	PDT	PDT	PDT	IND.	PMDB
Nairo Vieira	PT	IND.	IND.	PTB	PTB

Quadro 7 – Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, na legislatura 2005-08

Na eleição de 2004, a vitória na disputa majoritária coube ao PT, que havia ficado em segundo lugar em 2000 e apresentou o mesmo candidato de quatro anos antes (Cláudio Fernando Brayer Pereira, popularmente conhecido como Batata²). A instabilidade política na coalizão que comandou o município nos últimos oito anos, inclusive com o afastamento do Prefeito e conflitos internos, certamente ajudou na vitória do PT.

Na legislatura 2005-08, Leonir San Martins deixou o PDT depois de não ter apoiado o candidato de seu partido à Presidência da Câmara, indo para o PMDB, partido do então presidente eleito para comandar a casa legislativa. Nairo Vieira, por sua vez, deixou o PT e foi para o PTB, partido de centro-direita.

2 - O candidato, inclusive, utiliza o apelido como nome preferencial para registro de candidatura.

<i>Migrante</i>	<i>Partido de Origem</i>	<i>Partido(s) de Destino</i>
Volmair Barreto	PDT	INDEP./PMDB
Assis Brasil	PMDB	PDT
Nairo Vieira	PP	IND./PT/IND./PTB
José Patella	PMDB	INDEP./RENUNCIA
Aluizio Alegre Machado	PT	INDEP./CASSADO
Vulmar Dinegri	PDT	INDEP./PTB
Leonir San Martins	PDT	INDEP./PMDB

Quadro 8 – Migrante, partido de origem e partido de destino, na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, no período 1992-2008

O Quadro 8 faz uma síntese da incidência da troca de legenda na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, no período analisado. Observa-se que PDT e PMDB – os partidos que elegeram o prefeito entre 1992 e 2000 – foram os que mais cederam cadeiras: três o primeiro, duas o segundo. O PMDB, no entanto, também figura como um dos que mais recebeu a adesão de vereadores migrantes (duas), ao lado de PTB.

Conclusão

A análise teórica, aliada aos dados empíricos coletados junto à Câmara Municipal de Vereadores, permitiu traçar conclusões sobre o fenômeno da migração partidária em Santa Vitória do Palmar. Os dados coletados, quando contrapostos às teorias estudadas apresentaram resultados diferenciados do que tem apontado parte dos intelectuais da área. O período analisado corresponde a 16 anos onde ocorreram 13 trocas de partido.

Quando a ótica da migração é analisada do ponto de vista dos blocos ideológicos, tem-se a confirmação do posicionamento de DESPOSATO (2007), ou seja, a maioria dos migrantes não muda a sua posição no espectro esquerda-direita, dando-se as trocas em partidos com posições ideológicas similares. É o que se evidencia em Santa Vitória do Palmar, pois de todos os migrantes, apenas Nairo Vieira migrou para o pólo oposto, trocando a direita progressista pela esquerda petista, acabando seu mandato no PTB (centro).

A tese de MELO (2005) de que parlamentares eleitos por partidos de esquerda migram em menor proporção do que aqueles eleitos por agremiações de direita não se evidenciou na análise da Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar, onde a maioria das trocas deu-se de partidos da esquerda para os de centro. Volmair Barreto, Leonir San Martins e Vulmar Dinegri trocaram a esquerda pedetista por agremiações de centro, àqueles optaram pelo PMDB e este pelo PTB.

MELO (2005) afirmou que as trocas de legendas revelam-se intensa no primeiro ano de mandato, refluindo durante o segundo e crescendo novamente no terceiro. Corroborou-se a tese de que as migrações acentuam-se no terceiro ano de mandato, haja vista que das trocas ocorridas, oito deram-se nessa condição. Todavia, no primeiro ano do mandato foram apenas duas as trocas

realizadas. Justifica-se a troca no terceiro ano do mandato, pois é objetivo do migrante maximizar sua possibilidade de manter-se no poder.

Das trocas observadas nesse período constatou-se que as migrações deram-se da oposição para situação ou para partidos cuja possibilidade de vencer o pleito vizinho era visível. Volmair Barreto e Leonir San Martins trocaram a oposição pela situação. Já Nairo Vieira e Assis Brasil migraram para partidos cuja possibilidade de ganho na eleição seguinte era visível.

Os dados percentuais coletados possibilitaram constatar que a legislatura 2001-04 foi a que apresentou maior número de migrações (30,76%), seguida da legislatura 2005-08 com 22,22%; 1993-96 com 15,38%. Na legislatura 1997-00 não houve migração, pois havia neste período estabilidade na casa legislativa e total convergência entre Executivo/Legislativo, o que evitou a prática das trocas de legendas.

Os partidos que mais cederam migrantes foram o PDT (três) e o PMDB (duas). Entre os que mais receberam migrantes estão o PMDB (duas) e o PTB (duas).

Discussão teórica e extremamente relevante para tratar o tema da migração partidária é ser a migração partidária punida por decisão dos eleitores ou da justiça. Este estudo filia-se ao entendimento adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) corroborado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato, devendo ser punido aquele que mudar de legenda. A defesa desta tese está assentada nos seguintes aspectos: (1) a massiva maioria dos candidatos eleitos não conseguiria eleger-se sozinho, necessitando do aparato partidário para conseguir atingir o coeficiente eleitoral necessário; (2) o processo político-eleitoral brasileiro não permite a candidatura individual do candidato, devendo este ser filiado a um partido político; (3) o candidato usa de todo aparato institucional do partido, inclusive sabendo que quanto mais votos o partido ou coligação atingir maior

é a probabilidade de sua candidatura atingir êxito. Portanto, migrar de partido após apropriar-se da estrutura partidária da legenda a qual o eleger é conduta que deve ser punida com a perda do mandato, uma vez entender ser do partido a cadeira e não do candidato. Adotar o entendimento de DESPOSATO (2007) de que o eleitor pode punir o migrante através do voto, não o reelegendo é desconhecer a realidade brasileira, na qual a falta de informação e conhecimento sobre as regras da eleição proporcional por parte dos eleitores dificulta o entendimento do jogo político. Ademais, se o parlamentar migrar no primeiro ano do mandato, os eleitores só poderão puni-lo quando da ocorrência de nova eleição, ficando o candidato durante algum tempo impune.

As consequências das trocas de legendas para o sistema político são extremamente profundas, pois torna o poder legislativo instável e vulnerável a manobras de ordem política e pessoal visando barganhas junto ao executivo. A Câmara de Vereadores em análise apresenta uma magnitude de certa forma baixa (treze e nove cadeiras, dependendo do período em análise), onde no período analisado a base governista nunca obteve grande folga quanto à oposição. Dessa forma, a migração de um vereador da situação poderia representar o fortalecimento da oposição, perdendo o Executivo a governabilidade que tanto necessita para o andamento de seus projetos, obrigando-o ceder vantagens àquele vereador insatisfeito ou atrair a oposição. Para isso, a prática corriqueira da política de troca de favores seria o principal objeto das negociações, acabando por enfraquecer o sistema como um todo e despertar o descrédito por parte dos eleitores. A fidelidade partidária torna o poder legislativo mais estável e independente do poder executivo, evitando a proliferação de políticas clientelistas e de barganhas políticas dos edis em face do executivo.

Por fim, aponta-se que a migração partidária foi um fenômeno presente na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar movida por maximização de oportunidades, principalmente sobrevivência no jogo político.

Referências

- DESPOSATO, Scott W. Reforma Política Brasileira. O que precisa ser consertado, o que não precisa e o que fazer. In: NICOLAU, Jairo / POWER, Timothy (Org.) *Instituições Representativas no Brasil*. Balanço e Reforma. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- LIMA, Vanessa Moreira. A Dança das Cadeiras: a migração partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas no período 1983-2004 In: BARRETO, Alvaro (Org.). *Sistema Partidário em Pelotas: organização, eleições e troca de legenda (1979-2004)*. UFPel, 2008.
- _____. *A Migração partidária e a reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004*. Monografia Especialização em Sociologia e Política. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2007.
- MELO, Carlos Ranulfo. Migração Partidária na Câmara dos Deputados. In: BENEVIDES, Maria Victória / VANNUCHI, Paulo / KERCHE, Fábio (Org.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- RODRIGUES, Leôncio M. Os Partidos brasileiros representam algo? In: Idem. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara*. São Paulo: USP, 2003.

SCHIMITT, Rogério Augusto. Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo (54), 1999.

SEVERO, Ivete Beatriz Guimarães. *Cadeira vazia? Migração Partidária na Câmara de Vereadores de Bagé (1983-2004)*. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2008.

CIDADANIA NO BRASIL

Andria Caroline Angelo Santin¹

RESUMO: Este trabalho localiza-se na área de conhecimento da ciência política e tem por finalidade principal discorrer acerca da cidadania no Brasil a partir de uma perspectiva histórica-política. Para tal, foi utilizada uma pesquisa exploratória qualitativa. Objetiva-se fazer com que o leitor possa analisar o tema em questão sob os enfoques apresentados, gerando novas discussões e conclusões.

Palavras-chaves: Cidadania, Brasil, reforma administrativa.

ABSTRACT: *This paper is located in the area of knowledge of political science and its purpose is to discourse about citizenship in Brazil from a historical-political perspective. To this goal, we used an exploratory qualitative research. It aims to give the reader the capacity to analyze the topics under the presented approaches, providing further discussion and conclusions.*

Key-words: Citizenship, Brazil, administrative reform.

¹ Graduada em Administração com ênfase em Comércio Exterior, acadêmica do terceiro semestre de ciências sociais da Universidade Federal de Pelotas e pós-graduanda em políticas públicas e gestão de cidades na Faculdade de Tecnologia Internacional.
E-mail: z9q4z9i8@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, “cidadania” é um tema presente em discussões de diversas áreas principalmente depois que a constituição de 1988 entrou em vigor. Diversos autores conceituaram cidadania sob diferentes perspectivas. No presente artigo, parte-se do pressuposto de que, inicialmente, para conceituar cidadania plena, precisamos identificar três elementos. O elemento civil (Século XVIII), o elemento político (XIX) e o social (XX). Podemos então, assim, falar em cidadania civil (englobando os direitos civis), cidadania política (direitos políticos) e cidadania social (direitos sociais).

Os direitos civis dizem respeito à satisfação das necessidades pessoais, às liberdades individuais, como o direito à propriedade, direito de concluir contratos e recorrer à justiça, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa e liberdade de pensamento e fé. Deter esses direitos, portanto, deveria significar igualdade de tratamento entre todos os cidadãos da nação.

Os direitos políticos dizem respeito à participação dos cidadãos no governo, a possibilidade de eleger/ser eleito, além de englobar uma sociedade atuante que controla e orienta os poderes do Estado. É a participação da gerência da riqueza, a atuação do indivíduo no Estado e na vida social.

Já os direitos sociais se referem ao usufruto da riqueza e dos recursos produzidos, ou seja, direito à educação, à previdência, à assistência social, à saúde, entre outros. Esses direitos necessitam essencialmente da atuação do Estado, seja no sentido de perceber ou admitir uma demanda que gere uma política social, seja na construção de um serviço público. Marshall define os elementos da seguinte forma:

“O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isso nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.” (MARSHALL, 1967, p. 63-64)

Como argumenta Marshall, a conquista de direitos se fez na Inglaterra em períodos diferentes.

No primeiro parágrafo deste artigo, ao lado dos três elementos, estão os séculos correspondentes à formação de cada um. Podemos dizer que a cidadania, nos países europeus e americanos, se constituiu nessas três etapas. Porém existem alguns entrelaçamentos entre os períodos, especialmente entre os dois últimos, como coloca Marshall (1967, p.66). Vale lembrar que a constituição desses três direitos não ocorreu de forma harmoniosa, e sim, a formação destes foi marcada por conflitos sociais e diferentes posições ideológicas.

Porém, é inegável que, com o tempo outros direitos venham a surgir de acordo com as necessidades das sociedades. Pereira (2002, p.

81) afirma que no último quartel do século vinte, assistimos à emergência de um novo tipo de direito de cidadania: “Os direitos republicanos” – o direito que cada cidadão tem de que o patrimônio público seja usado para fins públicos ao invés de ser capturado por interesses privados. Pereira ressalta:

“Cidadão é o membro do Estado-Nação dotado de direitos e capaz de interferir na produção do Direito. Este, por sua vez, é o conjunto dos direitos dos cidadãos – e das pessoas jurídicas por eles instituídas. A cidadania se expande e se afirma na sociedade à medida que os indivíduos, grupos e nações lutam por adquiri-los e fazê-los valer.”(PEREIRA, 2002, p.81)

Assim sendo, este artigo objetiva apresentar pontos essenciais para se entender tal temática no Brasil, incluindo aspectos a respeito do “direito republicano” citado acima. Realiza-se, a seguir, uma análise da formação da cidadania brasileira, para demonstrar como esta se configura atualmente.

2. FORMAÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL – UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICO-POLÍTICA

No caso brasileiro, Carvalho (2001, p. 25 – 27) questiona a ordem de conquista de direitos no Brasil e afirma que, ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, no Brasil os direitos políticos se anteciparam aos civis e, estes últimos não podem ser considerados plenos até os dias atuais.

Historicamente, Carvalho (2004, p.21-22) apresenta como se constituiu a política brasileira. O autor evidencia que a colonização

portuguesa não foi favorável ao desenvolvimento de diversos aspectos no País. No final do século XV e início do XVI, os portugueses estavam interessados em, além de difundir a fé, encontrar riquezas naturais e mercadorias vendáveis na Europa. Colonizaram o território a fim de proteger a terra de invasões, principalmente, de Franceses e Espanhóis. Os colonizadores objetivavam produzir para o mercado europeu, e, para sua produção eram necessários terra, capital e mão-de-obra. A terra era abundante, o capital vinha de portugueses já enriquecidos com o comércio das Índias e de capitalistas judeus. Quanto à mão-de-obra, inicialmente, os portugueses tentaram escravizar os indígenas, mas como estes eram dizimados facilmente por guerras e epidemias, na segunda metade do século XVI, iniciou-se o processo de importação de escravos, tal tráfico durou três séculos, foi abolido em 1850, e, a escravidão abolida somente em 1888. Torna-se perceptível, então, que a grande propriedade, escravidão e produção para o mercado externo foram traços definidores da colonização portuguesa na América, que deixaram suas marcas na formação da cidadania brasileira.

Carvalho (2004, p.24) coloca ainda que, existia uma grande hierarquia nas relações sociais presentes no Brasil colonial. No topo da pirâmide hierárquica estavam os grandes comerciantes do litoral, seguidos pelos pequenos proprietários de terras rurais e urbanos, logo se apresentavam os pequenos mineradores e comerciantes e funcionários públicos, abaixo os artesãos, agregados das fazendas, capangas, populações indígenas e, finalmente, na base desta estrutura estavam os escravos. No mundo rural, a realidade não era diferente, pelo contrário, as relações de hierarquia eram seguidas mais a risca, no topo da pirâmide estava o proprietário de terra, o qual detinha, não só o poder social, mas também, o poder econômico e político, substituindo, inclusive, o

próprio estado. O senhor distribuía castigos e fornecia proteção a todos. Na hierarquia era seguido por sua família e parentela, padre, moradores, agregados, capangas e, na base, a escravaria. O regime patriarcal imperava sobre as mulheres, as quais eram excluídas da vida política e civil. As mulheres escravas ocupavam a posição mais baixa da escala social, inferior até mesmo ao homem escravo.

Na política, pode-se destacar duas características em que se deu a colonização do país, a primeira foi o caráter estatal da empresa colonial. As viagens, a ocupação, a exploração, tudo foi financiado pela coroa portuguesa. A segunda está relacionada à escassez de recursos humanos de Portugal, fazendo com que a coroa recorresse à cooperação dos potentados rurais para expandir a colônia, manter a ordem e tocar a administração, sobretudo no interior. A segurança no interior estava nas mãos das ordenanças, tropas comandadas por ricos proprietários (CARVALHO, 2004, p.26).

Nota-se aí, a mistura entre o público e o privado, já presente na nossa cultura desde essa época. Conforme Carvalho:

“Essa mistura leva o nome de patrimonialismo, pois significa que o Estado distribui seu patrimônio – terras, empregos, títulos de nobreza e honoríficos – a particulares em troca de cooperação e lealdade. Em um sistema patrimonial não há cidadãos. Há súditos envolvidos num sistema de trocas com o Estado, regido pelo favorecimento pessoal do governante, de um lado, e pela lealdade pessoal do súdito, de outro. O clientelismo é um resíduo do patrimonialismo.” (CARVALHO, 2004, p27)

A grande propriedade, a escravidão, o patriarcalismo e o patrimonialismo, então, eram as colunas sustentadoras da sociedade brasileira.

Existia, também, o coronelismo, ou seja, os coronéis como chefes políticos locais, então, quando a República introduziu o federalismo, os governadores dos estados passaram a ser eleitos, precisavam do apoio dos coronéis, nascendo, assim, um pacto, os coronéis davam aos candidatos os votos de que precisavam e obtinham o controle dos cargos políticos locais. Observa-se nesta relação, mais uma vez, a mistura entre o público e o privado.

Em 1822, o Brasil torna-se um país independente, uma monarquia (para preservar uma unidade em torno do imperador e manter a ordem social) representativa (para atender o clamor contra os governos absolutos). A constituição de 1824, que sobreviveu até 1889 (sendo substituída pela Constituição Republicana de 1891, a qual durou até 1930), continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus. Porém, na realidade, o que se observava era a não aplicação desses direitos.

O início da república, também, foi marcado pelo coronelismo, clientelismo e patrimonialismo. O ponto que mais demonstra essas relações é o voto. Apesar da eleição popular do chefe de governo e do Estado, a do presidente, para mandatos de quatro anos, e a dos governadores do Estado ter sido uma das principais alterações introduzidas na República, somente os homens bons, ou melhor, os proprietários de terra podiam votar. Mulheres e escravos não votavam, analfabetos foram proibidos de votar em 1881. Os votos eram controlados pelo poder dos senhores de terra no interior e a pressão das autoridades nas cidades. Segundo Carvalho (2004, p.28), a participação eleitoral, mesmo em eleições presidenciais, só superou 5% da população em 1930.

Até 1930, com relação aos direitos sociais e políticos não houve mudanças muito representativas. Porém, a partir do referido ano até 1964,

ocorreu uma grande evolução no país – influenciada principalmente pela crise de 1929 (quebra da bolsa de valores de Nova York) e por outros acontecimentos mundiais, além de fatores internos, como: A política de estados não conseguia mais manter o controle sobre as oligarquias, sobre a burguesia e sobre os operários da classe média; Militares se revoltavam; Movimentos culturais desafiavam a tradição; Industrialização; Urbanização. Ocorre, então, a entrada do povo na política, processo iniciado por Getúlio Vargas em 1940 (voto, organizações sindicais, greves, comícios e campanhas em defesa do petróleo por exemplo). Em 1960, a Igreja Católica aliada ao Estado desde a colonização abandona sua posição, fato extremamente relevante durante o governo militar, pois foi forte opositora da ditadura. Com relação aos direitos sociais, em 1943 ocorreu a consolidação das Leis do Trabalho e foram criados institutos de previdência e aposentadoria. Porém, todo esse processo foi interrompido em 1964 com a ditadura militar, a qual eliminou alguns pontos essenciais à cidadania plena, como o direito de expressão e organização. Tal sistema teve fim em 1985, possibilitando, então, uma retomada das participações.

Em 1988, finalmente, temos um novo regime democrático-constitucional surge a Constituição Federal mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2007, p.199), a expressão “cidadania” torna-se extremamente divulgada. Expansão dos direitos políticos, universalidade do voto, facultativo a analfabetos; direito de voto facultativo para jovens de 16 e 18 anos, registro provisório de partidos com apenas 30 pessoas, podendo concorrer a eleições e ter acesso gratuito à televisão e sem fidelidade partidária; esses foram alguns dos direitos políticos adquiridos com a nova Constituição.

No campo dos direitos sociais, foi possível notar mudanças, como: Salário mínimo para aposentadorias, pensões e deficientes físicos e maiores de 65 anos, a previdência firmou um número mínimo de anos de contribuição e idade mínima para aposentadoria, além de terminar com a aposentadoria em regime especial que permitia menor tempo de contribuição, licença paternidade de cinco dias, trabalhadores rurais com direito a piso de aposentadoria igual ao salário mínimo e a universalização da saúde. Além de mudanças indiretas, como, por exemplo, um progresso importante na educação fundamental, com relação ao número de alunos matriculados.

Em 1989, Fernando Collor como candidato direto a presidente, divulgava a imagem de “messias salvador”, com um discurso de prioridades como combate à corrupção que era transmitida na imagem do governo. Porém corrupção e esquemas financeiros ilícitos fizeram parte do seu governo e desembocaram em um impedimento em 1992, ocasionando assim sua substituição por Itamar Franco. Tal episódio foi de extrema importância na política brasileira por dois motivos: Em primeiro lugar, a frustração da população, a qual, ao eleger o presidente, estava esperançosa com relação a uma nova política que poderia ser iniciada; Em segundo lugar, porque o impedimento deu ao povo a sensação de poder influenciar na política do País. Assim, a democracia resistiu à crise política e o problema foi resolvido por via institucional, sem que houvesse retrocesso à formas ditatoriais de condução do país.

Já em 1995, ocorre uma importante inovação no País, surge a Reforma Gerencial da administração pública, a qual está voltada para a afirmação da cidadania no Brasil, por meio da adoção de formas de gestão do Estado brasileiro, que possibilitem atender de forma democrática e eficiente as demandas da sociedade (PEREIRA, 2002, p.17).

A reforma propõe inovação no campo da administração pública, permitindo aos administradores públicos maior autonomia na gerência das agências do Estado, visando eficiência e melhorias no uso de bens e serviços público por toda a população, colocando-os, assim, a serviço da cidadania em um sistema democrático.

Porém, mesmo observando todas essas mudanças havidas e reformas inovadoras no campo da administração pública, a cidadania brasileira, ainda, se encontra em construção, assim como a democracia no país, que vão sendo aperfeiçoadas e melhoradas.

3. CIDADANIA NO BRASIL DE HOJE – DIFICULDADES

Atualmente, pode-se notar na realidade brasileira, inúmeras dificuldades com relação ao exercício da cidadania plena. A maior dificuldade na área social ainda é a desigualdade social, que faz parte do caso brasileiro desde o período colonial, tendo suas origens com a escravidão (desigualdade dos brancos com relação aos negros), o patriarcalismo (desigualdade dos homens com relação às mulheres) e o assistencialismo (desigualdade dos ricos com relação aos mais pobres). Além da desigualdade social, pode-se citar outros problemas, ainda não resolvidos com o sistema democrático, como altos índices de desemprego e desigualdade econômica.

Segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil era o país mais desigual do mundo em 1989, medida a desigualdade pelo índice de Gini. Em 1997, o índice permanecia inalterado (0,6) (CARVALHO, 2007, p.207-208).

Direitos civis, como a segurança, e direitos sociais, como saúde, saneamento e educação também são problemas não resolvidos no país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) divulgou que entre as 28,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos, as quais pela idade já teriam passado pelo processo de alfabetização, foram encontradas 2,4 milhões (8,4%) que não sabem ler e escrever.

Tal dado demonstra uma das causas do desconhecimento dos direitos civis, e também dos políticos e sociais por parte dos cidadãos da nação brasileira, verificada nos resultados da pesquisa realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1997 exposta por Carvalho:

“A pesquisa mostrou que 57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil. Quase a metade achava que era legal a prisão por simples suspeita.” (CARVALHO, 2007, p. 210)

A mesma pesquisa, também, apurou dados com relação à educação:

“A pesquisa mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento aos direitos é a educação. O desconhecimento dos direitos caía de 64% entre os entrevistados que tinham até a quarta série para 30% entre os que tinham o terceiro grau, mesmo que incompleto. Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos. Os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos.” (CARVALHO, 2007, p. 210)

Os dados são claros, além de desconhecer seus direitos, as pessoas com menor grau de instrução, não exercem seus direitos civis e políticos. Para que esses problemas sejam resolvidos, é necessário que se comece a resolver problemas na base da sociedade civil, como a política social educacional, por exemplo. Obrigatoriamente, as crianças

brasileiras devem freqüentar a escola por no mínimo nove anos, contudo, a associação Brasileira de Tecnologia Educacional (2006) denuncia o baixo grau educacional da população brasileira:

“Enquanto a escolaridade média no Brasil é de 4,9 anos; na Costa Rica é 6,1 anos; na Argentina, 8,8 anos; e nos EUA, 12,1 anos. Se o ensino médio completo no Brasil atinge somente 22% das pessoas, na Argentina são 51%; na Coréia do Sul, 82%; e nos EUA, 91%. No Brasil, 4 milhões de crianças (de 4 a 14 anos) e 2 milhões de jovens (de 15 a 17 anos) ainda estão fora da escola.”

Segundo a Cepal (2000), dois são os elementos centrais ou as chaves-mestras de uma política social relevante e sustentável, comprometido com a consecução da equidade e a promoção da cidadania: a educação e o trabalho.

Em contrapartida, observa-se uma realidade, nada favorável para o exercício da cidadania plena, torna-se, então, fundamentalmente necessária a formulação de novas políticas públicas que solucionem as questões problemáticas acima citadas, tanto na educação como em outros setores sociais.

4. CIDADANIA NO BRASIL DE HOJE – POSSÍVEL MELHORA

Contrastando com todos os problemas enfrentados pelo país, em termos de cidadania, surge uma Reforma administrativa em 1995. Pereira coloca:

“A Reforma Gerencial da administração pública, que tem

início em 1995, está voltada para a afirmação da cidadania no Brasil, por meio da adoção de formas modernas de gestão no Estado brasileiro, que possibilitem atender de forma democrática e eficiente as demandas da sociedade. É uma reforma que, ao fazer uso melhor e mais eficiente dos recursos limitados disponíveis, contribuirá para o desenvolvimento do país e tornará viável uma garantia mais efetiva dos direitos sociais por parte do Estado.” (PEREIRA, 2002, p.17)

Para isso, a reforma propõe uma mudança nas instituições, permitindo que os administradores públicos possam gerenciar com eficiência as agências do Estado e colocá-las a serviço da cidadania (PEREIRA 2002, p.17).

A reforma propõe maior autonomia aos administradores das instituições do Estado, gerando uma descentralização administrativa nestas. Tal proposta visa mais agilidade, eficiência no atendimento às demandas da sociedade.

A descentralização proposta implica uma mudança cultural, que segundo Pereira (2002, p.18) já está ocorrendo, podendo ser percebida pela aceitação das idéias do Plano diretor pela alta burocracia pública.

Apesar das raízes patrimonialistas, o autor afirma que o país está maduro suficiente para aderir ao PREA. Pereira coloca que:

“A reforma gerencial de 1995 busca criar novas instituições legais e organizacionais que permitam que uma burocracia profissional e moderna tenha condições de gerir o Estado brasileiro. Esta reforma não subestima os elementos de patrimonialismo ou de clientelismo que ainda subsistem em nosso meio. Parte, entretanto, do pressuposto de que no final do século vinte, quando as técnicas de controle gerencial e democrático já foram amplamente desenvolvidas, a melhor forma de combater o clientelismo é tornar-se gerencial; é dar autonomia ao

administrador público, valorizando-o por sua capacidade de tomar decisões, inclusive de caráter político, ao invés de submetê-lo a um controle burocrático vexatório.” (PEREIRA, 2002, p. 22)

O programa de reforma administrativa – o PREA não acontece instantaneamente, é um processo lento, profundo, gradual e integral. Envolve, também, uma mudança na cultura dos cidadãos. Insere-se, na estratégia global de adequação dos serviços públicos, objetivando criar um ambiente institucional, gerencial e comportamental favorável à implementação das reformas políticas, econômicas e sociais, de tal forma que a reforma administrativa seja uma consequência de todo o processo. Dessa forma, a reforma visa atualizar as principais medidas de política de modernização administrativa que, ao longo dos anos, vem sendo empreendidas pelo governo, com vista à edificação de uma Administração orientada para cidadãos e os objetivos de desenvolvimento.

A PREA tem como documento básico no Brasil, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de setembro de 1995, é exatamente nesse documento que se estabelecem as diretrizes para a implantação de uma administração pública gerencial e se definem as instituições.

Pode-se observar, então, que a administração pública tem um outro objetivo: A proteção do patrimônio público, ou seja, a defesa da *res publica* contra a sua captura por interesses privados (PEREIRA 2002, p.81). Esse direito, que cada cidadão tem de que o patrimônio público seja usado para fins públicos, seja de todos e para todos, é o direito republicano. Que surge no último quartel do século. A emergência desses direitos está relacionada ao processo de democratização que se tornou dominante em todo o mundo (PEREIRA 2002, p. 83). O direito republicano trata de patrimônio público, no sentido amplo da palavra,

englobando aspectos culturais, ambientais e econômicos. Em outros países ele também é chamado de direitos difusos.

Partindo dessas colocações, Pereira define um novo tipo de cidadão:

“Pode-se descentralizar, controlar por resultados, incentivar a competição administrada, colocar o foco no cliente, mas a descentralização envolve o controle democrático, os resultados desejados devem ser decididos politicamente, quase-mercados não são mercados, o cliente não é apenas cliente mas um cliente-cidadão revestido de poderes que vão além dos direitos do cliente ou do consumidor” (PEREIRA, 1999, p. 8).

Portanto, o cliente-cidadão tem direitos e deveres com relação ao patrimônio público. Ele pode usufruir dos serviços e bens públicos e deve controlar os resultados desejados que foram estipulados politicamente anteriormente.

Prática democrática do Brasil é recente. Porém o PREA, propondo todas essas formas de gestão modernas, visando um desenvolvimento social e o reconhecimento oficial dos direitos republicanos, acelera o processo. “A democracia só se tornou historicamente dominante a partir do momento em que o desenvolvimento econômico e social tornou esse tipo de regime mais estável do que os regimes autoritários de caráter monárquico ou aristocrático.” (PEREIRA, 2002, p.83)

Os direitos republicanos são adicionados aos três direitos citados anteriormente de Marshall (civil, político e social), constituindo assim a cidadania plena brasileira dentro do contexto democrático, fazendo com que o cidadão pense no interesse público explícita e diretamente, para, assim, ter condições de defender o patrimônio público. E ser, de fato, um

cidadão do Brasil. Ou, como diria Pereira, um cliente-cidadão.

5. CONCLUSÃO

Diante de todas as exposições realizadas acima, pode-se afirmar então que a democracia está em processo de fortalecimento no país, é recente e precisa se aperfeiçoar, porém, novas propostas e correntes surgem com o intuito de melhorar os serviços públicos disponibilizados aos cidadãos, objetivando, principalmente, o fortalecimento (ou a constituição, em alguns casos) da cidadania plena.

Problemas com relação ao exercício da cidadania no país são visíveis. Falhas nos direitos sociais, essenciais ao desenvolvimento do país, como a educação, disponibilizados a nação são gritantes, conforme demonstrado através de dados expostos acima.

Temos por verdade que a cidadania brasileira tem constituição recente, mas isso não permite um “desleixo” com pontos fundamentais formadores desta. A educação é um direito social essencial e é a base de uma cidadania plena, deve ser preocupação de todos na sociedade e dever do Estado. Podemos perceber, com o que foi colocado, que a educação no país apresenta inúmeros pontos deficientes, que precisam ser resolvidos com urgência.

O presente artigo realizou, também, uma breve exposição do que vem a ser a Reforma Administrativa, tentando demonstrar ao leitor alguns de seus principais pontos.

Uma das premissas para que a Reforma Administrativa, de fato, obtenha sucesso, é uma mudança cultural na sociedade civil, porém, essa mudança só será possível se o Estado disponibilizar ferramentas para tal. A principal ferramenta para que essa cultura seja modificada volta a ser a educação.

Assim sendo, torna-se inegável que uma das urgências do país é a melhora na educação disponibilizada aos cidadãos. Com informação, ensino e educação disponíveis à sociedade terá condições de reconhecer todos os seus direitos, entender que o público pertence a todos (inclusive a si mesmo), realizar questões importantes dentro do seu contexto social, fiscalizar e cobrar o Estado com relação aos serviços disponibilizados por este e, finalmente, exercer sua cidadania plena no país, para que, então, finalmente possamos pensar em uma Reforma Administrativa em todas as instituições públicas.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Ed., 2004. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais 2008 – **Educação melhora, mas ainda apresenta desafios**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. De Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Marcos Alcyr Brito de. **Cidadania plena – A cidadania modelando o Estado.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2005.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado para a cidadania – A reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional.** São Paulo: Editora 34, 2002.

UNITED NATIONS COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC), **Equity, Development and Citizenship.** Santiago, Chile, April 2000.

PRESENÇA DE JESUÍTAS PORTUGUESES NA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.

Antonio Luis Correa Pereira¹

Willan Alikuri Pereira²

Willian Alikuri Pereira³

RESUMO: Comenta-se sobre educação Jesuíta no Rio Grande do Sul, porém sempre voltada para a presença de jesuítas espanhóis, no entanto, por intermédio de pesquisas e leituras realizadas foi possível obter dados que assinalam para a educação realizada por padres portugueses no Rio Grande do Sul, diferenciada, portanto, em parte, da educação efetivada pelos padres espanhóis que eram presença maciça no sul americano nos anos de 1600.

Neste artigo se apontará para a constatação desta presença lusa na Educação nos anos iniciais da colonização/povoação sul rio-grandense. Apesar de ter havido na região uma educação mais ostensiva dos jesuítas espanhóis do Prata, apontada pela historiografia, os portugueses também deram os primeiros passos educativos junto aos nativos e colonos sulinos.

Os padres lusitanos que no Sul vieram exercer sua prática

1 Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), especialista em História do Rio Grande do Sul pela FURG e graduando em Enfermagem, 2º semestre, pela FURG. Email: Antonio.alikuri@gmail.com

2 Graduando em Direito pela Faculdade Anhanguera, 3º Semestre. Email: willan-92@hotmail.com

3 Graduando em Química Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Email: willian_pereira1@hotmail.com

pertenciam, igualmente, à Companhia de Jesus, ordem católica a qual cabia a doutrinação católica da época. A educação por eles configurada se alicerçava nos preceitos inicianos, buscando, assim, equiparar o sul brasileiro ao restante do país, no tocante aos atos educativos aplicados.

Muito embora, o interesse português pela colonização/posse do Rio Grande do Sul tenha ocorrido tardiamente em relação aos centros coloniais como: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e outros, de uma forma um tanto tênue, os padres lusos também tentaram trazer para o Sul os moldes educativos aplicados nos locais de maior concentração de colonização portuguesa. Até porque a situação beligerante da região não proporcionava espaço para uma prática educacional eficiente, já que a população que vinha habitar o Rio Grande do Sul se constituía mais de soldados para defender as terras portuguesas dos espanhóis do que de colonos propriamente dito. Mesmo assim, alguns padres objetivaram instalar pólos de educação na região.

Palavras Chaves: Educação – Jesuítas portugueses – Rio Grande do Sul

O objetivo deste artigo é descrever a ação dos missionários jesuítas portugueses da Companhia de Jesus na região sul do Brasil, em sua atividade educacional, no período colonial entre os séculos XVI, XVII e XVIII, ou seja, antes e durante a efetiva colonização do Rio grande do Sul por casais açorianos.

É possível ressaltar um período antes de Sacramento que constava de uma educação itinerante realizada pelos jesuítas portugueses que desciam da região, hoje denominada Santa Catarina e que de aldeia em aldeia iam realizando uma missão catequizadora até as terras do Rio Grande do Sul. O que se constata na citação: *“A ocupação conduzida pelos jesuítas, primeiro (1605) os portugueses e depois (1626) os espanhóis, foi dentro*

do espírito uti possidetes⁴, que presidia a legislação consagrada também pela Igreja Católica, respeitada pelos países católicos em competição na expansão ultramarina”. (Christensen, 2000, pág.40)

Neste período já havia a intenção inaciana de eliminarem as missões volantes, , principalmente, na região sul da América , nas quais o objetivo era evangelizar/educar os autóctones, visto que não existiam colonos na região. Agindo como itinerantes, os jesuítas iam de aldeia em aldeia e permaneciam pouco tempo. Acontece que quando retornavam percebiam que os índios praticamente esqueciam o que lhes fora ensinado devido à falta de aulas diárias que mantivessem em dia o conhecimento adquirido. Assim, esses inacianos para efetivarem a cristianização dos indígenas e, por consequência, a educação, utilizaram vários recursos de adaptação pedagógica previstos na *Ratio Studiorum*, conforme Brum e Cunha: *“Na adaptação dos métodos pedagógicos ao mundo a catequizaçõ verificamos a genialidade dos jesuítas colonizadores do novo mundo. A presença da música, da dança e do teatro são exemplos de métodos utilizados na manipulação do inconsciente coletivo guarani, que destacamos como fundamental para o sucesso da experiência missioneira, enquanto instrumento de integração colonial”.* (HISTDBR)

Uma outra contribuição que os inacianos portugueses de Santa Catarina proporcionaram para o Rio Grande do Sul e região foi a de fornecerem informações a corte lusitana sobre o local. Advindo daí o despertar do interesse luso para estabelecer a colonização sulina. Isso dois séculos depois de deflagrada a colonização no centro do Brasil. Acontece que uma das reclamações dos jesuítas lusos era a de não existir sequer

4 Fórmula Diplomática que estabelece o direito de um país a um Território. Direito esse fundado na ocupação efetiva e prolongada independente de qualquer título.

um povoado português na área, fato este que impossibilitava a melhoria da catequização/educação no local. Ora se houvesse um núcleo lusitano no sul, as dificuldades seriam menores, porque haveria autoridades caso fosse necessário, para minimizar problemas que surgissem.

Entre 1580 e 1640 Portugal e Espanha vivenciavam a união ibérica, ou seja, um único rei governava os dois países e por isso os portugueses podiam transitar livremente dilatando a linha de Tordesilhas que segundo Moura: *“Se, por um lado, esta suspensão provisória de separação entre os domínios ultramarinos de Portugal e Espanha cujos limites haviam sido fixados pelo Tratado de Tordesilhas, favoreceu os planos educacionais da Companhia de Jesus, por outro estimulou os colonos luso-brasileiros a percorrer regiões cuja penetração era então vedada, em incursões que ficaram conhecidas como entrada e bandeiras”*. (Moura, 2000, pag. 42)

Então, entradas geralmente eram expedições oficiais, explorações a mando de Portugal, e delegadas pelo governo colonial. Já as Bandeiras tinham motivação particular, isto é, existiam por iniciativa dos colonos que se estabeleceram nos povoados.

A motivação das duas era falta de negros oriundos da África os quais eram escravizados no Brasil colônia. Logo, o objetivo de ambas se detinha na captura do índio para substituir os escravos negros e/ou vendê-los. Os indígenas alcançavam grande valor para os bandeirantes pelo fato de já, alguns, estarem aculturados pelos inácianos. Outro fato que motivava as Entradas e Bandeiras era a busca por riquezas, facilitada pela situação política da Corte que apresentava a oportunidade do trânsito livre ocasionado pela União ibérica.

Então, com o estabelecimento destas em incursões realizadas pelos bandeirantes paulistas com interesses voltados ao citado conforme

Christensen: *“Ondas bandeirantes solapavam as terras do sul, sem outro sentimento a não ser o do interesse comercial, que degenerava para as represálias e o esmagamento, diante da resistência encontrada a intervenção holandesa no Brasil – na Bahia em 1624 em Pernambuco em 1630 – trouxe como conseqüências significativas para o sistema colonial. O bloqueio no abastecimento de mão-de-obra escrava negra, fez com que os interesses coloniais projetassem sobre a mão-de-obra indígena”.* (Christensen, 2001, pág.61.)

Assim, a abnegação dos jesuítas contribuiu para a catequização e educação do indígena em um primeiro momento de posse de território. Contudo, depois de estabelecida a colonização, a ação inaciana se estendeu para os filhos dos colonos. Aconteceu conjuntamente a essa contribuição a deflagração dos conhecimentos obtidos sobre o território e de seus primeiros habitantes, despertando interesses para que aqui viessem colonos a se estabelecer e , assim, dessem origem ao nosso atual Estado.

No entanto, a ação inaciana ganhou importância no ambiente político colonial e na corte portuguesa, levando o governo a conjecturar sobre o assunto. Originou-se, então, a idéia de que por terem sido os jesuítas a trazerem educação para os habitantes da colônia e dado o êxito da obra devido ao método *Ratio Studiorum* , especialmente, no Rio Grande do Sul, aventou-se a possibilidade de que pretendessem criar um Estado jesuítico no sul do Brasil. Mais tarde corroborado pelo Marquês de Pombal. Conforme Santos: *“(...) não se encontra qualquer alusão dos plenipotenciários e dos monarcas sobre a necessidade de agilizarem um acordo para dismantelar um suposto Estado Teocrático no Prata, ou no norte do Brasil, provando que tanto as autoridade espanholas como as luso viam nas missões, uma área necessária para continuidade dos*

impérios coloniais. (...) quando os reis não quiseram mais os préstimos dos jesuítas, eles foram dispensados”. (SANTOS, 1997, Pág. 36).

A idéia da criação de um Estado teocrático nas missões jesuíticas não foi imputada aos padres a serviço da Coroa portuguesa, mas sim aos jesuítas a serviço da Coroa hispânica que detinham grande parte da região sulina. Mesmo que pertencessem à mesma ordem isso é, a Companhia de Jesus, se encontravam a serviço de monarcas de países diferentes que se mostraram através da História como oponentes a disputarem territórios descobertos. Segundo Franzen; “*É ali, na Colônia do Sacramento, que os Jesuítas portugueses e os Jesuítas espanhóis irão se confrontar. Os inacianos lusos defendiam os interesses portugueses que, naquela hora, concentravam-se especialmente na conquista definitiva das terras ao norte do Rio da Prata*”. (FRANZEN, 2005. Pág. 24). Assim mesmo que Jesuítas Lusos e Hispânicos tenham contribuído na evangelização/educação dos aborígenes, Franzen, acima e agora Brum e Cunha apresentam um novo interesse, o qual foi delimitar fronteiras. Conforme Brum e Cunha: “*(...) a corrida expansionista ibérica no Prata, na qual em resposta a fundação Lusa em Laguna e da Colônia do Santíssimo Sacramento, a Coroa Hispânica objetivava marcar o seu espaço colonial via construção das Missões*”. HISTDBR.

A região do atual Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial por não se enquadrar, nesse período, na economia principal do centro do país. Assim a efetiva colonização por Portugal se baseou em três preocupações sendo elas garantir a posse do território e da economia já desenvolvida localmente;

Sendo o objetivo de o artigo abordar a educação feita por padres jesuítas portugueses no Rio Grande do Sul, encontrou-se o início da colonização portuguesa em um primeiro momento na Colônia do

Sacramento, local conflitante por volta do século XVI e no período que ela pertenceu a Portugal Moura comenta que: *”Em 1717, abriu-se na Colônia do Sacramento⁵, no Rio da Prata uma residência dos jesuítas, dependente do colégio do Rio de Janeiro. Nela se ensinavam os rudimentos de letras. Esta casa-colégio se manteve até quando o Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, estipulou nos artigos 15 e 16 a entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis em troca dos Povos das Missões”*. (MOURA, 2000, pág.46)

Assim, ainda que incipiente, tivemos educação de primeiras letras por Jesuítas portugueses em terras de ocupação lusa no período de demarcação do atual Estado do Rio Grande do Sul. Embora não tenham ficado marcas duradouras da obra dos jesuítas portugueses porque na época a Colônia do Sacramento, localizada na entrada do Rio da Prata, foi inúmeras vezes invadida, tomada e reconquistada, já desde a sua fundação em 1680, até que segundo Franzen *“Durante vinte anos, a paz reinou na região. A colônia prosperou, a colonização intensificou-se, o comércio desenvolveu-se. Em 1717, foi instalada uma nova residência, ainda dependente do Colégio do Rio de Janeiro. Com o nome de São Francisco Xavier, transformou-se em Colégio, com aulas de catequese, primeiras letras e Humanidades”*. (FRANZEN, 2005, Pág. 25)

.Apresenta-se, então, dois autores com diferentes obras, Moura e Franzen, a descreverem em suas pesquisas a existência de uma escola para o ensino de primeiras letras em Sacramento Asseguram que esse núcleo português no Prata, representava para Portugal mais um interesse estratégico militar de conservação da área economicamente pelo

5 A Colônia do Santíssimo Sacramento, atualmente a cidade de Colônias, no Uruguai, foi fundada pelo português Dom Manoel Lobo em janeiro de 1680, sob a orientação da corte portuguesa, numa tentativa de preencher os vazios geográficos com a fundação e povoamento de pontos estrategicamente importantes.

vantajoso comércio ilícito, bem como as imensas reservas de gado xucro da Vacaria do mar.

Um obstáculo do catolicismo professado no Brasil, conforme (Moura, 2000, Pág. 57) “o padroado constituía uma base legal para o Estado ingerir-se em assuntos que concerniam à Igreja”. *Foi no Brasil colônia a outorga concedida pela Igreja de Roma de uma certa autonomia sob a Igreja local para o rei administrá-la e difundir a religião com obrigações nas terras descobertas e por descobrir de construir igrejas, ou seja, a evangelização iria junto com a conquista”.*

Assim, no Brasil colônia vigorava o regime de padroado. Se por um lado não onerava ao Sumo Pontífice por outro o imperador do Brasil, quando agraciado com tais poderes, pôde nomear Bispos, Padres, e lhes pagava salários como funcionários públicos, essa ação teve um fator negativo e/ou vários, pois eram nomeados para cargos religiosos os mais despreparados indivíduos e esses sem qualquer instrução e/ou preparo católico como funcionários do rei se submetiam a obedecer. Conforme (Hoornaert, 1974, Pág.64) “*um simples decreto fazia pároco o mais inabilitado dos sacerdotes”.*

Outro empecilho do regime de padroado no Brasil foi que existiam até a metade do século XVIII apenas sete dioceses. Ora, para uma grande população e uma Igreja dependente do Estado obter financiamento de construção e provento dos bispos e párocos, segundo Moura: “*Em função desse benefício que o Estado prestava, a Igreja permitiu que os governantes cobrassem os dízimos. Nos primeiros tempos da colônia, os dízimos eram evidentemente insuficientes e o rei cobria os déficits tirando da sua renda pessoal. Com o tempo e especialmente com a descoberta do ouro e das pedras preciosas, os dízimos atingiam uma soma considerável e a Coroa acostumou-se a separar, para o uso do*

Estado, o que sobrava depois de prover aquilo que o rei considerava suficiente para o progresso da Igreja.” (Moura, 2000, pág. 61).

Mesmo com os dízimos da igreja colonial que acabaram ficando como se pertencessem ao Estado em forma de tributo, não houve por parte deste a fundação e o sustento de novas dioceses o que gerou escassez das unidades episcopais. O resultado foi que não houve condições de se dar continuidade à educação que era uma das obrigações da Igreja nesse momento. Já a diferença de autonomia dos jesuítas para as outras ordens existentes no mundo, no Brasil colônia e no caso aqui no Rio Grande do Sul era a sua liberdade de como educadores através da bula Papal *Regimini Millitantis Ecclesiae* e com ela a Companhia de Jesus adquiriu status oficial dentro Igreja com direito de atuarem independentemente e de prestarem contas aos bispos dos locais, isto é, por onde estivessem atuando no campo educacional.

Entre os vários interesses da fundação da Vila do Rio Grande de São Pedro em 1737, um deles foi o de fornecer apoio militar para a Colônia do Sacramento e nesse projeto de colonização portuguesa também tivemos educação, das primeiras letras, por padres portugueses, conforme Franzen: “Os padres Bento Nogueira e Francisco Farias, S. J., atendiam os colonos em Santa Catarina quando foram chamados por Gomes Freire de Andrade a fim de pregar missões em Rio Grande. Chegaram em junho de 1749. (...)”. (FRANZEN, 2005, Pág. 28-29)

Assim, a ação dos padres jesuítas se limitava a aulas de instrução primária às crianças e indígenas com assistência religiosa para todos. Ocorrendo a prática pedagógica nas residências dos educandos já que não havia prédios escolares como constata Moura; “É interessante notar esta última observação, que confirma o fato de que mesmo em residências que não eram colégios os jesuítas ministravam o ensino de

primeiras letras” (MOURA, 2000, Pág. 44).

É importante apontar a diferença entre os diversos estabelecimentos de ensino fundado pelos jesuítas no Brasil e no Rio Grande do Sul. Havia colégios nas capitais e por colégio devemos entender uma instituição de uma abrangência mais ampla do ponto de vista educacional e nas aldeias, vilas e cidades as escolas as quais eram chamadas de ler, escrever e contar.

Há mais de dois séculos transcorridos em que os jesuítas estenderam a educação por todo o Brasil, acontece com a fundação da Vila do Rio Grande de São Pedro em 1737. Fazia-se, então necessária, a ação pedagógica na nessa fundação. Assim se processou lentamente até a expulsão dos inacianos, ordenada por Pombal. Tendo em vista a mudança no modelo educacional da Colônia que antes era ministrado pelos jesuítas e por ordem do Marquês passou a se denominar “aulas-régias”, ou seja, educação sob o controle do Estado, nesse intervalo de 1759 a 1772, as famílias que dispunham de poder aquisitivo contratavam professores particulares para ensinar seus filhos conforme Lazzarotto: *“Os filhos de famílias abastadas recebiam instrução particular através de professores para isso contratados pelos chefes de família. O número desses professores, no entanto, sempre foi restrito, chegando mesmo alguns a itinerar passando períodos em determinadas localidades, deslocando-se após para outras”*. (LAZZAROTTO, 2001, Pág. 149).

Então ao se comentar sobre educação na Vila de Rio Grande de São Pedro, em 1737, primeira Vila do Rio Grande do Sul, segundo Rubert, “aqui esteve o padre Manuel Henriques e foi muito bem acolhido por Silva Paes, sendo provavelmente, o primeiro padre-mestre do Rio Grande do Sul”. Trata-se dos primórdios da educação aos moldes portugueses inserida na gênese da colonização do sul brasileiro. Muito

embora, tenha tido indeléveis tentativas por volta de 1680 às margens do Rio da Prata. De onde se conclui que houve realmente a presença de jesuítas portugueses, além dos espanhóis, a marcarem os primeiros passos na educação sulina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTENSEN, Tereza Neumann de Souza. *História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras*. Ijuí, Unijuí, 2001.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo, Unisinos, 2005.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1500-1800*. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1974.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.
- MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil*. São Paulo, Loyola, 2000.
- PEREIRA, Antonio Luis Correa. *Educação Jesuítica no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Pluscom, 2010.
- RUBERT, Arlindo. *Os Padres-Mestres e o ensino sul-rio-grandense (1737-1889)*. Santa Maria, Pallotti, 1980.

A IMPRENSA ILUSTRADA E A REPÚBLICA: HUMOR E POLÍTICA NOS PERIÓDICOS FLUMINENSES DO SÉCULO XIX

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES^{1}*

RESUMO: A imprensa ilustrada fluminense do século XIX dedicava uma vertente significativa de suas páginas de humor a satirizar a vida política da Corte, entre eles, a campanha iniciada pelos republicanos após a fundação do Partido Republicano em 1870 não passou despercebida. Analisar como o ideário republicano foi abordado nestes periódicos é a proposta que será desenvolvida neste artigo. O trabalho privilegia a alegoria feminina da República – Marianne – difundida a partir da República Francesa em 1792 e empregada pelos caricaturistas que aturaram no Rio de Janeiro. Os artistas produziam nos jornais alegorias para abordar os republicanos sem se descuidarem da função primordial de suas produções: proporcionar o riso no leitor de seu periódico. Dessa forma, as alegorias foram concebidas não só para tratar dos republicanos como também envolvidas em situações humorísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Simbologia republicana – Rio de Janeiro – Imprensa ilustrada.

¹ * Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Doutor em História/UFRGS e-mail: aristeuufpel@yahoo.com.br

ABSTRACT: *Fluminense illustrated press in the XIXth Century addressed much of its humor pages to satirize Court's political life, like the campaign started by Republicans after the creation of their party, in 1870. The purpose of this article is to analyze how republican ideas were approached in this kind of press. This paper deals with female allegory in Republic – Marianne – spread after French Republic in 1792 and employed by cartoonists who worked in Rio de Janeiro. The cartoonists created allegories to approach Republicans in the newspapers, without failing to focus on their main function: to provide laughs to the reader of their publications. Thus, allegories were conceived not only to deal with Republicans, but they were also involved in funny situations.*

KEY-WORDS: *Republican symbols – Rio de Janeiro – Illustrated press.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade do Rio de Janeiro, centro do poder do Império do Brasil, abrigou uma gama variada de jornais de humor ao longo do século XIX. A imprensa ilustrada da Corte se desenvolveu apresentando ao público leitor periódicos que tratavam em suas páginas os mais variados assuntos. Nesse sentido, as atividades políticas tornaram-se um dos motivos mais visados pelos caricaturistas do tempo, que não descuidaram das atividades republicanas. A relação entre a imprensa ilustrada fluminense e a campanha republicana é o objetivo principal desse artigo, no qual será analisada a alegoria feminina da República, inspirada nos ideais revolucionários franceses e aproveitada pelos caricaturistas da Corte para abordar a campanha republicana. Neste trabalho serão analisadas três ilustrações que circularam em três importantes periódicos do século XIX no Rio de Janeiro: *Semana Illustrada* (1860-1876), *A Vida*

Fluminense (1868-1875) e *O Mosquito* (1869-1877) . No entanto, há um conjunto maior de ilustrações sobre a temática republicana nestes e em outros periódicos, como *O Mequetrefe* e *Revista Illustrada*². As duas ilustrações selecionadas permitem interpretar que a campanha em prol de uma nova forma de governo no Brasil que substituiria a Monarquia por uma República, embora incipiente nos seus primeiros anos, foi desenvolvida e mereceu a atenção dos caricaturistas que, perspicazes, tornavam-na mote para suas aguçadas produções artísticas.

1. A REPÚBLICA E A *SEMANA ILLUSTRADA*

O periódico *Semana Illustrada* pertenceu a Henrique Fleiuss (1823-1882), artista de origem germânica. Logo após sua chegada ao Rio de Janeiro estabeleceu comércio no ramo da litografia e fundou a *Semana* em 1860 (GUIMARÃES, 2006). Este periódico foi o que mais satirizou os republicanos em suas ilustrações. As imagens da alegoria eram concebidas num tom de despreço a causa que por ela e seus admiradores era defendida. O periódico possuía a mesma atitude em relação a todas as formas que visavam contestar os valores políticos estabelecidos. Assim, a associação entre republicanos e liberais radicais foi corriqueira e a sátira era construída amparada nos jornais oficiais do partidos: *República* (dos republicanos) e *Reforma* (dos liberais). Numa dessas associações os jornais foram identificados como duas comadres. (Figura 1)

Ambas alegorias possuem traços semelhantes e acentuados: corpo avantajado, seios e mãos agigantadas; a *República* ostenta seu

2 As relações entre o ideário republicano e os periódicos ilustrados do Rio de Janeiro constituem o tema de pesquisa desenvolvido no doutorado. Ver: (LOPES, 2010)



Figura 1: Duas comadres

Legendas: As duas comadres *Republica* e *Reforma* preparando as suas armas para um conflito, uma guerra, um bombardeamento, e Deus sabe o que mais, dando graças a Providência por ter fornecido este panno para mangas que enche diariamente algumas colunas.

Fonte: *Semana Illustrada*, 04/02/1872. Acervo: RGPL/ AEL-UNICAMP

barrete frigio e possui uma expressão mais caricata, seu sorriso largo entrega seu caráter zombeteiro (sugere que está gargalhando), pois ela parece se divertir com o conteúdo que será publicado na folha. Sua “comadre” *Reforma* tem uma expressão mais séria, ela está concentrada no desempenho de seu trabalho em misturar “veneno” com “petróleo”. Petróleo nesse sentido pode ser entendido como algo falso ou ainda fantasioso o que caracterizaria, na visão do caricaturista, as notícias veiculadas pelo jornal. A palavra petróleo aplicada na identificação

de algo como falso, por exemplo as notícias da *Reforma*, na visão da *Semana*, pode ter surgido no século XIX devido as várias tentativas frustradas de encontrar o produto no território brasileiro, expectativa que gerava várias notícias falsas. As primeiras tentativas ocorreram em 1858 em territórios do estado da Bahia, contudo foi somente no final dos anos 1930 que a produção petrolífera iniciou em terras brasileiras³.

O Jornal *República* foi lançado em 1870 como o órgão oficial do recém fundado Partido Republicano. Já *Reforma* fundado em 1869 foi um veículo de divulgação das ideias do Centro Liberal formado por liberais que pretendiam revitalizar o partido (CARVALHO, 2007, p.24). Contudo, a revitalização pretendida sugeria mudanças significativas tanto no partido como na própria administração do país. No mesmo mês de sua fundação o Centro lançou um manifesto e um novo programa para o partido. O Manifesto encerrava com a seguinte sugestão: “Ou a reforma, ou a revolução; a reforma para conjurar a revolução” (CARVALHO, 2007, p.24). A partir das premissas defendidas pelo Centro Liberal e divulgadas na folha surgiu, em alguns momentos, a associação entre republicanos e liberais radicais. Contribuiu a isso, a trajetória de alguns políticos simpáticos aos republicanos e que disputaram cargos abrigados no Partido Liberal, como exemplifica a carreira de Saldanha Marinho.

A ilustração da *Semana* é considerada uma caricatura, uma forma artística que emprega o humor para apresentar uma deturpação de uma pessoa, acentuando seus traços físicos que poderiam passar despercebidos resultando em algo exagerado (BELLUZZO, 1992). Na imagem, não se trata de uma pessoa, as duas comadres são caricaturas de duas alegorias que representavam os jornais *República* e *Reforma* ou ainda podem

3 Sobre a história do petróleo ver:

<http://www2.petrobras.com.br/EspacoConhecer/HistoriaPetroleo> Acessado em: 21/01/2008.

ser vistas como uma caricatura dos ideais que eram defendidos pelos simpatizantes das folhas; o que foi tomado de maneira mais acentuada no caso da República. A legenda da ilustração narrava a ação que se passava: “As duas comadres *República* e *Reforma* preparando as suas armas para um conflito, uma guerra, um bombardeamento, e Deus sabe o que mais, dando graças a Providência por ter fornecido este pano para mangas que enche diariamente algumas colunas”. A legenda deixava clara a posição crítica adotada pela *Semana* em relação aos dois órgãos políticos. A palavra comadre certamente foi empregada como sinônima de alcoviteira já que no ponto de vista do periódico os assuntos abordados pelos jornais eram boatos ou notícias aumentadas, petróleos.

2. A REPÚBLICA E *A VIDA FLUMINENSE*

A Vida Fluminense (1868-1875) foi um jornal de crítica que se intitulava “folha joco-séria ilustrada” e que publicava “revistas, caricaturas, retratos, modas vistas, músicas, etc, etc” (*A Vida Fluminense*, 01/01/1868). Nas páginas destinadas a parte escrita o assunto de maior relevância foi a atividade teatral da Corte. Crônicas como a intitulada “assuntos de várias cores” tomavam uma grande parte do jornal geralmente iniciando na terceira página e se estendendo até a sétima ou oitava. Os temas políticos apareciam somente no primeiro texto do jornal, um tipo de editorial. Um dos temas amplamente divulgados foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Os leitores eram informados não só dos acontecimentos e dos avanços dos aliados na guerra como também a eles eram oferecidos desenhos dos mapas das operações militares, de membros de grande destaque do exército e caricaturas relacionadas ao inimigo (SILVEIRA, 1996; TORAL, 2001).

Participaram da parte ilustrada d'*A Vida Fluminense* Angelo Agostini, Antonio Alves do Vale de Sousa Pinto, o Vale, Candido Aragonês de Faria e Luigi Borgomainerio.

A Vida Fluminense substituiu *O Arlequim* (1868), que por sua vez havia substituído *Bazar Volante*; *A Vida* não encerrou sua circulação em 1875, mas foi substituída em 1876 por outra folha: *O Fígaro*. A prática de absorver outros periódicos não aconteceu somente no caso d'*A Vida*; o mesmo ocorreu, por exemplo, com *O Mosquito*. Essa operação visava o fortalecimento do periódico, assim, além de diminuir a concorrência, ele ganhava os assinantes, os caricaturistas e os colaboradores do periódico incorporado, além da possível inclusão em suas oficinas do material de trabalho do jornal que era liquidado.

O periódico não apresentou simpatias ao Império como também não era filiado a partidos políticos; a política da época era tomada de uma forma genérica e, quase sempre, em tom de sátira. Isso não significa que o periódico não veiculasse desenhos em suas páginas que se referiam de uma forma elegante e prestigiosa ao Imperador ou a membros da casa imperial, o que era comum nas folhas ilustradas do período. Contudo, referências satíricas dedicadas as atividades dos republicanos fluminenses apareceram nas páginas do periódico.

Quando da fundação do Partido Republicano o periódico já circulava há quase três anos, no entanto nenhuma referência ao evento foi publicada como também não apareceram comentários a publicação do manifesto republicano divulgado logo após a criação do partido. Somente em 1871 o periódico ao tratar num desenho humorístico os partidos políticos do Império cita os republicanos considerando-os como um partido ao lado de liberais e conservadores (*A Vida Fluminense*, 14/10/1871).

Um desenho mais significativo em relação aos republicanos surgiu direcionado ao jornal *República* órgão de propaganda do Partido Republicano na Província do Rio de Janeiro também fundado em 1870. Na edição de 06 de junho de 1872. (figura 2) Numa série dividida em quadros, o caricaturista tratava da chegada de uma senhora ao Brasil, neta de uma outra senhora que em 1792 causou grande repercussão no mundo devido as suas façanhas na França.

Na produção a alegoria feminina da República, sedutora e fascinante, desembarca num porto brasileiro causando grande furor, homens caem aos seus pés e não resistem aos seus encantos (e ideias). No entanto, o que parece ser tratado com simpatia pelo jornal novamente demonstra sua repulsão aos ideais e novas propostas que esta “senhora” trás ao Brasil, já que ela é apresentada ao público leitor como uma “*cocotte*”. Este adjetivo pode ser relacionado à palavra cortesã: mulheres que frequentavam as cortes européias e que geralmente eram amparadas por algum de seus membros; algumas conquistaram destaque nas cortes que freqüentavam e até mesmo tornaram-se influentes na política (ROBERTS, 1998, p.172).

Uma das mais famosas cortesãs da ficção foi Marguerite Gautier, personagem central do livro *A dama das camélias* de Alexandre Dumas Filho, publicado originalmente em 1848. O romance além de ser publicado nesse ano foi também ambientado na Revolução de 1848 da qual resultaria a implantação da 2ª República na França. A nova situação política proporcionou uma intensa produção de imagens alegóricas das quais a mais famosa é *A Liberdade conduzindo o povo* de Eugène Delacroix.



Figura 2: História de uma cocotte.

Fonte: A Vida Fluminense, Rio de Janeiro, n.258, p.1222, 06 dez. 1872. Acervo: RGPL/AELUNICAMP.

No caso da “cortesã” republicana que desembarcava na Corte brasileira havia uma relação explícita com a Revolução Francesa e, sobretudo, com a República proclamada em 1792. Assim, é possível averiguar que o periódico, mesmo não sendo simpático aos republicanos brasileiros, fazia uma relação entre os ideais revolucionários franceses e a iniciante campanha em prol de uma República no Brasil, demonstrando as influências que os partidários do novo regime seguiam. Ao apresentar a alegoria como uma *cocotte*, o jornal dava a entender que a *República* estava se amparando em homens de destaque e que poderiam sustentá-la, como o jornalista Quintino Bocaiúva, colaborador do jornal e apontado como o autor do Manifesto de 1870, e Saldanha Marinho, um dos políticos brasileiros de destacada atuação na campanha republicana (HOLANDA, 2005).

3. A REPÚBLICA E O MOSQUITO

Candido Aragonês de Faria⁴ além de participar nas ilustrações d’*A Vida*, colaborou em outros periódicos. Seu destaque maior ocorreu a partir de 1869 quando fundou *O Mosquito* (1869-1877) que contou ainda com outros caricaturistas em diversos momentos: Pinheiro Guimarães, Flumen Junius, Antonio Augusto do Vale, Angelo Agostini e Rafael Bordallo Pinheiro. *O Mosquito* apresentava-se como “jornal caricato e crítico” e, conforme sua apresentação, tinha por objetivo “Beliscar, sutilmente, a humanidade; enterrar mesmo o ferrão em certos

4 Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1817; cursou Desenho e Arquitetura Civil na Academia de Belas Artes da Corte. Atuou em vários periódicos fluminenses e em 1878 mudou-se para Porto Alegre e fundou um periódico chamado *O Figaro* que se manteve por oito meses entre outubro de 1868 e junho de 1879. (FERREIRA, 1964, p.62-65).

preconceitos e alusões da nossa sociedade sem deixar calombo ou comichão, é essa a missão deste pequeno filho do Adão mosquitual da criação” (*O Mosquito*, 19/09/1869). O periódico incorporou em 1871 os periódicos *O Lobishomem* e *A Comédia Social* que era ilustrada por Pedro Américo e Aurélio de Figueiredo e em 1875 congregou *O Mefistófeles* (LIMA, 1963, p.104). Este último foi fundado também por Faria em 1874 e por ele inteiramente ilustrado pelos cerca de dois anos de circulação (LIMA, 1963, p.811). Essa situação mostra que a mudança de propriedade dos jornais era frequente, pois nessa época, Faria já não estava mais a frente do periódico por ele fundado em 1869 e somente retornava em 1875 quando da reunião dos dois jornais. Essas situações demonstram a circulação dos caricaturistas entre os periódicos, Vale que iniciou sua carreira na *Pacotilha*, trabalhou depois em *O Fígaro*, *O Ganganelli* e no *O Diabrete*.

O periódico afirmava que iria “ocupar-se de política” mas seria uma política “sem bandeira, sem compromissos, sem compadrescos, sem rolha” (*O Mosquito*, 02/09/1871). Um dos temas políticos do tempo que ganhou grande relevo por parte dos caricaturistas da folha foi o conflito entre a Coroa e a Igreja católica que culminou na prisão dos bispos de Olinda e Pará. A Questão Religiosa ocupou várias páginas do jornal com caricaturas que ridicularizam os bispos e a igreja e artigos de críticas ferrenhas direcionadas as relações entre o governo e a religião (BALABAN, 2009). O jornal não apresentava simpatias ao Império, aos partidos e nem aos republicanos. Contudo, a campanha republicana foi abordada de uma forma mais abrangente do que em *A Vida Fluminense*; a temática foi tratada tanto na parte textual como nas ilustrações. Uma, entre outras ilustrações que apresentavam a alegoria feminina da república, exemplifica. Novamente o mote era a folha republicana.

No início da veiculação do jornal republicano membros diversos do partido foram seus redatores e em 1871 Quintino Bocaiúva tomara a dianteira da folha tornando-se seu diretor. Ainda neste ano o jornal tornou-se diário e alcançava uma tiragem de 2.000 exemplares contando com agentes em outras províncias. Em 1872 o jornal estava passando por dificuldades financeiras; atrelado a isso, sua direção, que era composta por Luiz Barbosa da Silva, Salvador de Mendonça e Ferreira de Menezes, retirou-se. Bocaiúva assumiu-a sozinho e o jornal deixou de ser o órgão do partido tornando-se propriedade particular (BOEHRER, 2000, p.38).

Essas mudanças ocorridas no jornal não passaram despercebidas pel’*O Mosquito* que aproveitou a oportunidade para satirizar Quintino Bocaiúva. Na edição do dia 12 de outubro de 1872, na primeira página, o jornal trazia a alegoria feminina da República dialogando com um dos ex-diretores na frente da sede do jornal. Num segundo plano a figura de Quintino Bocaiúva apresenta uma declaração. (Figura 3)

A imagem trata das transformações ocorridas na folha. No diálogo, a alegoria expõe ao ex-diretor sua posição: “Em vista do que ele diz, saio contigo. Deixamos-lhe apenas a tabuleta”. O texto escrito na mensagem de Quintino defende o novo arranjo do jornal: “Subindo hoje de novo a este alto posto da imprensa, declaro que o faço porque *me apraz*. Pretendo representar as *minhas ideias*. Não tenho aspirações políticas, tenho aspirações particulares, e envidarei todos os meus esforços para chegar aos *meus fins*.” Conforme George Boehrer (2000, p.38) a admissão de Quintino como diretor e sua atitude de não falar pelo partido não agradou os círculos republicanos divididos entre moderados, dentre eles Quintino, e radicais. Também não agradou ao periódico ilustrado que ao novo diretor endereçou uma carta publicada

no mesmo número de outubro daquele ano.

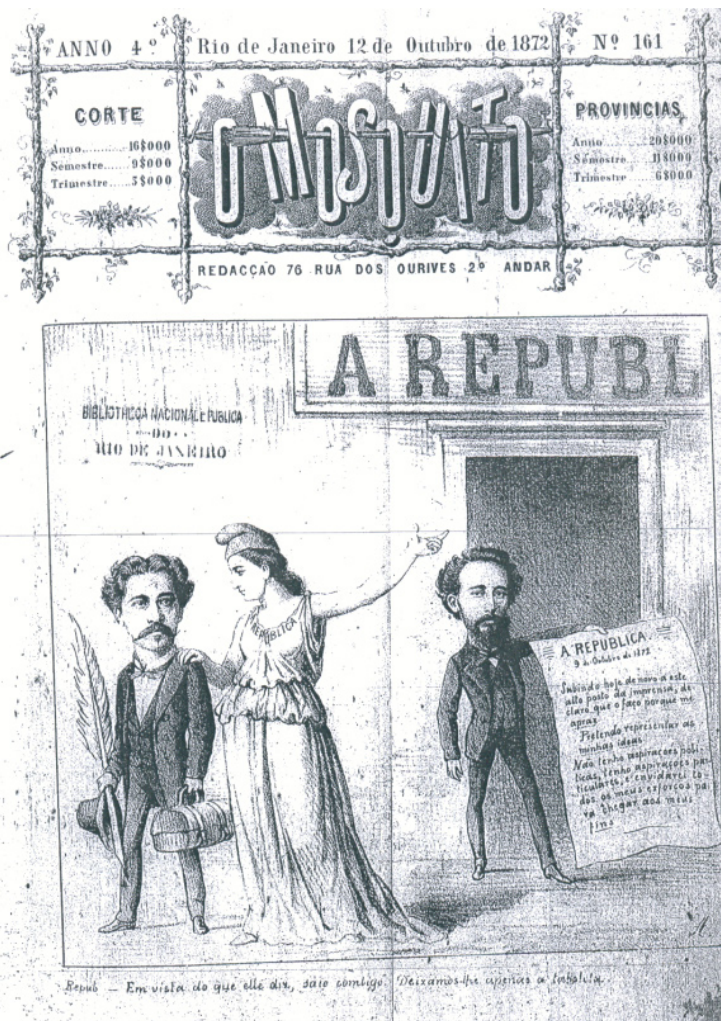


Figura 3: A alegoria Feminina da República e a República de Quintino Bocaiuva. Legenda: Em vista do que ele diz, saio contigo. Deixamos-lhe apenas a tabuleta.

Fonte: O Mosquito, Rio de Janeiro, n.161, capa, 12 out. 1872. Acervo: RGPL/AEL-UNICAMP

Na missiva, Quintino é chamado de amigo e a ele são pedidas explicações sobre os artigos de despedidas dos ex-diretores. Conforme o jornal um retirou-se porque estava doente o outro “preferiu retirar-se sem dar cavaco” e o terceiro “porque circunstâncias independentes da vontade deles os obrigam todos a depor a pena”. O autor da carta, identificado como Lulu Sênior, pergunta ao “amigo” quais circunstâncias levaram à saída dos ex-diretores, se por acaso a moléstia do primeiro era contagiosa e, portanto, se havia uma epidemia na redação do jornal. Na visão d’ *O Mosquito*, a solução do “enigma” pode ser resolvida através de uma “suspeita política”, pois no dia posterior a queda o novo redator declara que “não devia nada a ninguém, que ninguém tinha lhe dado a folha que era muito sua porque tinha lhe custado o seu dinheiro, e que não se considerava portanto obrigado a representar este ou aquele partido, mas sim a sua pessoa”. O jornal concorda com a declaração do novo redator, contudo, como a folha não irá mais tratar das questões do partido republicano, sugere a ele que modifique o nome do jornal: “mande tirar o letreiro [da] folha, e em vez de se chamar – *A República* – chame-se-lhe (sic) – *O Quintino*.” A carta termina com uma solicitação; requeria ao novo diretor que esclarecesse suas posições pois apesar de republicano é amigo do imperador e da forma atual de governo e, além disso, declara que o jornal, até então, não era cortez e que doravante assim seria com todos os indivíduos.

Na carta, assinada ao abrigo de um pseudônimo⁵, a crítica não era endereçada aos republicanos ou aos ideais por eles defendidos, a irrisão foi dirigida somente a Quintino Bocaiúva. As considerações críticas

5 O colaborador Lulu Senior pode ser pseudônimos usado pelo caricaturista Candido Aragonês de Faria ou então por um de seus colaboradores. Essa verificação é difícil já que não se chegou ao presente informações precisas sobre a quem pertenciam os nomes fictícios.

do jornal ilustrado assemelham-se àquelas dirigidas pelos próprios companheiros de Quintino que logo, descontentes, tentaram organizar um novo jornal, ideia que não se concretizou. A solução encontrada por Quintino Bocaiúva foi passar a direção do jornal a Francisco Cunha, ex-diretor do jornal republicano *A Democracia* da Província do Rio Grande do Sul (BOEHRER, 2000, p.39).. Na ocasião, o periódico ilustrado destilava sua crítica caricaturando o diretor saindo de seu jornal e sendo apresentado por alguns republicanos com um tinteiro: (*O Mosquito*, 07/12/1872).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três periódicos ilustrados apresentados no artigo demonstram que o ideário republicano, a campanha e seus adeptos estavam presentes na vida política do Império do Brasil nos anos 1870. Já as ilustrações possibilitam averiguar que a Alegoria feminina da República foi constantemente aproveitada pelos caricaturistas para tratar das questões republicanas. O primeiro jornal, a *Semana Illustrada*, apresentou uma posição desfavorável a causa republicana enquanto os outros dois defenderam um tom mais simpático, embora também satírico. O *Mosquito*, por exemplo, criticou a escolha de Quintino Bocaiúva ao optar tornar a folha não mais o órgão oficial do partido.

Nesse sentido, vale considerar que as produções artísticas desses periódicos e também a textual se constituem num manancial rico à análise da participação dos caricaturistas num momento importante da vida política brasileira. Até o encerramento de suas atividades acompanharam o desenvolvimento das ideias republicanas, as quais serviam de inspiração à suas produções artísticas que versavam sobre a

política brasileira do século XIX.

FONTES:

Periódico *Semana Illustrada* (1868-1876)

Periódico *A Vida Fluminense* (1868-1875)

Periódico *O Mosquito* (1869-1877)

Os periódicos foram consultados no Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro/RJ

As reproduções das ilustrações foram realizadas no Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP – Campinas/SP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Voltolino e as raízes do modernismo*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

BOEHRER, George. *Da Monarquia a República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Trad. Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARVALHO, José Murilo. As conferências radicais no Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.17-41.

FERREIRA, Athos D.. *Imprensa Caricata do Rio Grande do Sul no*

Século XIX. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Henrique Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882). *ArtCultura*, Uberlândia, v.8, nº12, jan-jun-2006, p.85-95.

HOLANDA, Sergio Buarque de. 2005. *História Geral da Civilização brasileira*. 7ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, Vol. 7: Do Império à República, p.299-315.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOPES, Aristeu E. M.. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro, 1868-1903*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. (Tese de Doutorado em História)

ROBERTS, Nickie.. *As prostitutas na história*. Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1998.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel. A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

TORAL, André. *Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

VONTADE DE PODER E SOCIEDADE

Bruno Paniz Botelho¹

RESUMO: Este ensaio tem por interesse refletir acerca de alguns aspectos da sociedade contemporânea, como o individualismo, a sociedade de consumo e as identidades. Buscando vincular tais temas à uma perspectiva filosófica que tem por base a concepção nietzscheana da “Vontade de Poder”.

Palavras- chave: Vontade de poder – Nietzsche – Sociedade.

ABSTRACT: *This essay intends to reflect over some aspects of contemporary society, like the individualism, the consuming society and the identities. It also wants to relate these themes to a philosophical perspective based on Nietzsche’s conception of “Will to Power”.*

Key-Words: Will to Power – Nietzsche – Society.

1. Introdução

Este ensaio possui dois interesses fundamentais: primeiramente busca apresentar breves reflexões e questionamentos acerca da configuração

¹ Graduando do curso de história bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

E-mail: brunopaniz16@hotmail.com

da sociedade contemporânea. Em seguida propõe uma aproximação das características desta sociedade a perspectiva nietzscheana da “Vontade de Poder”. Tal expressão serve de base para questionamentos e indagações que buscam sintetizar o valor da existência dos “homens” contemporâneos. Ao percorrer a obra de Friedrich Nietzsche (1844-1900) é possível valer-se de reflexões que, embora oriundas do século XIX, são de grande potencial para pensarmos a sociedade contemporânea e revisitarmos alguns aspectos da formação de seus valores. É a partir de Nietzsche que podemos questionar o próprio sentido da existência dos “humanos” do presente, as relações de poder entre o indivíduo e a sociedade, as questões de singularidade e felicidade. Desta forma, busco relacionar as concepções do filósofo acerca do “Poder” com a condição de existência dos “humanos” viventes em uma sociedade marcada pelo consumo exacerbado, identidades flutuantes e sentidos diversos. Qual é o sentido do existir para os humanos do presente? E como se realizam e se manifestam os aspectos fundamentais para sua existência? Em Nietzsche, como veremos, a concepção de poder é aplicada de forma a extrapolar a definição tradicional. A ele não só correspondem as ações do governo ou do Estado. Para Nietzsche o poder está diretamente ligado ao sentido de afirmação da existência do próprio sujeito ou indivíduo. Deste modo, cada ação, cada manifestação de linguagem ou de vida encerra em si, como fenômeno produtor, a “Vontade de Poder” de um indivíduo que se apresenta como criador da própria realidade. Então, para que o leitor compreenda o que é proposto, peço que tente expandir a concepção comum do poder e busque entendê-lo como elemento fundamental do ato de estar vivo. Aplicamos poder a todo instante. E mais intensamente em uma sociedade cuja característica principal é a competição e corrida pela “sobrevivência no sistema”. Não é o desejo somente pela satisfação de necessidades elementares, mas também a possibilidade de consumo que assume papel fundamental no preenchimento do sentido da existência. Tudo se transforma de forma tão dinâmica que não há norte consistente para propor até mesmo a reflexão sobre nossa própria existência, afinal não é por acaso que, cada vez mais, a filosofia e a reflexão sistemática tornam-se “coisas” exóticas

à natureza humana. O sentimento que se experimenta cotidianamente é aquele semelhante ao da guerra. É a luta para ocupar um lugar privilegiado, garantir a existência, ser feliz. E, como sabemos, para vencer é preciso derrotar, pois para que o “sonho” individual de cada um se realize é imprescindível a derrota daquele que ao seu redor, e contra ele, se posiciona, desta forma, a batalha é um princípio. Moralismos a parte, de muitas maneiras é assim que a conquista da existência se apresenta para a maioria dos ocidentais possuidores de uma forma capitalista de pensamento. O leitor poderia se perguntar qual a relação que podemos estabelecer com a filosofia de Nietzsche? Ora, neste sentido, a filosofia de Nietzsche é muito válida na medida em que apresenta críticas aos valores “humanos” modernos e busca sintetizar a intencionalidade por detrás da ação dos homens. Pensando assim, Nietzsche apresenta suas concepções acerca da importância fundamental do “Poder” nas ações dos seres vivos. É claro que o filósofo não se referia aos mesmos homens de hoje, mas penso que sua análise supera o tempo e o espaço de produção na medida em que o problema filosófico da existência humana ainda não fora resolvido e o conceito de “Vontade de Poder” habita o cerne da existência dos homens do presente. Logo, as perguntas são sempre válidas para o balanço do próprio sentido do existir, que sempre se transforma. Para aqueles que vivem um mundo funcional, pragmático, lucrativo, tais questões acerca da natureza do humano podem parecer desnecessárias, vazias, sem sentido. No entanto, tal reação não é fruto do acaso. Não é por que modificaram-se os valores e a grande maioria vê na reflexão um caminho sem fim, que devemos proibir a nós mesmos a possibilidade de perguntar em termos filosóficos, mais uma vez, o que queremos, para que queremos e como conseguimos aquilo que queremos.

2. “Der Wille zur Macht”

“*Wille zur Macht*” é a expressão nietzscheana comumente vertida em

português por “Vontade de Poder²” ou “Vontade de Potência”. Primeiramente e segundo a definição do dicionário, o substantivo “*Macht*” significa: “Poder, potência, força” (KELLER, 2002: 193). Por sua vez assume semelhança semântica com outro verbo alemão chamado “*machen*” que significa denotativamente: “fazer, produzir, fabricar, criar” (KELLER, 2002: 193). Neste pequeno exemplo já se identifica a aproximação existente entre ação e poder. Aquele que faz algo possui carga necessária de poder que anuncia o alcance de sua ação, quanto mais poder, mais abrangente, mais total é a ação. Em Nietzsche, o sentido de poder ou potência (“*Macht*”) é muito mais conotativo, ou seja, não respeita a ideal aproximação convencional do plano da expressão e o plano do conteúdo, do significado e significante. Para obter tal percepção é preciso percorrer a obra de Nietzsche com relativa amplitude e tomar contato com a expressão “*Wille zur Macht*” em seu sentido próprio.

Na cronologia das obras de Nietzsche o sentido de “*Wille zur Macht*” é apresentado de forma poética e relativamente consistente na segunda parte de “Assim falou Zaratustra”, publicado em 1883³. Observemos a seguinte passagem:

Hört mir nun mein Wort, ihr Weisesten! Prüft es ernstlich, ob ich dem Leben selber ins Herz kroch, und bis in die Wurzeln seines Herzens!

Wo ich Lebendiges fand, da fand ich Willen zur Macht; und noch im Willen des Dienenden fand ich

2 Paulo Cesar de Souza, tradutor dos textos de Nietzsche, articula uma breve discussão acerca do histórico de tradução da expressão “*Wille zur Macht*” na nota de nº 26 da seguinte edição: NIETZSCHE, Friedrich. Além do bem e do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (p. 200).

3 Todas as datas referentes às publicações dos livros de Nietzsche podem ser encontradas em um “Sumário cronológico da vida de Nietzsche”, pertencente à seguinte edição: NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

den Willen, Herr zu sein⁴ (NIETZSCHE, 2005: 87).

Foi nesse mergulho em direção a vida em suas manifestações primordiais que Nietzsche tomou consciência de que o “poder” (“*Macht*”) estava alocado no princípio, no sopro inconsciente de todos os “tipos” de vida. Esse impulso cientificamente indecifrável e universal constitui a principal argumentação tomada inconscientemente pelo ser vivo para a manutenção de sua vida. Tal pensamento ocorreu a Nietzsche em um momento único e fundamental de sua vida, em um contexto de sentimentos e reflexões que geraram frutos “admiráveis”, talvez o maior deles, Zaratustra:

Contarei agora a história do Zaratustra. A concepção fundamental da obra, o pensamento do eterno retorno, a mais elevada forma de afirmação que se pode em absoluto alcançar, é de agosto de 1881: foi lançado em uma página com o subscrito: ‘seis mil pés acima do homem e do tempo’. Naquele dia eu caminhava pelos bosques perto do lago de Silvaplana; detive-me junto a um imponente bloco de pedra em forma de pirâmide (...). Então veio-me este pensamento (NIETZSCHE, 2008: 79).

Foi graças a esta viagem à Suíça que Nietzsche entrou em contato com formas de vida que hoje chamaríamos de “naturais” e que geraram no filósofo esse sentimento de superação dos valores humanos, tal concepção se faz viva nas palavras de Zaratustra e representa o surgimento de uma “ser” cuja ação e

4 Tradução livre do autor: “Ouçam à minha palavra, seus sábios! Averiguai com seriedade se rastejei até o coração próprio da vida, e até as raízes deste próprio coração! Onde eu encontrei o ato de viver, encontrei vontade de poder; e até mesmo na vontade daquele que era servo, encontrei a vontade de ser senhor.”

pensamento superam as manifestações “humanas, demasiadamente humanas.” Então surge a proposta do “*Übermensch*”. Um “além do homem”. Um ser cujo sentido da existência supera absolutamente a forma “decadente” pela qual viveram os homens até aquele momento da história.

Tal concepção situa o “poder” como algo inerente (pré-condicional) a qualquer ser vivo em seu ato de viver. A expressão “*Wille zur Macht*” torna-se, a partir de então, um tema da filosofia de Nietzsche que tende a amadurecer, ou seja, passa a ser analisado não só em suas experiências lúdicas, de contemplação, como também se torna argumento integrante de um processo de análise racional, de caráter “científico”. Quando da publicação de “Além do bem e do mal” (agosto de 1886), a “Vontade de Poder” já aparece sob vários focos: como vinculada à crítica à moralidade cristã, à ciência, à filosofia. A “Genealogia da moral” (novembro de 1887), o “Crepúsculo dos ídolos” (janeiro de 1889). E também os publicados após a “morte intelectual” de Nietzsche, em 1889: “*Ecce Homo*” (1908), O Anticristo (1895) e Vontade de Potência (1901). Em todas estas obras, a “Vontade de Poder” é apresentada como base para muitas fundamentações.

3. Vontade de Poder e Indivíduo

Para esta sessão peço que o leitor mantenha em mente a proposta nietzscheana da “vontade de poder” como força primordial que fundamenta a ação dos seres vivos. Agora, vamos voltar nossos olhos para os indivíduos em sociedade. Como se realiza a “vontade de poder” dos indivíduos na sociedade contemporânea? Qual é a perspectiva a partir da qual o sentido da vida se concretiza? Qual a relação entre o sentido da vida e a “vontade de poder”?

3.1 O sentido à venda, o poder e a felicidade

Vivemos em uma sociedade que testemunha o ápice do culto ao indivíduo, o jardim do palco social é regado constantemente pela água da ilusão e dela nascem flores que anunciam o quanto cada num de nós pode “tudo”, não fica explícito o preço desse “tudo”. Então o clima das relações no sistema causa a impressão de que tudo está à disposição e dentre esse “tudo” está um “sentimento” muito presente: o da felicidade. Este mar de “possibilidades” que se apresentam aos viventes das sociedades capitalistas, industriais, e da cultura do consumo. As bandejas no *Buffet* da vida, todas compráveis, todas vendíveis, negociáveis. E, de meu ponto de vista, no sistema capitalista, o clima é de guerra. Isso não é uma crítica ao sistema, é uma constatação. A guerra, a disputa, a corrida pela possibilidade de dar sentido à existência se condiciona nesta relação de poder constante. E como o poder efetivo também pode ser comprado, os humanos habitua-se a querem poder, e mais poder, um poder especulativo. No entanto, não chamam isso de “poder”, chamam de “felicidade”. O “Ser” feliz, grande propaganda da atualidade, se realiza mediante uma condição: o poder de consumir. Filosoficamente falando, temos aqui Nietzsche para contribuir com a reflexão acerca da natureza desses homens da sociedade contemporânea:

O que é bom? – Tudo aquilo que desperta no homem o sentimento de poder, a vontade de poder, o próprio poder.

O que é mau? – Tudo o que nasce da fraqueza.

O que é felicidade? – A sensação de que o poder cresce, de que uma resistência foi vencida.

Nenhum contentamento, mas mais poder. Não a paz acima de tudo, mas a guerra (NIETZSCHE, 2000: 39).

Neste fragmento, Nietzsche situa a natureza desse humano cujo sentido fundamental é acumular poder como uma exigência de seu próprio instinto. Se transportarmos tal lema para a sociedade que vemos se realizar a cada instante, tais explicações corriqueiras como: “é assim que as coisas são”, “este é o sistema”, e tantas outras, representam o clima que se estabelece, um jogo ao qual todos, em grande ou pequena intensidade, estão submissos. E, no interior dessas vivências, temos esse tipo de humano que é consequência da situação que se apresenta:

Existe hoje uma padronização muito difundida da auto-imagem que induz o indivíduo a se sentir e pensar assim: ‘Estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu, com um eu interior que é seu verdadeiro, seu puro ‘eu’, e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas.’ (ELIAS, 1994: 32).

Norbert Elias (1897-1990) havia constatado tal movimento em um ensaio de 1939, analisando sociedades européias, mas esse é um movimento oriundo das formas de relação existentes devido às exigências do sistema. Então, de forma geral, o indivíduo tem um projeto próprio e ele quer aquilo que percebe que deve ser quisto, aquilo que está fora dele, mas existe para ser dele. Ele quer a felicidade, esse é seu ideal, logo, para isso ele precisa dispor de dinheiro suficiente para comprar a sua felicidade, financiar seu sentido. Ele, como qualquer ser vivo, quer, instintivamente viver, suprir as necessidades elementares, mas não só viver, necessita de símbolo, algo a mais. Precisa preencher as lacunas de sua existência, suas dúvidas. E como ele faz isso? Ele foi ensinado desde cedo que estava em guerra contra seu “vizinho”, ele sabe que para vencer, o outro deve sucumbir. Ele, o indivíduo, vive nessa competição, nesse plano de existência, o que ele quer é poder: poder vencer os obstáculos e as dificuldades, poder fugir desta situação de penúria e de alienação, poder ser feliz e comprar as soluções de seus problemas, querer aplicar poder para “vencer na vida”, ou seja, na prática, não há “moralidade”, não há limites, no discurso, há uma manifestação aparente de sentimentalismo

inapropriado.

Lembremos agora daquilo que disse Nietzsche no fragmento citado: “nenhum contentamento, mas mais poder.” Tal frase não poderia nos auxiliar na reflexão acerca daquilo que se chama hoje de “ambição capitalista”? O querer mais e cada vez mais? Usa-se essa expressão como se fosse algo mágico, como se tal ambição fosse gratuita. Ora, a ambição é oriunda do próprio sentido da existência dos humanos ocidentais capitalistas. É a cultura do consumo, do preenchimento da existência por mais consumo. Até mesmo aqueles que negam tal sistema, criticam-no radicalmente, também são indivíduos cujas bases da existência foram construídas sobre essa lógica do consumo e do individualismo. O que quero não é naturalizar a maneira pela qual o homem do presente pensa e age, mais sim, partindo da proposta de Nietzsche, demonstrar como ele manifesta sua “Wille zur Macht”.

Seria por acaso que hoje todos sabemos que é com a abertura da garrafa de *coca-cola* que a felicidade passa a habitar, magicamente, a vida? Esta é, de fato, a felicidade possível. Em uma sociedade de consumo em que os padrões e as identidades são compráveis, seria impossível exigir da grande maioria uma felicidade que, ao invés de se realizar a partir do desembolsar do dinheiro, se evidenciasse com o encadeamento reflexivo e a busca pelo autoconhecimento. Isso está, de forma geral, bem ultrapassado. “Não há tempo para isso”, alguém dirá. Isso por que esta “sociedade” também é constituída por valores que pregam a funcionalidade. Ou seja, o indivíduo deve produzir para que o sistema siga existindo e uma minoria enriqueça enquanto uma maioria viva sonhando com a felicidade do dia seguinte. O que quero dizer é que o indivíduo realiza sua existência atualmente em um palco da ilusão, da promessa invisível, ele age pensando que sua ação faz sentido para si mesmo, que é substancial para sua existência, muitas vezes não percebe que faz parte do jogo do qual não é jogador e sim, mais uma peça. Ele, como qualquer ser vivo, quer poder, quer ocupar o espaço, eliminar os adversários, ser bem sucedido para que possa “comprar

muitas coisas”. É neste sentido que o próprio poder é ilusório. Para a grande maioria ele nunca existirá, será um por vir eterno. Mas é imprescindível que se mantenham as propagandas “dizendo” que é possível, pelas próprias forças, alcançar a riqueza, a felicidade. É o combustível para seguir em frente. Claro que não estou colocando todas as pessoas como possuidoras de aspirações idênticas. No entanto, para mim é através desse processo que a grande maioria tem acesso ilusório e imaginativo ao poder que instintivamente tanto almeja. É neste sentido que a vontade do mundo passa a ser a vontade do indivíduo. Somente os indivíduos que possuem algum acesso à reflexão conseguem, algumas vezes, perceber que é impossível todos serem “donos”, todos serem “ricos”, todos serem “felizes”. Mas essa consciência não transforma nada, é “só” uma consciência. E assim fica condicionada a relação entre o indivíduo (o “eu” de cada um) e o mundo (os outros) que por vezes assume o papel híbrido e sempre provisório de “nós”:

É característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas (...) que as diferenças entre as pessoas, sua identidade-eu, sejam mais altamente valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-nós. A primeira suplanta a segunda (ELIAS, 1994: 130).

Tal citação sintetiza a proeminência do indivíduo-eu em detrimento da entidade “nós”. No entanto, cabe ressaltar que, embora o indivíduo possua um projeto próprio e pense antes em si do que nos outros que o cercam, a consciência plena de que esse indivíduo conseguiu alcançar o poder que tanto almejava só se realiza plenamente quando advêm o reconhecimento externo de seu sucesso, de forma geral, os outros são como degraus que, além de servirem como instrumentos para a ascensão, aplaudem, mesmo que de forma sutil e com inveja, a realização do indivíduo. Tal realização é o poder possuir. A roupa, a amor, o Deus, ou seja, a felicidade.

Sobre a sociedade de consumo, Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, apresenta a seguinte interpretação:

Um manual de moda influente, muito lido e respeitado, editado para a temporada outono-inverno por um jornal prestigioso, ofereceu “meia dúzia de visuais-chave para os próximos meses, ... que vão colocar você à frente da tendência de estilo.” Essa promessa foi adequada e calculada com habilidade para chamar atenção. Com muita habilidade, na verdade, pois com um frase curta e ágil conseguiu abordar todas, ou quase todas, as preocupações e os estímulos alimentados pela sociedade de consumidores e nascidos com a vida de consumo.

Em primeiro lugar, a preocupação de “estar e permanecer à frente” (à frente da tendência de estilo- ou seja, no grupo de referência, dos “pares”, dos “outros que contam” e cuja aprovação ou rejeição traça a linha entre o sucesso e o fracasso) (BAUMAN, 2008: 107).

Interpreto tal passagem do texto de Bauman como sendo a busca do homem contemporâneo pelo “poder”. Fazer parte do grupo superior, estar à frente, ser melhor, mais capaz, conseguir o que os outros não conseguem. Tudo isso são aspectos da “vontade de poder” e da busca pela felicidade. O porquê de toda essa preocupação e mobilização, Bauman tenta responder:

Devemos recordar, contudo, que numa sociedade de consumidores, em que os vínculos humanos tendem a ser conduzidos e mediados pelos mercados de bens de consumo, o sentimento de pertença não é obtido seguindo-se os procedimentos administrados e supervisionados por essas “tendências de estilo” aos quais se aspira, mas por meio da própria identificação metonímica do aspirante com a “tendência”. (BAUMAN, 2008: 107-8).

Então, nesse processo de busca pelo poder, o indivíduo tenta constituir suas virtudes, ele não pode correr o risco de admitir que tais virtudes foram compradas, elas devem parecer singularmente “suas”, como presentes recebidos com merecimento pelo mistério de ser “único”. E desta forma, o sentido da existência é mercadoria de troca que só se realiza graças à instintiva necessidade de poder, ou seja, de não correr o risco de ser excluído, e receber mais um “não” do mundo.

Sobre a tomada de consciência do “ser substituível” pelo indivíduo, Bauman no diz:

Ninguém pode sentir-se realmente insubstituível; mesmo a mais privilegiada posição pode se mostrar temporária e sujeita a “até novo aviso”. E se os seres humanos não contam, os dias de suas vidas também não. Na ausência da segurança de longo prazo, a “satisfação instantânea” parece uma estratégia sedutoramente razoável. O que quer que a vida possa oferecer, deixe que seja *hic et nunc* - logo. Quem sabe o que o dia de amanhã reserva? O adiamento da satisfação perdeu sua fascinação: é altamente incerto se o trabalho e o esforço investidos hoje contarão como bens pelo tempo necessário para alcançar a recompensa; e está longe de ser garantido, além disso, que os prêmios que parecem atrativos hoje ainda sejam desejáveis quando afinal chegarem (BAUMAN, 2008: 197).

Este é, para Bauman, o clima que permeia os ambientes de presença humana na contemporaneidade:

Os bens tendem a se tornar riscos, prêmios brilhantes viram emblemas de vergonha, as modas vêm e vão com

espantosa velocidade, todos os objetos de desejo ficam obsoletos e são deixados de lado antes que tenhamos tempo para aproveitá-los por completo. Estilos de vida que hoje são chiques, amanhã se tornarão alvos de ridicularização (BAUMAN, 2008: 197).

Um clima instável, incerto, inseguro acerca das posições e do amanhã, uma velocidade que “apavora”.

4. Considerações finais

Este ensaio teve o interesse de trazer algumas reflexões acerca do indivíduo e da sociedade contemporânea buscando encadeá-las com as propostas de Nietzsche no século XIX. Como vimos, a expressão “vontade de potência” deve ser encarada em Nietzsche como um elemento primordial que existe previamente à qualquer forma de vida racional. É um impulso em direção a vida em todos os seus termos. Os indivíduos em sociedade também necessitam de poder, buscam ideais, sonhos, destinos. Mas sempre buscam coisas que tenham sentido, que sejam “boas”, e que sejam reconhecidas como “boas”. Neste processo, o indivíduo abre mão de sua singularidade e se lança em uma corrida contra a falta de sentido. Ele acaba encontrando sentido sempre quando sua existência ou sua vontade torna-se uma conquista comprável, afirmada a partir da posse e do gasto do capital (moeda). De forma que não são somente as coisas que o rodeiam que são compráveis e descartáveis. O próprio indivíduo percebe o quão descartável é sua própria identidade. Ele, o indivíduo, investe no patrocínio de seu próprio sentido. Para entender o impasse dos homens de hoje, talvez devêssemos transformar a famosa pergunta shakespeariana, perguntando-nos: “comprar ou não comprar – eis a questão”.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KELLER, Alfred. **Michaelis: dicionário escolar alemão: alemão-português, português-alemão**. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Also sprach Zarathustra: Ein Buch für Alle und Keinen*. Berlin: Anaconda, 2005.

_____. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. **Ecce homo: como alguém se torna o que é**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Vontade de potência**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **O Anticristo**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

A TENSÃO ENTRE O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE EM ALÉM DO PONTO, DE CAIO FERNANDO ABREU

*Caio Ricardo Duarte Ribeiro*¹

*Simone Xavier Moreira*²

RESUMO: Tendo como referência teórica as reflexões de Giddens (2003), Bourdieu (2007), Goffman (2008), Adorno (1993), entre outros, o presente estudo objetiva analisar como uma obra literária é capaz de refletir a relação entre o indivíduo e a sociedade em uma estrutura social marcada por intensa repressão e violência, a saber, a década de 1970 no Brasil. Tendo como *corpus* de representação para análise o conto *Além do ponto* do escritor Caio Fernando Abreu, esta proposta de pesquisa, articulada à análise temática e formal do conto, busca uma interpretação que leve em conta o contexto histórico e os aspectos sociais presentes na obra.

Palavras-chave: Sociedade x Indivíduo. Literatura. Representação.

ABSTRACT: *Taking as reference the theoretical reflections of Giddens (2003), Bourdieu (2007), Goffman (2008), Adorno (1993), among*

1 Mestrando em Ciências Sociais (Universidade Federal de Pelotas/ UFPel)
caioribeirox@gmail.com

2 Mestranda em História da Literatura (Universidade Federal do Rio Grande/
FURG)
simonexmoreira@gmail.com

others, this study aims to analyze how a literary work is able to reflect the relationship between the individual and society in a social structure marked by intense repression and violence, namely the 1970 in Brazil. Taking as representative corpus for analysis of the short story Além do Ponto from writer Caio Fernando Abreu, this research proposal, articulated in the formal and thematic analysis of the short story, a quest interpretation that takes into account the historical context and social issues present in the work.

Keywords: *Society X Individual. Literature. Representation*

1. A título de introdução

Partindo da premissa de que a realidade social interfere diretamente na produção artística e na cultura de um povo, assim como é resultado da mesma carregando em si as marcas de seu contexto de produção, ou nas palavras de Theodor Adorno: “os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como os problemas imanentes da sua forma” (ADORNO, 1993, p.16), este estudo objetiva refletir sobre as tensões que surgem na contemporaneidade marcando a relação indivíduo e sociedade em uma estrutura social de intensa repressão e violência.

Tendo como referência teórica as reflexões de Giddens (2003), Bourdieu (2007), Goffman (2008) e Adorno (1993), propõe-se também a analisar algumas importantes teorias sociais que buscam dar conta da relação sujeito-sociedade, relacionando esta reflexão à produção literária e, para tanto, tomando por *corpus* de representação o conto *Além do ponto* de Caio Fernando Abreu.

Assim, em um primeiro momento são apresentadas algumas

contribuições de Giddens (2003), Bourdieu (2007) e Goffman (2008), trazendo questionamentos que visam os motivos pelos quais vivemos em sociedade, ou que procuram desvendar se há prevalência do indivíduo sobre o meio social, os quais conferem dinamicidade as Ciências Sociais.

Em seguida, partindo da concepção de Mikhail Bakhtin (1997, p. 313) de que o contexto abrange “a época, o meio social, o micromundo” e a partir destes elementos, estabelece uma relação direta com a ideologia corrente de seu tempo, ou seja, o discurso sendo produzido a partir de um meio socialmente organizado, ideológico, não pode ser compreendido fora de seu contexto de produção, buscamos contextualizar o momento de produção do *corpus* analisado, para então, fazer uma leitura do conto a luz destes elementos.

2. A tensão entre o indivíduo e a sociedade: por um viés sociológico

Ao estudar a relação entre sociedade e indivíduo, Anthony Giddens reflete que seu objetivo é “estabelecer uma abordagem das ciências sociais que se afaste de maneira substancial das tradições existentes do pensamento social” (GIDDENS, 2003, p. 9). Neste sentido, busca realizar uma síntese entre a sociologia estrutural e o funcionalismo, articulando estrutura e ação num esquema teórico único.

O centro da análise do referido autor se funda na produção e reprodução da sociedade. Nos capítulos iniciais de *A Constituição da Sociedade*, Giddens (2003) reflete que estudar um sistema social significa estudar as diversas maneiras pelas quais ele é produzido e reproduzi-

do, interagindo com as contingências da aplicação das regras e recursos generativos em contextos não-premeditados.

O conceito de dualidade de estrutura, nesta perspectiva, constituiu-se como peça chave para a compreensão desta teoria. Da mesma forma que o agente, individualmente ou em grupo, é fundamental. Destarte, grosso modo, o indivíduo recebe um patamar privilegiado na teoria da estruturação, pois são asseguradas na sua consciência as condições e consequências de seus atos, o que faz Giddens fugir da ingenuidade de outras correntes ao admitir que, inevitavelmente, não há conhecimento ou domínio completo das condições e, conseqüentemente, alguns resultados não são previstos, portanto, o dualismo clássico entre objetivismo/subjetivismo é rompido, existindo uma tensão reflexiva entre eles no plano social.

Pierre Bourdieu se aventurou na tentativa da superação do paradigma estruturalista. Para tanto, cunhou dois conceitos fundamentais para o seu modelo explicativo, a saber, *habitus* e *campo*. Seu trabalho de campo na Argélia, com a sociedade Cabila foi de grande relevância para o nascimento dos referidos conceitos. O contexto no qual Bourdieu começou as suas pesquisas era de um forte domínio do estruturalismo – Fernand Braudel, na História, passando pelo marxismo de Louis Althusser e, na Antropologia, Claude Lévi-Strauss.

Neste contexto, foi formulada a noção de *habitus*, a qual passou por um longo percurso:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do

agente [...], embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indicava a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” (BOURDIEU, 2007, p. 61, grifo do autor).

O outro conceito significativo da teoria de Bourdieu é o de *campo*, o qual deve ser compreendido, como um campo gravitacional e que possui estrutura e lógica própria:

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário (BOURDIEU, 2007, p. 69, grifo do autor).

Neste sentido, o objetivo do conceito *campo* é compreender a constituição de um espaço com uma autonomia relativa do resto da sociedade, com uma lógica própria, no entanto, se relaciona de uma forma homóloga em relação aos outros *campos*.

Erving Goffman também desenvolveu conceitos importantes para análise da realidade social, a saber, interação e representação:

a interação (isto é, interação face a face) pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros (GOFFMAN, 2008, p. 23).

Neste sentido, a interação determina a situação, tal categoria é central no pensamento goffmaniano e na própria Escola de Chicago. As pessoas definem a situação a partir da interação e então passam a agir de maneira adequada, ou seja, começam a representar como a situação exige:

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência (GOFFMAN, p. 29).

Trata-se de forma fundamental de coerção social. Isto constitui um resgate da categoria de coerção social proposta por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (2002) – o próprio Durkheim fala sobre

essa questão quando se refere a vestir roupas adequadas, caso contrário, pode ocorrer uma “punição indireta”.

3. A tensão entre o indivíduo e a sociedade: por um viés literário

A partir das reflexões de Bakhtin (1997) sobre linguagem como forma de ação social, pode-se perceber a importância do contexto de produção. O autor, ao ressaltar o caráter dialógico de toda enunciação, enfatiza a trajetória do social para o individual, afirmando que o enunciado não existe fora de seu contexto de produção e que cada enunciado pressupõe em si, os enunciados que o antecederam e os que serão produzidos depois dele, assim: “a obra é um elo da cadeia da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 298).

Neste mesmo sentido, Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006) afirma que o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social – ou seja, entre a obra e o campo no qual esta está inserida – passou por diversas fases desde sua supervalorização quando “procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial” (CANDIDO, 2006, p.13), até sua desvalorização completa, quando afirmava “que a matéria de uma obra é secundária, e que a sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos” (CANDIDO, 2006, p.13).

No entanto, hoje já se tem a compreensão de que não é

mais possível fazer uma interpretação que se pretenda completa de determinada obra sem uma proposta integradora entre texto e contexto. Segundo Candido (2006, p.14), “o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*”.

3.1 Além do Ponto

“talvez eu não quisesse que ele soubesse que eu era eu, e eu era”.

Caio Fernando Abreu

Caio Fernando Abreu, ao realizar uma literatura que abrange a recente história brasileira, o contexto histórico no qual viveu e suas consequências na esfera do individual, lança um olhar crítico sobre a realidade de seu próprio tempo, o que resulta na produção de um conjunto de obras riquíssimo sob o ponto de vista subjetivo, mas ao mesmo tempo concreto, se levarmos em consideração sua capacidade de levar o leitor ao contato com um tempo de intenções transformações sociais, políticas e culturais; a ver e sentir a realidade desta época, através de seus olhos.

Produzido entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, *Além do Ponto* reflete os anseios de uma geração que vivenciou os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil e o crescente avanço da política internacional de globalização e, encorajada pela promessa de um futuro melhor, se colocou em busca desta nova realidade idealizada.

Neste conto, Caio nos fala de um homem que caminha “por dentro da chuva ao encontro” (ABREU, 1982, p. 34), por horas, de um alento; de um lugar confortável e seguro; de suas memórias – “sempre aquelas vozes roucas, aquele sax gemido e o olho dele posto em cima de mim, ducha morna distendendo meus músculos” (Id., p. 34) –; de um “ele” (caracterizado por pronomes masculinos), que o esperava; de “ver o depois do ponto”.

Toda narração se dá a partir da busca do personagem por este “outro” que não é encontrado. Caminho marcado por dificuldades, frustrações e insegurança, mas motivado por uma promessa. Existe neste personagem uma expectativa muito grande em relação a este encontro, que segundo o próprio, foi alimentada pelo sujeito ausente.

O personagem faz a opção de seguir este caminho e, assim, assume o destino pelo qual optou de forma intensa, desarmado e utópico:

Chovia, chovia, chovia e eu ia indo por dentro da chuva ao encontro dele, sem guarda-chuva nem nada, eu sempre perdia todos pelos bares, só levava uma garrafa de conhaque barato apertada contra o peito, parece falso dito desse jeito, mas bem assim eu ia pelo meio da chuva, uma garrafa de conhaque na mão e um maço de cigarros molhados no bolso. (ABREU, 1982, p. 34)

Durante este percurso, o personagem passa por incertezas que parecem ir evoluindo progressivamente, desde comprar cigarros e

conhaque ou tomar um táxi; ou se deveria beber ou não um gole do conhaque, até o ponto no qual estas incertezas se tornam mais existenciais, tais como a impressão que o outro teria sobre ele, as várias coisas a respeito de si mesmo que ele não gostaria que o outro soubesse, até a preocupação com quem é: “Começou a acontecer uma coisa confusa na minha cabeça, essa história de não querer que ele soubesse que eu era eu, encharcado naquela chuva toda que caía, caía, caía [...]” (ABREU, 1982, p. 36).

Desta forma, o personagem revela-se em toda sua fragilidade. Há um ponto em que ele entra em conflito com seu próprio ser: o que gostaria de aparentar ser e o que realmente é, até que descobre um “ponto” do qual “se perde o controle das próprias pernas” (Id., p. 36) e a partir do qual não se pode voltar.

[...] eu precisava deter a vontade de voltar atrás ou ficar parado, pois tem um ponto, eu descobria, em que você perde o comando das próprias pernas, não é bem assim, descoberta tortuosa que o frio e a chuva não me deixavam mastigar direito, eu apenas começava a saber que tem um ponto, e eu dividido querendo ver o depois do ponto e também aquele agradável dele me esperando quente e pronto. (ABREU, 1982, p. 37)

Esta reflexão, desenvolvida, oras como monólogo interior, oras como fluxo de consciência, indica a impossibilidade de apreensão, pelo leitor, da verdade da narrativa. O que se pode compreender é a consciência ou a inconsciência que o personagem tem de si mesmo. Em

busca do “além do ponto”, o personagem não tem clara sua identidade e projeta no “outro” as perguntas que não pode responder, assumindo-se como ser fragmentado, ao referir-se a si mesmo: “os pedaços de mim todos misturados que ele disporia sem pressa, como quem brinca com um desses quebra-cabeças, para formar que sombra, que luz, que verme ou deus, eu não sabia” (ABREU, 1982, p. 37). A resposta é uma incógnita também para o personagem.

Assim como, o tempo do ficcional é diferente do tempo cronológico e a consciência humana carrega o enfrentamento com o passado, presente e futuro, como uma radicalização do monólogo interior, Anatol Rosenfeld reflete:

Ao desaparecer o intermediário, substituído pela presença direta do fluxo psíquico, desaparece também a ordem lógica da narração e a coerência da estrutura que o narrador clássico imprimia à sequência dos acontecimentos. Com isso esgarça-se, além das formas de tempo e espaço, mais uma categoria fundamental da realidade empírica e do senso comum: a da causalidade (lei de causa e efeito), base do enredo tradicional, com seu encadeamento lógico de motivos e situações, com seu início, meio e fim. (ROSENFELD, 1996, p. 84).

A primeira vista, *Além do ponto* parece uma narrativa linear tradicional, no entanto, após um início e um percurso narrativo, não se chega a um final. Como o próprio título sugere, ficam questões pendentes para além do ponto.

O personagem deste conto busca por algo que talvez nem ele tenha consciência do que é, ou se realmente existe, porém tem a certeza de que há um “além do ponto” e de que “depois do ponto” não se pode mais voltar. O trecho abaixo, carregado de antíteses, mostra a existência dos conflitos internos desse personagem:

[...] ou parar para sempre ali mesmo naquela esquina cinzenta que eu tentava atravessar sem conseguir, os carros me jogando água e lama ao passar, mas eu não podia, ou podia, mas não devia, ou podia mas não queria, ou não sabia mais como se parava ou voltava atrás, eu tinha que continuar indo ao encontro dele [...]. (ABREU, 1982, p. 35).

Do discurso do narrador, a única coisa que se pode ter certeza é a expressão da dúvida. Chegamos ao final do conto sem saber se o outro realmente existe – nem o próprio narrador o sabe: “eu quis chamá-lo, mas tinha esquecido seu nome, se é que alguma vez o soube, se é que ele o teve um dia, talvez eu tivesse febre, tudo ficara muito confuso” (ABREU, 1982, p. 37).

Em completo desacordo com o que o “outro” espera dele, ou ao menos com o que o personagem acredita que este “outro” espere dele, ou ainda, em desacordo com que o “outro” existente no personagem espera de si mesmo – já que não existem elementos suficientes na narrativa para afirmar se este “outro” é real ou imaginário – pode-se perceber que este personagem teme a impressão que irá causar neste outro, o que possibilita a compreensão de que se sente deslocado e deseja ser aceito.

Deseja sentir-se incluído:

mas não queria chegar meio bêbado na casa dele, hálito ardido, eu não queria que ele pensasse que eu andava bebendo, e eu andava, todo dia um bom pretexto, e fui pensando também que ele ia pensar que eu andava sem dinheiro, chegando sem táxi naquela chuva toda, e eu andava, estômago dolorido, e eu não queria que ele pensasse que eu andava insone, e eu andava, roxas olheiras, teria que ter cuidado com o lábio inferior ao sorrir, para que ele não visse meu dente quebrado, e pensasse que eu andava relaxando, sem ir ao dentista, e eu andava, e tudo o que eu andava e não queria que ele visse nem soubesse, mas depois de pensar isso me deu um desgosto porque fui percebendo, por dentro da chuva, que talvez eu não quisesse que ele soubesse que eu era eu, e eu era. (ABREU, 1982, p. 34-35)

Ao chegar, depara-se com uma porta trancada, na qual bate sem cessar. A porta não se abre e ele não pode mais voltar. Podemos perceber nesta narrativa, uma busca de rompimento com o processo estrutural através da construção de um personagem que ousa ultrapassar o “além do ponto”, ou seja, os limites impostos pela estrutura social vigente.

A partir da proposta de Giddens (2003), qual seja, uma união entre a sociologia estrutural e o funcionalismo, a estrutura pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos, a saber, elementos normativos e códigos de significação. Assim, segundo o mesmo autor: “a constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma

dualidade” (GIDDENS, 2003, p. 30).

Logo, após tanta dificuldade para chegar ao destino, a decepção de não encontrar é a expressão da frustração sofrida pelo indivíduo que vai contra os moldes do sistema. Ao romper com os códigos da realidade na qual operava, o personagem de Caio se vê deslocado, sem perspectivas. Se não há ninguém detrás da porta, também não há mais a possibilidade de voltar atrás.

4. Considerações finais

Em um contexto marcado pelo avanço do capitalismo e pela repressão política, Caio Fernando Abreu apresenta a problemática da relação entre o indivíduo e o sistema, ao retratar um ser humano massificado e fragmentado, o qual tem seus valores sociais e seu modo de vida diretamente afetado. Por um viés psicológico, Caio enfatiza o ponto de vista sob o qual os eventos externos são assimilados e sobre a forma como estes, libertos do aspecto meramente social, fundem-se aos conflitos do inconsciente.

Como afirmam Ana Paula e Luana Porto:

Compreender como textos do autor expressam uma visão de mundo pautada em valores e ideologias que primam pela liberdade individual (tanto no que se refere à opção sexual quanto à militância política, por exemplo) torna-se fundamental para construir um sentido a seus textos e articular a tendência estética à social, podendo-se determinar a sua importância

no contexto literário brasileiro. (PORTO; PORTO, 2004, p.61)

Logo, os indivíduos existem em um determinado *campo*, em um contexto específico; de outro lado, os indivíduos criam este *campo* – a partir de seus *habitus* – mudando-o no cotidiano vivido. Com base nestas questões, percebe-se que o personagem do conto de Caio revela sua incapacidade de identificar-se com o padrão de comportamento imposto por um sistema de valores naturalizado socialmente a partir de uma hierarquização de comportamentos ditos normais, uma determinada identidade fixada como norma dentro dos sistemas de classificação das identidades e diferenças – a coerção social.

Neste contexto faz-se relevante o conceito de interação, proposto por Goffman, pois este é fundamental para se compreender a representação. Se a interação é mal entendida, ou seja, se o sujeito não consegue apresentar os elementos mínimos que em sua concepção são relevantes para conferir-lhe *status*, o resultado será uma representação errada, o personagem não quer ser visto como alguém que não teve êxito socialmente, que anda sem dinheiro, bebendo e descuidado de si mesmo, embora reconheça que o seja.

Ao não reconhecer-se como parte, o personagem depara-se com um conjunto de *habitus* e disposições que o levaram a este limbo. Logo, segundo a relação dialética entre *habitus* e *campo* proposta por Bourdieu, constitui-se uma perspectiva relacional, isto é, objetivando romper com uma perspectiva dicotômica, capaz de separar indivíduo e sociedade, já que as normas e padrões construídos socialmente

influenciam diretamente na vida do indivíduo.

Neste sentido, Theodor Adorno (1993), reflete que a percepção de uma realidade conflitiva leva o artista a manifestá-la em sua obra de arte, assim, a estrutura fragmentada, a imprecisão do foco narrativo, o enredo obscuro, a quebra com a linearidade temporal são algumas das características que surgiram com a contemporaneidade representando a noção de incerteza que chegou com o desencantamento do mundo.

As obras de Caio Fernando Abreu sempre foram carregadas pela diversidade cultural que vivenciou – da cultura *hippie*, das viagens pela Europa, a um mundo degradado pelas drogas, à repressão política da ditadura militar e em seguida, a desesperança e a falta de perspectivas de um Brasil politicamente liberto, mas dominado pela depressão econômica.

Nesta perspectiva, a Teoria da Estruturação, de Giddens, contribui com a percepção de que o indivíduo não fica preso as estruturas e nem cai num individualismo analítico; estrutura e indivíduo estão lado a lado na realidade social.

Desta forma, pode-se concluir que através deste conto, Caio consegue traduzir a atmosfera tensa, de incerteza e agonia vivida na época e chama a atenção do leitor para um contexto de uma forte estrutura social que busca regular as condutas individuais, entretanto o que se verifica na prática é a impossibilidade de concepção de um indivíduo como fator independente da sociedade, quer seja a partir de suas particularidades, quer seja a partir de sua necessidade de ser aceito. Ou ainda, por mais que a estrutura oprima, os indivíduos seguem buscando ultrapassar os limites impostos.

Referências bibliográficas

ABREU, Caio Fernando. Além do ponto. In: **Morangos mofados**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 34-37.

ADORNO, Theodor. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PORTO, Luana; PORTO, Ana Paula. **Caio Fernando Abreu e uma trajetória de crítica social**. Revista Letras, n. 62, Editora UFPR: Curitiba, jan./abr. 2004, p. 61-77.

ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance moderno. In: _____. **Texto e contexto I**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

O DÚBIO JOGO DE INTERESSES DESENVOLVIDO POR GETÚLIO VARGAS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Carmem G. Burgert Schiavon^{1}*

*A opinião pública portuguesa sente as dores
e as alegrias do Brasil como se fossem suas e
uma política atlântica bem compreendida não pode excluir
uma manifestação solidária na adversidade
como uma palavra de exaltação nas horas festivas
(Jornal Diário de Notícias, Lisboa, 22/09/1942, p. 02)*

RESUMO: este texto apresenta, em um primeiro momento, uma breve análise do dúbio jogo de interesses desenvolvido pelo presidente Getúlio Vargas por ocasião do deflagrar da Segunda Guerra Mundial, momento em que o presidente brasileiro ora dava sinais de que iria apoiar a Alemanha, ora mudava de opinião, sinalizando com uma possível união aos interesses dos Estados Unidos. Em um segundo momento, analisa-se o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo

¹ * Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG); Doutora em História. Contato: cgbschiavon@yahoo.com.br

e o seu posterior envolvimento no conflito, tendo por base as notícias veiculadas na imprensa portuguesa e a correspondência diplomática do período.

PALAVRAS-CHAVE: política dúbia; Brasil; Segunda Guerra.

SUMMARY: *this paper presents, at first, a brief analysis of the interests of dubious game developed by President Getulio Vargas during the outbreak of World War II, moment when the Brazilian president gave signs that would support Germany, or change his opinion, signaling a possible union with U.S. interests. In a second step, we analyze the breaking of diplomatic relations between Brazil and the Axis countries and their further involvement in the conflict, based on the reports in the Portuguese press and the diplomatic correspondence of the period.*

KEYWORDS: *politics dubious; Brazil; War.*

1. A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Se a primeira fase do Estado Novo no Brasil caracteriza-se como o momento de afirmação do regime e legitimação da nova ordem, pode-se considerar que, a segunda fase, de um modo geral, ficará marcada pelo plano internacional. E é justamente na adoção dessa política de envolvimento e participação na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que as contradições internas e externas, conjugadas, influenciarão nos rumos dos acontecimentos e na democratização do Brasil, em 1945. A entrada do país no conflito, em 1942, em razão do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a sua participação na guerra por intermédio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a posterior vitória dos aliados na Europa levaram ao questionamento da contradição existente entre a luta do Brasil a favor da liberal-democracia na Europa e a manutenção de uma ditadura no país. Desse modo, a análise desta

conjuntura externa explica, em parte, as mudanças ocorridas durante o Estado Novo Brasileiro. A seguir, um breve relato dos fatores que ocasionaram o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os denominados países do Eixo e o seu posterior envolvimento na Segunda Guerra Mundial.

2. A POLÍTICA DÚBIA DE GETÚLIO VARGAS E A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No momento em que a Segunda Guerra Mundial principia, em setembro de 1939, o Brasil mantinha excelentes relações comerciais com a Alemanha. Esta política, entre outros motivos, havia sido estabelecida em razão de o Estado Novo brasileiro aproximar-se, em termos ideológicos, dos países totalitários – Alemanha e Itália –, fato este que leva o historiador Mendes Júnior a afirmar que “no início da guerra, era positivamente manifesta a simpatia de Getúlio pelo ‘Eixo’ e pelos governos de Hitler e de Mussolini. Em vários discursos dessa época, chegou ele a elogiar o sistema fascista” (MENDES JR., 1996: 227). Não obstante, muito embora essa “predileção”, Getúlio Vargas adota, num primeiro momento, a política de neutralidade e observa o desenrolar dos acontecimentos como mero espectador².

Seguindo esta linha, até 1940, em razão da execução da política nacionalista de Getúlio Vargas, consubstanciada na Carta Constitucional

2 Gerson Moura denomina essa prática com o nome de *equidistância pragmática*. Entretanto, segundo ele, “essa equidistância não deve, porém, ser visualizada como uma trajetória retilínea, mas como aproximações alternadas e simultâneas a um e outro censo” (MOURA, 1980: 63). Aliás, o próprio nome da obra de Moura – autonomia na dependência – identifica a prática getulista desenvolvida na época.

de 1937, o Brasil não se define por nenhum dos lados beligerantes, ou seja, nem pelos denominados países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), nem pelo bloco classificado de aliados (Inglaterra e França, com apoio da Rússia e Estados Unidos), apesar das divisões internas da sua equipe de governo, tendo em vista que os dois lados do conflito haviam conquistado valiosos expoentes no Brasil e almejavam o firmamento de compromissos com o governo brasileiro.

Entretanto, em 1939, Getúlio Vargas e o seu ministro da Fazenda, Souza Costa, já haviam trabalhado no planejamento de um plano quinquenal de desenvolvimento para o Brasil. Este abrangia, entre outros aspectos, a construção de uma usina de aço, uma usina hidroelétrica em Paulo Afonso, a construção de uma fábrica de aviões, a drenagem do rio São Francisco, a realização de estradas de ferro e de rodagem e a compra de navios alemães (SOLA, 1969: 275). Como precisava de recursos capazes de operacionalizar estas transformações, Getúlio Vargas executa uma hábil diplomacia de “barganha” entre a Alemanha de Adolf Hitler e os Estados Unidos do presidente Franklin Roosevelt, pois “a política exterior haveria de sacar do sistema internacional insumos de desenvolvimento, consoante metas estabelecidas para suprir demandas internas” (CERVO, 1994: 32). Sobre este tema, Stanley Hilton considera que:

(...) em termos simples, a política adotada pelo governo Vargas foi a de jogar as duas potências uma contra a outra. O Rio de Janeiro, em 1935, assinou um acordo comercial com Washington baseado em concessões de nação-mais-favorecida; ao mesmo tempo, entretanto, comerciava com o Terceiro Reich numa base bilateral que envolvia práticas discriminatórias que contrariavam as previsões do acordo brasileiro-americano (HILTON, 1977: 67).

A realização desse dúbio jogo de interesses, efetuado por Vargas, só se tornou possível devido aos objetivos alemães e americanos em relação ao Brasil. Os primeiros procuravam “ampliar a área de influência na América Latina, região que já se caracterizava pela forte presença norte-americana no plano econômico e político [...] a presença da colônia alemã no país explica o interesse desse país pelo Brasil” (FERREIRA; DELGADO, 2003: 134). O segundo grupo, por sua vez, tinha consciência dos perigos e vantagens que a situação geográfica do Brasil poderia acarretar no desenrolar da guerra.

A execução desse jogo ainda permitiu ao Brasil “explorar as possibilidades que cada potência mundial pudesse oferecer, evitando firmar alianças rígidas com qualquer dos nascentes sistemas de poder” (DÁRAÚJO, 2000: 45) e, no caso das relações com a Alemanha, houve um salto significativo nas exportações para o país alemão, tendo em vista que “nessa época o comércio brasileiro com a Alemanha aumentou muito, chegando a ocupar o segundo lugar, enquanto os EUA ocupavam o primeiro” (FERREIRA; DELGADO, 2003: 134).

Ciente desta situação e, por isso mesmo, com forças suficientes para prosseguir com o seu dúbio jogo político, Getúlio Vargas, em maio de 1940, envia uma comunicação ao Departamento de Estado Americano, informando que a firma alemã Krupp estava disposta a construir a usina siderúrgica de Volta Redonda. A resposta americana ocorre no momento em que os Estados Unidos encaminhavam a “oferta” de um empréstimo de 20 milhões de dólares, pelo banco EXIMBANK (Export-Import Bank), valor suficiente para a implantação da usina siderúrgica, sem a necessidade da participação de nenhuma outra empresa estrangeira. De acordo com Lourdes Sola, também fazia parte da proposta americana o

“incremento de transporte marítimo do carvão vindo do sul para a usina, o equipamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, para transportar o ferro extraído de Minas Gerais” (SOLA, 1969: 275).

Mesmo após o encaminhamento do empréstimo que garantia a execução da usina siderúrgica de Volta Redonda, Vargas continua adotando um dúbio jogo político, pois em 11 de junho de 1940, a bordo do navio “Minas Gerais”, pronuncia um famoso discurso “em que, praticamente negava não só pan-americanismo, pois se colocava numa posição inversa à de Roosevelt, como ainda a sobrevivência da democracia” (PINSKI, 1990: 346). O referido discurso causa repercussões tanto na Alemanha como nos Estados Unidos. Outras atitudes de Vargas também serviram de mola propulsora para a obtenção de algumas vantagens econômicas ao Brasil, como as “elogiosas declarações feitas por Getúlio a Hitler não impediram o crescimento dos negócios, principalmente de matérias-primas estratégicas entre EUA e o nosso país” (TOTA, 1996: 51).

Entretanto, com o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e a posterior entrada dos Estados Unidos na guerra, a pressão americana sobre os países latino-americanos – notavelmente o Brasil – aumenta consideravelmente; soma-se a isto a realização da Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e o momento seguinte, em que a aliança Brasil-Estados Unidos será selada, definitivamente, com a assinatura dos *Acordos de Washington*, em 3 de março do referido ano, pelos quais “o Brasil concedia permissão aos americanos para utilizar, em colaboração com tropas brasileiras, o Nordeste como base de defesa aérea e naval, desde Fortaleza até Salvador” (SOLA, 1969: 277).

Na Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, além do enraizamento do pan-americanismo³, Oswaldo Aranha propõe – e sai vencedor em seu objetivo – o corte diplomático e comercial do Brasil com os países do Eixo. Argentina e Chile não aderem à proposta. Contudo, a deliberação desta proposição é utilizada pela Alemanha como uma justificativa para o bombardeamento de navios brasileiros, tanto que:

A 4 de fevereiro, o navio brasileiro “Cabedelo”, com a tripulação composta de 54 homens, desaparece misteriosamente, no decorrer de uma viagem de Filadélfia para o Brasil. Logo se atribuiu seu desaparecimento a uma ação dos submarinos do Eixo, o que veio a ser comprovado, pois nos dias seguintes quatro navios brasileiros foram torpedeados, nas costas norte-americanas, dentro dos limites da zona de segurança estabelecidos pelas nações pan-americanas na Conferência do Panamá. As embarcações afundadas foram o “Buarque” (16/2), o “Olinda” (18/2), o “Arabuta” (7/3) e o “Cairu” (9/3), sendo que com este último encontraram a morte 6 passageiros e 47 tripulantes (PINSKY,1990: 347).

Como uma reação direta ao bombardeamento dos navios brasileiros, inúmeras manifestações contrárias aos países do Eixo começam a frutificar em todo o país; alemães, italianos e japoneses, residentes no Brasil, também constituem alvo de inúmeros atos de hostilidade por

3 De acordo com Gerson Moura, “o sucesso de personagens como ‘Zé carioca’, de Walt Disney, no Brasil, e a baiana de Carmen, Miranda nos EUA, assim como a realização de célebre filme sobre o Brasil por Orson Welles, enquadrado nesse esforço de aproximação pan-americana e solidariedade hemisférica”, tanto que “o sucesso desse esforço foi incontestável: rapidamente o pan-americanismo passou a ser pedra de toque da política externa da maioria dos Estados latino-americanos” (MOURA, 1980: 141).

parte da comunidade brasileira (FERREIRA; DELGADO, 2003: 135). A situação fica mais complexa no momento em que os jornais também passam a cobrar do governo brasileiro a tomada de iniciativa no sentido de conter os abusos cometidos pelas potências do Eixo. O torpedeamento do navio *Baependi*, que navegava de Salvador para Maceió, representa a gota final para a declaração de guerra do Brasil, tendo em vista que este “era um navio de passageiros, com 305 pessoas a bordo, entre os quais 141 militares destinados aos quartéis de Recife. Atingido pelos torpedos do *U-507*, ele afunda rapidamente. Morrem 269 pessoas” (SEITENFUS, 2000: 313)⁴.

Dessa forma, o afundamento de navios brasileiros convulsiona a população brasileira, principalmente os estudantes⁵, a organizar inúmeras manifestações a favor da entrada do Brasil na guerra. Estas levam o presidente Getúlio Vargas, que até este momento mantinha certa neutralidade acerca dos acontecimentos, a assumir uma posição direta no conflito. Assim, atendendo o clamor geral da população, a 22 de

4 Nesta mesma página o autor ainda informa que “o ataque contra o *Baependi* marca uma nova etapa na escalada da marinha de guerra do Eixo contra os transportes marítimos brasileiros. Se até o momento os alvos foram exclusivamente aos navios mercantes, a partir de 15 de agosto, o Eixo não hesita em atacar navios de passageiros. No mesmo dia e em condições semelhantes, o *Araraquara* é vítima do *U-507*. Morrem 129 pessoas. No dia seguinte, o *U-507* afunda um terceiro navio de passageiros, *Anibal Benévolo*, fazendo 150 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Em 17 de agosto, o submarino alemão ataca o navio de passageiros Itagiba, provocando 39 vítimas e, poucas horas depois, põe a pique o *Arara* (20 mortos)”. Grifo do autor.

5 Os estudantes, principalmente aqueles ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em agosto de 1937, logo após o afundamento de navios brasileiros, organizam uma grande manifestação de apoio aos aliados por meio da marcha do 4 de julho de 1942. (FERREIRA; DELGADO, 2003:133).

agosto de 1942, o governo brasileiro declara o estado de beligerância⁶ – ficando ao lado das potências aliadas – e, após nove dias, declara guerra à Alemanha e à Itália⁷. A nota oficial a respeito da declaração de guerra, fornecida às missões credenciadas no Rio de Janeiro, explicava que:

À vista disso, o governo brasileiro fez saber aos governos da Alemanha e da Itália que, a despeito de sua atitude sempre pacífica, não podia ser negado que esses países haviam praticado atos de guerra, criando uma situação de beligerância que o Brasil era forçado a reconhecer, na defesa de sua dignidade, soberania e segurança, próprias e da América (VIANNA, 1960: 201).

Em Portugal, os acontecimentos que levaram à declaração de guerra feita pelo Brasil são estampados nos principais jornais do país, notadamente, no órgão divulgador do Estado Novo português, o jornal *Diário de Notícias*. Interessante é que o periódico acompanha – noticia – os acontecimentos mais importantes da política brasileira, como é o caso da Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em princípios de 1942; contudo, a censura age sempre que necessário e algumas notícias são, simplesmente, “ignoradas” como é o exemplo do posicionamento da colônia portuguesa ao lado dos Estados Unidos perante o conflito mundial; este mesmo procedimento ocorre, também, com relação à solidariedade da colônia lusa no momento em que o Brasil declara

6 Sobre a entrada do Brasil na guerra, entende-se esta como o resultado final de um longo processo, o qual culminou com a autodefesa dos interesses brasileiros, tanto que, inicialmente, o Brasil não declara guerra ao Japão e só o faz no momento em que é agredido por forças japonesas, em 1945.

7 O preço “acordado” pelo alinhamento do Brasil com os aliados resulta no fornecimento de armamento para o Brasil efetuar a sua defesa perante as forças do Eixo. Sobre a política de realinhamento do Brasil com os Estados Unidos informações podem ser obtidas em: MOURA, 1987 e 1980.

guerra à Alemanha e à Itália.

Entretanto, a notícia da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália ocupa as primeiras páginas de boa parte dos jornais portugueses. No que respeita à divulgação da notícia, invariavelmente, os periódicos apresentaram-na como algo justificado pelos últimos acontecimentos – leia-se afundamento dos navios mercantes brasileiros – e, em alguns casos, há uma relação direta entre a nação brasileira e a portuguesa, tendo em vista que “os atentados cometidos contra o Brasil sensibilizam a opinião portuguesa, como se tratasse de violências contra Portugal cometidas. É como um atentado contra a nossa própria carne e o nosso próprio sangue cometido” (Jornal *A Voz*, 1942: 02). Em outras situações, como é o caso do Jornal *Novidades*, o qual publica o artigo “Compreensão” – onde o próprio título já é bastante sugestivo – há reafirmação dos laços histórico-culturais que unem os dois países e, portanto, a difusão de um ideal de solidariedade lusa para com o Brasil, como se constata a seguir:

A imprensa portuguesa deu à notícia alto relevo e o público tomou conhecimento dela com vivo interesse. Um e outro se justificariam plenamente com a natural impressão causada pelo alastramento do conflito, já antes de vastíssimas proporções, que divide e ... confunde o mundo. Mas a sua mais exata explicação encontra-se na existência dos laços profundos que, através dos caminhos da história, unem Portugal e Brasil (Jornal *Novidades*, Lisboa, 1942: 01).

Por outro lado, na correspondência emitida pelo Embaixador brasileiro em Lisboa, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, há destaque para as primeiras medidas adotadas pelo Presidente da

República portuguesa, General Oscar Carmona, após receber a notícia da declaração de guerra do Brasil. De acordo com o Embaixador, “o Presidente Carmona, logo que foi informado do estado de guerra do Brasil, telegrafou ao Presidente Getúlio Vargas solidarizando-se com ele” (Ofício nº 170, Arquivo Histórico do Itamaraty, 1942). A imprensa portuguesa publicou, com destaque, o texto do telegrama, o que denota a interferência do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) no assunto:

No momento em que recebo comunicação oficial de se encontrar o Brasil em estado de beligerância, quero ser intérprete, junto de V. Ex. e do Povo brasileiro, dos meus sentimentos fraternos e dos do povo português, que acompanha a nobre Nação brasileira, com a maior emoção, neste momento histórico da vida.

General Carmona, Presidente da República Portuguesa
(Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, 1942: 01).

Além desse aspecto, o Embaixador do Brasil em Portugal finaliza o seu ofício destacando o expressivo apoio que a Embaixada brasileira estava recebendo dos portugueses. De acordo com ele, diariamente, ocorria “dos pontos mais remotos de Portugal e de todas as classes sociais as mais carinhosas demonstrações de solidariedade e de estima, bem como inúmeros oferecimentos de serviços militares” (Ofício nº 170, Arquivo Histórico Itamaraty, 1942). Assim, de forma semelhante ao que ocorre no Brasil, quando a população acompanha e participa do desenrolar dos acontecimentos relativos à guerra, em Portugal, a comunidade lusa manter-se-á atenta acerca dos rumos do conflito – pelo menos no que tange às notícias veiculadas com a permissão da censura portuguesa. Todavia, o rompimento das relações diplomáticas

e a declaração de guerra efetivada pelo Brasil à Alemanha e à Itália – posteriormente ao Japão –, impulsionarão uma ligação luso-brasileira no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos, afinal, a salvaguarda dos interesses brasileiros nestes países será levada a efeito por Portugal.

Por fim, cabe mencionar que esta representação portuguesa – de salvaguarda dos interesses brasileiros – em muito interessava ao governo português, afinal, mesmo não assumindo, diretamente, uma posição no conflito mundial, Portugal colocava-se ao lado do Brasil, sua antiga colônia e reduto de moradia de inúmeros portugueses. Além desses aspectos, por intermédio desta aproximação, o governo português irá articular a visita de um contingente dos expedicionários brasileiros à capital portuguesa, visando dois objetivos fundamentais: primeiro, obter o apoio brasileiro quanto à questão colonialista de Portugal e, segundo, aplacar determinadas animosidades para com o Estado Novo português. Não obstante, a análise desses pontos foge ao objetivo e aos limites deste texto.

3. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, Amado Luiz. **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2).

HILTON, Stanley E. **O Brasil e as grandes potências**: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1977.

Jornal **A Voz**, Lisboa, em 23 de agosto de 1942.

Jornal **Diário de Notícias**, Lisboa, em 24 de agosto de 1942.

Jornal **Novidades**, Lisboa, em 24 de agosto de 1942.

MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes... [et all]. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Ofício nº 170, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 28 de agosto de 1942. Arquivo Histórico do Itamaraty. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VIANNA, Hélio. **História diplomática do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1960, p. 201.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA FURG: NOVAS POLÍTICAS DE ACONDICIONA- MENTO E PRESERVAÇÃO DO SEU ACERVO

Carmem G. Burgert Schiavon¹

Olivia Silva Nery²

RESUMO: O Centro de Documentação Histórica “Professor Hugo Alberto Pereira Neves” da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG) está vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação na mesma Instituição e, desde a década de 80 do século XX, é responsável pelo armazenando dos mais diversos documentos históricos, disponibilizando-os para as pesquisas dos alunos da Universidade e a outros pesquisadores da comunidade em geral. Atualmente, o CDH-FURG encontra-se em processo de re-estruturação do seu espaço físico e das políticas de armazenamento e de conservação das séries documentais do local; tais ações se fazem necessárias para que o seu acervo tenha uma vida mais longa e, ainda, possa melhorar o atendimento aos seus pesquisadores. Seguindo esta orientação, neste ano, estão sendo implantadas novas políticas para o local; estas abrangem desde o armazenamento, a higienização e a digitalização do acervo, até o estabelecimento de um plano de segurança e um diagnóstico de conservação preventiva.

1 Doutora em História (PUCRS) e Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Contato: cgbschiavon@yahoo.com.br

2 Graduanda do Curso de História Bacharelado (FURG). Contato: olivianery@gmail.com

Estas mudanças permitirão a melhoria das condições ambientais das coleções, como também a conscientização da importância do local para a memória e a história da região e, porque não dizer, do país, haja vista a riqueza das suas coleções.

Palavras-chave: Centro de Documentação Histórica; políticas de armazenamento; patrimônio documental.

Key words: *Historical Documentation Center; storage policies; documentary heritage.*

1. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA FURG: A ORIGEM E A CONSTITUIÇÃO DO SEU ACERVO

O Centro de Documentação Histórica “Professor Hugo Alberto Pereira Neves” da Universidade Federal do Rio Grande (CDH-FURG) está ligado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da mencionada Universidade (ICHI-FURG) e teve origem nos primeiros anos da década de oitenta do século anterior, a partir do esforço coletivo dos professores do antigo Departamento de Biblioteconomia e História (DBH-FURG). Originalmente, o CDH-FURG funcionava junto às salas de permanência dos docentes do Curso de História, os quais haviam projetado o espaço. Posteriormente, a partir do momento em que as doações passaram a avolumar-se, o acervo do CDH-FURG exigiu um espaço maior para sua acomodação, passando, então para a sala 14 do Pavilhão 04 – ao lado do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (LEPAN) – do Campus Carreiros da FURG, onde dispõe, em seu interior, de duas unidades menores; uma destinada à constituição do banco de dados (informática) e ao laboratório de história oral e, a outra, ao arquivamento de periódicos.

Em 1998, a partir de um projeto que tramitava junto aos Conse-

lhos Superiores da FURG, o CDH-FURG passou a ser denominado com o nome de “Professor Hugo Alberto Pereira Neves”³, um dos principais ícones e defensores da ideia de criação deste centro de pesquisa. Neste mesmo momento, teve início um processo de inventário do acervo, atividade esta que originou a sua distribuição a partir de 08 coleções e uma biblioteca, conforme descrição apresentada na sequência.

Em consonância com a riqueza do seu patrimônio documental, desde o ano de 2009, o espaço do CDH-FURG integra as atividades do Programa de Educação Patrimonial da Universidade. Desse modo, o acervo do Coriolano Benício é tido como fonte de exploração para o trato com a história local, haja vista que se procura superar a disjunção entre o conhecimento histórico escolar e os saberes prévios dos estudantes, que incorre na fragilização das práticas escolares, uma vez que “a escola formal se encarrega de homogeneizar os valores, e a história ‘oficial’ tem mais relevo do que as histórias que contavam em casa... A memória do grupo começa a se perder, a cultura vai-se esgarçando, empalidecendo, a desagregação social vem a reboque” (HORTA, 2000: 34). Desse modo, percebe-se que (re) significar os conteúdos do currículo escolar é um imperativo pujante e que a aproximação dos conteúdos, conceitos e categorias e as práticas pedagógicas da Educação Patrimonial são fundamentais para se aproximar à realidade da comunidade escolar.

Atualmente, O CDH-FURG encontra-se disponível à consulta e à pesquisa para o público em geral, todavia, configura-se, principalmente, como um aporte à realização de pesquisas e práticas pedagógicas dos Cursos de História, Arquivologia e Biblioteconomia da Universidade.

Com relação ao seu acervo, destacam-se as seguintes coleções:

* **Acervo Coriolano Benício:** este é constituído de recortes,

3 O Professor Hugo Alberto Pereira Neves faleceu no início da década de 1990.

folhas de anotações e prospectos relacionados às atividades culturais como, cinemas, teatros, clubes e circos, as quais ocorreram na cidade do Rio Grande, no período de 1923 até 1982. Ressalta-se que o material deste acervo está organizado em pastas, que contém as atividades relacionadas ao cinema, teatro e companhias teatrais, bem como as revistas que noticiaram a realização de tais eventos. Além destas documentações, o acervo conta, ainda, com anotações que versam sobre a sua própria vida e que contam a trajetória do Clube Carnavalesco *Irresistíveis* e da Companhia de Teatro Amador Beira-Mar. O teatro rio-grandino é outro destaque no acervo Coriolano Benício e esta parte é composta por fotografias, desenhos (realizados pelo próprio Coriolano), assim como alguns modelos de alegorias carnavalescas e cenários de teatro elaborados para o carnaval em Rio Grande.

* **Acervo de Documentação Eclesiástica:** apresenta-se pela composição de aproximadamente 4.700 documentos eclesiais relacionados aos autos de casamento, proclamas, justificativas de casamento, procurações, habilitações, justificativa do estado de solteiro, de batismos e falecimentos. Destaca-se que a documentação compreende o período de 1805 até 1912 (aproximadamente) e que grande parte deste acervo encontra-se microfilmada.

* **Acervo da União Operária:** este acervo é composto por 38 livros com atas, relatórios e o controle contábil do sindicato (relacionadas ao período de 1900 a 1932); 02 pastas que apresentam folhetos de peças teatrais; 148 jornais operários; 01 caixa com documentos diversos e o acervo da biblioteca da União Operária (778 livros).

* **Acervo de Revistas e Jornais:** este acervo é composto revistas e jornais locais, regionais e nacionais, compreendendo o período de 1905 até 1990 (com algumas interrupções) e conta com, aproximada-

mente, 8.000 fascículos e 65 títulos. Neste acervo destacam-se as Revistas *Fon-Fon*; *O Malho*; *Rio Grande do Sul*; *Revista Ilustrada*, *Revista Souza Cruz*; o semanário carioca *Tico-Tico*, o qual é tido como uma das 4 coleções existentes em todo o Brasil; o jornal *A Voz do Povo*, apesar de estar incompleto, constitui uma coleção única também.

* **Acervo Fotográfico:** apresenta caixas com fotografias da fachada e de operários da Fábrica Rheingantz; dos Casarões Ipiranga; inúmeras charqueadas de Pelotas; Clube de Regatas e antigas residências da cidade do Rio Grande.

* **Processo do Inventário do Comendador Faustino Corrêa:** este acervo é constituído por 500 caixas contendo petições de habilitados, as quais comprovam a descendência por intermédio de certidões de nascimentos, batismo, casamento, óbito, inventários e testamentos; 33 caixas que apresentam decisões e peças judiciais (estas caixas compreendem a documentação referente aos séculos XVIII e XX) e 06 caixas contendo documentos avulsos, sendo que estes apresentam uma datação mais próxima da atualidade.

* **Núcleo de História Demográfica:** apresenta fichas de reconstrução de famílias da cidade do Rio Grande, compreendidas entre o período de 1737 a 1850. As mencionadas fichas possibilitam o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à genealogia e a estudos populacionais. Este acervo apresenta, ainda, 43 rolos de microfilmes da Diocese do Rio Grande, com os registros de batismos, matrimônios e óbitos ocorridos na paróquia rio-grandina durante o já mencionado período.

* **Laboratório de História Oral:** constitui-se de entrevistas e transcrições destas, disponibilizando à consulta temas como imigração, pesca, indústrias, relatos relacionados à cidade do Rio Grande. Além das entrevistas, o referido Laboratório apresenta o registro de algumas

palestras e eventos ocorridos na FURG.

* **Biblioteca:** o CDH-FURG apresenta, ainda, uma biblioteca com, aproximadamente, 950 exemplares de livros relacionados à história regional e local e nacional; assim como catálogos, anais, periódicos e boletins. Além dos livros, o local também apresenta alguns documentários e monografias dos cursos de graduação e especialização em História e vídeos relacionados à mesas redondas, as quais abrangem diversos temas ministrados na FURG.

Como pode ser observado, em razão da riqueza do seu patrimônio documental, o CDH-FURG constitui um espaço privilegiado não somente para a realização de pesquisas mas, também, para a execução de outras práticas, como é o caso da Educação Patrimonial, como poderá ser constatado na seqüência deste texto.

2. NOVAS POLÍTICAS PARA O CDH-FURG

Sabe-se da necessidade de melhorar as condições de preservação dos acervos e da pesquisa no CDH-FURG, e é com este objetivo que novas políticas de acondicionamento, de preservação e de divulgação estão sendo implementadas no local desde o ano de 2010.

Nesta direção, em um primeiro momento, foi organizado e catalogado todo o acervo bibliográfico do local⁴; tal atividade compreendeu não somente o acervo de livros como também o de monografias e jornais, esta ação possibilitou que o controle e a pesquisa referente a estas coleções sejam feitos por meio digital. Neste ano, em 2011, novas ações foram postas em prática, entre estas, destacam-se a elaboração do site e

4 Esta atividade contou com o laborioso trabalho do bibliotecário João Paulo Borges da Silveira – estagiário do CDH-FURG em 2010 – e com a colaboração da bolsista Aline Rosa, acadêmica do Curso de História da FURG.

a criação do e-mail do CDH-FURG, assim como um Plano de Segurança e um Diagnóstico de Conservação Preventiva.

O e-mail⁵ do CDH-FURG foi criado com o objetivo de melhor atender aos pesquisadores, bem como divulgar notícias e informações, relacionadas ao Centro de Documentação, tais como eventos, exposições, horário de funcionamento, etc. Já o site está sendo elaborado com vistas à divulgação de todas as informações do local. Além disso, o espaço apresenta uma breve descrição de cada acervo, horário de funcionamento, normas internas, histórico, fotos, laboratórios, equipe, localização e forma de contato. Ainda, por intermédio do site, é possível fazer o *download* da relação completa do acervo de História Oral, Cartográfico e dos Jornais existentes no local; futuramente, a listagem do restante do acervo também estará disponível no site, além do *download* das monografias completas dos Cursos de História e da Especialização em História do Rio Grande do Sul da FURG.

Destaca-se que, para a elaboração do site, a atual estagiária do CDH-FURG, Olivia Silva Nery – acadêmica do Curso de História – realizou um curso de capacitação junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Universidade, visando a realização de atualizações e modificações no site. O sistema de gestão de conteúdos é o *Joomla*, este é o padrão utilizado pela Universidade para realizar todos os sites ligados à Instituição e é o que melhor atende às necessidades do CDH-FURG.

Outro passo essencial para estabelecer uma estratégia de administração do CDH-FURG, que salvaguarde a memória como localizada em Museus, Arquivos e Centros de Documentação, é o diagnóstico relativo aos vários fatores que podem prejudicar a preservação dos seus acervos.

5 O endereço eletrônico do CDH-FURG é: ichi.cdh@furg.br

Atendendo a esta necessidade específica, em maio de 2011, foi realizado um Diagnóstico de Conservação Preventiva para o CDH-FURG e este tem a finalidade de melhorar os cuidados com os acervos, desenvolver um plano de conservação de longo alcance para as coleções; melhorar a manutenção e conservação da estrutura atual e aumentar a conscientização dos pesquisadores e usuários em geral acerca das preocupações e técnicas para a conservação das coleções do local.

Diversos fatores podem interferir na integridade do acervo e as principais causas são: características climáticas do local (umidade, radiação solar, poluição, etc.) ataques de insetos e outros animais nocivos (cupins, baratas, roedores, traças, entre outros); ataques microbiológicos (fungos); desastres naturais ou provenientes da ação humana (roubo, incêndios, etc.). Seguindo estas orientações elaborou-se o Diagnóstico e o Plano de Segurança para o CDH-FURG, ressalta-se que, ambos foram delineados a fim de constituírem-se em medidas de precaução contra tais acontecimentos e para a proteção do seu acervo.

Sendo assim, é por meio desse diagnóstico que os principais problemas do local poderão ser identificados e, conseqüentemente, será possível delinear as medidas a serem tomadas para minimizar tais problemas de acordo com as condições financeiras e físicas da Instituição. Esse procedimento é vital para a gestão do CDH-FURG, pois seu acervo constitui a “alma” do local e, como tal, deve ser preservado de acordo com as necessidades de cada coleção, dependendo do seu material, tamanho, estado de conservação, época, etc.

Para tanto, levou-se em consideração a estrutura física onde está localizado o Centro de Documentação Histórica, ou seja, as limitações de espaço do local, assim como as salas vizinhas, o tamanho das janelas e a quantidade de portas de acesso ao local. Desse modo, o Plano

de Segurança foi elaborado em consonância com a opinião da equipe relacionada ao espaço (professores, estudantes e bolsistas). Destaca-se, ainda, que as medidas de ações preventivas existentes no Plano, também são referentes às ações diárias que diminuem os riscos de incêndios e outras situações de calamidade. Atos como revisão da rede elétrica, desligamento dos aparelhos elétricos e o controle de entrada e saída de pessoas, fazem parte de uma prevenção contra situações que coloquem em risco os acervos.

Além desses aspectos, é indispensável que todos os funcionários do CDH-FURG tenham acesso ao Plano de Segurança do local, tendo-se em mente que uma situação de emergência pode atingir qualquer funcionário, e este não pode estar despreparado para atuar mediante tal situação. No Plano de Segurança a prioridade sempre será a vida das pessoas que estão no local, sejam funcionários, pesquisadores ou visitantes; estes devem sempre ser prioridade em momentos de calamidade, haja vista que nunca se deve pôr em risco a vida de alguém para salvar o acervo.

Além disso, o Plano deve conter a lista de pessoas a serem chamadas em situações de emergência, todos os seus telefones e endereço e quais as responsabilidades de tais pessoas; e uma lista de pessoas que tem acesso às chaves e quais as localizações destas. Todas estas listas, assim como o Plano em si, devem ser revisadas periodicamente, para que nunca se corra o risco de falta de atualização.

Todos os funcionários da Instituição, outras pessoas e entidades importantes ligadas à mesma devem ter uma cópia deste Plano e todas essas devem assinar o documento, o que os torna cientes acerca das ações exigidas. Assim, o Plano de Segurança do CDH-FURG foi elaborado de acordo com todas as exigências dos especialistas da área, incluindo o apoio da equipe de prevenção contra incêndios do Corpo de Bombeiros

da cidade.

O conjunto dessas ações revela o novo rumo que administração do Centro de Documentação Histórica está colocando em prática no local, atividades estas condizentes com as normas exigidas para o local, visando a sua preservação, bem como a segurança do acervo e das pessoas que ali trabalham. Além dessas ações, desde maio de 2011, o CDH-FURG conta com o trabalho de 03 bolsistas do Curso de Arquivologia e 01 bolsista do Curso de História, estes, de forma integrada, estão procedendo à higienização, catalogação e armazenamento do seu acervo.

Para a realização da higienização do acervo, a disposição dos móveis do CDH-FURG foi refeita, disponibilizando-se uma sala específica para isso. Sabe-se que esta não é a maneira mais adequada para se realizar a higienização, pois esta deveria ser feita longe do restante do acervo. No entanto, visto que o acervo necessita de cuidados urgentes de preservação, uma nova catalogação e que este é o espaço físico disponível atualmente, o local foi adaptado para a realização de tais atividades.

Como já foi destacado anteriormente, com a adoção dessas medidas, almeja-se a preservação e a melhor divulgação do acervo do CDH-FURG, haja vista a sua importância enquanto ícone da história e da memória local e regional, haja vista que “os arquivos locais passam a assumir fundamental importância pela possibilidade de oferecer múltiplas oportunidades de utilização” (LUPORINI, 2000: 214).

Em paralelo ao Diagnóstico, será feito um relatório que registre todas as alterações, implementações e atividades que o CDH-FURG realiza. Desse modo, este relatório deve ser completo, contendo as datas das atividades, os nomes das pessoas que as realizaram, justificativas, fotos e as fontes bibliográficas que foram utilizadas para tais atividades. Todos esses registros são necessários para acompanhar o andamento do

local, como também, para que a gestão futura tenha acesso aos motivos que ocasionaram a adoção de tais medidas. Nesta direção, Roncaglio, Svarça e Bojanovski esclarecem sobre a importância dessas ações de conservação preventiva dentro de um Arquivo, afinal, para eles:

[...] é recomendável investir prioritariamente, independente da etapa de vida do ciclo em que o documento se encontra, em segurança (redução de riscos de acidentes como, por exemplo, incêndio e alagamento, prevenção contra vandalismo ou roubos) e em melhorias das condições ambientais dos locais de guarda (redução dos índices de temperatura e de umidade, da incidência da luz natural ou artificial, da presença de poluentes, e ainda, realizar o controle de infestação de pragas tais como insetos, fungos e roedores). Investimentos na qualidade do mobiliário e do acondicionamento [...] também devem ser uma das metas principais porque um acondicionamento adequado protege os documentos e reduz os fatores de deterioração ocasionados pelos altos índices de temperatura, umidade e presença de poluentes (2004: 10).

Por fim, cabe mencionar que a equipe de funcionários do CDH-FURG terá acesso às bibliografias do assunto e, dentro do possível, realizará cursos de capacitação para lidar com situações de emergência e/ou medidas preventivas rotineiras do local. Enfim, o CDH-FURG vivencia o início de um longo caminho de melhorias para o acondicionamento do seu acervo, mas, principalmente, de melhorias no local de pesquisa e trabalho, tendo sempre como objetivos a preservação do acervo, as boas condições de pesquisa, assim como a manutenção de um bom local de trabalho.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAZEN, D. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001.

HAZEN, D.; ATKINSON, R. W.; MILEVSKI, R. J.; NAINIS, L. **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos de Educação Patrimonial. **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, 2000, nº 27, jan/jun, pp. 13-35.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, nº 27, jan/jun, 2000, pp. 205-217.

OGDEN, S. **Armazenagem e manuseio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto e BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Arquivos, gestão de documentos e informação**. In: Encontros BIBLI. Florianópolis: UFSC, n. esp., 2º sem. 2004.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSARO, Alessandra e FRONER, Yacy-Aara (Org.). **Roteiro de Avaliação e Diagnóstico de Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

UNESCO. **Memoria del Mundo**: Directrices. Paris, 2002. Disponível no site <http://www.unesco.org/webworld/mdm/index.html>



Anexo 1



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA “PROF. HUGO ALBERTO
PEREIRA NEVES”**

PLANO DE SEGURANÇA PESSOAL E DO ACERVO

Dos objetivos

- I. Diminuir a vulnerabilidade das coleções.
- II. Minimizar os riscos ambientais, de uso das coleções e também, da estrutura do local.
- III. Aumentar a conscientização dos funcionários e pesquisadores em relação às preocupações e técnicas para a preservação das coleções.
- IV. Permitir maior segurança para os funcionários da instituição.
- V. Informar à equipe, funcionários e responsáveis pela instituição quais medidas tomar em uma situação de emergência (incêndios, inundações, infestação por insetos, e outros desastres naturais.)
- VI. Propiciar um melhor ambiente de pesquisa e trabalho.
- VII. Identificar e definir prioridades relativas a situações problemáticas.

Do acervo

Prevenção de Rotina

- I. Para que os acervos não corram risco de serem furtados do local, estes devem estar, na medida do possível, armazenados em ambiente com chaves. Estas chaves devem estar dentro da Instituição.

- ção e uma cópia com o coordenador do local.
- II. Toda a retirada de acervo deve ser controlada por um livro de registro, e cobrada caso não retorne ao local
 - III. Somente com a liberação dos responsáveis pela instituição que será permitido o acesso e pesquisa aos acervos.
 - IV. Não é permitida a guarda de qualquer material no interior do CDH sem a prévia autorização dos responsáveis.
 - V. Não é permitido o acesso aos documentos em estado delicado.
 - VI. O acesso ao acervo será permitido mediante materiais de proteção pessoal, como luvas e máscaras.
 - VII. Não é permitida a danificação de qualquer documento e/ ou material pertencente à Instituição.
 - VIII. Serão permitidas reproduções do acervo desde que esses disponham de condições físicas para a realização do procedimento escolhido.
 - IX. A reprodução do material com a utilização de máquinas digitais e ou/ máquinas fotocopadoras, requer autorização prévia do responsável pelo CDH, e este só poderá permiti-la mediante análise do estado de conservação do material em questão.
 - X. Na medida do possível, todo o acervo será catalogado, inventariado e digitalizado.
 - XI. A higienização do acervo será uma prática constante na Instituição

Medidas a serem tomadas em situação de emergência

- XII. Os acervos de maior prioridade em uma situação de emergência devem ser retirados, se possível, na seguinte ordem: 1º) Acervo História Demográfica: Documentos Eclesiásticos, Documentos do Cartório do Rio Grande. 2º) Acervo de História Oral. 3º) Acervo do Coriolano Benício.
- XIII. Os acervos só devem ser retirados em situações de emergência e quando não colocarem a vida de alguém em risco.
- XIV. Os acervos prioritários estarão identificados com seus referentes

nomes.

- XV. Se possível, os demais acervos também devem ser retirados, desde que esta prática não coloque em risco a vida de alguém.
- XVI. No momento da retirada do acervo a equipe identificada para ser chamada em caso de emergência deverá ser notificada juntamente com o Corpo de Bombeiros, Polícia e Ambulância.
- XVII. Os acervos devem ser retirados, se possível, com o auxílio e monitoramento da equipe de emergência e do corpo de bombeiros.
- XVIII. Em caso de emergência os acervos devem ser transportados por carrinhos de transporte encontrados dentro da Universidade.
- XIX. Os acervos devem ser mantidos no local mais próximo e seguro no momento de emergência.
- XX. A retirada, assim como qualquer tipo de trabalho em uma situação de emergência deve ser feito em equipe, nunca individual e jamais deverá colocar a vida de alguém em risco; afinal a prioridade será sempre das pessoas.

Do local

Prevenção de Rotina

- I. A sala do CDH deve estar sempre limpa jamais com resíduos de comida e/ ou bebida
- II. O acesso ao local é livre, mas deve ser feito sempre com a presença dos responsáveis pelo CDH.
- III. Não é permitida a entrada com bebida e ou comida.
- IV. Não é permitido fumar dentro do local.
- V. As regras fundamentais da Instituição devem estar bem sinalizadas para o público.
- VI. As luzes e eletro-eletrônicos devem ser desligados quando não houver ninguém no local.
- VII. Será feito, na medida do possível, uma vistoria semestral das redes elétricas do local.
- VIII. Na medida do possível será feita uma vistoria semestral das infil-

trações, pragas e qualquer tipo de risco que possa afetar o prédio ou aos acervos.

- IX. As pessoas que têm acesso autorizado às chaves do local são as seguintes: Carmem G. B. Schiavon (Coordenadora); Adriana Senna (Diretora do ICHI); Derocina Campos (Coordenadora do Curso de História) e Olivia Nery (Estagiária)
- X. As demais pessoas só terão acesso às chaves mediante prévia autorização e conhecimento dos responsáveis pela Instituição.
- XI. A equipe de emergência deve ter conhecimento de onde estão situados os extintores mais próximos do local para uma situação de emergência.
- XII. Os extintores devem estar bem localizados e sinalizados para que as pessoas tenham fácil acesso aos mesmos.
- XIII. O local será organizado para melhor armazenar o acervo, proporcionando um melhor ambiente de trabalho e mais adequado e estruturado em caso de emergência.

Medidas a serem tomadas em situação de emergência

- I. O CDH deve ser evacuado em situação de emergência
- II. Primeiramente devem-se atender as pessoas do local depois, se possível, a retirada dos acervos prioritários e posteriormente o restante do acervo.
- III. Deve-se criar um perímetro de acesso, visando à segurança das pessoas do prédio e do local.
- IV. Toda a Universidade deve ser avisada da situação de emergência em questão.

Das pessoas

Prevenção de Rotina

- I. Toda a equipe de emergência deve estar ciente do presente Plano

de Segurança.

- II. Dentro do possível a equipe atuante na Instituição deve ser capacitada para reagir a situações de emergência.
- III. Os funcionários da Instituição têm que ter o cuidado na manutenção e na segurança do prédio da pessoa.
- IV. Os funcionários têm que estar dispostos a zelar pela sua segurança e a do acervo.
- V. Os funcionários devem ter cuidados referentes à circulação de estranhos e de situações que possam colocar em risco a sua segurança e a do local.
- VI. Todas as pessoas que têm acesso ao local, incluindo pesquisadores e visitantes devem ser informados acerca das regras do local.
- VII. Devem ter a cópia deste presente Plano de Segurança: Equipe de Emergência, Secretaria Administrativa do ICHI, a Prefeitura Universitária, e o Corpo de Bombeiros.

Medidas a serem tomadas em situações de emergência

- I. Deve-se dar sempre prioridade para salvar e assegurar as pessoas do local e do entorno da Instituição.
- II. A equipe de emergência deve ser imediatamente contatada em situações de emergência e/ ou de riscos.
- III. Nenhuma pessoa deve arriscar sua vida para salvar qualquer tipo de documento e ou material do local.
- IV. Nenhuma pessoa deve tomar alguma medida sem ter o conhecimento específico da mesma, mesmo que esta ação pareça ser necessária.
- V. Todas as pessoas envolvidas em uma situação de emergência devem tentar manter a calma e informar toda a equipe de emergência sobre a situação, além de chamar as equipes que melhor cuidarão do ocorrido (Bombeiros, Ambulância e Polícia).
- VI. Os Bombeiros, Ambulância e Polícia devem ser imediatamente chamados em situações de emergência.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA EUROPA DO SÉCULO XVIII E O CONFLITO IBÉRICO PELA AMÉRICA DO SUL

Dra. Carolina Lopez Israel¹

RESUMO: Este trabalho faz parte de minha tese de doutorado, que versa sobre a disputa entre a Espanha e Portugal pela então vila de Rio Grande de São Pedro no século XVIII e sua ocupação pelas tropas espanholas entre 1763 e 1777.

Não queremos desmerecer as importantes pesquisas sobre as disputas pela vila Rio Grande de São Pedro, mas tendo em vista que estas são estudadas de forma isolada e localizada pretendemos aqui analisar a rede de relações internacionais que estava por trás das disputas entre Portugal e Espanha pelo atual sul do Brasil e o Prata, assim como as suas alianças. O primeiro com a Inglaterra e o segundo com a França, tendo em vista os interesses e a percepção que um destes países envolvidos tinha em relação ao outro, além das preocupações em voga na Europa com a questão do equilíbrio continental europeu.

PALAVRAS CHAVE: Relações internacionais, Portugal, Espanha

1 Carolina Lopez Israel, Doutora em História pela Universidade de Alcalá, Espanha. Professora de História no IFRS campus Feliz. E mail: carolina.israel@feliz.ifrs.edu.br

RESUMEN: Este trabajo hace parte de mi tesis doctoral, que tiene como tema la disputa entre España y Portugal por la entonces Vila de Rio Grande de São Pedro en el siglo XVIII y su ocupación por las tropas españolas entre 1763 y 1777.

No queremos desmerecer las importantes investigaciones sobre las disputas por la Vila de Rio Grande de São Pedro, pero teniendo en vista que estas mismas son investigadas de forma aislada y localizada pretendemos aquí analizar la red de relaciones internacionales que estaba por detrás de las disputas entre Portugal y España por el actual sur de Brasil y el Plata, así como sus alianzas, el primero con Portugal y el segundo con Francia, teniendo en vista los intereses y percepciones que uno de estos países tenía en relación al otro, además de las preocupaciones con el tema el equilibrio continental europeo.

PALABRAS CLAVE: Relaciones internacionales, Portugal, España

INTRODUÇÃO:

Nosso tema na realidade forma parte de um trabalho mais amplo, o que é nossa tese de doutorado. Ela versa sobre o conflito luso-espanhol por Rio Grande a partir de um foco mais amplo como o das relações internacionais e os interesses econômicos assim como as teorias econômicas que embasavam as ações das potências européias e seus aliados. No caso da Espanha e Portugal e seus respectivos aliados França e Inglaterra.

Outra preocupação nossa foi a de focar especificamente como se deu a ocupação espanhola de Rio Grande, ocorrida entre 176 e 1777, seja nos aspectos militares, estratégicos e cotidianos.

Ao nos depararmos com as cartas de oficiais militares, cartas governamentais e diplomáticas não podemos deixar de perceber o jogo diplomático que permeava todos os conflitos entre a Espanha e Portugal e seus respectivos aliados, a Inglaterra e a França.

Notamos neste esquema de alianças um amplo jogo de interesses mútuos ou contraditórios que moviam as principais potências coloniais

européias do período estudado e sua preocupação em manter seus territórios e comércio.

Ao mesmo tempo neste jogo de interesses e conflitos havia um discurso que pretensamente visava o equilíbrio continental, preocupação expressa pelos países aqui envolvidos.

Neste breve trabalho analisaremos os conflitos entre Espanha e Portugal por Rio Grande do ponto de vista diplomático levando em conta as respectivas alianças com outras potências e a rivalidade das mesmas, no caso a Inglaterra e a França.

Primeiramente abordaremos a preocupação destes países com o equilíbrio continental para depois abordarmos as relações entre Portugal e Inglaterra e Espanha e França e destacar como estas relações influenciavam na disputa pelo atual sul do Brasil e o Prata, focando Rio Grande.

A questão do equilíbrio continental

Como já conhecido os países europeus queriam aumentar suas riquezas defendendo seu comércio e colônias baseados em uma política mercantilista, neste panorama os principais atores eram a Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda e França.

Em se referindo à política internacional Hernandez menciona três características básicas que regem a formação de blocos de países.

Ás resumirei aqui e podemos ver claramente que ainda fazem parte do presente, elas são : 1) A política internacional era regida pelos interesses dos países mais poderosos, em nosso caso Inglaterra regia a política internacional de Portugal e a França a da Espanha. 2) devemos lembrar a preocupação predominante no período que nos ocupa que era o interesse em preservar e anexar novos territórios estrategicamente militarmente e economicamente. 3) em se tratando da amplitude de poder de um país podemos falar em “coalizão hegemônica” em vez de país hegemônico, pois de acordo com o autor não

haveria uma única superpotência.

Esta última afirmativa faz lembrar o que diz Anderson (Anderson, 1964, p: 243) sobre os blocos europeus. De acordo com este autor a Europa pode ser caracterizada por estar dividida em dois grandes blocos no que se referia a concorrência mercantil. De um lado estavam os países que dirigiam e financiavam o comércio e de outro os que proporcionavam mercado e artigos de exportação e que dependiam de barcos estrangeiros para receberem e venderem seus produtos.

Como podemos imaginar a Inglaterra, Holanda e França se enquadravam no primeiro grupo, enquanto a Espanha e Portugal no segundo.

Já é conhecida a ambigüidade na forma com a qual os países ibéricos encaravam suas alianças, pois ao mesmo tempo que tais alianças eram úteis para a manutenção de suas colônias eram prejudicados devido à constante ingerência de seus aliados em suas questões econômicas e até mesmo políticas.

Tanto era assim que em várias ocasiões houveram rupturas entre Portugal e Inglaterra e entre Espanha e França, esta desconfiança mútua é o que percebemos em várias cartas diplomáticas.

Estudando este quatro países, França, Inglaterra, Espanha e Portugal, podemos notar que cada qual apenas defendia seus interesses e cuidavam para que o poder de seus aliados não aumentasse ao mesmo tempo de exercerem mútua vigilância. A França apenas ajudava a Espanha quando se tratava da política continental ou para afetar mais diretamente a Inglaterra enquanto esta dava apoio militar a Portugal em troca do comprometimento português em lhe comprar produtos manufaturados.

A Espanha, apesar da inimizade com a Inglaterra, comercializava com a mesma pois dependia de seus tecidos e manufaturas e esta dependia dos produtos espanhóis tais como dos vinhos, azeites, lã, frutas e metais preciosos.

Qualquer tentativa de um maior domínio territorial por qualquer um dos países gerava preparativos de guerra e forte oposições entre eles, mesmo entre aliados.

A França iria se opor à União Ibérica, antigo desejo da Espanha, o qual realmente ocorreu entre 1580 e 1640. A Espanha ainda tentaria convencer Portugal de se unir a ela, desta vez por via diplomática tentando convencer Portugal do quão prejudicial lhe era a sua aliança com a Inglaterra e que a América deveria ser de total posse dos ibéricos.

As demais potências, Holanda e França, iriam competir com a Inglaterra sob o discurso de preservarem o equilíbrio continental, dando a entender que outros países também deveriam dominar o comércio e os mares.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista português a Espanha também representava um perigo ao equilíbrio continental devido à sua tentativa de anexá-lo.

Outro elemento neste verdadeiro tabuleiro de xadrez é o pacto de família, no qual a França convidava a Espanha, Nápoles e Parma para combater o poderio inglês, também queria convidar Portugal, o qual se esperava que não aceitasse devido à aliança com a Inglaterra.

Sobre a questão do equilíbrio continental, é característico que um país tenha que abrir mão de alguns territórios ou privilégios econômico para preservar outros, tal como ocorreu no tratado de Utrecht em 1713 onde a Espanha não perdeu territórios, mas perdeu sua hegemonia comercial na América ao dar o *asiento* para a Inglaterra. No famoso Tratado de Madri, 1750, ficava acordado a entrega de Colônia de Sacramento por Portugal em troca das Missões da Espanha. Neste tratado não deixamos de perceber a forte influência inglesa para que Portugal mantivesse uma localidade estratégica próxima ao Vicerinato do Peru pelas minas de Potosí.

Poderíamos citar outros tratados, mas não é o ponto que aqui nos interessa aprofundar. Outra preocupação muito frequentemente presente nas cartas diplomáticas por nós analisadas é a afirmativa de que os conflitos europeus não deveriam afetar os domínios americanos, mas isto não ocorria pois muitas vezes a América era ou a causa ou o foco do conflito.

Na época surgiram várias teorias para tentar explicar o poder de um Estado, uma delas preconizava que um Estado era poderoso na proporção

do tamanho de seu território. Teoria refutada ligeiramente pois as maiores potências tinham pequenos territórios.

Outra iria afirmar que o poder iria se caracterizar pela capacidade de organizar guerras com seus próprios recursos ou empréstimos externos.

A teoria de Von Justi preconizava que o poder de um Estado se baseava na eficiência de um governo para impedir o aumento excessivo de poder de outro país, e que a intervenção pacífica ou militar deveria ser levada a cabo quando isto ocorresse.

A teoria que iria prevalecer, combinando com o pensamento econômico do período era de que o poder de um Estado dependia de seu poder econômico, quanto mais comércio e manufaturas tivesse maiores seriam suas riquezas e com isto a capacidade de pressão política e militar sobre outros países.

Outros autores criticavam a idéia de equilíbrio de poder, defendendo que deveria haver uma espécie de contrato social entre os Estados, já que estes se atacariam entre si por estarem em “estado de natureza”, pensamento este oriundo das idéias de Hobbes.

Sobre este tema vários foram os escritos, Jeremy Bertram sugeriu que as colônias deveriam ser libertadas, que as forças armadas da Europa deveriam ser reduzidas a um nível fixo e que deveria ser criado um tribunal comum de ordem jurídico para que os problemas internacionais fossem resolvidos. Thoma Powal sugeriu a criação de um conselho de comércio para a Europa. É interessante que estas idéias foram aplicadas hoje em dia, na época elas não surtiram efeito.

Outro fator interessante em se observar é que a maior parte dos políticos, diplomatas e filósofos que escreverem sobre o equilíbrio continental eram ingleses, cremos que se dava pelo interesse da Inglaterra em manter seu status de supremacia marítimo-comercial.

A Inglaterra tinha um grande interesse em evitar que houvesse um maior conflito entre os países ibéricos, é o que podemos notar em uma carta escrita pelo príncipe de Masserano ao Marques de Grimaldi onde Masserano conta sobre suas conversações com vários representantes do governo inglês.

Masserano comenta sobre uma conversa com o Lord de Weymouch “ este Secretário de Estado, com o fim de renovar o desejo de que nossas disputas fossem concluídas em breve, mediante a satisfação dada pela Corte de Lisboa” e continua mais adiante”Inglaterra e França querem ver, cada uma por seu lado, concluídas as diferenças que podem turbar a tranqüilidade européia” (AHNM, Leg 4417, pasta 1, doc. 1 folha 1)²Em uma carta escrita por Cevallos em 22 de outubro de 1775 notamos a desconfiança em relação aos desejos de paz da Inglaterra “ os ingleses a muito tempo trabalham para nos declarar a a guerra, coisa que se não o fizeram ainda é o de não estarem prevenidos e carecer de causas legítimas que os autorize a efetual” e prossegue mais adiante dando como argumento algumas manobras secretas “tudo pode ser provado desde os embaraços que lhes tem sobrevivendo com suas colônias nas ocultas e misteriosas diligências que tem participado e praticam para nos debilitar, como o temos experimentado recentemente quando eles moveram o rei do Marrocos para que ele nos fizesse guerra e nos frequentes envios de tropas e forças marítimas que tem feito os portugueses para suas colônias no Brasil” (AHS, Secretaria de Guerra, Leg. 6833, doc. 10, folha 33).

No mesmo documento há uma crítica á dualidade do governo português se queixando “do considerável envio de tropas e esquadras ao Brasil suas hostilidades em nossas fronteiras, a tomada de nossos postos, o ultraje a nosso pavilhão e Os fingidos protestos que fazem na Europa de que não buscam senão a Paz, quando estão fazendo na América a mais viva guerra, tomando, maltratando e detendo nosso navios em seus Portos e não querendo de modo algum nos indenizar pelos seus danos”

A Espanha não queria ser acusada de romper o equilíbrio na Europa e isto fica patente na carta mandada pelo comandante da enquadra

2 Queremos esclarece que traduzimos todas as citações originalmente em espanhol ou em frances para o português

espanhola que tinha a missão de interceptar navios portugueses que enviassem tropas, armas e munições ao Brasil, podemos ler “Deve o comandante dela observar o que lhe será prescrito sem proceder em operações mais sérias em consideração a encontrar-se em mares da Europa e de não o animo de SM que as suas armas sejam as que se adiantem nesta parte do Orbe e alterar a paz que nela reina” (AHNM, pasta 5, doc 11, folhas 4 e 5.)

Podemos notar claramente nestas cartas, assim como em outras por nós analisadas mas referentes outros temas, uma permanente preocupação com a manutenção da paz.

Outro exemplo do interesse francês e inglês em evitar um maior rompimento entre as coroas ibéricas é expresso na carta que o Conde de Aranda envia ao Marques de Grimaldi em 12 de Julio de 1776 “ que a corte de Paris na melhor boa fé e também era crível que a de Londres estavam igualmente comprometidas que a Espanha, pois havendo-se esforçado ambas na mediação para evitar o rompimento de Espanha com Portugal” (AHNM Leg 4417, pasta 2, doc 4 folha 11).

Temos claro que tudo se tratava de um jogo de aparências, já que na realidade todos estes países queriam a derrota um do outro, apenas não queriam ser os primeiros a agredir. Temos claro igualmente que ao mesmo tempo qualquer conflito europeu entre tais nações poderia atravancar o comércio marítimo.

Tanto a Espanha como Portugal davam grande importância às opiniões que os demais países tinham sobre suas atitudes, isto fica claro em várias cartas como esta que citarei a seguir escrita por Masserano a Grimaldi datada em 12 de Julio de 1776, a mesma data que a anterior “a Corte de Lisboa será acusada de infiel, imprudente, ambiciosa, mas também a nossa de incauta, de indolente” e prossegue mais adiante “esta

é minha maior dor, porque a perda de opinião é irreparável e arrasta consigo uma corrente de desprezos” (ibidem, folha 17).

Outra questão que notamos é que em todas as cartas é que Portugal quase não é apresentado como um grande perigo, a Inglaterra é que ocupará este posto. Daí podemos ver o grau de ajuda militar e d influencia política e econômica que a Inglaterra dava ao governo luso.

Por outro lado a Inglaterra e França, antigas rivais, aproveitavam a desavenças ibéricas para obterem vantagens comerciais assim como para utilizar suas alianças respectivamente com Portugal e Espanha para debilitar uma a outra.

O conflito entre estas duas potencias influenciava profundamente na manutenção ou perda de posses ibéricas ou possibilidades comerciais. ‘senso comum que se não fossem os conflitos anglo-franceses Portugal e Espanha não poderiam sobreviver como impérios coloniais.

O governo espanhol sempre via com preocupação que os conflitos com a Inglaterra se estendessem para a América, se bem que a Inglaterra já utilizava as posses portuguesas , o Brasil, para seu contrabando.

A política interna dos rivais interessava aos países envolvidos nestes conflitos, como está demonstrado em uma carta Masserano a Grimaldi comentando sobre uma suposta trama política no ministério português “O partido da oposição cujo interesse é o objeto de suas medidas é talvez o que promove as idéias de Pombal lisonjeando com a esperança que se guerra começasse o ministério atual irá se colocar em confusão oprimido e ocupado com suas colônias e em tal caso será indispensável uma vez colocadas as rédeas no partido antiministerial dará sustendo aos seus projetos e favorecerão suas empresas. Desta maneira quer, ao que parece, construir sua fortuna sobre a ruína de outras nações e da sua própria” e mais adiante continua “que ouvindo os clamores dos

portugueses não farão mais que contribuir contra si mesmos para que se cumpram as idéias do Partido de oposição que tem por único objeto a mudança de ministério” AHNM, leg. 4417, pasta 1 , oc. 4 folhas 6 e 7.)

Curioso é notar que ao mesmo tempo que os governo se digladiavam os súditos das mesma serviam em determinados serviços em todos os países envolvidos, como o caso de marinheiros holandeses, ingleses, franceses e até mesmo espanhóis na marinha portuguesa devido ao pouco valorizado que era o ofício de marinheiro, estes indivíduos eram vistos como sendo escória da sociedade e capazes dos piores crimes.

Esta presença de habitantes de um país como a Espanha em territórios portugueses na América era muito freqüente devido a falta de mão de obra nos mesmos.

Este tema foi analisado em minha tese, as relações amistosas, co-dependentes entre os povos e inclusive entre generais rivais em oposição aos conflitos de seus governos.

A seguir colocarei em separado as alianças entre estes dois blocos a fim de analisar melhor esta rede de interesses e estratégias. No caso da aliança entre Portugal e Inglaterra utilizarei de bibliografia secundária e cartas diplomáticas e na relação entre a Espanha e França me utilizarei de cartas e me centrarei em uma breve análise do terceiro pacto de família.

A relação entre a França e Espanha

Estes países, depois de algum tempo de rivalidades começariam a se irmanar pelo sangue borbonico e interesses que em princípio pareciam comuns, mas que o governo espanhol começou a notar que

saia em desvantagem quando mais necessitava de sua aliada.

Mas mesmo assim a França representou uma forte aliada para a Espanha, como no caso da Guerra de Sucessão, apoio que claramente favorecia os Bourbons.

Na América a França representava um importante contrapeso às pretensões inglesas, no norte a posse do México era assegurada pelas barreiras francesas contra a Inglaterra, além de poder garanti uma certa liberdade nos mares, reorganizar seu poder naval e manter seu império colonial.

A França Tinha a Espanha como instrumento para enfrentar a Inglaterra, tanto era assim que ficava alarmada ao notar qualquer tentativa de aproximação espanhola com a mesma, para tanto jogaria constantemente com a rivalidade luso-espanhola, inclusive propondo uma invasão a Portugal.

A Espanha nutria um sentimento dúbio em relação á França, uma mescla entre confiança e precavida desconfiança pois em 1768 proíbe qualquer barco estrangeiro de aportar em seus portos na América, inclusive os franceses que apenas poderiam comercializar em portos da Espanha. Ao mesmo tempo via com preocupação os interesses franceses nas Malvinas ou no Brasil, pois o que a Espanha queria era se preservar do expansionismo português e para isto contava com a aliança francesa, mas igualmente não queria um aumento de poder da mesma.

O fator que mais distanciaria estes dois países será quando a França se absteria de qualquer ação quando a Inglaterra invade e toma a as Malvinas em 1771. (MUNILLA, 1949 p:176). Tanta foi a decepção que Aranda chegou a afirmar que os ingleses eram os piores inimigos e os franceses os piores amigos.

A França apenas ajudava a Espanha quando era possível

debilitar a Inglaterra diretamente e não tanto nos conflitos com esta na América. Queria destruir a marinha britânica, dominar o Mediterrâneo e comercializar com as colônias independentes e o Oriente.

O distanciamento entre estes dois países tende a se enfraquecer quando a França se oferece para falar com o governo português a fim de que este parasse de ameaçar as posses espanholas. Igualmente dialogaria com o governo inglês, devido a sua grande influencia sobre Portugal.

Tais atitudes foram propostas durante o conflito inglês com suas colônias americanas, pois estando mais fragilizada poderia fazer mais concessões.

A França queria uma solução pacífica para o conflito ibérico pois não era de seu interesse entrar em um conflito que envolvesse os interesses espanhóis nas Américas. Inclusive sugere que outra solução seria o envio de mais tropas ao Prata para que as forças se equilibrassem concentrando na América os eventuais conflitos, sem contaminar a Europa.

Deixemos esses primeiros comentários sobre as relações hispano-francesas para nos centrar no Terceiro Pacto de Família, realizado em 1761, que visava fortalecer ainda mais a união das coroas borbônicas, incluindo a das duas Sicílias. Neste pacto há a promessa de ajuda mútua no campo militar, direitos iguais para os cidadãos destes países e a cobrança de taxas iguais no comércio entre os dois países.

A França via nesse pacto uma forma de ampliar seu poder e perpetuar a glória de Luis XIV “Através deste Tratado se perpetua o modo de pensar de Luis XIV da França de gloriosa memória d seu comum e augusto bisavô” e a mútua satisfação com a qual nos consideramos galhos de um mesmo tronco como bisnetos ambos do grande Luis XIV tem produzido em nossos corações um ardente desejo de consolidar para sempre por meio de um Tratado que se chama Pacto de Família a mais íntima união de nossos reinos”Terceiro pacto de família, páginas 29 e 63).

No artigo dezoito de dito Tratado está estabelecido “de sorte que tanto na guerra como na Paz cada uma das duas visse como próprios os interesses da

outra sua aliada.(ibidem, p.45).

Aqui podemos inferir que se reflete união, mas também que cada país influenciará na outra parte para conseguir vantagens para si mesmo em algum Tratado de paz, coisa que ocorria em grande medida..

Outro ponto que podia levar a abusos por parte de uma e outra parte é o artigo doze que fala sobre a ajuda militar que uma deveria prestar a outra “sem que seja necessário entrar em explicação alguma, fosse da espécie que fosse” e temiam justificando que isto deveria ser assim para que a ajuda fosse rápida d ser executada.

O artigo 22 pede que nenhum súdito destas duas coroas infringisse este tratado “e suas majestades se prometem que não sofrerão em nenhum caso, nem baixo qualquer pretexto que seus ditos Estados e súditos possam fazer nem empreender nada contrario á perfeita correspondência que deve subsistir inviolavelmente entre as três monarquias” (ibidem 49)

Um caso de denuncia ocorreu quando o marquês de Ensenada, da Espanha, quis se afastar um pouco da França para se aproxima mais da Inglaterra e Áustria. (CORDÓN, 264).

O artigo 23 versa sobre a igualdade de direitos entre os súditos “De sorte que todos os súditos das duas Coroas serão geralmente tratados por tudo que é concernente a este artigo nos dois Países que ambas dominam como as próprias e naturais das potencias onde residirem (Pacto de família, 61). Esta clausula dava vantagens á importação de obreiros franceses por parte da Espanha (por falta de mão de obra qualificada neste país)e a ajuda militar.

No artigo 24 é interessante notar as vantagens comerciais que a França poderia tirar “Os súditos das duas Monarquias ao declararem suas Mercadorias pagarão os mesmos direitos que se fossem naturais e esta mesma igualdade será observada na liberdade de meter, extrair e trazer sem que devam pagar-se de uma e outra parte direitos de os eu se perceber dos próprios súditos (ibidem 53).

A Inglaterra sentia-se ameaçada por este tratado pela iminência de ser atacada e pelo fortalecimento espanhol na Europa.

Como dito anteriormente alguns políticos espanhóis viam com preocupação esta excessiva aproximação espanhola da França, Carvajal era favorável de que a Espanha se aproximar se de Portugal e da Inglaterra. Floridablanca via com preocupação esta aproximação excessiva com a França, pois esta sempre tentava tirara vantagens da Espanha com o fito de aumentar seu comércio e fábricas..

Pelo lado francês houve a idéia de que a Espanha queria realce europeu mediante sua aliança coma França.

A relação entre Portugal e Inglaterra

Inglaterra e Portugal tinham relações profundas desde o Tratado de Windsor em 1386 e as mesmas não se alteraram no período que estamos estudando. Se por um lado esta aliança custava a Portugal alguns benefícios econômicos, por outro lhe garantia as posses coloniais.

Como dito anteriormente a Espanha atribuía a esta aliança as ofensas portuguesas, tanto que na carta de Masserano a Grimaldi fica clara a intenção de colocar a Inglaterra contra Portugal ou ao menos de fragilizar esta relação, em entrevista do Lorde de Suffolk, onde se trata do envio de tropas portuguesas ao Brasil aludindo ao feito de que a Inglaterra havia se inteirado deste feito ou não “Mas se os preparativos e hostilidades tem sido feitos sem sua noticia não é menos o insulto que o que nós sofremos”, e mais adiante elogia a Inglaterra afirmando que uma nação justa como ela teria que abandonar seu aliado pelo seu mal proceder, assim como aprovar o que a Espanha fizesse contra Portugal. (AHNM, Leg. 4417, pasta 1, doc 4 folha 5)

Vemos aqui a tentativa de colocar a Inglaterra contra Portugal e também o de fazer com que esta confessasse que conhecia todos os planos de Portugal.

Por outro lado o governo inglês agiria de forma dual com o espanhol porque no documento citado o Lord Stanford demonstra estar ao lado desta comentando “não sabendo pensar nem o que me dizer sobre a má fé do Marques

de Pombal, sendo inevitável que todas as invasões feitas pelos portugueses em nosso fortes e praças” e mais adiante prossegue afirmando “ o Ministro certamente deseja a guerra, enquanto todos anelamos infatigavelmente a paz” *ibidem* folhas 8 e 9).

Talvez realmente existisse uma indignação com as atitudes de Pombal, pois temia-se suas tentativas de fortalecer Portugal e de tira-lo de sua subserviência m relação á Inglaterra. Pombal estava insatisfeito com os privilégios dos comerciantes ingleses em detrimento dos comerciantes portugueses e em detrimento dos comerciantes portugueses e dos maus tratos que estes recebiam em Londres.

Como é sabido, a economia portuguesa começa a declinar consideravelmente a partir de 1760, as importações de produtos ingleses diminuem e com isto a manufatura regional portuguesa é levemente estimulada e são criadas duas companhias de Comércio a Maranhão-Pará e a Nordeste, tais companhias desagradaram os comerciantes ambulante se outros setores. O ministro Pombal queria uma maior independência da Inglaterra, mas ao mesmo tempo reconhecia que era mais vantajoso ser aliado da Inglaterra do que com qualquer outro país. De fato queria uma maior reciprocidade diplomática e de negócio, queria ser considerado um aliado e não m satélite dependente. (BOXER, 1969, p: 325).

É bom lembrar que Portugal tinha prejuízos devido ao contrabando de ouro que os ingleses faziam mediante barcos de guerra e de passageiros. Ao mesmo tempo muitos colono brasileiros precisavam desse contrabando e alguns funcionários das aduanas portuguesas eram corrompidos para que não repreendessem tal atividade.

No que tange ao apoio militar inglês a Portugal vemos que o governo espanhol atribui a essa aliança todos os ataques, coisa clara presente na carta enviada ao príncipe de Masserano em 23 de setembro de 1774 e que é cópia da carta enviada pelo Marques de Vergennes ao Marques de Ossun “Inglaterra, unida pelos interesses de seu comércio assim como pela fê de seus tratados com Portugal não poderia dispensar se de rogar o socorro desta potencia” prossegue

“estabelecimentos dos quais a Inglaterra tem mantido posse e a segurança dos portugueses” (AHNM, Leg. 4566, pasta 9, doc. 5, folha 3.).

Em carta de Pedro de Cevallos, datada em 22 de outubro de 1775 este comenta “Na América Setentrional as forças inglesas são superiores às nossas e não temos outra escolha que a defensiva. Na América Meridional os Portugueses nos insultam porque suas forças também são superiores às nossas. Pois, não seria estranho que ambas potencias desejem guerra conosco e a promovam por todos os meios que se lhes ofereça” (AHS, Secretaria de Guerra, doc. 8, folhas 15 e 16.).

Já mencionados as tentativas espanholas e francesas para debilitar a aliança de Portugal com a Inglaterra, um exemplo é quando Choiseul aproveitou a aversão de Pombal pelos jesuítas para dizer que haveria um plano inglês de invasão dos territórios portugueses com o auxílio jesuíta.

Em uma carta intitulada “Idéia da conduta da Corte de Lisboa com respeito a de Madri” escrita em 1776, podemos notar as reclamações portuguesas com respeito às tentativas espanholas de prejudicar a aliança luso-inglesa. Nesta carta os espanhóis tentam se defender de tal acusação “Entretanto, não somente se queixavam em Londres de que a Corte de Madri tentava por aquele meio deformalos, senão que uma calunia atroz procurando persuadir o Ministério Britânico que o espanhol solicitava separalos da aliança com a Inglaterra” (AHNM, Leg. 4417, pasta 5, doc 4, folha 1.).

Aliança que continuou sendo muito sólida, e que é refletida nos relatos dos naufragos ingleses Jhon Bulkeley e Jhon Cummins que foram acolhidos no porto de Rio Grande em 1742, ambos eram sobreviventes de um naufrágio de uma frota que havia saído de St. Hellens que havia saído da Inglaterra para combater com os espanhóis na América Meridional. Os dois naufragos editaram um livro contando suas peripécias intitulado “A Voyage to the South Seas” publicado em Londres no ano de 1743. Ali eles relatam como foram bem tratados em Rio Grande, com toda deferência, levados à casa do cirurgião, por ser a mais luxuosa e por isto mesmo a mais confortável, o trecho a seguir mostra bem a deferência com a qual foram tratados “a povoação tem estado

vários dias farinha, que é para fazer pão. Nos dirigimos ao governador , o que ela nos prometeu nos abastecer no dia seguinte, então fomos buscala, o que provocou nova murumuração entre os soldados. Contudo recebemos uma quantidade de pão para durar uns dez dias.” (CESAR, 1981, p: 137), continua contando que o guarda do depósito lhes mostrou o pouco estoque que tinham do produto, enquanto que eles estavam recebendo a mesma quantidade que os soldados deveriam receber.

Devemos lembrar que antes de acolhelos o governador lhes fez prolongado interrogatório devido ao medo de que fossem inspetores inimigos na costa.

Outro caso que queremos colocar é um apressamento de um barco espanhol por parte dos portugueses quando este está navegando em costas brasileiras, mais precisamente na altura de Santa Catarina.

. Relata o capitão espanhol Manuel Micon Tem visto uma vela, que notou que fazia diligencia sobre seu navio e em seu lado se colocou ás sete da noite e em voz alta perguntou em voz alta que navio era e contestei na mesma dizendo que rumo seguia e os motivos pelos quais fazia isto, repetiu a mesma pergunta em língua francesa e foi respondido a mesma coisa que n anterior, logo o barco veio com um farol e se deu ordem para que se arrimasse na gavia” (AGI, Audiencia de Buenos Aires, del 15 de octubre de 1775, documento 6, folio 3) Depois conta que foi preso por um tenente inglês e um soldado português.

Aquí o que primeiro nos chama a atenção é que primeiramente foi utilizada a língua inglesa para interrogar, como se fosse para averiguar se eram aliado ou não e depois é que se perguntaria em frances, língua que além d ser universal na época serviria neste caso para averiguar se o outro barco era inimigo.

Outro fator se interesse é que junto ao soldado portugues havia um tenente ingles, que denotaba a ampla interferencia inglesa nos asuntos portugueses, e mais, este ingles tinha uma patente superior o que demonstraria igualmente uma certa depenedecia portuguesa respeito aos ingleses no que se referia á segurança.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, M.S A Europa em el siglo XVIII (1713-1783) Valencia, Aguilar, 1964.
- BOXER, C.R O império colonial português (1415-1825) Edições 70, Lisboa, 1969.
- CÉSAR, Gulhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801) Porto Alegre, UFRGS, 1981.
- HERNÁNDEZ, Juan Franco. Aspectos de la política exterior de España en la época de Floridablanca, Murcia , Real Academia de Alfonso X, 1992.
- ISRAEL, Carolina Lopez. A Espanha e o conflito por Rio Grande. Pelotas, Ucpel,, 2010.
- LOPEZ, Maria Victoria e CORDEZO, Cordón. España en la Europa Del siglo XVIII, in Carlos III y la ilustración. Madri, Sociedad Economica Matritense de amigos del país.
- MUNILLA, Octavio Gil. El Río de la Plata en la política internacional. Sevilla, Escuela de estudios hispanoamericanos, 1949.
- NOVAIS, Fernando A. Brasil e Portugal na crise do antigo sistema colonial São Paulo, Hucitecc, 1995.

FONTES PRIMÁRIAS

- Arquivo Historico Nacional de Madri (AHNM) Secretarian de Estado.
- Arquivo de General de Simancas (AGS) Secretaria de Guerra.
- Tercer Pacto de Familia (1761), editado pelo Ministerio de Relações exteriores, Madri, 1988.

A razão está no Estado ou Mercado: Os momentos de Roberto Campos na política econômica brasileira

Caroline Rippe de Mello¹

Resumo: Este trabalho tem por intuito apresentar o pensamento do político brasileiro Roberto Campos, mais conhecido por *Bob Fields*, destacando-o como um homem de seu tempo que acredita nas idéias e teorias de desenvolvimento para o Brasil. Dessa forma, pode-se dividir seu pensamento em dois grandes momentos, o primeiro (1964-1982), retrata a primeira fase de Campos na política ao qual o mesmo estava mais em razão do Estado, principalmente do regime militar e seus anos iniciais com o presidente Castello Branco. Assim, a partir das memórias e do pensamento desse intelectual podemos perceber o modelo econômico que se queria para o Brasil nessa época, pois é através de suas memórias que se pode perceber que seu pensamento confunde-se com o do próprio governo. No segundo momento (1984-2001), esse intelectual volta-se mais para a razão do mercado, acreditando na ideologia liberal americana e inglesa, o qual tenta trazer ao Brasil a fim de fomentar o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Roberto Campos, Liberalismo, Economia.

Abstract: This paper wants to present the political thought of the Brazilian Intellectual Roberto Campos, best known for Bob Fields, highlighting his for a man of his time, who believed in the ideas and theories of development for Brazil. Thus, we can divide their thoughts into two great parts, the first (1964-1982), depicts the first phase of policy fields in which it was more because of the state, especially the military regime and its early years with President

1 Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Unisinos. Licenciada e Bacharel em História pela PUCRS. Email: carolinerippe@hotmail.com

Castello Branco. Thus, from his memories and thoughts that we can understand the intellectual economic model that they wanted this time to Brazil, because it is through their memories that we can see that your thinking is intertwined with the government itself. In the second phase (1984-2001), these intellectual ideas go to the reason for the market, believing in the American and British liberal ideology, which attempts to bring to Brazil to foster the development of the country.

Keywords: Roberto Campos, Liberalism, Economics.

1. Roberto Campos, o “solitário liberal”

Para entender o pensamento político e econômico de Roberto Campos, deve-se primeiramente compreender sua formação intelectual. Formado em Filosofia em 1934 e Teologia em 1937, vem a graduar-se em economia nos Estados Unidos, país em que atuará durante boa parte de sua vida e formará seu ideário. Nos Estados Unidos, atuou como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 e Embaixador do Brasil entre os anos de 1961 e 1963. Também foi o idealizador e um dos criadores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966 juntamente com Castello Branco e Octávio Bulhões (Lei nº. 5.107) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964 (Lei nº. 4.380), assim como outras reformas e medidas que se converteram em benefícios que ainda hoje existem para o Brasil, principalmente em matéria trabalhista e de financiamento de recursos da União.

O posterior “solitário liberal”² vivenciou o contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre dois modelos norteadores de governo aparentemente opostos, onde cada um dizia-se benéfico e necessário para seu povo com êxito total, ao mesmo tempo em que, ambos taxavam uns aos outros como fracassos cambaleantes. Em outras palavras, a Guerra Fria significou a oposição entre dois modelos de sociedade – a capitalista e a “socialista”, em que as “duas

2 Considerado “solitário”, pois fora o único liberal a compor uma cadeira na Associação Brasileira de Letras, em 23 de setembro de 1999, o qual o mesmo chamou de “Cadeira da Liberdade”, sendo tanto sucedido quanto precedido por pessoas de ideologia conservadora ou de esquerda.

superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBSBAWN, 2003, 224). A URSS controlava uma parte do globo, que o exército vermelho e tropas de força militar estavam ocupando desde a II Guerra Mundial, já os EUA por outro lado, controlava a outra parte - o Ocidente, através do consumo, impulsionado pelas políticas econômicas americanas em vista de deixar sua balança comercial sempre favorável. Porém, mesmo aparentemente antagônicas e em conflito constante, as duas potências evitavam um confronto direto de forças, para não provocar outra Grande Guerra.

No caso do Brasil nesse contexto de Guerra Fria, certas autoridades governamentais - as elites econômicas e políticas se encontravam temerosas com relação ao regime soviético, tanto que muitos governantes e pessoas influentes como o próprio Roberto Campos aqui mencionado, sempre lutaram contra a inserção e práticas de idéias oriundas da esquerda no país. Em termos econômicos, principalmente na década de 1950, “a poupança interna permanecia cronicamente baixa, mantendo assim também o investimento baixo. E o esperado capital estrangeiro para complementar o investimento nacional não era suficiente” (SKIDMORE, 1998, 205). Ou seja, o país não se inseria nem politicamente num regime que se propõe a ser de esquerda, tão pouco uma ordem econômica capitalista, pois o país tinha seus fundos e investimentos à beira da falência e não incentivava o mercado exportador, tal como o capitalismo necessita para ter seu funcionamento pleno.

Em termos de pensamento econômico, o antagonismo oferecido pela economia liberal de livre mercado, em relação à socialista de planejamento em todos os setores, parece ter encontrado a resposta numa espécie de “terceira via”, assim como Hélio Jaguaribe, por exemplo, propunha uma “economia mista”. Essa teoria sobre “economia mista” expõe que o Estado desempenharia um papel crucial no planejamento e intervenções, criando mecanismos para o controle de oferta e demanda, tendo como teórico fundador John Maynard Keynes em

seus escritos sobre teoria macroeconômica³. Inicialmente Campos adere a essa teoria nos anos de 1950 até 1984, apesar desta teoria “mutilar o potencial de poupança e [...] perpretrar a inflação e o subdesenvolvimento [...], pois a teurapêutica keynesiana aplica-se muito bem a economias desenvolvidas em depressão, mas nunca a nações subdesenvolvidas com inflação” (SIMONSEN, 1974).

Para Roberto Campos nos primeiros países onde a industrialização ocorreu o planejamento estatal é alheio, pois para ele, “o credo utilitarista e individualista se constituiu na principal força desenvolvimentista” (CAMPOS, 1974, 24). Segundo Simonsen:

Ao contrário do próprio Rostow, esse credo não se concentrou exclusivamente na promoção de motivação lucrativa e na defesa da propriedade privada, conforme a acusação marxista. Ao longo do tempo, o credo individualista e utilitário evoluiu no sentido da defesa da liberdade política e do voto unitário; implantou o controle de monopólios, desenvolveu uma legislação social que moderou o incentivo do lucro e tornou respeitável, senão dominante, a motivação do bem-estar; e finalmente criou o imposto de renda progressivo, como poderoso instrumento redistributivo e moderador da absorção da mais valia pelo capitalista (SIMONSEN, 1974, 24).

Os países considerados em desenvolvimento não possuem tendências a seguirem regimes governamentais teoricamente construídos de forma orgânica ou “pura”, podendo caminhar entre ditaduras e democracias, devido à debilidade empresarial no setor privado segundo as concepções de liberais de autores citados anteriormente. Partindo deste princípio, Roberto Campos concede uma importância ao setor privado na economia, ele definiu que

3 A teoria macroeconômica está expressa na obra: A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, sob autoria de John Maynard Keynes. Que previa um maior controle do mercado pelo Estado, no qual a poupança, investimentos e renda devem ter um equilíbrio estável entre si. Sendo somente possível a realização desse planejamento através do controle sob a taxa de juros e demanda por moeda.

países onde o empresariado é debilitado são geralmente considerados “em desenvolvimento”. Declarando também que “um dos principais problemas da iniciativa privada na América Latina resulta do contínuo intervencionismo estatal e da imprecisão ou inconstância da delimitação de áreas e funções entre o setor público e privado” (CAMPOS, 1972: 15).

Roberto Campos atrelava ao índice de desenvolvimento da nação o fomento à industrialização, devendo o Estado incentivá-la, o que caracteriza uma parte do ideário desenvolvimentista. Pode-se notar essa prática principalmente no segundo governo Vargas com a criação do Vale do Rio Doce em 1942 e criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco em 1945, só para citar alguns exemplos onde o Estado intervém com recursos e mão-de-obra nesses setores. E mais claramente, fomento à industrialização pelo Estado se deu no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, onde os “cinquenta anos de progresso em cinco” eram a representação da necessidade de uma rápida industrialização dos países ainda agrários como o Brasil, pois “o objetivo era unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infra-estrutura para sustentá-la” (SKIDMORE, 1998: 203).

Já nos anos de 1960 há uma preocupação maior com relação aos regimes que se auto-declaravam “revolucionários de esquerda”, pois a Revolução Cubana ocorrera em 1959 e a ideologia da esquerda tornava-se cada vez mais heterogênea e difundida principalmente nas universidades. Porém em contrapartida havia setores mais conservadores, ao mesmo tempo em que eram simpáticos com o liberalismo econômico eram “protecionistas”. Cabe esclarecer que essa esfera conservadora que simpatizava com o liberalismo econômico se enquadra no “conceito plutocrático de liberdade e da disciplina⁴” proposto por Mannheim.

4 Esse conceito elaborado por Karl Mannheim consiste em quando, uma classe limitada de ricos aplica ideologia liberal sem levar em consideração as mudanças sociais. A liberdade econômica deve ser expressa, diminuindo o papel do Estado. Porém a liberdade social é tolhida de certos grupos.

Roberto Campos no ápice de credulidade das teorias keynesianas, é muito crítico do governo de João Goulart, que para ele ameaçava não só a propriedade privada, mas a autonomia brasileira, onde acreditava que Jango iria instaurar uma “ditadura de esquerda”, opinião expressa nas mais variadas obras do autor compactuadas com as de Mario Simonsen, além de Goulart assumir a presidência com uma inflação de 34,7% em 1961, chegando a ponto de em 1964 a inflação atingir os 100%. Desta forma, logo houve o apoio de Campos ao golpe de 1964, alinhando-se às políticas de Castelo Branco (1964-1967), pois:

[...] a partir de 1964, face à ameaça de caos social que poderia descambar num autoritarismo de esquerda [...] surge como elemento de contenção do populismo distributivista, do regionalismo dispersivo e do personalismo político o golpe de 64 (SIMONSEN, 1974: 228).

Seguindo esse ideário de que Goulart iria implantar um regime socialista, Roberto Campos declarou que “na primeira parte dos anos 60 o Brasil perdeu seu ímpeto desenvolvimentista que tinha nos anos 50, por desastres políticos” (SIMONSEN, 1974: 25), criticando diretamente Jango. Neste sentido, apoiou as políticas do presidente Castello Branco, pois sua função era “reafirmar a autoridade para salvar a liberdade” (CAMPOS, 1968: 354), pois as medidas de Goulart de nacionalizar refinarias de petróleo privadas e desapropriar terras em prol da Reforma Agrária ameaçavam a economia principalmente.

Logo em Roberto Campos percebe-se que para uma sociedade tornar-se moderna e industrializada certo grau de autoritarismo era inevitável, sendo um dos favoráveis da teoria da “contra-revolução” e não do “golpe de 1964”. No caso de 1964 alguns militares consideravam a intervenção militar algo temporário, apenas para corrigir a indisciplina social, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento, sendo considerado esse modelo de uma democracia participante com um executivo forte. Desta forma:

“O Congresso expurgado prontamente elegeu [...] Castelo Branco [...]. Os tecnocratas eram liderados por Roberto

Campos, diplomata e economista e destacado crítico do governo Jango em seus últimos tempos. Campos trazia consigo uma equipe de economistas e engenheiros, muitos dos quais tinham contribuído para a criação de um *think tank*, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de Janeiro e São Paulo. Eles assumiam o poder com idéias claras e convencionais sobre como conter a inflação e restaurar o crescimento econômico no Brasil” (SKIDMORE, 1998: 216).

Cabe acrescentar que Campos atuou efetivamente na economia brasileira no governo de Castello Branco até 1967, sendo sucedido por Delfim Neto no governo de Costa e Silva. No primeiro governo militar ocorreu o “milagre econômico” gerenciado por Campos, em que a inflação fora reduzida de 92% em 1964 para 28% em 1967, abrindo espaço ao *boom*, com uma média de expansão de 10,9%, possibilitando a oferta de crédito e crescimento no setor industrial posteriormente. Contudo, provocou desigualdades entre os trabalhadores, entre as regiões e desigualdades de renda.

Para o autor um grande número da população brasileira não possuía capital suficiente para sua subsistência, algo que segundo ele se agravava pelo rápido crescimento demográfico, os quais faziam uma relação entre mão-de-obra e capital e capital, mão-de-obra e terra, o que diminuía a vantagem competitiva e a remuneração do trabalho. Sendo assim deveria ocorrer uma industrialização lenta e gradual segundo Gudín, outro conhecido liberal, pois a “economia brasileira, como a do restante da América Latina, sofria de baixa produtividade e pleno emprego, e não de especialização em atividades agrícolas e de desemprego” (BIELSCHOWSKY, 2002, 55).

2. Planejamento, Desenvolvimento e Nacionalismo

Na sua transição da primeira a segunda fase, cabe esclarecer que a teoria do planejamento é algo menos concreto do que o projeto segundo Campos, possuindo suas diferenças entre os países de economia capitalista ou socialista,

de cunho marxista ou liberal. Em países considerados subdesenvolvidos a teoria do planejamento segue uma linha distinta, devido às particularidades que seus setores apresentam. Há argumentos a favor da teoria do planejamento e contra, em que:

Um dos vários argumentos de que se lança mão para demonstrar a inevitabilidade do planejamento, e o mais frequente usado, é o de que as transformações técnicas tornaram impossível a concorrência em capos cada vez mais numerosos e só nos resta escolher duas alternativas: ou o controle da produção por monopólios privados, ou direção pelo governo (HAYEK, 1984, 78).

A teoria de planejamento adotada por Campos é a de Carl Landauer⁵, que se definiria como uma “orientação das atividades econômicas por um órgão comunal, mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos assim como qualitativos, os processos produtivos que devam ser empreendidos durante um período de futuro prefixado” (CAMPOS, 1963, 10). Na crença de Campos, tanto o planejamento quanto a intervenção estatal são positivos aos países subdesenvolvidos, visto que um dos principais problemas do planejamento reside no setor empresarial, principalmente entre a empresa estatal e estrangeira: a estatal exige concentração de capital contra a alta tecnologia das estrangeiras, logo para corrigir essa debilidade do empresariado nacional, o Estado deve estimulá-lo através de auxílios, pois essa debilidade é fruto de uma má distribuição de renda associada à inexperiência dos profissionais da área. Inclusive devido a isso há órgãos de crédito internacionais voltados à pequena

5 Carl Landauer (1891-1983) foi um professor emérito alemão que atuou na área de economia em diversos países, vindo a falecer nos Estados Unidos, último país que atuou. Em 1912 se tornou membro do Partido Social Democrata alemão, foi quando começou a escrever sobre economia. No período da Segunda Guerra, lutou pela democracia e contra a ascensão do nazismo. Faleceu aos 92 anos, dois dias depois de publicar seu último livro.

e média empresa, tal como o FUNDECE, FINAME e FIPEME⁶, constituindo assim uma espécie “nacionalização do crédito externo”.

A teoria de Roberto Campos num outro momento situado no regime militar sofreu uma influência da Escola de Freiburg. Para essa escola econômica alemã, no âmbito de suas deliberações, ela tem por premissa o providencialismo, em que as ações econômicas dos indivíduos promovem sua prosperidade e o automatismo do mercado, composta por forças imanentes, que regulam os setores econômicos. Cabe acrescentar que a teoria de Roberto campos também foi influenciada pelo pensamento econômico de Mario Simonsen, o qual fora um dos fundadores do conhecido desenvolvimentismo em 1944, época onde “o planejamento e a industrialização emergiram no Brasil, portanto como questões extremamente politizadas” (SOLA, 1998: 75).

Dentre as teorias desenvolvimentistas, os aspectos mais destacados eram: o crescimento de salários e indústrias, expansão do mercado interno e as medidas de base na educação e saúde, medidas essas necessárias para que os países subdesenvolvidos pudessem obter alguma ascensão no cenário interestatal. Esse discurso será reavaliado e incorporado pela própria CEPAL posteriormente, chegando até 1952 com a criação do BNDE, com ativa participação de Roberto Campos na área técnica, onde o tão preterido

6 FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial é um órgão subsidiário ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criado em setembro de 1964. Oferece financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, através de instituições financeiras credenciadas.

FIPEME: Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa. Criado em 1964, e vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o FIPEME torna-se uma unidade operacional com a reestruturação do banco, um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas.

FUNDECE: Fundo de Desenvolvimento da Educação e Capacitação Empreendedoras das micro-empresas. Tendo como objetivo, a geração de recursos financeiros exclusivamente para desenvolvimento de programas e projetos de formação e capacitação nas áreas de empreendedorismo, gestão, informação, tecnologia e inovação, objetivando a profissionalização e melhoria da competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras.

investimento de capitais externos e ampliação do mercado interno foram uma das principais medidas realizadas por esse órgão de fomento ao empresariado industrial.

Cabe ressaltar que a ideologia do desenvolvimento toma forma com o governo de Juscelino Kubitschek, tornando-se uma preocupação frequente a partir da década de 1950 no Brasil e inclusive nos países onde a taxa de crescimento vinha sendo mais elevada. O capital estrangeiro nessa década “é visto como necessário para acelerar o aumento da renda”, dessa forma através dos investimentos desse capital se pensava que a taxa de crescimento se elevaria, porém, “o principal problema é a dependência tão forte das relações de intercâmbio, em que todo este processo *depousou*, e a influência muito pequena que uma economia como a brasileira é capaz de exercer para controlá-las ao seu favor (BNDE, 1957, 04).

Dos principais argumentos sobre apoio externo, havia uma corrente a favor da inserção do capital estrangeiro no governo de JK devido a uma necessidade técnica a fim de fortalecer a economia. Esse capital foi amplamente empregado na industrialização, para que o país se tornasse soberano e próspero no discurso. Para Juscelino, esse investimento na indústria terminaria com pensamento colonialista brasileiro em sua concepção, o nacionalismo se define pelo desenvolvimento de cunho anticomunista, pois se baseia na defesa da Nação e repúdio a subversão, onde:

Num país como o Brasil, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de empregos e capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado (CARDOSO, 1977: 140).

No caso da presidência de Juscelino, essa ideologia do desenvolvimentismo toma forma e clareza em seus objetivos, pois havia uma maior preocupação com os países em crescimento como o Brasil na época.

Por isso deviam-se lançar no mercado os produtos brasileiros, pois a partir do capital nacional seria gerada a exportação, porque essas relações com o mercado externo prejudicavam os países mais fracos economicamente.

Por sua vez, Campos se apresenta como um antinacionalista em suas obras, o autor acredita que o nacionalismo mais se preocupa em distribuir riquezas do que em produzi-las além de em outras instâncias ser até mesmo xenófobo e, conseqüentemente excludente. Redistribui riqueza para os pobres, discrimina a agricultura e enaltece a indústria – atendendo aos interesses da classe média; tende a favorecer a propriedade coletiva e estatal para a socialização de empregos para a classe média emergente, dificultando em assegurar carreiras. Essa opinião de Campos é um contra-argumento ao nacionalismo moderado do governo Vargas, relacionado com a “política de massas e com o estilo populista [...], em resposta ao processo de redistribuição de recursos políticos associado à concorrência eleitoral e à crescente integração das massas urbanas à vida política” (SOLA, 1998: 94).

3. Teorias deturpadas e ações controversas

Para que o liberalismo desse certo no Brasil, Campos declara que deveria haver uma modificação na mentalidade social da população, dizendo que “(...) as deformações de mentalidade são nossos verdadeiros inimigos. Há muito luto contra três deles: o *pseudonacionalismo*, o *pseudoigualitarismo* e o *pseudoliberalismo*” (CAMPOS, 1987: 05), sendo o “pseudonacionalismo” caracterizado pela retórica agressiva em detrimento de uma opção pela solução mais eficaz. Suas barreiras, quase xenofóbicas rejeitam o o discurso e a prática liberal. O nacionalismo vivenciado por Campos em sua época concentrava os poderes econômicos e de mercado no Estado, declarando-se até mesmo antinacionalista, pois:

[...] se alguma coisa a história nos ensina é que a concentração do poder econômico no Estado acaba

afirmando mais cedo ou mais tarde o pluralismo político, pois o poder nacional é uma categoria intuitiva como sendo, o poder de coerção que uma nação pode exercer sobre as outras, quer por métodos pacíficos, quer por métodos militares (CAMPOS, 1964, 37).

O “pseudoigualitarismo”, advindo pelo que Lord Action se refere como “fatal posição pela igualdade”, que promete assegurar o sucesso de todos enquanto se mostra possível ao Estado na melhor das hipóteses, facilitando o acesso do povo a certos setores, fazendo com que esse povo não saiba que paga através de impostos às benesses que recebe do governo, através do controle da informação. Porém baseado na teoria de Milton Friedman o liberalismo econômico é antecessor ao político, e uma possível igualdade viria *a posteriori*, tal como Friedman afirma no trecho a seguir:

[...] De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida num sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política (FRIEDMAN, 1985, 17).

O “pseudoliberalismo” é uma crença para que a liberdade étnica e econômica seja distinta. Por isso, não é concebível cogitar que existam países liberais sem que as esferas sociais e econômicas sejam coerentes entre si, ou seja, livres. Fundamentalmente só há dois meios de coordenar as atividades econômicas, uma é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército ou Estado totalitário, o outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado. Portanto, se culturalmente a ojeriza entre os indivíduos continua a prevalecer, mesmo num país liberal para com sua economia, logo esse mesmo país não é liberal, mas sim um “pseudoliberal”, seguindo a perspectiva de Roberto Campos.

No caso do Brasil muitos governos mostraram tentativas de aplicação de políticas parcialmente liberais e intervencionistas na economia. No caso do segundo governo Vargas, mesmo sendo um Estado de Sítio, algumas dessas

políticas liberais foram realizadas, tal como a criação da Comissão Mista⁷ de estudos técnicos voltados à economia, contando não apenas com profissionais brasileiros, mas americanos também. Ainda no governo Vargas, foram selecionados técnicos nacionalistas da Assessoria Econômica⁸, mobilizados juntamente com os considerados cosmopolitas, o qual Roberto Campos fazia parte, “desse modo, os técnicos de um dos grupos puderam participar ativamente do processo decisório, embora articulados em arenas bastante distintas” (SOLA, 1998: 96).

Nessa comissão mista se teve na ala cosmopolita um teórico de idéias desenvolvimentistas e liberais de destaque – Eugênio Gudin, que em 1944 redigiu o Projeto de Lei que institucionalizou o curso de Economia no Brasil. Ao longo de 100 anos de vida, esteve presente no cenário econômico nacional atuando como delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional realizada em Bretton Woods (EUA), governador brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional de 1951 a 1956 e Ministro da Fazenda no governo Café Filho, onde “discuti de forma qualificada os principais problemas econômicos brasileiros e procurou adaptar a teoria desenvolvimentista dos países desenvolvidos à realidade dos subdesenvolvidos” (TELEGINSKI, 2010, 01).

As concepções de nacionalistas e liberais tiveram seu ápice no debate entre Gudin e Simonsen. Gudin era interessado no comércio agro-exportador e também no setor agrícola, já Simonsen era mais preocupado em relação à indústria nascente. Simonsen desejava uma participação estatal mais efetiva na economia como planejador, produtor e protetor, Gudin via o intervencionismo estatal prejudicial à economia, “sua oposição ao planejamento consiste basicamente na questão do liberalismo econômico, pois considerava perigosa

7 Faziam parte desta Comissão: Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanh.

8 Nessa Assessoria Econômica encontramos atuando os economistas: Cleanto Paiva Leite, Inácio Rangel, Roberto Campos e como informal Celso Furtado.

a intervenção do Estado na economia de forma a permitir concessões ao socialismo” (TELEGINSKI, 2010, 02). Inclusive em 1944, quando Vargas tinha dificuldades em manter o aparato do Estado Novo, Simonsen não questionou o excesso de autoridade presidencial nem o planejamento e a democracia. Porém Gudin proporcionou subsídios de oposição ao governo “associando habilmente intervencionismo econômico, ou sua possibilidade, o autoritarismo político”⁹.

Para Campos, que não seguia linhas ortodoxas fiéis a Simonsen, Gudin ou até mesmo a CEPAL, dentro de seu ponto de vista, o capital estrangeiro e a iniciativa privada têm papel fundamental, mas o “pseudonacionalismo” e o “pseudoigualitarismo” são vistos como empecilhos, pois eles se utilizam de medidas artificiais para deterem processos que seriam considerados naturais como o mercado, “pois infelizmente nem o evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o Diário Oficial conseguiram revogar a lei da oferta e da procura” (CAMPOS, 1986: 15).

Pode-se afirmar que Roberto Campos defendia a flexibilização do trabalho, tal como a salarial em 1974, que contava com reajuste alheio ao mercado, que era causa de inflação e diminuição do poder de compra. Conforme o autor, as intenções foram excelentes, mas os resultados ruins ou até negativos. Pois os aumentos compulsórios dos salários contribuíram e contribui para o desemprego de muitos, e pelo seu valor deixaram muitos sem emprego. O possível aumento de renda a um extrato de trabalhadores custou o emprego dos demais. Campos acreditava que não eram nos papéis que estavam as respostas ou numa nova constituição prometendo isso, “pois o problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre foi de cumpri-las” (CAMPOS, 1986: 38). Para ele a política trabalhista devia ser menos regulamentada, pois se, de um lado, a economia de mercado tem o desemprego e a desigualdade como efeitos comuns, as alternativas são muito piores. Na economia “marxista” o

9 O debate entre Simonsen e Gudin está publicado em versão completa em: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin*, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do estado novo.

desemprego é maquiado através dos cabides nas alas burocráticas, exércitos e inteligência, não negando que muitas vezes utiliza inclusive campos de concentração e migração forçada.

A exportação é a solução do *déficit* público e dívidas internas e externas, sendo que além do ingresso de desvios gera outros benefícios como, economia de escala com sinergia em menor custo, dinâmica de mercado e extinção de oligopólios, garantindo assim a estabilidade mundial. Para combater a inflação que se apresenta como um empecilho ao desenvolvimento brasileiro deve-se cortar gastos estatais. A mudança proposta por Roberto Campos na constituição de 1967 trocando as emissões de moedas em títulos nada adiantou sem uma política de contenção de gastos. Pois a perpetuação da inflação tem como consequência o desemprego e paralisia de investimentos, piora na distribuição de renda aos assalariados, estrangulamento cambial e inviabilização do crescimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 55 p.

BNDE. *Exposição sobre Programa de Reparcelhamento Econômico*, exercício de 1957.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Do outro lado da cerca: Três discursos e algumas elegias*. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

_____. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

_____. *Ensaio contra a maré*. Rio de Janeiro: APEC, 1969.

_____. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: Apec, 1964.

- _____. *Ensaio Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- _____. *Função da empresa privada*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.
- CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK a JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LEI nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm> Acesso em: 17 ago. 2010.
- LEI nº 4.380, DE 21 de agosto de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm> Acesso em: 17 jun.2010.
- LUZ, Olavo. *Roberto Campos: Um retrato pouco falado*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- PEREZ, Reginaldo T. *O pensamento político de Roberto Campos*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- TELEGINSKI, Jaqueline. Gudin e o pensamento liberal. IN: *Vitrine Conjuntiva*, Curitiba, v.3, n.1, março de 2010.

O DESTAQUE DO PERSONAGEM HENRIQUE DE NAVARRA NO ROMANCE A RAINHA MARGOT

Cíntia Maria Machado Ferreira¹

Lisiana Terra Lawson da Silva²

RESUMO: O casamento arranjado entre Margarida de Valois e Henrique de Navarra tinha como objetivo aparente, acabar com as guerras entre católicos e protestantes huguenotes. Porém, não foi este o plano do rei Carlos junto com sua mãe Catarina de Médicis. A ordem era atrair os huguenotes à Paris para promover um massacre em massa. Os episódios que envolveram guerras, intrigas e manipulações, serviram de inspiração para que o escritor, Alexandre Dumas, criasse seu romance a partir de fatos históricos.

Palavras-chave: casamento, católicos, protestantes, huguenotes, guerras de religião

ABSTRACT: *The arranged marriage between Marguerite de Valois and Henry of Navarre had the apparent goal to end up the wars between Catholics and Protestant Huguenots. But this was not the plan of King Charles along with his mother, Catherine de Medici. The order was to attract the Huguenots to Paris to promote a mass slaughter. The episodes involving wars, intrigues and manipulations, served as inspiration for the writer, Alexandre Dumas to create his novel based on historical facts.*

Keywords: marriage, catholics, protestant, huguenots, wars of religion

1 Acadêmica em História Bacharelado – Furg cintiamachadof@gmail.com

2 Acadêmica em História Bacharelado – Furg lisianalawson@yahoo.com.br

1 Introdução

A religião Protestante, depois de 1534, era considerada ilegal na França. Os protestantes huguenotes, inicialmente, eram a minoria neste país. Com o passar dos anos, os huguenotes aumentaram e tornaram-se um grupo clandestino demasiadamente organizado. A luta constante destes protestantes tinha como objetivo combater os abusos cometidos pela monarquia vigente, com o intuito de dissolver as perseguições religiosas. De acordo com o historiador Marvin Perry (2002) em 1562 a guerra civil entre protestantes e católicos era inevitável. “Seguiu-se então uma das mais brutais guerras religiosas da Europa”. [...]

O presente artigo tem como objetivo destacar as qualidades relativas ao rei Henrique de Navarra³, sob o olhar de Alexandre Dumas. Além disso, para que os episódios do romance tornem-se esclarecidos, algumas abordagens históricas referentes a este período, inclusive a questão sobre o absolutismo, será observada.

Para sustentar a análise sobre este importante rei protestante, o romance histórico de Alexandre Dumas, *A rainha Margot* foi a principal fonte. Para que a observação deste romance possa ser legitimada através de fatos verídicos, serão citados autores de teorias literárias e historiadores. O autor da obra já citada procura construir a imagem de um rei forte, de bom coração e tolerante quanto às questões religiosas. Citando ainda as palavras de Marvin Perry, Henrique IV coroado sob a condição de tornar-se católico, publicou em 1598 o Editto de Nantes. Esse documento visava institucionalizar certo grau de tolerância religiosa.

Para o melhor entendimento do tema tratado no artigo, é

3 Navarra era um reino no sul da França, na fronteira com a Espanha.

importante salientar alguns pontos sobre a vida e a obra do autor, assim como o estilo literário corrente, pelo qual favoreceu o seu sucesso. Alexandre Dumas nasceu em 24 de julho de 1802, numa pequena cidade do interior da França. Durante sua infância a França esteve sob o domínio napoleônico, mas em sua adolescência, a França passou pelo período da Restauração Dinástica o que influenciou fortemente a sua obra.

Em 1815 com a derrota de Napoleão, houve a restauração da monarquia francesa, com a subida ao trono de Luís XVIII. Este foi um movimento generalizado pela Europa, com a volta da monarquia em vários países, chamado de contra-revolução. Na França a contra-revolução teve três etapas, a primeira com Luís XVIII de 1815 a 1824 quando subiu ao trono Carlos X iniciando a segunda fase, com um regime monarquista de extrema direita até 1830 na terceira etapa, com Luís Felipe I, o “Rei Burguês, que governou com uma monarquia constitucional até 1848, derrubado por uma insurreição burguesa e popular.

A essa restauração das pessoas e das famílias junta-se a restauração do espírito monárquico. Na nova Europa, não se fala mais em República; o princípio da legitimidade monárquica triunfa soberano. (RÉMOND, 1974, p.18)

Durante todo esse período o país ficou dividido entre os ultra-realistas de extrema direita, que viam na figura do rei o poder absoluto, e divino, acreditavam que a restauração era uma obra providencial da volta da dinastia Bourbon, e os realistas que eram mais moderados e que tinha duas vertentes monarquistas e monarquistas constitucionais.

Em 1815, houve várias publicações exaltando os monarquistas, dentre elas, destacaram-se De Bonaparte e dos Bourbons de Chateaubriand⁴, que fez uma apologia à monarquia européia, em que defendeu a tese de que a França não fora invadida, derrotada e ocupada, porque os invasores tinham pleno direito divino de trazer de volta a monarquia que era a época da ética e da moral religiosa, tese essa adotada por Luís XVIII e que teve grande repercussão na Europa.

A derrota da França pelas monarquias contra-revolucionárias teria sido uma lição da 'providência' e não castigo ou humilhação; afinal os exércitos invasores não foram conquistadores, mas, libertadores. Isto, porque o objetivo dos monarcas deveria ser restaurar a ordem e os valores éticos eternos. (COSTA, 1999, p 197)

Com a morte de Luís XVIII e a subida ao trono de Carlos X, tomaram o poder os ultra-realistas, começando um período de mais rigor e de maior defesa do direito divino da monarquia, do rei absoluto.

Este período foi de extrema importância para a obra de Dumas, pois a mesma retrata a figura do rei, o primeiro Bourbon, Henrique IV como um homem forte, corajoso, moralmente irrepreensível, ou seja, divino, é a figura ideal do rei Francês.

2 A Literatura de Alexandre Dumas

4 François-René de Chateaubriand (1768-1848), escritor francês.

A segunda de suas peças teatrais, *Henrique III*, encenada em fevereiro de 1829, curiosamente tratava de personagens que voltariam a aparecer em outro romance, *A rainha Margot*. Outros romances históricos também se destacaram como *Os três mosqueteiros*, publicado em 1844 e o *Conde de Monte Cristo*. Algumas obras de Alexandre Dumas tiveram suas continuações. Citando como exemplo *A rainha Margot*, a obra teve duas grandes sequências, *A dama de Montsoreau* (1846) e *Os quarenta e cinco* (1848).

Para focalizar algumas características do romance *A rainha Margot* é importante verificar quando ocorreu o surgimento do Romantismo como escola literária. Segundo Massaud Moisés (2005), importante teórico da Literatura Portuguesa, o Romantismo surgiu quando o “[...] espírito clássico entra em crise à entrada do século XVIII, quando irrompem na França as primeiras manifestações contra o culto dos antigos e o dogmatismo das regras [...]”. Afirma que o Romantismo teve origem na Inglaterra e Alemanha, pois coube à França o papel de amplificador e divulgador do movimento.

O tradutor da obra de Alexandre Dumas, Fernando Nuno, dedica um espaço da obra de *A rainha Margot*, dedicado a esse importante romancista. Desse modo, atribuiu elementos de transição na obra de Alexandre Dumas, que partem do romantismo ao realismo. A escrita do autor não pode ser classificada como romantismo “puro”, embora esta escola ainda fosse dominante em parte do século XIX. As obras do romantismo se destacavam quase que na maioria na poesia, estética que não foi dominante na escrita de Dumas. No romance em destaque, o autor moldou personagens que se envolveram em desencontros sentimentais envolvidos por um temperamento cínico e de senso de realidade. Esses

sentimentos se intensificam principalmente nos casos em que o jogo de poder está envolvido.

Além disso, Fernando Nuno (2008) também conta que “[...] os estados de exaltação sentimental, amparados pela ideia de que a narração deveria ter como base na experiência emocional do artista, essencial nos românticos, tampouco são o forte na obra de Alexandre Dumas.” [...] De fato, o elemento de romantismo que prevalece na obra desse autor, foi sem dúvida o resgate do passado histórico.

O autor Carlos Reis (2003), outro destaque na teoria da Literatura, afirma que “a inegável projeção de que o drama desfruta, no Romantismo europeu, é compartilhada pelo romance histórico”. Sem dúvida alguma, as obras de cunho histórico de Dumas insere-se neste contexto literário. A obra literária em análise confere as características de romance histórico porque se constitui de personagens que existiram e de fatos que ocorreram na França durante 1572.

A Noite de São Bartolomeu de 24 de agosto de 1572, sem dúvida, foi o episódio que marcou a obra e através deste massacre o romance se desenrola. As guerras de religião são fatos históricos importantes que se destacam em todos os livros de história. O estopim para que esta guerra ocorresse, foi o crescente ódio entre católicos e huguenotes. Sendo assim, estes conflitos tinham vertentes desde o rompimento religioso causado pelos movimentos da Reforma.

A tentativa de paz entre essas religiões, com o casamento de Margarida de Valois⁵ com Henrique de Navarra, foi a armadilha do

5 Valois era a dinastia reinante da França de 1328 a 1589 e Margarida de Valois é apelidada carinhosamente de Margot.

rei Carlos IX da França para massacrar os huguenotes. Porém, este acontecimento deveu-se em grande parte, pelas influências manipuladoras da mãe do rei, Catarina de Médicis. O narrador do romance observa o caráter cínico do rei diante a cerimônia no momento em que “o rei respondia a todas as alusões com os lábios pálidos e um sorriso dissimulado: - Ao dar minha irmã a Henrique de Navarra, estou dando meu coração a todos os protestantes do reino.” (DUMAS, 2008, p.19)

3 O rei Henrique de Navarra e o romance *A Rainha Margot*

Na memória dos franceses, Henrique de Navarra, ou Henrique IV, é visto até hoje como um grande rei, benevolente, corajoso, arrojado no amor, e gentil com todos. Seu reinado é considerado como pacificador entre católicos e protestantes (huguenotes) e de grande desenvolvimento econômico. Passou à história como um rei tolerante e amado. Em um dos episódios do romance, o narrador assegura que “Henrique de Navarra não tinha coragem física; mais que isso, ele possuía força moral. Temia o perigo, mas o enfrentava sorrindo.” (DUMAS, 2008, p.117)

Em outras situações, o rei novamente foi destacado por sua bravura e coragem diante qualquer perigo. Na verdade, ele sabia que sua vida estava em risco, e Catarina era a pessoa mais interessada em vê-lo morto. Como qualquer autor de traços românticos, Alexandre Dumas faz questão de caracterizar uma cena em que até mesmo, a cachorrinha de Catarina, sentia simpatia por Henrique. Isso revelou mais uma vez, a eficácia do autor em salientar e exaltar as qualidades desse rei protestante.

“De repente, Henrique de Navarra entrou no apartamento. A cachorrinha de Catarina deu um salto da poltrona e correu para ele. [...]” (DUMAS, 2008, p.72)

Em 1572, seu casamento com Margarida de Valois, filha do rei Henrique II e Catarina de Médicis, foi um meio para pacificar católicos e huguenotes, pois a dinastia Valois era católica e Henrique de Navarra protestante. Com isso o reino esperava uma reconciliação entre as duas religiões. Em alguns dos trechos selecionados na obra verifica-se a expectativa da parte dos huguenotes em estabelecer a paz. De acordo com as palavras do narrador, “[...] os grandes salões do Louvre estavam sempre cheios de protestantes, que acreditavam que o casamento de seu líder Henrique ia lhes trazer uma era de prosperidade”. (DUMAS, 2008, p.16)

Mas, passados alguns dias do casamento, houve um atentado contra um dos principais líderes huguenotes, o que desencadeou uma matança que culminou na Noite de São Bartolomeu. Henrique conseguiu escapar da mortandade, abjurando do protestantismo e dizendo-se católico. O trecho destacado refere-se à visão do narrador diante do massacre ocorrido naquela noite:

Todos estavam armados com punhais, espadas ou armas de fogo. Pelas ruas vizinhas, realizava-se o terrível espetáculo. Ouviam-se gritos medonhos, a fuzilaria era ininterrupta, e de vez em quando algum infeliz fugitivo passava, seminu, aterrorizado, ensanguentado, envolto por um círculo de luzes fúnebres. (DUMAS, 2008, p.89)

Após a guerra ocorrida em Paris, o rei de Navarra teve que cumprir sua promessa de conversão ao catolicismo. De acordo com as palavras do narrador, o rei agia desta maneira com a intenção de estabelecer a paz e a harmonia dos reinos. Esses atributos são conferidos a um homem de coragem, que se sacrifica por amor ao seu reino.

Durante os três dias seguintes a harmonia se estabeleceu entre Henrique e Margarida. Ele não precisou abjurar sua religião publicamente; isso foi feito diante do padre confessor do rei da França, e o rei de Navarra passou a assistir à missa todos os dias no Louvre. (DUMAS, 2008, p.160)

A conversão de Henrique de Navarra lhe conferiu alguns benefícios no reino, principalmente a confiança de Carlos IX. No romance, Alexandre Dumas defendeu a ideia de que foi possível o rei aceitar Henrique como pessoa de sua própria família. Os laços de amizade destes dois homens aumentaram durante uma das caçadas organizadas para o rei Carlos. Mais uma vez, Alexandre Dumas sob a condição de narrador, atribuiu características nobres a Henrique. O fato de ter salvado Carlos diante de um animal selvagem, nos levou a crer que Henrique foi um homem que não guardava rancor. Se o rei tivesse morrido, a morte de milhares de huguenotes poderia ser vingada. Porém, não foi o que ocorreu:

De repente, viu-se o brilho de um punhal, um braço erguido e uma lâmina afiada e cortante que penetrava no dorso do animal.

Carlos, que quase tinha sido ferido na perna pelo javali, ficou lívido como um cadáver ao ver a quantidade de sangue que corria sobre ela.

- Majestade – disse Henrique, de joelhos, mantendo o punhal de caça enterrado no coração do javali - não foi nada, Vossa Majestade não está ferido.

Carlos se ergueu; Henrique fez o mesmo em seguida, largando o punhal, e o javali tombou, deixando correr mais sangue pela boca que pela ferida. (DUMAS, 2008, pp. 238-239)

Para enfatizar as qualidades de Henrique, o narrador mais adiante presenciou um novo fato. O rei Carlos consciente que iria morrer confiou o próprio trono, ao rei dos huguenotes. Justificava essa atitude por desconhecer alguém capaz de tornar-se rei da França.

Você é o único digno e capaz de governar esses debochados. Meu irmão Alençon é um traidor, deixe-o preso onde o coloquei. Minha mãe vai tentar matar você: mande-a para o exílio. Em três, quatro meses, meu irmão Anjou talvez venha disputar o trono. Responda com um breve do Papa. Já negocie esse assunto com meu embaixador em Roma; logo você vai receber o documento papal. (DUMAS, 2008, p. 341)

Mesmo com a morte de Carlos IX, Henrique não conseguiu assumir o trono. Para qualquer católico, inclusive para Catarina de Médici, a possibilidade de um protestante governar a França era remota. No ano de 1576, Henrique conseguiu fugir para Navarra tornou-se um

dos líderes huguenotes.

Porém, com a morte do rei Henrique III, subiu ao trono, Henrique de Navarra, agora Henrique IV, e começando então, a dinastia Bourbonica⁶. Mas, a oposição dos católicos reunidos na Liga Católica era muito forte, e durante cinco anos, Henrique tentou controlar o reino, através de acordos com a Santa Liga, ou luta armada. Mas em 1593, o rei concluiu que era melhor tornar-se católico, neste caso, mais uma vez. E se atribuiu a ele a célebre frase: “*Paris bem vale uma missa*”. Com isso foi consagrado rei em Saint Denis e aceito pelos parisienses.

Dumas no seu romance, durante um diálogo entre Henrique e Margot, reforça a ideia de que o rei colocava o reino e suas responsabilidades como o povo francês acima de sua religião.

- Para dizer a verdade, estou pensando. O que a senhora quer? Quando a gente tem vinte anos e já é rei, existem coisas que valem uma missa. (DUMAS, 2008, p. 144)

Diante deste fato, começou então o reinado de Henrique IV, que teve como objetivo acabar com as guerras religiosas que já duravam trinta anos, e com isso, promover o desenvolvimento econômico. Com o Édito de Nantes em 1598 que prometeu a tolerância entre as religiões, concedendo plena liberdade de culto aos huguenotes, formou seu governo com homens tanto protestantes, quanto católicos. Além disso, destituiu dos cargos antigos nobres e colocou homens mais capazes, fazendo com isso que a administração fosse mais ágil e favorecesse a recuperação da

6 Dinastia que reinou na França de 1589 a 1830.

economia.

Uma das maiores vitórias de Henrique IV, pouco comentadas, foi a centralização do poder que conseguiu instituir. Pouco a pouco, através de manipulação política, ignorando protestos, o rei se sobrepôs aos poderes provinciais e reduziu gradualmente os poderes e liberdades das cidades. Configurou com isso, um reinado mais centralizador na figura do rei, que já tinha começado com Francisco I, mas com Henrique IV se aprimorou, percorrendo um caminho que levou ao absolutismo.

Mas foi no plano pessoal que o rei Henrique IV ainda coexiste na memória dos franceses. Não possuía uma cultura refinada como a dos Valois, pois foi um cidadão sulino, mas tinha um temperamento gentil e amável com os camponeses. Até suas aventuras amorosas foram relevadas pela população, que o viram como um grande galã.

Mas essa era dourada acabou com a guerra contra os Habsburgos, em 1609, seus nobres estavam cansados de paz, e pressionaram o rei a entrar em combate. Em 14 de maio de 1610, um fanático, antigo integrante da Liga Católica⁷, assassinou o rei enquanto este passava pelas ruas de Paris. Com isso renasceram as disputas entre católicos e protestantes e a Espanha despontou como nação suprema na Europa. Seu herdeiro Luis XIII, com apenas nove anos de idade, teve como regente Maria de Médicis. Depois com o Cardeal Richelieu como primeiro ministro de Luis XIII, foi retomada a obra de Henrique IV.

7 Poderosa coligação de nobres católicos franceses do século XVI e XVII liderados pela família De Guise.

4 O Absolutismo

O absolutismo foi um sistema político, que esteve presente tanto na época medieval quanto no estado moderno, pregava o direito divino dos reis e sua legitimação através de Deus. Fincou raízes quando o poder secular começou a desvencilhar-se do Papado e o rei a concentrar poder, com exércitos próprios, e a criação dos estados nacionais, tem seu auge, na Idade Moderna. Nos séculos XIV e XV a crença nos poderes mágicos dos reis, como curar doenças através do toque das mãos é bastante difundida. Como exemplo máximo de absolutismo, na França destaca-se o rei Luís XIV no século XVII.

O rei absolutista, segundo Bossuet, um dos maiores teóricos do absolutismo, tinha liberdade para fazer o bem, mas tinha as mãos atadas para fazer o mal.

Entre as principais virtudes, o rei deveria cultivar a justiça, depósito divino entregue em suas mãos, que tanto poderia ser fonte de salvação quanto de ruína, conforme o emprego que lhe fosse dado. Entre os vícios mais graves deveria evitar o orgulho e concupiscência. Fato curioso, a Época Moderna produziu um extenso catálogo de virtude e vícios atentamente observados pelas testas coroadas do período. (LOPES, 1996, p 40)

Sob o reinado de Francisco I e de Henrique II⁸ a França firmou-se como um país absolutista onde o conjunto das instituições monárquicas adquire mais força. O direito divino do primogênito é de nascença, conferido pela Providência, o rei absolutista não é um homem comum. Dumas em sua obra destaca o papel sobre humano do rei francês e disse

8 Francisco I, Henrique II e Henrique III são antecessores de Henrique IV.

que “– Todo rei tem uma estrela que brilha acima dele” (DUMAS, 2008, p145)

A Igreja e o estado absolutista francês sempre estiveram ligadas através da figura divina do rei. Os reis, até Henrique IV, eram católicos e a população não admitiria um rei protestante, por isso a abjuração ao protestantismo se fazia necessária, para o rei ter governabilidade, e acabar com as guerras.

A monarquia absoluta era vista como uma forma superior de governo, com o rei dirigindo toda a nação com mão forte, afastando as guerras, as incertezas, o caos.

Na França moderna foi tal o entusiasmo pelos reis absolutistas legitimados pela teologia política do direito divino que ainda no século XVIII, já nos primeiros ventos do Iluminismo, boa parte dos franceses os consideravam responsáveis diretos pelo renascimento da civilização retirada do caos da Idade Média. (LOPES, 73)

5 Considerações Finais

A partir dos argumentos tratados no artigo, podemos concluir que os acontecimentos da história podem tornar-se obras ficcionais. Porém, nem todos os romancistas preocupam-se em criar suas histórias procurando aproximá-las da melhor forma possível dos fatos verídicos. No caso de Alexandre Dumas, para que seus textos possuíssem uma essência próxima da realidade, contou com a ajuda de um amigo

historiador. A Rainha Margot de Alexandre Dumas é um exemplo de romance histórico, que retrata fatos e personagens verídicos exaltando um período da história da França.

Alexandre Dumas retratou na sua *A Rainha Margot*, um momento do cenário francês que iniciou a dinastia Bourbonica com Henrique IV. Dinastia esta que em 1814, após o período napoleônico foi conduzida ao trono, e existiu toda uma discussão e sentimento nacional de exaltação da figura do rei absolutista.

Dumas resgata no livro todas as qualidades inerentes a um monarca absolutista, como honra, coragem, pacificação, responsabilidade e uma conexão especial com Deus, que apesar de não ser dita às claras, fica subentendida no texto e principalmente nos diálogos.

As guerras de religião tratadas no livro mostram um período sangrento da história francesa, que com o Edito de Nantes promulgado por Henrique IV conseguiu pacificar e introduzir a tolerância religiosa. Desse modo, verificou-se a importância do papel desempenhado pelo rei Henrique, na sua tentativa de melhorar as condições do povo diante dos inúmeros conflitos.

Algumas obras da geração romântica podem conter muitos exageros ao qualificar um personagem. Porém, Alexandre Dumas permeia entre as qualidades atribuídas à geração romântica e realista. Todo esse cenário político influenciou fortemente sua obra, que trata da vida de um dos principais reis franceses, lembrado até hoje com carinho pela população.

Desse modo, também não podemos julgar ou criticar o excesso

de exaltação do rei por parte do autor. Sabe-se que os monarcas foram homens contemplados por exaltação no período absolutista. A imagem sempre foi formada a partir de qualidades positivas. Portanto, a obra de Alexandre Dumas foi essencial para se perceber como se constitui seu pensamento no século XIX, que tinha como referência o século pelo qual a história do rei se desenrola.

Como uma última questão a considerar, podemos nos perguntar, até que ponto uma obra como essa, de tanta repercussão, tem responsabilidade na cristalização da personalidade de Henrique IV, que atravessou os tempos e chegou até nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Sílvio. *Revolução e contra-revolução na França*. vol 1. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

DUMAS, Alexandre. *A Rainha Margot*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. *A Imagem da Realeza: simbolismo monárquico no Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1994.

LOPES, Marcos Antônio. *O Absolutismo: Política e sociedade na Europa Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LUZÓN, Antonio Fernández. *Enrique IV de França: el primer borbón*. IN Revista História – National Geographic. Número 41, Edição 07/2007.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura portuguesa*. 33.ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

REIS, Carlos. *O conhecimento da Literatura: Introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editura Cultrix, 1974.

SAULNIER. V. L. *La Literatura Francesa del siglo Romántico*. Buenos Aires: EDUEBA, 1962.

THOMAS, Henry e THOMAS, Dana Lee. *Alexandre Dumas*. In: *Vidas de Grandes Romancistas*. 4.ed. Porto Alegre: Globo, 1959.

A PRESENÇA DAS MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO MODERNO ATRAVÉS DE IMAGENS¹

Cristine Tedesco²

RESUMO: Este texto se propõe a discutir a presença das mulheres no cenário político europeu, entre os séculos XVI e XVII trabalhando, portanto, no campo da História Social das Mulheres. A metodologia se dará através da análise de imagens produzidas durante o período, onde as relações de gênero podem ser verificadas por meio do conflito entre o discurso masculino, que afasta as mulheres do contexto político, e as representações imagéticas que nos indicam uma realidade diferente. É possível encontrar imagens da intervenção das mulheres em alguns setores do Estado e de governos liderados por mulheres, onde as rainhas governaram por direito próprio. Existem ainda aquelas mulheres que se fizeram notar em protestos durante a Revolução Inglesa, e que, desprovidas de outras formas de participação política, encontravam nos motins uma forma de socializar suas reclamações. Dessa forma, é relevante questionar como se produziram e legitimaram os silêncios acerca da participação da mulher na política moderna. Além disto, cabe lembrar que tanto no que se refere à História das Mulheres, quanto ao

1 Este artigo procura discutir o conceito de gênero articulado à análise de imagens produzidas durante os séculos XVI e XVII presentes em obras da historiografia contemporânea que abordam questões referentes à história das mulheres. As fontes em sua maioria serão, portanto as imagens publicadas nessas obras.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Trabalho orientado pela Profa. Dra. Rejane Barreto Jardim. E-mail: tedesco.crist@gmail.com

aos Estudos de Gênero aquilo que afeta homens e mulheres em suas relações de poder é, por excelência, uma questão política.
Palavras-chave: Mulheres; Política; Gênero.

LA PRÉSENCE DES FEMMES DANS LA SCÈNE POLITIQUE MODERNE Á TRAVERS DE IMAGES

RESUMÉE: *Cet article vise à discuter la présence des femmes dans la scène politique européen entre les siècles XVI et XVII travaillant, donc, dans le domaine de l'histoire sociale des femmes. La méthodologie se fera par analyse d'images produites au cours de la période, où les relations entre les sexes peut être vérifiée par le conflit entre le discours masculin qui exclut les femmes du contexte politique et les représentations iconographiques qui indiquent une réalité différente. Vous pouvez trouver les images de l'intervention des femmes dans certains secteurs de l'Etat et de gouvernements, dirigés par des femmes comme c'est le cas en Angleterre, où les reines gouvernaient par propre droit. Il y a encore des femmes qui ont fait aperçues en manifestations au cours de la Révolution Anglaise et que privées d'autres formes de participation politique, trouvaient dans les émeutes une façon de socialiser leurs revendications. En cette façon est pertinent contester comme se sont présentés et ont été légitimé les silences sur la participation des femmes dans la politique moderne. De plus, il faut se rappeler que tant à qui concerne a l'histoire des femmes et tant à l'études de genre ce qui affecte les hommes et les femmes dans les relations de pouvoir est, par excellence, une question politique.*
Mots-clés: Femmes; Politique; Genre.

1. INTRODUÇÃO

O silêncio quanto a História das Mulheres é inscrito num período de longa duração, esteve presente na construção simbólica da diferença

entre os sexos e foi reforçado por discursos religiosos e políticos. Segundo o Gênesis, Eva é culpada pela dor e sofrimento que trouxe ao mundo e por este motivo é necessário silenciá-la. “Uma mulher não deve falar nas assembléias”, afirmou São Paulo na Epístola aos Coríntios. A mulher associada ao pecado torna-se tentadora, e assim, é preciso criar defesas para sociedade, velando sua participação no cotidiano.

Na mitologia grega a criação da mulher é representada por Pandora, que nos relatos de Hesíodo é “fabricada” semelhantemente a uma deusa. O belo mal, ou ainda conforme Pauline Schimitt-Pantel, “[...] regalo de Zeus aos mortais é aceito como esposa por um homem chamado Epimeteu, que só refletiu quando já era tarde demais” (SCHIMITT-PANTEL, 2003, p. 130). Nessa perspectiva, Pandora não é criada em função do pecado humano, como foi o caso de Eva, mas sim por conta de uma ação vingativa de Zeus contra os homens que se beneficiaram do fogo divino roubado por Prometeu³.

A analogia entre Eva e Pandora pode ser articulada a partir da ideia de terem ambas sidas “criadas”, pelo homem, são sedutoras e ardilosas. A mulher é concebida como um ser ocioso e passivo, enquanto o homem é o criador. Os papéis delimitados para os sexos são desiguais e esta questão vai se refletir em diferentes contextos históricos. Neste trabalho, as tensões de gênero serão pensadas e problematizadas a partir do cenário político referente aos séculos XVI e XVII.

2. O DESAFIO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

As reflexões desenvolvidas pelos (as) historiadores (as) que se

3 Estas questões são discutidas e aprofundadas na obra: SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). *Ève et Pandora*. La création de la première femme. Bona: Éditions Gallimard, 2002.

dedicam aos estudos de gênero partem de um pressuposto que refuta, ou pelo menos, questiona a ideia tradicional que aproxima as mulheres da religião e restringe as ações políticas da sociedade como função natural dos homens. Esta abordagem permite, como já afirmou Eleni Valikas (1994), muito mais do que estudar as experiências históricas das mulheres conferindo visibilidade a elas. Trata-se, “sobretudo, de reafirmar que a história não é o resultado de leis impessoais agindo pelas costas do seres humanos, mas o resultado sem dúvida enviesado e frequentemente incontrolável de ações humanas providas de sentido” (VALIKAS, 1994, p. 72).

O sentido das ações é legitimado pelos discursos e em se tratando da história das mulheres o conceito de gênero, enquanto uma categoria de análise, não é apenas um elemento que compõe as relações sociais, mas principalmente confere significado às relações de poder, afirma Joan Scott (1990). Dessa maneira, os estudos de gênero procuram explicar como se deram as complexas relações entre homens e mulheres, já que as fontes históricas, que nos últimos tempos têm sido objeto dos historiadores, indicam possibilidades que podem estar além de uma desconstrução dos discursos masculinos. Já não é suficiente dizer que as mulheres têm uma história e que participaram de processos históricos ou ainda que deixaram de ser “musas inspiradoras”.

Durante o período renascentista podemos observar manifestações realizadas pelos intelectuais humanistas onde os discursos acerca da mulher estão se modificando. Para Lúcia Bellini, foi o pensamento neoplatônico “[...] que divulgou noções mais positivas sobre a mulher nas áreas da teoria, do amor e da política” (BELLINI, 2003, p. 30). A conjuntura do neo-estoicismo e a valorização da dignidade do indivíduo em geral são partes da gama de elementos sociais e políticos que,

juntamente com as novas divisões de classe que se formam, contribuem para uma mudança das visões acerca das mulheres. Ao analisar o tratado médico renascentista, *De universa mulierum medicina*⁴ de Rodrigo de Castro (1603), Bellini (2003) afirma, entretanto, que o caráter conservador em relação a mulher é mantido quando se refere às questões do corpo.

As heranças da Antiguidade foram associadas à ideia de que as características físicas das mulheres determinariam sua condição mental, teriam “mais medo, compaixão e seria mais capaz de amar. Os efeitos do útero contribuiriam para diminuir sua racionalidade e aumentar sua paixão” (BELLINI, 2003, p. 33). A autora demonstra ainda que, norteados pelas palavras de Aristóteles, os médicos consideram perigosa e nociva à menstruação das mulheres:

Ainda em outra parte do tratado, observa-se Castro refletir sobre o tema da menstruação de forma mais empírica. [...] As diferentes formas de Castro abordar o problema ilustram, a meu ver, a coexistência entre uma atitude de respeito aos autores antigos e seu questionamento com base na observação, ao mesmo tempo que mantém crenças de caráter religioso e mesmo mágico” (BELLINI, 2003 p. 34).

Dessa maneira podemos indicar que essa discussão é fundamental para entender como se produziram os discursos que justificam o afastamento da mulher da vida pública e até mesmo a influência negativa que a mulher poderia causar em seus filhos. Isso fica claro nos textos que abordam a passividade da mãe como uma circunstância natural, ou “como uma razão dada à ordem do mundo, até um período mesmo

4 Publicado pela primeira vez em Hamburgo. Segundo a autora, “Castro (1546-1627?) foi um médico português de ascendência judaica que deixou Portugal em 1588, possivelmente para se resguardar de perseguições religiosas aos judeus na Península Ibérica [...] estabelecendo-se em Hamburgo” (BELLINI, 2003 p. 31).

muito tardio, uma vez que em 1750 Gauthier d'Agoty publica uma *Zôogénésie* onde, apoiando-se nas Escrituras sustenta que só o pai tem um papel ativo na geração” (BERRIOT-SALVADORE, 1991, p. 428).

Segundo Carla Casagrande, “As interpretações de Aristóteles ratificam a necessidade de que a débil mulher se submeta ao homem, forte, estável e racional. Ambos os sexos podem colaborar, mas sempre sob direção masculina” (CASAGRANDE 1990, p. 117). As reflexões de Casagrande sugerem ainda, que a vigilância a qual a mulher foi frequentemente exposta, caracteriza uma ordem social administrada pelo homem. A investigação da historiadora elucida uma situação que no decorrer do tempo pronunciou:

Castidade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia, custódia: as mulheres ouviram repetir estas palavras durante séculos. Ouviram-nas ditas pelos pregadores nas igrejas, ouviram-nas ditas pelos familiares nas suas casas, reencontraram-nas nos livros para elas escritos. [...] A duração dessas palavras no léxico da literatura pastoral de didática dirigida às mulheres dos finais do século XIII ao final do século XV testemunha a duração substancial do modelo feminino. (CASAGRANDE, 1990, p. 138).

A história ocidental tradicional produziu discursos que depositaram nas mulheres as obrigações com a família, à submissão ao marido e as responsabilidades matrimoniais. Tuteladas pela ética masculina, as mulheres tiveram seu modelo feminino estruturado pelos homens, apresentados enquanto protagonistas. Nessa perspectiva, a presente proposta “[...] não é uma operação simples para quem carrega nos ombros uma tradição que raramente pensou as mulheres no interior das representações da sociedade, preferindo unificá-las na categoria, <mulheres>”. (CASAGRANDE, 1990, p. 102).

3. REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES

No contexto entre os séculos XVI e XVII podemos encontrar uma série de imagens que representam a presença das mulheres no cenário político. É possível encontrar também o discurso baseado na naturalização das diferenças entre homens e mulheres. Como podemos estabelecer uma relação que permita interpretar este campo de tensão entre os sexos? A tentativa de compreender como se constroem as narrativas que afastam as mulheres das decisões de uma sociedade nos permite pensar nas ações que elas próprias realizaram a favor de sua visibilidade e na contramão da ordem estabelecida.

Os estudos realizados por Natalie Zemon Davis (1990), a partir da análise de fontes literárias indicam que na França do século XVI diferentes imagens das mulheres foram produzidas. Destacamos as mulheres *dominadoras de seus maridos* em retratos onde “elas dominam seu destino com tanto sucesso quanto Maquiavel poderia esperar do Príncipe de seu retrato político” (DAVIS, 1990, p. 115). As figuras produzidas pela literatura sugerem que existe um limite moral, até onde um homem pode chegar, no domínio da esposa. De acordo com Davis (1990), é possível afirmar que há uma noção de moral presente nessas fontes, os maridos não devem tirar vantagens das leis e menos ainda tornarem-se tiranos de suas esposas.

A condição feminina inquietante representada da literatura cômica popular é a figura de Phyllis montada em Aristóteles⁵. É uma imagem muito presente nos contos, pinturas e bibelôs dos séculos XIII

5 Na história contada pela literatura, “[...] Aristóteles adverte seu discípulo sobre sua excessiva atenção para com Phyllis, uma das suas novas súditas na Índia. A bela Phyllis vinga-se diante de Alexandre, coquetemente persuadindo o velho filósofo a ficar de quatro e, encilhado a levá-la pelo jardim” (DAVIS, 1990, p. 116).

ao XVI.



Figura 1: *Phyllis montando Aristóteles*. Xilogravura produzida em 1513 por Hans Baldung Grien (1484/5-1545).

Fonte: (apud DAVIS, 1990, p. 308).

À mulher, nesse caso Phyllis, desregrada e montada na razão exerce sua crítica diante de uma sociedade onde a mulher estava indo muito além do que havia sido delimitado a ela. A inversão sexual representada na imagem fictícia de Aristóteles conduzindo Phyllis nas costas pelo jardim pode ter contribuído para estimular uma relação diferente entre a mulher e a família. Para Davis, “a mulher por cima renovou velhos sistemas, mas também ajudou a transformá-los” (DAVIS, 1990, p. 127).

O período que marca as fronteiras entre os séculos XVI e XVII é permeado por conflitos políticos, religiosos, econômicos e sociais. As imagens de agitações nos países da região nordeste da Europa, principalmente as populares, denunciam a presença significativa de

mulheres. Isso não se deve apenas pela necessidade de alimentar a família – no caso da participação nas revoltas pelo pão. A historiografia recente indica que as mulheres estiveram presentes na maioria dos motins políticos e antifiscais, o que evidencia que não apenas a fome mobilizava as mulheres para as revoltas.

Segundo Arlette Farge (1991), “Está à vista, afinal nada há de extraordinário em constatar a sua participação regular nesses movimentados acontecimentos” (FARGE, 1991, p. 569). Seria espantoso o contrário, a ausência das mulheres nas reivindicações políticas e sociais é que nos deveriam parecer estranha. Da mesma forma que as mulheres por cima, a participação feminina nas revoltas possibilita novos questionamentos que implicam em diferentes respostas.

As reflexões de Guinzburg (2001) nos ajudam a pensar o na imagem enquanto uma representação do passado. Para ele, o conceito pode evocar tanto a ausência já que a realidade é *representada*, como também a presença, que torna visível aquilo que se quer representar. Nesse sentido, as imagens aqui analisadas como objetos que carregam significados que demonstram a busca das mulheres em realizar ações resguardadas aos homens, num sistema onde, “[...] de um lado, mulheres agem de acordo com os homens e, no entanto se sabem rejeitadas pelos seus excessos; do outro, homens que não podem separar-se de uma visão dual da mulher em que ela surge como necessária e ao mesmo tempo aliada do diabo” (FARGE, 1991. p. 560).

Numa cidade-estado da Idade Moderna uma mulher raramente integrava discussões em assembléias de voto ou conselhos municipais. Mas em outros setores da sociedade do século XVII como, por exemplo, no âmbito da saúde, as mulheres atuavam na administração, como salientam os estudos de Natalie Zemon Davis, “Na imagem, as grandes

figuras austeras destacam-se do fundo. Gestos sóbrios nestas mulheres cuja força se concentra na eloquência do rosto e na expressividade das mãos” (DAVIS, 1991, p. 232).



Figura 2: *Regentes do asilo de anciãos*. Por Frans Hals (1580-1666). Haarlem, Museu Frans Hals.

Fonte: (apud DUBY, 1991, p. 232)

O ar de autoridade encontrado nas imagens das mulheres regentes dos hospitais de Haarlem aponta para uma relação entre a mulher e a sociedade que se verifica muito além do interior da família. Ao analisarmos esta questão a partir do conceito de gênero, é possível tatear o conflito entre os lugares a que eram destinados a atuar as mulheres e sua presença em estruturas primariamente pensadas como *lugar de homens*. Uma abordagem à luz do conceito de gênero contribui para atribuir significado às construções sociais, além disso, “[...] oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1990, p.7). À este respeito a autora destaca que:

Os historiadores da arte abrem novas perspectivas no momento em que decifram as implicações sociais das

representações pictóricas dos homens e das mulheres. Estas interpretações estão fundamentadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é um modo principal de dar significado à diferenciação. O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. (SCOTT, 1990, p. 16)

As formas de organização política dos reinos da França, Espanha e Inglaterra, “[...] tinham lugares formalmente reservados para as mulheres [...] quando o poder era adquirido por sucessão dinástica mais do que por eleição ou cooptação, então as mulheres podiam ver-se sagradas-rainhas” (DAVIS, 1991, p. 233). Quando o poder monárquico estava na mão de uma mulher as discussões referentes ao casamento tornavam-se questões públicas, como foi na Inglaterra. A acusação de ser *instável e irracional* feita a Isabel quando foi coroada rainha em 1558 demonstra o legado bastante antigo no imaginário sobre as mulheres. As supostas instabilidade e fragilidade das mulheres e a visão de serem elas inacabadas, defeituosa e, portanto muito mais imperfeitas do que o homem. Os discursos médicos e científicos do período sustentavam estas visões acerca da mulher.

Mesmo com esses discursos já legitimados no contexto do governo de Isabel I, sua administração “desenvolveu um estilo de autodomínio feminino que sustentou a sua autoridade real no quadro das concepções hierárquicas do século XVI” (DAVIS, 1991, p. 234). A Rainha Virgem, como ficou conhecida mesmo depois de do casamento diplomático, inspirava coragem nos soldados e relacionada à Virgem Maria poderia ainda ser vista como a mãe do povo.

A presença das mulheres na política seja por meio de manifestações pelo pão e por melhores condições sociais, ou no caso das

rainhas liderando governos de Estado, possibilita pensar nos exercícios de poder. Para Perrot, o poder “não se resume ao constrangimento ou a tomada de decisão; ele consiste mais ainda na produção de pensamentos, dos seres e das coisas por todo um conjunto de estratégias” (PERROT, 2005, p. 263).

A produção do discurso direcionado as mulheres não foi suficiente para que Elionor James, “esposa de um impressor Londrino” (DAVIS, 1991, p. 243) entre 1681 e 1715, publicasse trinta opúsculos e folhetos, sob o seu próprio nome manifestando sua opinião em defesa da Igreja da Inglaterra e de Jaime II:

Oh, fosse eu um homem – escrevia ela, na introdução de um deles – e eu estudaria noite e dia e não duvido que seria mais do que um Conquistador, e mesmo assim espero sê-lo (A Vindication of the Church of England, 1687 apud DAVIS, 1991, p. 243).

Assim, as funções sociais destinadas a homens e mulheres na sociedade dos séculos XVI e XVII ainda que fortemente ligada à naturalização das hierarquias entre os sexos, nos permite discutir a presença das mulheres do ponto de vista político. Cabe salientar que tanto no que se refere à História das Mulheres, quanto ao aos Estudos de Gênero aquilo que afeta homens e mulheres em suas relações de poder é, por excelência, uma questão política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras imagens que registram a presença das mulheres no cenário de inquietações políticas e sociais no mundo moderno são indícios de que raramente as fontes escritas contemplam elementos

dessa realidade. Podemos afirmar também que o uso político do conceito de gênero foi utilizado para justificar as relações entre governantes e governados e colocando igualmente em questão as representações de masculinidade e feminilidade. Garantir que a família estivesse a salvo de ações irracionais das mulheres significava manter o Estado a salvo do povo.

Com as possibilidades de análise das estruturas do passado, a serem investigadas pelos historiadores, alargadas nos últimos tempos deparamo-nos com algumas questões ainda por discutir. Para Janotti, as abordagens mais recentes da história “[...] conservam diversos conteúdos das anteriores, alguns são vitalizados por releituras, outros permanecem cristalizados na produção de grupos resistentes às novas ideias” (JANOTTI, 2005, p. 16).

O movimento ainda em processo na História nos coloca diante de inquietações historiográficas geradas por novos objetos e assim, novos problemas de pesquisa. Dessa forma, também à história explicada a partir dos estudos de gênero consiste em parte de uma reflexão teórica que tende a interpretar os indícios do passado humano de maneira relacional. As pesquisas que partem da categoria de análise – gênero – procuram extrapolar os resquícios metódicos e encaminhar discussões associadas à construção das identidades de gênero e das relações sociais de poder entre o feminino e o masculino. O presente estudo, em fase inicial, aponta para interdisciplinaridade para entender como homens e mulheres atribuíram sentido às suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLINI, Lígia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de *De universa mulierum medicina*, de Rodrigo de castro (1603). In.: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 29-41.
- BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. In.: PERROT, Michelle. **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, 1991, pp. 409-456.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente. A Idade Média**. Porto: Afrontamentos, 1990, pp. 99-142.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. A mulher na política. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, 1991, pp. 229-250.
- DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **Historia das mulheres no Ocidente**. A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990.
- _____; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, 1991.
- ECO, Umberto. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. **História da feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FARGE, Artelle. Agitadoras notórias. In.: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das Mulheres: Do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, 1991, pp. 553-572.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade**. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 2 v.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin**. La Pensée de la difference. Paris: Éditions Odile Jacob, 1996.

JARDIM, Rejane Barreto. Corpo, Gênero e História. In.: PEREIRA, Nilton Mullet; ALMEIDA, Cybele Crossetti de; TEIXEIRA Igor Salomão (Orgs.). **Reflexões sobre o Medieval**. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 225-246.

KING, Margaret L. **Mujeres renascentistas**. La búsqueda de un espacio. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. In: **Revista Catarinense de História**, n. 2, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SCHMITT-Pantel, Pauline. A criação da mulher: um ardid para a história das mulheres? In.: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET,

Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 129-156.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v 16, n. 2, p. 05-22, jul./dez. 1990.

_____. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 63-95.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.

VALIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu** (3) Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994, pp 63-84.

Planejamento do Museu da Cidade do Rio Grande e seu acervo prospectando o futuro

Danielle Manczak¹

Resumo: Em meio à década de 1980, o Museu da Cidade surge no cenário rio-grandino como forma de planejamento para cultivar a memória da cidade. Sendo o mesmo instituído pelo poder local e entidades que proporcionaram a sua instalação no centro histórico da cidade do Rio Grande.

Palavras chave: museu, salvaguarda, Rio Grande.

O presente artigo tem por objetivo mostrar como o Museu da Cidade do Rio Grande faz parte de um planejamento da cidade, onde o mesmo serve como salvaguarda da história e memória da mesma. Em um segundo, momento poderemos observar que o acervo contido na instituição ajuda a prospectar o futuro da cidade, onde a evolução pode ser vista através das peças doadas pela população rio-grandina ao museu.

Analizamos que o poder local entre as décadas de 1970 e 1980, preocupava-se não somente com a questão do crescimento econômico-político da cidade, mas também com a questão cultural, que em outro

1 Mestranda do PPGEO – matrícula 96248

momento traria lucro e visibilidade a cidade mais antiga do Estado. Podemos observar nos textos de Foucault, durante suas aulas ministradas no ano de 1978, que uma questão que estava sendo muito citada era a biopolítica, onde ele diz que o Estado se preocupa com a espécie, o homem, criando maneiras para preservar esse ser, nesse momento quebra-se a sociedade disciplinar e instaura-se a sociedade da segurança, não extinguindo a disciplina, mas sim dando uma nova roupagem a um sistema que estava em transformação. O Estado toma conta dos interesses de seu povo afim de preservar sua espécie, ele agora detém o controle sobre a sociedade. Nesse sentido de preservação podemos enquadrar o Museu da Cidade do Rio Grande, pois ele foi criado para preservar a memória de uma cidade, ele detém a segurança, disciplina, o código legal, para gerir um local onde a história de uma sociedade esta retratada.

Minha experiência junto ao Museu da Cidade do Rio Grande tem servido para verificar o grande repositório documental e cultural que representa essa instituição para essa sociedade. O museu nos remete a um passado que está presente em suas peças e que retratam os mais variados assuntos que envolvem aspectos diversos da cidade.

“...nos encontramos numa perspectiva em que o tempo da história é indefinido. É o indefinido de uma governamentalidade para a qual não se prevê termo ou fim. Estamos na historicidade aberta, por causa do caráter indefinido da arte política”.
(FOUCAULT, 347)

Em 1971 a Prefeitura da Cidade do Rio Grande elabora a Lei nº 2.524 que cria o Museu Municipal de Rio Grande, mas somente no ano de 1984 será fundado efetivamente o Museu da Cidade do Rio Grande.

Não um Museu Municipal como previa a Lei, mas um museu privado que será mantido por uma Fundação. Podemos observar o interesse das autoridades em salvaguardar a história da cidade que até então estava na obscuridade da memória da população e seus objetos e documentos tão preciosos estavam guardados em gavetas, esperando o momento de serem expostos para que todos tivessem acesso à história da cidade.

“Fica criado o Museu Municipal de Rio Grande, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e que terá por finalidade adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à história, geografia e folclore nacional e, mais especificamente, espécimes das riquezas, curiosidades naturais, científicas e artísticas rio-grandenses em geral rio-grandina em particular”.²

A criação do Museu da Cidade do Rio Grande foi promovida pela Fundação Cidade do Rio Grande, instituição que tem se dedicado fortemente à promoção cultural em meio à sociedade rio-grandina. Em fevereiro de 1984, reunido o Conselho Diretor da citada Fundação, foi tratado o assunto sobre o Museu, que seria criado a partir de uma atividade integradora da qual participariam, além da própria Fundação, o Executivo Municipal, a Mitra Diocesana e as Empresas Petróleo Ipiranga, além da Superintendência da Receita Federal, que se propôs a ceder parte do prédio da Alfândega local, na época em fase de restauração. Nessa ocasião, por já estar estruturada e em plena atividade, a Fundação Cidade do Rio Grande assumiria a responsabilidade da estruturação, administração e manutenção do referido Museu³.

2 Artigo 1º da Lei nº 2.524 que cria o Museu Municipal de Rio Grande.

3 ATA N. 323 de 9 de fevereiro de 1984 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande.

Em homenagem ao 247º aniversário de fundação da cidade do Rio Grande, aos 19 de fevereiro de 1984, na Praça Xavier Ferreira, junto do Monumento ao Brigadeiro José da Silva Paes, teve lugar o ato de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande, constituído pela Fundação da Cidade do Rio Grande, a qual se incumbiria de sua administração, de modo que, com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proveria ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu. Na ocasião, a criação de um museu com a finalidade de preservar a memória histórica da cidade e do seu desenvolvimento econômico nos diversos aspectos da sua evolução, desde os primórdios da fundação da cidade até os tempos presentes, era encarada como uma antiga aspiração da comunidade rio-grandina⁴.

Para a execução do objetivo de formação do Museu, a Fundação passava a constituir um Conselho que deveria organizar e administrar a entidade e bem assim as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita do próprio Museu. Ficava também constando na estrutura do Museu representantes da comunidade rio-grandina como a Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Delegacia da Receita Federal, a Mitra Diocesana, a Fundação Universidade do Rio Grande, o Centro de Indústrias do Rio Grande, a Câmara do Comércio e a Biblioteca Rio-Grandense⁵. A partir de sua criação, o Museu da Cidade do Rio Grande iria aprimorar crescentemente sua atuação junto à população rio-grandina.

O Museu passava desse modo a cumprir a função social de toda instituição voltada à museologia (SUANO, 1986), ou seja, despertar o interesse público para com o passado histórico e a memória social

4 Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande – Prefeitura Municipal do Rio Grande, 19 de fevereiro de 1984.

5 Termo de instalação do Museu da Cidade.

(GIRAUD; BOUILHET, 1990, p. 45), buscando aprimorar-se à medida que avançava no tempo, na constante tentativa de aperfeiçoar-se e adaptar-se às novas exigências de natureza museológica (BITTENCOURT; BENCHETRIT; TOSTES, 2003). Dessa maneira, as peças do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, podem ser consideradas como fragmentos multifacetados da memória rio-grandina (TORRES, 1999, p. 43), revelando detalhes formidáveis da formação histórica da cidade:

“Redescobrir a identidade local em meio à tamanha multiplicidade de vivências passadas é um desafio extremamente difícil. Porém, não devemos dar cada passo ignorando que gerações já compartilharam este espaço e fizeram leituras do mundo, equivocadas ou acertadas, e que estas leituras ainda estão presentes na matéria inerte das ruas e no imaginário dos fálares. Os fragmentos desta trajetória humana (...) possui significados que exigem grande sensibilidade para serem lidos, afinal, foram construídos na contradição das relações que os homens estabelecem entre si e com o meio ambiente. O presente deve conhecer a consciência não apenas da preservação cultural, mas de promover leituras de identidades, a serem resgatadas e repostas aos atores sociais, para que estes possam projetar um futuro conscientes na condição de possuidores de um referencial de existência que se processa além da temporalidade de viver e morrer, inata a cada indivíduo”. (TORRES, 2000, p. 42)

Em meio à instalação de uma instituição que viesse atender um anseio antigo da população rio-grandina, observamos que na Ata do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande, há certa preocupação de como será captado recursos para manter a instituição museológica. Para tanto diversas entidades uniram-se para atender essa demanda da instalação do museu. Primeiramente o museu ficou instalado à Rua General Portinho nº 161, esse primeiro endereço do museu estava

vinculado à figura do Sr. Henrique José Vieira da Fonseca, presidente das Indústrias Leal Santos⁶, nesse mesmo local de instalação do museu eram antigos galpões da antiga Fábrica de Biscoito Leal Santos, uma das principais indústrias do final do século XIX e início do século XX. Apenas no ano de 1987 é que o Museu da Cidade do Rio Grande inaugura sua exposição junto ao Prédio da Alfândega, onde se encontra até os dias atuais, pois até então os trâmites legais para tal instalação em um prédio histórico estavam sendo realizados junto ao IPHAN⁷ e aos órgãos públicos.

Como havíamos mencionado anteriormente o poder de decisão acerca das grandes questões que permeiam a cidade, são decididas pelos governantes ou pelos que detém certo poder devido à influência política que firmam junto às empresas que mais movimentam a economia da cidade. No caso junto à ata de criação do museu, encontramos entidades como a Alfândega do Rio Grande, a Mitra Diocesana, Prefeitura Municipal, Empresas de Petróleo Ipiranga e a Fundação Cidade do Rio Grande⁸. Dentre essas instituições podemos indicar quais se enquadram no padrão de Foucault para a nova sociedade de segurança, na figura da Mitra Diocesana podemos encontrar a figura da disciplina, na figura da Prefeitura Municipal e da Alfândega temos o código legal, a segurança e a punição, e nas demais entidades encontramos a economia e de certa forma a segurança, já que as mesmas geram empregos e fazem com que seus empregados tenham o mínimo de bem estar.

Com a instalação do museu, em local determinado como mencionamos acima, a preocupação naquele momento no ano de 1984

6 A Indústria Leal Santos foi fundada no ano de 1890, primeiramente seu comércio de enlatados, posterior de biscoitos e atualmente de pescados.

7 Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

8 A Fundação Cidade do Rio Grande tem seu registro desde 29/03/1953.

era de captar não somente meios de subsistência, pois a contratação de funcionários seria de suma importância e urgência para que o projeto da salvaguarda da memória fosse adiante, mas também de acervo, quais seriam os objetos que entrariam no museu, haveria uma política de aquisição? Todas as perguntas que envolvem o meio museológico, ainda em meados da década de 1980 eram irrelevantes, pois o Brasil ainda engatinhava na questão de salvaguarda de sua memória, e de como seriam guardados esses objetos que contam a história não somente do país, mas de uma cidade.

Ainda na década de 1980, o Museu da Cidade inaugura a Coleção Arte Sacra, que está situada na Capela São Francisco de Assis. A Coleção Sacra faz parte do planejamento do Museu da Cidade onde a coleção histórica se encontra no Prédio da Alfândega e a sacra que na Capela citada acima. Essas questões que envolvem a política do museu, fez com que a ação de manter duas coleções em prédios distintos ficassem mais visíveis ao público, pois assim poderiam atender melhor a disposição do acervo e prestigiar os objetos que foram doados pela população. Objetos esses que faziam parte de um cotidiano, mas que geraram uma biografia de si próprios e quando entraram no acervo do museu, tomaram uma nova roupagem, agora não mais como mero objetos, mas sim como acervo, onde através de sua biografia poderíamos prospectar sua função posterior.

“Da condição de objetos utilitários, da condição de mercadorias, ou ainda, da condição de objetos fortemente associados a memórias individuais, familiares, ou ligados ao cotidiano de determinadas coletividades, associados a rituais, esses objetos podem ser elevados, por exemplo, à condição de objetos históricos ou objetos etnográficos”. (GONÇALVES, 2009, p. 69)

Vimos então, que o Museu da Cidade do Rio Grande surgiu de um planejamento feito para o bem da cidade e de seus cidadãos, e que quem teve participação nessa decisão foram os governantes junto a empresas da cidade, então podemos dizer que esse foi um planejamento macro, visando o bem estar de todos. E após a fundação do Museu, ele inicia um planejamento micro, pois irá ter que criar políticas para a sua sobrevivência e permanência como mantenedor da cultura rio-grandina.

Durante o período que me encontro junto ao Museu pude observar que primeiramente, não houve uma política de aquisição, simplesmente a população ia até as dependências do museu e ali deixavam seus pertences para que fossem expostos. Também foi criado um livro de entrada de peças, onde ali constavam dados que gerariam posteriormente a ficha da mesma, um livro tombo, onde todo acervo deveria estar tombado, para que se houvesse algum roubo, perda ou dano do objeto teria um local para se reportar das condições daquele objeto. Todos esses primeiros passos foram dados por pessoas leigas, pois infelizmente ainda não haviam profissionais da museologia naquele momento para criar as políticas do museu. Mesmo assim, o acervo foi sendo montado, aos poucos fotografias, documentos, objetos de cunho pessoal, de maquinaria entre tantos outros que faziam parte do cotidiano da população foram trazendo a tona a memória da cidade retratada nesses objetos doados.

“Nessa passagem ritual, do cotidiano ao museu, os objetos são, de certo modo, despidos de suas ambigüidades, de suas funções originais (sejam mágico-religiosas, econômicas, políticas ou sociais), e, sobretudo, são separados do corpo de seus usuários, assumindo, dali em diante, mais um

valor de exibição do que um valor ritual”. (GONÇALVES, 2009, p.. 69)

A parte da sociedade rio-grandina que mais colaborou para o efetivo acervo, foram às famílias tradicionais da cidade que compunham a alta sociedade e empresas que também colaboraram, como a Leal Santos que doou o carro de bombeiros do ano de 1910, que também ajudava nos incêndios da cidade, e hoje é o carro chefe da coleção histórica do museu. Essas pessoas e entidades depositaram no museu parte de sua história para que fosse repassada para as próximas gerações e que fosse perpetuada dentro da instituição museológica. Para tanto o planejamento e a gestão são de suma importância para o funcionamento e desempenho do museu com o cita Souza:

“O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir”. (SOUZA, 2004, p. 46)

Podemos dizer então que as peças do museu podem ser de forma vistas como planejamento da cidade? Ou apenas uma maneira de ver o passado e prospectar o futuro? Responderemos a essas duas questões, com as políticas que vêm sendo implantadas no museu, como a política de aquisição, museografia⁹, plano museológico, segurança entre outras ações. Primeiramente houve a aquisição do acervo por meio de doações, onde algumas peças ficavam em exposição e outras ficavam guardadas

9 Disposição das peças do acervo em exposição.

em algum local do museu, para solucionar o problema de guarda do acervo, foi elaborado um projeto junto ao BNDES¹⁰ no ano de 2006, onde foi adquirido um mobiliário que salvaguardaria o acervo, esse mobiliário se chama Reserva Técnica, onde é dividido em módulos e acolhe o acervo por suas diversas tipologias, devido a cada objeto ter um material específico em sua construção.

Até então analisamos que o planejamento micro do museu, onde suas ações de preservação e segurança do acervo geram um bem ao objeto e não a população tem como prospecção um bem maior que é a exposição daquele acervo onde a população possa perceber o quanto aqueles objetos são importantes para estarem naquele local de salvaguarda. Todo o trabalho por traz da exposição final levam ao planejamento macro que tem por bem maior trazer ao público suas memórias e histórias através das peças.

Podemos então dizer que as peças do museu podem ser vistas como planejamento da cidade e como prospecção para o futuro também, pois ambos retratam um condicionamento de uma sociedade através dos meios que a expressavam, seja por meio de objetos, documentos e fotografias. Hoje podemos olhar uma fotografia de certa região, prédio ou qualquer paisagem e prospectar como ela estará daqui há alguns anos, pois temos uma ampla visão do que está ocorrendo em nossa sociedade. E nas máquinas do museu, como as datilográficas, a prospecção esta nos computadores ou qualquer mecanismo digital que veio a aprimorar uma técnica que já estava ultrapassada.

O museu é um local dos contrastes, onde o passado esta sendo visto no presente e prospectado no futuro. É um local de planejamento e desenvolvimento do intelecto humano, pois faz com que as pessoas

10 Banco Nacional de Desenvolvimento

prestem mais atenção no seu cotidiano e comparem com as peças que estão expostas no museu, com cita Souza:

“...e planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for”. (SOUZA, 2004, p. 47)

Para Lefebvre o cotidiano é um conjunto de atos que formam um conjunto que não se reduz a soma dos atos isolados, mas de uma seqüência de ações que se efetua num espaço e tempo sociais ligados à produção. Sendo assim, os objetos doados pela população estão relacionados aos hábitos e costumes vividos por elas, tendo certo grau de afetividade por meio da representação de tal objeto.

“...o cotidiano no coincide com a realidade, compreende o vivido, subjetividade fluída, emoções, afetos, hábitos, comportamentos e imagens, portanto, também se refere ao conjunto de civilização no que se reporta as normas e leis”. (CARLOS, 2004, p. 63)

O Museu da Cidade do Rio Grande Coleção Histórica, se encontra hoje fechado para o restauro do Prédio da Alfândega e posterior uma nova expografia, onde a história da cidade ganhará uma nova roupagem através dos cenários que serão construídos para rememorar essa história e ajudar a prospectar o futuro da cidade. Mais uma vez o museu planeja suas ações em prol de sua condição museológica/cultural e também em prol da sociedade que depositou nessa instituição suas memórias para que fossem perpetuadas. Memórias essas que tratam do cotidiano pessoal e do cotidiano coletivo, e que serão retratadas durante as exposições

temporárias e de longa duração. A Exposição de longa duração remeterá aos primórdios da cidade e trará até os dias atuais todas as evoluções que a cidade teve durante esses 274 anos de história, já as exposições temporárias serão trabalhadas de acordo com as diversas tipologias de acervo que o museu abriga.

Observamos que o Museu da Cidade do Rio Grande partiu de um planejamento inicial da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mas que solidificou-se apenas no ano de 1984 como uma instituição privada, que seria mantida por uma Fundação. E através desse primeiro planejamento onde a voz ativa foi dos governantes e empresários locais, podemos chamar de macro, pois visava à contemplação de um local que estaria retratando a história da cidade e que sua população poderia visualizar-se através dessa instituição, assim a história não se perderia e poderia ser contada através dos objetos que foram doados ao longo dos 26 anos de existência do Museu da Cidade do Rio Grande. E em um segundo momento a figura do museu entra com um planejamento micro que visou o aprimoramento de suas funções museológicas junto a instituição e posterior a cidade, abrindo suas portas para que a população rio-grandina vislumbrasse suas doações através das exposições que o museu criou.

Enfim, todo planejamento é benéfico para a prospecção de um futuro com escolhas, pois senão houvesse planejamento não poderíamos mudar as circunstâncias que nos são apresentadas diariamente mudando completamente nosso cotidiano. Sendo que esse cotidiano é mutável, mas é através dele que as ações são realizadas e modificadas para que aquela ação futura tenha êxito sem mudar a sua identidade a sua real pretensão, como no caso do Museu são realizadas ações diárias para que num futuro próximo obtenhamos a excelência nos atos do passado.

BIBLIOGRAFIA:

BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto. 2004.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo. Livraria Martins Fontes. Coleção Tópicos. 2008.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: IEL; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A magia dos objetos: museus, memória e história*. PRIORI, Angelo. In: História, Memória e Patrimônio. Maringá: Eduem. 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Zamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____ *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo. Editora Ática. 1991.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande. Editora da FURG. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil Ltda. 2004.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRES, Luiz Henrique. *História & Educação patrimonial da cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

_____. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. 2000.

WIDHOLZER, Janeska. *Os projetos de reforma urbana e a cidade moderna*. In: Revista Biblos nº 10. Rio Grande: Editora da FURG, 1998.

Documentos:

Lei nº 2.524 de 18/10/1971 – Cria o Museu Municipal de Rio Grande

Ata nº 323 de 09/02/1984 – Cria o Museu da Cidade

Termo de instalação do Museu da Cidade do Rio Grande

O NASCIMENTO DO RADIO RIOGRANDINO: UM ESTUDO DE CASO

Éverton de Souza de Aguiar¹

O radio desde o seu aparecimento, a partir da primeira metade do século vinte, tem sido usado das mais diversas formas, através do Estado; da política, da religião, portanto seu papel social e em outra áreas é inegável, seja qual for a sua finalidade.

O período pré surgimento do radio em Rio Grande é marcado por vários fatores políticos envolvendo o Brasil e o Rio Grande do Sul. Principalmente após a Revolução de Trinta, onde é uma época de busca de superação do modelo agroexportador e de várias medidas modernizadoras ligadas ao industrialismo.

Mesmo que o surgimento da radiodifusão não apresente relação direta com os governos da época, devido ao desenvolvimento das pesquisas tecnológicas desenvolvidas desde o século XIX, Getulio Vargas atribuiu grande importância a este meio de comunicação, criou o DOP (Departamento Oficial de Propaganda), e posteriormente o transformou em DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), assim como “A Voz do Brasil” (1935) para a divulgação das realizações do governo. Desta forma, através do rádio Vargas, em 1937, comunicou a nação a instalação do Estado Novo e a nova constituição.

¹ Professor de História especialista em história do Rio Grande do Sul, professor da rede publica estadual,

Os anos de 1930 e 1940 foram de grandes transformações na sociedade brasileira, isto é, o grande aumento da população, crescimento dos centros urbanos e o desenvolvimento do parque industrial. A imprensa também sofria com a mutação da coletividade nacional, pois o público deixava de priorizar os periódicos impressos partidários por um meio mais instantâneo e de maior abrangência, o rádio.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento também não fugia a regra segundo Lotário Neuberger:

*“...o rádio nasceu em 1925, com a fundação da Sociedade Rádio Pelotense, em uma loja comercial da cidade de Pelotas. Já dois anos depois surgira a Rádio Sociedade Gaúcha. Também em meados da década de 1920 foi criada em Porto Alegre a Rádio Sociedade Rio-Grandense...”*²

A partir desta época surgiram várias emissoras no interior do Estado, como em Santa Maria a Rádio Imembuí, em 1943, em Uruguaiana a Rádio Charrua, no mesmo ano. A cidade papareia a relação com este veículo começa a partir da década de 1920, com o aparecimento de emissoras na capital, cidades vizinhas e até de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A primeira experiência radiofônica em Rio Grande foi a EAX-4, em agosto de 1931, por dois adolescentes de 16 anos Rodolfo Lima Martensen e Antoninho Barreto, de caráter ilegal pois a legislação da época não permitia que tivessem emissoras de rádio com uma população menor que 100.000 habitantes. Era uma brincadeira de jovens onde o diretor de programação era o próprio Rodolfo enquanto a parte técnica era da parte de Antoninho que construiu o transmissor, assim narrado por ele mesmo:

2 Neuberger, Lotário: RS no contexto do Brasil, EDIPLLET. Círculo de Pesquisas Literárias Porto Alegre: 2000RS, Páginas 79.

“E no momento em que, por bondade de um amigo meu, que tinha por aqui o Antonio Joaquim Barreto na minha idade tinha 16 anos ele construiu uma emissora e ele só interessava só pela parte técnica...e quando chegou a hora do broadcasting, bom agora tu pega isso aí e desenvolve como uma emissora só que não tínhamos licença, não tínhamos nada, uma brincadeira de jovens daquela idade então eu levei a emissora para minha casa e lá então montei estúdio, montamos uma emissora e começamos a transmitir normalmente sem licença sem coisa nenhuma até que a Junção, o controle da junção detectou aquela onda, era uma onda absolutamente irregular clandestina localizou de onde vinha e chegou lá e foi recebido pelo meu pai que disse: não pode ficar sossegado , eu tenho sido muito tolerante com essa rapaziada aí, o senhor pode ficar sossegado que não vai sair nenhuma transmissão daqui e o diretor da junção daquela época infelizmente eu perdi o nome dele, ele disse não seu Martensen, eu não vim aqui para impedir essa rapaziada, eu vim aqui para apoiar, eu quero que isso aí se desenvolva, porque estamos precisando de uma emissora e essa gurizada aí parece que tem jeito para essa coisa então vamos apoiá-lo e foi muito bonito porque aí o raul Weneck se interessou pela coisa e terminou fundando a rádio sociedade do Rio Grande...”³

3 Entrevista pertencente ao Museu de Comunicação Social Rodolfo Martensen, realizada em setembro de 1991.

A radio durou aproximadamente três meses, porém acometido de uma doença, Rodolfo teve que partir para São José dos Campos, interior de São Paulo, onde foi tratar de uma tuberculose, doença, naquela época, quase impossível de ser curada, mas depois de dois anos, fica sarada sua enfermidade sendo arrendada pela Companhia Rio-Grandense de Seguros Marítimos e Terrestres, que, utilizando sua infra-estrutura, inaugurou a Rádio Teatro⁴.

A experiência ficou conhecida com Rádio Teatro e teve pouco tempo de duração, não passando da década de 1930. e é no fim desta década que surge o Grupo de Cultura Rio-Grandino, que tinha como finalidade a difusão da educação através da abertura de novas escolas e da campanha contra o analfabetismo, recebendo o apoio da classe política municipal, estadual e nacional, assim noticiada no jornal Rio Grande:

“... argumentavam os dirigentes do Grupo o desejo de instalaremem nossa cidade, uma estação radiodifusora, estação essa que, com lucros advindos com sua exploração comercial proporcionaria ao Grupo uma maior receita que aliada às mensalidades pagas pelos associados e subvenções concedidas pelos poderes públicos, lhes daria maior renda, a ser empregada nas finalidades principais da notabilidade empreendida por essa sociedade cultural-luta contra o analfabetismo e abertura de novas escolas”⁵

4 BITTENCOURT, Ezio: Da Rua ao teatro: Os prazeres de uma cidade, Edifurg, 2001, pag.187

5 Jornal Rio Grande, Rio Grande, 4 de março de 1944, p01.

As cidades com menos de cem mil habitantes não poderiam ter emissoras de rádio, segundo legislação da época, questão só resolvida em 1939, dando-se a concessão da liberação do canal no ano seguinte. O grupo de Cultura Riograndino continuou a luta para ver implantada a estação no município. Junto ao governo da União, as lideranças debateram o projeto e contaram com atenção especial do Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, que amparado no decreto lei de 1939, passou a autorizar a instalação de estações de rádio no município.⁶

Desta forma o Grupo de cultura Rio Grandino usa política da Cruzada Nacional da Educação⁷ para conseguir a licença e a aquisição de equipamentos para a instalação de uma estação de rádio, ou seja, a liberação do DIP e a começar de materiais técnicos para que a emissora começasse a funcionar. A campanha contava com a participação de figuras ilustres como Bolivar Frazão, João Leoni, Alcides Lima Farias e Paulo de Felipe⁸, tendo como mensalidades do sócios a quantia de Cr\$ 200, 00 por mês.

O transmissor usava um cristal da marca Braille, tendo outros equipamentos mediante importação dos Estados Unidos da América, a potência inicial era de cem Watts, possibilitando uma cobertura de toda a cidade, com uma torres de transmissão com trinta e cinco metros de altura, ao lado do estúdio⁹ e o transmissor ficava junto a sala de controle¹⁰ e frequência de 1510 quilociclos, o equipamento trabalhava com um “Cristal Briley” de ótima qualidade para a época. Mais tarde, o prefixo da emissora passou a ser ZYH-221¹¹

Deste modo no dia 15 de março de 1942 era inaugurada a ZYC-3 Rádio Cultura Rio Grandina, localizada na rua Major Carlos

6 www.radionativa.com.br/institucional.

7 Em 1932 foi fundada a *Cruzada Nacional de Educação* para combater o principal problema da nação - o analfabetismo.

8 Jornal Rio Grande, Rio Grande, 4 de março de 1944, p 01

9 Programa Segundo Milênio da Rádio Universidade, dia 30 de abril de 2000.

10 Athaydes, Andréia ; Stosch Sérgio A História do Rádio Porto-Alegrense contada por quem a fez: Editora da Ulbra depoimento de Holmes Aquino pág.219 2008.

11 www.radionativa.com.br?institucional

Pinto nº 137, fato assim destacado no jornal O Tempo: “Deu-se, hoje, festiva e solenemente a inauguração oficial da ZYC-3 Rádio Cultura Rio Grandina, na qual esteve “O tempo” representado pelo sr Carlos Minuto”¹².

O primeiro dia de funcionamento da nova emissora começava pela manhã às 11h30min, uma homenagem ao maestro Carlos Gomes com a apresentação de obras de sua autoria em gravação, quinze minutos depois a Orquestra Boston Pop's com Artur Fidler também com a utilização de discos, às 12h30min notícias com o jornal Falado, seguiram-se programas musicais com valsa, tango e jazz e às 15 horas, apresentação do cantor Alfonso Tirado a sessão solene de inauguração da emissora foi às 17 horas, com discursos de grandes personalidades entre eles o grande jurista Bruno de Mendonça Lima à noite desfilaram pela programação várias orquestras, Joaquim da Costa Ganchas, com o programa Vozes de Portugal e os conjuntos regionais de Sérgio Loro, Os Tangarás, todos com a apresentação ao vivo. O primeiro e agitado dia da inauguração foi encerrado com a transmissão do baile do Clube carnavalesco Sacca-Rolhas animado por uma orquestra completa.

O *speaker* é indiscutivelmente, a alma da estação de rádio. Ele é o que tem a mais espinhosa missão da emissora, dele depende o êxito da música, do artista, do compositor e principalmente mexer com o imaginário do ouvinte. Em Rio Grande a situação não era diferente com uma estrutura mais modesta, também tinha locutores comerciais ao vivo, que muitas vezes esqueciam de ler os anúncios dos patrocinadores. E não eram só estes problemas que aconteciam no cotidiano das rádios, o famoso ‘galho’ era comum e começava dentro do próprio estúdio onde os toca discos eram tipo de toca-discos de gramofone¹³ que tinha paletas com aquela bolinha para manter a velocidade, correção de velocidade e apenas 78 RPM porque não tinha nem 33 RPM, não havia o long playing¹⁴

Não havia escuta interna e os jingles eram de acetato e havia uma

12 Jornal o Tempo, Rio Grande, 16 de março de 1942, p4.

13 Athaydes, Andréia ; Stosch Sérgio A História do Rádio Porto-Alegrense contada por quem a fez: Editora da Ulbra depoimento de Holmes Aquino pág.219 2008.

14 Idem 12

preocupação para que não houvesse o famoso buraco no rádio, o operador escutava através da vibração da agulha, quando era musical não tinha problema, mas quando era falado seguidamente arranhava o disco.¹⁵

*“na berlinda
está na berlinda ‘aquele cantor’ que esqueceu
de cantar para fazer anuncios.
Assim é demais. As casas comerciais pagam.
Mas o público quer ouvir alguma coisa que não
seja parodia de comerciais”.*¹⁶

A *Voz do Atlantico* slogan da Cultura Rio Grandina, nasce durante a Segunda Guerra Mundial, não fugindo das características do resto do país, com programas de cunho nacionalista e educacional como “*A Hora do Estudante*” e a “*Biblioteca do Atlantico*”.

*“ Na ZYC-3 estreou-se ontem a hora dos estudantes do ginásio Lemos Jr, colaborada especialmente por alunos desse acreditado educandário local, que ali, ao microfone rio grandino, farão às 18 horas de todas as primeiras quartas-feiras transmissão de um programa estudantil de músicas, cânticos, trabalhos espirituais escolares partes literárias e humorísticos”*¹⁷

15 Idem 12

16 Jornal o Tempo de 05 de julho de 1942, pág.2.

17 Jornal O Tempo, Rio Grande, 04 de junho de 1942, página 02

O Programa era produzido, dirigido e apresentado por estudantes do “Ginásio Lemos Jr” e era colocado no ar por alunos do curso secundário, inicialmente na primeira quarta-feira de cada mês, às 18 horas. Neste programa eram mostrados trabalhos literários, humorísticos, cânticos e músicas relacionadas com os ideais patrióticos.

“Um programa feito pelos estudantes obedecendo ao duplo objetivo de deleitar e instruir: o primeiro é conseguido pela difusão de audições de músicas populares e programas de bom humor. O segundo, pelas palestras culturais e pela comemoração de datas pátrias. Os componentes da hora têm um tema ue amam acima de tudo e que procuram concretizar elas ações: tudo pelo Brasil.

A ‘Hora do estudante’ possui dois epartamentos: um cultural, outro artístico.

O departamento artístico possui inscritos os eguintes componentes: Yeda Simões, Dailton Silva, Wadie Salomão(...).

Acompanhamentos: da dupla Darcy e Pery por especial diferencia a prof^a Lili Schimit e o conjunto Cruzeiro.

Coros: ‘São Francisco’ e Schola Cantorum’

humoristas: Tio Jim e José Edom Direção: eriberto Madruga, supervisão de Dolar, sonoplastia: de aristóteles \dias, efeitos de som de Nadir Pinheiro. Locutores: Aldo Dapuzzo, Walter Oliveira e \hélio Mendes... ”¹⁸

O programa, além de uma grande equipe na criação, técnica e colaboradores tinham um grande apoio da imprensa escrita com notas na coluna semanal sobre rádio do jornal o Tempo:

*“ A Hora do estudante, o programa venceu, voltará ao ar hoje às 18:05 horas, com grandes novidades ”*¹⁹

Com o crescimento da popularidade do programa houve uma reformulação por parte da estrutura e conteúdo do mesmo ocorrendo então uma disputa entre os estudantes e ouvintes, ou seja, eram organizadas em equipes que duelavam entre si pela vitória, segundo nota no jornal o Tempo:

*“ Pela primeira vez no Rádio do Brasil uma luta entre equipes de real valor, estudantes versus ouvintes. Os golos serão feitos pelas perguntas mais difíceis. Atenção para este embate todo singular ”*²⁰

A questão da guerra também faz parte da programação da emissora, onde são colocados no ar programas de exaltação da pátria e pedidos de apoi à população para que esta comungasse com desejo de um movimento armado, em nível internacional.. Nestas linhas, foi destacado no jornal O Tempo, o discurso do nacionalista Othon Silvano Saleiro.

19 Jornal o Tempo de 19 de julho de 1942, pág 02

20 Jornal o Tempo de 02 de agosto de 1942, página 02

“Nesta hora em que todos os medos procuram os brasileiros de responsabilidade despertar o desejo cívico nas massas eu venho, também, trazer a minha contribuição porque entendo que, uma vez a nossa amada pátria esteja correndo perigo, (...) porque seus braços tem estado sempre abertos para receber indistintamente a todos, às sombras de suas árvores, para abrigo fecundo e duradouro, ou entendo e repito, que precisamos todos provocar uma verdadeira exaltação que faça que o Brasil se agredido for, levante-se com um só homem revivendo seu passado glorioso, em que um simples marinheiro como Marcílio Dias, filho desta gleba estremecida, que é a cidade do Rio Grande, fez terminar um combate com glórias para a amarinha nacional, com honras para o Brasil inteiro- E si levarmos essa exaltação, de coxilha em coxilha, de quebrada, no momento em que o Brasil tiver de defender se, hão de pulular, por todos os cantos, gloriosos Marcílio Dias, que dirão bem alto do valor do povo brasileiro”²¹

Além do discurso proferido no programa da maior expressividade da “Voz do Atlântico” sob o comando do radialista Dólar Tanus, fazia parte desta audição o uso do violão com músicas brasileiras e sacras, exemplificando Ave Maria e o Cisne Branco, este fechando com grande Glamour apresentação política num clima apoteótico de exaltação a pátria.

21 Jornal O Tempo, Rio Grande, 29 de julho de 1942, página 04.

O programa mais popular, às paródias, era realizado satirizando as Potências do Eixo, entre as mais interessantes é escrita por Rui Grillo, inspirada na *Valsa de Sangue e Areia*, e apresentado no *Programa de Calouros efetivado no Cine Avenida*, às segundas-Feiras:

*“A Trinca Maldita
Mussolini quando entrou na guerra
Numa tarde de chuva e de escuridão
levou um balaço no pé
e caiu esticado no meio chão*

*O Hiroito ficou abismado
Com os olhos de ébrio lá no Japão
E Gritou com deastino
que era massa pra macarrão*

*Ao surgir dentro do arsenal
um branco com bigode de pau
ouviu-se um barulho infernal
É o Hitler o gênio do mal*

*Mas os três se juntaram afinal
Conversaram no crime fatal
e derrepente olharam pro lado
Mussolini já tinha pirado
pois o Hitler olhava pro chão
para a marca dos pés que ficou
o Hiroito de raiva sentou*

E o Hitler maluco ficou” ²²

22 Idem 17.

Programas de auditório eram muito comuns nesta época, surgiram em meados de 1930, nos auditórios das rádios. Entre os Pioneiros estão Celso Guimarães, da Rádio Cruzeiro do Sul, de São Paulo; Edmundo Maia e Roberto, da Rádio Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro. Esses programas logo proliferaram por todo o Brasil com sucesso, alguns se tornando notáveis como “Calouros em Desfile” de Ari Barroso na Tupy do Rio de Janeiro, A “Hoar do Pato” de Helder Bôscoli, na Nacional.²³

Na cidade do Rio Grande os programas de audiório eram realizados em cinemas e teatros como o PoliThema, Sete de Setembro, Carlos Gomes e o Avenida, geralmente realizados aos fins de semana conforme anuncio no jornal o Tempo:

*“Aos Domingos, no teatro 7 de Setembro
A Hora do Calouro sob o patrocínio da Rádio
riograndina
cadeira 1 cruzeiro
gerais 50 centavos”*²⁴

Nestes programas de auditório era comum o surgimento de duplas, geralmente casais para animar e comandar as audições como, por exemplo: Dolar e Dolores (Dolar Tanus e Odete Alves), Rui Grillo e Iolanda Grillo, Milton Freitas e Ieda Simões com o acompanhamento da professora Lili Schimith ao piano, Darci e Peri. O Grande sucesso nos programas de auditório era “Teatro do Lar”, transmitido às sextas-Feiras a partir da 21 Hora, tamanho era o sucesso popular que era distribuído fotos autografadas de Dolar e Dolores,²⁵ além deste programa apresentava outras atrações como o “Rádio Jornal”, voltado para os ideais pátrios e o programa “Quando você tinha Vinte anos”.

Outro casal famoso na RioGrandina era Rui e Iolanda Grillo, com vários programas voltados para todos os públicos, infantis de auditório, com datas festivas como São João, Natal, dia da Criança entre

23 Nosso século (1930-1945): A Era Vargas, São Paulo, editora abril cultural, 1980, página 97.

24 Jornal agora O tempo, 09 de julho de 1942, pág 04.

25 Idem ao 23.

outros.

Os programas esportivos também tinham destaque na ZYC-3, dentro da política de popularização do rádio, surgido no final da década de 1930, as transmissões esportivas, sendo o pioneiro Ari Barroso, locutor de um disputadíssimo Fla-Flu em 1937.²⁶

O programa “Boletim esportivo” era apresentado por Saul Porto, Proprietário do Jornal O Tempo, às terças-feiras, e as quintas, com o noticiosos das equipes locais de futebol, também transmitia diretamente do Cinema Avenida, o Festival de Luta Livre. Apesar da cobertura esportiva ser intensa, problemas de ordem técnica eram comuns ocasionado o descontentamento dos ouvintes que usavam a imprensa escrita da cidade para realizar as reivindicações necessárias para melhoria da emissora:

“Não sabemos a que atribuir o fato de algumas transmissões desportivas terem início. Sempre depois que a partida já começou... Estamos certos que este pequeno defeito técnico será sanado”²⁷

Mesmo tentando popularizar a programação a Rio Grandina mantinha uma linha marcada pelas grandes orquestras, mantendo um nível musical bem eclético, ou seja, em determinados horários poderiasse ouvir músicas portuguesas e em outros escutavasse músicas instrumentais ao entardecer, também havia um programa com o interesse de solucionar os corações apaixonados, “O correio amoroso”, Armando Malo produzia e apresentava aos fins de semana e consistia no Seguinte:

“...toda a senhorinha ou cavalheiro que esteja em dificuldades amorosas com seu ideal, não sabendo qual a solução que vai tomar, dirigir-se-a ao Correio Amoroso, e terá a solução, dentro desse horário, através

26 Idem 22.

27 Jornal o Tempo 09 de agosto de 1942, página 03.

*do seu receptor”*²⁸

No ano de 1944, a Cultura lança a peça de teatro “Uma Mulher na multidão” com a participação de Dolar Tanus, Valdemar e Lima Neto escrita por Cardoso Filho, tendo cunho cultural e educativo apresentado na quinta-feira no Avenida com uma forte repercussão na sociedade local.

Apesar de uma grande estrutura a ZYC-3 não tinha uma situação financeira muito saudável, pois dependia da contribuição dos associados e uma crise então se formou no “Grupo de Cultura Rio Grandino”, mantenedor da emissora ocasionando a saída do presidente Paulo de Felipe passando a direção geral para o Sr. Bolívar Frazão, que em uma primeira alternativa tenta passar a rádio para uma sociedade anonima.

É nesta época que Atualpa Dias, diretor da Cultura de Pelotas adquire os direitos de exploração, ou seja, a rádio passa para o comando de um grupo pelotense, descaracterizando a estrutura organizada durante aproximadamente por oito anos, somente na década de 1950, empresários rio grandinos tentam uma concessão de um canal de rádio, não conseguindo sendo solução a instalação de uma emissora em São José do Norte, com programação voltada para a cidade do Rio Grande, tornando-se a grande concorrente da cultura rio grandina.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Edgar de . O carnaval carioca através da musica. Rio de janeiro, Livraria Francisco Alves, 1980.

ALVES, Francisco das Neves. A Pequena Imprensa rio-grandina no século XIX, Editora da FURG, 1999.

28 Idem 26

DILLENBURG, Sergio Roberto. Os anos dourados do Rádio em Porto Alegre Porto Alegre: CORAG. 1990.

GOLDFEDER, Miriam. Por Trás das Ondas da Rádio Nacional. Rio De Janeiro, Paz e Terra, 1981.

MOREIRA, Sônia. O rádio no brasil. Rio de Janeiro, Radiofundo, 1991.

NOSSO SÉCULO (1930-1945): A Era Vargas. São Paulo, Editora abril cultural, 1980.

Soledade: Da Revolução Constitucionalista aos Monges Barbudos.

Fabian Filatow¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns estudos sobre os acontecimentos políticos ocorridos no município de Soledade no decorrer da década de 30 do século XX. Destacamos, assim, a participação de Soledade na Revolução Constitucionalista de 1932; a agitação política vivenciada no município no período das eleições de 1934, com acentuada prática da violência e finalmente a ocorrência do movimento dos Monges Barbudos (1935-1938). Analisando melhor o contexto político da região, almejamos compreender os motivos e circunstâncias que poderiam ter contribuído para a repressão imposta aos Monges Barbudos no período de consolidação do Estado Novo.

Palavras-Chave: Soledade, Revolução Constitucionalista, Monges Barbudos.

RESUMEN: *Con este trabajo, tengo como objetivo presentar algunos estudios sobre los acontecimientos políticos ocurridos en la ciudad de Soledade a lo largo de la década de 30 en el siglo XX. Destacamos, así, la participación de Soledade en la Revolución Constitucionalista de 1932; la agitación política vivida en el municipio en el período de las elecciones de 1934, con intensa práctica de violencia y, finalmente,*

¹ Mestre em História. Doutorando em História (PUCRS). Bolsista CAPES. E-mail: ffilatow@ig.com.br

la ocurrencia del movimiento de los “Monges Barbudos” (1935-1938). Analizando mejor el contexto político de la región, deseamos comprender los motivos y circunstancias que podrían haber contribuido para la represión impuesta a los “Monges Barbudos” en el periodo de consolidación del “Estado Novo” en Brasil (1937-1945).

Palavras-Clave: *Soledade, Revolução Constitucionalista, Monges Barbudos.*

1. Introdução

O artigo analisou o contexto político do município de Soledade (RS) na década de 30 do século XX. O estudo iniciou com a participação do município na Revolução de 1932. A historiografia produzida sobre a revolução constitucionalista é ampla e diversificada, por isso, não é nossa intenção efetuar um estudo minucioso sobre todos os desdobramentos deste acontecimento. O intuito será refletir e compreender o significado político regional dos acontecimentos ocorridos em Soledade com sua participação na campanha constitucionalista.

Procuramos compreender quais foram às motivações que levaram Soledade, e mais especificamente a Frente Única de Soledade a assumir uma postura política e militar favorável à causa paulista, opondo-se a Getúlio Vargas e ao interventor federal no Rio Grande do Sul, General José Antônio Flores da Cunha, tendo este último, dado irrestrito apoio ao governo provisório.

Para analisarmos este primeiro ponto, utilizamos obra “O Fão: um episódio da Revolução de 1932 no Rio Grande do Sul” de autoria de

Jorge Augusto de Paula². Na continuidade do trabalho, analisaremos os acontecimentos políticos ocorridos no ano de 1934 em Soledade quando da ocorrência das eleições. Período de agitação política com uso da violência. Por fim, realizaremos algumas reflexões sobre a ocorrência dos Monges Barbudos neste contexto político da década de 30. Foi no nascer do Estado Novo que tivemos o confronto dos Monges Barbudos com a Brigada Militar. Buscamos assim, avançar na compreensão dos conflitos políticos em vigência neste período e na compreensão do movimento dos Monges Barbudos neste contexto regional.

2. O contexto político nacional e regional nos anos 30

A Revolução de 1930 foi concebida e marcada pela historiografia como um momento de ruptura entre o modelo vigente no período da Primeira República e os anos subsequentes a Revolução. Sendo ao primeiro período atribuído o tempo de predomínio do poder das oligarquias estaduais, do coronelismo. O período da Segunda República, por sua vez, é caracterizado por um processo de centralização política, com forte presença do nacionalismo e do autoritarismo político, tido como um período de industrialização e de modernização do Estado Nacional.

Luciano Aronne de Abreu (2007, p. 173), refletindo com Boris Fausto, apresenta que “a Revolução de 3 de outubro não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois

2 PAULA, Jorge Augusto de. *O Fão: um episódio da revolução de 1932 no Rio Grande do Sul*. 2ed. Passo Fundo: Serrador, 1972. A 1ª edição data de 1933. Jorge Augusto de Paula nasceu e faleceu em Soledade (25/09/1889-23/09/1964). Exerceu as funções de subprefeito e subdelegado distrital, vereador (PL). Foi revolucionário na revolta constitucionalista de 1932 em Soledade.

havia uma complementaridade entre esses setores”. Ainda segundo Abreu, “pode-se afirmar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu durante o chamado Governo Provisório, mas se estendeu por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas.”

Com a Revolução de 1930 chega ao poder Getúlio Vargas. A plataforma proposta pela Aliança Liberal contribuiu para uma maior aproximação entre os grupos que compuseram a Frente Única, visto que se baseava em questões amplas e de interesse nacional, tais como a legislação eleitoral, constituição de um Código do Trabalho, redefinição da política do café entre outros.

A ruptura proposta pela plataforma da Aliança Liberal não se confirmou, o que tivemos foi um rearranjo do poder na esfera nacional. Vargas tinha por princípio a manutenção do poder nacional e seu posto de chefe da nação, iniciando um processo político centralizador e autoritário. Processo que teve sua expressão plena na instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937³.

No decorrer dos sete primeiros anos do governo, Vargas enfrentou forte oposição. O centralismo político e sua forma autoritária de governar foram os alvos principais de seus opositores, entre estes alguns companheiros que o apoiaram quando da ocorrência da Revolução de 30, como o caso de boa parte dos políticos que compunham a Frente Única Gaúcha.

A Revolução Constitucionalista de 1932 se configurou num destes momentos de oposição ao projeto autoritário e que questionou o poder

3 Para uma discussão historiográfica sobre a definição política do regime do Estado Novo indicamos o texto de GERTZ, René. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? In: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz et al. (orgs.). *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 195-210.

nacional nas mãos de Vargas. Sob o discurso da constitucionalização do país, e de forte cunho liberal, diversos dissidentes e opositores se uniram à revolução, liderada pelo estado de São Paulo. O município de Soledade estava entre os opositores. O grupo oposicionista era composto por membros da Frente Única de Soledade.

O significado do posicionamento político assumido por Soledade, é de importância impar para a melhor compreensão e discussão da história política regional, assim como para a nacional. No âmbito da política regional, a Frente Única Gaúcha, composta pelos partidos Republicano e Libertador, apoiou Vargas na Revolução de 1930⁴ e mantinha-se unida ao governo do interventor Flores da Cunha. Com a eclosão da Revolução de 1932, na qual o apoio e efetiva participação do Rio Grande do Sul à causa constitucionalista era tida como certa, gerou uma grave crise política no estado gaúcho. Segundo Adriana Iop Bellintani, “(...) a fase preparatória para a Revolução Constitucionalista de 1932 depositava suas esperanças de sucesso na figura do interventor Flores da Cunha, bastante atuante na Revolução de 1930, e de função primordial na arrematamento de forças.” (BELLINTANI, 2002, p. 25)

Jeziel de Paula (1998, p. 230) destaca a participação de políticos gaúchos na Revolução de 1932, “(...) mesmo que em 1930 Borges de Medeiros (...) e Raul Pilla, (...) estivessem unidos na Aliança Liberal, em 1932, estariam estas personalidades gaúchas do lado dos paulistas.”

4 Segundo Trindade “esta aliança que viabilizará o suporte político regional em apoio a candidatura Vargas, não dissolverá as estruturas partidárias subjacentes, nem superará a clivagem político-ideológica que persistira ao longo do período”. TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 167. Pensamos que os acontecimentos de 1932 em Soledade contribuíram para demarcar a existência desta clivagem política.

No cenário político gaúcho, com a ocorrência da revolta paulista, sucedeu-se uma inesperada mudança de planos. O interventor Flores da Cunha se posicionou política e militarmente favorável à Vargas, disponibilizando o efetivo militar estadual, composto pela Brigada Militar e Corpos Provisórios, ao governo central, a fim de combater os revoltosos constitucionalistas.

O posicionamento político do interventor desencadeou uma grave crise política no estado gaúcho, gerou-se uma cisão política entre os participantes da Frente Única Gaúcha. Os frenteunistas passam a ver Flores da Cunha como traidor político do Rio Grande do Sul. Além de apoiar a ditadura de Vargas, aproveitando o momento, criou uma nova legenda partidária. Para Carlos Roberto da Rosa Rangel (2001, p. 90), “Flores da Cunha encontrou na revolução de 1932 o artifício necessário para revitalizar a estrutura de cooptação e coerção do modelo borgista, (...), substituindo o domínio hegemônico do Partido Republicano por uma outra agremiação partidária disciplinada pelo chefe de governo – o Partido Republicano Liberal (...)”. A nova legenda partidária teve a função de legitimar o apoio de Flores da Cunha a Vargas sem que este enfrentasse uma indisposição com o seu antigo Partido Republicano.

3. Soledade e a Revolução de 1932

Os primeiros encaminhamentos originados pelos descontentes com os rumos dados na política nacional, após a ocorrência da Revolução Liberal de 1930, partiram do próprio estado natal do governante nacional, o Rio Grande do Sul. No ano de 1931, Borges de Medeiros enviou uma correspondência ao chefe do Governo Provisório e alertou sobre os perigos da continuidade indefinida do regime de exceção. O

documento apontava os equívocos e desvios da ditadura e apontava uma fórmula política para solucioná-los: cumprir o Programa da Aliança Liberal, eleições e constituição. A Frente Única Gaúcha promoveu uma campanha em favor do fim da provisoriedade do governo de Vargas.

Em 1932, o Rio Grande do Sul expôs sua cisão política frente ao plano político centralizador e autoritário de Getúlio Vargas. Opondo-se ao prolongamento da ditadura, a Frente Única de Soledade deu início à contestação armada ao projeto. Rebelando-se contra a decisão tomada pelo interventor Flores da Cunha que foi cooptado pelo interesse de obter apoio do governo federal e em prol da manutenção do seu governo no estado gaúcho.

O general Candido Carneiro Júnior⁵, conhecido como Candoca, foi proclamado General Comandante em Chefe das Forças Revolucionárias Constitucionalistas de Soledade lançou um manifesto revolucionário ao povo gaúcho no qual podemos perceber a ideia de que a Revolução no Rio Grande do Sul teria grande adesão entre os municípios.

(...) A terra heróica de Soledade, atendendo à voz dos Partidos Republicano e Libertador e honrando suas tradições, levanta-se hoje de armas na mão pela restauração da ordem do regime legal no Brasil. Estamos com uma Brigada de um efetivo superior a mil e quinhentos homens armados, cheios de ardor e fê cívica, para sustentar ao lado de outros municípios que, como o nosso, se acham empenhados no movimento revolucionário constitucionalista, a palavra de honra do Rio Grande! (PAULA, 1972, p.26)

Destacamos a presença do compromisso com os chefes políticos, a crítica à ditadura e os motivos que os impeliram a se rebelar:

5 Ocupava o posto de tenente-coronel, comandante do 33º Corpo Auxiliar. Recebeu verbas da Brigada Militar para organizar um corpo auxiliar, mas as utilizou na revolta, no final do conflito foi condenado a repor a quantia.

Os compromissos assumidos pelos Chefes eminentes Borges de Medeiros e Raul Pilla, que representam a totalidade da população riograndense, é que nos levaram a lutar ao lado do heróico povo de São Paulo, nesta memorável jornada cívica, contra uma ditadura funesta e nefasta aos destinos da nacionalidade. Borges de Medeiros, o excelso varão republicano, e Raul Pilla, a individualidade estuante de fé e ardor pela Liberdade, se acham em campo para a defesa dos mesmos ideais, que nos animam! (PAULA, 1972, pp.26-27)

Segundo o manifesto, obtemos a informação de que os planos militares dos revoltos de Soledade não se restringiam ao município, planejou-se a ocupação de municípios próximos, “duas de nossas divisões marcham para invadir os municípios de Carazinho e Passo Fundo” (PAULA, 1972, p. 27).

Num telegrama datado de 3 de setembro de 1932, enviado ao interventor Flores da Cunha, o general Candido Carneiro Júnior, foi possível obter a informação da ocorrência de um confronto entre os revoltosos e as forças estaduais. O referido confronto ocorreu na localidade conhecida como “Paço do Rocha”, no qual foram mortos oito homens. Candoca declarou que estabeleceu governo e que prendeu os que não estavam como Rio Grande no município de Soledade. Segundo o telegrama, o efetivo dos revoltosos era de 1500 homens (PAULA, 1972, p. 32).

O interventor federal deslocou tropas da Brigada Militar a fim de combater os revoltosos soledanenses. O confronto teve seu momento máximo às margens do rio Fão no dia 13 de setembro de 1932 e ficou conhecido como o Combate do Fão⁶. O fim do conflito armado não

6 Alguns dados sobre o combate do Fão apontam para um número em torno de 100

significou o fim das disputas políticas existentes na região e no estado⁷.

Os problemas decorridos do confronto ocorrido às margens do rio Fão não podem ser ignorados na tentativa de compreender a complexa conjuntura política da região. O próprio interventor Flores da Cunha buscou estabelecer um acordo para pacificar a situação na região de Soledade, “depois do combate do Fão, (...) Flores da Cunha, procurou entendimento com o General Cândido Carneiro Júnior, para um acordo. O General Candoca tinha ainda gente reunida e pretendia continuar na revolução e, quando não mais lhe fosse possível aqui, passaria para São Paulo, tomar parte nas suas trincheiras.” (VERDI, 1987, p. 83)

Segundo Garibaldi Almeida Wedy (1999, p. 31), “a luta armada [1932] desencadeou, entre os soledadenses, desconfiança, ressentimento e ódio. Enfim, cicatrizes aparentes, visíveis e permanentes, como consequência da guerra civil, permaneceram como impressão de uma ofensa ou desgraça em muitos soledadenses.”

4. Eleições de 1934 em Soledade: práticas políticas e o uso da violência

Após a revolta de 1932 a situação política em Soledade permaneceu instável. A violência era a expressão do poder local. Segundo Wedy, “em Soledade, onde a Revolução Constitucionalista teve apoio armado, luta campal, vicejou um duradouro clima de desconfiança, prevenção, discórdia, delação, repressão e agressão de toda ordem.” (WEDY, 1999, p. 35)

homens que enfrentaram os soldados da Brigada Militar. (PAULA, 1972, p. 79)

7 O conflito que envolveu Soledade se encerrou no dia 5 de outubro de 1932, numa reunião com os militares rebelados e com o representante do interventor federal Flores da Cunha. (PAULA, 1972, p. 93).

Neste cenário político ocorreu o enfrentamento do então prefeito Francisco Muller Fortes, do Partido Republicano Liberal, com a oposição, a Frente Única. A disputa política contribuiu para o agravamento da situação no município, o uso da violência tornou-se algo corrente. Wedy declara que “(...) para a Frente Única, o excesso e o transbordamento arbitrário do prefeito, agravou-se com a criação dos bombachudos”. Continua o autor, “esta era a mais séria e contundente acusação ao prefeito. Para a oposição, os bombachudos não passavam de capangas do prefeito, porque eram pagos pelos cofres públicos, sob o título de trabalhadores nas ruas, e recrutados entre criminosos.” (WEDY, 1999, p. 36)

Foi neste clima violento e de disputas políticas que ocorreram as eleições de 14 de outubro de 1934. “Entretanto, houve anulação da votação em determinadas seções eleitorais, em Soledade. Em consequência disso, aprou-se, em Soledade, uma eleição suplementar.” (WEDY, 1999, p. 37)

Wedy (1999, p. 37) destaca que a vida política de Soledade entre os anos de 1934 e 1935 foi agitada e violenta. Telegramas enviados ao chefe de polícia relatam que a residência do general Cândido Carneiro foi assaltada por vários capangas do prefeito.

Noutro telegrama, também enviado ao chefe de polícia, assinado por Clóvis Cardoso, Kurt Spalding e Caio Graccho, alertava a respeito de andarem pessoas de maus precedentes dessa vila com atitudes suspeitas e com apoio das autoridades (...). Parece que para Soledade não entrou ainda em vigor a Constituição, os cidadãos classificados continuam vigiados por indivíduos desclassificados, ‘valentes’ profissionais. (WEDY, 1999, pp. 38-39)

A violência gerada por questões políticas foram noticiadas

reiteradas vezes nos jornais da capital gaúcha. Destacamos as notícias publicadas no jornal *Correio do Povo* relatando o assassinato de Kurt Spalding⁸ e o ferimento em Cândido Carneiro Júnior.⁹

A respeito do processo eleitoral, Soledade foi palco de perseguições aos opositoristas: “os trabalhos da Justiça Eleitoral pediram *habeas-corpus* para o eleitorado opositorista de Soledade”. Wedy destaca ainda que “a perseguição política aos eleitores da Frente Única não cessava. Os eleitores da Frente Única sofriam intimidação, perseguição e coação, porque lançou o Governo o terror e o pânico entre os habitantes de Soledade.” (WEDY, 1999, p. 51)

A prática política estaria assim associada ao uso da violência. Esta interpretação pode contribuir para elucidar os acontecimentos ocorridos na Semana Santa de 1938 no sexto distrito de Soledade.

5. Monges Barbudos de Soledade

Entre os anos de 1935 e 1938 um grupo de camponeses se reunia sob orientações religiosas. O local se encontrava entre os municípios de Soledade e Sobradinho. O início do grupo é incerto, tendo na figura do monge João Maria sua origem.

A residência de André Ferreira França, o primeiro líder do grupo, teria se tornado um local de reunião religiosa. Grande número

8 Kurt Spaldin era médico e participou ativamente da Revolta Constitucionalista de Soledade.

9 Os acontecimentos foram noticiados no jornal *Correio do Povo*, 15/12/1934; *Diário de Notícias*, 16/12/1934, p. 24. *Correio do Povo*, 17/12/ 1934; nesta edição, publicou-se o assassinato noticiando que eram três capangas do prefeito Francisco Muller Fortes, horário de meio-dia, assassinaram a tiros de revólver. No *Correio do Povo*, 22/12/1934, p. 16, publicou-se o telegrama de *Candoca* ao Dr. Maurício Cardoso, declarando que passa bem, mas vai para Passo Fundo retirar bala. *Diário de Notícias* de 23/12/1934 noticiou o enterro de Kurt Spalding em Soledade.

de pessoas começou a frequentar as reuniões por ele organizadas. Esse fato tornou Deca indesejado, atraindo sobre si o desagrado de muitas pessoas da localidade que não aceitavam a crença por ele liderada gerando conflitos. Deca passou a se esconder, fato que explica sua ausência na capela em Bela Vista na Sexta-feira Santa, 14 de abril de 1938, que segundo a crença, seria a data do suposto retorno do monge João Maria, quando ocorreu o confronto com os soldados da Brigada Militar. O confronto conferiu notoriedade aos Monges Barbudos, sendo noticiados na imprensa da capital.

Após o confronto, Deca resolveu se entregar. Na casa de um dos membros do movimento, José Crispim, espera a chegada da polícia. Ao chegar o destacamento militar, Deca é morto a tiros. Seu corpo foi lançado numa cova, a qual permaneceu vigiada por policiais, pois esses temiam que os fiéis viessem desenterrá-lo, pois havia a crença de Deca não morreria e se isso ocorresse, ressuscitaria.

Um segundo líder do movimento é Anastácio Desidério Fiúza (o Tácio). Foi Tácio que esteve à frente dos fiéis na Semana Santa, sendo baleado e falecendo em 15 de abril de 1938.

Alguns ensinamentos religiosos se confrontavam com os interesses econômicos da região. No planalto médio gaúcho a plantação e o tratamento do fumo ocupavam significativa parcela da atividade econômica. O fumo teria sido indicado pelo monge como prejudicial à saúde (pois muitos dos soledanenses guardavam o fumo no interior de suas residências). Fato que desagradou os comerciantes da região que compravam a produção de fumo dos agricultores.

Os fiéis divulgavam que juntamente com o retorno do salvador, tudo seria reordenado, ou seja, os que pertenciam e tinham aceitado os ensinamentos da religião tornar-se-iam donos de todas as coisas na Terra

e seriam salvos, destino contrário era esperado para os incrédulos.

Referente ao trabalho, historiografia e documentos não são concordantes, pois em alguns declaram que os Monges Barbudos não trabalhavam, pois acreditariam que todas as suas necessidades seriam providas dos céus. Outros apontam que trabalhavam sim, mas produziam somente o suficiente para si e para os membros do grupo.

Divulgou-se a ideia de que eram comunistas, de serem pessoas que atentavam contra a moral e a família, bem como contra a Igreja. A respeito destas acusações temos o relato do Frei Clemente de Nova Bassano, então vigário da Paróquia Nossa Senhora da Soledade em Soledade:

Este ano foi um pouco agitado [1938] ainda em relação as autoridades e o vigário, em relação aos chamados Monges do sexto distrito. [...] É de se notar que os vigários foram os únicos que se interessaram para melhorar a sorte destes pobres coitados que só merecem compaixão. Foram acusados de comunistas, mas nada foi descoberto de tudo isso até hoje. [...]. O que se descobriu em parte é que alguns que hoje não existem mais, teriam abusado da boa fé e canduro ou digo melhor da simplicidade deste povo da serra, o qual é religioso até ao extremo até a superstição, de tê-los desviado de alguns princípios religiosos. Porém até hoje não foi descoberto que eles faltassem de respeito às igrejas, as coisas sagradas, aos santos, aos sacerdotes, e à moral da família, do lar, e tão pouco desrespeitassem as famílias vizinhas¹⁰.

Na Semana Santa de 1938, como já referido, uma grande multidão se deslocou à capela de Santa Catarina. Os moradores e bodegueiros (donos de pequenas casas de comércio) do distrito ficaram

10 Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Soledade, Soledade-RS, livro n.º. 2, ano: 1934-1965.

temerosos ao perceberem a chegada de inúmeras pessoas, pois como já era conhecida a crença de que “tudo seria de todos”, recearam por perder suas propriedades e suas posses.

A fim de obterem segurança, os comerciantes acionaram a força policial da localidade de Sobradinho, por ser a delegacia mais próxima. Como o número de policiais era insuficiente, foi solicitada a presença de tropas brigadianas oriundas de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo. O final deste encontro fatídico foi retratado no relatório apresentado ao Sr. Comandante Geral da Brigada Militar pelo então major José Rodrigues da Silva, sobre os acontecimentos ocorridos no município de Soledade, com o surto de “fanatismo religioso” praticado por elementos que se tornaram conhecidos por Monges Barbudos:

O número de adeptos proporções alarmantes e Tasso [Anastácio Fiúza] determinou uma reunião e marcha para o lugar denominado Bella Vista, onde existe uma igreja de que é padroeira Santa Catarina. Essa reunião efetuou no dia 12 de abril deste ano e a chave da igreja foi obtida mediante ameaças ao encarregado daquele templo. Tendo a população de Bella Vista, alarmada, pedido socorro às autoridades de Sobradinho, o delegado de polícia, Sr. Antônio Pedro Pontes, para lá se dirigiu acompanhado de praças do destacamento daquela cidade. Surpreendidos com a força os fanáticos fizeram alguns disparos de armas curtas e a força também fez uso de suas armas, ferindo o chefe Tasso que veio a falecer logo depois. Foram presos também 10 fanáticos que foram remetidos para Cachoeira e mais tarde postos em liberdade. Morto Anastácio Fiuza e apesar de batidos em Bella Vista, os fanáticos conduziram o cadáver para o lugar denominado “Rincão dos Bernabés”, no 5º Distrito de Soledade e ali o conservaram insepulto durante quatro dias, isto é, até o dia 17 de abril, na estulta crença de que o morto ressuscitasse. Em torno desse prolongado velório reuniram-se para mais de 500 pessoas. De tal reunião e desobediência as regras da lei foram avisadas as autoridades de Soledade, que fizeram seguir imediatamente para o local uma força do

destacamento da Brigada. A força, ao aproximar-se daquele enorme aglomerado de povo, foi recebida com tiros, fazendo também uso de suas armas, resultando a morte do fanático Benjamin Garcia e ferimento no soldado Oswaldo dos Santos e no fanático Marcolino Alves da Costa. A força efetuou a prisão de 104 fanáticos, entre os quais figurava Maria Candida Ferreira de Camargo, a Santa Catarina¹¹. [sic]

Inseridos num contexto político conturbado, de disputas políticas, de disputas pelo poder regional e nacional, a propaganda anticomunista, certamente tiveram significativa parcela na ocorrência da violência imposta ao grupo de camponeses.

5. Apontamentos finais

Com o que foi exposto acima, salientamos que a análise do contexto político da história do Planalto Médio Gaúcho, especialmente Soledade e regiões próximas, possibilita uma melhor análise histórica do processo que compôs a política regional na década de 1930.

As divergências políticas se tornam imprescindíveis para a realização de um estudo mais qualificado, contribuindo igualmente para estudar o conflituoso jogo político nos quais se envolveram Flores da Cunha e Getúlio Vargas, em âmbito nacional e estadual.

Compreender e analisar o uso da violência como uma extensão da prática política regional poderá contribuir para elucidar as motivações que levaram a utilização da força militar para combater um grupo de camponeses. Possibilitará igualmente refletir sobre o significado político desta repressão neste contexto regional e nacional, no período

11 Relatório apresentado ao Sr. Comandante Geral da Brigada Militar pelo major José Rodrigues da Silva - Porto Alegre, 12 de julho de 1938.

de consolidação do novo regime, o Estado Novo. Para isso a prática política local fornece um histórico de uso da prática política pela via da violência, como analisado no caso das eleições de 1934 no município de Soledade.

6. Fontes

Jornal Correio do Povo (1934)

Jornal Diário de Notícias (1934)

Relatórios policiais (Brigada Militar - 1938)

Livro Tombo da paróquia Nossa Senhora da Soledade (1934-1938)

7. Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

_____. Estado Novo: o fim das políticas regionais? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 172-191, junho 2007.

_____. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 187-197, junho 2008.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 159-182.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORTÉS, Carlos. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: ED. UFRJ; Ed.

UFMG, 1997.

FERRI, Gino. *Por que Encantado a favor de São Paulo?* Encantado: GRAFEN, 1998.

FILATOW, Fabian. *Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002 (Dissertação de Mestrado).

_____. Religião e política: o caso dos Monges Barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1938). *Métis: história & cultura*, v. 1. n. 2, jul./dez. 2002. Caxias do Sul: Educs, 2003. p. 53 – 73.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, 1975.

GERTZ, René. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? *In: AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz et al. (orgs.). Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. p. 195-210.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla: Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.

PAULA, Jeziel de. *1932: Imagens Construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Ed. da Unicamp/Ed. Unimep, 1998.

PAULA, Jorge Augusto de. *O Fão: um episódio da revolução de 1932 no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Passo Fundo: Ed. Serrador, 1972.

PEREIRA, André e WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos e o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). *In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade, das sesmarias, dos Monges Barbudos, das pedras preciosas*. Não-Me-Toque: Gesa, 1987.

Marvel: 1602: Como ferramenta alternativa para o ensino de História Moderna

Felipe Radünz Krüger¹

RESUMO: O presente artigo busca evidenciar as características presentes nas HQs da série Marvel: 1602, que apresentam potencialidades para o enriquecimento das estratégias didáticas em história Moderna. Para isso, realizamos um levante bibliográfico de importantes autores da historiografia, buscando relacionar os conteúdos das HQs com a história.

Palavras-Chave: História Moderna – HQs – Sala de aula

ABSTRACT: *The present article tries to reveal the characteristics in the Marvel Comics series, 1602, which have the potential to improve the teaching strategies in Modern History. With this goal, we conducted a survey on important authors of historiography seeking to relate the contents of comic books with history.*

Keywords: Modern History – HQs – Classroom

Durante rotineiras pesquisas na internet, buscando novos

¹ Acadêmico de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande e bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia S. Matos.

Email: feliperadunz@gmail.com

lançamentos do universo das HQs², encontramos uma mini-série singular. E após a leitura do primeiro Tomo, foi impossível resistirmos à tentação de começar a escrever. A mini-série citada foi intitulada de “1602”, escrita por Neil Gaiman, desenhada por Andy Kubert e arte-finalizada digitalmente por Richard Isanove.

1602 foi publicada no ano de 2003 pelo selo Marvel Comics. Sua trama se desenrola no início do século XVII na Europa e na América. Com o sucesso da série, o projeto acabou sendo estendido. Foram lançadas mais três mini-séries: *1602: New World* (1602: Novo Mundo), escrita por Greg Pak e ilustrada por Greg Tocchini, cuja primeira edição foi lançada em Agosto de 2005, que apresenta alguns novos heróis explorando e se instalando na América.; *1602: Os Quatro do Fantástico*, com roteiro de Peter David e desenhos de Pascal Alixe, que foi publicada em 2007, onde o Quarteto Fantástico parte em uma missão com objetivo de salvar o famoso dramaturgo William Shakespeare; e *1602: Homem Aranha*, com roteiros de Jeff Parker e desenhos de Ramon Rosanas, publicada em 2010.

Devemos lembrar que na presente análise só serão abordados os temas referentes à obra original *Marvel: 1602* de Gaiman e Andy Kubert, e *1602: Os Quatro do Fantástico*, de Peter David e Pascal Alixe. Todavia, cabe aqui ressaltar que as duas outras obras também apresentam potencialidades para o ensino de história.

O século XVII é extremamente rico historicamente e muito atraente como pano de fundo de qualquer obra artística. Neil Gaiman conseguiu inovar na elaboração deste projeto. Inserir uma grande parte

2 Histórias em Quadrinhos.

do universo Marvel no século XVII é no mínimo uma tarefa complicada. Quem poderia imaginar os X-men de Charles Xavier, Nick Fury, Demolidor, Quarteto-Fantástico, entre outros heróis, inseridos no reino de Elizabeth? Preocupados com os horrores da Inquisição? Parece um tanto estranho, mas basta folharmos algumas páginas da obra e veremos que a pesquisa histórica dos autores foi realizada com muito afincio e que os resultados foram excelentes.

Dentre os aspectos característicos do século XVII, temos: as rotas de navegação entre o Novo mundo e a Europa; o absolutismo, representado na HQ principalmente por Elizabeth, a última herdeira dos Tudor e por Jaime I³ rei da Escócia, que ascenderá ao trono com a morte de Elizabeth; o crescimento de religiões protestantes; as lutas religiosas; a inquisição; o Renascimento e o Humanismo. Esses assuntos são muitas vezes vistos com entediantes por diversos alunos do ensino médio, pois um número considerável de professores é adepto de uma metodologia atrasada, onde o professor se coloca como centro de todo o saber. Suas aulas são basicamente expositivas e suas principais ferramentas são o livro didático e o quadro negro.

O objetivo principal deste artigo é evidenciar alguns trechos de *1602* onde as relações das HQs com a história estejam presentes, com o intuito de proporcionar uma forma alternativa de ensino da história moderna.

Para começarmos nossa análise será necessário que deixemos de lado a idéia tradicional e engessada de história, que muitos insistem em perpassar, e darmos espaço para o “e se” como Neil Gaiman nos

3 Na HQ o monarca é chamado de James IV. Existe a possibilidade de erros na tradução.

proporcionou com *Marvel: 1602*. O historiador muitas vezes é visto como um profissional extremamente tradicional e pouco receptivo à novidades. Este artigo é direcionado principalmente a professores que buscam inovar em suas práticas didáticas.

A obra original é dividida em oito tomos. Sua linguagem é bastante rebuscada. Gaiman busca tornar a narrativa mais próxima da realidade do século XVII e seus personagens se utilizam de termos eruditos, o que pode proporcionar um aumento do vocabulário do leitor. *1602: Os Quatro do Fantástico* é dividida em cinco tomos e mantém as mesmas características da série original.

É de conhecimento geral que os heróis da Marvel são dotados de grandes poderes e capazes de realizar incríveis façanhas. No universo criado por Gaiman essa situação não se altera. No decorrer da trama encontramos indivíduos com poderes especiais, vistos com repúdio pelo resto da população, principalmente pela igreja e pela inquisição. Os mutantes são chamados de “sangue bruxo” e seus poderes especiais são vistos como atos de bruxaria. No primeiro tomo, temos uma passagem interessante, onde o conhecido mutante Arcaño acabara de ser condenado pelo tribunal inquisitorial na Espanha e fora decidido que sua sentença seria a morte na fogueira. Porém, um grupo organizado de “sangue bruxos” impedira a morte do famoso anjo (Fig. 1).



Fig. 1 – Arcanjo prestes a ser queimado pela Inquisição. (1602. Tomo I. P. 29).

Outro aspecto relevante está no fato de a sede da Inquisição ser na Espanha. É sabido que a Espanha foi um dos países mais intolerantes frente às crenças Protestantes. A seguinte citação Delumeau é válida para comprovar tal idéia:

Felipe III fora o mais incompreensivo em relação aos Mouriscos⁴, só exteriormente convertidos ao catolicismo. Entre 1609 e 1614 expulsou cerca de 275.000.

No ocidente, o ódio ao herético se tornou lei. Francisco I deixou massacrar 3.000 Valdenses do Sul. Filipe II liquidou em cinco grandes autos de fé todos os protestantes e Erasmizantes que a Espanha contava.perto de 30.000 reformados foram vítimas em França da Noite de São Bartolomeu (...)Mas a intolerância foi dos dois lados (...) , em 1572, os Mendigos⁵enterraram monges vivos, deixando contudo as cabeças deles emergir da sepultura; delas se serviram então como balizas para um sinistro jogo de bola. Na Inglaterra de Elizabeth se esventaram mártires católicos ainda vivos para lhes arrancarem o coração e as vísceras; (...) Em Vivarais, por volta de 1579, os protestantes enceraram católicos em campanários e deixaram-nos morrer à fome; colocaram crianças em espetos e assaram-nas à vista dos pais (...) (DELUMEAU: 2003. P. 163)

As palavras de Delumeau são extremamente elucidativas, deixando transparecer o universo de caos ao qual toda Europa estava emersa e deixando bem explícito que os horrores eram praticados por ambos os lados. Essa característica deve ser abordada com maior cuidado pelos professores, pois muitos acabam comentando apenas a respeito dos horrores praticados pela Inquisição e esquecem que em uma guerra

4 Muçulmanos Espanhóis convertidos por constrangimento ao Catolicismo no Século XVI.

5 Assim foram conhecidos os Gueux, rebelados contra Filipe II na Guerra na Guerra da independência dos países Baixos.

não existem mocinhos.

Os vilões do universo Marvel também se mostram presentes na obra. O inimigo dos X-men, Magneto, indivíduo dotado de poderes extraordinários que o permitem manipular todos os tipos de metais, é o Grande Inquisitor. Outro vilão que deve ser lembrado é o Doutor Destino, conhecido no universo de *1602* como Barão Otto Von Doom. Este clássico arquiinimigo do Quarteto-fantástico será o responsável pela morte da “Rainha Virgem” no tomo III. Cabe ressaltar que os autores não têm compromisso com a verdade histórica, eles apenas utilizam o século XVII como contexto para sua obra de ficção.

Gaiman coloca uma característica interessante na obra: os “sanguess bruxos” liderados por Carlos Xavier⁶ são extremamente devotos a Deus (Fig. 2), devido à realidade da época, onde a explicação divina imperava. Eles atribuem as suas novas capacidades a uma espécie de dádiva de Deus, diferentemente dos X-Men originais que são vistos como uma nova etapa do processo evolutivo.

6 Professor X, Charles Xavier;



Fig. 2 – Grupo de “sangue bruxos” agradecendo a Deus pelos seus dons.

(1602.Tomo III P.12)

Os reinados absolutistas são uma característica vital para o entendimento da História Moderna. Gaiman se utilizou de dois exemplos principais em sua obra: Elizabeth “A rainha Virgem” (Fig. 3) e Jaime I Rei da Escócia (Fig. 4). Na figura 4 podemos observar o chamado direito divino dos reis, onde o personagem Peter Parguarh⁷ está sendo interrogado e seu interrogador, o monarca Jaime I, faz referência à idéia de que todo rei tem o direito divino de governar.

7 Peter Parker, Homem-aranha;



Fig. 3 – Elizabeth e Nick Fury conversam sobre assuntos relacionados ao Estado.

(1602, Tomo III, P.16)



Fig. 4 – Jaime I interroga Peter Parguarh

(1602. Tomo VII. P. 21)

Marcos Antonio Lopes em sua obra *O Absolutismo: Política e sociedade na Europa Moderna* (LOPEZ: 1978) apresenta aspectos esclarecedores a respeito do direito divino dos reis, tratando de desmistificar os conceitos didáticos que fazem parte do imaginário popular. Segundo ele:

Que a monarquia era uma instituição de ordenação divina foi algo que a mentalidade comum, nunca comportou margem para dúvida. Como segunda premissa temos a defesa de que o direito de governar advindo de uma tal ordenação é hereditários e irrevogável. Disso, à maneira de um silogismo, podemos concluir que o direito adquirido por virtude de nascimento não pode perder-se por qualquer ação terrena. (...) “A capacidade para governar não é do bom governo, o direito de reger não significa reger direito”, dizia-se à época. (LOPEZ: 1978. P. 48)

Na mini-série *1602: Os Quatro do Fantásticko* foram encontradas algumas relações extremamente interessantes, que podem ser de grande valia se utilizadas de forma correta em sala de aula. Um exemplo é a menção de que o mundo teria um fim (Fig. 5), pois sabemos que é característico do período das grandes navegações a existência de boatos com o intuito de desestimular novos exploradores à navegação.



Fig. 5 – Relatos sobre o final do mundo.
(1602: Os Quatro do Fantástico. Tomo I. P. 8)

De acordo com Janaina Amado e Leônidas Garcia em sua obra *Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus* (AMADO. JANAINA: 1989) os conhecimentos europeus do início do século XV sobre o planeta também estavam longe de serem exatos. Muitos acreditavam que a terra era plana, como uma espécie de disco achatado, terminando de repente em um abismo. Logo, o roteirista foi muito feliz na atribuição do imaginário na HQ, pois mesmo se tratando do século XVII, essas informações continuavam a ser relatadas.

Os europeus do século XV costumavam misturar conhecimentos geográfico com lendas, realidade com imaginação. Acreditavam, por exemplo na existência de um país imaginário, chamado de Offir, de onde teriam originado todos os tesouros do rei Salomão(...)

Outro reino imaginário, governado por um rei cristão bondoso e rico chamado Preste João, reunia as cavaleiras amazonas, as relíquias de Santo Tomé, a fonte da juventude e enormes rios de Ouro, prata e pedras preciosas (...)
(AMADO. JANAINA: 1989. P 25)

No Tomo IV dos *Quatro do Fantástico*, os heróis encontram uma cidade perdida chamada Bensalyum, governada pelo conhecido personagem Namor. Ao contrastar o que é apresentado na HQ com a citação anteriormente apresentada, podemos concluir novamente que os autores foram muito criativos ao utilizarem a descoberta de um reino ultramarino para ilustrar o fascínio do homem europeu em relação aos mares desconhecidos. Os professores podem se utilizar dessa ligação para falar um pouco da famosa obra de Thomas Moore, *Utopia*.

Os europeus acreditavam que nos oceanos desconhecidos habitavam criaturas terríveis, monstros assustadores e até mesmo sereias. Os autores da HQ apresentam essa idéia através da aparição de

um monstro marinho gigante no meio da jornada dos heróis, chamado de Leviatã (Fig. 6). Além do medo, uma segunda conexão pode ser feita através dessa informação, pois os autores podem ter escolhido o nome do monstro justamente para fazer referência à obra de Thomas Hobbes, publicada em 1651.



Fig. 6 – Aparição do Leviatã.

(1602: Os Quatro do Fantástico. Tomo III. P. 23)

Os autores exploram de forma adequada a importância do teatro na Idade Moderna. Primeiramente temos a ilustre presença de William Shakespeare, que será um coadjuvante na história, mas diversos trechos de suas obras serão citados. Na figura 7 temos o próprio Jaime I, já rei da Inglaterra, tomando parte nas decisões relacionadas com o teatro. Uma curiosidade também está presente na mesma figura 7: no século XVII era proibido que mulheres participassem de peças teatrais, por isso temos um homem com vestimentas femininas.



Fig. 7 – Jaime I e Shakespeare. (1602:Os Quatro do Fantástico. Tomo I. P. 17)

Duas características devem ser observadas na figura 8. Primeiramente o personagem William Shakespeare demonstra deter certo conhecimento relacionado com a antiguidade clássica ao citar Platão. De acordo com Quentin Skinner, os humanistas acreditavam que o homem deveria centrar seus estudos num estudo interligado da filosofia antiga e da retórica (SKINER: 1996), evidenciando apego à antiguidade, principalmente à Grécia. Essa é uma característica vital do período Moderno.

O segundo ponto de relevância na figura 8 é a menção do famigerado estudioso Francis Bacon (1561 – 1626), filósofo inglês considerado o criador do método científico. Sua última obra foi *Nova Atlântida* de 1626. Aqui seria válido aproveitar a referência feita na HQ para aprofundar os estudos relacionados à Bacon, como a importância do método científico e a categorização das ciências na Enciclopédia. Vale ressaltar que mesmo Bacon sendo um grande cientista, a Teologia era uma parte fundamental do conhecimento em suas pesquisas (DARTON: 1986).



(*) Sir Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês, é considerado o criador do método científico. Nova Atlântida, de 1626, foi sua última obra. Passa-se numa cidade utópica chamada "Bensalium". Desde o século 17, diversas hipóteses apontam Bacon como autor de obras de Shakespeare. Nada foi comprovado. — N. do T.

Fig. 8 – Chegada dos heróis em Bensalyum e Shakespeare cita Bacon.

(1602: Os Quatro do Fantástico Tomo IV. P.21.)

Uma característica bastante interessante está na personalidade de Reed Richards, um típico humanista influenciado pelo pensamento renascentista e que durante a narrativa passa a travar um constante duelo com sua consciência. (Fig. 9). Reed busca explicar de forma racional todos os acontecimentos passados no decorrer da trama, deixando bem explícito o seu lado cientificista. Além disso, ele se mostra um indivíduo extremamente educado e um grande guerreiro. Logo, é totalmente viável explicar o conceito de *virtu* utilizando o personagem, pois Reed está sempre buscando a excelência universal, tal quais os humanistas. Em *As Fundamentações do pensamento político moderno* (SKINNER: 1996), de Quentin Skinner, temos a seguinte citação de Shakespeare que deixa bem claro o conceito de homem virtuoso: “- como diz Ofélia a respeito de Hamlet – conseguiu bem combinar “o olho do cortesão, a língua do letrado, o gládio do guerreiro””.



Fig. 9 – O Humanismo presente na personalidade do líder do quarteto.

(1602: Os Quatro do Fantástico. Tomo IV. P.22)

Em suma, acreditamos que no decorrer da presente análise, os principais pontos de relação entre a história moderna e as obras *Marvel 1602* e *Marvel 1602: Os Quatro do Fantástico* deixaram explícitas as potencialidades do uso das HQs em sala de aula. Cabe agora aos professores tomarem ciência destas mídias (HQs, jogos eletrônicos, Cards, etc.), pois ao se utilizar de ferramentas didáticas diferenciadas e de objetos que realmente façam parte do cotidiano de crianças e adolescentes, o ensino e aprendizagem, não só de história, mas de todas as disciplinas, se dá de forma infinitamente mais prazerosa.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaina & GARCIA, Leonidas Franco. Navegar é preciso: grandes descobrimentos marítimos europeus. 18 ed. São Paulo: Atual, 1989, PP. 02 – 71.

ARRUDA, Jobson. O Estado Absolutista. In *História Moderna e Contemporânea*. 9º ed. Ver. São Paulo: Editara Ática, 1978. PP 61-69.

DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In: *O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, PP. 247 – 275.

DAVID, Peter; ALIXE, Pascal. *1602: Os Quatro do Fantástico*. Marvel Comics: 2007.

DELUMENAU, Jean. Um tema que renasce continuamente (14-16). In: *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13 – 18)*. Bauru/SP: Edusc, 2003, PP. 35 – 67.

_____. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989. Parte 1 – b, Cap. V e VI, PP. 161 – 198.

GAIMAN, Neil; KUBERT, Andy. 1602. Marvel Comics. 2003.

GLENISSON, Jean. História e Tempo: A Renascença. In: Iniciação aos Estudos Históricos. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora DIFEL, 1979, PP. 50-51; 86-95.

LOPEZ, Marcos A. A Imagem da realeza: simbolismo monárquico no antigo regime. São Paulo: Ática, 1978.

PARKER, Jeff; ROSANAS, Ramon. 1602: Homem Aranha. Marvel Comics: 2010.

PAK, Greg; TOCCHINI, Greg. 1602: New World. Marvel Comics: 2005.

PERRY, Marvin. História Ocidental: uma história concisa. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes.

SKINNER, Quentin. A Renascença Florentina. In: As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, PP. 91-133.

A VIDA DE HENRIQUE VIII SOB A PERSPECTIVA SHAKESPEARIANA.

*Giovana Pontes Farias**

*Emily Reis**¹*

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar em linhas a análise feita sobre a obra “A famosa história da vida do rei Henrique VIII” relacionado com real contexto histórico de sua publicação. Partindo de Shakespeare como um escritor renascentista, procuramos demonstrar a ligação do literato com a temática de seu livro.

Palavras chave: Shakespeare, Henrique VII, renascimento, era de ouro.

O Henrique VIII de Shakespeare

“Que obra prima é o homem...Essa quintessência do pó”,

(Hamlet-William Shakespeare)

A obra “A famosa história da vida do rei Henrique VIII ” foi

1 *Acadêmica do curso de história licenciatura - FURG/ gikafarias@hotmail.com

**Acadêmica do curso de história licenciatura-FURG/ memy_reis@yahoo.com.br

uma das ultimas obras de William Shakespeare, segundo a cronologia de Harold Bloom², anterior apenas a sua ultima obra “Os Dois Nobres Parentes”. Esta obra, que tem como temática a vida de Henrique VIII, não esta classificada entre os dramas históricos, ao lado de Ricardo II, Henrique IV e Henrique V, mas sim entre os romances. Porém muitos autores a caracterizam como um drama histórico.

Afim de trabalhar com um escritor renascentista nos deparamos com Shakespeare e dedicação pela condição humana “Willian Shakespeare (1564-1616) o maior teatrólogo que o mundo já produziu, deu expressão aos valores renascentistas- honra, heroísmo e luta entre o destino e a sorte”(PERRY,1999:229).Diante da riqueza de seus personagens literários, o que teria Shakespeare dito em sua obra a respeito do polemico Henrique VIII? O que analisamos, todavia, é um arsenal de personagens superficiais e um Henrique que quase não é personagem de sua história.

Nenhum ‘personagem’ da peça é contemplado em sua dimensão interior; são figuras heráldicas dotadas de belas vozes, e isso é tudo o que Shakespeare deseja que sejam. Só mesmo o Rei não é ‘retrato falante’; se é mais, ou menos, do que tal é uma questão de opinião, pois Shakespeare é evasivo a esse respeito. (BLOOM,2001:830)

2 Harold Bloom é professor Sterling na Universidade de Yale e crítico literário. Dedicou muito dos seus trabalhos as obras de Shakespeare.

O distanciamento de Shakespeare para com seus personagens ignora a humanidade dos papéis que estão sendo representados. A humanidade que o autor criou nos seus personagens, que compreende o lado bom e o ruim, “o ser ou não ser”, o homem imperfeito. Mesmo sendo as brigas entre católicos e protestantes o motor da peça, Shakespeare em nenhum momento trata claramente do assunto, centra a atenção do leitor nas intrigas pessoais e em suas possíveis perdas e conseqüências para a vida. É a dor dos julgamentos dos nobres que caem (condenados por traição), da rainha que perde seu posto (Catarina de Aragão) o grande drama da peça. É das necessárias mudanças da vida que implicam sofrimento e perdas de que Shakespeare está falando.

Percebemos no prólogo a necessidade do autor de preparar seu público para o que se sucede na peça, “cenas agora de mais peso e siso, sérias, graves e tristes”, que podem causar lágrimas, que merecem tais lágrimas. Nos parece que ironicamente Shakespeare nos diz “imagina na forma mais notória as pessoas de nossa nobre história, tal como em vida foram” ironicamente porque o que foram tais pessoas fica distante do que ele se dedicou a representar.

O epílogo é quase um pedido de desculpa de um autor preocupado com aqueles que irão dizer “bem fraquinha!” ou “até que não foi má!” nas palavras do próprio. Mas que, no entanto espera de todos apenas admiração pela história, admiração sem qualquer julgamento moral.

Shakespeare no período elizabetano

Shakespeare nasceu em abril de 1564 na cidade de Stratford-upon-Avon, Inglaterra em meio os surtos da peste bubônica. Filho de Mary Arden e John Shakespeare, William nasceu em um momento de prosperidade financeira de seu pai que posteriormente tornar-se-ia “conselheiro do burgo, juiz de paz e, finalmente, em 1568, grão-bailio (prefeito) de Stratford”. (SMITH:18)³.

No contexto renascentista, Shakespeare foi educado num estilo de educação tradicional que compreendia o estudo dos clássicos, do latim, da retórica e da lógica. A escola onde estudou, reconhecida pelo nível de disciplina aplicado aos alunos, possuía os melhores professores, muitos dos quais graduados na universidade de Oxford.

O tipo de educação que recebeu caracteriza muito do que configurou as obras de Shakespeare durante toda a sua vida. O próprio título que recebe de muitos críticos literários de “inventor da humanidade” provem do resultado da educação humanista que recebeu. Shakespeare deu voz aos seus personagens, características próprias a estes, como nenhum outro escritor de seu tempo. Hamlet é o maior exemplo de personagem dotado de consciência e de questionamentos acerca da existência humana.

Contemporâneo ao reinado de Elizabeth I, o escritor vive um momento em que a Inglaterra saía das conflituosas mudanças religiosas,

3 Dra. Cristiane Busato Smith -Centro Universitário Campos de Andrade-UN-IANDRADE e UTP-PR

como o período que antecede o governo de Elizabeth em que governou Maria “a sanguinária” , monarca que se aliou a Roma, regressando ao catolicismo e perseguindo os protestantes, levando a Inglaterra a momento de inconstância, já que desde Henrique VIII o país já estava oficialmente reformado.

O equilíbrio proveniente do reinado de Elizabeth, governadora suprema do reino, depositava entre as pessoas, o que também compreende os escritores contemporâneos o desejo de permanente tolerância religiosa e de estabilidade social e econômica que se consolidava no país. Segundo Iris Helena Guedes de Vasconcelos⁴, citando McGuire (1994)

tanto sob o poder de Elizabeth I quanto sob o de James I havia uma ideologia dominante que controlava a concepção de ordem social e de relações – uma concepção profundamente patriarcal - muito embora enquanto Elizabeth governou a autoridade maior na Inglaterra se concentrasse na pessoa de uma mulher.

Desta forma Shakespeare se coloca no período que compreende o governo de Elizabeth I, isento de julgamentos que o contrariam. Mesmo quando Elizabeth passa a usufruir de seus poderes de forma mais radical – como no ato de mandar executar sua prima Maria Stuart-, Shakespeare não modifica sua posição, que na verdade nunca foi bem explícita no que diz respeito a política.

4 Professora da Unidade Acadêmica de Letras, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande.

Dos papéis históricos na obra

Como explicitamos neste artigo, Shakespeare em nenhum momento se aprofunda na personalidade e na história de vida dos personagens da obra em questão. Todos os papéis são extremamente benevolentes, exceto pelo Cardeal Wolsey que apresenta uma dualidade de caráter, ora oportunista, ora homem exímio. Como podemos observar no fragmento do diálogo entre o gentleman Griffith e Catarina de Aragão, no momento não mais rainha, no qual o cronista relata claramente os dois lados que compuseram a personalidade de Wolsey.

Wolsey é representado como quem desde o princípio apoiou Henrique VIII a separar-se de Catarina de Aragão. Posteriormente desgostoso do resultado de tal conspiração, que levou ao matrimônio Henrique VIII e Ana Bolena, teria “traído” o rei, informando a Santa Sé as decisões tomadas pelo rei sem o consentimento papal. A família de Ana Bolena proveniente da gentry possuía tendências reformistas o que desagradara por demais Wolsey.

Ana Bolena que quase não aparece na obra, se destaca apenas em uma cena (cena III) que é dedicada a ela e uma velha-dama, que presume-se ser dama de companhia. Cena pela qual notamos certa ironia em Shakespeare. Nesta cena Ana Bolena declara toda a sua tristeza em ver a Catarina de Aragão perder seu posto de rainha da Inglaterra, Bolena mostra-se bondosa, piedosa, ressentida pois “não desejara ser rainha nunca”. Mas a ironia que identifico presente nesta cena não está nas suas colocações que podem ir contra as verdadeiras intenções de Bolena em ocupar um alto posto na corte. Está no diálogo entre ela e a velha-dama,

que passa toda a cena instigando-a e até duvidando da posição de Ana Bolena em afirmar total desinteresse pelo trono.

Henrique VIII que tem sua história como título da obra, aparece como coadjuvante e não como personagem principal no que acontece em sua própria vida. Shakespeare trata do maior dilema da vida do rei, que o levou a reforma superficialmente. Até atribuiu características humanas em Henrique, no momento que este se vê sobre o peso de sua decisão – tão transformadora, principalmente pelo fato de ter se separar-se de Catarina de Aragão. No entanto Henrique VIII é uma figura inocente, que não tem noção de suas ações e do que se sucede diante dele. Pouco sabemos do Henrique que fez tudo pelo desejo de um herdeiro varão. Que foi capaz de romper com o papa e declarar o ato de supremacia, pelo qual torna-se pontífice máximo da Igreja. Pouco dedica-se Shakespeare a cerca de Henrique que realizou a reforma religiosa e mudou a história da Inglaterra.

A figura de Catarina de Aragão na obra desperta compaixão por parte do leitor, e por parte de todos os papéis históricos em cena. Todos se compadecem com a pobre rainha que irá perder seu posto. Destaca-se nesse momento a fala de Ana Bolena:

“Tendo Sua Alteza vivido ao lado dela tanto tempo, e sendo ela senhora tão bondosa, que jamais língua alguma dizer pode nada contra a sua honra... Sim, de fato: nunca a ninguém fez mal... e agora, tendo ficado sobre o trono tantos cursos do sol, em plena pompa e majestade, que deixará mil vezes mais amargo do que é doce alcançar, ser repelida depois ter vivido desse modo, comover poderia qualquer monstro.” (Ato II, cena III)

Catarina na obra está sempre como a pobre mulher, tanto que em outra cena aparece humilhando-se aos pés de seu rei, pede piedade, sente-se perdida, saiu da Espanha para casar-se na Inglaterra e agora será afastada da corte. Henrique consegue revogar seu casamento e atribuir a rainha a perda de seu título para o título de viúva de Arthur, falecido rei irmão de Henrique.

Ainda podemos entre os papéis históricos citar Cranmer, que muito bem este apresentado na obra mostrando-nos as rivalidades entre católicos e protestantes pelo qual participará. Cranmer foi peça chave na transição do catolicismo para o protestantismo, pois deu passos audaciosos no que diz respeito a essa transição, obtinha o apoio da rainha Ana Bolena em tudo quanto fizesse. Mas isso é tratado superficialmente nesta obra. Salvo pelo rei de ser julgado por seus rivais, na trama Cranmer, é ainda declarado padrinho de batismo da filha do rei, terá destaque na última cena, pelo qual declara um discurso patriota exaltando o nascimento da pequena Elizabeth herdeira do trono inglês.

Como bem sabemos a história da Inglaterra percorreu diferentes caminhos, diante da política contraditória de Henrique VIII, mas Shakespeare não está preocupado em nos narrar os mais intrigantes caminhos desta história. A se caracteriza por um distanciamento para com a história a problemática dos conflitos que marcaram a Inglaterra de Henrique VIII a Elizabeth.

De Shakespeare para Elizabeth

O período elizabetano foi um momento de estabilidade socioeconômica e também de incentivo cultural, pelo qual Shakespeare produziu a maior parte de suas obras. Podemos afirmar que grande parte de suas obras sofreram influências do momento político em que viveu. Mesmo depois da morte de Elizabeth as análises literárias nos mostram afinidades do escritor para com a dinastia Tudor, principalmente no que diz respeito a manutenção do apoio real a arte.

Harold Bloom como um dos críticos literários que dedicou muito do seu trabalho as obras de Shakespeare afirma não conseguir resolver o dilema do livro Henrique VIII, torna-se árduo entender Shakespeare quando o próprio Bloom o declara um enigma insolúvel. No entanto podemos o compreender melhor, olhando para o contexto em que este estava inserido, analisando sua relação com o seu tempo. De modo a compreender porque a história de Henrique VIII foi tratada de forma diríamos relativamente raze pelo autor .

Henrique VIII não contentou-se com o nascimento de Elizabeth, bem sabemos que seu interesse era um herdeiro varão, o que Ana Bolena não pode lhe dar. A própria figura de Ana Bolena é dramática pois esta é morte por Henrique VIII. Shakespeare nada nos relata a respeito disso, ainda vivia-se sob a era de outro que iniciou-se com Elizabeth e foi sucedida por Jaime I. A própria questão da rivalidade entre católicos e protestantes ainda continuava, e talvez exigisse uma posição maior de Shakespeare que não pode nos dar.

O que temos escrito sobre essa história tão “famosa” como nos demonstra o título, é a contemplação de fatos que merecem ser lembrados, somente fatos que merecem exaltar o que daria origem a era de ouro, pela qual Shakespeare viveu.

“A peça contém verdades e inverdades, como Shakespeare, provavelmente bem o sabia. A representação do Rei seria improvável – se é que existe na peça alguma representação” (BLOOM, 2007:830)

Em verdade o silêncio presente nesta obra nos fala muito, nos remete ao contexto histórico de um escritor que nasceu e viveu parte de sua vida sob o governo de Elizabeth I, o privava de um maior aprofundamento que ultrapassasse aquilo que Shakespeare sempre fez: a arte literária. Que não se apresentava como uma arte política.

Conclusão

Esse trabalho buscou relacionar um escritor renascentista com o momento histórico em que viveu. Ainda que sejam relatos de uma pesquisa a pouco iniciada, em linhas gerais transpomos o que até aqui podemos evidenciar.

Embora Shakespeare não tenha se posicionado abertamente a respeito de sua visão política, buscamos ao longo do artigo transpor

algumas questões a serem discutidas a respeito de narrativa romântica e silenciada da vida de Henrique VIII.

A obra encerra-se com um sentimento patriota, a “profecia” de Cranmer a respeito de Elizabeth relaciona-se muito bem com o que Shakespeare pode ver e compreender do período em que viveu sob o seu reinado. Nos diz Cranmer:

“Para a dita da Inglaterra será princesa idosa. Muitos dias verá, mas nenhum dia sem um feito qualquer para coroá-lo. Oh! desejara não saber mais que isso mas terá de morrer; sim, porque os santos a querem ainda virgem; como lírio imaculado baixará a terra e o mundo todo chorará por ela.

Este trecho é quase como um fiel relato do que Shakespeare viu, e apropriasse da fala de Cranmer para nos relatar. A rainha que morreu idosa conhecida como rainha virgem que “corou” todos os dias em que governou a Inglaterra, é o que a história nos conta de Elizabeth. Nesta fala Shakespeare eternizou a rainha, demonstrando em palavras seu alto apreço por aquela que foi a precursora da era de ouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERRY, Marvin. Civilização Ocidental: uma história concisa. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ABREU, Maria Zina Gonçalves. A reforma da Igreja em Inglaterra. Acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos. Fundação Calouste Gulbenkian, fundação para a ciência e a Tecnologia, 2003.

MALUF, Scheila Diavi e AQUINO, Ricardo Bigi (org). Olhares sobre os textos e encenações. Maceió: EDUFAL, 2007. Texto de VASCONCELOS, Íris Helena Guedes. Ligações e Aflições: Shakespeare e o contexto elizabetano-jacobino.

SMITH, Cristiane Busato. Shakespeare: o homem e o Mito. http://74.125.155.132/scholar?q=cache:_XzzXcBXM8wl:scholar.google.com/+shakespeare:+o+Homem+e+o+Mito&hl=pt-BR&as_sdt=2000. Data da consulta: 02/12/2010 às 13:43.

BLOOM, Harold. Shakespeare: a invenção do humano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

A INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO.

*Hardalla do Valle*¹

*Eduardo Arriada*²

Introdução

O presente artigo é fruto de pesquisas iniciais constituídas, no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da UFPEL, por essa articulista. A exposição dessas pesquisas tem por objetivo traçar e disseminar um sucinto panorama da História da Educação no Rio grande do Sul até o ano de 1842, temática pouco abordada dentro da Historiografia.

Naperspectiva de investigarnossa grande inquietude, a curiosidade

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior- CAPES. Orientada do Prof.Dr. Eduardo Arriada.

2 Graduado em História e Estudos Sociais pela Universidade Católica de Pelotas-UCPEL e Direito pela Universidade Federal de Pelotas-UFPEL. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-UFPEL.

sobre como se delineou a Instrução Rio-Grandense, escolhemos como meio de nos aproximarmos dessas respostas a metodologia de análise de conteúdo, que trabalha costumeiramente com materiais textuais escritos. É importante mencionar que nessa metodologia o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assentar-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem para estabelecer um parecer (PUGLISI; FRANCO, 2005: 13).

Assim sendo, para entendimento de quem lê, será apresentado primeiramente o conflito e algumas visões enriquecedoras dentro da historiografia sobre o tema. Logo após, discutiremos algumas mudanças educacionais que foram percebidas, através de pesquisas, do período escolhido. Sendo a intenção, proporcionar ao leitor uma reflexão acerca da trajetória educacional rio-grandense e os elementos políticos e ideológicos que instigaram o panorama apresentado.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Primeiramente, podemos enfatizar que a província de São Pedro, território que hoje se conhece como estado do Rio Grande do Sul, em comparação com as demais áreas de domínio português na América demorou a integrar-se ao processo de colonização que se traçava no Brasil. Dessa maneira, toda região permaneceu muito tempo, durante o período colonial, entregue a ação da natureza e de poucos índios que lá viviam. (LESSA, BARBOSA, 2000:18)

A Província de São Pedro, conforme as ideias de Sandra Pesavento, em comparação a outras regiões, despertou um interesse tardio nos colonizadores portugueses. Um primeiro fator que contribuiu para a falta de interesse desses, sobre esse pedaço de terra, foi à característica

geográfica que o local apresentava. Com extensões repletas de areia, muito vento e nenhum suporte para a aproximação de navios, a região era vista com receio pelos colonizadores devido todas as dificuldades de aproximação que a delineava.

No entanto, os “empecilhos” geográficos e a desvalorização econômica de tal cenário foram esquecidos à medida que o contorno territorial da região sul se apresentou como uma vantajosa fronteira, frente aos interesses da coroa portuguesa.

No século XVII, os holandeses invadem a região açucareira (Nordeste) e se apropriam da zona fornecedora de escravos no território africano, acarretando uma grande escassez de escravos negros. Essa situação fomentou um serviço especializado por parte dos paulistas no aprisionamento de indígenas em regiões próximas para a posterior venda. Contudo, em pouco tempo já não existia uma boa demanda de indígenas nessas regiões e assim se formaram as bandeiras, que eram nada mais do que expedições que tinham como função o ataque as reduções jesuíticas³, onde os índios já se encontravam agrupados e instruídos para o trabalho.⁴

Quando os padres jesuítas do sul foram atacados desceram pelos rios Paraná e Uruguai e, atravessando esse último, penetraram em território rio-grandense em 1626. Dessa forma, instalados, fundaram reduções na região que se estendia pela bacia do Jacuí. No entanto, descendo em busca do aprisionamento dos indígenas, os bandeirantes passaram a atacar as missões jesuíticas do Rio Grande do Sul, disputando em numerosas

3 Instauradas na Província de São Pedro desde 1626, segundo Moacyr Flores. Ver: FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Ed. EST. 1983

4 Conforme as ideias de Laima Mesgravis em: “A sociedade brasileira e a Historiografia colonial” e Sandra Pesavento em: “A Revolução Farroupilha”.

batalhas a posse da mão-de-obra aborígene. (PESAVENTO, SANDRA. 1985:17)

Dessa maneira, os jesuítas abandonam a região e muitos índios acabam presos. Logo os bandeirantes não desceram mais ao sul em busca dos índios, pois com o fim do domínio espanhol, os portugueses conseguiram expulsar os holandeses da África, restabelecendo o tráfico negreiro e, conseqüentemente, diminuindo a caça ao índio.

Os jesuítas, por seu lado, retiraram-se com os índios para a outra margem do Uruguai, abandonando em território rio-grandense o gado que criavam nas reduções. Deixados a solta, estes rebanhos tornavam-se bravios e formavam na região uma imensa reserva de gado que se tornou conhecida como “Vacaria Del mar”. (PESAVENTO, SANDRA. 1985:18)

De grande importância é a informação que Sandra Pesavento nos traz, pois foi através desse abandono, por parte dos jesuítas, do gado e do aumento expressivo do número desses animais na região que suscitou o novo marco da economia da província: a “preia”⁵ do gado selvagem.

Os gados eram disputados por índios a mando dos jesuítas, novamente estabelecidos em 1687, colonos de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, que obtinham licença das autoridades castelhanas para negociar o couro; contrabandistas de gado, colonos portugueses de Sacramento; ingleses ligados a *South Sea Company*, que operavam através de um entreposto comercial no Prata; e, a partir de fins do século XVII, paulistas e lagunistas que passaram a descer rumo ao sul em busca de gado para vender na região das minas.(PESAVENTO, SANDRA.

5 Segundo Moacyr Flores, a “preia”, “xucro”, ou “chimarrão” nada mais era do que a caça e comércio do gado que se encontrava solto na área da Província de São Pedro.

1985:20) Assim, com a constante posse e venda do gado por diversos grupos, era cada vez menor o número de animais encontrados soltos nos campos.

Logo, a necessidade de cuidados com a criação do animal foi percebida pelos tropeiros e pela coroa portuguesa. Com efeito, a metrópole encontrou na distribuição das sesmarias e conseqüente ocupação do território do sul, a forma de garantir o comércio do prata.

No início do século XVIII, com a decadência da mineração, retraiu-se a demanda de gado, o que, contudo, não afetou a economia sulina, uma vez que nesse momento despontavam na região dois outros produtos que passaram a ser comercializados: o trigo e o charque. (PESAVENTO, SANDRA. 1985:23)

Em relação ao trigo e charque referidos na citação, devemos lembrar que o primeiro surgiu com a vinda dos açorianos que a coroa portuguesa enviou ao Rio Grande do Sul com o intuito de povoarem as terras conquistadas.

Assim, o charque se tornou um produto oriundo de uma antiga prática sulista de salgar a carne para sua conservação e uso na alimentação. Em escala comercial ressaltamos que esse começou a se destacar no século XVIII, principalmente para alimentação de escravos, se tornando o grande destaque da economia do extremo-sul para o restante do país.⁶

As charqueadas levaram à criação e proliferação de fazendas nas zonas da fronteira, fazendas essas que se expandiram mais tarde até a Banda Oriental. Essas charqueadas permitiam a exploração completa do animal, aumentando o valor de manadas e forçando os criadores a

6 Em concordância com as ideias de Sandra Pesavento em: A revolução farroupilha. Ed. Brasiliense. 1985.

racionalizar as fazendas. (LEITMAN, SPENCER. 1979:96)

Em 1821, o charque se tornou o primeiro item de exportação, pois as guerras cisplatinas tinham aberto ao Rio Grande do Sul as vastas reservas da Banda Oriental. A disponibilidade de grandes manadas de gado selvagem no sul, região que incluía a zona setentrional da Banda Oriental, e a presença de um mercado florescente de charque para os escravos e para a produção urbana de nível mais baixo, estimularam a produção. (LEITMAN, SPENCER. 1979: 96)

Nessa perspectiva, podemos perceber que o Rio Grande do Sul passou a possuir uma identidade econômica, deixando de ser considerado apenas como ponto estratégico de defesa do contrabando do Prata. Dessa forma, adquirindo a identidade de fornecedor de produtos específicos para o mercado interno. Por conseguinte, a região sul do Brasil passou a ser um cenário de constantes batalhas. Fato que acabou acarretando em um modo peculiar de convivência entre os senhores de terra e a coroa.

Em 1778 vigorava o regime de livre comércio, ou seja, a livre circulação de mercadorias com reduzidas taxas alfandegárias, o que permitiu aos saladeristas, fazendeiros e comerciantes manterem uma atividade contínua de exportação em crescimento. De 1810 a 1820, o Prata esteve envolvido em guerras de independência, que determinaram a crise dos saladeros locais. Essas perturbações políticas na área, que iniciaram com a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1810, sob a hegemonia de Buenos Aires, prosseguiram em disputas internas entre as forças da chamada Banda Oriental (hoje República do Uruguai) contra a supremacia argentina e culminaram com as invasões das tropas de D. João no Prata. Em 1820, a Banda Oriental foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, o que terminou por desorganizar totalmente a produção saladeiril da região. (PESAVENTO,

SANDRA. 1985: 34)

Nesse contexto, a independência política das colônias latino-americanas foi a contrapartida “interna” da crise e transformação do sistema. A partir de então, as elites locais passaram a assumir o controle das decisões políticas das jovens nações, sem que, contudo tal fato tenha implicado a reformulação de dependência externa ou a reestruturação da economia interna, ainda colonial e escravista. (PESAVENTO, SANDRA. 1975: 36)

Em 1808, a família real chega ao nosso país. No decorrer de sua estabilização neste território, constitui uma monarquia unitária e centralizada. Além disso, sua administração torna cada vez mais tênue, a frágil relação entre a elite e a coroa.

À independência seguiu-se o primeiro reinado marcado pela crise econômico-financeira herdada do período colonial (perda de mercado dos principais produtos brasileiros) e pela instabilidade política, quando da própria autonomia do país foi ameaçada pela presença de grupos portugueses favoráveis a re-colonização. A abdicação, seguida pela instituição da regência, marcou o momento em que a camada dominante nacional assumiu de fato o controle do processo político do país. (PESAVENTO, SANDRA. 1975: 37)

Como ressalta a autora, o período da independência do Brasil foi de uma economia enfraquecida, herdada do período colonial. Instaurada a regência essas fragilidades foram acentuadas, fato que acarretou aumento de poder social e político da burguesia em detrimento da força da coroa.

Dessa maneira, é importante ressaltar que a produção do café começou a crescer e conseguiu despontar seu produto nas exportações nacionais, colocando posteriormente o Brasil numa situação de destaque no mercado externo. Se criava a elite cafeeira, que fez valer sua condição de responsável pelo principal produto do novo Estado Nacional que se erigia, fazendo valer seus interesses. (PESAVENTO, SANDRA. 1975:37)

Durante o pós-independência, a província de São Pedro do Rio Grande do Rio Grande do Sul permaneceu em uma situação delicada, entre a paz e o conflito, pautada ainda na necessidade de ligação com a coroa para subsistência comercial. Tal panorama tornava a província dependente dos preços oferecidos pelo centro, bem como da capacidade de absorção do mercado interno. Além disso, o fato de controlarem o poder em termos nacionais levava os cafeicultores do Rio de Janeiro a manipularem a política tributária, definida em função dos interesses nucleados no setor agroexportador.

Assim sendo, segundo Sandra Pesavento, os compradores de charque, geralmente optavam pelo produto platino, devido o menor custo propiciado pelos baixos impostos. Contudo a política de redução dos impostos de importação não podia ser seguida “a risca” pelo centro, pois com isso decresciam as rendas provenientes das alfândegas, base de sustentação da monarquia. Logo, na busca por uma política discriminada os detentores do poder estabeleciam baixos impostos para entrada do charque estrangeiro, mas impunham altos custos de importação para determinados produtos igualmente necessários, como o sal. Fato que prejudicava economicamente ainda mais os charqueadores rio-grandenses, que além de venderem menos charque que os platinos, pagavam altas taxas pelo sal.

No ano de 1828 ocorre a independência da Província Cisplatina, com efeito, derrubando a dominação brasileira. Em que pese que, a constituição da Banda Oriental como nação independente implicou a perda do gado uruguaio para os rio-grandenses, que não mais foram mais dirigidos para as charqueadas e sim para os saladeros platinos que se rearticulavam. Por conseguinte, durante a campanha militar pela posse da Banda Oriental, novos conflitos surgiram entre os chefes locais sulinos e os comandantes militares designados pelo centro.

Face à perda da Cisplatina, tanto foram prejudicados os interesses econômicos dos rio-grandenses, com o início da reorganização da economia uruguaia, quanto o desastre militar sofrido pesou nas relações com o centro, abalando o prestígio dos gaúchos nas armas. Neste contexto, foi dado espaço para que a dominação do centro sobre o Rio Grande se fizesse sentir com mais peso, particularmente após a abdicação e subsequente instalação da regência. (PESAVENTO, SANDRA. 1975: 42)

Esse cenário propiciou um sentimento de opressão e desvantagem na classe dominante rio-grandense em relação às diretrizes da coroa. Assim, fomentando os primeiros conchavos que acarretariam na Revolução Farroupilha.

Dessa forma, a questão estrutural da subordinação da economia rio-grandense à economia agroexportadora central se explicava, na visão da camada dominante local, através da subordinação política do Rio Grande à Corte. É sintomático também que a conscientização local da situação opressiva se tenha dado precisamente no momento em que se anulavam as condições de barganha do Rio Grande do Sul com o centro, conjugando-se um revés econômico com uma derrota político-militar. (PESAVENTO, SANDRA. 1975: 45)

Como menciona Spencer Leitman, na busca por uma amenização da situação de descontentamento geral que estava instaurada, foi decretado o Ato adicional de 1834. Esse concedia poder legislativo aos conselhos provinciais, que anteriormente eram um dos maiores focos de reivindicações. Logo, as Assembléias foram outorgadas o direito de legislar em torno de áreas específicas, como a judiciária e civil. Porém, na esfera municipal. Igualmente importante, é mencionar que a aplicação das leis propostas era muito difícil. Fato que fazia os Farroupilhas acusarem o governo central de ter reformulado o pacto fundamental, dando esperanças ao povo sobre algo que nunca aconteceria. Assim, depois da abdicação de Pedro I, os liberais decretaram inúmeras reformas, sem conseguir resolver as necessidades sociais. Por conseguinte, o ato tirou a esperança de muitos liberais que acreditavam em reformas pacíficas.

Dessa forma, se desencadearam uma série de rebeliões provinciais marcadas pela presença de ideias federativas e republicanas e denotando a presença das oligarquias locais não satisfeitas contra a política imperial. Com efeito, em concordância com Dante Laytano, podemos afirmar que a Revolução Farroupilha nasceu nitidamente política e se definiu justamente pela luta dos poderes, ou seja, a supremacia de um poder sobre o outro.

O conflito em discussão.

A Revolução Farroupilha foi um conflito que emergiu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante o período regencial. Caracterizado como um dos mais longos embates do Brasil, esse conflito se estendeu durante 10 anos (de 1835 até 1845), sendo seu

tratado de paz assinado em Ponche Verde⁷; pelo barão Duque de Caxias e o general Davi Canabarro.

Um primeiro ponto essencial, que devemos enfatizar, é a importância de não “mitificar” ou “utilizar de maniqueísmos” na observação desse conflito. Assim, sendo proponho aqui a análise sobre esse processo histórico com vista a observar o caráter enfaticamente elitizado nas decisões e ações de ambos os lados⁸, no que se refere as diretrizes do período e o descaso com a opinião popular⁹.

Nessa perspectiva destaco a obra: “A Revolução Farroupilha: história e interpretação” de Sandra Jatahy Pesavento, que centra o seu trabalho na ideologia, durante a Revolução Farroupilha. Para isso, ela usa a concepção de Gramsci¹⁰ sobre ideologia para estabelecer essa análise.

Para essa autora, o importante a entender é que tanto as correntes que dentre os farroupilhas tomavam partido pela monarquia constitucional quanto as que se declaravam pela república estavam defendendo um regime político que se incorporava com os interesses dos grupos dominantes locais. Isso porque para Pesavento as duas formas de governo apresentavam similaridades muito grandes, como a construção de um ideário vantajoso para poucos, e a tentativa de legitimar o poder utilizando-se para isso do discurso de um desejo de melhorias para o

7 Ponche Verde ou Poncho Verde é uma região assim denominada pelas suas verdes campinas, ótimas para o pastoreio de gado; hoje o lugar tem como sede o município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul.

8 Monárquico ou farroupilha.

9 O que implicava em transformações, com vista ao suprimento de interesses e ideologias de uma minoria (elite) em diversos setores, como a educação.

10 Gramsci foi um intelectual que teve a relacionalidade como princípio norteador de seu pensamento político-filosófico.

povo.¹¹

Em concordância com Maria Medianeira Padoin, podemos ainda ratificar que a parcela mais pobre da sociedade nunca usufruiu dos frutos provenientes das batalhas travadas por eles, pois costumeiramente permaneciam a mercê dos desmandos da oligarquia, que decidia suas lutas e causas sem nada lhes dar em troca.

Na questão da liberdade individual, por exemplo, a noção deve ser entendida como referente ao conjunto de homens livres e proprietários, considerados como cidadãos ou detentores de direitos políticos.¹² Outro exemplo de grande valia citado pela autora é as eventuais emancipações de negros durante o conflito. Essas devem ser entendidas como necessidades da guerra, pois era preciso libertar o escravo para armá-lo e torná-lo um soldado da causa rebelde, e não de uma tendência emancipacionista. A bandeira, dessa forma, não era o fim da escravidão.

Paralelamente, segundo Pesavento, salvo eventuais futuras pesquisas que possam expor novos dados, não houve, no movimento farroupilha, nenhuma proposta que defendesse a generalização do trabalho livre, nem a educação como propulsora de uma emancipação social. Assim, podemos ratificar que para Pesavento, no Rio Grande do Sul, a revolta Farroupilha circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os cidadãos que se autodenominavam a voz do “povo do Rio Grande” e que arrastavam junto a si seus empregados e dependentes para lutarem num movimento em torno de causas alheias aos horizontes dessas camadas dominadas.

11 Ver PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e ideologia. In: A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

12 Ver PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e ideologia. In: A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Não há, portanto, falta de correspondência entre o discurso político e a sua base social. O pensar e o agir correspondem aos interesses dos grupos que empresariam o movimento, bem como à sua necessidade de manter a dominação sobre o corpo social.

A Instrução.

Assim, a partir de alguns escritos de relevância acerca dessa temática e resultados de pesquisa, obtidos por essa articulista nos seguintes jornais: *O Artilheiro*, *O Americano*, *O Mensageiro* e *O Povo*, iremos discorrer sobre a conjuntura da educação na Província de São Pedro até o ano de 1842. Entretanto, é necessário destacar desde já que existe uma lacuna substancial em relação ao ensino privado e por isso, a análise aqui construída se pauta em grande medida na instrução pública.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu da administração colonial, em 1822, uma herança educacional de pequeníssima monta. Mesmo sabendo que a situação geral do Brasil era muito precária, se comparadas às estruturas, o continente de São Pedro estava muito aquém do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e de algumas províncias do Nordeste brasileiro. Escreveu Gonçalves Chaves, em suas *Memórias econômico-políticas sobre a administração do Brasil (1822)*: “Não consta que haja mais de três homens formados naturais desta Província e quatro meninos em Coimbra. (...) Quem diria que em toda a Província até 1820 havia uma única aula de Latim, a de Porto Alegre, e que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a Província!” Os documentos referentes ao

ensino do período imperial falam com frequência de “aula”, “escola” e “colégio” como sinônimos, representando um professor ensinando a um grupo de crianças. Mesmo na instrução secundária, pelo menos na pública, as escolas sempre foram, até o fim do Império, apenas aulas (onde um professor lecionava uma determinada disciplina a um grupo de alunos, sem nenhuma integração com as outras, mesmo que fossem realizadas sob o mesmo teto). (GIOLO, JAIME. 2006:450)

A partir desse parágrafo de Jaime Giolo podemos observar que o continente de São Pedro não teve nos períodos de sua formação a menor assistência dos poderes públicos em prol da instrução e quando a teve foi extremante tímida. Dessa forma, em um primeiro momento, o ensino particular supriu esse vácuo. Segundo Eduardo Arriada, a instrução primária começa a ser exercida regularmente em Porto Alegre em 1778, quando da abertura da escola para meninos exercida pelo professor Manoel Simões Xavier¹³. No que tange, a instrução pública menciona esse autor, em concordância com Dante de Laytano, a iniciativa de José Marcelino de Figueiredo que estabeleceu na Aldeia do Anjos dois colégios para o ensino de crianças guaranis. Em 1803, o governador Paulo Gama se alarmava dizendo que os habitantes da Província tinham tanto conhecimento e instrução “como as tribos que os rodeiam”.

Uma escola de ler, escrever e contar em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, com ordenado de 200\$000 anuais, uma aula de gramática portuguesa

13 Segundo Dante de Laytano, Manuel Simões Xavier foi o primeiro professor do Rio Grande. Ver: LAYTANO, Dante. História da República Rio-Grandense. Ed. Sulina. 1983 (pág.185).

e francesa em Porto Alegre, com 300\$000 anuais; uma de gramática latina a 300\$000; outra de filosofia racional e moral a 400\$000; outra de aritmética e primeiros elementos de geometria e trigonometria a 400\$000. (LAYTANO, DANTE.1983:186)

Em Porto Alegre no ano de 1808 funcionavam uma aula de gramática latina e duas escolas de ler e escrever, por isso Paulo Gama insistia no cumprimento de seu projeto. Porém, esse projeto não foi cumprido porque não houve apoio oficial.

A iniciativa particular, com o amparo individual de certos governos da Província, tornou viável algumas raras iniciativas. Com D. João VI se dava mais um passo na esfera oficial, embora, afinal, arrecadado o imposto, como subsídio literário, para incentivo da instrução, não tivesse a mínima aplicação. Recolhido esse tributo, ele era aplicado noutras obras que nada tinham a ver com ensino. Somente em 14 de janeiro de 1820, por uma resolução régia, se criavam oito aulas públicas de primeiras letras em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira, Pelotas e Piratini. A 7 de fevereiro, se instituíam uma aula de filosofia, outra de retórica, aritmética, álgebra e trigonometria, em Porto Alegre e duas de latim em Rio Pardo e Rio grande. No ano de 1822 os habitantes da Província ainda sem uma aula oficial. (LAYTANO, DANTE. 1983:186)

Em 7 de setembro do mesmo ano, D. Pedro I declara a Independência do Brasil e, inspirada na Constituição francesa, de cunho liberal, é outorgada a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “*instrução primária e gratuita para todos os cidadãos*”. Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores institui-se o Método Lancaster, ou do “*ensino mútuo*”.

Logo, o Conselho da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul firmou contrato em 18 de setembro de 1825, com Antonio Álvares Pereira, vulgo “Coruja”, para ir ao Rio de Janeiro habilitar-se no Método de Lancaster, dando início a 02 de agosto de 1827 à escola pública de ensino mútuo. A Lei de 15 de outubro de 1827 abrangeu todo o país e determinava em seu artigo 1º que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias.

É interessante destacar que para Fátima Neves a apropriação do método lancasteriano¹⁴ pelas elites monárquicas estava associada ao projeto de consolidação do Estado Nacional, por meio da promoção da vigilância e da disciplinarização no corpo infantil, no interior das escolas, visando à formação disciplinar das classes subalternas.

Segundo Moacir Flores o modelo Lancaster acabou por fracassar devido ao despreparo dos professores, já que não havia, nem mesmo, uma escola para a formação destes¹⁵, como menciona Moacyr Flores no parágrafo abaixo citado.

14 O Método Lancasteriano foi um método pedagógico formulado, nos últimos anos do século XVIII, pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas idéias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832) e nas idéias panópticas do jurista e reformador de costumes Jeremy Bentham (1748-1892). A historiografia reconhece que, antes que a primeira década do século XIX findasse, o Método de Lancaster já tinha se propagado em direção a França, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Atingiu também a Rússia, o território africano (Serra Leoa, Senegal), a Índia, a Austrália, o Canadá, o México, o Peru, e alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil. No Brasil, foi o primeiro método pedagógico, para a instrução pública instituído, oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 1827, no período que gira em torno da descolonização e dos diferentes projetos que o recém-fundado Estado Nacional se propunha a desenvolver. (NEVES, FÁTIMA. 2003, :1)

15 Conforme as idéias de Carla Adriana da Silva Barbosa, em Guerra, família e correspondências (elite farroupilha, 1835-1845), 2004.

Para tornar-se professor era necessário apenas prestar um exame diante de uma banca composta pelos vereadores municipais. Para obter maior instrução era preciso buscá-la fora da Província ou em seminários. (FLORES, 1996, pág. 35)

A informação exposta no parágrafo acima nos leva a observar que os professores do período eram poucos e mal preparados para o seu desempenho profissional, bem como sua escolha poderia estar pautada nos mais diversos interesses, visto que a escolha era realizada por políticos que nada entendiam sobre a profissão.

Uma estatística escolar dava que, em 1829, o conselho administrativo da Província tinha proposto à Assembléia Geral a criação de 28 cadeiras de primeiras letras; mas em 1830, ainda não se haviam elas estabelecido. Em 1832 estavam criadas 40 aulas, mas muito poucas foram providas. (LAYTANO, DANTE. 1983:187)

É preciso enfatizar um aspecto essencial a compreensão do panorama educacional rio-grandense: A estrutura econômica da Província era fortemente baseada na exportação de matérias-primas de produtos oriundos da pecuária extensiva, fato que acarretava um grande controle social por parte da elite charqueadora. Como bem lembra Eduardo Arriada, com uma economia dependente, o continente de São Pedro ficava marginalizado nas decisões hegemônicas, fato que muito colaborou na eclosão da Revolução Farroupilha.

Essa realidade acabava criando uma pequena elite culta e abastada que podia se dar ao luxo de ter a sua formação realizada fora do estado e às vezes do próprio país, caso emblemático do próprio Gonçalves Chaves, que teve sua formação realizada em Coimbra. Quanto ao resto da população, bastava quando muito, leves rudimentos do ato de escrever,

ler e contar, que facilmente podiam ser supridos por poucos indivíduos e ,normalmente, da iniciativa particular. Não havia interesse, tanto da elite local como das autoridades públicas, num efetivo desenvolvimento da educação. Ao compulsar os diversos relatórios dos presidentes, bem como dos Diretores da Instrução Pública são facilmente detectáveis as diversas reclamações quanto a desvalorização da educação. (ARRIADA, EDUARDO.2011:46)

Na verdade os caudilhos estancieiros não precisavam de um Estado forte, de uma malha institucional organizada e eficaz que pudesse se antepor a seus interesses; precisavam de um aparelho frágil e submisso, que, no fundo, apenas complementasse o poder que eles, de fato, mantinham e faziam questão de perpetuar. Os caudilhos da Campanha gaúcha, controladores do principal produto econômico- o gado- e também das armas regiam, por isso mesmo, o concerto público. Eram eles os principais responsáveis pela fragilidade do poder ordinário provincial, imprimindo uma rotatividade espantosa no cerne do comando geral.(GIOLO, JAIME.2006:451)

Até o início da Revolução Farroupilha, em 20 de setembro de 1835, várias medidas foram tomadas, como criação de aulas, contrato de professores, mas a Instrução Pública continuava na desgraça, como podemos observar pelo relatório do Presidente de Província Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, na Assembléia Provincial no Ato da Primeira sessão da Primeira Legislatura, em 1835, onde a situação é abordada.

Existe na Província, criadas uma aula de Filosofia, uma de retórica, três de gramática Latina, uma de Francês, uma de Geometria, Aritmética e princípios de álgebra, e quarenta e quatro de primeiras letras. Pelo orçamento que vos será presente, conheceréis que muito poucas estão providas. O método Lancaster,

ou de ensino mútuo, que tão grandes vantagens têm sobre o antigo método, como a experiência de outros países nos demonstra, não há prosperado no Brasil. A falta de conhecimento da maior parte dos mestres importa o nenhum proveito que de suas lições tiram os alunos [...]. Enquanto não tivermos uma Escola Normal de Ensino Mútuo, eu creio que a instrução primária muito ganhará com o uso do antigo método. (BRAGA, 1835 *apud* ROCHE, 1961:109)

A necessidade de uma Escola Normal, para formar professores, era percebida pelos farrapos. Dessa forma, quando depõem Braga, e assume a Presidência da Província, Marciano Pereira Ribeiro, apoiado pelos Liberais, uma das primeiras medidas foi a Lei 14, de 29 de dezembro de 1835, relacionada ao Ensino Público chegando a criar uma escola normal. Não se realizou, pois em 11 de setembro de 1836, separou-se do Brasil. Porém, essa seria concretizada em 1869, vinte e quatro anos após o final da Revolução Farroupilha.

Segundo Xavier, a elite econômica e intelectualizada da República Rio-grandense, tinha objetivos a serem alcançados com a educação: apresentar a nova nação como moderna, de acordo com os ideais que eram propagados para as Repúblicas, formar o caráter Nacional, conservar firme e estável o Estado, diminuir os conflitos e as agitações, aumentando o controle sobre o Povo, usando-a como elemento de propagação ideológica e ferramenta de preservação de posições sociais. Como bem podemos observar num artigo publicado no Jornal O Povo, em 09 de maio de 1840:

(...) mas a maior parte só menos teria alguns traços de semelhança, estes traço formariam precisamente o caráter nacional. O mais eficaz dos meios, diz um profundo político da Antiguidade, de conservar

firmes, e estáveis as constituições dos governos, e de educar a juventude nos princípios constitucionais. [...] este grande objeto poder-se-ia por ventura obter, sem uma Educação? Quem mais, que o governo pode ter este interesse? Quem mais do que ele pode ter os meios de fazê-lo? Quem mais do que o legislador pode conhecer sua importância, e o plano para conseguí-la? (O POVO, 09/05/1840, no157).

Contudo considero que um dos fatores mais interessantes de serem observados em relação a educação do período são as questões específicas de gênero e classe. Ao analisarmos o jornal *O Povo* (11/01/1840, nº134 e 25/01/1840, nº137), podemos observar que o dispositivo legal reflete uma concepção cultural, onde a mulher deveria ser preparada para o casamento, ser dócil, submissa e aprender os afazeres domésticos.

Segundo Xavier, a sociedade farroupilha percebia a mulher como sendo aquela que tinha a função social de cuidar da casa, do marido e educar os filhos (as). Assim sendo, essa situação teve reflexo tanto na legislação quanto na instrução de meninas. Deveria haver uma educação onde os conteúdos não fossem iguais aos dos meninos, ficando limitados às meninas os atos de ler, de escrever, as quatro operações aritméticas, a gramática da língua nacional, a moral cristã e a doutrina da religião Católica Apostólica Romana. Acrescidos a tais conhecimentos estavam os das prendas domésticas que preparavam as meninas para a sua principal função social, ou seja, a de esposa e mãe.

A mulher continuou sendo preparada para ser submissa, dócil e aprender os afazeres domésticos, tornando-se, assim, uma boa esposa, mãe e formadora das futuras gerações. Por outro lado, nem todas as mulheres aceitavam essa função sem resistência. Sendo assim, podemos concluir que a formação da concepção de gênero se constrói num espaço

de luta que pode ser observado nos textos impressos da época.(XAVIER, 2009:159)

A demonstração de força da época era dada pela capacidade de resistir ao centro, e a justificativa da rebelião passava pelo endosso seletivo das idéias liberais da época, adaptadas aos interesses e problemas sociais.(...) Em suma, não é com a importação de idéias que os farrapos se tornaram ‘liberais’. O contexto histórico rio-grandense criou formas de agir e pensar ‘liberais’, e as idéias européias só entraram e foram adotadas em função desta realidade (PESAVENTO, 1985:29)

Como exposto na citação acima, os farroupilhas, embora com uma educação diferenciada da legalista, não foi mais liberal. Isso porque “importou” o modelo educacional europeu, mas tentou implementar em uma realidade totalmente dissonante, onde os revoltosos eram membros também de uma burguesia que tinha como princípios obtenção de poder e dominação, mesmo que velada.

Considerações finais

Dado o exposto, podemos perceber que até 1845, a educação rio-grandense sofreu diversas mudanças na área da educação, devido as transformações políticas e ideológicas desencadeada pela Revolução Farroupilha.

Contudo, para buscar a compreensão do leitor esse trabalho se iniciou com uma breve apresentação do que foi a guerra dos farrapos e sua análise construída por alguns autores como Maria Medianeira Padoin e Décio Freitas, sendo destacadas as idéias de Sandra Jathay Pesavento,

na intenção de enfatizar a importância ainda existente de olhar para a história sem os maquineímos que nos são muitas vezes estipulados.

Dessa maneira, pudemos notar que tanto as correntes que dentre os farroupilhas pugnavam pela monarquia constitucional quanto as que se declaravam pela república estavam defendendo um regime político coerente com os interesses dos grupos dominantes locais.

Por conseguinte, tendo em vista os interesses existentes nas diretrizes educacionais do período discutido, passamos para a análise específica das mudanças práticas ocorridas no sistema educacional. Sendo o primeiro elemento percebido a mudança do método Lancaster de ensino para o individual. Igualmente importante foi a percepção da posição do educador nessa sociedade e o seu papel e formas de trabalho.

Por último estabelecemos uma análise sobre a figura da mulher no período, que mesmo durante o conflito deveria ter sua instrução limitada devido seu papel de “dona do lar”, que deveria cuidar da família e da casa, preponderantemente, fato que gerou revolta entre as mulheres que tinham uma outra visão sobre seu dever de participação social.

Assim, por tudo que foi apresentado é possível afirmar que a Revolução Farroupilha instigou mudanças educacionais devido as transformações sociais que o contexto político e ideológico novos exigiam. Entre ressaltamos a questão da metodologia utilizada para construir o aprendizado, a formação, seleção e possibilidades de trabalho dos professores e a figura da mulher, que embora ainda estigmatizada, já começa a fomentar a vontade em algumas de modificar esse preceito.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Jose D'Assumnao. O projeto de pesquisas em historia: da escolha do tema ao quadro teorico. Petropolis, RJ: Vozes, 2005.
- FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 4 ed. pp. 35-36.
- FRANCO, MLPB. O que é análise de conteúdo. São Paulo: PUC; 1986.
- FRANCO, B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.
- FREITAS, Décio. Farrapos: uma revolução federalista. In: VÁRIOS. A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, abr.1995
- GUZZELLI, César A. B. O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História), PPG – História Social/UFRJ, 1997.
- LAYTANO, Dante de. História da República Rio-Grandense (1835-1845). 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- MACHADO, M.N.M. Uma metodologia para a pesquisa do social histórico. (Artigo submetido, 10p.)
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAYO, M.C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. PUGLISI, M.L.;
- MOTIN, Antonio. O Ensino e as fontes da Revolução Farroupilha. Corag, 1993.
- PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiriço platino. A revolução farroupilha (1835-1845). Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 1999
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e ideologia. In: A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

XAVIER, Itamaragiba. A Intrução pública como domínio ideológico na República Rio Grandense (1836-1845): Período da Revolução Farroupilha. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 04 No 07 – 2008

FONTES

O POVO, 09/05/1840, no157.

O POVO, 11/01/1840, nº134.

O POVO, 25/01/1840, nº137.

O AMERICANO, Alegrete, 1842/43. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O MENSAGEIRO. Porto Alegre. 1835/1836. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

FORA COLLOR! A MÍDIA IMPRESSA E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA NA REVISTA VEJA E NO JORNAL ZERO HORA

Ivo Pedro Rocha de Moura¹;

Felipe Saião Ferreira²;

Susan Lauren Zille Machado³¹

Resumo: Este artigo visa propor uma investigação acerca do posicionamento da mídia impressa a nível nacional (Revista *Veja*) e regional (Jornal *Zero Hora*), a respeito do polêmico processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Igualmente, a partir das informações expressas nestes dois dispositivos informativos, buscamos uma melhor compreensão dos eventos divulgados nas fontes bibliográficas.

Palavras-Chave: Mídia impressa; Fernando Collor de Mello; *impeachment*.

Key-Words: Print Media; Fernando Collor de Mello; *impeachment*.

1 ¹ acadêmico do curso de história licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. (pedrinho_rm@yahoo.com.br);

2 acadêmico do curso de história bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. (felipetita@hotmail.com);

3 mestranda em história pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. (slzillemachado@yahoo.com.br).

Introdução:

Em 1989, depois de quase trinta anos sem eleições diretas para presidente da República, o povo brasileiro reconquistou este direito. O primeiro turno ocorreu em 15 de novembro e o segundo, em 17 de dezembro. O candidato vitorioso foi o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello pelo PRN (Partido da Renovação Nacional), que, no segundo turno, derrotou o deputado Luís Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores).

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu em 12 de agosto de 1949 na cidade do Rio de Janeiro. Pertencente a uma família com tradição política, é filho de Arnon Affonso de Farias Mello e Leda Collor de Mello. Possui formação acadêmica no curso de economia pela Universidade de Brasília (cidade onde também completou os estudos secundários). Em 1973 assumiu o jornal da família em Alagoas, a Gazeta de Maceió. Iniciou sua carreira política como prefeito nomeado de Maceió em 1979 e, três anos depois, foi eleito deputado federal pelo PDS (Partido Democrático Social). Em 1986, ganhou a eleição para governar Alagoas pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

1. Um mandato conturbado

O presidente Collor (15 de março de 1990 a 02 de novembro de 1992) conquistou grande parte do eleitorado passando a imagem de político jovem, renovador, preocupado em combater *marajás* (funcionário com alto salário, que desfruta as mordomias do serviço

público) e em empreender a modernização administrativa do Estado, tendo como programa de governo: privatizar empresas estatais, combater os monopólios, abrir o país à concorrência internacional, desburocratizar as regulamentações econômicas e etc. (COTRIM, 2003: 489)

Assumiu o cargo adotando medidas econômicas drásticas e impopulares, como o bloqueio dos saldos das contas bancárias e de pessoas físicas e jurídicas. Cerca de 80% do dinheiro que circulava no país foi confiscado: a moeda vigente foi extinta, o cruzado, e o antigo *cruzeiro* foi restabelecido. O “confisco”, como ficou conhecida a medida, foi uma sugestão da então ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello. Estas atitudes foram adotadas para tentar combater o perigo da hiperinflação, pois nos 12 meses finais do governo Sarney a inflação acumulada atingiu números exorbitantes (2.751,034).

O impacto do *Plano Collor* sobre a sociedade foi brutal. Entretanto, grande parte da população aceitou o sacrifício, tendo em vista o ideal de conter o processo inflacionário. Outras pessoas recorreram à justiça contra o confisco de dinheiro. O presidente chegou a conseguir controlar o processo inflacionário, mas somente no início de seu mandato. Em função disto, o governo foi perdendo credibilidade.

A gestão de Collor foi marcada por uma série de escândalos e suspeitas de corrupção. As denúncias ganharam força em abril de 1992. O grande marco dessas denúncias foi uma entrevista do irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, à revista *Veja*, em maio de 1992. Nessa entrevista, Pedro Collor acusava Fernando de ser cúmplice de tráfico de influência e irregularidades financeiras, organizadas pelo ex-tesoureiro da campanha do irmão, Paulo César Farias (o PC Farias).

Segundo Gilberto Cotrim:

Enquanto prosseguiam as investigações na CPI, ruas e praças do país foram tomadas por multidões em manifestações que exigiam o *impeachment* (afastamento) do presidente. Nesse movimento, destacou-se a presença dos estudantes (posteriormente chamados de *caras-pintadas*, por terem pintado o rosto de verde e amarelo), exigindo ética e dignidade na política. (COTRIM, 2005: 574)

Após todo o processo, a CPI incriminou o presidente Collor. Estava aberto o caminho legal para o *impeachment*, que foi aprovado pela Câmara Federal em 29 de setembro de 1992. Assim, Fernando Collor foi impedido de exercer a função de presidente da república para ser julgado pelo Senado Federal. Fernando Lattman-Weltman nos esclarece melhor a respeito deste fato ímpar na história política brasileira:

Em setembro de 1992 produziu-se neste país um dos mais surpreendentes desfechos para uma crise política que tudo indicava se encaminharia, como de costume, ou para mais uma ruptura da institucionalidade, ou, menos dramaticamente, para a manutenção do poder, até seu termo legal, de um governo em decomposição, sem credibilidade e, portanto, impotente diante de dificuldades que já se interpretavam como igualmente crônicas e insolúveis.

Quando, em 29 de setembro daquele já distante ano de 1992, sem golpe, sem interferência militar, os brasileiros acompanharam via TV e rádio, ao vivo, a deposição legal do presidente Fernando Collor de Mello, em sessão extraordinária do Congresso Nacional, encerrava-se de modo inusitado o primeiro governo civil e diretamente eleito após o Regime Militar, ao mesmo tempo em que se abria uma nova era para a política brasileira, da qual ainda hoje mal podemos visualizar e caracterizar os traços principais.” (LATTMAN-WELTMAN, 1994.)

No dia 02 de outubro de 1992, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência da República, governando interinamente até 29 de dezembro, quando, durante julgamento no Senado Federal, Collor enviou sua carta-renúncia.

Mesmo após a apresentação da renúncia presidencial, o Senado prosseguiu o julgamento de Fernando Collor, cassando seus direitos políticos por oito anos.

Tendo em vista a grande veiculação destes eventos na mídia, optamos por investigar de que modo os meios impressos de comunicação, abordaram a questão do *impeachment* do presidente. Buscando compreender e comparar diversos posicionamentos, selecionamos como parâmetros analíticos a nível nacional, a revista *Veja*, e a regional, o jornal *Zero Hora*. Para Tania Regina de Luca:

As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. (LUCA, 2008: 128)

Desta forma percebemos a imprensa como um meio de divulgação de conhecimento e formadora de opinião.

2. A polêmica (não) interferência da Revista *Veja*

A revista *Veja* é uma revista semanal brasileira publicada pela Editora Abril. Foi criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino

Carta. Com uma tiragem superior a um milhão de exemplares, é a revista de maior circulação no Brasil. A revista trata de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo, como política, economia, cultura e comportamento; tecnologia, ecologia e religião por vezes também são abordados. Possui seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras variedades. Seus textos são elaborados em sua maior parte por jornalistas, porém nem todas as seções são assinadas.

Pesquisamos no acervo online da *Veja*, tendo como foco principal, as “reportagens de capa” que teriam sido as mais polêmicas na época de suas publicações. Os parâmetros utilizados para análise são expressos pela própria revista em sua página digital.

Em 27 de maio de 1992 a revista publicou uma entrevista exclusiva com Pedro Collor de Mello (irmão do presidente), em que o entrevistado denunciava irregularidades de desvio de dinheiro público em uma suposta parceria com Paulo César Farias. Essa entrevista desencadeou uma série de novas denúncias e investigações culminando com o *impeachment* e a renúncia do presidente da República.

A Revista *Veja* em âmbito nacional, foi o dos meios informativos impressos, o que mais divulgou notícias e participou ativamente da formação da opinião pública acerca dos escândalos do “caso Collor”:

VEJA se orgulha de ter estado no centro da crise. Foram dezessete capas sobre o assunto – coincidentemente, o mesmo número de capas anteriormente dedicadas ao Fernando Collor governador, candidato e presidente da República. Durante todo esse período, o único objetivo da VEJA foi o que sempre a norteou desde a sua fundação, há 24 anos: bem informar os seus leitores. A imprensa não

existe para organizar campanhas políticas, atacar quem quer que seja, ou para derrubar presidentes. Ela existe para contar e explicar o que está acontecendo. Apesar das pressões e ameaças, VEJA cumpriu esse dever. (VEJA, 1992: 05)

Apesar de se auto-defender como imparcial e isenta dos desdobramentos referentes às manifestações populares que agiram ativamente no processo de *impeachment*, como no trecho da reportagem de 30 de setembro de 1992, o que se percebe ao analisar as matérias, especificamente sobre estes eventos, é exatamente o oposto. Segundo Thaíze Ferreira da Luz, em seu trabalho “*A influência da mídia na queda de um presidente*”:

(...) a revista VEJA realizou importante papel ao publicar várias matérias sobre Fernando Collor, ainda que não era candidato à presidência da república, continuando a destacar em suas páginas fatos relacionados ao então presidente Collor. Contribuindo, inicialmente, para que o “Caçador de Marajás” de Alagoas se tornasse conhecido no restante do país; posteriormente, a revista trouxe a público, com exclusividade, as denúncias bombásticas de corrupção que impregnavam o governo Collor de Mello, o chamado “esquema PC”, de forma que a crise moral instaurada no país não deixasse outra opção a não ser o afastamento do presidente. (LUZ, 2004: 03.)

Desta forma, o que se percebe é que a Revista *Veja* realizou uma apurada pesquisa acerca dos eventos que culminaram com a queda do presidente, abordando o caso a partir de diversos ângulos, o que ilusoriamente estaria associado à imparcialidade. Isso contribuiu para que esse órgão midiático, não perdesse sua credibilidade perante a

população e o próprio governo federal.

3. Zero Hora sobre Fernando Collor: imparcialidade ou acomodação?

O Jornal Zero Hora (ZH) é editado em Porto Alegre e foi fundado em 04 de maio de 1964. Ele é o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul e também circula em Santa Catarina. Pertence ao grupo RBS que possui uma rede de emissoras de televisão nos dois estados citados, além de muitos outros jornais, como o Diário de Santa Maria.

Optamos deste periódico para análise, os exemplares do mês de setembro, eixo principal de nosso estudo, onde se desmembra o processo de *impeachment*. Igualmente recorreremos as “reportagens de capa”. Pela falta de acesso a coleção completa do jornal no mês de setembro e naquele ano, recorreremos a algumas edições anteriores na tentativa de compreender algumas questões, pois as manchetes se tratavam de respostas ou comentários sobre informações anteriormente publicadas. Neste sentido, dois dias do mês de junho foram selecionados, o que explica a “falha temporal” entre os exemplares selecionados.

O que se percebe avaliando especificamente os dias 23 e 26 de junho, é que além das denúncias do irmão caçula, outras também surgiram contra Fernando Collor a exemplo de Luís Octávio de Motta Veiga (presidente da Petrobrás) e Renan Calheiros (ex-líder do governo da Câmara). Outra questão que surge, é sobre a possibilidade de impedimento das funções presidenciais. Na capa do dia 23, o presidente afirma que vai cumprir o seu mandato até o fim, pois para ele os

denunciante estão querendo seus “quinze minutos de fama”. Igualmente, queria que a imprensa se preocupasse com assuntos mais relevantes: o projeto de modernização dos portos, o ajuste fiscal e a reforma eleitoral (implantação do parlamentarismo através de um plebiscito que ocorreria em abril de 93), pois ela “manipula os leitores a julgá-lo”.

No dia 26, o jornal dedica a capa a Renan Calheiros que compara Collor a Nero e Calígula, por ser tirano, exibicionista e louco. Também apresenta trechos do depoimento do ex-deputado à CPI do caso PC, entre eles, destacamos: “Não sou um ressentido” (expressão que ZH faz questão de mencionar que foi repetida mais de vinte vezes); “Após cavalgar os sentimentos mais nobres do povo, (Collor) tripudia sobre os enganados. Entrega à luxúria e aos devaneios do exercício superficial do poder, próprio de quem o confunde com sua própria pessoa”; “O presidente da República tinha pleno conhecimento das ações do senhor Paulo César Farias porque foi por mim advertido e informado enquanto fui líder de seu governo na Câmara dos Deputados”; “Falei com o presidente sobre as influências de Paulo César Farias no caso do escândalo do SOS Rodovias, na fraude eleitoral de Alagoas e em outras ocasiões. Ele se omitiu”.

Em resposta as afirmações de Calheiros, Collor move dois processos contra ele, um por calúnia, difamação e injúria, e outro por danos morais.

Considerando as reportagens dos dias 03 de setembro, percebemos que o pedido de *impeachment* do presidente já havia sido expedido um dia antes, no dia 02, e que a polícia havia pedido a prisão de

Collor e PC Farias. Como tentativa de remediar a crise política instalada, Collor troca ministros: Marcílio Marques Moreira (Economia), Célia Borja (Justiça) e Jorge Bornhausen (Secretaria de Governo).

Já no dia 11, o jornal faz menção a uma campanha pró-Collor, veiculada pela Rede Globo:

O anúncio, que na Rede Globo foi ao ar num intervalo do Jornal Nacional, comparava o possível afastamento de Collor com o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe que derrubou João Goulart. E terminava com uma advertência: “Acorda, Brasil. Novamente querem derrubar o Presidente da República.” (ZERO HORA, 11/09/92: 10)

Como forma de protesto a propaganda, estudantes de 40 escolas públicas e particulares tomaram o centro de Porto Alegre, pedindo o impeachment, com os rostos pintados de preto.

No dia seguinte, 12, Roberto Marinho concede entrevista a Zero Hora, revelando que estava decepcionado com Collor pelos inúmeros escândalos, e admitia ter colocado a Rede Globo na campanha de 1989 e contribuído para a vitória do mesmo. Marinho declarou que não se arrependia de ter apoiado Collor, porque ele era “a melhor opção” entre Lula e Brizola, que prometiam acabar com suas empresas. Outro fator que contribuiu para o apoio de Marinho a Collor, foi a amizade que o primeiro tinha para com o pai do então candidato a presidência.

Em 18 de setembro, Collor perde a compostura e xinga os seus adversários com palavrões. Sobre Ulysses Guimarães, conselheiro

de Collor, que não queria o voto secreto, comenta: “Velho gagá, senil, esclerosado”; sobre a imprensa: “merda, filha da puta”; a respeito de Sarney: “quadrilheiro”; e, de Itamar Franco: “O Itamar não vai sentar na cadeira presidencial”.

Em 25 do respectivo mês, a capa do periódico informa que “*Ibsen defende o roteiro para o fim de Collor*”, afirmando que faltam cinco dias para a aprovação do *impeachment* e que a Câmara decide não ampliar o prazo de defesa do presidente. Interessante que o jornal traz a “agenda do *impeachment*”, onde detalha todo o procedimento que iria ocorrer na Câmara entre 25 e 29 de setembro, e relata que a oposição se articula para apoiar Itamar (na época, vice-presidente).

Em homenagem aos seus 45 anos, o site do jornal, lançado em 2009, apresenta as “20 Capas Memoráveis”, onde aparecem as manchetes que mais marcaram a história de Zero Hora. A 10ª capa, que aparece em edição especial de *O Fim de uma Era*, de 02 de outubro de 1992, tem por título “*A queda de Collor*”, abaixo de uma foto que mostra uma bandeira gigante sustentada pelo povo com a seguinte palavra: FORA.

A chamada da reportagem era: “*O Brasil comemora o impeachment do presidente em clima de Copa do Mundo*”, e ressaltava a decisão final da Câmara dos Deputados: 441 votos a favor *versus* 38 contra.

O que podemos enfatizar ao longo de nossa análise, é que o Jornal Zero Hora, buscou se mostrar o mais imparcial possível no que

tange a seleção das matérias que foram publicadas ao longo do mês de setembro, período do decreto de *impeachment*. Isto se revela na divulgação de reportagens que abarcassem ambos os lados, o do presidente e dos seus denunciantes/opositores políticos. Também, notamos nitidamente a inclinação pela defesa da imagem do dono e presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, que teria apoiado a campanha de Collor com a melhor das intenções, sem ter conhecimento de seus envolvimento escusos. A única intenção seria a de proteger seus empreendimentos que se encontrariam ameaçados com a posse dos demais candidatos à presidência. Cabe salientar que a Zero Hora pertence ao Grupo RBS, filiada a Rede Globo, e portanto, esta postura de certa forma não nos surpreende. Assim, tomar partido contra ou a favor o presidente não era vantajoso ao grupo RBS, já que se encontrava, e de certa forma ainda se encontra, aliada aos anseios da Rede Globo. Desta forma, o único posicionamento efetivo de ZH que destacamos, foi em divulgar a reportagem justificadora de Roberto Marinho, intencionando isentá-lo de qualquer possível associação política, além da já citada, com Collor. Não estamos acusando Marinho de absolutamente nada, mas certamente o clima de revolta popular que tomou as ruas após a propaganda pró-Collor em todo o Brasil, seria extremamente ameaçadora se voltada contra a própria Globo.

Considerações Finais:

Atualmente através das novas visões historiográficas a respeito da análise das fontes, já não mais se identifica a mídia impressa, como isenta de imparcialidade. Esta representa, depois da mídia audiovisual especialmente com os telejornais, um dos maiores meios de divulgação

de conteúdo político no Brasil contemporâneo. Assim, investigar uma fonte desta natureza, especificamente periódicos, requer do historiador/pesquisador um olhar crítico, não somente acerca do conteúdo expresso, mas também dos meios utilizados (lingüísticos e materiais) para a sua divulgação.

Neste contexto, o que inferimos dos veículos midiáticos selecionados de modo amplo, é que ambos proclamam as notícias intencionando não agredir seus interesses, ou seja, o bom funcionamento da estrutura editorial. Por mais comprometidos que sejam com a notícia ou com a “verdade”, como comumente mencionam, o que realmente impera é o maior número das vendagens, já que são círculos comerciais, pertencentes a grandes empresas. No caso da Revista *Veja*, é interessante ressaltar dois momentos distintos de posicionamento: o primeiro se refere a formação da “imagem pública” de Fernando Collor durante toda a sua trajetória eleitoral; já o segundo, destaca a parte negativa de seu mandato e seus desentendimentos familiares e pessoais. No tocante a *Zero Hora*, pouco se inovou ou posicionou no que tange as informações sobre Fernando Collor e seus “esquemas”, já que recebia forte influência “de cima”, ou seja da Rede Globo, que apoiava a candidatura do presidente, e somente rompeu com este quando seus empreendimentos se viram ameaçados de alguma forma. A *Veja* em oposição apresentou um discurso fortemente tendencioso e interferiu decisivamente para os desdobramentos da política nacional do período.

Desta forma, em função da expansividade das fontes e do tema tratado, concluímos que ainda há muito que pesquisar para se alcançar instâncias satisfatórias. O material para a pesquisa do *impeachment* é

muito rico, e em função do tempo para a concretização do trabalho, abordamos apenas uma parte deste rico manancial. O que mais nos chamou a atenção e legamos por hora, para reflexão, é o seguinte questionamento: teria o processo de *impeachment* adquirido tais proporções frente a população, e se efetivado, caso não houvesse a veiculação de todos os eventos antecessores a ele na mídia (em especial a imprensa)?

Anexos:



Revista Veja: 17 de maio de 1989



Revista Veja: 09 de agosto de 1989



Revista Veja: 30 de setembro de 1992



Revista Veja: 07 de outubro de 1992

Fontes Seleccionadas:

VEJA. 17 de maio de 1989.

VEJA. 09 de agosto de 1989.

VEJA. 27 de maio de 1992.

VEJA. 30 de setembro de 1992.

VEJA. 07 de outubro de 1992.

Todas disponíveis em <http://veja.abril.com.br/acervodigital>.

ZERO HORA. Porto Alegre, terça-feira, 23 de Junho de 1992. Ano XXIX – nº 9790.

ZERO HORA. Porto Alegre, sexta- feira, 26 de Junho de 1992. Ano XXIX – nº 9793.

ZERO HORA. Porto Alegre, quinta-feira, 03 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9863.

ZERO HORA. Porto Alegre, sexta-feira, 04 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9864.

ZERO HORA. Porto Alegre, quinta-feira, 10 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9870.

ZERO HORA. Porto Alegre, sexta-feira, 11 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9871.

ZERO HORA. Porto Alegre, sábado, 12 de setembro de 1992. Ano

XXIX – nº 9872.

ZERO HORA. Porto Alegre, sexta-feira, 18 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9878.

ZERO HORA. Porto Alegre, sexta-feira, 25 de setembro de 1992. Ano XXIX – nº 9885.

Endereços Eletrônicos Pesquisados:

http://www.clicrbs.com.br/zerohora/swf/html_45Anos/index.html#

<http://www.collor.com/biografia.asp>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral* – volume único. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *História Global – Brasil e Geral* – volume único. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Livro Fontes Históricas como fonte*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005;

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias & RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa faz e Desfaz um Presidente*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1994.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio*

dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005;

LUZ, Thaíze Ferreira da. *A influência da mídia na queda de um presidente*. Biblos, Rio Grande, 16: 45-53, 2004.

CAPITAL SOCIAL COMO ELEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Jennifer Azambuja de Moraes¹

RESUMO: Este trabalho investiga a presença do capital social nas sociedades para comprovar que é um elemento importante para o desenvolvimento. Neste estudo será analisada a relevância do capital social no Estado do Rio Grande do Sul, as diferenças entre as regiões, a atuação da confiança nos relacionamentos coletivos e o histórico político do estado. Para isso o artigo começará com um breve entendimento sobre capital social, confiança e desenvolvimento, partindo desses conceitos para a realidade na América Latina, depois Brasil e, por fim, marcando o foco desse trabalho, o Rio Grande do Sul. Para tentar compreender a presença do capital social, nas relações deste Estado, será feito um estudo teórico dos autores que trabalham essa questão, como Marcello Baquero e Jussara Reis Prá (2007), Leandro Monteiro Monasterio (2003) e Hemerson Luiz Pase e Everton Santos (2008).

Palavras-chave: capital social; desenvolvimento; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: *This paper investigates the presence of social capital in the societies to prove that is an important element for development. This study will analyze the relevance of social capital in the state of Rio Grande do Sul, the differences between the regions and the performance*

1 Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Católica de Pelotas. Especializanda em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com.

of collective trust in relationships. For this article will begin with a brief understanding of social capital, trust and development, leaving these concepts to the reality in Latin America, after Brazil and, finally, setting the focus of this work, Rio Grande do Sul. To understand the presence of social capital in the relationship of this state will be a theoretical study of authors who work this issue as Marcello Baquero and Jussara Reis Prá (2007), Leandro Monteiro Monasterio (2003) and Hemerson Luiz Pase and Everton Santos (2008).

Keywords: *social capital, development, Rio Grande do Sul.*

1. Introdução

O capital social é um fenômeno da sociedade civil e um instrumento para o desenvolvimento de regiões, uma interligação entre confiança e necessidade. Muito se tem falado de capital social, com definições amplas e teorias que buscam compreender a existência desse fenômeno em relação ao crescimento econômico, político e social de determinadas sociedades. Além disso, os estudos apontam que o histórico das sociedades é capaz de justificar a formação do capital social.

O estado do Rio Grande do Sul é palco desse fenômeno em algumas de suas regiões, podendo ser perceptível a diferença no desenvolvimento tanto político e econômico, como social. Vários são os fatores para que determinadas regiões sejam mais desenvolvidas que outras, como: histórico político, colonização e posicionamento geográfico.

Considerando esses fatores, a pesquisa partirá do pressuposto que a relação social entre os indivíduos, que forma solidariedade, colaboração, reciprocidade e confiança, é um fator importante para o desenvolvimento. Para confirmar ou não esta hipótese, será realizada um estudo teórico de autores que trabalham o capital social no Rio Grande

do Sul, como Marcello Baquero e Jussara Reis Prá (2007), Leandro Monteiro Monasterio (2003) e Hemerson Luiz Pase e Everton Santos (2008).

2. Capital social, confiança e desenvolvimento

O capital social é um fenômeno coletivo, que se baseia no relacionamento dos indivíduos. É um acúmulo de relações de reciprocidade, confiança, solidariedade e colaboração que pode ser usado para favorecer o crescimento tanto dos indivíduos envolvidos, como da sociedade em geral. Para Baquero e Prá (2007, p.175), o “capital social não é um conceito homogêneo, mas envolve vários elementos sociais que promovem a ação individual e coletiva”. Segundo Bourdieu capital social é:

o exemplo dos recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizados de interconhecimentos e de interreconhecimento, ou em outros termos, o pertencimento a um grupo como exemplo de agentes que não são unicamente dotados de propriedades comuns mas são também unidos através de ligações permanentes e úteis (BOURDIEU *apud* PASE, 2006a, p. 95).

Isso significa que a ligação entre os indivíduos se dá por um relacionamento estável, permitindo trocas de conhecimentos ou bens que ajudem no desenvolvimento do grupo. Para Putnam (*apud* SANTOS e BAQUERO, 2007), capital social são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como, sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Por isso, quanto maior for a capacidade dos cidadãos

confiarem uns nos outros, assim como quanto maior e mais rica for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de capital social. Pensando nessa mesma linha, a “cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 2005, p.177).

Essa questão de reciprocidade está ligada a confiança que os indivíduos têm um pelo o outro. E a confiança é um elemento que pode ajudar a mensurar o quanto de capital social tem em determinada sociedade, pois confiança faz existir as trocas, levando assim a um relacionamento mais forte que possibilita o desenvolvimento. Putnam (2005) ressalta que ambas as partes têm a ganhar quando cooperam, mas para isso é necessário que exista um “compromisso mútuo confiável”. Ele trabalha mais sobre esse assunto quando fala sobre as teorias dos jogos voltados para o dilema da ação coletiva, principalmente, do dilema do prisioneiro.

No *dilema do prisioneiro*, dois cúmplices são mantidos incomunicáveis, e diz-se a cada um deles que, se delatar o companheiro, ganhará a liberdade, mas se guardar silêncio, e o outro confessar, receberá uma punição especialmente severa. Se ambos mantivessem silêncio, seriam punidos levemente, mas na impossibilidade de combinarem suas versões, cada qual faz melhor em delatar, *independentemente do que o outro venha a fazer* (PUTNAM, 2005, p.174).

Essa questão de reciprocidade está ligada a confiança que os indivíduos têm um pelo o outro. E a confiança é um elemento que pode ajudar a mensurar o quanto de capital social tem em cada grupo. Pase e Santos afirmam que essa relação de confiança não são somente para

benefício individual, mas sim coletivo.

...a decisão do indivíduo não visa necessariamente, um benefício individual imediato, e sim o benefício da comunidade, cuja fonte é a confiança que, mesmo no futuro, o outro / outros indivíduos farão o mesmo. Esta lógica baseia-se numa rede social que possui regras e normas claras com sanções proibitivas para os desertores. O processo social que produz como resultado o bem comum ou o bem de uma coletividade, baseado na confiança, reciprocidade e solidariedade é definido pelo autor como capital social (PASE e SANTOS, 2008, p. 33 e 34).

Em sociedades onde existe acúmulo de capital social, ou seja, onde as relações de troca e cooperação existem pela confiança, o desenvolvimento é mais propício. Pois a sociedade está mais interligada e forte: rejeitando indivíduos que não cumpram com seus trabalhos, construindo sistemas de rotatividade para financiamentos que ajudam no crescimento econômico, participação mais efetiva nas decisões públicas e um trabalho de cooperação mútua para benefício da comunidade. O desenvolvimento regional está ligado a capacidade que a sociedade tem para superar as dificuldades, sejam de ordem econômica ou tecnológica. Dois exemplos para poder confirmar essas afirmações vêm da obra de Putnam (2005), que trabalha a questão das regiões menos cívicas da Itália, e da obra de Riedl e Vogt (2003), na qual é trabalhada a questão da colonização de Santa Cruz, cidade do Rio Grande do Sul.

O resultado do trabalho de Putnam mostrou que o Norte da Itália, onde as relações de reciprocidade e os sistemas de participação se corporificaram, os níveis de desempenho econômico e institucional foram muito mais elevados que no Sul, onde as relações políticas e sociais eram verticalmente estruturadas. Em relação à Santa Cruz,

analisada por Riedl e Vogt, a colonização foi feita por imigrantes que vieram com promessas de uma boa terra e dinheiro, mas a realidade era outra, eles “tiveram que cooperar para resolver os problemas comuns”, gerando assim “associações de caráter comunitário horizontal” (RIELD e VOGT, 2003, p.158).

Existe outro exemplo de crescimento relacionado a capital social, porém voltado a área da saúde. O caso da reforma sanitária no Ceará, debatido por Abu-El-Haj (2000), mobilizou o setor da saúde para sair da fragmentação e formar um consenso político sobre objetivos da política de saúde. Esse trabalho deu resultados, por exemplo, em relação aos altos índices de mortalidade infantil, pois com a queda desses índices o estado do Ceará ganhou o prêmio Maurice Paté. Abu-El-Haj conclui que:

o processo político desencadeado por uma ruptura com a política de clientela se aprofundou com a universalização da saúde pública. Sentiu-se um melhoramento significativo nos indicadores sociais como fruto da reestruturação da relação entre instituições públicas e a sociedade. A mobilização do capital social e a formação de um bloco de poder foram apontados como as forças movedoras deste processo (ABU –EL-HAJ, 2000, p. 219)

Portanto, a confiança é necessária para a geração de capital social entre grupos, e o capital social é um elemento para o desenvolvimento, pois gera sociedades mais conscientes e recíprocas. Essa participação comunitária é uma preocupação constante afirma Baquero, “existe intersubjetividade a respeito de que os ganhos para um sistema político são sempre elevados em sociedades que estimulam e possibilitam a ingerência dos cidadãos na determinação do seu destino” (BAQUERO, 2001, p.30). O autor conclui que a “utilidade da participação cívica

sempre foi considerada fundamental no processo de construção de uma nação”. O trabalho baseado em relacionamentos de confiança cria um vínculo para futuros trabalhos que ajudam no crescimento individual, por consequência, coletivo. Essa formação de relações horizontais tornam se construções culturais de trabalho, gerando assim uma cultura para o desenvolvimento que fará com que futuras civilizações aprendam com as já produzidas.

3. Breve perfil do capital social na América Latina e no Brasil

Vários países da América Latina passaram os últimos vinte anos se recuperando de períodos políticos repressivos, crises econômicas ou instabilidade política. Em um ambiente de medo e desconfiança, além de tradicionalmente conhecido como desigual entre os povos, deve-se analisar se os relacionamentos podem superar esses obstáculos e construir uma cultura mais democrática e igualitária, levando ao desenvolvimento dessas regiões.

Na América Latina a predominância é de um regime democrático representativo, onde existem eleições regularmente, proporcionando à população o direito de escolher seu representante no poder. Mas antes, com os regimes autoritários enfrentados, por exemplo, no Brasil e Uruguai, existia a teoria da modernização segundo Baquero e Santos (2007). Essa teoria entendia “que a modernização levaria à institucionalização da democracia, ou seja, sinalizavam para o crescimento econômico, para a urbanização, para os índices crescentes de melhoria no nível educacional das populações e para a qualidade da saúde, somados a uma visão de futuro com confiança” (BAQUERO e SANTOS, 2007). Mas essa teoria foi insuficiente para explicar os processos de democracia, pois os países

latino-americanos entrarem em uma crise econômica, aumentando de pobreza e desigualdade, impedindo assim um crescimento que levaria a democracia.

Essa situação enfrentada na América Latina leva a considerar um desempenho insatisfatório em relação ao seu aprofundamento democrático social. Para visualizar uma sociedade civil forte no contexto latino-americano, Baquero diz que é necessário:

reconhecer que os padrões elitistas destas sociedades privilegiam determinadas identidades (minoritárias) em detrimento de outras (mais coletivas) majoritárias, gerando o surgimento de camadas significativas do povo excluídas que não vêem no Estado uma estrutura representativa de seus interesses. É necessário, portanto, resgatar o conceito de cidadania com vistas a enfrentar o desafio de construir culturas políticas caracterizadas por uma igualdade mínima entre os cidadãos (BAQUERO, 2001, p. 51).

Na América Latina existe uma característica histórica em relação aos procedimentos democráticos: com o passar do tempo os cidadãos tendem a questionarem o valor do regime democrático representativo. Baquero aponta isso como “falta de educação cívica, as tendências autoritárias que nascem da própria cultura, a tendência à submissão, ao sentido messiânico que produz líderes carismáticos, ao egoísmo, à desarticulação social e ao analfabetismo” (2001, p. 52). Por isso existe uma tendência muito forte dos latino-americanos não confiarem nas instituições políticas.

Em uma cultura de várias raças e etnias, onde a desigualdade reina e gera desconfiança, não poderia existir uma sociedade consciente de seus direitos, que coopera para o crescimento e fiscaliza o cumprimento, por parte do Estado, das responsabilidades sociais e econômicas que ajudaram

a igualdade social e o desenvolvimento da cidadania eficaz. Assim não existe um governo de credibilidade para o povo, por conseqüência, as instituições coletivas têm um relacionamento vertical. Uma das soluções para esse problema, apontada por Baquero, é a existência de instituições informais.

Torna-se necessário, portanto, incorporar à agenda do desenvolvimento social latino-americano as chamadas instituições informais, tais como: a ética, a confiança, os preceitos religiosos e outros códigos implícitos de natureza moral. Na América Latina esses fatores têm estado ausentes das políticas públicas, contribuindo para uma situação na qual as atitudes dos cidadãos e o seu comportamento vão no sentido de passar a aceitar a impotência como natural diante de acontecimentos que ética e moralmente corroem os princípios democráticos. Este é o caso da corrupção institucionalizada e do nepotismo com os quais os latino-americanos têm aprendido a conviver (BAQUERO, 2001, p. 54)

Na América Latina o capital social é uma alternativa para as camadas mais pobres de socializarem e diminuírem a desigualdade social. Levando assim a um crescimento de relações de confiança, gerando mais interesse nos assuntos políticos, fazendo com que os latino-americanos participem mais nas tomadas de decisões. Existe uma evidência de falta de ações coletivas nessa região, que é a possibilidade de geração de um governo antidemocrático. Por isso é necessário a criação de associações que gerem capital social, para resgatar ao valores culturais das identidades coletivas na América Latina. O capital social, no caso latino-americano, deve ser visto em torno de três eixos, segundo Baquero.

O Estado, as instituições e a sociedade. Do ponto de vista do Estado e das instituições a questão é: como as

instituições governamentais poderiam gerar credibilidade e uma reputação de confiança de tal forma que outros atores sociais acreditem nas boas intenções dos representantes eleitos no futuro? No lado da sociedade, a indagação é como gerar organizações que capacitem os cidadãos como participantes mais ativos e fiscalizadores dos seus representantes. O sucesso desses eixos é primordial na construção de um território de intermediação eficaz e com credibilidade (BAQUERO, 2001, p.63 e 63).

A questão fundamental para o desenvolvimento latino-americano está na volta do capital social, da cultura de confiança que a América Latina deve construir para ter uma democracia social mais eficiente. Contribuindo, assim, para uma sociedade mais igualitária e participativa.

O caso brasileiro também parte de uma sociedade desigual e sem confiança, principalmente, nesse processo de redemocratização do país depois de um regime autoritário. Existe uma tentativa de fortalecer a democracia com uma participação social mais ativa nas decisões políticas. Esses esforços “têm visado reverter o crescente processo de desintegração social”, segundo Baquero (2003, p. 83).

Assim como no contexto latino-americano, o Brasil também tem uma tradição de não participação da sociedade nas decisões públicas e de um relacionamento não recíproco, não existindo confiança para as trocas e nem fiscalização do governo, fazendo com que a população esteja apática no campo político e sem importância. Para Baquero, essa ausência tem mostrado:

que a democracia de procedimentos não tem conseguido legitimar-se por seus próprios valores, pois, presentemente, o grau de contestação é alto e a participação das pessoas em atividades convencionais (pertencer a partidos, participar de comícios, discutir política, entre outros)

é reduzida. O dilema enfrentado pelo país é de que os recursos econômicos para satisfazer as demandas materiais básicas são insuficientes, levando a um processo acelerado de desagregação da vida social. A história recente tem mostrado que sociedades nessas condições dificilmente promovem o estabelecimento de culturas políticas participativas – ao contrário, caracterizam-se pela ineficiência, corrupção ou regimes despóticos (BAQUERO, 2003, p. 85).

Com essa cultura brasileira, pode-se dizer que não existe uma fiscalização e um crescimento social que acompanhe o crescimento tecnológico, fazendo com que as questões sociais fiquem estagnadas. Criando, assim, acúmulo de desigualdade, crescimento de pobreza, desinteresse político e democracia não participativa. Conclui-se que falta capital social gerado pela confiança nos relacionamentos de trocas, impedindo um desenvolvimento de escala maior tanto na América Latina quanto no Brasil.

4. Cultura política e capital social do Rio Grande do Sul

O contexto histórico do Rio Grande do Sul influencia muito na realidade do estado. Este estado caracteriza-se como dinâmico no ponto de vista econômico, político, social e cultural. Baquero e Prá (2007) fazem um resgate histórico do processo de reestruturação do estado e enumeram: estrutura social razoavelmente simples, com a predominância da figura estancieiro como representante típico da sociedade gaúcha; influência da imigração alemã e italiana, principalmente, na estruturação da economia do Estado; economia essencialmente agropecuária; influência do estatismo e do clientelismo da dimensão política gaúcha; papel do Estado altamente centralizado e autoritário; tradição bipartidária; participação

política frágil e incipiente.

No estudo de Baquero e Prá foi constatado um baixo índice de confiança nas instituições políticas e nos políticos. Mostrando que o índice de capital social também está baixo, pois não existe uma sociedade cívica participativa, regida pela confiança. Mas esses índices variam conforme as regiões do Estado. Para entender melhor a atuação do capital social no Estado vamos trabalhar com a separação das regiões e as definições feitas por Monasterio (2003): Campanha, Planalto, Serra e Mistas. A campanha é uma região onde se desenvolveu predominantemente a criação de gado, uma zona de estâncias com economia predominantemente pecuária. A Serra é caracterizada pela colonização européia e a pequena propriedade voltada para o mercado interno. A região do Planalto tem uma ocupação mais recente, como na Serra, e registra-se a existência de minifúndios ao lado de latifúndios. E as mistas não se encaixam nas regiões definidas, sendo regiões com menos importância.

A região da Campanha é considerada a mais desigual do Estado, em relação ao índice de distribuição pessoal da renda e o índice de empoderamento pelas populações de cada município. Além disso é a região com menos grau de informatização, menos leis, menos conselhos e menos consórcios intermunicipais. Enquanto o Planalto e a Serra possuem melhores índices.

Em relação ao indicador de capital social nessas regiões, Monasterio (2003) conclui que “a campanha esteve nos extremos que mostram a sua carência”. Pode-se dizer que a Serra mostra índices melhores pelo histórico de colonização européia que desenvolveram um sistema cívico recíproco, e o Planalto por ser uma região ocupada mais recentemente e ainda ter sido avaliada mais aprofundadamente.

Outra divisão do Estado, feita por Pase e Santos (2008), também

salienta as diferenças entre as regiões do Rio Grande do Sul.

Segundo a perspectiva que adotamos, a cultura política de uma sociedade influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político das regiões. (...) Aplicando esta perspectiva teórica ao caso do Rio Grande do Sul, Bandeira (2003), estabelece uma diferença regional no Estado muito semelhante ao que Putnam (2000) fez na Itália. Como uma primeira aproximação haveria uma diferença entre o “Norte colonial”, cuja matriz é de imigrantes europeus, com existência de pouca escravidão e predomínio do minifúndio e em contraste, nós teríamos no “Sul”, uma matriz com o predomínio do latifúndio e o uso extensivo da mão-de-obra escrava (PASE e SANTOS, 2008, p.38 e 39).

A região norte possui mais capital social, devida a sua colonização européia, como já citado neste trabalho, onde a necessidade por cooperação se fez presente e gerou várias associações que propiciaram o desenvolvimento da região. Enquanto na região sul ainda é predominante os latifúndios, relações pouco recíprocas e desconfiança tanto política quanto social. Essa diferença também prevalece em relação aos índices de desenvolvimento: a região norte mostra melhores índices de desenvolvimento, com associações, relações de confiança e reciprocidade, produção e distribuição de riquezas, melhor qualidade de vida.

É fundamental essa análise do capital social em diferentes regiões do Estado para mostrar que a cultura de cada lugar influenciou muito nos índices existentes de confiança. Fazendo com que existam diferenças em relação à conscientização de fiscalização e cobrança de políticas públicas mais igualitárias e justas. Pase afirma que:

o capital social parece ser essencial para o desenvolvimento e a equidade que exigem a cooperação permanente para

criar e manter um ambiente econômico competitivo. Dessa forma, o capital social é especialmente importante para as estratégias de desenvolvimento sustentável, apoiados nas redes e/ou nos sistemas locais de produção que se desenvolvem com base na reciprocidade e confiança materializados por um intenso fluxo e troca de informações, tecnologias, logística e oportunidades sem, contudo, abrir mão da competitividade econômica (PASE, 2006b, p.203).

O desenvolvimento do Estado do Rio grande do Sul tem ligação com o capital social desenvolvido na região do Norte e também aponta relações com as associações de reciprocidade criadas para atender as necessidades da sociedade. Para Pase, o desenvolvimento do Estado é vinculado ao:

desenvolvimento econômico, social, cultural e político nacional, embora guarde algumas peculiaridades, principalmente no que tange às desigualdades regionais, que ocorrem principalmente em razão da concepção restrita à noção modernizadora, que preside a ação do Estado, e da elite regional, no sentido de privilegiar os grupos mais influentes, política e economicamente, e regiões melhores posicionadas em relação às vantagens comparativas. Não obstante, observa-se também que a ação da sociedade civil consegue diminuir a inexorabilidade da desigualdade e da pobreza quando articula seu capital social produzindo políticas públicas ou orientando, demandando e fiscalizando próprio Estado (PASE, 2006b, p. 240)

Portanto, o Rio Grande do Sul possui diferentes níveis de capital social em suas regiões, com um desenvolvimento regional ligada a esta questão, mas também a questões econômicas e políticas que contribuiram para o crescimento do Estado.

5. Considerações finais

O capital social proporciona à sociedade possibilidades de mais ação política, através de uma ação coletiva recíproca, solidaria e de confiança. Com o objetivo de alcançar um regime democrático mais participativo e consciente. Levando ao crescimento coletivo, seja político, econômico ou social, através da melhora na qualidade de vida.

Através desse apanhado teórico, pode-se perceber que o capital social tem ligação com o desenvolvimento regional. Começando com a análise da América Latina que tenta uma reestruturação após problemas de ordem política e econômica, a solução apontada por alguns teóricos da Ciência Social, pois somente com uma reestruturação da sociedade para se começar um desenvolvimento com mais liberdade e igualdade.

A situação no Brasil e no Rio Grande do Sul não difere da latino-americana, com problemas econômicos e políticos, o país precisa de uma ordem democrática mais participativa e de uma sociedade cívica mais solidária. Assim como na região gaúcha existem regiões com diferentes níveis de capital social, fazendo com que o Estado tenha uma região mais desenvolvida e outra mais pobre. Como percebido a região mais desenvolvida é a com mais índice de capital social, devido ao seu histórico social, político, econômico e cultural. E a mesma conclusão, de que para um desenvolvimento mais justo é necessário mais confiança, pode ser aplicada no Rio Grande do Sul.

Claro que para um crescimento econômico, político e social não basta apenas capital social, também é necessário ações públicas que tentem desencadear um processo de evolução na sociedade, com tomadas políticas mais eficazes, coerentes e que eliminem a exclusão social. Mas a consolidação de um alto nível de capital social, sem dúvida,

colabora para o desenvolvimento de qualquer área social e reafirma uma sociedade mais participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABU-EL-HAJ, Jawdah (2000). **A mobilização do capital social no Brasil: O caso da reforma sanitária no Ceará.** São Paulo: Editora Annablume.

BAQUERO, Marcello (2001). **Alcances e limites do capital social na construção democrática.** In: Reinventando a sociedade na América Latina: cultura, política, gênero, exclusão e capital social. Organizado por Marcello Baquero. Porto Alegre/ Brasília: Editora Universidade/ UFRGS/ Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

BAQUERO, Marcello (2003). **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil.** In: Revista de Sociologia e Política.

BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis (2007). **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MONASTERIO, Leandro Monteiro (2003). **Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul.** In: Capital Social e Desenvolvimento Regional. Organizado por Silvio Marcus de Souza Correa. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC.

PASE, Hemerson Luiz (2006a). **A formação da elite na primeira república.** (Recurso eletrônico). In: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/730/590> (consultado dia 11/06/2010).

PASE, Hemerson Luiz (2006b). **Capital Social e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul**. (Recurso eletrônico).In:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7116/000539385.pdf?sequence=1>

(consultado dia 12/06/2010). Tese de doutorado.

PASE, Hemerson Luiz e SANTOS, Everton(2008). **Capital Social e Desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. (Recurso eletrônico).In:

<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/arquivos/mt/Livro%20completo%20desenvolvimento%20regional%202008.pdf>

(consultado dia 10/06/2010).

PUTNAM, Robert (2005). **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RIEDL, Mario e VOGT, Olgário Paulo (2003). **Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social**.

In: Capital social e desenvolvimento Regional. Organizado por Sílvia Correa. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC.

SANTOS, Everton e BAQUERO, Marcello (2007). **Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa**.

(Recurso eletrônico). In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782007000100014&script=sci_arttext&tlng=

(consultado 09/06/2010).

SERIA NICOLAU MAQUIAVEL “MAQUIAVÉLICO”? PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA O PRÍNCIPE

Karen Elena Costa Dal Castel¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o pensamento político do filósofo italiano Nicolau Maquiavel [1469 – 1527], através da obra “O Príncipe”. O foco da análise se deterá sobre a instigante questão da controvérsia que há sobre sua postura teórico-prática, em especial, a contextualização da frase “os fins justificam os meios”. Dessa forma, pretende-se argumentar através da pesquisa bibliográfica, que o filósofo não foi “maquiavélico”, no sentido pejorativo da palavra, mas sim realista no contexto ao qual estava inserido. Apesar de suas idéias serem suscetíveis a inúmeras críticas, em sua maioria depreciativas e equívocas, sua obra ainda é mobilizada no cenário político contemporâneo. Tal evidência torna a questão um tema pertinente e rico para novas pesquisas sobre os discursos, suas utilizações e reapropriações.

Palavras-chave: “maquiavélico”; política; Maquiavel

Keywords: “machavellic”; policy; Machiavelli

1 Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL); bolsista Capes; bacharel em História pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Email: karendalcastel@yahoo.com.br

Este trabalho trata de um estudo do pensamento político de Maquiavel, através de um de seus clássicos *O Príncipe*. Pretende-se analisar o pensamento de Maquiavel através da máxima “os fins justificam os meios” causadora das várias interpretações, bem como tentar esclarecer as polêmicas teorias do pensamento “maquiavélico”, desmistificando-o. Muitos evocam seu nome e/ou os termos “maquiavélico” e “maquiavelismo” derivados do mesmo, e que serão também objetivos dessa pesquisa. Dessa forma, se faz necessário para a compreensão do mesmo um breve contexto do pensador.

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença – Itália em 1469, viveu durante o Renascimento, sendo bastante influenciado pelo movimento. Antes de Maquiavel entrar na política quem governava Florença era Jerônimo Savonarola, padre dominicano que foi enforcado e queimado pelas suas pregações do apocalipse. Após a morte de Savonarola toma o poder Soderini, que nomeou Maquiavel para Secretário da Segunda Chancelaria da República Florentina por 14 anos. Com a queda de Soderini, a dinastia Médici representada por Juliano de Médici, retorna ao poder, destituindo Maquiavel de seu cargo. É exilado, e acusado logo após de estar envolvido em uma conspiração para assassinar Juliano. Torturado Maquiavel é preso por dois meses e liberado para seu exílio em San Casciano. Nesse momento escreve a obra *O Príncipe* dedicada ao sobrinho de Juliano, Lourenço de Médici a fim de retornar ao seu antigo cargo. Sua obra é ignorada, porém foi concedida pelos Médici a função de escrever sobre a história de Florença, originando o livro *Histórias Florentinas*. Em 1527, a dinastia Médici novamente é expulsa de Florença, onde restabeleceu-se a república, destituindo Maquiavel da política. Faleceu no mesmo ano, aos 58 anos.

Maquiavel, um filósofo italiano da Renascença. Mal sabia ele que suas teorias provocariam tantas contradições. Polêmico, irreverente, perspicaz, extremamente audacioso, corajoso, inteligente, instigante, um misterioso florentino que buscou através de sua escrita expressar seus ensinamentos e até suas angústias primeiramente para Florença na Itália e, sem querer, atingiu o mundo desde o mais ingênuo das criaturas ao mais famoso dos políticos. Para Bath, “foi a desgraça que lhe deu a grandeza” [1980; pg. 14]. Bath afirma ter um grande respeito e muita admiração por Maquiavel e um sentimento de tristeza, “um certo *disagio* por essa pessoa que não podemos conhecer bem, que nos escapa”. [1980; pg. 14].

I: A famosa e polêmica obra de Maquiavel: *O Príncipe*

A obra² *O Príncipe*³, concluída em 1513, tendo sua primeira edição em 1532, possui 26 capítulos curtos e objetivos. Podemos afirmar sucintamente que o clássico contém ensinamentos políticos de como um príncipe deve governar e quais as estratégias que deve usar para manter o seu Estado. Trata-se de um manual para governantes. Inicialmente é explicada como um manual para políticos, porém foi visto ser mais do que isso, pois traz uma reflexão bastante “atual” mesmo feita há quase quinhentos anos. Traz explicações dos principados, em especial o principado misto, onde insere-se o príncipe

2 Edição pesquisada para realizar este trabalho é da L&PM, ano 2007. A tradução deste livro feita por Antônio Caruccio-Caporale baseou-se na edição das *Opere* de Niccolò Machiavelli, publicada por Riccardo Ricciardi Editore em 1954, conforme ao original do séc. XVI, em linguagem toscana.

3 Qualificada pelo próprio autor de “opúsculo”, tem por título original *De Principatibus* – Dos Principados.

novo que seria para Maquiavel a solução de Florença.

Alguns conselhos dados aos príncipes podem ser pensados por intermédio da obra, por exemplo, se é melhor ser amado ou temido? O ideal segundo Maquiavel, seria viver sob ambas condições, porém visto ser difícil acordá-las, o melhor é ser temido, pois que se for amado não terá tanto o respeito de seu povo. Ser temido não significa ser odiado. É uma proteção do príncipe, mas se ele puder ser os dois, melhor. Outra conclusão de Maquiavel é a de que um príncipe deve cuidar para não ser de todo bom, uma vez que se o for se arruinará entre tantos que bons não são. Depois o pensador explicou a *virtù* e a *fortuna*. Para Skinner e Bath, uma está atrelada a outra, de modo que é necessário a primeira para aparecer a outra. A *virtù* são as qualidades, a capacidade; *fortuna* é a sorte, o acaso, a oportunidade. Maquiavel não acreditava em repúblicas ou principados igualistas, para ele eram utópicos. Não queria escrever sob uma visão imaginária, mas sim aquilo que vivenciou – a verdade efetiva, pois que “há porém uma tão grande diferença entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver” [*Príncipe*; cap. XV].

Skinner afirmou que o povo seria maleável aos interesses do príncipe desde que este soubesse lidar com os mesmos. Na obra Maquiavel salientou que: “o pior que um príncipe pode esperar de um povo que lhe é adverso é vir por esse povo ser abandonado” [*Príncipe*; cap. IX]. Segue afirmando que: “o povo pede apenas para ser poupado da opressão” e “a um príncipe é necessário ter o povo a seu lado” [*idem*]. Cabe a um príncipe saber utilizar os atributos de animal e de homem, devendo espelhar-se a raposa e no leão. A primeira pela astúcia, o segundo pela força. Revelou no último capítulo o que moveu seus pensamentos:

a paixão por sua Itália. O sonho de vê-la livre, esplendorosa e forte. Maquiavel concluiu afirmando que a Itália estava pronta para receber este novo príncipe que iria modificar e salvar o povo italiano oprimido e humilhado pelos estrangeiros.

Faltam-me palavras para exprimir com que amor seria ele recebido em todas aquelas províncias que padeceram com o alúvio invasor dos estrangeiros; com que sede de vingança, com que inabalável fé, com que devoção, com que lágrimas.[*Príncipe*; cap. XXVI]

Para De Grazia, Maquiavel é considerado um “preceptor de príncipes”; é um conselheiro não assumido; um mestre não só do Estado, mas também de regras morais. Possui discurso bastante religioso e faz a relação entre glória e livre-arbítrio. Maquiavel acreditava que Deus deixou-nos livres para escolhermos nossos caminhos e era contrário a idéia que pregava a Igreja, rezar para Deus resolver seus problemas, ele não fará tudo por isso nos concedeu o livre-arbítrio. Para Chevallier, Maquiavel inspira no príncipe a liberdade republicana; coloca que a obra é erroneamente comparada a adjetivos pejorativos por ser talvez “mais citada do que lida”[p.48]. Skinner chama de “a era dos príncipes” pois antes de Maquiavel escrever sua obra, outros ditos humanistas já haviam escrito sobre este gênero dos príncipes. Mas a obra de Maquiavel rompeu com as teorias de sociedades perfeitas irreais.

Um relevante pensador que será útil para análise da obra-prima de Nicolau vem a ser Antônio Gramsci. Pensador italiano, teórico marxista, deteve idéias diferenciadas acerca do príncipe de Maquiavel. Por ser seguidor das idéias de Marx, certamente analisou a obra de Maquiavel pelo viés das massas, pelo olhar do povo, pelo viés marxista que segue. Para ele o Príncipe viria a ser um partido político, onde não

há teoricamente uma pessoa, mas sim todo um conjunto de valores envolvidos, denominado também de organismo, como pode-se observar abaixo:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da realidade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. [GRAMSCI; 1989, p. 6].

Segundo Gramsci, Maquiavel escreveu o *Príncipe* para o povo.

Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo “genericamente” entendido, mas com o povo que Maquiavel convenceu com o seu desenvolvimento anterior, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele sente-se identificado: parece que todo o trabalho “lógico” não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que se manifesta na consciência popular e acaba num grito apaixonado, imediato. [GRAMSCI, 1989; p. 4].

Gramsci ainda colocou que Maquiavel pretendeu convencer as forças da necessidade de “ter um *chefe* que saiba aquilo que quer e como obtê-lo, e de aceitá-lo com entusiasmo, mesmo se as suas ações possam estar ou parecer em contradição com a ideologia difundida na época: a religião” [GRAMSCI, 1989; p.11]. Com isso ele faz uma ligação com a filosofia da práxis, onde,

repete-se a necessidade de ser “antimaquiavélico”, desenvolvendo uma teoria e uma técnica políticas que possam servir às duas partes em luta, embora creia-se que elas terminarão por servir especialmente à parte que “não sabia” porque nela é que se considera existir a força

progressista da História.[GRAMSCI, 11; 1989].

Concluindo que isso “serviu para melhorar a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, assim como a política da filosofia da práxis; isto não deve mascarar o seu caráter essencialmente revolucionário” [GRAMSCI, pg. 11 e 12; 1989]. Esta interpretação de Gramsci é interessante olhada pelo aspecto do povo, é bem possível que Maquiavel, como escreveu Rousseau, fingindo escrever ao príncipe, escreveu ao povo.

Para Skinner, Maquiavel não foi muito feliz com a intenção de conseguir seu cargo de volta, mas “enquanto contribuição ao gênero literário dos livros de conselhos para príncipes teve um sucesso tão grande que revolucionou o próprio gênero” [SKINNER, 2003; p.139]

O interesse de Maquiavel em voltar a vida pública, parecia até simplesmente interesseiro no sentido de apenas garantir a sua sobrevivência, mas poderia ser mais do que o simples desejo de não passar mais dificuldades. Conforme afirma Sebastian de Grazia Maquiavel,

provavelmente sentia, porém, que seu trabalho por Florença fazia de si um bom cidadão, o que lhe autorizava automaticamente um lugar no céu. Além disso, tinha provado o sabor de glória na conquista militar de Pisa (...). Como parte do serviço, Niccolò escreveu milhares de cartas, informes, ordens, rascunhos, despachos, e, se isso não bastasse, redigiu coisas não estritamente exigidas pela profissão: notas, breves textos políticos, crônicas políticas em versos. Enquanto ocupou o cargo, Niccolò não teve problemas em se identificar. Ele é Niccolò Machiavegli, secretário e cidadão florentino. Depois de defenestrado, não podia assinar de um jeito nem de outro. Foi afastado das coisas do Estado e despojado de uma relação palpável com o céu. Então quis fazer alguma coisa, praticamente qualquer coisa, para os Medici, não porque não pudesse

viver sem a companhia deles, mas porque governavam Roma e Florença, e trabalhar para eles lhe devolveria a ação patriótica em todo seu elevado significado. [DE GRAZIA, 1993; p. 379]

O que pode-se analisar nesta citação é que realmente Maquiavel era bastante apegado a sua nação Itália, a sua cidade Florença. Seu desejo era o de viver em um país com esplendor e glória. Era tão apaixonado que ele próprio se identificava secretário e *cidadão florentino*, interessante essa identificação, era como se o cidadão fosse uma profissão e, se transportarmos esse conceito para hoje, ninguém afirma “sou cidadão brasileiro”, por exemplo, até esquecemos que esta é uma de nossas funções: exercer cidadania em outros momentos, não somente na hora do voto. Este detalhe possuía tamanha relevância na vida de Maquiavel, dizer-se um cidadão de Florença. Em outras palavras, ele gostava de se sentir útil a sua pátria, tanto o é que quando foi para San Casciano entediou-se por estar afastado das coisas públicas que estava acostumado a fazer, fazendo de tudo para voltar a vida política.

Vale ressaltar que, inicialmente a obra foi um pressuposto de Maquiavel para retornar a política, visto que estava à procura de emprego. Queria especialmente retornar a seu cargo de secretário da chancelaria o qual exerceu-o por 14 anos. Não obteve êxito nesta sua empreitada, mas conseguiu não pela obra *O Príncipe*, mas “devido à sua reputação de funcionário prudente, de hábil político” [CHEVALLIER, 1979; p.44] uma função incumbida pelos Médicis: escrever a história de Florença, que após foi feito o livro *Histórias Florentinas* e, para isso ganharia uma pensão. Tinha, de certo modo, alcançado seu desejo de retornar a política florentina, “confiam-lhe os Médicis tarefas mais dignas de suas qualidades; mas, ao mesmo tempo, compromete-se com

eles.” [CHEVALLIER, 1979; p. 44 e 45]. O grande problema era que Maquiavel não poderia colocar sua opinião sobre os fatos, pois perderia o cargo. Estava ele vivendo um impasse, nas palavras de Larivaille:

O ex-chanceler da república, transformado em historiógrafo a soldo dos Medici, vai, daí por diante, entregar-se à tarefa que lhe é confiada, fazendo todo o possível por respeitar os cânones da historiografia clássica revalorizada pelos humanistas. Mas o vírus político esta tão profundamente enraizado nele que, no modelo formalmente conservado, a história política substitui invariavelmente a historiografia moralizante tradicional. Daí novamente o problema que ele tivera de enfrentar muitas vezes no passado: expressar corajosamente o que tem a dizer ou calar sobre o que poderia dar origem a inimizades. O problema é agora bem mais difícil, pois ele é um assalariado e sente claramente a necessidade de não ferir abertamente a suscetibilidade de um comanditário tão poderoso quanto o cardeal Júlio de Medici , que ascende ao pontificado em 1523, sob o nome de Clemente VII. [LARIVAILLE, 1979; p.157/158].

Tornava-se difícil então para o filósofo respeitar as metodologias clássicas que ele mesmo era contrário. Se caso se posicionasse de uma maneira diferente daquela pelos cardeais esperada, estaria excluído da política. É como aceitar um trabalho em tais condições, com tal salário e caso tentares reivindicar algo poderás ganhar a razão ou não, se esta última vencer poderás perder o emprego. Neste empecilho encontrava-se Maquiavel. Para piorar sua situação, em 1527, os Médicis são novamente expulsos de Florença, onde ai a república se restabelece e Maquiavel é destituído do cargo. Pouco se sabe de sua morte, apenas que ele estava muito desiludido com o governo, mais ainda por ter perdido seu emprego. “O pesar se acrescenta a graves males intestinais, para levar, a 22 de junho de 1527, aos cinquenta e oito anos de idade, Nicolau Maquiavel, munido dos sacramentos da Igreja”. [CHEVALLIER, 1990;

p.45]. Outros autores colocam que o filósofo faleceu em 21 de junho e foi enterrado em Santa Cruz [*Santa Croce*].

II: Idolatrado por uns; detestado por outros

É dada uma atenção neste capítulo às expressões “maquiavélico”, “maquiavelismo” e derivados do renome Maquiavel. Teoricamente o “maquiavélico” deveria estar associado ao pensamento político de Maquiavel, porém não é o que ocorre. Esta expressão está envolta a um conceito extremamente pejorativo ao filósofo remetido a ele de forma injusta e distorcida, menosprezando suas teorias. Maria Sadek afirma que o “maquiavelismo” tornou-se mais forte do que Maquiavel. É um mito que sobrevive. Chevallier também concorda que esse nome Maquiavel trazia um adjetivo voltado as piores interpretações possíveis.

Sérgio Bath afirma que considera Maquiavel “maquiavélico” pelo fato de acreditar que há um fundo de verdade nessa definição vulgar do maquiavelismo. Ele argumenta que “é o próprio Niccolò que nos fala sobre a necessidade de agir com o mal, quando necessário”[p. 12]

Renato Janine Ribeiro afirma Maquiavel ter sido o pensador da ética e que, de uns trinta grandes filósofos, apenas dois – ele e Platão – chegaram a tanto. Mesmo quem nunca os leu tem noção do que é *amor platônico* ou *ação maquiavélica*, afirma que o renome de Maquiavel é maior que ele próprio.

A todo momento Skinner relaciona o pensamento de Maquiavel à uma síntese de que um príncipe deve ter e conservar a “honra, glória e

fama”. Certamente na obra *O Príncipe*, Skinner coloca que Maquiavel insiste em que a conduta do príncipe deve ser tanto *onesta* quanto *utile*, e por isso mesmo pretende que todos os príncipes tomem como modelo alguma figura histórica que tenha sido gloriosa no passado. Cita como espelho de príncipe Fernando de Aragão e expressa desprezo por Agátocles da Sicília devido ao fato de ele ter sistematicamente aplicado métodos criminosos em seu governo, onde Maquiavel disse que estes artifícios podem proporcionar poder a um príncipe, mas não a glória. Conforme observa-se nas próprias palavras do filósofo: *Assassinar* seus concidadãos, *trair* os seus amigos, *renegar a fé*, *a piedade*, *a religião* não são ações que possamos chamar de “virtuosas”. Por esses meios pode-se conquistar o *poder*, mas não a *glória*. [*Príncipe*; VIII, 40]

Analisando bem este pensamento do filósofo, pode-se afirmar se em algum momento Maquiavel colocou que se for necessário matar ou roubar, ser mal e traiçoeiro para se alcançar algo, neste pensamento acima citado “cai por terra” qualquer idéia de que seu livro teria sido escrito para aplicar a imoralidade na política. A obra *O Príncipe* foi baseada na práxis política, ou seja, nas experiências e vivências de Maquiavel, nas suas observações quanto ser humano e quanto ser político que governa uma nação, ou seja, no empirismo. Pensando no hoje século XXI, nota-se que esta ideia é totalmente aceita e aplicável tanto na política, quanto na vida particular, que tanto um príncipe, quanto o povo ou até mesmo o próprio indivíduo possui o livre arbítrio. Traduz-se aí o pensamento de Maquiavel.

Assim, escolher de meios imorais, falsos, maldosos, traiçoeiros, egoístas, podem sim levar um homem ao poder, podem sim levar-te ao teu maior objetivo, mas certamente não terá um príncipe a glória de

seu povo, o orgulho, a admiração de ter conquistado algo por meios lícitos. São escolhas que podem levar mesmo ao poder, como exemplo de práticas imorais temos Adolf Hitler, um ditador que usou dos piores meios possíveis, destruiu milhares de sonhos, de vidas por um ideal que ele julgava ser o melhor para a Alemanha e para ele, mas não o foi. Hoje ele é lembrado das piores maneiras possíveis, sua imagem ficou eternizada como um ditador desumano, ele teve o poder nas mãos, mas jamais teve de seu povo a glória.

De Grazia faz a relação de glória e de graça; de glória e livre-arbítrio num sentido mais religioso.

Nosso filósofo político relaciona a glória e a graça com a ação política virtuosa em sua passagem metafísica em *O Príncipe*, sobre a conexão entre glória e livre-arbítrio. Se Deus nos concede livre-arbítrio para não nos retirar a parcela de glória que nos cabe, parece que, concedendo o livre-arbítrio, Ele terá feito a sua parte, e “o resto tu mesmo deves fazer”. Deus não quer fazer tudo, afirma Niccolò. O que Ele não quer fazer pessoalmente nos dá chance de ter nosso quinhão de glória, chance de nos governar a nós mesmos e, por extensão, dispensa Deus de ficar perdendo tempo com os assuntos dos mortais. [DE GRAZIA; 1993, p. 394]

Eis a parte a qual De Grazia se refere: “Deus não deseja tudo realizar para não nos tolher do livre arbítrio e de parte da glória que nos toca”. [*Príncipe*; XXVI, 127]. Então o resto nós devemos fazer.

Maquiavel não era contrário a uma fé. O que ele repugnava era a forma como ela era imposta ao povo, como se fosse a única salvação e

como se Deus viesse socorrer os que pagassem seus pecados e cumprissem com as indulgências. Isso era tudo enganação. Para De Grazia,

a ação não é apenas uma questão de pura energia física de nosso secretário e autor, nem o ativismo é apenas uma de suas máximas para o êxito na política e no amor. Por trás da insistência de Niccolò sobre a ação política está Deus. Ele concede Sua graça quando é merecida – e é paga em moeda política. Para seres julgado virtuoso, digno de salvação, deves mostrar que preferes a ação política de elevadas intenções em vez de palavras, e preferes palavras que levem a tais ações ou que delas participem. Para Deus, a fé – “enquanto ficas ocioso ajoelhado” – não basta. Se crês que, enquanto te ajoelhas e murmuras preces, Deus irá lutar em teu lugar, estás enganado. [DE GRAZIA; 1993, p. 394]

Sua crença em Deus afasta-se da cultura laica, pregando que o homem está condicionado ao céu ou ao inferno dependendo de suas atitudes na terra, fazendo com que a população ficasse com medo e obedecesse a ordem eclesiástica, pagando suas indulgências sem questionar por quê.

Com relação à frase “os fins justificam os meios” segundo Ribeiro, esta máxima não foi Maquiavel quem escreveu. Ela foi o resultado mais sucinto de uma interpretação. Remete a vários significados. Para Sandra Bagno, a frase constitui um grave equívoco histórico, foi transmitida de geração em geração, foi posta a obra O Príncipe no *Index* e a máxima não constava.

A sentença “os fins justificam os meios” e também as análises bibliográficas levam a concluir que os fins determinam os meios, ou seja, conforme for seu objetivo você irá traçar planos de como atingí-los.

Sérgio Bath ao mesmo tempo em que parece exaltá-lo, afirmando

que foi a desgraça de Maquiavel que lhe deu a grandeza; que ele tem muito respeito, admiração e curiosidade pelos feitos do filósofo, finalizando que Maquiavel foi um diplomata dedicado, um estadista infeliz; ele concluiu “acredito, portanto, que Maquiavel seja ‘maquiavélico.’” [1980; p.12]. Após uma pesquisa em alguns dicionários, Bath, afirma também que “como se pode ver, não estamos muito longe das definições do dicionário”. [1980; p.13]. Para Bath, o que popularizou o conceito vulgar de “maquiavelismo” foi principalmente na parte que o filósofo citou que um príncipe que for sempre bom, se arruinará no meio de tantos que bons não são. Por isso um príncipe deve aprender a não usar [apenas] a bondade, praticando-a ou não quando necessário. Bath afirma que o “maquiavelismo” é entendido como “o uso de todos os meios eficazes para alcançar e manter o poder” [1980; p.11]. Questiona “até que ponto a concepção vulgar do “maquiavelismo” encontra respaldo nas idéias do próprio Maquiavel?” E conclui que “embora a idéia de que o objetivo da manutenção do poder justifica os meios empregados para mantê-lo seja um dos conceitos mais claros de *O Príncipe*, por exemplo, encontramos aqui uma controvérsia.” [1980; p.11]. A contradição colocada por Bath é de que existem teóricos que deixam as palavras de Maquiavel para construir “interpretações de sentido apologético”. [1980; p.11]. Embora Bath conserve a idéia de “maquiavélico”, ele explana sua opinião:

não creio que se deva chamar Maquiavel de “inimigo da raça humana”, mas *não* estou convencido de que a definição vulgar de *maquiavelismo* seja desprezível, despida de fundamento. De fato, é o próprio Niccolò que nos fala sobre a necessidade de agir com o mal, quando necessário. Assim, o vulgo tem razão quando usa *maquiavélico* para qualificar a ação política livre de compromisso ético, orientada simplesmente pela busca do poder. [BATH, 1980; 12]

Por isso Bath aceita e considera Maquiavel, “maquiavélico”, mas não quer dizer que não reconheça sua grandiosidade política. É estranho, porém aceitável, uma vez que é difícil separar o “maquiavélico” do Maquiavel, onde alguns autores apenas explanam sobre seu pensamento, sem se posicionar.

Gramsci, sobre o maquiavelismo explica que:

(...) os grandes políticos – diz-se – começam maldizendo Maquiavel, declarando-se antimaquiavélicos, exatamente para poderem aplicar as suas normas “santamente”. Não teria sido Maquiavel pouco maquiavélico, um daqueles que “conhecem o jogo” e estultamente o ensinam, enquanto o maquiavelismo vulgar ensina a fazer o contrário [GRAMSCI, 1989; p. 10]?

O maquiavelismo seria então, segundo Gramsci, uma justificativa, uma desculpa para os homens se dizerem contrários a Maquiavel, difamando-o, como forma de camuflar a política deles. Logicamente que não seriam favoráveis, uma vez que estariam eles próprios se delatando, assim era melhor ser contra, para ficar explícito que eles desconhecem o que Maquiavel codificou no *Príncipe*, vendo-se livres de qualquer julgamento. Maquiavel teria ensinado de um jeito, e para isso foi enfático e realista, porém o vulgarismo interpretou o contrário.

Gramsci segue colocando um problema de qual foi o significado que Maquiavel teve no seu tempo e quais foram seus objetivos ao escrever seus livros, em especial *O Príncipe*. Para Gramsci,

o estilo de Maquiavel não é o de um tratadista sistemático como os tinha a Idade Média e o Humanismo, absolutamente; é estilo de homem de ação, de quem quer impulsionar a ação; é estilo de “manifesto” de partido

(...). Costuma-se dizer que as normas de Maquiavel para a atividade política “são aplicadas, mas não são ditas”. [GRAMSCI, 1989; p.10]

Gramsci e De Grazia concordam que tal foi este o objetivo de Maquiavel: impulsionar o agir. Suas teorias foram expostas como revolta a tudo que ele julgava e condenava. Foi enfático e suas idéias não eram nada que os homens grandes não conhecessem, talvez foram úteis ao povo que ora estava contente com o governo, ora sofria com as injustiças e opressões. Se parece que seu pensamento foi apenas explanado, sem ter agido, enganam-se muitos pois somente o fato de ele ter ‘revelado’ como via os homens e a política, foi um motivo para incentivar a quem estivesse descontente com o governo a reagir. Gramsci complementa:

o maquiavelismo serviu para melhorar a técnica política tradicional dos grupos dirigentes conservadores, assim como a política da filosofia da práxis; isto não deve mascarar o seu caráter essencialmente revolucionário” [GRAMSCI, 1989; p.11 e 12].

Maquiavel foi revolucionário, segundo Gramsci. Talvez não no sentido que conhecemos de Revolução Francesa, Revolução Russa, tendo necessariamente que provocar a mudança, a transformação, mas no sentido de romper com as teorias antigas de sociedades e homens em harmonia, amando uns aos outros. Pode ter sido neste sentido que Gramsci enquadrou Maquiavel. Para ele, essa idéia do “maquiavélico” que há de pejorativa do filósofo, essa “forma polêmica é puro acidente literário” [GRAMSCI, 1989; p. 16].

Por fim o objetivo deste subcapítulo foi mostrar que a imagem pejorativa de Maquiavel existe, é bastante forte e prevalece nos

dicionários. Também conclui-se que a maioria dos autores o considera afastado desse conceito, uma vez que o termo foi criado posteriormente, estando vinculado a uma leitura descontextualizada da obra.

III: O encanto de Maquiavel

Maquiavel encanta por expressar o que talvez muitos sentiam com relação à política, porém eram calados pelo medo de tornar público as artimanhas do homem. Ao mesmo tempo em que espanta muitos que vêm em seu pensamento alguém que acreditava em um único meio de se obter sucesso: através de atitudes ilícitas, mas como já visto anteriormente não foi bem assim. Trataremos agora de um assunto específico em Maquiavel. O seu discurso que nada tem de utópico e sonhador, muito tem de realista, e por isso o seu encanto.

Escorel (1980) separou os elementos fundamentais do pensamento político de Maquiavel: o *utilitarismo*, onde Maquiavel propõe no Príncipe escrever coisas úteis; o *empirismo*, procurar a verdade efetiva das coisas; o *antiutopismo*, critica aos que imaginavam repúblicas e principados que nunca foram vistos nem conhecidos como realidade; o *realismo*, que vem a ser a diferença entre o modo como se vive e o modo como se deveria viver.

Escorel concluiu que o realismo analítico e indutivo de Maquiavel lançou as bases da ciência política moderna, afirmando que as observações de Maquiavel são bastante atuais, pois para ele a lei que regula as relações entre os estados é a luta, o choque de interesses, a ambição, onde cada estado deve estar preparado para se defender de seus vizinhos. É inútil

isolar-se dos objetivos de engrandecimento e buscar a paz, pois mais cedo ou mais tarde estarás fadado a essa realidade do poder. Caso não se insira neste meio onde todos estão no jogo “estarás abdicando do próprio direito de existir” [1980; p. 24]

Conclui que reconhecer essas verdades é ser profundamente realista “pois a utopia estaria no caso em acreditar que poderemos seguir vivendo indefinidamente no fio da navalha do equilíbrio do terror” [1980; p. 28]. A utopia remete ao ilusionismo, ao estático, ao não acontecer. O realismo remete à ação. Segundo Bath, Maquiavel tem uma visão totalmente aversa a de antigos filósofos onde,

a busca da *verità effettuale della cosa* é que distingue Maquiavel nos leva a afastá-lo de Morus, Erasmo e tantos outros pensadores, imersos na tradição platônica. É uma visão da política que é mais histórica, prática e psicológica do que institucional [BATH, 1980; p.11].

A visão de Maquiavel é voltada à prática, *práxis* política, onde o que vale é a experiência do que ele vivenciou e a partir daí obteve suas conclusões acerca desta ciência política. Conforme Escorel:

na sua obra inovadora, encontraremos um conhecimento minucioso e anatômico da natureza real da práxis política, concebida como uma técnica utilitária posta a serviço do ‘homo politicus’ e dos fins do Estado; mas este conhecimento prático deve ser complementado pela reflexão filosófica, sem a qual a política ficará reduzida a uma estéril luta pelo poder, destituída de finalidade ética e de grandeza histórica [ESCOREL, 1980; p.16].

Escorel firma-se bem nesta concepção que se tem sobre o realismo em Maquiavel, segue afirmando que “não há dúvida que o realismo de Maquiavel permanece como uma lição válida para a ciência política moderna.” [1980; p.18], assim ressalta que “Maquiavel foi um precursor do enfoque moderno” [*idem*] visto que, antes dele os fatos reais, bem como a análise das causas e conseqüências não eram utilizadas no campo do pensamento político e das idéias visionárias existentes.

Considerações finais

Após a análise detalhada da obra *O Príncipe*; da polêmica que existe em torno do filósofo através das expressões “maquiavélico” e “maquiavelismo”; e da análise do discurso realista de Maquiavel, juntamente com as interpretações da máxima “os fins justificam os meios” pode-se chegar a algumas conclusões plausíveis. Foi visto que o contexto da obra foi propício ao tipo de escrita que Maquiavel se deteve. A Itália passava por momentos conturbados, na política reinava grande instabilidade, na Igreja o descrédito por parte da população era cada vez maior. Com o movimento renascentista, a ordem clerical passou a ser questionada por vários ângulos. Teóricos intelectuais passaram a estudar a terra e descobriram teorias diferentes das ditas pela Igreja. Mas a dificuldade para superar isso e mudar o sistema de governo era grande.

As ideias maquiavelianas eram fortemente convictas de que o Estado deveria estar separado dos dogmas da Igreja, juntamente com a ética que não poderia estar atrelada à política, e isto não significa a introdução do mal, mas sim que dificilmente encontrar-se-á ética nesse ambiente político de poder e tantas divergências de interesses e

opiniões. Era necessário um príncipe novo que impusesse a sua honra, defendendo sua pátria e, para isso necessitava de uma boa base militar, hoje equivaleria a uma justiça eficiente e uma polícia fortificada; seu método de análise era baseado na experiência histórica, ligado à ciência de seu período; fundou-se na prática política, no empirismo para construir um pensamento inovador para época, rompendo com políticas utópicas, idealistas. Maquiavel centralizou suas idéias num político forte o suficiente para governar sua Itália, esse príncipe deveria possuir as qualidades boas, visto não poder possuí-las deve viver da aparência delas [como o fazem nossos políticos]; necessariamente escolher ser temido, pois se amado for por todos perderá o respeito, a credibilidade e se contaminará entre a maioria não tão boa; deve acima de tudo um governante zelar pela segurança e pelo bem de sua nação, de seu povo, esse não quer ser oprimido, em troca de proteção será fiel ao seu líder.

Maquiavel colocou o livre arbítrio como o que nos move a caminhos bons e maus. Que nós, seres humanos estamos condicionados a regras, e elas são por vezes cruéis. Muito mostrou na obra alguns exemplos. Mas o que vale são as suas escolhas, combinadas com a *virtú* e a *fortuna*. À primeira, resumimos nas qualidades, a segunda na oportunidade que todos temos ao menos uma vez de lutar por um mundo melhor. Não sejamos tão sonhadores, pois a raça humana é cruel com ela mesma, todavia, nem por isso Maquiavel desistiu de brigar por sua amada, a Itália. Foi isso que o moveu a refletir sobre as maldades do mundo. Apesar das grandes decepções, o que valeu foi não desistir de tornar Florença um lugar forte e vigoroso para viver, de tornar a Itália um país respeitado e amado por todos os cidadãos. Para isso a nação necessitava de um príncipe novo, destacado por Maquiavel.

O pensamento político de Maquiavel é complexo e algumas vezes confuso para quem o lê atentamente; é envolto a um linguajar típico da renascença italiana, mas é como se não fizesse quase quinhentos anos que ele escreveu, tamanha semelhança e atualidade de suas ideologias no mundo contemporâneo. Isso prova felizmente ou infelizmente que os homens, embora tenham mudado seus costumes, modo de vestir, relacionar, evoluir tecnologicamente, ainda continuam os mesmos em essência do período que originou o célebre *Príncipe* de Maquiavel. O fato de ele ter sido realista não significa que não sonhava com uma nação forte e unida, esplendorosa e feliz, pelo contrário ele se baseou na *verità effettuale della cosa* para buscar as respostas de suas inquietações. Ele optou por escrever o lado pérfido do ser humano, aquele lado que todos temos, manifestando-se mais em uns do que em outros, não deixando de crer num príncipe novo, a esperança de sua amada Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATH, Sérgio, SCOREL, Lauro; MOREIRA, Marcílio; FILHO, Alberto. *Maquiavel – um seminário na universidade de Brasília*. Brasília: Edunb, 1981.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das Formas de Governo na história do pensamento político*. Brasília: Edunb, 1980. pp. 73-84

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, volume 2. Brasília: Edunb, 1992. p. 738.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. pp. 37-40.

CHEVALLIER, Jean – Jacques. *As grandes obras políticas – de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1990. pp. 17-48.

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989. pp. 3-102.

LARRIVAILLE, Paul. *A vida cotidiana. A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. pp. 23-36.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe comentado por Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Hemus, 1977.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: LPM, 2007.

FOISNEAU, Luc. “De Maquiavel a Hobbes: eficácia e soberania no pensamento político moderno”. In: RENAUT, Alain (direção). *História da filosofia política 2 – Nascimento da modernidade*. Lisboa – Portugal: Piaget, 1999. pp. 169-197.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 134-159; pp. 201-210.

STRATHERN, Paul. *Maquiavel em 90 minutos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. Scipione: São Paulo, 1997.

WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1989. pp. 13-50.

REFERENCIAIS ELETRÔNICOS:

RIBEIRO, Renato Janine. *Um pensador da ética*. – artigo disponível em: <http://www.renatojanine.pro.br/FiloPol/pensador.html> acesso: setembro/2006.

BAGNO, Sandra. “*Maquiavélico*” versus “*Maquiaveliano*” na língua e nos dicionários monolíngües brasileiros. Itália; Universidade de Pádua. – artigo disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewPDFInterstitial/9278/9412 acesso: julho/2009

O NASCIMENTO DA HISTORIOGRAFIA RIO-GRANDENSE E A ÊNFASE NOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

Luiz Henrique Torres¹

RESUMO: O artigo analisa os fundamentos historiográficos do livro *Anais da Província de São Pedro* de José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Palavras-chave: Historiografia; Rio Grande do Sul; século XIX.

ABSTRACT: *The article discusses the fundamental historiography the book *Anais da Província de São Pedro* de José Feliciano Fernandes Pinheiro.*

Keywords: *historiography; Rio Grande do Sul; century XIX.*

O Rio Grande do Sul das duas primeiras décadas do século XIX, iniciava uma nova etapa em seu desenvolvimento histórico. Dos movimentos de integração econômica rudimentar fundadas no apressamento do gado da Vacaria del Mar desde as últimas décadas do século XVII, passando pelo surgimento das estâncias e distribuição de sesmarias a partir de 1732, no Rio Grande do Sul são lançados os alicerces justificadores do processo de povoamento sistemático, a partir da ocupação da Barra do Rio Grande em 1737, e a efetivação da matriz

1 Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História do Brasil (PUCRS). lht2@bol.com.br

estratégico militar no contexto do confronto entre luso-espanhóis pela posse da Bacia Platina Oriental. O processo militar e de expansão colonizatória luso-açoriana ocupa grande parte do século XVIII até o surgimento da economia charqueadora (a partir da década de 1780) que agregou valor ao gado até então exportado a pé para o mercado atravessador paulista. As últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX são de afirmação do espaço luso-brasileiro frente à geopolítica platina de expansão de fronteiras (num projeto derrotado em 1776 com a expulsão espanhola), mas que exigia dos governos um contínuo olhar para as fronteiras do oeste e sul rio-grandense.

Fazer historiografia na primeira metade do século XIX sem estar inserido na média e longa duração da dinâmica político-diplomática platina que gestou a formação histórica do Rio Grande do Sul seria no mínimo artificioso. Se somarmos que a historiografia europeia das primeiras décadas do século XIX tem forte ênfase nos acontecimentos políticos que decidem as fronteiras físicas e culturais daquele continente, temos mais uma variável explicativa para a instância do institucional e dos eventos curtos mas lineares terem tanta importância e influenciarem a historiografia brasileira neste período. Outra variável que sinaliza a inserção de uma produção intelectual é o lugar social do pesquisador: se o historiador tem atuante participação na esfera político-administrativa como gestor público e agente político, num período de ideários políticos liberais e conservadores exacerbados, a vida política poderá ser a essência de sua construção textual.

A contextualização do parágrafo anterior remete ao estudo historiográfico de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, que foi o autor da primeira publicação fundada em pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, persistindo ao longo do tempo como

uma obra de referência para o estudo da história rio-grandense. O livro que lhe deu renome foi inicialmente titulado de *Anais da Capitania de São Pedro*, publicado o primeiro volume em 1819 e o segundo em 1822. A segunda edição do livro, com os dois volumes, foi revisada pelo autor e editada em Paris em 1839. Chamou-se *Anais da Província de São Pedro*. Escrito na transição da Colônia para o Império no Brasil, o livro encontrou sua difusão no período imperial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Segundo Aurélio Porto, responsável por uma esmerada apresentação à terceira edição dos *Anais*, coube a José Feliciano Pinheiro o lugar de primeiro historiador do Rio Grande do Sul, pois até então “ninguém se aventurou a fazer obra de conjunto, somente se registrando pequenas crônicas e informes incompletos de acontecimentos contemporâneos dos autores” (PINHEIRO, 1946, xxiii).

Na apresentação à quinta edição, Décio Freitas considerou os *Anais* como o nascimento da historiografia sul-rio-grandense, pois Pinheiro se apresentava como um historiador na cabal acepção do termo, investigando, selecionando e interpretando documentos. Dessa forma, o autor dos *Anais* merece sem favor o título de “pai da historiografia gaúcha” (FREITAS, 1982, x). Décio Freitas acreditou que o comprometimento com uma visão de mundo ligada aos objetivos da monarquia estava relacionado com o lugar social que José Feliciano Pinheiro ocupou nos quadros do colonialismo português e posteriormente no Império brasileiro. Foi juiz, auditor, membro do Conselho Imperial, Ministro do Império, Senador, Presidente da Província de São Pedro. Também foi sócio-fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Esse lugar social é o elemento referencial

que compromete a insistente argumentação do autor em garantir a imparcialidade histórica de seus escritos. Conforme Marlene Medaglia Almeida, a vinculação de Pinheiro com a Coroa Portuguesa fez com que ele relatasse a história da conquista do território pelos portugueses e não a história da ocupação mais ampla: “se pretendesse fazê-lo, seu ponto de partida teriam sido as primeiras reduções jesuíticas do século XVII, ao invés das incursões lagunenses e paulistas do século XVIII” (FREITAS: 1982, x).

José Feliciano Pinheiro escreveu o seu livro quando os conflitos com o Prata persistiam, com a intervenção do Brasil na Cisplatina. Esses fatores de ordem política e militar muito influenciaram a análise da formação histórica rio-grandense, levando-o a realizar uma história da conquista lusitana. Para Pinheiro, o Rio da Prata deveria ter sido “nossa natural barreira invariável, se fosse desde logo cimentada por estabelecimentos nacionais” (PINHEIRO, 1946, 10), referindo-se à Colônia do Sacramento e à possibilidade de Portugal ter estendido sua soberania até o Prata. Em relação à tomada de Sacramento pelos espanhóis e sua posterior restituição aos portugueses, o autor assumia uma postura pessoal de engajamento à expansão lusitana no Prata, ao afirmar que “nós a recuperamos pelo Tratado de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715” (FREITAS, 1982, 15). O “nós” indica o comprometimento com o projeto colonial português, embora Pinheiro almejasse uma narrativa isenta de partidarismos, centrando nos eventos políticos e militares o seu estudo, e buscando a reconstituição cronológica dos acontecimentos. Através do recurso à documentação inédita a que teve acesso, temas ligados à ocupação e conquista luso-brasileira foram estudados com novos dados documentais, como é o caso da Revolta dos Dragões de 1742 (ALVES, 1985, 34-48), sempre privilegiando as autoridades civis

e os militares envolvidos na conquista do Rio Grande do Sul, partindo de uma perspectiva épica. Pinheiro publicou ao final do livro uma série de “documentos justificativos” pesquisados na Biblioteca Nacional e Imperial do Rio de Janeiro, no livro primeiro do registro da Câmara da Vila da Laguna, além de ter pesquisado no Arquivo da Câmara de Porto Alegre, Secretaria do Estado dos Negócios do Império, Arquivo da Junta da Real Fazenda (Rio Grande do Sul), entre outros. Nesses lugares, pesquisou ofícios de autoridades, cartas régias, editais, representações. O autor utiliza ao longo do livro notas justificando suas assertivas com base em documentos ou em outros autores. Cita vários livros que situam o contexto platino e o Paraguai: *History of Brazil*, de Roberto Southey; *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita; *Primeira crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do Padre Simão de Vasconcelos; *Corografia Brasilica*, do Padre Manuel Aires de Casal; *Voyages dans l’Amérique méridionale*, de Félix de Azara; e dezenas de outros livros editados em sua maioria no século XVIII.

Sem recorrer a posturas deterministas, Pinheiro fez no primeiro capítulo do livro uma descrição geográfica da Província e chamou de Campos de Missões a área em que se localizavam Sete Povos. A fundação do presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro, presente no segundo capítulo, assinalou o início da história do Rio Grande do Sul, ignorando-se as populações indígenas e a presença de povoados missioneiros desde 1626. As Missões aparecem no terceiro capítulo, ao tratar da aplicação do Tratado de Madri e da resistência dos padres jesuítas às deliberações dos monarcas ibéricos. Elas foram analisadas como um fator de apreensão, devido à presença de religiosos que domesticaram milhares de indígenas segundo os interesses da

Companhia de Jesus. Aos jesuítas não bastou servir ao rei da Espanha, e sim criar o seu poder temporal à margem da monarquia. Para Pinheiro, os jesuítas “tiveram confusas idéias do tratado de limites, que acabava de ser estipulado com o maior segredo; valeram-se de todos os meios para sufocá-lo no berço” (PINHEIRO, 1946, 60), aliando-se o autor à condenação feita aos jesuítas no processo movido após a Guerra Guaranítica e a posterior expulsão da ordem do Brasil (1759) e da América (1768). A desobediência às cláusulas da transmigração dos Sete Povos prevista pelo Tratado de Madri foi considerada a comprovação de traição ao rei e a confirmação da existência de um poder paralelo: “Então, não conhecendo já barreiras à sua ambição, levavam-se de orgulho e temeridade de resistirem à força, aberta às nações portuguesa e espanhola, que marcharam a verificar as mútuas entregas estipuladas no Tratado de limites de 1750” (PINHEIRO, 1946, 191). O poder e a ambição da Companhia de Jesus levou à resistência às ordens régias, numa estratégia que fazia parte do dia-a-dia nas Missões, pois “ordinariamente eram ali empregados padres estrangeiros por isentos da natural afeição e aderência ao Rei e à nação espanhola”. A organização dos povoados baseava-se no Geral da Companhia e nos Provinciais “outros tantos vice-reis”, que legislavam “em todos os ramos da economia pública; como verdadeiro soberano, recebia sinais da vassalagem dessas províncias usurpadas” (PINHEIRO, 1946, 184).

A “usurpação” dessas províncias pertencentes ao rei de Espanha, para Pinheiro, estava fundamentada no plano jesuítico de isolamento desses povoados do contexto colonial: “Arteiros jubilados, conseguiram vedar a entrada das Missões aos próprios indivíduos da nação, com o simulado zelo de que não fossem perturbar ou corromper os inocentes costumes dos seus conversos”. Dessa forma, “subtraíram-se com

ardileza à vigilância das autoridades”. A “ardileza” aliada à cobiça, fundada nos dividendos da exploração do trabalho guarani, levou a esse enfrentamento com o poder real:

Avaliam uns que a venda anual de todos os produtos da agricultura e indústria lhes fundia um interesse líquido de cem mil pesos fortes; outros avançam a um milhão deles; dos quais, deduzidas três parcelas, diminutas em comparação, para o tributo ou capitação, para o adorno e manutenção das igrejas, para o socorro dos índios necessitados, o restante era cambiado pelos seus procuradores gerais de seis em seis anos para o seu padre geral em Roma a título de gastos comuns e urgências da Companhia. Tais monopólios e desmesurada cobiça provocaram enfim os raios do Vaticano e indispuseram contra eles os últimos Papas, desde Alexandre VII (PINHEIRO, 1946, 187).

De acordo com Pinheiro, antes de um perigo aos portugueses, as Missões constituíram um perigo ainda maior à Coroa Espanhola, pois não estavam enquadradas no sistema colonial. Os conhecimentos da organização político-administrativa espanhola e missioneira atualmente diferem desta conclusão (KERN, 1982). O autor afirmou que o enfrentamento entre os guaranis e os exércitos luso e espanhol foi insuflado pelos padres. A leitura de diários da Guerra Guaranítica e “testemunhos oculares fidedignos” garantiram a Pinheiro que os índios “eram máquinas movidas pelos seus padres; que haviam tomado maravilhoso ascendente sobre eles”. A resistência dos jesuítas ao Tratado de Madri e o incitamento destes à rebelião dos indígenas teria levado ao enfrentamento de Caiboaté e aos trágicos resultados. “Ainda hoje o viandante sensível e bom contempla com horror essas planícies, onde iludidos, bisonhos e desarmados índios foram empenhados por destros conselheiros em desigual combate contra tropas aguerridas e

bem apetrechadas” (PINHEIRO, 1946, 67).

Os índios seriam vítimas da influência e domínio que os jesuítas impunham a eles, inclusive o cacique Nicolau Neenguiru foi um simples “bode expiatório” utilizado pela Companhia de Jesus. Neenguiru seria um simples autômato que só obrava pelas encobertas molas e impulsão dos jesuítas, é o mesmo acerca do qual estes regulares inventaram a fábula do Rei do Paraguai Nicolau I (MELIÁ, 1995, 63), com fins de se subtraírem à imputação de serem os verdadeiros autores da resistência dos índios (PINHEIRO, 1946, 66). Apesar de não citar a fonte, o comentário foi feito com base num livro publicado em 1756, *Histoire de Nicolas I roy du Paraguai et empereur des mamelus*. No contexto dos acontecimentos decorrentes da resistência guarani ao Tratado de Madri, esse pequeno livro mandado confeccionar pelo Marques de Pombal, serviu como difusor de denúncias de que os jesuítas haviam estabelecido um Estado dentro do Estado. Nicolau I é um personagem fictício, provavelmente baseado no cacique guarani Nicolau Neenguiru, que participou ativamente da guerra guaraníca.

A base econômica das Missões estava na exploração da mão-de-obra indígena, e do seu trabalho “se utilizaram os jesuítas para as extensíssimas plantações e colheitas de erva-mate, algodão, trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatas, ervilhas, favas, feijões, abóboras”, além das atividades ligadas à olaria, curtumes, criação de gado *vacum* e de cavalos, “tanta era a magnificência e abastança em que viviam estes regulares” (PINHEIRO, 1946, 72).

Pinheiro confessava-se “estrangeiro a toda espécie de partido, aferrado só à verdade e à boa fé da história”, buscando instruir-se sobre os “pró e contra que se tem dito desses estabelecimentos”. Fundamentando-se em apontamentos de Raynal em *Histoire philosophique et politique*

des établissements et du commerce des européens dans les deux indies, ele afirmou que os primeiros jesuítas fizeram os “selvagens” passarem de uma vida errante para o “estado social”, dotando-os de heroísmo cristão, perseverança, guiados pela orientação da “sociedade dos jesuítas”, que eclipsou por sua ação (MELIÁ, 1995, 63) as demais congregações religiosas. O problema esteve nos sucessores desses jesuítas do século XVII, que “tiveram vistas menos nobres e menos puras; lançaram o germe do domínio, e fundaram um sistema de ambição e de soberania sobre a destruição de todas as bases sociais e buscaram um aumento de fortuna e de poder”. Traíram a Corte de Madri e “com entusiasmos de independência os levaram, no fogo da rebelião, a combater com fanatismo e desigualdade contra tropas regulares e disciplinadas” (PINHEIRO, 1946, 192). As ousadas incursões de paulistas, os quais se embrenhavam nos sertões à caça de índios “como de feras para escravizarem”, era hábito em comum “com os espanhóis e com os mesmos jesuítas, seus decantados protetores”. Em defesa da ação dos escravistas paulistas, Pinheiro justificou a ação de apresamento, afinal não era anacrônica a atividade de caça e venda dos índios “quando não há três séculos, que na Europa se julgava haver o direito de vida e morte sobre os prisioneiros feitos em guerra?” (PINHEIRO, 1946, 181). Além disso, os paulistas serviam ao rei de Portugal, enquanto os jesuítas, inclusive os sediados no Brasil, usufruíam do trabalho indígena para proveito da Companhia. Para o autor, a atividade de apresamento de índios foi um desdobramento natural da busca de mão-de-obra, sem maiores preocupações humanitárias. A bibliografia especializada indica que a caça aos índios configura uma guerra justa que a própria legislação indigenista previa desde o século XVI (TORRES, 1993, 57-72).

Os padres foram “cimentando furtivamente um domínio” que

reuniu “mais de cem mil almas debaixo do governo teocrático”. Nesse “governo teocrático” havia um rígido controle dos índios, em que “as transgressões se puniam com jejuns, orações, cárcere e algumas flagelações e extermínio”, e o culpado “se acusava ele mesmo aos pés do magistrado e recebia os castigos com ações de graças; no fundo dos sertões da América parecia, enfim, realizada essa república ideada por Platão e Tomas Morus”. Não é de estranhar, segundo Pinheiro, que os jesuítas depois de sua expulsão não tenham deixado saudades nos indígenas:

Nem ao menos lograram a consolação de serem tão chorados como se esperava, indiferença, que procedeu talvez do enojo em que os índios, ao que parecia bem afortunados, passavam tranqüilos e dóceis, mas não felizes, difícilimo em uma escravidão abjeta, cercados de terrores e de opiniões tristes, de obrigações inúteis, de macerações e de penosas privações; formando apenas confusas idéias do tanto quanto deviam aos cuidados dos seus instituidores, só conservavam o sentimento de despotismo, com que eram regidos; e proviria também da persuasão de ficarem pela expulsão deles libertos e nem por isso menos ditosos; toda a autoridade é mais ou menos odiada (PINHEIRO, 1946, 195).

Se as críticas à falência do projeto missionário deviam-se à traição oriunda do “estado teocrático jesuítico”, os índios foram reduzidos a “autômatos” guiados pelos padres. O índio missionário não despertou maiores interesses, porém os guaranis sobreviventes receberam algumas observações. É o caso da descrição das Missões, especificamente da habitação dos índios, onde se depreendem algumas posições sobre o “material humano” que foi apropriado pelos jesuítas. A habitação desses índios reduzia-se a um só aposento para toda a família: “nele dormem em redes ou macas e aí mesmo cozinham; o que, com o desalinho desta

gente, logo o tornam negro, imundo e asqueroso”. Observou também que “a preguiça é genial nestes índios, são vários, afeitos a novidade, sem o talento da invenção, mas fáceis para a imitação; as mulheres são de uma depravada incontinência, todos de uma moral relaxadíssima”. E concluía: “o índio, pela sua genial tendência ao ócio e à embriaguez, não era para ser abandonado a si próprio, cuidou desde logo o seu primeiro presidente em acorrer com medidas provisórias” (PINHEIRO, 1946, 201-204). Ou seja, conforme o autor, depois da escravidão dos bandeirantes e da exploração dos jesuítas, os índios entregavam-se à sua tendência natural que era o “ócio e a embriaguez”, exigindo uma ação das autoridades para controlá-los.

José Feliciano Pinheiro utilizou uma narrativa factual fundamentada em datas e acontecimentos que assinalavam a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul e temas correlatos. O uso de documentos, da bibliografia circulante sobre a Europa, o Brasil e as colônias espanholas nos séculos XVIII e XIX, era discutido ao longo dos pés-de-página, esboçando críticas a fontes jesuíticas.

São adaptáveis à primeira época os louvores (aos jesuítas) que lemos nas *Letras edificantes*, no tomo IX da edição de Paris, 1785; Durand, *Relations des insignes progrès de la religion chrétienne faits au Paraguay*, etc.; traduzida do latim em francês, Paris, 1638; Muratori, *Il cristianismo felice nesse missioni dei padri della Compagnia di Gesù nel Paraguay*, Venice, 1743; fiel transunto das relações e memórias, que lhe ministraram os próprios jesuítas; assim mais outras histórias, ou antes lendas, por eles escritas (PINHEIRO, 1946, 192).

Além dos documentos escritos obtidos em arquivos graças a sua posição administrativa, foram utilizadas fontes orais sem uma metodologia e várias citações em francês e latim voltadas a uma postura

erudita comum na bibliografia européia da época.

Mesmo com a insistente ênfase na neutralidade, todo o encaminhamento estava no sentido de legitimar a posse e o povoamento português, associando os espanhóis com os “inimigos” e os luso-brasileiros com os “nossos”. As fontes utilizadas para escrever sobre as Missões basearam-se num profundo antijesuitismo, centrando a experiência missioneira no “estado teocrático” que conspirava em favor próprio contra a monarquia espanhola, o que se evidenciou no Tratado de Madri, dando respaldo à expulsão da Companhia. A condenação aos jesuítas devia-se à ruptura do pacto de submissão à Monarquia e aos princípios de lealdade. Este foi o crime maior dos padres, pois a fidelidade ao Rei deveria ser prioritária. Dessa forma, as Missões não configuraram uma fronteira espanhola que teve um papel decisivo, por vezes, no próprio controle da Colônia do Sacramento, pois o autor ignorava o papel do exército guarani e não enfatizava a ação jesuítica em defesa do sistema colonial espanhol e em detrimento dos interesses lusitanos. Observa-se também, e isso importa enquanto reflexo na historiografia posterior aos *Anais da Província*, que será utilizada como referencial obrigatório de consulta, que Pinheiro desconheceu as duas fases das Missões (1626-1641 e 1682-1759), indicando que a ocupação foi ininterrupta, o que dificulta esclarecer uma série de especificidades do processo missioneiro. Por outro lado, corretamente associou a morte de Sepé Tiaraju a um confronto com uma patrulha espanhola antes do combate de Caiboaté, assunto que será distorcido por futuros autores (FLORES, 1983, 93-101). O desinteresse pelas populações indígenas e a argumentação sobre a naturalidade do escravismo dissociava essas populações de alguma forma de historicidade e somente se referia a elas, quando relacionadas com a história ibérica na América.

Apesar do uso de documentação e de bibliografia, a organização missioneira não despertou maiores indagações. O caráter épico da participação luso-brasileira, conduzia a uma narrativa patriótica e nacionalista, que transcorreu como capítulos de uma seqüência coerente de atos individuais e coletivos que levaram a delimitação do Rio Grande do Sul. Constata-se este enfoque na tomada dos povoados missioneiros em 1801, que foi interpretada como um “golpe de audácia de um punhado de homens, sem armas, sem apetrechos, nem munições, que foi preciso ganhar valorosamente aos próprios inimigos, anexou esta Província aos domínios portugueses” (PINHEIRO, 1946, 176). Conforme Moacyr Flores, o livro de Pinheiro é ordenado cronologicamente “numa técnica narrativa dos acontecimentos políticos, com exposições pormenorizadas de fatos militares e intrigas políticas. Suas informações merecem credibilidade porque são baseadas em documentos” (FLORES, 1989, 14).

Conforme o prefácio dos *Anais*:

“forçoso era que o autor, por um respeito devido ao público, e para passar escoimada da tacha de Romance provável, conforme dito picante de Voltaire, assaz criticado pelo severo Mably, transcrevesse fielmente no fim os documentos, as peças justificativas, que servirão de farol, atestavam os fatos, que eu coordenava e as quais interessarão ao leitor curioso, desta arte desempeçada de riquezas estranhas, correrá a narração com mais rapidez”.

Se o século XIX é o século da ciência, inclusive da ciência histórica que busca a sua emancipação da Literatura, a referência do autor ao “Romance provável” evoca esta ruptura narrativa e cientificista fundada na utilização de fontes que transcrevam “fielmente os documentos”. Os documentos são “peças justificativas” onde reside a verdade dos

acontecimentos que se confundem com a construção dos fatos históricos PESAVENTO, 1980). A argumentação de Pinheiro aproxima-se claramente da concepção de ciência histórica de Leopold von Ranke, o qual considera que o papel do historiador é “o de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa. Estas tendências, este trabalho de história, era visível no Estado e suas atividades – a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos” (REIS, 1995, 42).

Com esse livro, tiveram início os estudos do povoamento luso-brasileiro do Rio Grande do Sul, tendo como contraponto antagônico as intervenções platino-espanholas e a fronteira missioneira, onde os fatos políticos são preferenciais e devem ser embasados em documentos oficiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ALVES, Francisco das Neves. A revolta dos dragões na visão dos naufragos do Wager. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995, p. 34-48.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/ICHRS, 1983, p. 93-101.

_____. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FREITAS, Décio. Apresentação. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GUTFREIND, Ieda. Historiografia Sul-Rio-Grandense e o positivismo comtiano. In: *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Unisinos, vol. 30, nº 137, 1994, p. 69-78.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane. *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Asunción: CEPAG; Santo Ângelo: URI, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e ideologia In: DACANAL, J.H. (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PORTO, Aurélio. Apresentação. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REIS, José Carlos. A história metódica, dita positivista. *Pós-História*, Assis, UNESP, n. 3, p. 42, 1995.

SCHAFF, Adam. Duas concepções da ciência da História: o positivismo e o presentismo. In: *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 101-140.

TORRES, Luiz Henrique. Política indigenista e o processo histórico brasileiro. *Biblos*, Rio Grande, FURG/Departamento de Biblioteconomia e História, v. 5, 1993, (Edição especial), p. 57-72.

O VOTO FEMININO NA IMPRENSA RIO-GRANDINA.

Maria do Carmo Pinto Arana de Aguiar

RESUMO: No presente artigo propomos trazer a discussão e analisar a representação do movimento sufragista na imprensa rio-grandina através do Jornal Echo do Sul entre os anos de 1930 a 1934. O recorte temporal 1930-1934 se justifica por ser um período conturbado politicamente dentro da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, mas principalmente pelo acirramento das reivindicações pelo voto feminino até sua legalização na Constituição de 1934. O presente estudo se focaliza na cidade do Rio Grande onde ocorreram várias mudanças significativas na sociedade, devido a industrialização crescente que vinha ocasionando mudanças no cotidiano citadino. Essas mudanças foram sendo sentidas ainda nas primeiras décadas século XX, quando durante a Grande Guerra ocorreu a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. A industrialização e o contexto permeado pela guerra, forçou muitas mulheres a ingressarem rapidamente para o espaço público. Essa inserção nas fábricas acabou por acelerar a formação dos movimentos em prol dos direitos femininos. A maior participação das mulheres no ambiente público, antes negado a elas, colocou-as em evidência, ao mesmo tempo em que possibilitou a formação de organizações politizadas que vieram a reivindicar direitos políticos, como o voto.

Palavras chaves: sufrágio, imprensa, feminismo

Após a realização de nossa pesquisa anterior sobre Violência urbana contra mulher na cidade do Rio Grande no período de (1914 a 1934), percebemos a necessidade de continuar o nosso trabalho na área de gênero sob uma nova perspectiva. Apesar de trabalhar com a questão da cidadania das mulheres, não havia despertado o interesse para a questão do sufrágio. No entanto agora percebemos a importância do mesmo e como as duas pesquisas estão intimamente ligadas. Assim, propomos perceber as mudanças sociais dentro da sociedade através dos debates sobre os sufrágio feminino na imprensa rio-grandina, e da luta das mulheres pela aquisição de uma maior participação no mundo que ficava fora de seus lares, ou seja, a participação da mulher na esfera pública com o exercício do direito seu voto e consequentemente à cidadania.

Para, reconstruir a história das mulheres mais especificamente a conquista ao voto, será necessário recorrer ao discurso da imprensa, visto que para conseguir uma aproximação sobre o contexto de vida e luta das mulheres do período é possível através da leitura dos jornais, por estes constituírem como testemunhas daquela época, mesmo considerando seus falseamentos e interesses políticos-econômicos.

Através dos periódicos podemos desvendar o social, o político, o econômico e dentro de um período pré-determinando para estudo e os agentes participantes do processo social, ainda é possível percebermos seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história. Elencando a possibilidade de utilização deste veículo de comunicação para o enriquecimento do processo histórico.

Dessa forma, devemos notar primeiramente que a mudança na forma de pensar e perceber o discurso da imprensa como objeto para o estudo da história e a utilização desta como fonte, só ocorreu a partir dos questionamentos veiculados pelo movimento das Escola dos Annales ou posteriormente a chamada Nova História, quando ressurgiu o interesse por novas fontes de pesquisa e principalmente quando o historiador deixou de almejar a utópica imparcialidade em suas pesquisas.

Para Francisco das Neves Alves, o estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para o empreendimento da reconstrução histórica, que, por seu intermédio, pode se aproximar

das práticas políticas, econômicas, sociais e mesmo das correntes ideológicas dos diversos setores de uma determinada sociedade em acompanhamento sequencial e dinâmico. Em se tratando de pesquisas abordando a história política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências politico-ideológicas. (Alves, Francisco 2002:15-16)

Sendo assim para Sosa, a imprensa pode ser uma instituição pública e privada atua nos dois campos, enquanto empresa que enfrenta cotidianamente a concorrência, tentando de todas as formas vender seu produto, mas que por outro lado coloca no mercado uma mercadoria muito particular que é a mercadoria política, mesclando-se aí ao público e ao privado, os interesses dos cidadãos e os donos do jornal. As relações que aparecem na esfera privada não desaparecem na esfera pública. (SOSA, 2010, P98).

É dentro dessa mescla entre público e privado que vamos perceber a inserção da mulher através das notícias veiculadas pelos periódicos e perceber o movimento sufragista na cidade do Rio Grande a entrada da mulher no espaço público e sua participação no mesmo. No entanto não podemos deixar de destacar algumas outras lutas empregadas por mulheres em busca de uma maior participação no mundo público. Para isso trabalharemos a questão do feminismo e suas emblemáticas fundadoras. Sabendo é claro que se faz necessário trazer para discussão autores que trabalham ou já trabalharam detalhadamente com este tema, por entender que a busca pelo sufrágio feminino nasceu como segunda bandeira de luta para as mulheres que desejavam ser reconhecidas dentro da sociedade.

Para June Hahner (2003, pp114-115),

O primeiro passo para participação da mulher fora do seu lar, seria a participação nas escolas onde era reduzida a participação de meni-

nas nos bancos escolares e em número menor na educação superior. Esta foi a primeira bandeira ser levantada por um grupo de mulheres dentro do Brasil que acreditavam na sua capacidade e principalmente que somente através da educação feminina teriam seus direitos adquiridos. Esta luta se deve ao fato do elevado número de mulheres não alfabetizadas. Somente as meninas com melhores condições sociais e que obtinham a permissão dos pais para terem acesso a educação. (...) Em torno de 1870, algumas viam na educação superior uma maneira de as mulheres assumirem ocupações de maior prestígio. Como muitos homens da classe alta urbana, que buscavam reais manifestações de progressos, essas mulheres respondiam com vigor as novas ideias vindas do exterior e colocavam suas esperanças nas conquistas futuras.

Como vemos na citação acima, a luta das mulheres pela participação em outras esferas da vida pública era uma realidade desde o século XIX. Essas mulheres desejavam a sua maior participação e respeito dentro e fora dos seus lares, o direito a educação superior foi uma conquista mas estas desejavam algo mais o direito a ser uma cidadã ativa dentro da sociedade. Apagar a marca da mulher tediosa que foi feita somente para os ambientes reclusos, figura marcante no esteriótipo das mulheres da época. Na visão dos viajantes e dos próprios rio-grandinos a nossa sociedade era representada pelas famílias marcadas pela figura do pai imponente e mãe sem atitude, uma figura representativa da submissão.

Segundo Hahner (2003:38), aos viajantes estrangeiros a nossa sociedade brasileira era constituída na maioria das vezes por um marido autoritário, cercado de concubinas escravas, e que dominava os filhos e a sua mulher submissa.

Se a imagem da mulher era a de mãe protetora do lar e sob ela recaía a educação dos filhos esta teria então que ter uma educação abrangente que pudesse proporcionar aos seus filhos uma visão moderna para uma sociedade em crescimento.

Para o jurista cearense José Liberato Barroso acredita na preparação da mulher para a maternidade que era a primeira exigência da educação popular, por que as mães constituiriam a primeira fonte da felicidade

individual e da prosperidade pública. Argumenta que para o Brasil adquirir sua grandeza era necessário educar a infância e por consequência a mulher responsável pela transmissão desses preceitos. Formar a mãe de família, tanto intelectual quanto moralmente (Hahner,2003: 126).

Conforme discorreu Hahner, não apenas José Barroso, mas a sociedade via a mulher como aquela responsável pela família apenas. Não se acreditava na participação da mulher no âmbito da política, esta discussão era entendida como um tanto quanto prematura para a época. A mulher tinha o espaço dentro da sociedade de acordo com a finalidade que ela desempenha. E fazer parte da política estava longe de ser aceito pelos homens inclusive entre os mais esclarecidos que ainda viam o ambiente externo como fonte de degeneração a figura feminina. Segundo Hahner,

... quanto mais a mulher se afastava do papel doméstico, que tradicionalmente sempre lhe fora imposto, para exercer fora de casa atividades que nem todos consideravam extensões de encargos maternos, era cada vez mais obstinada a oposição masculina que encontravam. (...) E se alguns já desaprovavam as mulheres professoras e, até, médicas, a absoluta maioria considerava muito mais perturbadora a existências de advogadas e políticas (Hahner,2003,pág 154).

E dentro dessa dualidade de posicionamentos é que correrá, durante o século XIX e começo do século XX que a solidificação dos papéis dentro da sociedade entre espaço público e privado se configurou em relação as mulheres . Esta divisão de espaços instituiu que o homem faria parte da vida pública e a mulher do cuidado do lar, relegando essa a segundo plano. A mudança na forma de ver a figura da mulher apenas ocorrerá quando, através da história cultural, novos grupos antes excluídos dos grupos de estudos passam então a fazer parte do imaginário, a busca nos detalhes para podermos representar uma sociedade. Para Touraine,

Ao participar cada vez mais da vida pública, ao se tornar participante e uma atriz, as mulheres reivindicaram um reconhecimento de sua individualidade e de sua identidade enquanto mulher sujeito. A mulher

não está mais confinada num reino escondido e protegido, a vida privada do suas casas e família, mas agora se torna pública e plena de direitos e deveres (apud, Hahner,, 2003).

Joahn Scott afirmou, que a Primeira Guerra Mundial foi um marco para as mudanças dos costumes e relações no mercado de trabalho. Nesse período no qual os homens foram chamados a participar da guerra, as mulheres, conhecidas como sexo frágil, ingressaram de forma mais enfática no mundo do trabalho e passaram a fazer parte de ambientes antes exclusivamente masculinos. Seu ingresso nas fábricas de forma mais rotineira e permanente retiraram-nas do espaço privado e lançaram-nas no universo público, até então masculino, ou seja, no ambiente da rua e das reivindicações políticas. Estas mudanças não ocorreram de forma isolada, a presença das mulheres nas fábricas se espalhou por todo o nosso país.

Dessa forma, em meio à modernização acelerada vivida no século XX, a sociedade também viu surgir uma nova mulher, cansada de ser relegada até então ao recolhimento do seu lar, que saiu às ruas para lutar pelo direito de ser cidadã. Mesmo participando algumas vezes do rendimento familiar no caso das menos abastadas, elas atuavam em profissões como professoras, empregadas domésticas entre outras. Esta mulher inserida no mundo do trabalho não busca a competição ou a criação de uma nova identidade ela apenas busca o seu direito de ser reconhecida dentro da esfera pública dominada ela figura masculina. O exercício de sua cidadania.

Para exercer a sua cidadania na forma plena da palavra seria necessário o reconhecimento dessa mulher dentro da esfera pública mais especificamente no mundo político, para adentrar nesse mundo foram necessárias algumas formas de manifestações realizadas por grupos de mulheres na maioria das vezes de classes mais favorecidas filhas de pais intelectuais que acreditavam a na educação como forma de conhecimento e por isso ingressavam suas filhas nas escolas e algumas universidades no exterior. Essa mulheres em contato com idéias menos conservadoras ou mais politizadas, começam movimentos de reconhecimento da

mulher como sujeito ativo no exercício de sua cidadania, alguns dando início ao movimento feminista.

Para Pitnganguy e Alves é difícil estabelecer uma definição precisa do feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tens raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos e medos e alegrias.

As mesmas autoras ainda colocam que o movimento feminista ressurgue em momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam apenas ao econômico. Saindo assim da escuridão, que são os movimentos das minorias étnicas. O feminismo procurou em sua prática em quanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, sendo assim não se organiza de forma centralizada, e sim pela auto-organização das mulheres e suas múltiplas frentes.

Essas autoras ainda acrescentam que esse movimento de inclusão da mulher apontam que o século XIX se caracterizou por duas frentes de luta operariado, a saber, a luta por melhores condições de trabalho e aluta pelos direitos de cidadania, aí incluída a reivindicação do direito de votar e ser votada, sem o critério censitário. Desse modo, o sufrágio universal surge no final do século XIX, mas não incluía o sufrágio feminino, esta foi uma luta longa que abrangeu mulheres de todas as classes demandando enorme esforço e capacidade de organização e uma infinita paciência. As autoras destacam ainda que no caso do Brasil o movimento foi mais tardio somente em 1910 com a fundação do Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Daltro no Rio de Janeiro. E que este século teria sido promissor para a libertação das mulheres, pois é dentro dele que as mulheres estão mais presentes dentro da sociedade.

É a busca pela sua autonomia, o seu direito de ser cidadã, foi a segunda bandeira levantada pelas mulheres, pois o primeiro momento o que se desejava era o direito a educação. Mas a conquista pelo ato de ser uma cidadã apenas foi adquirida durante o governo Vargas, que estava preocupado em incluir novos atores na vida pública e quebrar barreiras do antigo regime. Segundo Mônica, Vargas ao assumir a chefia do

governo Provisório, designou pelo decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitoral. Com o novo código eleitoral, todo o sistema eleitoral foi reformulado e a inserção feminina foi aprovada. ao tentar trazer o Brasil para os novos tempos deu impulso ao anseio de expandir o direito de voto, retirando todas as restrições para que um número maior de pessoas pudesse exercê-lo e assim participar do cenário público. Percebe-se então que no código eleitoral de 1932, tinha como pretensão aumentar o número de eleitores e uma saída era a extensão do voto a camada feminina da população, que se encontrava atuando em diversos setores da sociedade, como secretarias, professoras, médicas, biólogas e advogadas.

O feminismo enquanto movimento político organizado e não como indícios de pensamento e reivindicações isoladas, teve o seu momento histórico marcado pela conquista das mulheres de alguns direitos políticos. No entanto a mulher somente passou a ser considerada com o código eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, o qual instituiu voto obrigatório para homens maiores de 21 anos e facultativo para as mulheres, somente para aquelas que exerciam cargos públicos, viúvas e algumas mulheres com permissão dos seus maridos. Este fato significa que abrangia um número muito pequeno de mulheres votantes dentro do referido período. Esse pequeno direito delegado a um número reduzido de mulheres votantes serviu como combustível para a organização de movimentos sufragistas, que reivindicavam o direito feminino ao voto e a participação política.

Outro fator que contribuiu para afirmação de um movimento feminista foi a consolidação do sistema capitalista que trouxe mudanças significativas tanto para o processo produtivo quanto para organização do trabalho inserindo a mão de obra feminina. Após então a inserção da mulher no trabalho através da industrialização que ocorreu de forma desordenada especialmente dentro do nosso município, impulsionado principalmente pela primeira guerra mundial, quando dentro da cidade do Rio Grande ocorre a instalação de várias fábricas de conservas e frigoríficos, criando um bolsão habitacional em torno e expondo as mulheres mais pobres ao trabalho dentro e fora do seu lar. Além da par-

ticipação da mulher nas instituições escolares e busca dessa mesma por uma outra forma de reconhecimento enquanto cidadã, levando assim a luta pelo sufrágio feminino.

Para Alves e Pitanguy :

O século XIX se caracterizou por duas frentes de luta do operariado e aluta por melhores condições de trabalho, e aluta pelo direitos a cidadania, O sugfragio universal foi uma das principais conquistas do s homensda classe trabalhadora no final do sécul,o passado, conquistada e consolidada depois de muita luta, por reformas legislativas que eliminaram o voto qualificado por renda.

Porém essa conquista não foi estendida as mulheres que empregaram então uma luta solitária em busca do direito de exercício da cidadania no sentido pleno da palavra , luta essa que dentro do Brasil ocorreu de forma incansável durante 40 anos contando a partir da constituição de 1891. Luta esta que ocorreu de forma diferenciada do outros países, por não apresentar um movimento de massas era um movimento liderado por senhoras da sociedade como a professora Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino no rio de Janeiro tendo como meta trazer a roda o debate sobre o voto feminino no Congresso Nacional. Esse partido merece desue uma vez que era um partido político composta por pessoas não exercendo o seu direito a cidadania no caso o voto universal. Outro fato que marca aluta das mulheres brasileiras ao direito ao voto ocorreu no ano de 1919 quando Bertha Lutz fundou a Liga pela emancipação Intelectual da mulher mais tarde conhecida como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sendo esta organização que levava em frente a luta pela conquista do voto feminino no Brasil.

Para Celi Pinto nos tivemos um sufragismo a brasileira, e dividido em três vertentes, sendo que a primeira delas lideradas por Bertha Lutz nas primeiras décadas do século XX segundo a autora a mais bem organizada e forte, que tinha como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, no entanto a uta pela inclusão não apresentava alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, sem mexer com a posição do homem. Na visão da autora essa é a face bem comportada

do feminismo brasileiro. A segunda vertente trata do feminismo expresso nas manifestações da imprensa feminina alternativa. Onde mulheres cultas, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas defendem a educação da mulher, a dominação dos homens e o interesse dos mesmos em deixar a mulher fora do mundo público, onde através do seus textos as autoras exploram textos sobre as questões do divórcio e sexualidade, esta seria um vertente menos comportada do feminismo. A terceira e última então no parecer da autora, se manifesta no movimento anarquista e após no Partido Comunista. Tratando-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais ligadas aos movimentos de esquerda que defendem a libertação da mulher de forma mais radical, sendo sua grande defensora Maria Lacerda de Moura, que encabeça o movimento feminista menos comportado.

Através dos escritos de Céli Regina Pinto, muitas mulheres recorreram ao seu direito de alistamento como leitoras sem serem filiadas a FBPF. Eram apenas mulheres que desejavam exercer o seu direito, e sendo destaque nessa luta em seus estados.

Sabemos pois que é através do ato de votar que as mulheres então deixam de fazerem parte do universo feminino do seu lar, adentram também o ambiente masculino, claro que ainda não da maneira desejada por muitas bem como sem a conscientização da maioria das mulheres sobre a importância da sua participação política. Pois o fato demonstra algumas mudanças na sociedade, mas não significa aceitação do sufrágio feminino pelos homens era em algumas vezes nem mesmo por parte de algumas mulheres.

Ainda que o palco para as discussões sobre o voto feminino fossem mais acirradas e mais discutidas nas capitais como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dentro do rio Grande do Sul estas questões também eram temas de debates dentro da sociedade como indica Karawejczyk em seu artigo a participação feminina no pleito eleitoral de 1933, onde a autora coloca que a discussão ocorria nas páginas do Correo do Povo, jornal de grande circulação na capital Porto alegreense.

Dentro da cidade do cidade do Rio Grande, pelo fato de ser um cidade portuária possuindo então um espaço proficuo para circulação

de debates polêmicos , apresentou também matérias em seu jornal de maior circulação no nosso caso o Echo do Sul, por acreditar que esse jornal dentro do referido período que foi analisado ser o que possui uma maior aceitabilidade por parte da sociedade e também por possuir um acervo mais completo.

Através das leituras dos jornais percebemos que a imprensa revela muito do cotidiano da vida da nossa cidade, trazendo assunto pertinentes a comunidade leitora de forma que fiquem bem informados sobre os acontecimentos citadinos bem como aos acontecimentos vindos de outros estados brasileiros e assuntos de fora do país. Percebe-se então que ao comprar o Jornal Echo do sul o leitor encontrará o que precisa para ficar bem informado sobre assuntos os mais variados. Bem e as mulheres dentro dessas páginas e quais as informações destinadas as mesmas e de forma elas participação de toda movimentação que ocorre dentro do ambiente da cidade.

Artigos relacionados a temáticas femininas geralmente são direcionados ainda a imagem da mão como provedora da ordem e moral do lar. Podemos perceber vários conselhos de boa conduta destinados tanto as esposas, mães como as moças pretensas ao casamento, podemos dizer que o jornal se utilizava das suas páginas para criar uma representação da imagem ideal da mulher do século XX que ainda estava muito atrelada a imagem da mulher do século XIX. Geralmente as páginas destinadas a colunas relacionadas a mulher traziam anúncios de moda , poesias, anúncios de produtos de limpeza e higiene, cremes para manchas e espinhas, notas sociais e festas ligadas a religiosidade também muito presente na conduta feminina.

As mulheres que desejavam uma outra forma de reconhecimento que não aquela de mãe, anjo do lar, alma imaculada que deve ficar sobre o olhar primeiro do seu pai depois do marido, foram nas páginas da imprensa ridicularizadas , acusadas de quererem mudar a ordem natural dos acontecimentos pois a mulher teria sido criada por Deus depois da existência da figura masculina, sendo então a mulher submissa ao homem, tanto dentro quanto fora dos seus lares.

Percebe-se através das notícias veiculadas nos jornais que a te-

mática sobre o sufrágio era uma tensão e que o assunto era debatido com certo desprezo por esse novo sujeito social que deseja adentrar um espaço que até então era relegado a ele. As mulheres que desejaram o sufrágio foram contestadas muitas vezes pelos seus pares que não acreditavam na sua capacidade intelectual para decisões tão importantes como escolher os dirigentes governamentais. A notícia a seguir mostra um pouco a visão masculina com relação ao direito ao voto feminino.

Ponto de vista

Silvio Pierini

Mulher, sua etimologia e o voto

Hoje com o advento do feminismo, que pretende tirar as saias das mulheres para elas vestirem as calças esta na berra da imprensa, e dos livros e do parlamento a concessão ao voto a mulher.

Buscou-se o voto a mulher por que a constituinte autoriza. Imaginem o transtorno que se verificará nos compartimentos econômicos e políticos da nossa vida se a mulher brasileira sair do lar. (ECHO DO SUL,29/03/30)

Podemos perceber que a através dessa notícia a questão do não consentimento do voto feminino estava muito atrelada ao malefício que o mesmo traria para as famílias, o voto poderia induzir outros problemas como o divórcio que era considerado a maior doença ao bem estar das famílias. E que mesmo deveria ser muito bem pensado caso concedido, pois estaria mexendo com as representações sociais destinados aos homens e mulheres na sociedade. Este sentimento fica bem expresso quando o autor coloca que as mulheres desejam substituir as suas saias por calças estes símbolos tradicionais da vestimenta que diferenciava tão bem os sexos opostos.

Em outras podemos perceber o quanto a influência da mulher

como progenitora e zelosa pela moral e honra era invocada para persuadir o sexo masculino em decisões importantes para o destino do país. Nesse momento mostra-se que a mulher possui uma importância social mas a de manipular através de sua doçura o ímpeto masculino.

“Mulher gaúcha! Sejas tu mãe, esposa, uma noiva ou apenas conterrânea, não deixeis de lembrar a teu filho, esposo, irmão a hora que se aproxima exigindo-lhe o cumprimento do dever, nesta hora em que cuidamos da grandeza futura da nossa pátria”

Darcy Calafiori (Echo do

Sul,28/02/30)

Outra notícia que nos leva a perceber que o debate com relação ao movimento feminista era bem acirrado e causava um certo fervor dentro da cidade são as notas que trazem notícias de mulheres que estão cada vez mais galgando lugares até então de exclusividade masculina como na nota abaixo.

O feminismo continua avançando. A senhorinha Gabriella Coper Codoy recebeu um brevê de pilotagem vindo a ser aviadora brevitada neste paiz. (Echo do Sul, 01/08/30)

Estas são algumas das notícias e notas encontradas no início de nossa pesquisa no entanto as mesmas demonstram a resistência por parte da sociedade em aceitar a participação da mulher na esfera pública, e quanto a sua luta não foi diferente das de suas colegas de outros estados e cidades na busca pelo exercício de sua cidadania. Foi uma luta árdua que abriu as portas não somente para o seu reconhecimento enquanto cidadã, mas também enquanto atriz de uma história onde elas mesmas possam ser as protagonistas e escritoras escrevendo e reescrevendo as suas trajetórias. A imprensa dessa forma tornou-se hora aliada a luta feminina e por vezes a maior incentivadora da não legitimação do papel da mulher dentro da sociedade. Mas não podemos deixar de reconhecer a importância desse veículo de comunicação para trazer a tona os discursos de movimentos que muitas vezes não possuíam outra forma de repre-

sentação que não fosse através das páginas dos editoriais em circulação no nosso caso o Echo do Sul, bem como os posicionamentos contra ou a favor destes movimentos que tanto causavam desconforto para a sociedade da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Moreira Branca Pytanguí, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ALVES, Francisco, das Neves. O discurso político-partidário sul-riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895), Editora Furg, Rio Grande 2002.

HÄHNER, June E. A mulher no Brasil. Editora civilização brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1978.

MATOS, Júlia Silveira. CAMPOS, Derocina Alves, SCHIAVON, Carmem G Burgert. (orgs). História, Imprensa, discurso e representação: das revoltas republicanas ao golpe do Estado Novo. Pluscom editora, Rio Grande, 2010.

KARAWEJCZYK, Mônica. “O voto de saias” uma breve análise das imagens veiculadas na revista Globo (1930-1934). História, imagem e narrativas, nº3, ano 2 setembro de 2006, p26-56.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA PROTESTANTE E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.

Matheus Barros da Silva^{1}*

*Fernando Milani Marrera^{2**}*

RESUMO: O presente artigo terá como objetivo discorrer sobre a Reforma Protestante e quais foram suas implicações no âmbito do político, ou seja, como se deu a relação entre o reformador, Martinho Lutero e Roma, a cidade nada mais é aqui que a representação do poder eclesiástico e sua figura mor o Papa; o que se passou por trás desta disputa que a primeira vista poderia ser vista apenas como uma contenda religiosa, mas que, nela se encobre questões de disputas políticas e de poder. São estas problemáticas que nos orientaram neste estudo.

Palavras - chaves: Reforma, Lutero e Política.

ABSTRACT: *This article intends a discussion about Protestant Reformation and what and what were its implications in the political sphere, how was the relationship between the reformer, Martin Luther and Rome, the city here is the representation of ecclesiastical power and its major figure, the Pope; what happened to Behind this dispute which at first glance could be seen only as a religious fight, but in that controversy hides political and power issues. These questions will guide our study.*

1 *Acadêmico do Curso de História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande. Email: matheusbarros.dailva@gmail.com

2 **Acadêmico do Curso de História Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande. Email: fernando_lanceiros@yahoo.com.br

Keys – Word: *Reformation, Martin Luther, Politic.*

1) Introdução

Reforma³ é um destes termos que ao serem pronunciados, podemos dizer que invoca em nosso imaginário algo de rompimento, um fosso a ser estabelecido entre duas esferas que já não podem coexistir em um mesmo espaço, ou seja, nos traz a luz, a imagem de uma contradição, melhor dizendo um antagonismo. Por outro lado, o conceito de reforma mesmo que nos transmita aquele sentimento de ruptura, também nos traz a lume certa noção de continuidade, por exemplo, para que determinado sistema passe por uma reforma, o mesmo não é necessariamente destruído em sua essência, pode manter-se algumas características basilares e a partir destas se edificar um renovado edifício intelectual, ou como se propõe, um reformado edifício. Os processos que conduzem a certas mudanças ou reformas no interior de uma sociedade em muitos casos, para não dizer na totalidade deles, ocorrem em meio a disputas de grupos que se pretendem dominantes socialmente. Colocar uma idéia e um aparato ideológico em prática numa determinada sociedade é vencer no jogo político e sendo assim, espriar determinado conjunto de ideais pela mesma.

Desta maneira, o presente artigo terá como objetivo discorrer

3 Citando o termo reforma devemos manter em mente que queremos sempre remeter ao caso da Reforma Protestante e desta forma falamos de uma reforma no plano intelectual, das estruturas mentais.

sobre a Reforma Protestante⁴ e quais foram suas implicações no âmbito do político, ou seja, como se deu a relação entre o reformador, Martinho Lutero, e Roma. A cidade nada mais é aqui que a representação do poder eclesiástico e sua figura maior, o Papa; o que se passou por trás desta disputa que a primeira vista poderia ser apenas uma contenda religiosa, mas que, nela se encobrem questões de disputas políticas e de poder. São estas problemáticas que nos orientaram neste estudo.

Desenvolveremos nosso estudo em duas partes, esta divisão deve apenas ser vista como um recurso didático, pois os dois momentos abordados estão fortemente interligados, sendo assim, primeiramente discorreremos de como estava organizada a Igreja Católica em fins do Medievo em sua conjuntura política e seu momento de transição para a Idade Moderna, pois foi neste recorte temporal que surgiu o pensamento reformador; por fim, nos deteremos na reforma propriamente dita de Lutero e quais foram suas implicações no que tange ao governo pontifício.

2) Igreja e Mentalidades em fins do medievo e sua transição para Modernidade

A Igreja Católica da baixa idade média já era uma instituição totalmente consolidada, não mais lembrando os seus primeiros tempos quando a mesma ainda não passava de uma seita perseguida nos domínios do Império Romano. Ao fim do medievo e começos da modernidade o

4 Devido ao restrito espaço que temos para discorrer do tema e pela maior quantidade de fontes, nos deteremos na Reforma de Lutero, mas reconhecemos a importância de outros reformadores e suas respectivas realizações como, por exemplo, Calvino e Henrique VIII.

catolicismo era uma doutrina oficial e vigente por toda a Europa, aqueles que contestavam seus dogmas e seu poder quase sempre eram imputados a penas capitais. Assim, podemos dizer que a Igreja experimentou no medievo seu período de maior influência, poder e capacidade de intervenção na sociedade, pois as atividades e práticas da vida secular por mais triviais que se apresentassem eram regidas de acordo com o ritmo do calendário cristão⁵.

A vida cotidiana era toda impregnada por pequenos rituais católicos: fórmulas para benzer os alimentos que iam ser ingeridos, a água, as frutas, o óleo, o pão; rezas pedindo proteção contra as catástrofes, contra os perigos das viagens, dos animais selvagens, das pragas. Praticamente todas as formas de doença e loucura eram atribuídas a feitiços do diabo, e eram resolvidas por meio de exorcismos, sinais-da-cruz, água benta, preces, missas. Todas as manifestações culturais – pintura, música, literatura, escultura, arquitetura... – utilizavam elementos ligados ao sagrado (SEFFNER, 1993, P. 5).

O fenômeno responsável pela grande influência da Igreja no regramento da sociedade se deu justamente por uma característica da conjuntura política na Idade Média, ou seja, a descentralização do poder e a fraca concentração deste nas mãos dos reinos de então. Foi peculiar ao medievo que o poder secular estivesse fragmentado entre inúmeros senhores de terras os quais conhecemos como “senhores feudais”, não sendo um fenômeno coeso, pois desta maneira a Igreja soube aproveitar a situação para concentrar maior poder no seu entorno. Sendo assim, Roma e seu representante máximo, o Papa, se tornavam os elementos mais proeminentes no cenário político do período.

5 SEFFNER, Fernando. Da Reforma à Contra-Reforma: o cristianismo em crise. São Paulo: Atual, 1993. (P. 5).

É importante ressaltar que mesmo tendo a Igreja durante o medievo seu mais claro momento dominante para com a sociedade, a mesma também não foi um fenômeno uno, e estando envolvida em inúmeras disputas internas nas regiões as quais dominava e, mais importante ainda, entre as ordens mendicantes que surgiam para restaurar seu caráter primitivo de pobreza e ascetismo⁶. Este fenômeno ocorria hora a favor da estrutura eclesiástica crescente, hora negando-a em seu bojo, permitindo-se apenas uma vida de contemplação no interior de mosteiros. Essa tão criticada estrutura eclesiástica vinha se constituindo na medida em que Roma aumentava suas posses territoriais, com a doação de Constantino⁷, por exemplo, e na medida em que adquiria experiências administrativas que lhe permitiram ter ampla atuação na formação do império carolíngio. Esta foi a principal, se não a maior estratégia política utilizada pela Igreja para iniciar um processo que vinha se consolidando desde a idade média central, pois ao envolver-se com questões políticas e administrativas ela pôde criar um aparato cada vez mais poderoso que em plena Alta Idade Média possibilitou uma total submissão do estado em detrimento da Igreja.

A tentativa de criação de uma teocracia papal durante a idade média central foi o estopim para a estruturação de uma Igreja politicamente mais forte. Com a teoria do agostinianismo político ganhando força durante o século IX, afirmando a superioridade do poder espiritual sobre o temporal os bispos puderam iniciar um processo de regramento ao poder temporal, sendo responsáveis por zelar para que

6 Um claro exemplo foi a de São Bento que elaborou sua regra em 534 iniciando a ordem dos beneditinos que desempenhou um importante papel na evangelização de zonas rurais e áreas isoladas.

7 Sabemos hoje que este documento falsificado, não no sentido atual do termo, foi uma clara tentativa da Igreja medieval para firmar seu poder.

os reis não levassem seu povo para caminhos que conduzissem ao mal. Essa medida precipitada acabou por enfraquecer o poder monárquico mesmo sem intenção monástica, possibilitando uma maior autonomia da nobreza e conseqüentemente o surgimento de igrejas seculares regradas pelos proprietários das terras nas quais estava localizada, é o sistema de “igreja própria” como aponta Hilário Franco Junior⁸.

Interessada em retomar maior autonomia política e livrar a Igreja da mão dos leigos o surgimento da ordem cluniacense pode ser considerado a concretização dessa intenção ao considerarmos que ela foi criada com a intenção de se manter completamente livre do poder terreno ligando-se diretamente a Santa Sé romana. “O poder dos bispos, comprometidos com o mundo laico, ficava assim abalado e o papado fortalecido” (FRANCO JUNIOR, 2002. P.74).

Ora, o medievo nesse período ainda se encontrava largamente impregnado por crenças pagãs, pois a estrutura eclesiástica se ocupava largamente em ampliar seus poderes políticos enquanto a grande massa da população era evangelizada apenas por padres seculares que muitas vezes não seguiam os mesmos preceitos romanos. A ampliação do poder papal conseqüentemente servirá como aporte para que se crie uma unificação dogmática por parte da Igreja à medida que o papa tenta controlar sua estruturação.

Obviamente o poder exercido pela Igreja não foi sempre assimilado pela sociedade sem determinada resistência, pois foi neste momento que se fez surgir na Europa diversos movimentos que contestaram não a fé ou a existência do divino, mas ao contrário, as formas pelas quais a Igreja afirmava serem as únicas corretas de acesso a Deus, contestando

8 FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média, nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006. (P. 73).

também suas estruturas políticas. É claro que quando lidamos com o conceito de liberdade religiosa estamos tratando de uma categoria que se vincula com o modelo de pensamento contemporâneo, isto se diferencia indelevelmente do pensamento medieval, pois por conta da influência da Igreja Católica no pensamento dos homens do medievo não se permitia espaço para contestações. Aqueles que percorriam o caminho da contestação eram classificados pela instituição católica de hereges.⁹ Esses movimentos heréticos foram numerosos principalmente nos territórios da França e da atual Alemanha, não tinham o objetivo de negar a fé, mas construíram seus discursos com base na crítica do enriquecimento material da Igreja Católica e possuíam o desejo de uma participação mais intensa na vida religiosa, ou seja, uma relação mais próxima com o Divino, sem a necessidade de intercessores, esta ideia encontraremos mais tarde no luteranismo¹⁰.

O desejo por parte da comunidade leiga por uma participação maior nas questões de fé foi o propulsor para criação de grupos que seriam considerados heréticos, vamos aqui nos utilizar de alguns exemplos.

A heresia dos cátaros pode ser analisada como sendo a mais radical destas, pois foi ela uma concepção dualista de mundo, ou seja, teorizava que o mundo terreno onde vive o homem seria uma criação do mal. Um dos maiores ataques realizados a Igreja Católica por parte do catarismo foi acusar a Instituição eclesiástica de ser uma criação do mal, com o objetivo de escravizar o homem, essa ótica era observável na busca por poder e aumento de riquezas por parte da Igreja. Os cátaros

9 O termo heresia vem do vocábulo grego “haeresis”, este podemos traduzir por “escolha”, ou seja, uma escolha que destoe dos padrões vigentes e aceites dentro de um determinado grupo. Para uma melhor discussão a respeito ver: FALBEL, Nachman. Heresias medievais. São Paulo: Perspectiva, 1999.

10 MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. 5º Ed. São Paulo: Contexto, 2002. (P. 47).

tinham sua própria hierarquia eclesiástica¹¹.

Outra forma de pensamento herético que podemos citar de forma pontual e breve neste momento, é a heresia dos Valdenses, como diversas outras seitas, os valdenses emergem como uma forma de oposição a já criticada condição da Igreja Católica de então, ou seja, seu ostensivo luxo e riqueza. Pregavam assim à volta ao dias primitivos da igreja, quando os discípulos de Jesus abdicando de toda e qualquer forma de riqueza ou conforto, peregrinavam por terra na intenção de anunciar o evangelho.¹² Nesta doutrina herética podemos antever alguns pontos que mais tarde ganharão mais evidência e força justamente nas ideias de Lutero, ou seja, tradução do evangelho para línguas vulgares e também o incentivo de uma livre leitura destes textos como a grande fonte de verdade e salvação. Criada na segunda metade do século XII por Pedro Valdo, este movimento foi mais um que ao contestar o modo vigente de aproximação com o divino, sofreu suas duras perseguições por parte do poder papal¹³. Os excluídos assim acabaram por encontrar sua via própria de adoração a Deus, pregando o retorno ao primitivo cristianismo, tempo onde a Igreja foi pura e livre dos vícios de então, nesse jogo de confluências, entre heresias/Igreja oficial se deu origem a um dos maiores e mais atuantes braços da Igreja Católica, a Inquisição¹⁴.

Desta maneira, vemos que a partir do século XIV se dão os sinais do declínio daquela civilização do período, obviamente não podemos ver este momento como sendo unicamente uma ruptura de paradigma, mas

11 PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (P. 179).

12 Termo que vem do grego antigo, que significa “boa nova” ou “boa notícia”.

13 FALBEL, Nachman. *Heresias medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1999. (P. 60 – 62).

14 CORBIN, Alain. (org.). *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (P. 187 – 190).

antes, como um processo de transição, ou seja, processo que resultou na Modernidade. A Idade Moderna carregou consigo diversos elementos que haviam sido edificados no período anterior, como por exemplo: as cidades, universidades. Também podemos citar que os escritos da antiguidade clássica só foram conhecidos pelos modernos, pois, haviam sido resgatados e traduzidos pelos intelectuais da Idade Média. Estas são algumas das continuidades que se percebem entre ambos os períodos. Podemos observar neste momento uma quebra de paradigma entre o medievo e a sociedade moderna.

Enquanto que durante a Idade Média o pensamento se organizava em torno das questões ligadas ao religioso, onde a vida se pautava pelas decisões e dogmas impostos e criados a partir da Igreja Católica, vemos que na transição para modernidade este parâmetro é modificado. Esta nova mentalidade se guiava por certo distanciamento da religião, não falemos de ateísmo neste momento, mas antes, como se a sociedade começasse a antever uma separação entre aquilo que pertencia ao domínio do religioso e os aspectos que eram ligados ao mundo secular.¹⁵

Desta maneira, é a partir destes acontecimentos que o mundo ocidental de então culminou em um momento singular, qual seja, o Renascimento europeu. É neste local da história que veio a luz a Reforma Protestante de Lutero. Veremos assim, na segunda parte de nosso estudo justamente como se organizava este cenário histórico e como a reforma de Lutero se plasmou pelo mesmo e quais foram suas relações com o universo político e social de então.

15 PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (P. 210).

3) A reforma de Lutero e seus embates com Roma.

A Reforma Protestante se coloca no quadro histórico conhecido como Renascimento, este possuiu um caráter inovador em seu tempo, ou seja, foi um momento em que a civilização ocidental deu um salto em termos de cientificismo e pensamento intelectual, o surgimento da imprensa talvez seja o símbolo maior do poder de difusão de novas idéias, sendo assim de extrema importância quando relacionada com a Reforma Protestante, que possivelmente sem a palavra impressa teria sido restrita e sem divulgação, não tendo por conseqüência o mesmo êxito. Grandes conquistas e acontecimentos podem sintetizar o período:

O fenômeno do Renascimento reside tanto na pura diversidade de suas expressões como em caráter inovador. No espaço temporal de apenas uma geração, Leonardo da Vinci, Michelângelo e Rafael produziram suas obras-primas, Colombo descobriu o Novo Mundo, Lutero rebelou-se contra Igreja Católica, dando início à Reforma, e Copérnico apresentou a hipótese de um Universo heliocêntrico, inaugurando a Revolução Científica (Tarnas, 2003, 247).

É neste momento que o pensamento do individualismo toma lugar de relevo na mente dos modernos. O homem moderno se viu não mais como apenas um elemento diminuto diante de toda criação, percebeu seu valor e soube dialogar com ele, rompeu com a visão medieval que o minimizava diante da natureza, assim, no que tange à visão religiosa, este homem identificou que poderia estabelecer um relacionamento próprio com o Divino¹⁶. Este espírito de individualismo irá calar fundo no espírito do então monge e futuro reformador Martinho Lutero. Após brevemente

16 Tal conclusão pode ser explicada a partir da difusão da imprensa, pois este possibilitava àqueles que sabiam ler, criarem, produzirem suas próprias opiniões acerca do que liam.

termos percorrido sobre o cenário em que a Reforma Protestante veio a lume, nos caberá neste instante abordar seus aspectos, seu idealizador, e suas conseqüências.

É interessante notarmos que nesta sociedade transitória além do pensamento humanista, iremos encontrar uma atmosfera de pessimismo bastante perceptível que atesta o caráter religioso ainda presente no período. A Igreja Católica e acima de tudo a fé cristã ainda permaneceriam por séculos regendo a vida dos indivíduos em suas mais variadas formas, se constituindo na principal herança trazida do medievo. A perspectiva pessimista agravada pela peste, fome e guerras do período levou a uma intensa inquietação e, por conseguinte, uma adoração excessiva a morte e a podridão do corpo em sua fase final, a morte.

Os velhos costumes monásticos se tornariam insuficientes para atender as novas necessidades e a inquietude que se tornara atenuante quando um fiel não encontrava mais a resposta para sua aflição nas missas dominicais. Essas ainda eram realizadas em latim, o que ocasionava o não entendimento de boa parte da população que se tornou desejosa de maior participação nos cultos, buscando cada vez mais um refúgio no apego e devoção a Virgem Maria¹⁷. O culto dos santos ganhou assim no século XV e XVI um novo impulso que transformou as relações entre clero e seus fiéis. Assim como afirma Delumeau:

Eram disputadas suas relíquias; eram os padroeiros de inúmeras confrarias; suas imagens se multiplicavam quase lhes conferindo valor de talismãs. Bastava, era crença, ter olhado uma estátua ou imagem de São Cristóvão para escapar, pelo resto do dia, a um acidente mortal. São Roque era o grande patrono contra a peste. Santa

17 O culto a Virgem Maria ganha força no período conhecido como “baixa Idade Média”.

Apolina era invocada nas dores de dentes... Ia renascendo o politeísmo, particularmente por meio do culto dos quatorze santos auxiliares (Delumeau, 1989, P.65).

Nesse sentido a veneração das relíquias dos santos possibilitava uma maior prática de indulgências¹⁸ que aumentava com a crença de que estas formas garantiriam a paz eterna. Além disso, desde a Idade Média a Igreja se apoiava fortemente na sociedade rural e nas abadias locais para fortalecer uma forte hierarquia clerical que a tornaria poderosa e influente perante a sociedade. Contudo, no período o clero se encontrava em um longo processo de depreciação onde, na confusão e no caos da peste e das guerras não se distinguia mais o que era dito pela Igreja como correto, criando uma indistinção entre sacro e profano.

Hinos profanos eram entoados juntamente de hinos sacros, os leigos começaram a se revestir de cargos eclesiásticos, a hierarquia da Igreja ganhava um caráter mais parecido a de um principado e a ascensão das cidades e de uma burguesia nascente levaram por sua vez a uma confusão dos valores num período em que a Igreja católica começava a perder o seu poder expansionista e suas forças dominadoras em função de uma nova estrutura secular de estado. É claro que a religião não irá desaparecer das relações cotidianas e não deixará de regular as diversas camadas da sociedade, no entanto esta influência se mostra apenas ideológica, pois podemos afirmar que a reforma contribuiu para o fortalecimento de alguns estados numa prática de governo nascente

18 Remissão de uma pena ou de uma penitência pela Igreja, em nome de Deus. Ela impõe um sacrifício pessoal (e não apenas financeiro) e se baseia nos méritos acumulados de Cristo e dos santos através do tempo e do espaço na Igreja. Ver História do Cristianismo de Alain Corbin. Pg 452.

chamada absolutismo.¹⁹ O que podemos perceber com essa mudança estrutural é uma Igreja Católica completamente dividida, em parte secularizada e com fortes disputas internas entre os vários segmentos do clero. Todo esse abalo iniciado, principalmente pelo domínio laico nos campos clericais levou a inquietação presente no espírito dos fiéis a contestar as doutrinas da Igreja. Pelo que viemos trabalhando até aqui essas manifestações poderiam ter sido consideradas verdadeiras heresias e muitas realmente o foram²⁰, contudo muitas delas nasciam no seio da própria Igreja e criticavam acima de tudo não exclusivamente a indisciplina do clero, mas a concepção da missa como sacrifício, o celibato, os jejuns, ou seja, todo um corpo de ritos que julgavam não virem de Deus e sim serem meras invenções do homem. Doravante a figura do padre também perdia sua credibilidade mediante aos seus desvios de conduta e o sacerdócio universal²¹ passou a ser defendido com maior intensidade.

Frei Martinho Lutero surge no sentido de conceber uma nova roupagem as doutrinas eclesásticas e discutir uma nova questão para a salvação. Eis que se faz necessário que entendamos um pouco quem foi essa figura. Martinho Lutero é figura impar na constituição da história do cristianismo, é ele que vai dar início a todo o processo que hoje

19 Esse aspecto também é retomado na obra de Marcos Antônio Lopes. *Absolutismo: Política e Sociedade na Europa Moderna*. Editora Brasiliense, 1996. (P.57).

20 João Huss, reformador tchêco que criticou a autenticidade dos padres de sua época e se insurgiu contra o sistema da Igreja foi queimado e seus seguidores foram caçados. Como Delumeau coloca em sua obra, embora Huss criticasse a hierarquia clerical, João ainda não é considerado um reformador, pois ainda não defendia a justificação pela fé.

21 A pregação do Sacerdócio Universal encontra embasamento nas Sagradas Escrituras, mais pontualmente nas Palavras de Pedro, que nos diz: “Também vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual para serdes sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo.” 1 Pedro 2.5.

chamamos por Reforma Protestante. Nascido no ano de 1483 teve durante seus primeiros vinte e dois anos de vida um caminho secular, obteve sua formação em filosofia, sendo bacharel e licenciado nesta área.

Faz-se relevante lembrar que Lutero é um homem daquele tempo de transição da mentalidade medieval para modernidade e, portanto trás consigo certa carga de misticismo que encontramos no imaginário do período, sendo assim, sua conversão, ou melhor, sua afirmação de fé se deu em meio a um momento de medo, de desordem. “... *Em dois de julho de 1505, regressando sozinho de Masfeld a Efurt, foi surpreendido por violento temporal e fez este voto: “Santa Ana, se me auxiliares, tornar-me-ei monge...”* (DELUMEAU, 1989. P. 85)

O futuro reformador interpretou tal evento – o qual apenas chamaríamos de fenômeno natural - como sendo um chamado de Deus a sua vocação para clérigo, a partir de então seu caminho religioso terá como base a preocupação com a salvação da alma do homem. Lutero mesmo após sua conversão e durante sua vida monástica preocupou-se com a questão de como Deus julgava aqueles que seriam merecedores de sua glória. O frei se perguntava incessantemente como saber o que agradaria a Deus, como monge o próprio se via como o mais escrupuloso possível, obedecendo a todas as regras observantes.²² É por volta de 1516 que vive sua crise interna de espiritualidade, ou seja, uma mudança de consciência e escrúpulos que o fazia se sentir constantemente um pecador indigno do amor de Deus.

Lutero em resposta as suas inquietações buscava meios para sua salvação e se debruçou em obras occamistas de G. Biel onde se manteve dividido com questões contraditórias desse pensamento. Temos de um lado um homem que observa e age nos domínios da natureza podendo

22 DELUMEAU, Jean. Op. Cit. (86 – 87).

fugir através de sua ampla vontade dos pecados mortais sem o advento da graça, no entanto outro lado desse pensamento coloca um Deus insondável onde o pensamento humano não poderia prever suas ações. Lutero irá abandonar o pensamento occamista, no entanto irá manter a idéia de um Deus intransponível de caráter transcendental.²³

Nesse sentido o homem jamais estaria livre de seus pecados ao considerarmos a idéia de Lutero de que o mal já lhes é imputado desde seu nascimento, pois o pecado original teria marcado profundamente a alma dos indivíduos²⁴, no entanto a salvação não apenas vem pelas ações realizadas em vida onde o mal ainda permanece, mas pela fé que invoca a Deus em um profundo apelo do reconhecimento de seus pecados e desejo de libertação. Observamos nesse pensamento o pilar sustentador da doutrina de Lutero que é a justificação pela fé, o desejo e a iluminação interna colocará o indivíduo em contato direto com Deus sem o auxílio de sacramentos.

Foi a partir de tais questionamentos que o caminho para reforma de Lutero tomou seu rumo decisivo, o frei atacou veementemente as práticas da Igreja Católica, tais como, a distribuição de indulgências, que haviam sido usadas como justificativa na construção da Basílica de São Pedro, também ele, irá pregar o sacerdócio de todos fiéis, bastando-lhes ter fé. Quanto aos sacramentos preservava apenas dois, o batismo e a eucaristia, rejeitando também a idéia do purgatório onde chegava até mesmo a acusar o Papa Leão X, de Anticristo.

A data de 31 de outubro de 1517 é um ponto chave no percurso

23 Jean Delumeau em sua obra Nascimento e Afirmação da Reforma. Pioneira, 1989. Discorrerá melhor sobre esse pensamento na página 87.

24 Ainda em sua obra Delumeau nos trás fontes que indicam que esse caráter pessimista de Lutero teria vindo das tradições escolásticas de Pedro Lombardo no qual se convenceu de que "... o homem permanece pecador e indigno toda sua vida e, portanto incapaz de merecer a felicidade eterna."

da Reforma de Lutero, pois é o momento em que o reformador lança suas 95 teses que atacam a venda das indulgências, entre outros aspectos que Martinho julgava ser depreciativo da Igreja Católica.

Protestação:

Em primeiro lugar, protesto que absolutamente nada quero dizer ou sustentar senão o que é e pode ser sustentado primeiramente nas Sagradas Escrituras e a partir delas, depois em e a partir dos pais da Igreja aceitos e até agora conservados pela Igreja Romana, e, por fim, a partir dos cânones e dos decretais pontifícios (...)

Uma coisa acrescento e reivindico para mim conforme o direito da liberdade cristã: quero refutar ou aceitar, segundo meu arbítrio, as opiniões de São Tomás de Aquino e do B. Boaventura, ou de outros escolásticos ou canonistas que sejam meramente propostas, sem texto e sem prova. Farei isso de acordo com o conselho de Paulo: ‘Julgai todas as coisas, retende o que é bom’. (...) Creio que por meio desta minha protestação fica suficientemente claro que por certo posso errar, mas que não sou um herege, por mais que rujam e se desfaçam de raiva aqueles que pensam ou desejam outra coisa. (Lutero, fragmento do texto de abertura de suas 95 teses em 1517. Apud SEFFNER, Fernando. Da Reforma à Contra-Reforma: o cristianismo em crise. São Paulo: Atual, 1993. Página 35.)

Com este texto Lutero atacou a Igreja romana em sua autoridade e preponderância política e ideológica, que durante todo o medievo havia sido quase que um edifício inabalável. Das 95 teses do reformador podemos destacar algumas pontuais que no revelam este caráter limitador do poder papal e contestador das mesmas, bem como atribuído única e exclusiva autoridade à Deus:

Tese nº 6: O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetendo-a nos casos reservados para si. Se estes forem

desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.

Tese nº23: Sé que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele certamente só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.

Tese nº24: Por isso, a maior parte do povo esta sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

Tese nº32: Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.

Tese nº75: A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.²⁵

Neste momento está aberto o caminho sem volta que Lutero se encontrava, pois suas teses receberam um bom nível de aceitação e por conta disto Roma percebe enfim que o reformador se mostrava como sendo um perigo verdadeiro diante de suas pretensões de unidade da fé e da Igreja. O papa Leão X exige a convocação de Lutero até a sede pontifícia para que o reformador se retrate, Lutero sob a proteção de Frederico, Eleitor da Saxônia, não atende as ordens papais, mantendo se no caminho da ruptura.²⁶ Sobre este fato o historiador francês Pierre Chaunu nos esclarece da seguinte forma:

Lutero recusa-se a comparecer, solicita um juiz alemão e a proteção do seu príncipe. Outro erro de Roma são as pressões (louvores, ofertas de benefícios e ameaças

25 Estas são algumas das 95 teses de Martinho Lutero, as mesmas podem ser encontradas nas coleções de suas obras completas, (grifos nossos).

26 SEFFNER, Fernando. Op. Cit. (P.37).

veladas) exercidas sobre o eleitor de Saxônia, homem de piedade simples, tal com o demonstra a sua paixão pelas relíquias, mas digno e corajoso e que a pastoral evangélica de Lutero afecta profundamente. Em agosto, Lutero já não pode deter a polémica dos seus amigos (...). Roma exige a Cajetano e Lang, os seus legados, que lhe enteguem o culpado e também a destruição, se for necessário, da Saxônia. Lutero pensa que está perdido, que vai morrer. Com efeito, adivinha a resolução de Roma que acaba por o declarar herético.

Mas Lutero subestima a resolução do príncipe eleitor. Para Frederico, o Sábio, é uma questão de honra e de dignidade eleitoral alemã. Em setembro, a tendência muda. Roma apercebe-se de que a ameaça não é suficiente. Nem os agostinhos, nem Cajetano, nem se quer o príncipe eleitor, respondem as impaciências curiais. Em outubro, um recuo tático do campo romano permite o encontro de Augsburg entre Cajetano e Lutero, que tem lugar a pedido do eleitor, que toma todas as disposições a favor do Agostinho: peritos jurídicos... salvo-conduto imperial. Este encontro é um fracasso. Acontece demasiado tarde, instala-se a desconfiança, que se torna inultrapassável. Lutero que ser convencido, solicita a arbitragem imparcial de uma universidade alemã ou de Paris (Chaunu, 1993, P. 1993).

Desta maneira, podemos perceber que a reforma de Lutero deixa de vez o campo apenas no que se refere ao aspecto religioso e ganha terreno no âmbito sócio-político. À 15 de junho de 1520 é expedida pelo papa Leão X bula papal *Exurge Domine*, esta tratava de condenar grande parte das teses antes promulgadas por Martinho e convocava mais uma vez o reformador à Roma para declarar-se arrependido e negar suas posições teológicas, o não cumprimento destas ordens acarretaria para o monge a excomunhão. Lutero se posiciona mais uma vez firmemente ante as ordenações pontifícias e assim diz:

Passou-se o tempo de calar, chegou o tempo de falar, como diz Eclesiastes. De acordo com nosso propósito, reuni algumas propostas para melhoria do estamento cristão, para apresentá-las à nobreza cristã da nação alemã, caso Deus queira ajudar à sua Igreja através dos leigos, uma vez que o clero, a quem isto caberia com mais razão, se descuidou disso por completo (...). Com muita astúcia os romanistas se circundam de três muralhas, com que até agora se protegeram, de sorte que ninguém os pôde reformar, razão por que toda a cristandade decaiu terrivelmente. Em primeiro lugar: quando se os apertou com poder secular, determinaram e disseram que o poder secular não tem direito sobre eles, e sim o contrário: o eclesiástico estaria acima do secular. Segundo: quando se os quis censurar com base na Sagrada Escritura, eles objetaram dizendo que ninguém cabe interpretar a Escritura senão ao papa. Terceiro: quando ameaçados com um concílio, inventam que ninguém pode convocar um concílio senão o papa. Assim nos roubaram às ocultas as três varas, para poderem ficar impunes, e tomaram lugar na segura fortaleza destas três muralhas, para praticar toda sorte de vilanias e maldades que agora vemos (Seffener, 1993, P. 39 – 40).

É por essas atitudes que a três de janeiro de 1521, Lutero ira ser excomungado da Igreja através da bula *Decet Romanum Pontificem*. Fica difícil até certo ponto afirmarmos de maneira tácita que Lutero desejasse realmente o rompimento com Roma, antes, nos parece que sua atuação abriu possibilidades diante da combinação de todos os acontecimentos que haviam sido concretizados, ou seja, já era sem volta este rompimento, pois, Lutero se negava rigidamente a abjurar de qualquer das suas posições teológicas.²⁷

Um problema surge após esse acontecimento, Lutero sendo excomungado por heresia não sofreu o processo de Inquisição e não foi perseguido e levado à pena capital como os outros heresiarcas tais

27 CORBIN, Alain. (org). Op. Cit. (P. 278).

como João Huss. Talvez possamos encontrar uma justificativa plausível no fato da reforma de Lutero ter sido vista com olhares simpáticos por parte dos príncipes alemães que viram neste rompimento com Roma uma oportunidade de não mais se submeterem ao julgo financeiro da sede Pontifícia.²⁸ Além disso, como comentamos anteriormente a reforma proporcionou meios para a centralização do estado no sentido de que inibiu as pretensões expansionistas e acumuladoras de poder do papado. A reforma contribuiu ao fortalecer os poderes nacionais com a aceitação da subordinação pelo estado e das igrejas nacionais. O historiador Marcos Antonio Lopes trás esse fato como um beneficiador das pretensões políticas do período e do sentimento de insegurança dos séculos XVI e XVII que levaram a um maior sentimento de lealdade ao rei como figura defensora. Nesse sentido podemos entender o movimento reformista como um agente de grande importância no fortalecimento de monarquias tais como França e Inglaterra em oposição à centralização da Igreja, agora abalada, em detrimento de uma nova forma política de governo.²⁹

4) Conclusão

Por fim, as relações conflituosas entre a Igreja romana, representada pela figura do Papa, e o reformador Martinho Lutero se deram em um momento onde a estrutura eclesiástica estava fortemente abalada pelos acontecimentos de fins do medievo que a fizeram perder parte de seu poder político ao se iniciar um crescimento da estrutura do poder secular. Essa premissa aliada as novas idéias advindas do renascimento

28 SEFFNER, Fernando. Op. Cit. (P.41).

29 LOPES, Marcos Antônio. O absolutismo: política e sociedade na Europa moderna. Brasiliense: São Paulo, 1996. (P. 57- 59).

possibilitaram um pensamento contestador característico do período, pois devemos considerar que tentativas de reformas religiosas estiveram presente durante toda a história do cristianismo, no entanto essas reformas ocorriam no interior da Igreja e possibilitavam melhorias na construção de sua estrutura e na aplicação de seus sacramentos. Nesse sentido, Lutero representou a primeira e clara tentativa de negação e posteriormente modificação não só de alguns sacramentos, como de toda a estrutura eclesial vigente, atacando principalmente a figura do papa e seu poder.

Os ataques feitos a estrutura eclesial lhe trouxeram inúmeras conseqüências por parte da Igreja como, por exemplo, a excomunhão e a acusação de heresia. No entanto, o reformador não conheceu o mesmo fim que hereges de períodos anteriores, pois estava amplamente favorecido pelo governante da Saxônia, Frederico, o Sábio. Esse apoio concedido a Lutero demonstra um novo pensamento político que não mais se estruturava no entorno de uma submissão ao poder papal, mas sim nas novas estruturas de governo que ganhavam força no momento de então. Além disso, para os governantes locais, a adesão a Reforma lhes possibilitava uma independência financeira em relação a Roma, podendo assim estruturar melhor seus governos.

Portanto, a Reforma possibilitou uma quebra no pensamento religioso e político ao dividir parte da população e dos países europeus entre a Igreja Romana e as idéias reformadas que transformaram o cenário sócio-político da Europa dando vazão a novas formas contestatórias do pensamento religioso que abriram caminho para outros rompimentos com a Igreja Católica, dentre os quais podemos destacar o Calvinismo e o Anglicanismo.

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUNU, Pierre. O Tempo das Reformas 1250-1550. Vol II. Lisboa. Edições 70, 1993.

CORBIN, Alain. (org.). História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DELUMEAU, Jean. Nascimento e Afirmação da Reforma. São Paulo. Edusp / Pioneira, 1989.

FALBEL, Nachman. Heresias medievais. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FRANCO JUNIOR, Hilário. A Idade Média, nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LOPES, Marcos Antônio. O absolutismo: política e sociedade na Europa moderna. Brasiliense: São Paulo, 1996.

MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. 5º Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PERRY, Marvin. Civilização Ocidental: uma história concisa. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEFFNER, Fernando. Da Reforma à Contra-Reforma: o cristianismo em crise. São Paulo: Atual, 1993.

TARNAS, Richard. A Epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo. 6º ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

TRABALHISMO X TRABALHISMO: IDEIAS-FORÇA DA CAMPANHA DE FERNANDO FERRARI À VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1960)

Maura Bombardelli¹

RESUMO: O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi uma das principais agremiações políticas do Período Democrático de 1945 a 1964, assumindo papel destacado na proposição de políticas reformistas ao país, sobretudo a partir de meados dos anos 1950. Tal época coincide com a ascensão de João Goulart na liderança da sigla. No entanto, o avanço do reformismo programático do partido é concomitante à perda de um de seus expoentes, o então deputado federal Fernando Ferrari, que viria a fundar, em 1960, uma nova agremiação, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Surgia assim, uma legenda trabalhista concorrente à do PTB. Neste artigo buscaremos recompor o conjunto de ideias, as quais julgamos *ideias-força*, utilizadas pela fração ferrarista para legitimar-se diante dos eleitores nas eleições de 1960, quando Jango e Ferrari disputaram a Vice-Presidência da República. As fontes utilizadas foram o periódico *Correio do Povo* e dois livros escritos por Ferrari por ocasião da sua candidatura: *Mensagem Renovadora* (1960) e *Minha Campanha*

1 Graduada em Licenciatura em História pela UFRGS. Graduanda em Bacharelado em História pela UFRGS. Bolsista de iniciação científica (FAPERGS). E-mail: maubombardelli@hotmail.com.

(1961).

Palavras-chave: Fernando Ferrari, Partido Trabalhista Brasileiro, Movimento Trabalhista Renovador

Key words: Fernando Ferrari, Brazilian Labour Party, Renovating Labour Movement

INTRODUÇÃO

Que buscamos senhor presidente? Não se procurou dar até hoje um sentido ao trabalhismo.

Fernando Ferrari²

A atuação política de Fernando Ferrari perpassa o Período Democrático de 1945-1964. Em 1947, aos 26 anos, elegeu-se para a Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, e, de 1951 em diante, passou a ocupar mandatos legislativos federais. Durante a maior parte de sua carreira, integrou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla que, segundo Lucilia Delgado (1989) assumiu um papel destacado na proposição de políticas reformistas ao país, sobretudo a partir de meados dos anos 1950, época que coincide com a ascensão de Goulart no comando do partido.

No entanto, o momento de maior avanço do reformismo programático da sigla coincidiu com o afastamento de um dos seus expoentes, figura importante na elaboração de algumas de suas principais diretri-

2 Fala de Fernando Ferrari a João Goulart (CARONE, 1981: 125).

zes.³ *Personalismo, regionalização decisória*, ou mesmo *fidelidade ao seu pensamento* e luta por um *trabalhismo autêntico*, como preferiam seus defensores, afastaram Fernando Ferrari, deputado federal mais votado em 1958, e então líder de bancada na Câmara, da agremiação que ajudara a fundar. Ocorria o que Maria Celina D'Araújo (1996) chamou de “O Grande Cisma no PTB”, do qual se originou, em 1960, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), único novo partido criado desde os anos de transição do Estado Novo para o Período Democrático.

A fala de Ferrari a Jango, reproduzida acima, ajuda-nos a elucidar um dos motivos da cisão. A busca de um “sentido ao trabalhismo” foi uma das marcas da atuação de Ferrari. Na luta intrapartidária do PTB em fins dos anos 1950, havia a oposição entre os que procuravam aumentar a força do partido – o grupo majoritário liderado por Goulart – e os que denunciavam as manobras políticas necessárias a esse aumento de forças em detrimento da sua originalidade – o grupo ferrarista. Para estes, era preciso resgatar as ideias trabalhistas de Alberto Pasqualini, as quais, em sua opinião, estavam sendo desvirtuadas pelas alianças políticas de seu partido com os setores conservadores e por objetivos meramente eleitorais.

Tais divergências foram controladas internamente até a XI Convenção do PTB, instalada em 1º de maio de 1959, quando um grupo ligado a Fernando Ferrari tentou lançar seu nome para a candidatura à Vice-Presidência da República, mas não teve o respaldo do grupo maio-

3 Ferrari foi, por exemplo, um dos responsáveis pela elaboração de um programa mínimo de cunho trabalhista como requisito para aceitar a aliança entre João Goulart e Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955 (D'ARAÚJO, 1996: 107). Igualmente, o Plano de Ação Política – um roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes parlamentares petebistas no tocante às possíveis articulações do PTB com outros partidos, aprovado na XI Convenção Nacional do PTB – também foi elaborado, em sua maior parte, por Ferrari (D'ARAÚJO, 1996: 126).

ritário. O insucesso em conter a força janguista no PTB – que culminou com a negativa do PTB em aceitar a candidatura de Ferrari à Vice-Presidência – fez com que o deputado buscasse apoio externo ao partido – obtido no Partido Democrata Cristão (PDC) – e lançasse Movimento Trabalhista Renovador, transformado em partido político após as eleições presidenciais de 1960.

Nestas eleições, os candidatos Fernando Ferrari, pelo PDC, e João Goulart, pelo PTB, disputaram o voto dos eleitores para o cargo de Vice-Presidente da República. Em sua campanha, o dissidente trabalhista utilizou um conjunto de ideias que já vinham sendo forjadas na disputa interna do PTB. De acordo com a *teoria do campo político* de Pierre Bourdieu (1989), considera-se que a produção de ideias políticas consiste num elemento fundamental para a legitimação das disputas no campo, sendo duplamente determinada: quer pelas pressões internas do campo, quer pela necessidade de legitimação externa ao mesmo.

Conforme Bourdieu, a dimensão ideológica é um importante instrumento legitimador de disputas inerentes ao campo político. *Campo político*, conceito desenvolvido pelo autor, é entendido como campo de forças, e também como campo de lutas que têm o “objetivo de transformar a relação de forças que confere a este campo sua estrutura em determinado momento” (BOURDIEU, 1989: 164). Em sua definição,

o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais longe estiverem do local de produção (BOURDIEU, 1989: 164).

Para compreender as tomadas de posição política, programas, intervenções, discursos eleitorais etc., é importante não só conhecer as pressões dos laicos (a “base”) de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários, mas também o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo (BOURDIEU, 1989: 172). Esta luta que opõe os profissionais no campo político

assume pois a forma de um poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é, ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição do poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.) (BOURDIEU, 1989: 174).

Os agentes por excelência dessa luta seriam os partidos políticos. Para garantirem uma mobilização duradoura capaz de impor seus objetivos, eles precisam, por um lado, inculcar uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número de cidadãos possível e, por outro, conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. “A produção de idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número”, diz o autor (BOURDIEU, 1989: 175).

As ideias políticas serão sempre duplamente determinadas, quer pela luta interna no campo, quer pela necessidade da exteriorização desta luta, com vistas à conquista do poder (voto). A mesma estrutura que organiza o campo no seu conjunto, com os partidos políticos como agen-

tes por excelência, pode se reproduzir no seio dos partidos, em cada um de seus grupos, como seria o caso da fração ferrarista em relação ao PTB. As divisões colocadas em concorrência pelo poder naquele setor do campo – o partido em questão – seriam contrabalançadas “em diferentes graus, pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidas podem mobilizar fora do campo” (BOURDIEU, 1989: 183). O que, no caso aqui investigado, teve seu momento chave de disputa nas eleições para vice-presidente em 1960, quando o conjunto de ideias políticas foi apresentado aos cidadãos externos ao campo. É necessário salientar, pois, a importância atribuída por Bourdieu a esse processo. Para o autor, a “simples ‘corrente de ideias’, não se torna um movimento político senão quando as ideias são reconhecidas no exterior do círculo dos ‘profissionais’” (BOURDIEU, 1989: 183). Para o sociólogo, as *ideias-força* “têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro” (BOURDIEU, 1989: 186).

Com base nesses pressupostos teóricos, buscaremos, neste artigo, elucidar de que forma a fração ferrarista veiculou as divergências que tinha com seu grupo opositor no PTB, procurando transformá-las em *ideias-força* e visando, com isso, à conquista de votos junto aos eleitores nas eleições para a vice-presidência de 1960. Acreditamos que tal pleito é essencial para compreendermos a cisão ferrarista, pois se trata de um momento privilegiado para o debate de projetos que, por sua vez, são apresentados aos eleitores e postos em concorrência no campo político.⁴

4 Este artigo é parte integrante de um trabalho mais amplo intitulado “*Por um Trabalho Autêntico: A cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*” desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História na UFRGS.

As fontes utilizadas foram o jornal *Correio do Povo*, entre maio de 1959 e outubro de 1960 e dois livros publicados por Ferrari por ocasião de sua candidatura. O *Mensagem Renovadora* (1960) foi editado para ser vendido durante a campanha à Vice-Presidência da República em 1960 e oferece uma síntese de suas propostas de governo.⁵ Já o livro publicado após esse pleito, intitulado *Minha Campanha* (1961)⁶, contém artigos sobre momentos da disputa eleitoral, entrevistas e discursos e aborda o acontecimento a partir da memória de um dos seus protagonistas, ou seja, o próprio Fernando Ferrari.⁷ Foram consultados também materiais de divulgação⁸: panfletos e um livreto da Campanha das “Mãos Limpas”⁹.

O MTR “DE FERRARI” ENFRENTA O PTB “DE JANGO”

Quando veio ao Rio Grande do Sul para apoiar o também dissidente Loureiro da Silva em sua candidatura à prefeitura de Porto Alegre, Ferrari articulou, juntamente com outros petebistas, o Movimento Trabalhista Renovador, uma entidade cívico-apartidária que apoiaria

5 FERRARI, Fernando. *Mensagem Renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960.

6 FERRARI, Fernando. *Minha Campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.

7 Ferrari viria a se candidatar a governador do Rio Grande do Sul pelo MTR no ano seguinte, e o livro trazia a versão do deputado acerca do que acontecera até aquele momento entre ele e seu partido de origem.

8 Tanto os periódicos quanto o material de campanha encontram-se, respectivamente, no acervo de imprensa e no acervo de publicidade do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, ampanhaando a ampanhamateriais da campanha do Sul.

9 “Mãos Limpas” foi o *slogan* adotado na campanha de Fernando Ferrari. Deveria congregiar “todos os que fossem honestos”, aludindo ao seu combate à corrupção. ampanhaando a ampanhamateriais da campanha do Sul.

sua campanha. O *Correio do Povo* publicou, em 06 de novembro de 1959, *a pedido*, o manifesto que instituiu a criação do movimento: “Sob a liderança do pensamento político-social de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini e sob a legenda do Nacionalismo e da Austeridade, lançamos no Rio Grande ao Rio Grande do Sul e ao Brasil o Movimento Trabalhista Renovador”. O MTR apoiava os dissidentes trabalhistas de Porto Alegre, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, Esteio e São Leopoldo e pretendia se irradiar pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, seria comandado pelo deputado estadual petebista Jairo Brum.¹⁰

No dia da eleição de Porto Alegre, Ferrari regressou ao Rio de Janeiro, informando à reportagem do *Correio* que, naquele mesmo instante, estava autorizando o registro de sua candidatura pelo PDC. Perdedor na luta interna do partido, o dissidente disputaria com Jango nas urnas.¹¹

A análise dos discursos, manifestos, textos e propagandas elaborados pelo grupo ferrarista naquele contexto nos permitiram enumerar as principais *ideias-força* utilizadas pelo candidato nas eleições de 1960.

10 *Correio do Povo*, 06/11/1959, p. 16. Convém citarmos outros nomes ligados ao MTR: Manoel João Machado, candidato à vereança pelo PTB em Porto Alegre, era um dos coordenadores das campanhas de Ferrari; Clóvis Stenzel era membro da direção do MTR no Rio Grande do Sul e um dos coordenadores da campanha ferrarista no Estado; Carlos Bartolomé e Alexandre Andrés e Araújo Lima são citados por Ferrari (1961) como incansáveis colaboradores; o Economista Ernesto Walter Albrecht era o coordenador nacional da campanha pró-Fernando Ferrari. Dentre os apoiadores “ilustres” de sua campanha menciona o escritor Augusto de Lima, que se pronunciou a seu favor na cidade de Ouro Preto, e o folclorista Luiz da Câmara Cascudo, com quem se encontrou em Natal. Érico Veríssimo e Gilberto Freyre também manifestaram seu apoio a Ferrari, o que foi publicado em um *a pedido*. *Correio do Povo*, 02/10/1960, p. 13.

11 Além de Jango, concorreria naquele pleito o udenista Milton Campos. No entanto, é importante ressaltar que o foco da crítica ferrarista ao longo da “Campanha das Mãos Limpas” se concentrou sobre o PTB, a ponto de não tomarmos conhecimento de críticas a Milton Campos nas fontes consultadas.

Antes de caracterizá-las, cabe mencionar que um grande número de citações literais foi reproduzido, buscando uma maior aproximação com o tom de seus discursos.

1. Herança Vargasista

Getúlio era o obstáculo que – curioso! – ninguém, nem os mais renovadores, queriam afastar (FERRARI, 1961: 06).

Ao abordar as origens do PTB, Ferrari (1961: 02-03) afirma ser impossível separar Vargas da história trabalhista. Destaca a importância da Revolução de 30 e justifica a ditadura do Estado Novo: “eram inadapáveis os ideais da revolução ao tipo de estrutura democrática então vigente”. Ao término da Segunda Guerra Mundial, era necessário criar uma organização partidária para servir de esteio ao ditador, que recebeu a inspiração de setores conservadores e criou o PSD, elegendo-se senador por essa sigla, mas também fundou o PTB, tornando-se seu presidente de honra.

De acordo com Ferrari (1961: 01-02), como todas as agremiações que se formam da cúpula para as bases, não se livrou o PTB do impacto negativo de direções oficiais, às quais denomina “mercenárias”. Tais dirigentes, com raras exceções, procuraram administrar a nova agremiação tendo em vista objetivos meramente eleitorais, ou para conservar o poder. Não cuidaram de lhe dar organicidade nem programa definido. Esses erros de origem se constituíam nos grandes tropeços do partido, entregue “pelo costume e pelo vício ao personalismo e ao caudilhismo mais estreitos”.

Quando Vargas voltou ao poder, em 1951, já era possível perce-

ber de modo claro “a sua linha trabalhista partidária”. Caminhando para a esquerda, prometeu uma democracia social, melhorando e ampliando as leis trabalhistas e abrindo as portas da representação política para os operários. No entanto, para governar, fez-se necessária uma coalizão de partidos liberais e conservadores. Ao PTB coube somente a pasta do Trabalho, entregue a Jango. Segundo Ferrari (1961: 04), esse foi um momento de estagnação do partido, pois Jango era despreparado para o cargo de Ministro de Estado, e, “guiado pelas mãos extremistas, caminhou pela trilha perigosa das agitações sindicais”. Por seu despreparo, sua falta de programa, sua incapacidade de interpretar os fatos sociais, acabaria sendo destituído do cargo por Vargas.

Sobre a influencia do personalismo varguista no PTB, declarou o dissidente trabalhista: “Embora desinteressado em dar organicidade à grei, aparentemente omissos frente ao seu destino e, portanto, aos dissídios internos, era ele quem decidia sempre. Ninguém ousava contrariá-lo. Era o senhor dos julgamentos, o prolator das sentenças”. Grupos renovadores, como de Alberto Pasqualini ou Lúcio Bittencourt, encontravam os passos amarrados pelo “heliocentrismo do Presidente” (FERRARI, 1961: 05).

Todavia, apesar de identificar o caráter “pragmático” e personalista do ex-ditador, Ferrari não abriu mão do capital político do *getulis-*

mo, sobretudo no tocante à legislação social por ele implementada.¹² De acordo com Ferrari (1961: 05-06), com a morte do presidente, o partido poderia adotar dois caminhos: a mudança, com as reformulações estatutárias propostas por grupo renovadores, ou o continuísmo. Foi quando Goulart entrou de repente na arena e fez-se “herdeiro da carta que Getúlio” escreveu ao povo antes de se suicidar. Também se aproveitou do impacto do drama para se eleger vice-presidente, após assinar um pacto pessoal com JK.

Enquanto Jango optava por herdar o “personalismo” e o “caudilhismo”, Ferrari teria preferido o legado de transformação social iniciado por Vargas, o qual se comprometia em manter.¹³ Quando, em 1959, de-

12 Sobre a importância de Vargas na conformação do PTB, é importante o que afirma Angela de Castro Gomes (2007, 56-62). Segundo a autora, o PTB surgiu, claramente, como uma coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de criação de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou recursos humanos, técnicos e financeiros desde 1942, quando Alexandre Marcondes Filho assumiu o Ministério do Trabalho. Daí até o final do Estado Novo, o ministro e seus colaboradores mais próximos, auxiliados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência, além de várias outras iniciativas. Todas essas medidas eram vinculadas diretamente à pessoa do presidente. Assim, Vargas era visto como a “encarnação da Nação e o grande inspirador do ideário trabalhista”, tornando-se “símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país”. Quando o Estado Novo iniciou, “de dentro”, a transição para o regime liberal-democrático, o “culto à sua figura, ou melhor, o *getulismo*, era uma realidade política ao lado do trabalhismo”. Apesar das críticas dirigidas por Ferrari a Vargas, do legado do *getulismo*, nem ele, nem os demais políticos “renovadores” abririam mão.

13 Dos fundadores do PTB, Ferrari destaca também Salgado Filho, advogado gaúcho que participara da Revolução de 30, fora Ministro do Trabalho de Vargas de 1942 a 44, tornara-se presidente do PTB em 1947 e senador pelo Rio Grande do Sul de 1947 a 1950. Faleceu em um acidente de avião em 1950, quando era candidato pelo PTB ao governo gaúcho. Salgado Filho também é identificado como teórico do trabalhismo (D’ARAÚJO, 1996). Sobre as menções ao político em sua campanha, também é importante mencionar que, conforme noticiou o *Correio do Povo* (30/08/59, p. 14), Berta Grandmasson Salgado, viúva do político, manifestou apoio incondicional à candidatura de Ferrari.

putados petebistas enviaram-lhe um ofício solicitando que renunciasse ao posto de líder da bancada por querer se candidatar a vice-presidente, ele assim respondeu:

Não é por mim, meus colegas, que estou lutando. Lutarei mais por ideias, por programas, por métodos e princípios da ordem social a nós legados pela personalidade inigualada política, moral e pessoal de Getúlio Vargas – que morreu mais para ser interpretado do que para ser chorado (FERRARI, 1961: 38).

A esse legado juntar-se-ia a doutrina pasqualinista. Só assim seria possível construir um “trabalhismo autêntico” no Brasil.

2. Doutrina Pasqualinista

“Construiremos a morada que não pudeste levantar”. Com essa frase, Ferrari dá início ao livro *Minha Campanha*, cujo prefácio é dedicado à memória de Alberto Pasqualini.¹⁴ Ele faleceu durante a disputa eleitoral de 1960, cinco anos após ser acometido por um derrame cerebral que o afastara da vida pública.

14 No dia 04 de junho de 1960, o *Correio do Povo* registrou, em sua contracapa, a comoção pelo falecimento de Alberto Pasqualini, ocorrido no dia anterior, na cidade do Rio de Janeiro, onde residia com sua esposa Suzana Thompson Flores. Ressaltou o pesar de João Goulart ao receber a notícia e a confirmação de que partiria para assistir ao funeral do seu “amigo e grande companheiro de lutas políticas”. Anunciou ainda que fora decretado luto oficial de três dias no estado e no município de Porto Alegre. No decreto da capital gaúcha, reproduzido pelo jornal, Loureiro da Silva, então prefeito e apoiador de Fernando Ferrari, assim o justificou: “(...) Considerando as altas virtudes que enobrecem a vida desse ilustre rio-grandense que foi, sem dúvida, a maior figura da doutrinação política do Brasil moderno. Considerando a constante fidelidade com que o grande líder se voltou para as causas populares. Pregando a doutrina da concórdia e da solidariedade cristã, é decretado o luto oficial de três dias na cidade de Porto Alegre”. *Correio do Povo*, 04/06/1960, p. 14 e 16.

Ferrari reproduz a fala recitada no enterro do amigo. A homenagem inicia destacando seus primeiros ensinamentos:

Ó Pasqualini, quanto nos ensinaste! (...) com aquela tua vocação meio humana, meio divina, de professor, de educador, de sal da terra (...) Com que cuidado e que requinte, com que nobreza deste-nos as tuas primeiras lições, no teu modesto laboratório de ideias em Porto Alegre, para que pudéssemos relatar o capítulo da Ordem Social e Econômica da Constituição Sul-Rio-Grandense de 1947 (...) E depois, com que carinho procuraste formar tuas equipes, teus rapazes, os teus discípulos, no amor à coisa pública, às liberdades, ao Rio Grande do Sul e à Nação (FERRARI, 1961: XI).

Em seguida, Ferrari (1961: XI-XII) o qualifica como primeiro grande teórico do trabalhismo brasileiro e “um dos melhores homens da vida pública”. Sua doutrina solidarista era o grande passo na estruturação de uma teoria de governo para os trabalhadores. Mas infelizmente morria “como o justo, que semeia e passa sem assistir à concretização do seu ideário”. Para finalizar, faz um “juramento de ideal”: “há uma geração inteira que vai seguir os teus passos, que vai construir a morada que não pudeste levantar”.

No entanto, a geração a que o político se refere não se alicerçava mais no PTB, que abandonou o ideário pasqualinista, devido às ambições de seus líderes, mas sim nos trabalhistas renovadores: idealistas que buscavam uma reestruturação partidária em bases democráticas, e que tinham em Pasqualini seu maior referencial.

3. Idealismo na política

Não fora casual a escolha de Ouro Preto, em Minas Gerais, para

dar início à “Campanha das Mãos Limpas”. Tratava-se do local onde vivera o “protomártir da independência”. O discurso proferido naquela cidade ressaltava que, assim como o candidato, Tiradentes era o “grande incompreendido de sua hora”, por ser também um idealista. Apesar das perseguições e ridicularizações sofridas, ambos não fraquejaram diante das dificuldades. Disse Ferrari (1961: 49): “Ele encarnou o ideal da independência política da mesma forma que os homens da atualidade têm o dever de encarnar ideal do nacionalismo econômico”.

A referência aos “idealistas da política” aparece repetidas vezes nos discursos do deputado. “Sacerdotes do ideal”, esses políticos teriam sua maior preocupação na ajuda ao próximo, “preferindo servir a servir, dar a receberem, compreender a serem compreendidos”. Em oposição a eles estariam os “mercenários”, que “traem as mais belas esperanças, porque mentem, conspurcam, aviltam, pondo seu poder político a seu próprio serviço, contra o interesse do maior número” (FERRARI, 1961: 55).

Dentre os idealistas do PTB, cita Lucio Bittencourt. Juntamente com Ferrari, Bittencourt exigiu o estabelecimento de um programa mínimo de cunho trabalhista como requisito para apoiar a aliança PTB/PSD, que elegeu JK e Jango em 1955. Mas, mesmo com a aprovação do programa, integrou uma dissidência, juntamente com outros 27 parlamentares, pois sua candidatura ao governo de Minas Gerais fora preterida pelo PTB daquele estado em função das alianças locais em torno da candidatura de Juscelino. Por conta disso, Bittencourt seria punido com a expulsão do partido, que só não se consumou porque ele faleceu antes, em setembro de 1955 (D’ARAÚJO, 1996: 110-111).

Apesar de se opor àqueles dissidentes, inclusive a Bittencourt, por que Ferrari recorria à sua memória? Possivelmente, suas motivações

estão ligadas à vinculação do deputado mineiro com os programáticos do partido, ao episódio em que atuaram juntos na defesa do programa mínimo de cunho trabalhista para apoiar JK, e ao fato de ele ter sofrido um processo de expulsão do partido, tal qual Ferrari. Há ainda outra característica na personalidade política de Bittencourt, “sua atuação contrária à política janguista de alianças” (D’ARAÚJO, 1996: 110), que Ferrari buscava capitalizar, já que sua candidatura a vice-presidente pelo PTB fora também “preterida” em função de alianças políticas. O PTB de então, já minado por “mercenários”, não abria espaço para uma candidatura que representasse o trabalhismo “puro”.

4. Trabalhismo puro

Saibam os senhores donos do PTB que não me venho defender; saibam que não aceito a condição de réu que querem me impor; saibam os senhores que não será possível expulsar-me das minhas ideias trabalhistas; saibam que mais do que nunca continuarei trabalhista e saibam que esse processo iníquo servirá de estímulo para que eu redobre os esforços na luta por um trabalhismo legítimo e dos trabalhadores abandonados à própria sorte pelos ditadores que se instalaram na cúpula do PTB, pelo suborno, pela sedução e pela traição aos ideais de Vargas (FERRARI, 1961: 80).

Com estes termos, Ferrari (1961: 80-81) se defendeu da acusação de traição, por ter aceitado se candidatar pela legenda do PDC, e da ameaça de expulsão feita pelo diretório regional do PTB do Rio Grande do

Sul.¹⁵ Getúlio Vargas, se fosse vivo, também seria ameaçado de expulsão, pois foi senador pelo PSD, disse o deputado em defesa a Loureiro da Silva, que havia sido expulso por aceitar se candidatar pelo PDC.¹⁶

Em oposição ao trabalhismo puro que Ferrari – um “trabalhista de primeira hora”, deputado há 13 anos – propunha, estava a aceitação de aproveitadores que aderiram à legenda e a expulsão de integrantes autênticos da agremiação. Afirmava o candidato: “Testemunho com tristeza o assalto ao PTB por homens que jamais comungaram, nem poderiam comungar, com os ideais trabalhistas. Eles são *ex-tudo* e hoje se apresentam como trabalhistas e o que é pior, comandam os trabalhistas” (FERRARI, 1961: 63).

Um dos exemplos citados por Ferrari (1961: 36-37) foi César Prieto, que teria se infiltrado na legenda trabalhista gaúcha, com o aval de Brizola, através da influência na Diretoria do Imposto de Renda, da qual fora titular. Outro era Oswaldo Lima Filho, que foi admitido no PTB depois de ter passado por várias outras siglas, e, em menos de um ano, conseguiu tornar-se líder em detrimento de velhos companheiros com “reais serviços prestados à causa trabalhista”.¹⁷

A aceitação de quadros não identificados no partido representava, para o candidato, a união do PTB com as elites políticas: “Políticos de pijamas, que se unem hoje aos ‘peleguistas’ e aos traidores da memória de Vargas, combatem-me com todas as forças” (FERRARI, 1961: 106).

15 A página do *Correio do Povo* dedicada ao “Panorama Político” de 01 de abril de 1960, estampava a seguinte manchete: “Digam aos donos do partido que não aceito a condição de Réu que querem me impor”. Também reproduzia a carta enviada por Ferrari ao diretório estadual, em resposta ao telegrama que lhe dava o prazo de dez dias para a defesa no processo de expulsão do partido, o que acabou não acontecendo naquele momento. *Correio do Povo*, 01/04/1960, p. 07 e 10.

16 *Correio do Povo*, 29/08/59, p. 07.

17 *Correio do Povo*, 05/11/59, p. 02. *A pedido* mandado publicar por Fernando Ferrari.

Ambos também se assemelhavam na adoção de métodos de decisão unilaterais. Ele, ao contrário, preconizava os métodos democráticos.

5. Métodos democráticos

De nossas reuniões, participava sempre o Conselho do MTR, um pequeno grupo de homens extraordinários, simples, bons, desprendidos e capazes. Muitas vezes tive a oportunidade de dizer que só o recrutamento de tal equipe valia a campanha. (...) Médicos ilustres, advogados, jornalistas, funcionários, comerciantes, estudantes, todos ligados por um princípio de ordem superior, sem nada pedir, trouxeram contribuição comovente à nossa luta renovadora (FERRARI, 1961: 130).

A X Convenção do PTB, realizada em outubro de 1957, reuniu-se com o objetivo de dar uma estrutura ideológica ao partido e para analisar a proposta de programa feita por Ferrari. Dentre outras medidas, o então deputado propunha uma reforma no estatuto que permitisse criar um Conselho Político, a fim de supervisionar e zelar pelos princípios trabalhistas. Seu objetivo, segundo D'Araújo (1996: 113-114), era claro: obstruir os poderes de Goulart. Naquela ocasião, o presidente petebista conseguiu não só provar a ilegalidade dessa proposta perante a Lei Eleitoral, mas também dominar de tal forma a convenção que a proposta de programa nem chegou a entrar em pauta. Dois anos após a negativa do PTB em implementar o conselho, ele se tornou realidade no MTR.

Foi a partir de medidas como essa que o dissidente trabalhista buscou se vincular à utilização de métodos democráticos. Em seu livro de memórias, ele se apresenta como o homem que pondera e se aconselha para tomar decisões. Foi assim que manifestou seu desejo de disputar “democraticamente” a concorrência para se candidatar a vice-

presidente, o que resultou no seu afastamento da liderança da bancada em 1959 (FERRARI, 1961: 39).

Seu rival, pelo contrário, influenciava-se apenas pelo cunhado Leonel Brizola, o qual nutria “ódios totalitários” por Ferrari. Com relação aos ataques sofridos durante a campanha, afirmou o candidato: “Comandou-os quase sempre, a figura irrequieta do Governador Leonel Brizola, espécie de *gaúcho malo* da campina, sempre temeroso de que alguém lhe pisasse o poncho” (FERRARI, 1961: 61).

Na opinião de Ferrari (1961: 62-63), havia se instalado uma “ditadura da cúpula” no PTB.¹⁸ As reuniões partidárias eram uma farsa, a Comissão Executiva era escolhida a dedo, e pairava sobre os que ousavam discordar do chefe a constante ameaça de expulsão. Goulart também coagia os deputados a tomarem decisões que o favorecessem. Ele teria, por exemplo, obrigado os parlamentares a votarem a favor de sua destituição da liderança da bancada em 1959 (FERRARI, 1961: 39).

Foi esse o principal motivo do seu desestímulo em tentar a candidatura pelo PTB, já que a Convenção seria composta por “pelegos”, que tomariam decisão favorável a Goulart. Por isso, cinco meses após iniciar a “Campanha das Mãos Limpas”, Ferrari remeteu uma carta aos principais líderes do partido, “consultando-os democraticamente sobre os rumos que deveria seguir” (FERRARI, 1961: 62- 65). Após o pleito de Porto Alegre, decidiu aceitar a oferta do PDC e se candidatar por essa legenda.

Na retórica ferrarista, além de ouvir seus conselheiros, o político também procurava interpretar os anseios dos mais pobres e humildes. Só sua candidatura era capaz disso, pois estava próxima deles.

18 Quando Ferrari teve a sua candidatura negada pelo Diretório Nacional, o *Correio do Povo* publicou em uma manchete a seguinte declaração do deputado: “Ditadura está governando o PTB”. *Correio do Povo*, 27/10/1959, p. 07.

6. Proximidade com o povo

Estamos no começo. Dentro de poucos dias irei ao Norte e ao Nordeste (...) Em seguida, irei a todas as capitais e a quantas cidades me for possível visitar. Após, retornarei ao Sul, para fazer uma excursão, através, principalmente, de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Desejo, rio-grandenses, por meio dessas pregações, ouvir de viva voz as queixas e os reclamos de todos os brasileiros. Desejo recolher junto a eles um quadro mais ampliado dos problemas e das dificuldades com que nos defrontamos, pois quero levar para o poder as experiências do povo que está sofrendo, e não a falsa experiência das conversas de gabinete (FERRARI, 1961:59).

Com este discurso, proferido em Porto Alegre, Ferrari (1961: 57-59) anunciava sua partida para a “Campanha das Mãos Limpas”, “pregação” que pretendia levar a todo o Brasil. Nela, ouviria os problemas do homem do campo, das mulheres, das crianças, das pessoas mais simples. Afinal, “Mãos Limpas”, segundo o candidato, “é a bandeira do trabalhador brasileiro, é a bandeira daquele que vive de seu trabalho honesto, é a bandeira do homem que tem as mãos calejadas” (FERRARI, 1961: 91).

E por que caberia a ele representar os mais simples? Dentre os motivos apresentados por Ferrari, está sua origem social. Pela primeira vez na história do Brasil, um filho de família modesta, sem poder econômico e sem estrutura partidária, lançava-se na busca da Vice-

Presidência.¹⁹ Em oposição a ele estavam os políticos provenientes de famílias abastadas, como era o caso de Jango, que viviam encastelados nas velhas fórmulas do estado liberal conservador, sem capacidade para sentir os problemas dos operários e das donas de casa (FERRARI, 1963: 116-117). Uma vez que chegassem ao poder, continuavam as práticas ilícitas de seus antecessores. Uma delas era a corrupção, que seu governo iria combater.

7. Combate à corrupção

A corrupção era um dos grandes males do Estado brasileiro, dizia Ferrari. Um mal que ele – com as “mãos limpas” e a moral herdada do pai – iria equacionar quando chegasse ao poder. A força moral, nas palavras do candidato “é um ímã que atrai qualidades positivas circundantes. É o toque de mágico de fazer milagres. Ai dos líderes que falem ao povo sem possuí-la!” (FERRARI, 1961: 69).

É importante mencionar que sua entrada na seara política se deu através de uma denúncia de corrupção no SAPS, ligado à previdência social. Além disso, o combate à corrupção fora uma das marcas de sua trajetória política, potencializada naquele pleito pela busca de uma “dobradinha” eleitoral com o então candidato à Presidência da República pela UDN, Jânio Quadros, cuja campanha, também teve forte viés anti-

19 No dia 25 de junho de 1959, um dia antes de lançar a “Campanha das Mãos limpas” em Porto Alegre, Ferrari concedeu uma entrevista a um programa de televisão no Rio de Janeiro. Ao ser questionado por um telespectador sobre o porquê de não fazer sua declaração de bens, o deputado se dispôs a fazê-la naquele momento: “posso um terreno, herdado de meu pai na minha cidade natal, São Pedro do Sul, a quarta parte de uma casa na mesma localidade; no Rio de Janeiro, tenho um apartamento financiado no Leblon, o qual estou ainda pagando e um apartamento no Flamengo, também financiado, ainda em construção, e um carro Morris 1952, e só”. *Correio do Povo*, 27/06/1959, p. 16.

corrupção. No entanto, a UDN acabou tendo um candidato à Vice-Presidência, inviabilizando a aliança e fazendo com que Ferrari lançasse sua candidatura independente, mas sem deixar de vincular-se a Jânio. Essa vinculação também é visível através dos *a pedidos* publicados no *Correio do Povo*, sugerindo a votação na “dobradinha 11”, numa alusão aos números dos candidatos Fernando Ferrari e Jânio Quadros.

Ferrari também lutava contra a influência do poder econômico nos pleitos. Sua campanha, segundo ele, era feita de forma diferente das demais. Tinha poucos recursos financeiros, pois não aceitava submeter-se a grupos financiadores. Chega a afirmar que se houvesse mais recursos nos dois últimos meses teria vencido. No entanto se os aceitasse, estaria “alienando um patrimônio de ordem moral que era a razão de sua própria vida pública” (FERRARI, 1961: 110). Em oposição à sua campanha de baixo custo, estavam os que esbanjavam dinheiro oriundo de atos de corrupção.

A partir dos pontos expostos acima, é possível esboçar um quadro das *ideias-força* por meio das quais Ferrari assentou as críticas a seu partido de origem:

MTR	PTB
Vargas (legislação social)	Vargas (personalismo)
Doutrina Pasqualinista	Pragmatismo de João Goulart
Idealistas	Mercenários
Trabalhistas puros	Aproveitadores da legenda trabalhista
Métodos democráticos	Métodos totalitários
Próximos ao povo	Acomodados à estrutura do Estado
Não corruptos	Corruptos
Bons governantes	Maus governantes

Foram essas ideias-força, veiculadas na campanha ferrarista,

as armas do candidato para legitimar sua candidatura ante a de Goulart. No entanto, a campanha do MTR não se baseava somente em críticas a Jango. Era necessário apresentar propostas. Assim o fez Ferrari ao publicar um livro para divulgar seus projetos, o *Mensagem Renovadora* (1960) e assim os reproduziu parcialmente no livro *Minha Campanha* (1961). Em síntese, seu projeto de governo se assentava no nacionalismo, reformismo, amparo aos homens do campo, às donas de casa e às crianças.

RESULTADOS ELEITORAIS

Ao final da campanha de 1960, Ferrari havia percorrido mais de mil municípios brasileiros, maior número registrado por um candidato até aquele momento no país. As eleições ocorreram em 03 de outubro de 1960 e o PTB fora forte o suficiente para vencê-las. Ferrari ficou na última colocação, mas ganhou em número de votos no Rio Grande do Sul.²⁰ Além disso, para a presidência elegeu-se o candidato de oposição a Jango, o udenista Jânio Quadros. Assim, o PTB, sobretudo a seção gaúcha, saíram debilitados da eleição.²¹

20 No Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari somou 557.425 votos, contra 472.902 de João Goulart e 143.509 de Milton Campos (BASTOS, 1978: 98).

21 Com relação à seção gaúcha, o dissidente trabalhista saía do pleito de 1960 cotado a vencer as próximas eleições ao Governo do Estado. Concorreu ao posto em outubro de 1962, mas não contabilizou tantos votos quanto os da Vice-Presidência. No entanto, reorientou muitos eleitores que, na disputa anterior, alçaram o candidato petebista Leonel Brizola ao governo estadual. Essa divisão, de acordo com Mercedes Cãnepa (2005), pode ser apontada como um dos fatores que acarretariam a derrota do PTB para a ADP (Ação Democrática Popular, formada por PSD, UDN, PDC, Partido Libertador [PL] e Partido de Representação Popular [PRP]).

Após o pleito, consumou-se a expulsão de Ferrari do PTB. Com isso, o MTR foi transformado em partido, ainda em 1960. Com o surgimento do MTR, diminuem os enfrentamentos internos do PTB. Segundo D'Araújo (1996: 129), a partir das eleições de 1960, “bancada e dirigentes se unem, de forma inédita, para preservar a unidade partidária ameaçada com o aparecimento de outra legenda concorrente. E, para isso, Goulart precisava ser reverenciado como chefe incontestado”.

Ferrari foi derrotado nas urnas, mas continuou sua atuação política no partido que julgava ser o representante do “trabalhismo autêntico”, surgido a partir daquela eleição, em que o dissidente trabalhista utilizou um conjunto de ideias que já vinham sendo forjadas na disputa interna, as quais julgamos *ideias-força*, para legitimar-se diante dos eleitores. Foi assentado nelas, através de uma polarização entre teóricos e pragmáticos, somando-se a outros temas de campanha, que se originou um novo partido, o MTR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Suley. *Partidos políticos e cisão partidária no Rio Grande do Sul*. Brasília 1978/93. Dissertação (mestrado) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1978.

BOURDIEU, Pierre. [1989] *O poder simbólico*. [12. ed.] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981. Vol II.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-293.

GOMES, Angela de Castro. [1988] *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-81. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

PINTO, Céli Regina Jardim. *O poder e o político na teoria dos campos*. In: *Veritas: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PU-CRS*, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-277.

SILVA, Ricardo Oliveira da. *Trabalhismo e questão agrária: introdução ao estudo do pensamento político de Fernando Ferrari*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 20/04/2010.

_____. *Trabalhismo, reforma agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari*. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 1, n. 2. De-

zembro de 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com>>. Acesso em: 20/04/2010.

O CORREIO DO POVO ENTRE JÂNIO E JANGO

*Michele Borges Martins*¹

*Ana Paula Gonçalves das Neves*²

*Diego de Lemos Ávila*³

*Diego Freitas Garcia*⁴

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. (...) Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranquilidade ora quebrada e indispensáveis ao exercício de minha autoridade. (Carta-renúncia de Jânio *in* DANTAS FILHO; DORATIOTO, 1991: 43)

Essas foram, certamente, as palavras mais comentadas entre os brasileiros naquele final do oitavo mês de 1961. Foi por meio delas que o presidente Jânio Quadros comunicou sua renúncia no dia 25, deixando a população, atônita, a se perguntar quais seriam os rostos por detrás da

1 Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – michele_hist@yahoo.com.br

2 Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – anhapgn@hotmail.com

3 Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – diego.lemos.avila@gamil.com

4 Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – diegofgarcia@ibest.com.br

“reação”, das “forças terríveis”. Mais do que isso, surgia a dúvida se a saída do presidente seria suficiente para o retorno da tranquilidade que ele dizia quebrada. Como veremos mais adiante, a inesperada abdicação só agravou a instabilidade política em torno do futuro do país. Nesse sentido, o esforço do presente trabalho se concentra em analisar a posição do jornal *Correio do Povo* frente à crise estabelecida após a renúncia de Jânio Quadros. Para isso, examinaremos os editoriais da publicação entre os dias 26 de agosto e 10 de setembro.

Os editoriais selecionados abordam da surpresa da renúncia à solução do impasse criado em torno da posse do vice-presidente João Goulart. A escolha do tema justifica-se pela sua importância para a compreensão do quadro político existente durante nossa frágil ordem democrática vigente entre 1945 e 1964. Podemos, assim, identificar as forças da sociedade de então que, enfrentando-se, renunciavam o ambiente de 64, quando o ímpeto autoritário encerrou a democracia populista e sufocou a crescente mobilização popular. Pretendemos trazer novas contribuições para o entendimento desse período, revelando alguns aspectos do conturbado clima social a que nos referimos.

Da mesma forma, entendemos que o jornal, enquanto veículo de comunicação, não se restringe a divulgar acontecimentos, mas comunica certa concepção de mundo, dependente do órgão, empresa, partido ou grupo social a que se vincula. Ao divulgar essa concepção, muitas vezes diluída nas matérias pretensamente imparciais, influenciam na formação da opinião pública. Os editoriais, por sua vez, são o espaço onde a visão do jornal - a concepção de mundo de que falamos - frente a determinado processo, geralmente de especial relevância, está expressa de maneira mais visível. Analisá-los, portanto, é uma maneira de desvelar ao mesmo tempo o processo histórico através de uma fonte primária e a impressão

do jornal com relação ao mesmo, a qual, publicada, age na sociedade a ponto de modificar o processo histórico que a originou. Selecionamos, por isso, os editoriais do *Correio do Povo*, uma publicação que, chegando a um grande número de gaúchos todos os dias (era à época o jornal de maior circulação e tiragem do RS), certamente provocava considerável impacto. Além disso, por ter sua sede na capital, Porto Alegre, estava em direto contato com os distúrbios verificados naquele momento, com os efeitos da crise e as movimentações pelo seu fim.

No que se refere à metodologia, após a “coleta” das fontes foi necessário organizá-las de forma que não houvesse a oportunidade de alguma manipulação de seu conteúdo para confirmação de nossas hipóteses. O propósito era que esse movimento se realizasse de forma inversa, o conteúdo demonstraria as possibilidades de análise. Nesse sentido, a partir de uma leitura atenta dos editoriais foi possível verificar a frequência de certas idéias e palavras específicas, as quais, então, foram agrupadas em categorias de análise – estruturando eixos temáticos que orientaram o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Laurence Bardin “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os <<núcleos de sentido>> que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977: 106). Portanto, embasados nessa proposta da autora, conseguimos construir um panorama geral dos assuntos tratados nos textos extraídos do jornal *Correio do Povo*, o que nos viabilizou identificar núcleos de sentido como: a situação de crise instaurada com a renúncia do presidente, a idéia de legalidade para o editor, a solução proposta pelo jornal e a posição do mesmo frente à implantação do parlamentarismo. Entretanto, não utilizamos a totalidade do material “coletado” e categorizado na escrita do presente artigo; os

trechos que foram inseridos ao longo de nossas análises fazem parte de uma amostragem separada desse conjunto amplo.

Para que haja uma maior compreensão nas análises dos editoriais, é importante entendermos o trajeto do jornal *Correio do Povo* até o período analisado e as transformações sofridas pela imprensa brasileira. Sabe-se que a nossa imprensa teve o seu surgimento intimamente ligado à modernização do país e às necessidades de comunicação que começavam a existir. Fazia-se necessário um “diálogo” entre sociedade (letrada) e governo. Assim, fica notório o forte vínculo existente entre o jornalismo e a política – até ao menos a década de 40 –, devido ao baixo poder aquisitivo inicial dos fundadores dos jornais, que acabavam tornando-se porta-vozes do Estado ou de grupos que os financiavam em parte ou em sua totalidade. Foi só a partir da década de 50 que o jornal passou a ser percebido de outra forma que não aquela vinculada ao meio político. A partir desse momento, ele ganhou espaço não como um propagador do governo ou da oposição e sim como um veículo de transmissão de notícia, um portador dos acontecimentos.

Foi antecipando-se a essa tendência que Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, um sergipano que veio para o sul do país, fundou, ainda em 1895, o *Correio do Povo*. Caldas Jr. havia começado sua vida profissional em outros jornais – o jornal *A Reforma* (onde teve o primeiro contato com o jornalismo) e o *Jornal do Comércio* –, juntando um somatório para construir o seu próprio folhetim. Esse novo exemplar foi apresentado ao público gaúcho como um veículo de comunicação sem relações políticas, independente, dono da sua palavra. E nesse momento era o jornal perfeito para a população, visto que a sociedade rio-grandense estava farta de brigas políticas e censuras feitas nos jornais, de exemplares que eram utilizados para defender ou criticar o

governo e o próprio movimento federalista – iniciado em 1893 com seu término no ano de surgimento do jornal aqui analisado. A população não queria mais presenciar naquele momento brigas políticas, ela estava interessada em notícias que visassem a ela, e essa era justamente a proposta do *Correio do Povo*: a propagação da notícia sem qualquer tipo de comprometimento político, e sim a notícia pela notícia – o que podemos evidenciar como uma falácia, visto que essa imparcialidade é algo inexistente, uma vez que defendia suas posições políticas de forma mais velada do que os jornais antigos. Daí a associação entre jornais apolitizados e os partidários.

O *Correio do Povo* também se diferenciou dos demais jornais devido à sua abordagem empresarial, o que não estava propriamente ligado ao seu conteúdo, mas à sua perspicácia em relação ao mundo dos negócios. Francisco Ricardo Rüdiger chama a atenção para o fato, onde escreve:

Caldas Júnior organizou sua empresa em termos familiares, mas sem excluir da direção do jornal os valores do jornalismo da época com que podia contar; fez sucessivas reformas em suas oficinas, com vistas à redução de custos e ao aumento da produtividade; procurou equiparar os padrões gráficos mais modernos do País, aumentando o número de páginas e o formato da folha, sem custos adicionais para o leitor. (RÜDIGER, 1998: 65)

Através dessa medida, o *Correio do Povo* aumentou consideravelmente a distribuição diária dos seus exemplares e ganhou também espaço para um número maior de anúncios, o que levou a um aumento dos leitores e, conseqüentemente, à quebra de muitos jornais que não puderam manter-se devido à falta de capital e à estrutura

jornalística ultrapassada. Assim, Caldas Júnior conseguiu visualizar o que muitos proprietários da época não conseguiam enxergar: a mudança das necessidades do público gaúcho. Ele não deixava de posicionar-se em seus exemplares, mas o fazia de uma maneira mais sutil, mais velada, para não agredir os seus leitores, que, como já foi mencionado, estavam cansados de ver a imprensa ser utilizada como porta-voz de grupos políticos.

A fim de aprofundarmos a discussão acerca do período estudado nesse trabalho propomos uma breve contextualização sobre o conturbado governo de Jânio Quadros. Tal evento foi, de certa forma, delineador da crise que se estabeleceu na posse de João Goulart, pouco depois da renúncia do presidente.

Jânio Quadros foi um político que teve uma ascensão meteórica em seu rumo até a presidência, mesmo sem ter procedência tradicional nos meios políticos nacionais. Sua carreira política iniciou-se nos bairros de São Paulo e logo seu estilo retórico conquistou uma boa parcela de sua comunidade. Não tardou para que o interesse de outros grupos políticos fosse despertado e denotassem a Jânio o caminho possível de ascensão ao poder. Antes de pleitear sua nomeação a candidato ao cargo mais importante do país, Jânio passou de prefeito de São Paulo a governador. Nesse estado, o histriônico político fez jus ao populismo em sua pior face, no qual utilizou-se de artifícios moralizantes e posturas maniqueístas como forma de atrair eleitores à sua órbita.

Jânio Quadros, ao que parece, era a peça que faltava para que a UDN chegasse ao poder, eliminando a velha hegemonia PSD/PTB já há muito tempo perpetuada. Seu discurso moralista e autoritário prometia austeridade no setor público, o que atraiu os diferentes setores da sociedade que sofriam com a alta do custo de vida, fruto da constante

inflação e que foi intensificada pelo governo de Juscelino Kubitschek. O símbolo de sua campanha e governo era a vassoura, cujo significado atribuído circundava a limpeza no setor público prometida pelo candidato em questão. Assim, arregimentou tanto setores de esquerda, que creditava da política externa independente uma forma de fugir da submissão ao capital externo, quanto da classe média, desejosa da implementação de políticas que fortalecessem seu poder aquisitivo e dava fé no enxugamento dos gastos públicos como forma de atingir esse objetivo, até setores oligárquicos tanto industriais quanto agrícolas que depositavam em Jânio e sua aura autoritária a possibilidade de eliminação do perigo de concessões a movimentos sociais e do comunismo. Estava formado o panorama de governo que reuniu tantos anseios de setores antagônicos da sociedade que não poderiam ser conciliados. Jânio estava fadado à falência.

O governo que se seguiu no decorrer dos curtos sete meses de mandato foi pautado pela contradição e pela incapacidade de Jânio de dialogar com os diferentes setores da sociedade. Sua postura autoritária remetia ao bonapartismo no qual o presidente adotava uma postura acima de todos partidos e agregava à sua própria figura o líder que enxerga o Estado como extensão de seu poder e sua vontade. Os ministros de Jânio foram esvaziados de sua autonomia e muito se satirizava um governo que emanava do chefe de Estado e era materializado por meio de bilhetes portadores de sua vontade suprema. Não era latente o desprezo do presidente com relação ao Congresso e às instituições do Judiciário. Esses fatos, inclusive, vão trazer à tona a discussão acerca do parlamentarismo como possibilidade de contenção ao todo poderoso líder.

Outro aspecto do governo janista fora a perseguição dos servidores

públicos por meio de normas que visavam o policiamento e a redução de gastos. Para empreender os inquéritos administrativos o presidente acenou para os militares, que começavam a engrenar na máquina pública como um grupo ativo, responsável pela fiscalização pública, e os inseriu em um modelo de perseguição e julgamento, que muitas vezes mal ofereciam direito à defesa do acusado. Essa moralização do serviço público caiu muito ao gosto da sociedade de forma geral. Outras medidas não tão populares foram a proibição dos jôqueis em dias de semana, das rixas de galo e do desfile de misses em maiôs cavados.

Ponto de crítica por parte da direita foi o posicionamento do Brasil no que tange à diplomacia e política externa. Em um momento de Guerra Fria Jânio adotou uma postura independente diante de seu antigo aliado, os EUA, reatando os laços com países comunistas do Leste Europeu e aproximando-se de Cuba. Criticou também o colonialismo na África e defendeu o ingresso da China na ONU, e como um último ato desse gênero condecorou Che Guevara por seus feitos. As elites brasileiras interpretaram tais fatos como uma clara virada do presidente rumo a uma aproximação com os subversivos comunistas, sempre latentes na sociedade brasileira e alvo de perseguições. No entanto, o que de fato ocorreu não foi uma tendência esquerdizante janista, mas sim mero oportunismo que via nas relações comerciais com países comunistas uma forma de incrementar a renda nacional. Tanto assim o é, que enquanto o presidente defendia a autodeterminação dos povos, perseguia os comunistas intensamente em todo território brasileiro. Mesmo assim, esse fato abalou o apoio das camadas de direita, que, insufladas por Carlos Lacerda, que nesse momento já havia delineado um rompimento dentro do partido e estava contra Jânio, vão articular-se com militares e projetar a possibilidade de um golpe.

No campo econômico as políticas planejadas por Jânio surtirão o efeito contrário à sua intenção: o de reduzir a inflação e melhorar o poder de compra da população. Antes de conseguir empreender qualquer mudança nesse meio, Jânio teve que se ajustar às diretrizes do FMI para conseguir empréstimos. No entanto, isso afetou diretamente o valor da moeda e os produtos de primeira necessidade para população em geral com o aumento do trigo e de combustíveis, gerando grande insatisfação por parte das massas.

Por fim, Jânio Quadros, diante da situação de crise, renunciou ao cargo com intenções de retornar com amplos poderes. Sua crença de que tal plano daria certo partia do temor, por parte da direita, principalmente a udenista, da posse de João Goulart, conhecido por trazer consigo a tradição getulista e de aproximação com a esquerda, bem como as próprias missões diplomáticas aos países comunistas tiveram como figura representativa Jango; a esquerda temia a ascensão de uma junta militar que de certo empreenderia severa repressão a qualquer reivindicação social de cunho progressista sob o estandarte do combate ao comunismo. No entanto, seus planos foram frustrados devido à ampla aceitação por parte do Congresso, composto em peso por membros do PTB, e pelo povo de forma geral, que não se manifestou em defesa da continuidade do renunciante. Caía Jânio e sua aspiração a ser o novo Vargas que no enlace do povo retornaria triunfante ao poder, dessa vez, ilimitado.

A saída de Jânio deixou para trás uma crise institucional e um ar golpista no país. De um lado, militares não queriam a posse de João Goulart, de outro, Brizola assumia a postura de defesa da posse de seu cunhado e do que constava na Constituição. Tal fato levou o Brasil à beira de uma guerra civil. A solução foi o esvaziamento dos poderes do presidente por meio do parlamentarismo.

Assim, após a renúncia de Jânio Quadros e a intenção militar de vetar o direito de posse do vice-presidente João Goulart, uma parte da sociedade colocou-se contra a tentativa dos militares e iniciou um movimento que ficou conhecido por Campanha da Legalidade. Essa movimentação, liderada por Leonel Brizola – cunhado de Jango e governador do estado gaúcho – e que visava a posse de João Goulart, teve seu início em Porto Alegre e ganhou destaque nacional. Porém, a legalidade deste movimento não possui o mesmo sentido de legalidade tratado nos editoriais do folhetim aqui analisado.

A legalidade para o *Correio do Povo* não estava entrelaçada à posse de Jango; em nenhum momento os editoriais fizeram campanha para que ele assumisse a presidência da República. O jornal frisava a preocupação com a ordem pública, as liberdades individuais, o exercício da democracia, como deixa claro o extrato abaixo:

O que é substancial, sem dúvida, é assegurar o regime da lei, da ordem, da paz, tendo por base as prescrições constitucionais, razões pelas quais logo, e sem vacilações, nos colocamos impessoalmente, dentro do ponto-de-vista expresso pelo nosso editorial de sábado e dele não temos, nem teremos, por que nos afastar.

E é dentro dêste mesmo ponto-de-vista que registramos, com júbilo a que fez jus, a convergência a unidade de orientação e conduta entre as autoridades civis e militares em nosso Estado, no pressuposto de que dessarte se evite a queda da paz pública em solo rio-grandense e se crie uma atmosfera propícia a solução que, neste momento de crise e sobressalto, desejam ardentemente os que querem ver o Brasil, livre para sempre dos golpistas e aventureiros, no caminho da legalidade constitucional, da decência, do decoro e do trabalho. (29/08/1961)

Como expresso no trecho citado, o jornal vinculava a questão da

legalidade à manutenção da democracia e da ordem, e não à posse de Jango, o que fica claro nos editoriais analisados, tendo como base que a campanha da legalidade acontecia na capital do estado, onde também residia o jornal aqui trabalhado. Em nenhum instante os editoriais citaram a movimentação de grande parte da população que deixava de lado seus afazeres para sair nas ruas pedindo o direito de posse de Jango. Essa omissão do movimento legalista pode ser evidenciada na citação a seguir:

Uma semana e alguns dias decorridos após a já assaz qualificada, mas até hoje ainda não devidamente esclarecida renúncia do presidente Jânio Quadros, e em face da situação de dúvidas, incertezas, apreensões e temores resultantes dos acontecimentos ligados ao definitivo provimento da vaga aberta – situação talvez muito mais intensamente sentida nesta Capital do que em qualquer outro ponto do território nacional – parece inquestionável que nas camadas mais esclarecidas e sensatas do povo o pensamento que a tudo e a todos sobreleva é o que se exprime, juntamente com a preservação da ordem constitucional e o respeito às franquias essenciais do regime, no desejo, na verdadeira ansiedade pelo retôrno a normalidade. A normalidade da vida do País. Integralmente, abrangendo todos os seus setores, desde o institucional e o governamental ao social e econômico. Ao reinício de tôdas atividades, ordeiramente, pacificamente, pondo-se ponto final a tôda essa agitação e barulho em que temos vivido, nestes últimos onze dias. (05/09/1961)

Notamos assim a partir desse fragmento que Porto Alegre sentia fortemente as consequências da Campanha da Legalidade, mas que o editorial deixava esse fato em segundo plano, evidenciando que o importante era o respeito à lei com base na aplicação da Constituição em sua essencialidade (republicanismo, federalismo e democracia), “a preservação da ordem constitucional e o respeito às franquias

essenciais do regime, no desejo, na verdadeira ansiedade pelo retôrno a normalidade”. Normalidade essa que estava sendo alterada através das movimentações que não cessaram no período de transição entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart.

Frente ao contexto histórico de renúncia do presidente é de grande obviedade que a palavra crise estaria presente nos jornais do período. No editorial do *Correio do Povo* essa situação não foi diferente; no entanto, a ênfase permanente nesta idéia fez com que procurássemos identificar se para o autor dos textos analisados a situação institucional a nível político-militar do momento foi o único fator que levou o editor a inserir tantas vezes a idéia de anormalidade no cotidiano vivido.

No dia trinta e um de agosto há a menção de que o descumprimento do previsto no artigo 79 da Lei Maior – a qual se refere à posse do vice no caso de afastamento do o presidente – resultou em mais do que um ambiente de apreensão e nervosismo:

Mas acontece que não estamos diante apenas de efeitos psicológicos da conjuntura política. Estamos, também, nos defrontando com as suas conseqüências materiais: com os colégios e bancos fechados, com reflexos financeiros, econômicos e sociais da situação. (31/08/1961)

O trecho extraído evidencia que a crise referenciada pelo editor não se limita aos acontecimentos políticos que ocorreram em nosso país, as atividades diárias também foram interrompidas, causando, assim, certa dificuldade no abastecimento dos gêneros alimentícios e prejuízos no setor econômico devido a algumas instituições financeiras permanecerem fechadas. Tendo em vista as dificuldades, o editor em seus escritos, ainda, faz o pedido de retorno à normalidade; almejava que os brasileiros voltassem ao trabalho e a produção para que o país

pudesse se recuperar dos danos causados por esta situação de incertezas políticas.

O impasse político causado pelo veto à posse imediata de João Goulart por parte dos ministros militares resultou em uma discussão sobre a preservação da ordem constitucional na imprensa do período. Alguns jornais como *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo* deixaram claro sua posição contra a posse do substituto legal de Jânio Quadros, enquanto que alguns jornais como *Correio da Manhã* e *A Noite* se colocavam como favoráveis. Essa discussão, então, se dava de forma aberta e sem maiores problemas até que no estado da Guanabara o governador Carlos Lacerda decidiu apreender os jornais favoráveis a posse de Jango.

Esse evento gerou uma reação do jornal *Correio do Povo*, o qual no editorial intitulado *Liberdade de Imprensa* expressa:

Como se não bastasse toda essa série de inavaliáveis malefícios trazidos à nação pela crise política que hora lhe abala a vida e faz periclitar as instituições, pondo em risco as liberdades e direitos individuais, e suas garantias, um fato, ao extremo doloroso e deprimente, se lhe tem de lavar, ainda, ao passivo: os atentados que foram praticados contra a imprensa, atingindo importantes e tradicionais órgãos do jornalismo brasileiro, que, além de haverem estado sob o guante da censura, tiveram suas edições apreendidas no estado da Guanabara. (01/09/1961)

Pode-se perceber, então, que o jornal em questão critica o fato ocorrido, o qualificando como inconstitucional e abusivo. Para o editor a liberdade de imprensa se caracteriza como o princípio fundamental de um regime democrático, deixando claro que a censura imposta foi um desrespeito a carta de 1946 – Constituição que determinava o

regime implantado no Brasil e que definia os princípios de democracia e liberalismo político. Reafirmando, ainda, sua postura “neutra”, a folha analisada, menciona que sua tradição de “vigilância” aos preceitos de fundamentais de liberdade, lhe colocava em uma posição legítima de comentar e noticiar os fatos sem apresentar qualquer pretexto para se tornar alvo de violência.

A partir do que explicitamos a inferência de que a crise mencionada no editorial foi um termo utilizado para designar as perturbações causadas em vários âmbitos se torna aceitável. O *Correio do Povo* evidenciou que as convulsões políticas formam o “motor” para uma série de acontecimentos que causaram não só modificações na rotina da população brasileira, com também ações contrárias aos próprios postulados responsáveis por guiar as relações sociais do nosso país naquele momento histórico.

Conforme podemos observar, o jornal *Correio do Povo* delineou o período transitório entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu vice João Goulart como um momento de crise institucional a nível político-militar e social e que ameaçava a própria estrutura do país. Diante desse quadro, o editor buscou incessantemente em seus escritos por uma solução para que a normalidade fosse retomada. No entanto, ele a princípio não se compromete por meio de sua opinião acerca da qual seria a saída correta a ser tomada, mas sim, repetidamente expõe a necessidade de se transpassar a crise antes que o país caia novamente em um momento autoritário e que as conquistas alcançadas pela Constituição se percam.

A solução é exposta pelo editor do jornal *Correio do Povo* primeiramente como uma forma diluída e difusa, em que:

Eis porque um só desejo, uma só aspiração, um só voto se pode e deve formular neste momento: o de que as responsáveis pela ordem pública no País, seja qual fôr a parcela de responsabilidade que cada um caiba, dêem a solução reclamada pela emergência. Lúcidamente. Patrioticamente. (30/08/1961)

No extrato é possível notar que o autor não explicita o que é a solução em si, mas trata de definir que ela deve atender os anseios da nação e deve estar sob a tutela da ordem pública, ou seja, os representantes ou associados do poder. Ainda referente a esse dia notamos que o momento pelo qual passa o país deve ser o mote de união e de ordem. Conforme o autor, tudo deve ser pensado na tentativa de preservação do Estado Republicano e federalista. Assim, a solução deve estar de acordo com a emergência na qual se encontra o país e todos devem acatar seja ela qual for desde que se preservem os direitos constitucionais.

Dando seguimento sobre quais indícios que vão nos direcionar a qual a fórmula que irá dar fim ao problema brasileiro de então é notável o trecho a seguir:

Uma semana já transcorrida após a abundantemente adjetivada, mas ainda longe de suficientemente esclarecida renúncia do presidente Jânio Quadros, que tamanhas e tão traumatizantes repercussões haveria de ter, no país e no exterior, acentua-se cada vez mais a necessidade, que sentem tôdas as camadas esclarecidas do povo brasileiro, de uma solução, envolvendo uma decisão comum ou pelo menos aceita pelas forças responsáveis da nação, no sentido de, preservada e respeitada a ordem legal, sair-se do impasse criado. (02/09/1961)

Novamente o autor editorial faz menção à crise que se estabeleceu com a renúncia de Jânio Quadros e nela podemos observar que as “camadas esclarecidas” demandam uma solução ao problema. O cargo

de tal função deve ficar com as forças situacionistas, pois são eles os responsáveis e guias da nação. A população em geral deve permanecer passiva e esperar para que a resolução seja eficiente e respeite a “ordem legal”. Ainda dentro dessa discussão é imprescindível apresentarmos:

A fórmula encontrada pelo Congresso Nacional para resolver a grave crise ao mesmo tempo propiciando a formação de um governo capaz de apaziguar e harmonizar a família brasileira, foi a de votar, apressadamente, mas por significativa maioria, e dentro das prescrições constitucionais, a emenda parlamentarista.

Parece que a esta altura dos sucessos, e até porque outra solução encontraria sérias e demoradas, senão insuperáveis, dificuldades para concretizar-se, com risco de conflagrar o País, outro rumo não e de ser seguido senão o que é traçado pelos representantes do povo. (05/09/2010)

Por fim, o autor saúda a decisão por parte do Congresso em adotar o Parlamentarismo como a solução para crise político-militar que se estabeleceu e quase levou o país a uma guerra civil. A votação fora apressada, mas mesmo assim teve a grande maioria dos congressistas. Fora a melhor atitude escolhida pelos representantes do povo que tem a autoridade e o tato para decidir a melhor forma de superar a crise. Agora o Brasil pode, finalmente, retomar sua vida política e social e tentar recuperar as dispendiosas perdas ocorridas com a parada de diversos serviços públicos e empresas.

Até o dia cinco, a discussão sobre a emenda parlamentarista não aparece nos editoriais do *Correio do Povo*. A preocupação constante, como já dissemos, é a de que a solução para a crise seja encontrada dentro da ordem constitucional. Se, em um primeiro momento, essa solução parece ser o retorno de João Goulart, vice-presidente eleito, e a sua imediata posse, o editor não esboça qualquer oposição à emenda

aprovada pelo Congresso. Pelo contrário, os editoriais que se seguem são no sentido de legitimar a decisão dos congressistas, identificando-a como um caminho viável para a restauração da normalidade.

Afirmando que a alteração deu-se na mais completa obediência à lei, o editor argumenta que a Constituição e o mandato conferido pelo povo atribuíam os poderes necessários aos políticos para que esses votassem a mudança da forma de governo. Reunidos, o fizeram com apoio da grande maioria. É expresso ainda, como maneira de legitimar a emenda, que o governo parlamentar era a forma mais usada pelos regimes democráticos, além de não ser assim tão estranha à experiência política brasileira, já que apareceu sob as instituições monárquicas. A fim de minimizar o impacto da forma apressada com que a solução foi encaminhada, o que o autor admite, recorda-se que o tema já tinha sido apresentado em legislaturas anteriores. Cumpre-se demonstrar como esses argumentos são colocados:

Não a adotaram [a emenda] alguns, senão realmente a maioria absoluta do Parlamento, que aliás tinha atribuição para tanto, uma vez respeitado o sistema republicano e a forma federativa, intangíveis os dois por texto expresso na carta.

Outros sim, longe de improvisar, eis que as câmaras legislativas davam curso a uma emenda, conhecida do Senado através de sucessivas renovações anuais. Além disso, a prática do Parlamentarismo se tornaria proverbial sob o Império, sem mesmo falar da duradoura experiência de vários países, conquanto todas formas de govêrno tenham seus méritos. (07/09/1961)

O editorial do mesmo dia lamenta que a medida não tenha suscitado debates mais profundos, mas justifica que o momento conturbado exigia uma saída imediata. E essa saída foi tão acertada que os dois pólos do conflito, ministros militares e Jango, acabaram

aceitando-a. Para o *Correio do Povo*, o parlamentarismo foi a “solução salvadora”. Sairiam vencedores, através dela, a paz, a legalidade, a democracia. “*Portanto, venceu a legalidade, alvorada em inspiração em comum a todos brasileiros, em plena maturidade política, e, como tais, cômnicos de direitos e fiéis ao regime democrático*” (07/09/1961). Como expresso nessa passagem, o autor, defensor da legalidade, agora associa essa legalidade ao parlamentarismo. Sabe-se, entretanto, que a Emenda Constitucional nº 4, embora tenha evitado um conflito de maiores proporções, foi uma solução conservadora, que esvaziava os poderes do presidente, divididos agora com o Conselho Ministerial. Muitos consideraram tal emenda um golpe, uma ofensa à legalidade, diferentemente do jornal analisado. O presidente mesmo fez de tudo para antecipar o plebiscito que definiria a forma de governo, pretendendo retomar a força necessária para implantar as pretendidas reformas de base.

Celebrando a inovação parlamentarista, como no editorial do dia 10 de setembro, em que exalta o clima de confiança que aprovou os membros do Conselho de Ministros por ampla maioria, o editor reitera o já tantas vezes constatado. A preocupação do jornal não se dirige à defesa de determinados nomes ou, ainda, à forma de governo adotada, mas à urgente necessidade de solução que, respeitando os preceitos democráticos, reinstaure a normalidade e promova a pacificação dos ânimos.

Assim, concluímos que, diante da crise estabelecida após a renúncia de Jânio Quadros, o jornal mantém uma posição de defesa da legalidade, baseada menos na posse de Jango do que na preservação dos princípios constitucionais básicos – republicanismo, federalismo e ordem democrática. Atuando assim, o *Correio do Povo* não assume postura

precisa, não se compromete com a campanha de Brizola ou o manifesto militar, assegurando apenas a necessidade de uma rápida solução que restaure a tranqüilidade nacional.

É perceptível por meio da leitura dos editoriais a constante presença do temor de um retorno a um governo autoritário. O editor transmite aos seus leitores a possibilidade da repetição do que ocorrera no Estado Novo, com Vargas, momento este em que as liberdades individuais e de imprensa foram cerceadas pelo Estado. Opondo-se totalmente a esse tipo de regime o jornal depositou fé nas autoridades políticas para resolução do impasse. Dessa maneira, ao atribuir à elite o papel de guia do momento de transição, o jornal esvazia essa capacidade do povo. Quando tais guias resolveram incluir uma emenda na Constituição que visava a mudança na forma de governo, o editor se mostra favorável e defende o fato, deixando assim bem claro que a implantação do parlamentarismo era naquele momento a solução viável para que o país abandonasse o caos em que se encontrava e voltasse à sua tão sonhada normalidade.

FONTES:

Jornal Correio do Povo, agosto e setembro de 1961 – editoriais

Dia 26/08/1961, sábado - pág. 4 - ano 66 - n °275

Dia 27/08/1961, domingo - pág. 4 - ano 66 - n °276

Dia 29/08/1961, terça-feira - pág. 4 - ano 66 - n °277

Dia 30/08/1961, quarta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °278

Dia 31/08/1961, quinta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °279

Dia 01/09/1961, sexta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °280

Dia 02/09/1961, sábado - pág. 4 - ano 66 - n °281

Dia 03/09/1961, domingo - pág. 4 - ano 66 - n °282

Dia 05/09/1961, terça-feira - pág. 4 - ano 66 - n °283
Dia 06/09/1961, quarta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °284
Dia 07/09/1961, quinta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °285
Dia 08/09/1961, sexta-feira - pág. 4 - ano 66 - n °286
Dia 09/09/1961, sábado - pág. 4 - ano 66 - n °287
Dia 10/09/1961, domingo - pág. 4 - ano 66 - n °288

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: edições 70, 1977.
BARROS, Edgard Luiz de. “O Brasil de 1945 a 1964”. São Paulo: Contexto, 1994
BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “O governo Jânio Quadros”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981
CASALECCHI, José Ênio. O Brasil de 1945 ao golpe militar. São Paulo: Contexto, 2002.
DANTAS FILHO, José e DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A República Bossa-Nova: A democracia populista (1954-1964). São Paulo: Atual, 1991.
DILLENBURG, Sérgio Roberto. Correio do Povo: histórias e memórias. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed: Universidade/UFRGS, 1998.

AS IMAGENS E O FOTOJORNALISMO À CORROBORAÇÃO DO IMAGINÁRIO ACERCA DAS LUZES NO CÉU

Milton José Giaconetti¹

O presente artigo tem como objetivos principais observar e compreender a influência do fotojornalismo sobre o imaginário em relação às Luzes no Céu, no período inicial do pós-guerra nos anos de 1947 e 1952. Para atender a esses objetivos procurou-se narrar o início da história do fotojornalismo, de sua gênese no processo histórico da fotografia ao ano de 1952, momento em que a revista *O Cruzeiro* encontrava-se na sua melhor fase; ano em que coincidentemente ou não, fora desenvolvido e criada uma de suas mais famosas reportagens, “EXTRA: disco voador na Barra da Tijuca. Fantástico, mas real!” (Figura 1).

Uma pequena introdução ao tema

Às 16h30 do dia 07 de maio de 1952, dois jornalistas brasileiros,

¹ Artigo escrito em 2007, enquanto este autor era mestrando em História pelo Programa de Pós- Graduação da PUCRS.

João Martins e Eduardo Keffel, a serviço da revista *O Cruzeiro*, preparavam uma reportagem sobre os amantes numa das pequenas ilhotas da Barra da Tijuca – Ilha dos Amores – Rio de Janeiro. Ao olharem para o mar, notaram um objeto movendo-se em direção a eles, como “um avião”, voando em alta velocidade. Captados pela cena, naquele dia claro, azul e sem nuvens pesadas, a reportagem sobre os amores fora logo esquecida².

Conforme os repórteres, o objeto de coloração cinza, com luzes vermelhas e verdes, aproximou-se da linha do horizonte e encurvou-se. João Martins, então, gritou ao fotógrafo, Ed Keffel: “Fotografia. Aparelho. Aquilo só pode ser um disco voador (...) não é avião”. Keffel agarrou sua Rolleiflex e no tempo em que o objeto ”balançou-se no espaço como uma folha que cai de uma árvore”, o fotografava em cinco poses. Depois do disco voador disparar “como uma bala (...) na direção do oceano”, João e Ed recolheram todo o material e de posse do “maior furo fotográfico do século”, rumaram para a Rádio Tupi para narrar ao país o feito³.

2 Há uma outra versão de o porquê dos fotojornalistas estarem na Barra da Tijuca naquele momento em que um suposto objeto voador com luzes vermelhas e verdes apareceu a eles: João Martins suspeitava de que um andarilho que costumava caminhar por aquela praia fosse Adolf Hitler. NETTO, Accioly. **O Império do Papel – Os Bastidores de *O Cruzeiro***. Porto Alegre: Sulina, 1998, p. 94.

3 MARTINS, João; KEFFEL, Ed. O maior mistério de nossos tempos. ***O Cruzeiro***, Rio de Janeiro, n. 32, p. 20.



Figura 1 - Disco voador na Barra da Tijuca. Fantástico mas real!

Fonte: NETTO, 1998, p. 99.

A narrativa e as fotografias construídas por João Martins e Ed Keffel correram pelo mundo ocidental e alimentaram o imaginário em relação aos discos voadores (Figura 2). Quem um dia sonharia que o fotojornalismo corroboraria com esse tipo de tema? Mesmo sendo este, o caso do disco voador da Barra da Tijuca, declarado por jornalistas e inclusive por aqueles que mais o estudam, os ufólogos, como “uma grande farsa armada”⁴.



Figura 2 - Uma grande farsa armada
Fonte: MARTINS e KEFFEL, 1952, p. 20.

4 MUNTEAL, Oswaldo, GRANDI, Larissa. **A imprensa na História do Brasil – Fotojornalismo no século XX**. Rio de Janeiro: PUC; Rio de Janeiro: Desiderata, 2005. p. 100.

Da Fotografia ao fotojornalismo

A história do fotojornalismo é de uma longa duração. Dependeu da imaginação, do esforço da mente humana, assim como de sua necessidade por imagens cada vez mais cristalizadas. Homem, imaginação e necessidade articuladas à tecnologia forneceram à humanidade uma outra forma de se contar história, congelando as imagens. Assim como no fotojornalismo, cujo conceito será analisado logo a seguir, a fotografia possui um processo para a sua construção não menos interessante.

Na metade do século XIX, antes mesmo do fotojornalismo aparecer como testemunha ocular e textual de um determinado evento do passado, era desenvolvida uma de suas principais características, a fotografia.

Fotografia, a manipulação da luz através de um objeto mecânico ou eletrônico, é uma obra pura da imaginação e necessidade da humanidade. Do seu mais longínquo nascimento, da câmara escura renascentista ao processo litográfico, descoberto no final do século XVIII, foram feitas várias experiências com sais de prata, depositados em parte de uma câmara escura, lançando-se assim as bases do seu princípio histórico. À necessidade social e econômica nascia o daguerreótipo, um aparelho que proporcionava uma representação precisa e fiel da realidade⁵; construindo uma imagem que além de ser nítida e detalhada era produzida com rapidez. Isso ao menos para a época, porque até aquele momento havia todo um processo para se congelar uma cena, era enorme o trabalho para

5 FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia repercursões sociais. In: **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 13.

quem quisesse fazer aquilo⁶.

À contribuição da luz, surgiram outros pesquisadores da imagem. Depois de Daguerri, os pesquisadores Hyppolite Bayard e Willian Talbot conseguiram produzir cópias sobre o papel, o calótipo, que não oferecia a mesma precisão e velocidade do daguerreótipo. Porque seus contornos não eram bem nítidos, a nova técnica não chegou a rivalizar com a invenção de Daguerre, pois ela possibilitava uma interpretação do real⁷.

No entanto, aos poucos o daguerreótipo foi perdendo terreno para a fotografia sobre o papel. Em 1851, surgia o calódio úmido, de Frederick Archer, que permitia uma composição de um negativo de melhor qualidade que o calótipo. Contudo, apesar dessa técnica possuir maior qualidade que as invenções anteriores, o trabalho sobre o calódio era “(...) bastante complicado: a placa deveria ser preparada imediatamente antes da fotografia e revelada logo em seguida na câmara escura; todas as operações não poderiam durar mais do que quinze minutos (...)”⁸.

Progressivamente, a fotografia foi evoluindo ao passo que a necessidade por ela ia crescendo. Apesar dos fotógrafos do século XIX desejarem concorrer com os artistas plásticos, aparecia o protótipo do fotógrafo industrial, Disdéri. Acima de tudo Disdéri era um homem de negócios; bastante prático, criou os célebres cartões de visita que eram bem mais cômodos financeiramente que os processos anteriores.

6 Inicialmente, “as superfícies sensíveis, que equivaleriam aos filmes negativos dos dias atuais eram placas metálicas ou vidros planos recobertos por um material sensível, quase sempre composto por um sal de prata, que eram colocadas dentro de uma câmara vedada à luz, que poderia ser uma caixa ou mesmo um cômodo de uma casa, onde recebiam a luz vinda do sujeito através de uma lente ou simplesmente de um pequeno orifício”. Era a mão do fotógrafo que controlava tudo. MUNTEAL, Oswaldo; GRANDI Larissa. op. cit., p. 13.

7 FABRIS, op. cit., p. 14.

8 Ibid., p. 15-16.

Ele fotografava seu cliente deixando-o com uma fisionomia sempre agradável, além disso procurava encená-lo com o corpo inteiro, cercando-o de detalhes teatrais que definissem sua posição social. Tudo ao gosto do cliente, ”longe do indivíduo e perto da máscara social”⁹.

Disdéri talvez não soubesse, mas abria caminho, com a venda de suas imagens construídas, para algumas discussões na época: a fotografia representaria ou não a verdade? Seria ela uma obra de arte para o gosto e concepção de alguém ao acionar um obturador? Entretanto, não é o objeto de estudo deste trabalho aprofundar tais questões, mas sim observar o uso da fotografia e suas abordagens para o convencimento de um público, cujo imaginário, no período inicial da Guerra Fria, carecia por informações.

Da evolução da fotografia, de seus indícios renascentistas às experiências do final dos séculos XVIII e XIX; da criação da primeira câmera portátil ao uso de sua nova tecnologia para contar uma história, nascia o fotojornalismo.

Do fotojornalismo a Roswell

Fotojornalismo, a união de imagens e textos num corpo único para se narrar uma história. Uma “atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao planeta”¹⁰. Não se sabe ao certo a data de nascimento do fotojornalismo, conhece-se sim

9 Ibid., p. 21.

10 SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo – Introdução à História, às técnicas e à Linguagem da Fotografia na imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004a. p. 9.

o seu ambiente idealista de nascimento, ou seja, o positivista.

O positivismo primava buscar explicações que viessem a provar as verdades científicas, como também procurava valorizar as descobertas e as novas invenções através da ciência. Conforme Jorge Pedro Souza, as “primeiras manifestações do que viria a ser fotojornalismo notam-se quando os primeiros entusiastas da fotografia apontaram a câmara para um acontecimento, tendo em vista fazer chegar essa imagem a um público, com intenção testemunhal”¹¹.

O trabalho do fotojornalista era árduo e penoso. Os fotógrafos daquela época, no objetivo de ilustrarem os acontecimentos, levavam consigo um pesado laboratório de gravação de cenas. Mas a necessidade de mais cenas produziu novas tecnologias. Em 1851, o colódio úmido corroboraria com a idéia de verdade imposta pelo movimento idealista do momento. Mais ou menos três anos depois, através do invento dos cartões de visita de Disdéri, a fotografia ficava mais acessível, cuja “popularização massiva da imagem fotográfica (...) começou a delinear o mercado para o fotojornalismo”¹²10. O mundo não seria mais o mesmo.

Segundo a visão positivista a foto provaria e beneficiaria as suas noções de verdade porque “(...) a imagem não mentiria”. De certa forma, isso até pode ser verdade, pois era de conhecimento que os fotojornalistas, ao menos aqueles que trouxeram a profissão à tona, escolhiam o objeto, assim como os ângulos deste a ser filmado. Por exemplo, acerca da Guerra da Criméia: havia tanto os fotógrafos que encobriam os seus mortos como aqueles que não. Diante disso estava um público curioso pelas imagens. À medida que a guerra era “despida de sua auréola de

11 SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do Fotojornalismo Ocidental**. Chapecó: Argus; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004b. p. 25.

12 Ibid., p. 30.

epopéia” e de que a idéia de fotografia possuía uma carga ainda mais dramática do que a pintura – todos idealizavam a guerra e a pintura na época – o fotojornalismo se afirmava como profissão. Passava assim a ser exigida cada vez mais a presença do novo *médium*¹³.

A pintura cedia lugar à fotografia, como também esta sistematizava junto com a escrita a história a ser contada. A necessidade provoca a tecnologia. Em 1871, era criado o *halftone*, método que permitia a impressão da fotografia ao lado do texto jornalístico. Em 1884, aparecia a película fotográfica, criada por George Eastman. O mesmo, em 1888, também inventava a primeira câmera Kodak, democratizando, enfim, a *médium* às massas. Enfim, enquanto que a fotografia começava a ser utilizada na imprensa — pois no final do século XIX surgiam mais e mais jornais e revistas —, “aparecem os primeiros repórteres fotográficos profissionais”. O fotojornalismo era transformado em profissão de carreira¹⁴.

No momento em que as aspirações do público cresciam em relação às reportagens ilustradas, ajudando a consolidar o mercado fotojornalista, novas invenções eram criadas. O rotogravado, que permitia a partir de um elaborado processo de impressão a tiragem de héliogravuras numa rotativa em um sistema industrial de reprodução; em 1929, surgia a Rolleiflex e seu sistema reflexo de duas objetivas, em que uma captava a imagem que ia sensibilizar o filme, enquanto a outra objetiva refletia a imagem num vidro cujo visor era despolido e quadriculado. Conforme Maria Beatriz Coelho, suas “características fazem com que ela produza fotografias quadradas, de boa qualidade, mas que demandam um certo

13 SOUSA, 2004b, p. 38-39.

14 Ibid., p. 47.

tempo para que seus controles sejam regulados”¹⁵. A Rolleiflex foi a mesma máquina utilizada por Ed Keffel, em 1952, no caso do suposto disco voador da Barra da Tijuca.



Figura 3 - Keffel e Martins exibindo os negativos do suposto disco voador
 Fonte: MUNTEAL e GRANDI, 2005, p. 100.

15 COELHO, Maria Beatriz R. de V. O campo da fotografia profissional no Brasil. *Varia História*, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte: UFMG, v. 22, n. 35, p. 85, jan-jun. 2006.

Com a procura da fotografia pela imprensa, aumentava o número dos que optavam pelo fotojornalismo como profissão. Onde houvesse conflito, estavam lá os fotojornalistas. Assim foi na Grande Guerra e na Segunda Guerra Mundial. Contudo, nesta última, o fotojornalismo que já havia servido aos ideais positivistas acerca da veracidade das imagens, serviu tanto aos ideais dos aliados como aos do Eixo: manipulava, desinformava e propagava ao público o conflito. Enquanto a imagem fotográfica alemã observava as tropas germânicas marchando ao longo de estradas e rios, “(...) construindo pontes, conduzindo prisioneiros sem os maltratar”¹⁶, era feita a sensacional fotografia dos fuzileiros dos Estados Unidos da América (EUA), içando a sua bandeira em Iwo Jima.

De certa forma, o mesmo aconteceu com o Brasil, pois o fotojornalismo já se desenvolvia no país¹⁷. Antes mesmo da entrada dos soldados brasileiros na Segunda Guerra, o jornal *O Globo* deliberadamente expressava a sua insatisfação a respeito da neutralidade do presidente

16 SOUSA, 2004b, p. 118-119.

17 Primeiramente com a seção de estudos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão governamental do Estado Novo, cujos cargos eram ocupados por fotógrafos estrangeiros que tinham como missão construir a imagem fotográfica e cinematográfica do Brasil. Assim como a SPI, surgiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Os profissionais da SPHAN trabalhavam para o objetivo do tombamento do patrimônio nacional, consultando e colecionando documentos que provassem o valor do bem a ser tombado. Eles completavam o trabalho produzindo desenhos e fotografias. Outro órgão governamental que contratou fotógrafos foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Com redação própria aliada à fotografia, o DIP que tinha como função promover a cultura nacional (claro, a serviço dos valores estabelecidos pelo Estado) tanto para a Elite como para o povo, “promovia exposições, mostras de arte, concertos (...)” além disso “(...) produzia filmes, livros, cartazes, folhetos, programas de rádio. Foi assim que uma nova imagem do país começou a ser delineada, e a fotografia foi parte ativa dessa construção” (COELHO, op. cit., p. 81-83).

Getúlio Vargas acerca do conflito. Em 1942, o país após ter rompido finalmente as relações com Hitler, o mesmo jornal passava “(...) a fazer uma ampla cobertura da Força Expedicionária Brasileira na Itália (...)” a fim de “(...) manter elevada a moral dos pracinhas brasileiros que combatiam naquele país”¹⁸.

Informativas ou desinformativas, encenadas ou não, as fotos e seus respectivos textos alimentaram o imaginário do público, corroborando para a loucura maniqueísta da Guerra. O mesmo aconteceria logo após o seu final.

Em 1947, enquanto dois mundos, com ideologias opostas, brigavam silenciosamente no ambiente diplomático da Guerra Fria, algo corroboraria para acentuar o incômodo ocidental. No dia 08 de julho, na cidade de Roswell, Novo México (EUA), o periódico *Roswell Daily Records* divulgava a manchete de que a “RAAF Captures Flying Saucer on Ranch in Roswell Region”. Abaixo da legenda noticiada, encontrava-se a opinião do porta-voz da 509ª bombardeiros, Warren Haught, confirmando-a: “Todos os Boatos concernentes ao disco voador [já há alguns meses que o fenômeno vinha sendo acompanhado pela imprensa] tornaram-se realidade ontem, quando o oficial investigador [Jesse Marcel] da 8ª Força Aérea teve a sorte de obter a posse de um disco graças a cooperação dos granjeiros locais (...)”¹⁹.

A notícia assustou os militares, porque agora não era só a população civil que afirmava ter presenciado os fenômenos, mas sim seus próprios oficiais.

18 MUNTEAL; GRANDI, op. cit., p. 75.

19 **O FENÔMENO OVNI**. Mistérios do Desconhecido. São Paulo: Abril, 1992. p. 39.

A partir daquela reportagem, Roswell não seria mais a mesma. A notícia logo espalhou-se e os telefones da Força Aérea que soavam ininterruptamente fizeram os militares se preparar para uma nova declaração oficial. No sentido de abafar a histeria, imediatamente o general-de-brigada Roger Ramey anunciava pelo rádio que as afirmações de Marcel estavam equivocadas: o que fora encontrado não era um disco voador, mas destroços de um equipamento meteorológico. Logo após ao depoimento, o general Ramey resolvera dar uma outra entrevista coletiva à imprensa, permitindo aos fotógrafos que tirassem fotos dos destroços recolhidos (Figura 4). Devido a insatisfação dos fotógrafos por não terem conseguido chegar perto do material, foi concedido uma segunda coletiva; e novamente ficaram insatisfeitos, pois “(...) alegaram que os destroços haviam sido trocados”²⁰. O barulho estava feito e o acontecimento transformou-se em Incidente²¹.

Depois de Roswell, na esteira da evolução do fotojornalismo e da Guerra Fria, nos anos 1950, o assunto do disco voador não parou mais de ser rodado e comentado nos periódicos do Ocidente, dado ao crescente apelo do imaginário popular por ele.

20 **O FENÔMENO OVNI.** Mistérios do Desconhecido. São Paulo: Abril, 1992. p. 40.

21 O Incidente de Roswell é chamado assim por causa das várias e diferentes declarações oficiais em relação a ele no decorrer dos tempos. De balão meteorológico, passou para um balão sonda e na esteira da Guerra Fria foi afirmado que ele era um balão experimental de espionagem.



Figura 4 - Militares e os destroços de um balão metereológico
Fonte: O FENÔMENO OVNI, 1992, p. 40.

O Fotojornalismo da revista *O Cruzeiro* e as Luzes no Céu²²

Até 1952, os jornais e revistas nacionais apenas divulgavam as reportagens internacionais referentes às Luzes no Céu, cujo imaginário social, ansioso e temeroso em relação ao assunto – havia aqueles que acreditavam que os discos voadores eram armas russas – era um forte consumidor de periódicos. E isso fora bastante relevante para evolução fotojornalista do Brasil.

No início dos anos 1950, a revista *O Cruzeiro*, pertencente a Assis Chateaubriand (proprietário dos *diários associados*), atingia seu apogeu absoluto²³. A revista era conhecida por incentivar a liberdade criativa de seus repórteres. A forma que a mesma abordava seus assuntos era mais visual do que textual, e o fotógrafo tinha função de destaque na condução da narrativa²⁴.

Isso tudo deveu-se a iniciativa de grandes profissionais como Jean Manzon. Manzon, um ex-participante do DIP, valorizava enormemente a função do fotógrafo, glamurando-o como um aventureiro das notícias. Esse reconhecimento que também não deixava de ser uma estratégia, segundo Maria Beatriz Coelho, “(...) acabou por dar aos fotógrafos autonomia e respeito profissional (...)”²⁵. E eles se sentiam a vontade na

22 De acordo com as pesquisas produzidas por este pesquisador, enquanto o mesmo concluía o bacharelado (em 2001), os discos voadores ou pires voadores eram apenas uma das formas de os Objetos Voadores não Identificados (OVNI's) aparecerem nas reportagens (havia os charutos voadores, as garrafas iluminadas voadoras etc.). Os OVNI's, inclusive a forma do disco voador, eram sempre caracterizados com muitas luzes coloridas. O próprio disco da Barra da Tijuca foi caracterizado por João Martins com luzes piscantes vermelhas e verdes. (NETTO, op. cit., p. 94).

23 NETTO, op. cit., p. 89.

24 MUNTEAL; GRANDI, op. cit., p. 93.

25 COELHO, op. cit., p. 84.

revista: “participavam ativamente das reuniões de pauta. Tinham todas as condições de trabalho disponíveis na época, podendo fretar aviões e viajar quando achassem necessário”²⁶. *O Cruzeiro* procurava trabalhar temas que despertassem “(...) grandes polêmicas, apostando naqueles que mobilizavam a opinião pública (...)”, por exemplo, o suicídio de Vargas, em 1954²⁷.

Ed Keffel e João Martins viveram tudo aquilo e aproveitaram o momento. Fotografando e narrando um suposto acontecimento insólito na Barra da Tijuca, sabiam ou provavelmente intuíaam “(...) que a mensagem fotojornalística funciona melhor quando a fotografia transmite uma idéia ou sensação (...)”²⁸.

Ironicamente, o suposto disco voador iluminado da Barra da Tijuca foi uma espécie de divisor de águas, uma das provas de que o fotojornalismo havia alcançado a sua emancipação no Brasil. A revista *O Cruzeiro* pôde não ter sido a pioneira em relação a profissionalização do fotojornalista no país, mas foi a empresa mais importante para o sucesso desta no âmbito nacional.

Fotojornalismo, as Luzes no Céu ou os discos voadores como temas parecem inseparáveis. De tempos em tempos, à medida que cresce ou não a demanda por eles, os periódicos do mundo inteiro, principalmente do Ocidente, estão lá para reportá-los, corroborando para o convencimento de um público sedento por informações. Atualmente, as Luzes no Céu têm seu próprio veículo fotojornalista brasileiro, a

26 Ibid., p. 85.

27 MUNTEAL; GRANDI, op. cit., p. 94.

28 SOUSA, 2004, p. 13.

revista UFO²⁹.

Os discos voadores, pura fantasia ou não, inserem no imaginário social e na incerteza da vida uma única e possível realidade, o autoconhecimento humano. Por isso serão sempre tema.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Beatriz R. de V. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia História**, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte: UFMG, v. 22, n. 35, p. 85, jan.-jun. 2006.

FABRIS, Annateresa. A invenção da fotografia repercursões sociais. In: **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARTINS, João; KEFFEL, Eduardo. O maior mistério de nossos tempos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 20, 1952.

MUNTEAL, Oswaldo, GRANDI, Larissa. **A imprensa na História do Brasil – Fotojornalismo no século XX**. Rio de Janeiro: PUC; Rio de Janeiro: Desiderata, 2005.

NETTO, Accioly. **O Império do Papel – Os Bastidores de O Cruzeiro**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

O FENÔMENO OVNI. Mistérios do Desconhecido. São Paulo: Abril, 1992.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo – Introdução à História, às técnicas e à Linguagem da Fotografia na imprensa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004a.

29 Os periódicos da UFO não foram analisados pelo presente artigo, por não pertencerem ao recorte imposto por este autor.

_____. **Uma história crítica do Fotojornalismo Ocidental.** Chapecó:
Argus; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004b.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS “BANDOLEIROS” MARAGATOS DA REVOLUÇÃO DE 1923 ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL A FEDERAÇÃO.

DAL FORNO, Rodrigo¹

DOBKE, Pablo²

RESUMO: A presente comunicação tem como objetivo analisar a construção estigmatizada dos revolucionários maragatos da Revolução de 1923, através do jornal *A Federação*. E o tratamento pejorativo realizado por este periódico sob as figuras de dois importantes líderes desta revolução: Honório Lemes e Leonel Rocha. A representação destes indivíduos enquanto “bandidos” ou “bandoleiros” nos remete a um olhar sobre o poder, e é fruto de um discurso da época. Sendo que estes ainda não obtiveram atenção por parte da historiografia, o que torna necessário uma discussão sobre papel social e político destes indivíduos dentro do contexto revolucionário de 1923. Procuramos analisar esta relação de poder e construção negativa da imagem destes dois líderes a partir dos conceitos de *Outsider* de Norbert Elias (2000), e *banditismo social* de Eric Hobsbawm (2010), que acreditamos nos permitir uma maior compreensão á cerca de quem eram estes indivíduos e a construção estigmatizada direciona á eles.

1 Acadêmico do 6º Semestre do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas. rodrigodalforno@hotmail.com

2 Acadêmico do 6º Semestre do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas. pablo_dobke@hotmail.com

Palavras-Chave: Revolução de 1923; Banditismo Social; *A Federação*.

RESUMEN: *Esta comunicación tiene como objetivo analizar la construcción estigmatizada de los revolucionarios maragatos en la Revolución de 1923 por el diario A Federação, y el trato despectivo de esta prensa sobre las figuras de dos importantes líderes de esta revolución: Honorio Lemes y Leonel Rocha. La representación de estas personas como “bandidos” o “bandoleros” nos lleva a una mirada del poder, y es el resultado de un discurso de la época, que no ha recibido atención por parte de la historiografía, lo que hace necesaria una discusión de la función social y el contexto político de estas personas dentro de la revolución de 1923. Tratamos de analizar las relaciones de poder y la construcción de la imagen negativa de estos líderes a partir de los conceptos de Outsider de Norbert Elias y Bandolerismo Social de Eric Hobsbawm, que creemos que nos permitirá una mayor comprensión de quiénes fueron estas personas y la construcción estigmatiza direccionada a ellos.*

Palavras-Clave: *Revolución de 1923; Bandolerismo Social; A Federação.*

1. Introdução

A presente comunicação é resultado preliminar de uma pesquisa de trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas, que vem sendo realizada pelos dois autores sob a orientação da Prof.^a Dra. Elisabete Leal acerca da Revolução de 1923, e as figuras emblemáticas de Leonel Rocha e Honório Lemes através do jornal *A Federação*. A insuficiência de fontes para a pesquisa dos dois revoltosos tornou necessária à busca de informações neste

jornal legalista, o que acabou gerando novos questionamentos que serão expostos neste texto. Buscaremos aqui analisar a construção da imagem pejorativa e a marginalização destes líderes maragatos da Revolução de 1923, através das páginas do jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Esta representação do adversário político, construída pelo jornal situacionista acerca destes dois generais, ocorreu no sentido de desmoralização e inferiorização, através do uso de termos como “bandidos” e “bandoleiros”. Sendo que esta visão depreciativa, fruto de um discurso da época e um olhar do poder sobre os opositores, ainda não obteve uma maior atenção por parte da historiografia. Isto torna extremamente necessário uma discussão sobre quem eram estes dois indivíduos e seu papel social e político dentro do contexto revolucionário de 1923.

A Revolução de 1923 foi um conflito de guerra civil que durou cerca de nove meses no Rio Grande do Sul e se encerrou com o Pacto de Pedras Altas, que selou a paz entre as duas partes divergentes. Os revolucionários opositores se organizaram sob a liderança política de Joaquim Francisco de Assis Brasil e desejavam a deposição de Borges de Medeiros da presidência do Estado; a revisão na constituição gaúcha que permitia a hegemonia dos republicanos no poder e ansiavam pela intervenção do Presidente da República Arthur Bernardes no estado. No contexto dos anos iniciais da década de 1920 o Rio Grande do Sul passava por um período de crise econômica e tensões políticas, juntamente com a herança de descontentamento e mágoa da Revolução Federalista de 1893-95 por parte dos federalistas derrotados. A revolução se deflagrou após o pleito eleitoral de 1922, no qual Borges de Medeiros saiu vencedor sobre Assis Brasil, sob inúmeras críticas de fraudes e corrupções, fazendo com que ocorresse uma cisão entre as elites políticas do estado, e com

que os oposicionistas das diversas regiões estaduais se mobilizassem e pegassem em armas para depor Borges do poder. Dentro deste contexto, destacamos duas importantes frentes de combate, e pólo destacáveis de oposição, os quais ainda foram pouco estudados pela historiografia. Os contingentes revolucionários de Leonel Rocha, na região norte do estado, especificamente em Palmeira das Missões e as tropas lideradas por Honório Lemes na região da fronteira oeste, município de Rosário do Sul e arredores.

Estes dois importantes líderes e seus efetivos militares (além de outros generais de destaque como Zeca Netto em Pelotas, e Menna Barreto em Passo Fundo, entre outros), vão estabelecer duas das principais reduções revolucionárias e através da tática militar de guerrilhas vão manter as tropas legalistas em constante alarme e com suas atenções voltadas aos dois caudilhos maragatos.

Leonel Rocha e Honório Lemes possuíam traços em seus perfis de liderança que os aproximavam entre si, e diferenciavam dos demais líderes do contexto revolucionário, tanto do lado oposicionista, quanto situacionista, homens que geralmente pertenciam à uma elite estancieira e com grande atuação e influência política no Rio Grande do Sul. Tanto Honório quanto Leonel eram indivíduos de origem humilde, com poucos recursos econômicos, sem maiores instruções intelectuais e anseios políticos. Sob seu comando também se arrematavam combatentes semelhantes às suas condições: peões, caboclos, ervateiros, pequenos roceiros, etc.

Durante este período conturbado de luta armada por todo o Rio Grande do Sul o jornal *A Federação* noticiava diariamente as movimentações e conflitos nas diversas regiões do território gaúcho. O jornal, fundado em 1884, era o veículo de propagação dos ideais

políticos do PRR e se tornou órgão oficial do governo do Estado com a hegemonia política dos republicanos no poder. Através da sua orientação política, o jornal constantemente criticou e desmoralizou as oposições e ao mesmo tempo valorizou a atuação republicana e sua luta valorosa pelo mantimento da ordem no Estado. A construção da imagem de Honório Lemes e Leonel Rocha ocorria no sentido de uma constituição negativa, os colocando enquanto indivíduos de *status* e valor humano inferior, homens fora da lei e causadores da desordem no estado. Termos como “bandoleiro”, “bandido”, “famigerado caudilhote”, “horda de gatunos”, “desprezível”, “inimigos da ordem” entre outros, aparecem constantemente no discurso da imprensa republicana, além da frequente depreciação e crítica a atuação dos grupos, ou “bandos”, comandados pelos generais, que segundo o jornal, praticavam as mais variadas desordens e crimes: a pilhagem, roubo de animais em propriedades particulares, degolas, assassinatos e violação de moças, depredação do patrimônio publico, como cortes de luz elétrica e de linhas de telégrafos, derrubada de cercas, etc. As páginas de *A Federação* criticavam ainda as táticas militares e a coragem dos grupos revolucionários nos enfrentamentos armados, relatando que na maioria das vezes debandavam e se refugiavam nas matas aos primeiros tiros em contato com as tropas legalistas.

Procuraremos analisar toda esta construção estigmatizada de inferioridade a partir dos conceitos de *estabelecidos* e *outsiders* trabalhados por Norbert Elias (2000), e o conceito de *banditismo social* analisado pelo historiador Eric Hobsbawm (2010). Para Hobsbawm:

O banditismo social constitui um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura (inclusive nas economias pastoris) e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terra, governados, oprimidos e explorados por alguém:

por senhores, cidades, **governos** (...) (grifo do autor – HOBBSAWM, 2010; P. 39).

Esta situação exprime muito bem a situação dos “bandoleiros” assististas no contexto da revolução. Indivíduos que de alguma forma se sentiam oprimidos pelo governo e com isto passam a atuar na contestação deste regime hegemônico. No contexto de 1923 esta contestação assume a forma de luta armada, o que coloca estes revolucionários como “bandidos”, ou foras-da-lei. Para *A Federação* tais circunstâncias eram “prato cheio”, visto que a guerrilha imposta por estes homens batia-se de frente ao organismo estadual do PRR, e a ordem do Estado, causando pânico para aqueles que viam na constituição de 1891 e no governo borgista o modelo ideal de administração.

Norbert Elias nos fornece o conceito de *estabelecidos e outsiders*, que em linhas gerais aborda a idéias dos estabelecidos, enquanto um grupo de maior poder em determinado contexto e que pensa a si mesmo como humanamente superior, e estigmatiza o grupo *outsider* como um grupo de pessoas de menor valor humano. Deste modo a exclusão e a estigmatização do grupo outsider, são armas poderosas por parte dos estabelecidos para afirmar sua superioridade e manter os demais em seu lugar, tendendo a atribuir sempre ao grupo de fora características pejorativas (ELIAS, 2000, p.19-22). Portanto a depreciação individual, ou do grupo como um todo, era arma fundamental dos republicanos borgistas (Os estabelecidos), na tentavam diminuir os feitos dos revolucionários maragatos (Os *outsiders*), assim como propagar e construir uma imagem negativa deste grupo perante toda a sociedade gaúcha, ao mesmo tempo reiteravam o enorme valor da luta e do governo do Partido Republicano Rio-Grandense.

2. A Revolução de 1923: Os bandoleiros Leonel Rocha e Honório Lemes

3.

De acordo com Maria Antonieta Antonacci, a Revolução de 1923 tratava-se de “uma luta interclasse dominante tendo em vista que a partir do pós-guerra, o acirramento das condições de mercado e a falta de reformulação do projeto do grupo no poder, levaram as oposições a trocar as urnas pelas armas” (ANTONACCI, 1981, p.114). O final dos anos de 1910 e início da década de 1920 trouxeram questionamentos econômicos ao Estado, devido ao período de forte instabilidade no mercado e na produção, derivados do período pós 1ª Guerra Mundial e das crises do café no plano nacional. O que levava as elites econômicas gaúchas a buscarem novas respostas frente à crise junto ao PRR, enquanto este se mostrava incapaz de fornecer soluções (ANTONACCI, 1981, p.112). Isto aliado ao descontentamento da hegemonia política exercida pelo chefe do partido, Borges de Medeiros, levou cada vez mais a adesão e união da oposição em torno de Assis Brasil. Dissidentes republicanos descontentes, federalistas rancorosos com a derrota de 1893-1895 e liberais-democratas desejosos por uma nova política econômica estadual, se uniram no apoio á candidatura de Assis para o pleito eleitoral de 1922.

Nas eleições para governador em 1922 duramente disputada entre os republicanos representados por Borges de Medeiros e as oposições reunidas através da liderança de Assis Brasil, trouxe como consequência no Rio Grande do Sul uma explosão de violência superior ao normal, devido a realidade pouco comum de presença de uma oposição fortemente organizada com que os republicanos tiveram de lidar. (CORTÉS, 2007, p. 35). A constituição estadual redigida por Julio de Castilhos colocava

a necessidade de que para ser eleito, o candidato ao governo estadual deveria ter três quartos dos votos. Porém esses números não eram vistos como problema perante a máquina republicana do patriarca Castilhos que poderia conseguir quantos votos quisessem. Através do apoio dos coronéis locais nos diversos municípios, que eram cooptados pela máquina partidária do Partido Republicano, e possuíam enorme lealdade a Borges de Medeiros (FÉLIX, 1997, p. 68-9)

No entanto o que preocupava os republicanos era o forte oposicionismo organizado por Joaquim Francisco Assis Brasil juntamente com o bando de caudilhos, peões e pistoleiros que se mobilizavam em todo estado, o que gerava certo desconforto aos borgistas, e pela primeira vez o PRR se via em iminência de perder as eleições. Assis Brasil com fortes indícios de vencer as eleições fez com que a Assembléia Estadual nomeasse uma comissão para divulgar o resultado final, comissão essa que era presidida por Getulio Vargas (na época deputado pelo município de São Borja) na companhia de mais dois republicanos. Seguindo a tradição do PRR, a comissão de Vargas executou seu papel e declarou Borges como vencedor. Borges aceitou a arbitrariedade do pleito, sagrando-se assim governador pelo quinto mandato consecutivo. Porém, a oposição alegara que a reeleição havia sido fraudulenta, tentando aí corrigir esse erro a força. No dia da posse de Borges em janeiro de 1923 explode em todo estado uma rebelião exigindo a retirada deste do poder. (CORTÉS, 2007, p. 36). Federalistas vingativos, democratas idealistas e libertários civis uniram-se com uma meta: colocar um fim à hegemonia política borgista e acabar de uma vez com a constituição de Castilhos. Nascia assim uma revolução improvisada, onde não havia um comando central e nem um plano que dirigisse os rebeldes, além da enorme carência de recursos bélicos, apenas caudilhos isolados com

seu prestígio armando seus adeptos com armas obsoletas, o que gerou a constituição de guerrilhas por todo estado organizada em colunas a mando desses caudilhos onde se destacam as presenças dos generais Honório Lemes da Silva e Leonel Maria da Rocha.

O movimento armado estabelecido pós-eleições de Novembro de 1922, se iniciou em Janeiro do ano seguinte na região serrana do estado, com a constante presença de Leonel Rocha, além de outros importantes generais revolucionários, como Menna Barreto e Felipe Portinho, que mantiveram acessas as chamas revolucionárias com constantes ataques na região de Palmeira das Missões e Passo Fundo. Nesta região norte do Rio Grande do Sul, região geográfica conhecida como planalto médio gaúcho, (ou região serrana), mais especificamente a região histórica reconhecida como *Grande Palmeira* (Atuais municípios de Palmeira das Missões, Sarandi, Nonoai, Frederico Westphalen, entre outros). Neste local a oposição à política borgista foi liderada pela figura de Leonel Maria da Rocha, homem de origem humilde e semi-analfabeto que reuniu e liderou as tropas revolucionárias formadas por homens que geralmente tinham as mesmas condições sociais e econômicas que seu líder. O movimento revolucionário de 1923, em Palmeira, sob o comando deste caudilho, apresentou características peculiares e singulares em relação às demais regiões: primeiro como já ressaltado anteriormente, o líder do movimento, Leonel Rocha não era um fazendeiro poderoso economicamente e politicamente, segundo, as agitações eleitorais, assim com os choques armados em Palmeira ocorreram mais cedo do que as demais cidades, e foram as primeiras movimentações revolucionárias no estado (SOARES, 1974, p. 199-200). Durante o período da luta armada, Leonel mobilizou intensamente contingentes de caboclos e ervateiros no interior do município de Palmeira, nas localidades de Fortaleza,

Rio da Várzea, Potreiro Bonito e Nonoai (ARDENGHI, 2003, p. 192), dividindo seus comandados em pequenos grupos e praticando a tática de guerrilha, fazendo ataques constantes na forma de piquetes e em seguida retirando-se para as matas dos arredores do município. Tendo em vista que o município de Palmeira possuía vasta área florestal, isto constituiu em um espaço privilegiado para este tipo de atuação por parte dos maragatos. (ARDENGHI, 2003, p.201). Esta forma de atuação de guerrilha e retirada para as matas, tornava extremamente difícil a perseguição e o combate das tropas de Leonel por parte dos legalistas, que eram comandados por Firmino de Paula e Valzumiro Dutra, e está relacionada às precárias condições e recursos das tropas em termos de armamentos e suprimentos. Com ataques e movimentações deste gênero, durante todo o ano revolucionário, o ponto culminante da atuação de Leonel Rocha e suas tropas se daria em 6 de Junho de 1923, com a tentativa de tomada do município de Palmeira, frustrada e repelida pelas tropas legalistas.

Aos poucos as colunas revolucionárias foram intensificando seus ataques nas diversas regiões do estado. Zeca Netto atuaria com eficiência no sul do Estado, vindo a tomar Pelotas em Outubro daquele ano. Honório Lemes comandaria as tropas em Rosário do Sul, um dos principais quartéis assistidas, sediando o regimento do Exército Libertador do Oeste comandado por Honório e sua equipe de estado-maior dos quais faziam parte outros importantes caudilhos da cidade como: Ladário Pinheiro, Antonio Silveira, Felício do Amaral, Pedro Baiano, Amaro Alves Pereira, além do Coronel Teodoro Menezes. No entanto, o General Honório Lemes preferia se instalar na já conhecida Serra do Caverá e de lá comandar todas as ações da região através do 2º Corpo do Exército Libertador, corpo de guerrilha formado praticamente

por homens semelhantes ao caudilho, peões e tropeiros. Com essa formação, as colunas do general Honório ainda ocuparam as cidades de Quaraí, São Gabriel e Bagé, onde o próprio foi recebido com grande clamor da população nas duas últimas cidades.

Durante todo o ano de 1923 os revolucionários mantiveram o governo do Estado preocupado com a guerra civil instalada, através da tática militar de guerrilhas e ataques rápidos. Com esta alteração na ordem do Estado, os assististas confiavam que o Governo da União interviria na esfera estadual desmontando a classe dominante. (FERREIRA FILHO, 1973, p. 28). Ou seja, os revoltosos desejavam que o presidente da República, Arthur Bernardes interviesse no Estado, e não reconhecesse Borges enquanto presidente do Estado e vencedor das eleições fraudulentas de 1922, tendo em vista que no pleito eleitoral nacional de 1922, Borges de Medeiros havia apoiado Nilo Peçanha e se colocado enquanto adversário político de Bernardes. A intervenção federal acabou não ocorrendo da forma exata como desejavam os opositores de 1923. Bernardes apenas veio à intervir no final daquele ano, quando enviou seu Ministro de Guerra, Setembrino de Carvalho para o Rio Grande do Sul, para que mediasse à paz entre as duas partes, e apaziguasse o Estado. Em dezembro de 1923, sob mediação de Setembrino, no Castelo de Pedras Altas, residência de Assis Brasil, foi assinado o Pacto de Pedras Altas, que entre as diretrizes gerais, principalmente proibia a reeleição de Borges de Medeiros para um sexto mandato e previa a eleição direta para vice-presidente do Estado.

2.1 Honório Lemes e Leonel Rocha

A reconstituição da trajetória do caudilho Leonel Rocha é uma

tarefa extremamente dificultosa, devido à carência de fontes primárias, e também de trabalhos publicados sobre este personagem. Mesmo assim é possível traçar alguns aspectos da vida caudilhesca de Leonel. No entanto não nos interessa neste texto aspectos mais pontuais da sua biografia, mas sua atuação em 1923 e os aspectos peculiares de sua liderança.

Nascido em 13 de Outubro de 1865, no município de Taquari, veio a se transferir aos 23 anos para Palmeira, onde se filiou ao Partido Federalista e iniciou sua trajetória política bastante movimentada (ARDENGHI, 2003, p.161-2). Leonel Rocha iniciou sua trajetória de lutas na Revolução Federalista de 1893 se colocando como ajudante do General Prestes Guimarães, que o incumbiu da importante missão de fazer ligações e ir ao encontro do General Gumercindo Saraiva, no Paraná. Depois desta missão, Leonel passou a organizar grupos armados para a luta federalista durante toda a revolução no interior do município de Palmeira. O caudilho ainda se envolveria mais tarde na chamada Revolução da Palmeira, ou levante de 1902 (ARDENGHI, 2003 p.168; SOARES, 1974, p. 164), e realizaria uma tentativa frustrada de auxílio as forças da coluna de Luis Carlos Prestes em 1924. Ainda apoiou politicamente, e movimentou tropas intensamente durante os demais conflitos do final da década de 1920 e início da década de 1930.

O “caudilho apé”, como se refere Mozart Pereira Soares (SOARES, 1974, p. 199), embora possuísse alguns recursos financeiros e pequena propriedade na região serrana, não era um daqueles famosos caudilhos a cavalo e com grandes posses, representava outra categoria social em relação aos demais caudilhos que aderiram as lutas revolucionárias de seu tempo, não se inserindo, portanto na elite estancieira do Rio Grande do Sul, (FERREIRA FILHO, 1986, p.135)

Durante praticamente toda a Primeira República, entre exílios na

Argentina e retorno a Palmeira, Leonel sempre manteve arregimentado sobre seu comando um contingente significativo de homens, em grande maioria caboclos, peões, ervateiros, e roceiros que depositavam enorme confiança em seu chefe, e nele colocavam suas esperanças de mudanças social que almejavam (FERREIRA FILHO, 1986, p. 136-7), diante da opressão dos grandes coronéis, mandatários locais respaldados pelo poder central do governo do Estado da República Velha.

Já Honório Lemes, nascido no município de Cachoeira do Sul na localidade conhecida como Barro Vermelho, desde muito cedo conseguiu captar a suma da vida campeira em consequência das tantas tropeadas que juntamente com seu pai fazia para a Fazenda nacional de Saicã no município de Rosário do Sul. Foi em uma dessas viagens que com doze anos conheceu o veterano Coronel Maneco Machado, o qual viria a arregimentar-se em 1893 na Revolução Federalista. Porém antes de se juntar à luta de 1893, Honório teve seus primeiros contatos com a política através dos irmãos Francisco e Rafael Cabeda, ambos federalistas ferrenhos e seguidores de Gaspar Silveira Martins. Para Jorge Telles, essas amizades foram a catequese política de Honório Lemes, onde se formaria o ativista inconformado pela situação dos amigos perseguidos, afrontados e até assassinados sob a proteção da lei feita por Júlio Castilhos. (TELLES, 2002, p. 17).

Já na coluna revolucionária de Maneco Machado, Honório Lemes mostrou-se um importante conhecedor da região de fronteira, conhecimento este atribuído ao seu ofício de tropeiro. Foi como explorador das hordas federalistas que Honório aprendeu as artimanhas da lendária Serra do Caverá, montanhas que serviam de refugio às tropas de Maneco Machado, conhecido como o primeiro Leão do Caverá, apodo este que Honório herdaria de seu comandante em 1923.

Devido ao contato com políticos, militares, peões e até mesmo outros caudilhos, Honório Lemes acaba reunindo em si as tantas características formadoras de um verdadeiro líder e acabada a revolução de 1893, o antes simples tropeiro tronou-se um dos principais canalizadores de uma identidade coletiva na região de Rosário, em contraponto àqueles que antes sempre foram as lideranças na imagem de grandes estancieiros, intelectuais e influentes militares. O homem rude e iletrado, longe de ser de uma classe dominante acaba por aglutinar todos esses aspectos fundamentais de uma liderança, o que levou seu reconhecimento não pela força ao modo dos coronéis e sim pelo consenso social que seu carisma e senso de justiça produziram na época.

Como de costume em todas as guerras nas quais o Rio Grande do Sul envolveu-se, destacou-se também em 1923 a figura do caudilho, e neste caso, do caudilho maragato que com sua forte mobilização impõe uma intensa resistência política e militar. Em meio a essa mobilização anti-borgista, encontra-se a cidade de Rosário do Sul, importante município situado as margens do rio Santa Maria, entre as cidades de São Gabriel, Alegrete e Sant’ana do Livramento. É essa cidade que vê nascer a liderança do tropeiro Honório Lemes da Silva. Com forte prestígio popular devido a sua renomada honradez e respeitável atuação na Revolução de 1893, Honório conclama a população rosariense, principalmente seus antigos colegas de trabalho; tropeiros, peões, campeiros e ginetes de todos os tipos para arregimentar-se contra o governo borgista, organizando assim um forte levante na região, que ficou conhecido popularmente como a Coluna Lemes. Toda essa mobilização e adesão popular viria a render-lhe o posto de General do Exército Libertador do Oeste e o apelido de “Tropeiro da Liberdade.” É nesse contexto que se forma a imagem de Honório Lemes da Silva, o humilde tropeiro que se tornou referência,

não apenas pelo viés político de sua liderança, importância partidária ou seu carisma perante a população, mas sim pelo valor de seus singelos ideais de democracia e liberdade.

4. Os Bandoleiros nas páginas de *A Federação*

A Revolução de 1923, durante todo ano de seu acontecimento, ganhou enorme destaque nas páginas do jornal *A Federação*, vindo a ser o principal assunto de artigos, e notícias do período. A imprensa do PRR daquele ano nos parece agir em dois sentidos em relação ao movimento revolucionário: em primeiro lugar, acalmando os ânimos da população gaúcha, frequentemente reiterando que a paz reinava no Estado, e a desordem trazida pelos assistas estava completamente controlada pela polícia estadual; em segundo lugar, construindo, através do seu discurso depreciativo, uma imagem negativa de inferiorização dos adversários políticos de 1923, o que ao mesmo tempo significa reter um valor humano inferior e uma depreciação das idéias e ações dos opositores, como também uma reafirmação do valor superior dos republicanos em sua luta por manter a ordem e o progresso estadual. A construção da imagem do adversário político dos republicanos se dava através da adjetivação negativa dos opositores e o uso dos mais variados termos depreciativos para vincular estes caudilhos á imagem de bandidos, desordeiros e ladrões. Segundo Norbert Elias:

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e

desarmá-lo (ELIAS, 2000, p.24)

O periódico *A Federação* nos parece agir neste sentido. Utilizando como arma fundamental este estigma para a desmoralização de seus opositores no contexto de 1923, construiu através de seu discurso esta imagem negativa de bandoleiro. Ainda segundo Elias, a relação de estigmatização entre grupos estabelecidos e outsiders por todo o mundo se dá através de uma gama de termos depreciativos que agem na estigmatização daqueles que estão colocados enquanto outsiders. Por exemplo, nos países de língua inglesa, o emprego de termos como “crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão”, entre outros. (ELIAS, 2000, p.27). Entre os revolucionários de 1923 e o governo republicano, a situação não é diferente. O uso de termos pejorativos visando a diminuição do valor humano destes indivíduos *outsiders* é constante: “bandoleiros”, “bandidos”, “caudilhetes”, “desordeiros”, “falsos libertários”, entre outros tantos mais. O conceito de “bandoleiro” vai ser o termo usado com mais frequência pelo periódico, que de forma mais geral remetia e rotulava os grupos armados como meros bandos de bandidos desordeiros, sem objetivos ou ideais políticos.

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, qualquer homem que age contra o Estado se trata de um bandido, não importando à que estrato da sociedade este homem está ligado. Além de atuar na forma de oposição frente a máquina governamental, enquanto “bandido” para os governantes, continua mantendo seus laços arraigados a sua origem, tornando-se assim, uma espécie de “herói” para com seus. Com isto, atuando como heróis sociais, capazes de promover a justiça para alguns, e bandidos promotores da desordem social para outros:

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera como heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBSBAWM, 2010, p.36.).

Para exemplificar e ilustrar esta abordagem dos maragatos enquanto bandoleiros é necessário apresentar alguns exemplos concretos presentes nas páginas do jornal *A Federação*. Destacamos uma notícia publicada no dia 28 de Fevereiro de 1923, acerca do grupo comandado por Honório Lemes, que parece ser muito bem indicativa, no sentido de rotulação dos revolucionários enquanto bandoleiros de valores humanos inferiores, “[...] pobres diabos corridos pelo ridículo e pela execração do público, perfeitos bandoleiros sem nobreza cívica, sem convicções e sem coragem para entrar em contato com a polícia.” (*A Federação*, Porto Alegre, 28/02/1923, p.13).

Também nesta linha, segue outro artigo publicado pelo jornal, no dia 17 de fevereiro de 1923, intitulado “*Revolução? Não, Banditismo.*”, no qual aborda o grupo de bandoleiros comandados pelo “desprezível” Honório Lemes:

O agrupamento de bandoleiros no Caverá, sob as ordens de um tal Honório Lemes, individuo de nenhum ascendente na região, e que nada mais é do que desprezível instrumento dos desprezíveis intuits de uma causa política entrada em franca decomposição moral (*A Federação*, Porto Alegre, 17/02/1923, p.1).

De acordo com Norbert Elias, em determinadas relações entre o grupo estabelecido, e o grupo outsider, o próprio nome dado a este último

pode servir como forma de implicar inferioridade e desonra. (ELIAS, 2000, p.27). Claramente o termo de “bandoleiro” é empregado com esta idéia explícita de produzir uma imagem de inferioridade ao grupo outsider. Ainda segundo Elias está estigmatização ainda está relacionada a outro preceito, “a anomia talvez seja a censura mais freqüente a lhes ser feita; repetidamente, constata-se que os outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indigno de confiança, indisciplinado e desordeiro.” (ELIAS, 2000, p.27)

Esta anomia, ou a ausência de respeito pelas normas sociais estabelecidas, também está mais do que dada no tratamento direcionado aos bandoleiros maragatos. Tendo em vista que sua atuação é concebida pelo governo estadual como um total desrespeito ao bem público e a segurança do Estado, devida aos constantes ataques durante todo o período revolucionário ao patrimônio público (telégrafos, cercamentos, luz elétricas, trens, etc) e aos roubos a propriedades privadas (piquetes á fazendas, roubos de animais e de produtos comerciais). Assim mostra a notícia do dia 06 de Julho de 1923, no artigo “*A lucta contra a anarchia*”, onde o gazeteiro Juvenal Maia escreve: “Nas suas intenções está a destruição da ordem social, a rapinagem, a ruína econômica e a infelicidade da família riograndense.” (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 06/07/1923, p.1).

Outro exemplo nos parece bastante elucidativo em relação as operações dos bandoleiros e as criticas governistas, desta vez, a notícia esta vinculada ao grupo de Leonel Rocha e retrata o importante momento de aclamação deste líder ao posto general do Exército Libertador, o que possivelmente se dera devido a sua atuação e prestígio junto a causa revolucionária. O que aos olhos do poder governista tal aclamação parece não possuir a menor importância e valor:

O “general” Menna Barreto, figura apagadíssima entre os famigerados bandoleiros da Serra, acaba de promover a “general” o bandoleiro Leonel Rocha, chefe de uma malóca que tem cometido as maiores depredações e volumosos furtos lá pela Palmeira (A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 06/07/1923, p.2)

A prática de roubos e depredação dos bens públicos de certa forma fazia parte das táticas militares destes revolucionários, devido às diversas condições de adversidades enfrentadas no dia-a-dia do embate revolucionário e demonstra sumariamente a conjuntura na qual viviam os opositores do governo borgista, encurralados à marginalidade de um fora da lei por meio de suas ações de rebeldia e insatisfação para com o governo dominante na época. Totalmente compreensível ao “bandido” neste caso, até mesmo o sequestro mediante pagamento de resgate. Honório Lemes sequestrou o filho de um grande estancieiro republicano e exigiu pagamento em troca do mesmo. (SANTOS, 1998, p. 74) – uma forma de “ajuda” à revolução. Devido ao pouco recurso provido aos assististas, atitudes como as descritas acima faziam parte da rotina dos rebeldes, pois era quase impossível manter a revolução sem tais atividades.

A situação atribuída aos revolucionários de 1923 pelas páginas de *A Federação* nos serve de parâmetro acerca da figura de protesto, esse rebelde social que por agir conforme suas próprias convicções acabou por tornar-se um insurreto em contraponto aos valores definidos pelas ordens sociais vigentes. Nas palavras de Hobsbawm:

Desenvolvem seus próprios sistemas de diferenciação de classe, ou quando são absorvidas por sistemas econômicos maiores, construídos sobre o conflito de classes, podem gerar um número desproporcionalmente

grande de bandidos sociais (HOBSBAWM, 2010; P. 37)

No entanto, é difícil dizer até que ponto essa pilhagem era fruto do ato revolucionário. Tendo em vista a situação convulsionada do Estado, onde indivíduos com intenções exclusivamente voltadas ao furto provavelmente se aproveitavam da situação para cometer de fato estas atrocidades. Além de que diversos indivíduos que possuíam as desavenças individuais ou familiares colocavam-se a disposição das hostes rebeldes, gerando assim um ato de vingança pessoal, visto que usavam a revolução para por em prática a obra que já haviam começado antes da revolta. Segundo o próprio Hobsbawm: “Em muitos casos, essa situação de desavença e rapinagem costumeira converte-se em banditismo social, como uma forma de resistência aos ricos, conquistadores e opressores.” (HOBSBAWM, 2010; p. 38).

Em suma, acreditamos que as figuras de Honório Lemes e Leonel Rocha ao aderirem ao contexto revolucionário incorporam em sua autoimagem o banditismo social analisado por Hobsbawm, se colocando como homens fora-da-lei perante o Governo do Estado. Foram perfeitos bandoleiros de valor humano inferior e sem convicções políticas e ideológicas, devido a sua forma de atuação no contexto revolucionário e sua contestação da ordem hegemônica estabelecida pelo governo de Borges de Medeiros. Bandidos que se situaram a margem do grupo que detém o poder, do grupo estabelecido. Bandidos que são vistos por estes *estabelecidos* enquanto *outsiders*, enquanto “os de fora”. Indivíduos que devem ser estigmatizados e excluídos, desmoralizados e banidos da sociedade. Neste sentido se dá a construção depreciativa do jornal A Federação durante a Revolução de 1923.

5. Últimas considerações

Em meio aos olhares estigmatizados lançados pelo órgão de imprensa oficial do Partido Republicano Rio-Grandense no conturbado contexto da Revolução de 1923 sobre os bandoleiros maragatos, fica a dúvida e a necessidade de discussão sobre quem realmente eram estes homens e o seu papel político e social. Em muitos casos, estes bandoleiros eram homens semelhantes aos seus comandados que movidos pelo intuito de justiça envolviam-se na trama política formando suas guerrilhas em meio à própria comunidade onde viviam. Pelo fato de exercerem grande liderança local, formaram verdadeiros exércitos onde a maior patente era o respeito, o que lhes garantia tamanha adesão de combatentes, guerreiros estes que não passavam de desordeiros, e homens sem valor, aos olhos dos governistas. Para Hobsbawm essa liderança é a ideal, pois os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugar e operam em situações sociais de extrema complexidade; outro fator importante para o historiador britânico combinado a naturalidade do líder, é o conhecimento do local onde se atua, pois no caso em questão, esse conhecimento dava imensa vantagem ao caudilho, pois uma manobra bem executada colocava o bando não só fora do campo de visão inimigo, como também fora do campo de atuação, no caso de transpor a fronteira limítrofe entre países vizinhos. (HOBSBAWM, 2010, p. 41)

Na realidade específica analisada, tanto Leonel Rocha e Honório Lemes, são exemplos de homens meramente comuns, trabalhadores rurais, que repentinamente se vêem diante da necessidade de sublevar-se contra aqueles que oprimem a si mesmo e a seus pares, com isso tornando-se o modelo marginal, contraventor e fora da lei. Contudo, que papel desempenharam esses dois líderes para que as páginas de *A Federação* desse tanto valor as suas atuações, pondo-os assim no foco

de suas críticas?

Primeiro é necessário ter em evidência que estes homens jamais foram políticos natos, dotados de gabinetes ou postos governamentais – embora tivessem um papel fundamental dentro da oposição militar imposta pelo Partido Libertador e fossem anteriormente adeptos do Partido Federalista – porém, de fundamental importância dentro das ações políticas, pois com sua guerrilha desestabilizavam certos postos de comando estatal, colocando assim em cheque a política republicana. Como fora visto anteriormente, trata-se de dois homens humildes e sem recursos econômicos que se lançaram em meio a uma luta de oligarquias regionais, onde os atores políticos eram pertencentes a uma camada social um tanto diferente da sua e que a partir deste conflito almejavam nada menos que o comando do Estado. Distinto desta ambição, Honório e Leonel aderiram à chamada Revolução Libertadora com ideais bem formados, sabiam em seu íntimo que algo deveria mudar, tinham a consciência de democracia e da necessidade de seu povo. Entretanto uma análise mais aprofundada acerca dos papéis destes dois importantes líderes e sua atuação histórica, ignorados até então pela historiografia gaúcha, nos parece extremamente necessário para um maior entendimento da Revolução de 1923, assim como das próprias figuras emblemáticas destes dois caudilhos.

6. Referências Bibliográficas e Fontes Primárias:

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: As oposições & Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, Ervateiros e Coronéis: Luta e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDUPF, 2003

CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revoluções e caudilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1986.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SANTOS, Mariza E. Simon dos. **Honório Lemes: Um líder carismático – Relações de poder no Rio Grande do Sul 1889/1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SOUZA, Mara Regina Miranda de. **Rosário do Sul através do tempo: Apontamentos de Mário Ortiz de Vasconcellos**. Porto Alegre: Alcance,

2004.

SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira**. Porto Alegre: Bels, 1974.

TELLES, Jorge. **Honório Lemes: As revoluções de seu tempo**. Rosário do Sul: Saran, 2002.

- Fonte Primária.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano 1923.

AS MULHERES E A ENTRADA EM NOVOS ESPAÇOS NA MODERNIDADE

Pâmela Pereira de Pinho¹

RESUMO: O artigo apresenta de forma sucinta o que representaram as mulheres na Modernidade, seus papéis definidos e as conquistas por elas alcançadas. Do letramento à inserção nas artes, seus lugares são mostrados a fim de que possamos compreender a dinâmica social ao qual estavam imersos não somente as mulheres mas, os homens também. O sistema de valores dessa sociedade, os papéis que as instituições desempenhavam, a vida cidadina e as relações familiares são pontos de partida para uma análise mais ampla que contempla em especial e com maior cuidado a mulher em todo esse contexto. É na discussão historiográfica entre três autores diferentes que pudemos aperceber as noções de cada um acerca da mulher, e que mesmo abarcando localidades e séculos distintos em suas obras conseguem conversar e colocar em relevo as mais variadas faces que compõem todo processo de inserção feminina na sociedade Moderna.

Palavras-chave: Renascimento - mulheres - alfabetização - artes.

Introdução

Entendendo o longo caminho pelo qual as mulheres tiveram que percorrer na intenção de encontrar espaço na sociedade contemporânea

¹ Discente do curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande. Bolsista FAPERGS.

analisaremos a Modernidade para compreender parte desse processo. Na busca de espaço dentro da intelectualidade, meio eminentemente em poder masculino, a alfabetização torna-se um passo fundamental para a tentativa de aquisição da equivalência intelectual entre os sexos, ainda que o número de exemplos bem documentados não nos seja tão generoso podemos tornar tangível através de análises de casos específicas o despertar de mulheres comuns para a literatura e principalmente nesse caso de análise as artes.

Todo o desenrolar da vivência dessas mulheres, que aqui não privilegia as aristocratas ainda que sejam mencionadas, é posto para análise. Para tanto deixamos claro os limites encontrados aquelas que não possuíam ou advinham de famílias abastadas. Parece-nos que tomar exemplos advindos de classes populares como o eixo norteador desse estudo é mais rico na percepção das contradições entre possuir poder financeiro para educar o sexo feminino, ou vir de famílias menos abastadas lutando para adquirir espaço nos meios dominados pelo gênero masculino.

Fazemos antes do estudo de um caso específico, uma discussão sobre as produções historiográficas de gênero, o quão relevantes foram pra se pensar nas relações de poder entre gêneros, relações estas políticas. Veremos que esse é um processo dual onde a identificação do indivíduo dá-se a partir do outro, e que espaços sociais são estipulados e construídos firmando culturalmente a identidade de cada gênero limitando dessa forma o poder político atribuído a cada qual.

As referências historiográficas e o estudo das mulheres

Um estudo que começa a se desatrelar dos grandes heróis da História nos parece ter sido empreendido por Jules Michelet quando esse considera as *massas* o agente impulsionador da História, se faz de direito vincular a ele, portanto um olhar mais acurado das relações entre homens e mulheres como transformadores históricos. Não podemos imaginar ainda que as mulheres dessa massa terão o mesmo tratamento histórico empreendido por Michelet aos homens que a compõe, o que nos chama atenção é observar nuances em sua obra de uma corrente histórica que surgirá mais de meio século depois e que só então dará um maior tratamento à história das mulheres. Ainda considerando Michelet as diferenças entre os sexos vão pautar seu estudo, mas não somente a ele essa perspectiva é usada veremos esse traço de escrita histórica em diversos outros historiadores contemporâneos a si. A associação de gênero sempre foi marcada de forma incisiva por um determinismo biológico em que punha a mulher/instinto enquanto homem/racional como eixo de apresentação e justificação para a vida pública ser marcadamente masculina enquanto a vida privada, o lar, é dado ao sexo feminino. Essa estrutura é questionada no século XX com Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*² demonstrando que a civilização impõe seus costumes e passa a sinalizar quais as formas adequadas que homens e mulheres devem assumir e quais ambientes devem ou podem ser frequentados por cada um, cria um duplo processo diferenciação-identificação, Simone nos diz “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, sendo a expressão máxima da construção histórica e social desses espaços e que permeará por muito tempo a historiografia feminista.

2 BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 2. v.

Notamos que esse movimento feminista, sobretudo a partir da década de sessenta do século XX fixa-se na corrente marxista para realização de estudos voltados ao trabalho das mulheres operárias, estas em sua maioria ligadas a produção têxtil o que seria mera extensão do trabalho ao qual estavam habituadas dado que a tecelagem e fiação era atribuição feminina dentro do lar, o que não rompe em larga medida com ideário corrente de que continuariam as mulheres sendo sujeitos de segunda classe dentro de uma sociedade patriarcal. Assim, os salários inferiores eram justificáveis, sendo a mobilização feminina nesse meio uma forma de adquirir autonomia e tais estudos sobre o trabalho das mulheres fundamentais para entender-se esse longo processo pelo qual as operárias, e própria história das mulheres necessitaram percorrer. Nesse caso o trabalho não torna-se emancipatório dentro da realidade das fábricas têxteis, no entanto no período em que a historiografia estará voltada pra esses estudos da relação entre o mundo do trabalho e a mulher é possível que se note as novas demandas de cunho historiográfico denunciando uma mudança de comportamento social que abrirá gradualmente as portas pra inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O caminho percorrido para o estudo das mulheres parece tomar um novo rumo na geração dos *Annales*, sobretudo posteriormente com a Nova História. Mas o que nos parece realmente importante para uma análise científica histórica é pensar para além dos suportes feministas e mesmo militante de uma história das mulheres, e utilizar a categoria gênero como a mais encaixada para seu estudo, não estando aquém dessa discussão à relação de poder intrínseca aos gêneros, feminino e masculino que sempre estiveram nas dinâmicas sociais refletidas através da História. É através dessa pequena discussão historiográfica de inserção do estudo histórico sobre gênero que poderemos entender a constante

produção acadêmica nessa área que ainda não parece ter sido esgotada e onde vamos fundamentar esse trabalho.

A intelectualidade feminina no Renascimento

Uma avaliação bastante pertinente para começarmos a entender como a mulher intelectual, especificamente aqui a italiana, no Renascimento era recebida ou mesmo “aceita” foi feito pelo historiador, Burckhardt: “O maior elogio que se podia fazer então às grandes mulheres italianas era dizer delas que tinham um espírito, uma índole masculina.”³ essa é uma amostra do que discutiremos sobre papel que as mulheres estavam assumindo, ou buscavam assumir, em meios eminentemente masculinos, percorrendo com restrições os caminhos não para uma igualdade mas, numa tentativa de alteração de pequenos espaços por elas não antes freqüentados. Nessa “transgressão” impelida, podemos observar a tentativa de alfabetização como a primeira e a principal forma na busca de certa equivalência com os homens, e não obviamente de assumir seus espaços. É certo que temos casos específicos em que as mulheres obtém destaque na poesia e na própria política, exemplo disso tanto na política quanto na literatura Margarida de Navarra irmã do rei Francisco I, na França do século XVI, mas isso nos soa como muito pequena a expressão destas numa conjuntura maior,.

É necessário para análise ainda que façamos certa diferenciação entre as localidades em que encontramos essas mulheres. Tema bastante trabalhado pela historiadora Natalie Zemon Davis conseguimos observar no caso da França o quão disseminada era a alfabetização no século XVI, e onde toda a discussão é travada para que se possa compreender

3 BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália. São Paulo: Companhia da Letras, 2009. (p. 354).

como e em qual meio essas mulheres conseguem adquirir o letramento. O advento da imprensa facilita a circulação, isso é inegável, mas está longe ainda de ser uniforme o acesso a livros, e a própria alfabetização de forma geral está igualmente muito aquém, conseguimos averiguar mesmo assim o quão importante à religião, e nesse caso a Reforma, foi ao processo de educação quando da necessidade de seus fiéis a se instrumentalizarem na cultura letrada para leitura e interpretação das Escrituras, e dos muitos investimentos humanistas nesse sentido. Assim, Zemon Davis busca exemplificar todos os esforços dessa educação em uma poetisa vinda de família humilde que sempre foi estimulada a estudar e prosseguir na escrita de suas poesias, Louise Labé que inclusive incita as mulheres em 1555:

Levantar suas mentes um pouco acima de suas rocas e fusos... aplicando-se a ciência e ao estudo... para saber fazer ao mundo que, se não fomos feitas pra comandar, nem por isso devemos ser desdenhadas como companheiras, tanto nos negócios públicos como nos privados, daqueles que governam e são obedecidos.⁴

A reclamação, ou talvez a incitação às mulheres que Labé faz, mostra a forma como a Modernidade determina seus espaços, colocando-as sempre de lado das questões públicas e mesmo desdenhando de suas capacidades. Entender que sem a inclinação para os estudos, sem o interesse pela ciência nunca poderiam assumir como companheiras tampouco como comandantes dos negócios públicos, é um pensamen-

4 LABÉ, Louise *Apud* DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo; sociedade e cultura no início da Modernidade: oito ensaios*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (p. 69)

to vanguardista para o século XVI, a vontade de que interferência nos negócios seja possível, pressupõe, o estudo da língua como base fundamental para que elas pudessem dialogar e encaixar-se nesses espaços. Importante ainda é pensarmos que essa poetisa tem o estudo garantido numa época em que o letramento das mulheres era motivo de piada, não obstante, sua inserção e de outras foram possíveis por pequenos programas educacionais financiados por humanistas cristãos. Entendemos que um conjunto de fatores possibilita em distintos momentos e localidades da Modernidade que a educação feminina possa progredir, ainda que a passos lentos.

Parece-nos que ser colocada em pé de igualdade com os homens extrapola os limites temporais e, por conseguinte, de valores aos quais essas mulheres e mesmo essa sociedade estavam imersas, e tampouco eram seus desejos. É impossível querermos extrair um pensamento de vanguarda, ainda que possamos averiguar no caso de Labé, de um período em que a relações sociais e culturais estavam pautadas no homem, no pai, no irmão, no gênero masculino. Mesmo assim nos é observável a saída dessas mulheres para o trabalho, onde ganhavam e podiam ajudar seus maridos e suas famílias, mas nesse sentido de prover ou tentar prover, para a família não requeria precisamente ser alfabetizada e sim colocar-se no lugar de trabalho em que elas sempre estiveram; em teares, feiras, em casas de famílias mais abastadas, enfim desenvolvendo papéis femininos aos quais já estavam acostumadas.

Recorrendo mais uma vez a Burckhardt em *A cultura do Renascimento na Itália*, vamos notar sua análise mais específica sobre a mulher italiana no Renascimento:

De fato, juntamente com a educação, desenvolve-se tam-

bém o individualismo nas mulheres das camadas mais elevadas, de forma bastante semelhante à que ocorre com os homens - ao passo que, fora da Itália, e até a Reforma, a personalidade das mulheres, ainda que princesas, sobressai apenas em pequena medida.⁵

Aqui encontramos as visões que a historiografia romântica, Burckhardt, e culturalista, Davis, produziram sobre as mulheres na Modernidade, estas em espaços geográficos distintos. Zemon Davis salienta as mulheres na França ampliando sua análise para o papel que estas desempenharam na Reforma e que a Reforma incitou nelas. Usa de um duplo processo em que a necessidade da leitura das Escrituras por parte dos protestantes impulsiona a alfabetização ao passo que o letramento feminino acaba por adquirir a possibilidade de um lento processo de equivalência, ainda que lento, com expoentes como Labé. Burckhardt fará suas colocações sobre as mulheres na Itália, conservando nelas uma independência relativizada, ainda assim com algumas exposições que parece torna-las, se não houver um olhar mais atento, em pé de igualdade aos homens. Explana que a educação atravessa um meio social mais abastado sendo filhos e filhas dessa camada mais elevada educados aos mesmos moldes. Havia, portanto, não um interesse geral de que elas desenvolvessem uma virtuosidade acerca dos assuntos que eram estudados à época, mas o tratamento e a educação italiana eram diferentes daquele empregado na França, mesmo porque as mulheres que atingiam essa educação não eram aquelas das massas italianas. Seguindo a análise do historiador romântico, Burckhardt, observamos que é detida uma maior atenção as poetisas, sendo tais mulheres revestidas de uma escrita

5 BURCKHARDT, Jacob. *Op.cit.* (p.353).

que adquiriria tons masculinos, dessa forma, notamos o quão a primeira citação utilizada é verificável, ser suficientemente reconhecida é ser comparada aos homens. No entanto é numa pequena nota de rodapé de Burckhardt que nos ataremos a desenvolver o papel das mulheres no segmento das artes.

Mulheres no segmento Arte

Em uma nota de rodapé que consta no livro *A cultura do Renascimento na Itália*, Jacob Burckhardt sentencia que a participação das mulheres como literatas é maior “ao passo que a participação das mulheres nas artes plásticas é extremamente reduzida”⁶, dá exemplos de mulheres poetisas como a veneziana Cassandra Fedele ao final do século XV, no entanto, não nos elenca nenhuma mulher artista. Assim constatamos que o meio artístico limitava muito mais a entrada do gênero feminino em suas academias. Isso talvez torne-se mais claro quando só encontraremos uma pintora que destaca-se só no início do século XVII. A mulher em questão é Artemísia Gentileschi, nascida em 1593 na Itália, onde se tornará um exemplo da transformação lenta que a mulher renascentista estava passando, seu envolvimento com a arte torna-a fonte de análise para esse processo de inclusão, que assim como Burckhardt nos falará é de uma inclusão relativizada. Filha de um pintor seguidor de Caravaggio, Orazio Gentileschi, será ele seu primeiro mestre Artemísia aprendendo as técnicas empregadas seu pai e é posteriormente colocada sob preceptoria particular de Agostinho Tassi, isso por que não se permitia o franco acesso às academias de artes por mulheres, e aqui temos que

6 BURCKHARDT, Jacob. *Idem*. (p. 353)

considerar que seu pai podia mantê-la sob tutoria, a ressalva é pra que se possa perceber que a educação, nesse caso artística, requeria uma situação econômica mais confortável. Gira em torno dessa relação entre mestre e aprendiz um escândalo de abuso sexual que gerará um processo longo e que marcará a obra de Artemísia profundamente. Análises acerca de sua obra após ter sido violentada por Tassi, mostram telas que representam sempre heroínas, exemplo *Judith decapitando a Holofernes*⁷ (1612-1613), as figuras femininas preponderam, portanto, na possível intenção de exorcizar as lembranças e o próprio trauma que seu preceptor causou. O pai de Artemísia a fim de que a honra de sua filha seja devidamente restaurada, entrega Tassi para que seja julgado, sendo ele preso por cerca de um ano, justificando a temática escolhida para obra já citada que é próxima ao período do processo judicial.

Após o julgamento de Tassi casa-se com um também artista, Pietro Antonio Stiattesia, podendo limpar a mácula que havia sido deixada, muda-se então para Florença e torna-se a primeira mulher a ingressar na Academia de Desenho de Florença em 1614, adquirindo influência com suas obras, sendo protegida e conquistando favores de pessoas importantes como Cosme II de Médici, além do respeito de artistas florentinos. Podemos assim verificar o papel e expressividade desta mulher que, alcançou espaço num período em que as academias de arte eram destinadas quase que exclusivamente aos homens.

É então, através de Artemísia que entendemos uma parte da expansão dessas mulheres nos meios que antes por elas não poderiam frequentar, e como essa pintora abre espaço para pensarmos que a colocação de Burekhardt deve ser relativizada e considerada para além da

7 Tela encontrada na *Galleria degli Uffizi* em Florença, Itália.

compreensão geral do capítulo intitulado “A posição da mulher”, trata-se de um breve esboço interpretativo do autor acerca das mulheres na renascença e, que não sustenta todo do processo.

As famílias e o papel feminino nesse contexto

A compreensão do núcleo familiar no período renascentista deve ser entendido não como gerações habitando a mesma casa, e sim uma fragmentação na unidade familiar estando na vida citadina sempre presente a figura do pai, mãe e filhos, sendo esta comumente a base mais sólida do núcleo-família. Os modos de viver constituem e se constroem sob as formas em que elas são organizadas. Desde o espaço físico em que habitam até as relações de trabalho que se estabelecem estão sempre sendo permeados dos valores que a formam enquanto tal, é a honra que não pode ser maculada, a palavra e a injúria que não podem manchar os membros da família, e o público e o privado que confundem-se esboçando num pequeno quadro a dimensão ao qual ela está firmada.

Mostrar as mulheres inseridas nesse contexto promove a reflexão acerca da forma de vida (conjugal inclusive) a qual elas estavam submetidas, assim no caso francês, encontramos no texto de Arlette Farge uma situação peculiar em que ilustra certa autonomia feminina:

Há uma situação particularmente freqüente: a da esposa que requer a prisão do marido quando a conduta deste último é reprovada com unanimidade pela vizinhança imediata. Pode ser um marido que esbanja o dinheiro da família, passa muito tempo na taberna sem se ocupar dos filhos, é

ruidoso, irascível ou freqüenta mulheres da vida.⁸

Tal fragmento consegue nos trazer luz parte da discussão feita para além do papel da mulher na família, mas, de como é possível através de formas burocráticas garantir uma conduta moralmente aceita pela sociedade sobre o mau comportamento dos homens. É encarnando a função de protetora do lar mesmo que utilizando meios externos para manter o homem trabalhando e zelando por sua família, que a mulher apresentava certa independência, sem deixar de lado para constatação o quão presente e importante era o bairro, ou a vizinhança, e somente com sua desaprovação poderiasse corroborar o reclame feito pela esposa. A punição colocada a esse homem que infringia regras sociais era a prisão mas, pouco este permanecia encarcerado uma vez que a manutenção das necessidades básicas de uma família era por ele suprida.

Nessa perspectiva devemos fazer uma ressalva ao meio social em que essas mulheres encontravam-se. Sem quereremos nos aprofundar em questões de classe, essa configuração apresentada pela autora mostra uma mulher cidadina, que depende em grande parte do trabalho do marido, e de seu próprio trabalho para a garantia de subsistência, é a mulher do pequeno artesão, do pasteleiro, do latoeiro, do florista, desses que compunham o teatro das ruas das cidades, aqui deixamos claro que estamos longe de uma análise marxista de classe sobre as famílias da modernidade, mas para que compreendamos a qual estrato da sociedade estamos nos referindo. Essas considerações sobre a honra, seu valor e o papel da família para mantê-la, nos permite compreender os motivos que

8 FARGE, Arlette. Famílias, a honra e o sigilo. História da Vida Privada, 3 VOL : da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (p. 598)

levaram o pai de Artemísia a reclamar e zelar por tal princípio social que fundamenta o período.

Considerações Finais

As observações que aqui fizemos dão apenas um indício de como foi o processo de aquisição de espaço pela mulher na Modernidade. A primeira questão aventada, sobre o letramento destas, nos parece a base ou o pontapé inicial da caminhada por elas percorridas. É com Burckhardt que fazemos nossa primeira provocação nos concedendo uma amostra das mulheres encontradas, especialmente no século XV, na Itália. A partir da construção da imagem de mulher renascentista da Itália composta por ele, podemos averiguar através dos estudos da historiadora Natalie Zemon Davis as diferenças entre mulher francesa e a italiana. Longe de ser um estudo comparado buscamos atentar para as diversas nuances que o feminino apresenta nesses lugares distintos, além da relativização da temporalidade sem nunca desviarmo-nos do período Moderno.

Em seguida fizemos um estudo específico sobre uma pintora da Modernidade com o intuito de mostrar o quão rasa é a análise de Burckhardt acerca das mulheres nas academias de arte, ele não as nega, no entanto, não cita nenhum exemplo específico. Assim buscamos exemplificar a entrada de uma para que a análise pudesse ser expandida, e não ficasse presa somente as literatas que ele tanto expunha. Posteriormente é feita uma análise de como as famílias se comportavam em um novo contexto social que exigia certo regramento, as cidades. Questões como honra e injúria estão presentes nessa análise a fim de que pudéssemos justificar o caso de Artemísia.

Percorrendo todos esses espaços, a cidade, a escola, a academia

de arte, o bairro e até mesmo a própria família é que fundamentamos o olhar sobre a expansão feminina, usando dos devidos pesos para entender que não era proposta uma superação, e sim uma equiparação de ordem intelectual que só poderá ser expressiva em meados do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 2. v.
- BURKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo; sociedade e cultura no início da Modernidade: oito ensaios*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FARGE, Arlette. *Famílias, a honra e o sigilo. História da Vida Privada, 3 VOL: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- GARRARD, Mary D. *Artemísia Gentileschi: The image of the female hero in Italian baroque art*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- GONÇALVES, Andréa Lislly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STREY, Marlene; CABEDA, Sonia; PRENH, Denise. Gênero e cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TAQUARA DO MUNDO NOVO: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA FORMAÇÃO REPUBLICANA SUL-RIO-GRANDENSE

Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho^{1}*

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar a reação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ante ao município de Taquara do Mundo Novo, que representou nas eleições da constituinte estadual sul-rio-grandense de 1891 um entrave para as pretensões do PRR em estabelecer hegemonicamente de seu partido. Isso ocorreu por esse município ser um dos oito em que o PRR não obteve a vitória nas urnas. Observar-se-á, no decorrer da pesquisa, uma conjuntura de significativas mudanças e retaliações à ordem política de Taquara do Mundo Novo e região no período subsequente à eleição constituinte de 1891. Essa data é referência para o início da mudança de liderança política local, concretizada no ano de 1892 – após o período intitulado pela historiografia sul-rio-grandense de “governicho”. Destaca-se no artigo que as mudanças de ordem política em Taquara do Mundo Novo não representaram apenas uma alteração no predomínio de políticos na região, e sim toda uma reestruturação administrativa regional, havendo a extinção e pos-

1 * Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Especialista em História do Rio Grande do Sul pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

E-mail: sobrinho.historia@gmail.com

terior anexação de dois municípios vizinhos a Taquara do Mundo Novo (Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra). Embasando-se na História Política, será levantada uma série de hipóteses que poderão ser conjecturadas a partir do contexto do Rio Grande do Sul, através de um processo de mudanças de ordem política ocorridos na transição do Império para a República (1889-1892).

Palavras-chave: Eleição. Constituição. Partido Republicano Rio-grandense. Taquara do Mundo Novo.

ABSTRACT: *This research has as aim to present the reaction of Republican Riograndense Party (PRR) to the Taquara do Mundo Novo's borough, which represented in the elections of the constituent state sul-riograndense in 1891 a problem to the expectations of the PRR in a hegemonic establishment of his party, because of this borough to be one of the eight where PRR did not achieve the victory in the ballot boxes. During in the research, we are going to notice a conjuntura of significant changes and retaliations to the political order of Taquara do Mundo Novo and its region in the subsequent period to the constituent election in 1891, being that date a reference to the beginning of the change of local political leadership realized in 1892 – after the period called by the sul-riograndense historiography of governicho. However, it stands out, in our research, that the changes of political order, in Taquara do Mundo Novo, did not represent just an alteration in the predominance of politicians in the region, but a regional administrative restructuration, occurring to the extinction and a later annexation of two neighboring boroughs to Taquara do Mundo Novo (Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra). It is based on the political history, we are going to raise a series of hypothesis that may be conjectured by the context of Rio Grande do Sul, through of a process of changes of political order occurred in the transition of Empire to the Republic.*

Key-words: Election. Constitution. Republican Riograndense

Party. Taquara do Mundo Novo.

No final do século XIX, período de transição no Brasil do Império para a República, o Rio Grande do Sul apresentou uma nítida disputa de poder entre os liberais e republicanos. As forças políticas estavam consubstanciadas no Partido Liberal e no Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Essa característica da política influenciou em vários aspectos da sociedade gaúcha e nas esferas das municipalidades.

Esse embate político no Rio Grande do Sul perdurou por praticamente todo o período conhecido como República Velha (1889-1930), apresentando uma característica diferenciada no estado sul-rio-grandense com relação aos demais estados da federação. Enquanto nos demais estados houve, de modo geral, uma substituição das forças do partido conservador para o liberal – que acabou por se converter em republicano –, no Rio Grande do Sul o partido vigente no poder antes da transição da monarquia para a república era o liberal, sendo as forças de oposição representadas especialmente pelos republicanos, o que deixava os conservadores numa terceira vertente que se distribuiu entre liberais e republicanos.

Dessa forma, os políticos que estavam no poder antes da Proclamação da República sucumbiram depois desta. Com a queda dos liberais, os republicanos liderados por Júlio de Castilhos assumiram o poder no estado.

A partir dessa inversão do comando do estado sul-rio-grandense, se iniciou um processo de intensas disputas entre políticos republicanos – que acabaram por se dividir em várias facções, com a predominância no poder da ala positivista do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sob liderança de Júlio de Castilhos, e políticos liberais – que

tentaram se aglutinar com outros partidos para disputar o poder.

Contudo, a eleição da Assembleia Constituinte sul-rio-grandense de 1891 demonstrou que mesmo com o PRR elaborando uma máquina política centralizadora e autoritária, existiam alguns focos de oposição a serem combatidos dentro do estado sul-rio-grandense. Esses focos de oposição foram evidenciados na referida eleição, com o PRR perdendo nas urnas, apesar das prováveis fraudes eleitorais, em oito municípios. (FRANCO, 2001, p. 29). Dentre esses oito municípios, destaca-se, nesta pesquisa, o município de Taquara, então conhecida como Taquara do Mundo Novo.

A partir dessa assertiva, esse artigo terá como questionamento central analisar qual foi a reação do PRR na cidade de Taquara do Mundo Novo. Isso, sendo essa reação compreendida através da atuação de liberais e republicanos no processo de transição e transformação do mapa político da região do Alto Vale dos Sinos². Essas mudanças representaram para a região a elaboração de uma nova ordem administrativa – o município de Taquara do Mundo Novo assumiu a hegemonia regional ante ao processo de anexação de dois municípios até mais antigos que ele, os municípios Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra.

A partir dessas análises, se começa a explorar, no primeiro capítulo, os aspectos teóricos que dão sustentação no campo da macro-história, sendo esses baseados na historiografia política sul-rio-grandense do período do advento da Política Castilhista no Rio Grande do Sul. Para

2 Alto Vale dos Sinos, termo utilizado por Magalhães (2003) no qual determina uma micro região que se estende na Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul, atual Vale do Paranhana e Região das Hortênsias. MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos.** Tese de Doutorado, 2003

tanto, se utilizou o recorte temporal proposto pelo trabalho entre os anos de 1880, fundação do PRR, e 1892 (ano fundamental para o início da consolidação do Castilhismo), um ano após a realização da Constituição sul-rio-grandense, de 14 de julho de 1891. Nesse contexto, encontra-se o reflexo imediato de uma nova etapa da política do Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, se apresenta a caracterização política de Taquara do Mundo Novo e reação do PRR aos políticos liberais situados na região do referido município. Também se retrata o jogo político que aconteceu na região pesquisada, demonstrando o processo de mudança na elite política local (ocorrida a partir da perda do controle de Santa Cristina do Pinhal sobre Taquara do Mundo Novo, com maior evidência após a instauração do republicanismo no Rio Grande do Sul). Esse processo acabou por ocasionar uma série de profundas mudanças na ordem social, culminando com a alteração da sede do município de Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra para Taquara do Mundo Novo.

Salienta-se que se pretende, com esta pesquisa, inter-relacionar a micro-história com a macro-história, se utilizando de ambas como forma de compreensão do processo político-administrativo sul-rio-grandense ao mesmo tempo em que se interpreta o fato ocorrido em Taquara do Mundo Novo – a alteração de ordem política auspiciada pela cúpula do PRR como forma de reação desse partido à perda da Eleição Constituinte sul-rio-grandense de 1891. Pretende-se também interpretar a política sul-rio-grandense através dos fatos ocorridos no Alto Vale dos Sinos, dentre os quais se espera encontrar aspectos que mostrarão, na prática, a política de Júlio de Castilhos de estabelecer e fortalecer seu partido nos diversos locais do Rio Grande do Sul. Pode-se ainda comparar a diferença entre a teoria e a prática da filosofia política social castilhista, de

cunho positivista, implantada por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, em especial após a Constituição Castilhista de 1891.

1. A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A conjuntura sul-rio-grandense será de essencial valia para a compreensão das mudanças de ordem político-administrativas ocorridas em Taquara do Mundo Novo durante o período de consolidação do republicanismo no Rio Grande do Sul (final do século XIX). Por isso, se julga necessário, antes de se discorrer sobre os fatos ocorridos em Taquara do Mundo Novo, uma apresentação dos principais fatos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul durante o período proposto. Sendo assim, esse capítulo tem como finalidade demonstrar a atmosfera sul-rio-grandense e suas especificidades para uma transição conturbada do regime monárquico para o republicano.

A ideia do republicanismo em solo gaúcho não representava uma novidade no imaginário político sul-rio-grandense. Desde a Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845, a província declarou-se independente da monarquia brasileira, estabelecendo, por praticamente dez anos, um país de política de cunho liberal e republicana (embora essa condição nunca tenha sido reconhecida oficialmente). Com o fim da revolta farrapa, o republicanismo estava enfraquecido; contudo, as ideias liberais se propagaram, alcançando a alcunha de hegemônica ante a elite política sul-rio-grandense.

Soma-se ao fortalecimento político do Partido Liberal no Rio Grande do Sul um processo de aumentar seu contingente urbano no estado. A atuação do Partido Liberal, sob influência do líder Gaspar Silveira

Martins, conseguiu a aprovação de lei que possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política, fortalecendo a base urbana do partido nas áreas de imigração alemã no Estado, fato esse determinante para que os imigrantes alemães que constituíam a maior parte da população em Taquara do Mundo Novo, acabassem por se tornar adeptos ao Partido Liberal.

Na medida em que o Império brasileiro começou a declinar, voltou a se fortalecer a possibilidade do regime republicano no Brasil, sendo o Rio Grande do Sul, devido a suas raízes republicanistas, um baluarte para a propagação do novo regime. No entanto, o Rio Grande do Sul apresentou características insólitas em relação aos demais estados da nação, devido ao fato dos políticos liberais não assumirem o poder com a Proclamação da República de 15 de novembro de 1889. Dessa forma, os políticos que estavam no poder antes do golpe sucumbiram depois deste.

Esse aspecto insólito tem como base a composição política liberal ante aos interesses do partido na região sudeste do Brasil. Isso porque nessa região as ideias republicanas se fortaleceram no seio de liberais, com sua base estabelecida nos centros urbanos, onde as ideias abolicionistas e contra a monarquia se propagavam com maior entusiasmo. No Rio Grande do Sul, no entanto, as ideias republicanas não se originaram do seio liberal. Uma terceira força política originou-se de profissionais liberais urbanos, principalmente. Ou seja, houve o conflito dos interesses de uma elite emergente urbana, ante às tradicionais elites oligárquicas rurais.

A inspiração filosófica para implantação do regime republicano foi embasada ideologicamente na filosofia positivista de Augusto Comte. Assim, o positivismo passou a ser a principal referência ideológica para

os políticos durante a República Velha. O Rio Grande do Sul, pela sua tendência para o republicanismo, foi uma das províncias que mais sofreu influência do positivismo comtiano.

As ideias positivistas começaram a ter circulação na província sul-rio-grandense ainda no ano de 1868, através do Partenon Literário, uma sociedade de intelectuais da época constituída por escritores de diversos gêneros literários: contistas, livres-pensadores, jornalistas, políticos, religiosos, o que demonstra um aspecto de ecletismo cultural.

Após esse impulso primordial na literatura sul-rio-grandense, ocorreu, na década de 1880, o início de uma geração onde as influências positivistas se intensificaram e se consolidaram, principalmente através de Júlio de Castilhos, pessoa de carisma reconhecido. A posição desse líder foi de fundamental importância para que a filosofia comtista se estabelecesse no Rio Grande do Sul. Devido à “influência carismática de Júlio de Castilhos e correligionários contemporâneos, o Positivismo, em seu aspecto político, atingiu um dos mais altos níveis logrados pela doutrina de Comte no Brasil” (SOARES, 1998, p. 132).

Um dos meios que Castilhos utilizou para difundir as ideias republicanas foi a imprensa, em especial a partir do ano de 1884, com a fundação do jornal *A Federação*, sendo este jornal o órgão oficial do recém fundado Partido Republicano Rio-grandense – PRR³, à frente do qual Castilhos ficaria por quatro anos como redator-chefe. Ao cabo desses anos, Castilhos tirou uma breve licença do jornal, retomando suas atividades em 1889, ano da Proclamação da República.

3 Em 1882 o Clube Republicano de Porto Alegre organizou a primeira convenção regional, onde foi projetado o jornal do movimento – A Federação, que passou a circular em 1884. Nesta época os republicanos tinham ainda um programa moderado, utilizando proposições contemporaneizadoras, de modo a atrair novos adeptos. O 1º Congresso partidário ocorreu em 1883, quando começava a ascensão de Júlio de Castilhos como liderança republicana. (ALVES, 2002, p. 18).

As influências positivistas impregnaram os ideais dos políticos dos primórdios republicanos no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, por conta do caráter da política autoritária característica do Estado. Existe na doutrina comtiana um perfeito embasamento de estabelecimento de ordem social.

A filosofia positivista tem, em maior evidência, o seu caráter autoritário, principalmente a partir da “Constituição Castilhistas”⁴, de 1891, sendo essa constituição de fundamental importância para Júlio de Castilhos iniciar o processo de domínio político seu e do PRR no Estado do Rio Grande do Sul. O caráter autoritário, determinado na Constituição, foi essencial para que Castilhos estabelecesse um processo ditatorial em solos gaúchos. Nessa constituição ficaram outorgados princípios como:

Ausência da divisão de poderes e conseqüente concentração de poderes nas mãos do Presidente do Estado; ausência da Assembléia Legislativa por uma Assembléia de Representantes com atribuições exclusivamente orçamentárias; atribuições originais na organização municipal; substituição da proclamação liberal em torno de direitos e deveres dos cidadãos por garantias gerais de ordem e progresso. (TRINDADE, 1979, p. 123/124).

4 A Constituinte, reunida a 25 de julho, recebeu do Governo o projeto elaborado por uma comissão integrada por Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Castilhos. Segundo afirmaram os dois primeiros, o projeto, que não assinaram por discordarem da orientação positivista do mesmo, foi obra exclusiva de Castilhos. Tudo quanto não conseguiu introduzir na Constituição Federal, logrou transportar para a Rio-grandense. Promulgada a 14 de julho de 1891, a Assembleia Constituinte encerrou seus trabalhos com a eleição do presidente do Estado, que recaiu em Júlio de Castilhos. Estava plenamente consolidada sua condição de chefe, que iria manter até o fim de seus dias, mesmo fora do poder (SOARES: 1998 p. 137). A partir dessa afirmação de SOARES, define-se a Constituição de 1891 como Constituição Castilhistas pelo fato de ela ter sido elaborada exclusivamente por Júlio de Castilhos.

Estava assim estabelecida a “ditadura científica”, que dava ao presidente do Estado amplos poderes na sua administração numa tentativa de enfraquecer uma oposição que, nesse período, era constituída pela maioria do eleitorado. Tal contradição de uma lógica política “democrática”, onde a maioria tende a se estabelecer no poder, passa a ser compreendida através da análise que vai do campo da ideologia político-social à capacidade de organização partidária. O desejo de Júlio de Castilhos era ter tempo para consolidar as influências do PRR no Estado a ponto de acabar com a influência da oposição, solidificando os ideários positivistas castilhistas, estabelecendo assim a hegemonia do PRR no Estado.

Buscando essa hegemonia no Estado, o PRR passa, após o conturbado período de estabelecimento da República, a almejar conquistas de influências no poderio partidário local:

A preocupação principal era, neste momento, **estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local**. Tornava-se indispensável, para fortalecer-se enquanto partido, bem como para iniciar o processo de conquista do aparelho do Estado, que os líderes da propaganda, articulada nos clubes republicanos acoplassem o domínio partidário com a dominação política local. (TRINDADE, 1979, p.129, grifo meu).

É nesse sentido que o município de Taquara do Mundo Novo passou a sofrer maiores interferências do poder estadual. Taquara do Mundo Novo era um reduto de influentes políticos liberais e teve, na sua política local, um bom exemplo de interferência estadual com a substituição de tradicionais líderes liberais por políticos ligados ao PRR. Isso acabou por oportunizar uma significativa reestruturação política de ordem regional. O Estado do Rio Grande do Sul é um caso específico no

Brasil, pois foi o único Estado em que o Partido Republicano teve, de fato, uma oposição forte e estruturada a ponto de disputar o poder, seja por meio das urnas, seja por meio de batalhas.

A peculiaridade do Rio Grande do Sul refletiu-se diretamente na formação político-partidária introduzida no Estado desde a consolidação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em 1882. A política sul-rio-grandense era constituída por duas características básicas. Primeiro, a dicotomia político-partidária onde se encontram *conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários* (Trindade, 1979, p. 119). Segundo, a coexistência de dois partidos, o que acabava por originar uma oposição ao partido dominante e demonstrava uma característica incomum em relação aos demais Estados brasileiros no período republicano, em que a predominância de um partido acabava por sufocar qualquer forma de oposição.

No processo de instauração republicana brasileira, o Rio Grande do Sul apresentava um partido republicano diminuto em relação à oposição liberal. Como forma de consolidar a ascensão do poder, oriunda da proclamação da República, em 1889, os republicanos do PRR “tendo em vista de destruir a máquina eleitoral dos liberais e consolidaram-se como novos detentores do poder, os republicanos castilhistas nortearam uma atuação com práticas exclusivistas de modo a alijar todos os possíveis adversários” (ALVES, 2002, p. 22).

O engendramento político do PRR apresentou um resultado significativamente satisfatório, fazendo de um projeto ideológico centrado em Júlio de Castilhos, um mecanismo forte ao ponto de o PRR conseguir se estabelecer no poder mesmo ante a uma oposição majoritária. Assim, apesar de contar com um maior número de eleitores, a oposição ao PRR só tornou-se uma maior evidência e uma maior consolidação a partir da

dissidência de três importantes membros do PRR: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. Juntos, esses dissidentes do PRR e alguns membros dos antigos partidos monárquicos fundaram, em 1890, a União Nacional, utilizando o jornal liberal *A Reforma* como instrumento de ataques ao Partido Republicano. Derrotada de forma humilhante nas eleições do mesmo ano e recebendo uma votação praticamente irrisória, a União Nacional teve pouca duração. Alguns de seus dissidentes partiram para a formação de um novo partido, o Partido Republicano Federal - PRF, fundado em 23 de abril de 1891, tendo como mecanismo de imprensa o jornal *O Rio Grande*.

Os anseios do PRF se consolidaram com a crise ocorrida em nível nacional, no final do ano de 1891, que levou à queda de Marechal Deodoro da presidência do Brasil e teve seu reflexo diretamente no governo sul-rio-grandense. O PRF, através de uma junta formada pelo General Manuel Luiz da Rocha Osório, Assis Brasil e Barros Cassal, toma o poder sul-rio-grandense no dia 12 de novembro de 1891, iniciando o período conhecido por *governicho*⁵.

A vigência da constituição Rio-grandense de 1891 gerou uma revolta dos opositores ao PRR e a Júlio de Castilhos, que com a legitimidade constitucional poderia perpetuar-se no poder, através dele mesmo ou de um seguidor seu. E a principal argumentação da oposição à constituição “castilhista” era de que ela estava em desacerto com a lei maior que era a constituição federal. Os manifestantes estavam respaldados nesta constituição que dizia em seu Art. 6^a §4 “O Governo Federal não poderia intervir em negócios peculiares dos estados, salvo: para assegurar a execução das leis e sentenças”.

5 A alcunha “Governicho” foi um termo pejorativo utilizado pelo PRR ao retratar o efêmero período em que a oposição assumiu o comando do governo estadual.

Contudo, o governo federal não atendia a solicitação desses manifestantes que, respaldados na própria lei federal, buscaram modificar a constituição sul-rio-grandense. O objetivo não foi atingido pelos opositoristas, que por sua vez acabaram revertendo a situação com a Revolução de 08 de novembro. Essa revolução acabou por derrubar o Presidente da República – Mal. Deodoro da Fonseca –, propiciou um contexto de consternação política e possibilitou um golpe que derrubou Júlio de Castilhos e o PRR do poder do Rio Grande do Sul no dia 17 de novembro de 1891. Assim foi instaurado o governo que ficou conhecido pejorativamente como “governicho”.

A oposição golpista, durante o período em que comandou o Rio Grande do Sul, apresentava uma discrepância significativa no que diz respeito aos interesses políticos e ideológicos, a ponto de mesmo no poder não conseguir manter um governante senão por um efêmero período. A volta do exílio do principal líder opositor, Gaspar Silveira Martins, do PRR e de Júlio de Castilhos, acabou por estremecer os próprios golpistas que até outrora estavam de certo modo em consonância no poder.

O governo golpista buscou edificar-se no poder num momento de complexidade extrema, pois além de combater a forte máquina republicana que estava se articulando para retomar o poder, tinha também que se preocupar com a maior corrente partidária do Rio Grande do Sul, comandada por Gaspar Silveira Martins. Assim, “os dissidentes buscaram afastar as influências dos liberais do governo, virando as costas aos companheiros de oposição e de rebelião da véspera e cujas lideranças ainda eram fundamentais para qualquer mobilização eleitoral” (ALVES, 2002, p. 31).

Buscando estabelecer bases legais para seu governo, a oposição golpista, no dia 29 de março de 1892, estabeleceu uma nova constituição

que não apresentou novidades significativas em relação à constituição castilhista. Isso acabou por esvaziá-la por não apresentar uma reforma substancialmente significativa. Essa nova constituição foi criticada tanto por castilhistas, quanto por gasparistas.

Pouco mais de seis meses depois, em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos, apoiado pelo Presidente da República Mal. Floriano Peixoto, aplica um contra-golpe e derruba os oposicionistas do poder, restabelecendo a constituição de 14 de julho de 1891. Dessa forma, retoma o poder depondo o governo oposicionista. No ano seguinte, assume a presidência do Estado através do voto.

Após a crise instaurada com o “*governicho*”, novas articulações políticas foram estabelecidas com o fim de se reestruturar a oposição no Rio Grande do Sul. Nesse contexto de rearticulações políticas, Gaspar Silveira Martins foi um personagem marcante, pois a corrente federalista que Gaspar liderava tornou seu aspecto mais contundente em oposição ao PRR. Silveira Martins defendia o parlamentarismo em oposição ao presidencialismo (centralizador de poder) pregado pelo PRR, inclusive por alguns membros do PRF, o que acabou por afetar a unidade desse partido e originar um novo, o Partido Federalista.

Assim foi caracterizada a ordem bipartidária estabelecida: republicanos defendendo o poder centralizado do presidencialismo; federalistas defendendo a descentralização de poderes e o parlamentarismo. Apesar de divergências, algo em comum há entre essas duas correntes políticas: a força da ideologia política defendida, que marca uma série de conflitos ocorridos, em três décadas, no solo gaúcho, numa disputa marcada por fraudes eleitorais e vidas perdidas nas revoltas, o que caracterizou muitas das eleições nesse período.

Foram evidenciados esses fatos em Taquara do Mundo Novo,

onde os conflitos entre liberais e republicanos causaram uma série de disputas internas levadas à esfera estadual a ponto de o governo sul-riograndense acabar intervindo. O grupo liberal enfraqueceu de maneira que praticamente impossibilitou sua volta ao poder, uma vez que a cidade correspondente ao seu grande eleitorado foi eliminada.

2. A NOVA ORDEM POLÍTICA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA DE CIMA DA SERRA, SANTA CRISTINA DO PINHAL E DE TAQUARA DO MUNDO NOVO

Com a ascensão do republicanismo no Brasil, em 15 de novembro de 1889, os Partidos Republicanos, outrora frágeis nas representações legislativas, iniciaram um processo de estabelecimento de hegemonia política. No Rio Grande do Sul, contudo, conforme já foi relatado, encontra-se uma singularidade em nível nacional. Havia no Estado um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, em contrapartida aos demais Estados da nação, caracterizados pelo predomínio do Partido Republicano na posse do poder.

Em Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, o Partido Liberal continuava a manter sua estrutura, possuindo o maior eleitorado, tendo como seu representante máximo o Coronel Francisco Alves dos Santos. Em oposição aos liberais, a representação do Partido Republicano Rio-grandense foi estabelecida principalmente com os líderes do extinto Partido Conservador, Coronel Francisco de Oliveira Neves e o Major Diniz Martins Rangel.

Mesmo observando um gradativo enfraquecimento do poder político do Coronel Francisco Alves dos Santos desde 1886, com a derrota do candidato a deputado estadual que apoiava, Antonio Eleuthério de Camargo, e com a emancipação de Taquara, foi a partir do regime republicano que ele sofreu seus maiores reveses. Verificou-se, já no ano de 1890, a perda de um importante cargo que Chico dos Santos ocupava. Conforme se encontra em Magalhães:

Em 1890 o Coronel Francisco Alves dos Santos foi demitido do comando superior da Guarda Nacional em Taquara e Santa Cristina do Pinhal, sendo substituído pelo Major Francisco de Oliveira Neves (ex-escrivão), por não ser da confiança de Júlio de Castilhos. (MAGALHÃES, 2003, p. 438).

O objetivo, por parte do governo estadual, de diminuir a influência do Coronel Francisco Alves dos Santos era fragilizar e acabar com os focos de oposição ao Partido Republicano no Estado.

Com o enfraquecimento político do Coronel Francisco Alves dos Santos, evidenciou-se o Coronel Francisco de Oliveira Neves como a nova referência política da região. Francisco de Oliveira Neves, genro do Major João Martins Philereno, foi um antigo líder político do Partido Conservador em Santa Cristina do Pinhal e um dos principais articuladores para a emancipação de Taquara do Mundo Novo, tendo sido também o herdeiro político de Philereno. Com a morte de seu sogro, assumiu a liderança do Partido Conservador e, na sequência, o comando do PRR

na região com a proclamação da República. O Coronel Francisco de Oliveira Neves era, na região, o homem de confiança do presidente do Estado Júlio de Castilhos. Justamente por isso acabou alcançando o poder em Taquara do Mundo Novo em 1892. Mas, para se chegar até a sua posse, é necessário caracterizar, em mais detalhes, os três conturbados anos de transição, 1889 a 1892, a fim de demonstrar o importante papel nas articulações políticas que o Coronel Neves exerceu na região.

Assim como no Estado do Rio Grande do Sul, os municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo passaram por transições profundas e complexas num período de três anos (1889 a 1892), em que a alternância do poder era constante, havendo governos de pouca duração. A situação política era de perplexidade, pois as Câmaras Municipais de Taquara do Mundo Novo e de Santa Cristina do Pinhal foram dissolvidas com o Estado intervindo e dando posse e poderes administrativos aos Conselhos Municipais. Conforme Mércio (2004, p. 449/450), quem assumiu o Conselho Municipal em Taquara do Mundo Novo foram Júlio Petersen (Presidente do Conselho), João Petry e Guilherme Korndorfer. Em Santa Cristina do Pinhal, assumiram José Antônio de Oliveira, Godofredo Fay e André Manique.

No momento de transição de regime político, o Rio Grande do Sul foi o Estado do Brasil que mais sofreu alterações do quadro político. Os líderes do Partido Liberal passaram a ser desprestigiados pelos novos detentores do poder, o Partido Republicano Rio-grandense – PRR, conduzido por Júlio de Castilhos. Iniciou-se num momento em que deveria haver a derrubada do poder dos antigos líderes liberais e, associado a essa queda, um processo de esmagamento às resistências oposicionistas ao PRR. Nas regiões de imigração alemã – como é o caso de Taquara do Mundo Novo – um dos principais alvos a serem atingidos era justamente

o político liberal de maior influência, Karl von Koseritz.

Nem mesmo a morte de Koseritz, em 1890, foi capaz de frear o interesse dos teutos pela política e também de afastar a influência liberal nas áreas de colonização germânica. Fato esse que veio a se refletir poucos anos após a morte de Koseritz, nas eleições constituintes de 1891⁶, a ponto de em Taquara do Mundo Novo a oposição ao PRR conseguir vencer as eleições no município, mesmo havendo em todo estado forte indícios de fraudes por parte do PRR para vencer as eleições. (FRANCO, 2001, p. 29).

Com essa derrota dos castilhistas em Taquara do Mundo Novo, o PRR buscou acelerar mudanças na ordem política na região, pois, afinal de contas, era necessário acabar com focos de oposições ao castilhismo, que poderiam acabar com o projeto de estabelecimento de poder hegemônico do PRR no estado sul-rio-grandense.

Os castilhistas continuavam seu trabalho de dismantelar a máquina político-eleitoral dos liberais e de montar uma própria que lhes garantisse a continuidade no poder, pois, em nome da “consolidação do novo regime”, Castilhos considerava que só seus seguidores teriam condições de assegurar a “salvação” de nova forma de governo, não reservando, assim, para esse intento, qualquer papel à oposição, uma vez que “na sua visão era inconcebível que os liberais pudessem ocupar posições durante a fase de organização republicana” (ALVES, 2002, p. 27)

6 Para a eleição da Assembleia constituinte de 1891 o PRR realizou uma consulta prévia entre 48 pré-candidatos e formou uma chapa única no dia 16 de abril, com o apoio do Centro Católico. Mas a oposição reagiu, e no dia 23 de abril surgiu o Partido Federal, a partir da junção da União Republicana e da União Nacional, que congregavam até então antigos liberais e os novos dissidentes. O projeto constitucional foi publicado no dia 25 de abril. O pleito foi desferido no dia cinco de maio e consagrou os candidatos da chapa republicana. Mesmo assim, os “federalistas” alcançaram quase 40% dos votos do eleitorado. Muitas foram as acusações de fraude. O Rio Grande do Sul estava dividido (RUSSOMANO, 1976; ESCOBAR, 1922; FRANCO, 1993; 2000).

Tal desmantelamento dos focos de oposição ao PRR seria estabelecido com a Constituição Sul-rio-grandense de 1891, que dava plenos poderes ao Chefe do Executivo. No entanto, os reflexos dessa constituição foram instantâneos e prejudiciais ao PRR, pois, no mesmo ano, devido ao aspecto autoritário, a oposição armou um golpe para assumir o poder e derrubar Júlio de Castilhos, estabelecendo um governo provisório de curta duração, que ficou conhecido pejorativamente como “governicho”, já referido anteriormente. Em Taquara do Mundo Novo, houve o reflexo imediato desse golpe ocorrido no Estado sul-rio-grandense. O Coronel Jorge Fleck e João Batista Julien assumiram o poder de forma violenta (MÉRCIO, 2004, p.449).

Em Taquara do Mundo Novo, a ascensão do Coronel Francisco de Oliveira Neves ocorreu com Castilhos no governo, e sua perda de poder ocorreu também com a queda de Castilhos na esfera do poder estadual. Engelmann (2003) apresenta esse episódio, que caracteriza o período de idas e vindas do poder no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, a retomada do Coronel Francisco de Oliveira Neves do Paço Municipal de Taquara do Mundo Novo apresenta um outro aspecto, que foi de singularidade na história do Rio Grande do Sul, visto que articulou, juntamente com os interesses do Presidente do Estado, o estabelecimento do poder do PRR na região. Agregando, desse modo, o território de Santa Cristina do Pinhal, liberal por essência, e São Francisco de Paula de Cima da Serra, à Taquara do Mundo Novo.

2.1 As combinações políticas e o fim da municipalidade em São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal

Francisco de Oliveira Neves era o homem de confiança de Júlio

de Castilhos na região. Assim, caberia a ele articular o novo foco político castilhista de estabelecer a hegemonia do PRR de baixo para cima, ou seja, dos municípios para o Estado. Para tanto, observou-se um jogo político bem armado por Francisco de Oliveira Neves em São Francisco de Paula de Cima da Serra, especialmente em Santa Cristina do Pinhal, a fim de eliminar a possibilidade de a oposição liberal assumir novamente o comando nos municípios⁷.

Conforme Mércio (2004, p. 451), em 2 de julho de 1892, foram eleitos e empossados os novos conselheiros de Santa Cristina do Pinhal e convidaram o Coronel Francisco de Oliveira Neves, juntamente com seu cunhado, o Major Diniz Martins Rangel⁸, e também Jorge Beck, para constituírem, com o Conselho, a comissão que deveria elaborar uma Constituição para Santa Cristina do Pinhal e o regimento interno do próprio Conselho. No entanto, pouco mais de um mês depois da posse, esse mesmo Conselho, que estava destinado a estabelecer uma Constituição Municipal, encaminhou uma correspondência ao Presidente do Estado com os seguintes dizeres:

**CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA
CRISTINA, SESSÃO DE 6 DE AGOSTO DE 1892.**

7 A referência ao município de São Francisco de Paula de Cima da Serra é embasada pela influência que o Coronel Francisco Alves dos Santos exercia no Partido Liberal daquele município. Apesar de ele não estar atuando diretamente na câmara municipal, sua influência refletia-se em todo região do Alto Vale dos Sinos.

8 Diniz Martins Rangel foi outro político pinhalense a assumir como Intendente em Taquara do Mundo, sendo o administrador que mais tempo ficou no Poder Executivo do referido município (1900/1920).

Aos seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e noventa e dois, no paço municipal de Santa Cristina, presentes os conselheiros: Patrício Paz de Oliveira, Jorge Beck, Manoel Soares de Lima e Manoel Inácio Flores, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata anterior.

Foi presente o projeto de constituição elaborada pela comissão nomeada na sessão anterior e conjuntamente o do orçamento da receita e despesa deste município, para o ano de mil oitocentos e noventa e três.

Estudado aquele projeto de orçamento e largamente discutido, chegou o Conselho à evidência da impossibilidade absoluta de manter-se com independência, pelo que, resolve no uso da atribuição outorgada pelo art.º 62 § 2º da constituição, reclamar ao Presidente do Estado a anexação desse município ao da Taquara do Mundo Novo. (MÉRCIO, 2004, p. 451. grifo meu).

Tal solicitação foi expedida também pelo Conselho Municipal de São Francisco de Paula de Cima da Serra, num momento simultâneo a Santa Cristina do Pinhal, o que possibilita a insinuação de que estas cartas foram engendradas com o intuito macro para o jogo político que o PRR estava traçando na região. A estratégia planejada para evitar a possibilidade de uma ascensão da oposição em Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra, que ainda seria viável devido à forte influência do líder liberal Coronel Francisco Alves dos Santos, foi muito bem urdida. Isso porque os municípios, através dos pedidos de anexação, deixariam de existir, ficando subordinados ao PRR de Taquara do Mundo Novo. As articulações, ao que tudo indica, estavam sendo elaboradas na esfera local e estadual, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul respondeu à solicitação do Conselho de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal da seguinte maneira:

ATO N.º. 301. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892⁹.

Suprindo as comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e criando uma nova comarca com a denominação de Mundo Novo.

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipais de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal, que estes municípios, que constituem atualmente as comarcas dos mesmos nomes, não se acham em condições de manter-se com independência, resolve suprir as ditas comarcas e criar uma nova comarca com a denominação de Comarca do <<Mundo Novo>>.

A nova comarca se comporá do termo da Taquara do Mundo Novo, ficando este constituído do seu atual território e dos municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal, que são também por ato desta data.

Façam-se as devidas comunicações.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 1º de Setembro de 1892.

Victorino Monteiro

Além de suprimir as Comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal, o Ato 302 extinguiu os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal:

9 **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

ATO Nº. 302. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892¹⁰.**Suprindo os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e anexando-os ao da Taquara do Mundo Novo.**

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipais de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal em ofício de 27 de julho e 6 de agosto últimos e verificando pelas citadas representações que esses municípios não se acham nas condições de prover as despesas exigidas pelos serviços que lhes incumbem e conseqüentemente no caso de manter-se com independência, resolve no do artigo 62 § 2º da Constituição da Política do Estado, suprimir os ditos municípios e anexá-los ao de Taquara do Mundo Novo.

Façam-se as devidas comunicações.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 1º de Setembro de 1892.

Victorino Monteiro

A rápida resposta do Estado à solicitação indica que essa perda de autonomia política já estava sendo tramada por políticos republicanos não só na região, como também no Estado, visto que a solicitação de Santa Cristina do Pinhal foi assinada em 6 de agosto de 1892 e, apenas 25 dias após essa solicitação ser enviada, o Estado já mudou toda a estrutura administrativa da região, que era importante para o Estado. A presença de republicanos junto ao Conselho Municipal de Santa Cristina do Pinhal é outro indício que a caracteriza como um golpe de tomada de poder que já estava sendo planejado, pois a solicitação do Conselho

10 **Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Municipal acabou por oficializar o interesse de alguns políticos republicanos na região.

Percebe-se que o Coronel Francisco de Oliveira Neves engendrou a sua elevação ao poder na região. Além de ser nomeado o primeiro Intendente de Taquara do Mundo Novo, assumiu também uma cadeira na Assembleia Legislativa (1892/1896) e, na posse de seu segundo mandato (1897/1900), assumiu a presidência da Assembleia Legislativa.

Assim, Francisco de Oliveira Neves se tornou o principal político republicano em Taquara do Mundo Novo naquele contexto e representou os interesses políticos de Júlio de Castilhos na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou que os fatos políticos ocorridos em São Francisco de Paula de Cima da Serra, Santa Cristina do Pinhal e em Taquara do Mundo Novo transparecem o reflexo da política sul-riograndense. Sendo assim, a contextualização, em especial da história do Rio Grande do Sul com as referidas municipalidades, além de servir de subsídios para afirmações no trabalho, evidenciou que os fatos ocorridos na história estadual refletiram diretamente e imediatamente na região pesquisada. Pode-se dar como exemplo dessa constatação a alternância de líderes políticos, que ocorreu intensamente, tanto em nível estadual, quanto local, nos três primeiros anos da República (1889 – 1892), quando poucos políticos conseguiram ficar mais de seis meses no poder. Outra comparação que se pode relatar, é que no mesmo período

em que o Estado do Rio Grande do Sul teve o chamado “governicho”, golpe ocorrido através de imposição armada, Taquara do Mundo Novo também passou por esse mesmo processo com seu chefe de executivo expulso do poder através da imposição armada. E o período do fim do “governicho” estadual determina também o fim do “governicho” em Taquara do Mundo Novo.

Nesse jogo político, convém destacar que o processo de consolidação do poder do PRR na região se deu notadamente através da anexação de São Francisco de Paula e Santa Cristina do Pinhal a Taquara do Mundo Novo. Demonstrando uma bem urdida estratégia política, que ocorreu de “cima para baixo”, ou seja, essas anexações ocorreram, como no caso evidenciado de Santa Cristina do Pinhal, através da introdução de políticos ligados diretamente à cúpula do PRR no poder naquela localidade, políticos esses que engendraram, através de aspectos legais, a elaboração de correspondência oficial solicitando ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul a incorporação do município de Santa Cristina do Pinhal à Taquara do Mundo Novo. Esses aspectos são evidências que servem de embasamento para relatar que tal solicitação teria se originado com a influência do Estado no município não somente pelo fato de os líderes políticos do PRR terem sido “convidados” a fazerem parte do Conselho Municipal de Santa Cristina do Pinhal, mas também por o Estado sul-rio-grandense ter prontamente respondido à solicitação em menos de um mês, através de dois Atos Estaduais¹¹. Santa Cristina do Pinhal, além de perder sua comarca, perdeu também a sua autonomia administrativa. Tal correspondência também foi elaborada em São Francisco de Paula de Cima da Serra e obtiveram o mesmo respaldo oficial do governo estadual. Fica subentendido que, devido à agilidade da res-

11 Ato 301 e 302, de 1º de setembro de 1892.

posta e dos atos proclamados, o governo estadual já estava a esperar tal solicitação.

Esse fato foi muito significativo e demonstrou que a micro-história comprovou, na prática, a macro-história. As relações de poder, impostas por Júlio de Castilhos, de introduzir uma política de fortalecimento de bases do PRR de “baixo para cima”, da esfera local para a estadual, ocorreram, na prática, sob os auspícios do governo central, pois, através da força da imposição, se introduziu e se fortaleceu a política republicana. Essa prática, se supõe, não só ocorreu em Taquara do Mundo Novo, Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra, como também em outras localidades do interior do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy Maria et CASADO Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara-Porto Alegre/RS: Prátika/Palotti, 1986.

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir. Orgs. **Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996**. Porto Alegre/RS: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Federalista: história e historiografia**. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2002.

_____. **Revolução Farroupilha: estudos históricos**. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2004

AXT, Gunter. **Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891.** {S.D} Disponível em http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol2n3/13-Gunter_Axt.pdf Acesso em: 01/07/2010.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. *in* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: cultura e ideologia.** Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1980.

BONAVIDES, Paulo. & AMARAL, Roberto. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL** de 24 de fevereiro de 1891. *in: Textos políticos da História do Brasil.* Rio de Janeiro: CEBELA. Edição eletrônica – cebela.org.br.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 7. ed. São Paulo/SP: Fundação Editora da UNESP, 1999

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo.** Igrejinha/RS: Jornal RS 115, 03 de novembro de 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa, **Getúlio Vargas e outros ensaios.** Porto

Alegre/RS: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

GERTZ, René. Org. **Karl Von Koseritz**: seleção de textos. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *in*: BURKE, Peter (org). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo/SP: Editora da UNESP, 1992 (Tradução de Magda Lopes).

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese (Doutorado em História), Curso de História, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *in* KAUTZMANN, Maria Eunice Müller org. **História de Taquara**. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. *in* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

REINHEIMER, Dalva Neraci. Os caminhos do Mundo Novo passam pela Navegação Fluvial. *in* MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto Org. **Histórias e Fatos do Mundo Novo**. Taquara/RS: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007.

RUSSOMANO, Victor, **História Constitucional do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre/RS Assembléia Legislativa do Estado do Rio

Grande do Sul {S.D}.

SILVA, Iva da. **São Francisco de Paula, a história, o povo, curiosidades e belezas.** São Francisco de Paula/RS: UCS/Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, 2000.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte.** Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo/SP: Ed. Brasiliense, 1962.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). *in* DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política.** Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

O ANO DE 1992: NOVAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS FEITAS PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL

¹Rafael Marrero Brignol

²Marcelo Pimenta da Silva

RESUMO: O movimento estudantil no ano de 1992 se destacou pela atividade de passeatas e protestos feitos a favor do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Este artigo faz um recorte histórico através das páginas da revista *Veja* sobre o papel do movimento estudantil e a interferência do veículo de comunicação na subjetividade coletiva. Percebendo a revista como um dispositivo produtor de subjetividade construtor de padrões identitários, que colaboram a formar uma idéia do que é a revolução, ou do “ímpeto revolucionário dos jovens”, estes padrões também utilizados por outras mídias criam um universo de significações que são consumidos como mercadorias nos meios sociais. É considerado neste estudo o objetivo da revista de procurar ser um veículo emissor e defensor de verdades, sempre objetivando seus interesses políticos e econômicos.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil – Mídia - Subjetividade

1 Acadêmico de Psicologia - URCAMP

2 Graduação em Jornalismo - URCAMP

ABSTRACT: *The student movement in the year of 1992 pointed itself out for the activity of march and protests in favor of the impeachment of president Fernando Collor de Melo. This paper take a piece of the history out through the pages of Veja's magazine about the role of student movement and the interference of this vehicle in the collective subjectivity. Realizing the magazine as a device producing collective subjectivity which develops standards of identity that help to form an idea about what is the revolution or a "young revolutionary momentum", these standards also used for another vehicle creates a universe of significations which are consumed as goods in the social environment. In these studies is considered the point of the magazine which search to be an issuing and defender vehicle, always wanting to achieve your political and economical interests.*

Key words: student movement – Media – Subjectivity

O ano de 1992: novas manifestações públicas feitas pelo movimento estudantil

Este artigo busca uma compreensão a mídia - em especial a revista Veja – a respeito da interferência na subjetividade coletiva num determinado momento histórico-político, que acaba por constituir um universo que fomenta práticas e ações políticas ligadas ao movimento estudantil e jovens estudantes. A contextualização está no final dos anos 80 e princípio dos 90, principalmente no ano de 1992, onde há a instauração de um sistema democrático, presidencialista e o conseqüente impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, acusado de

corrupção. Desta forma, levanta-se o questionamento de que forma a política estudantil se manifestou neste momento? O que impulsionava o ímpeto de mudanças neste período histórico? Juntamente com o papel interventor da mídia, em específico a revista *Veja*, se parte para uma análise das práticas políticas e movimentos realizados neste período histórico, onde a revolução e os processos de subjetivação relacionados à política constituem um vasto campo de análise, sendo esta um recorte dentro de um processo de mudança política na história do Brasil.

1. Contexto histórico do período

Após 21 anos de regime militar implantado sob influência da política externa americana conhecida como Doutrina da Segurança Nacional que enviava pesados investimentos estrangeiros e a instalação de indústrias para conduzir o Brasil a um elevado crescimento econômico, o “milagre” concebido pela ditadura militar brasileira se esfacelara com a crise do petróleo em 1973, bem como o aumento da dívida externa. Porém a abertura, e o fim das ditaduras na América Latina ocorreram, principalmente, porque os regimes com base no ideal repressor de segurança nacional sofriam uma alteração, a partir da década de 80, com a política do governo americano de Ronald Reagan, que forçava o aumento das taxas de juros, com essa realidade, os EUA, segundo Visentini e Pereira (2008) Reagan estimulou e apoiou os processos de redemocratização com o intuito de:

[...] legitimar o pagamento da enorme dívida externa e de contornar a possibilidade do retorno do populismo por parte das ditaduras desgastadas, que já haviam cumprido os objetivos de abrir a economia, criar um modelo concentrador de renda e reprimir a esquerda organizada e os sindicatos (VISENTINI, Paulo G Fagundes, PEREIRA, Analúcia Danilevicz: 2008, p.208).

Dessa forma, o Brasil seria administrado por militares até 1984, quando é realizada de forma indireta a escolha de Tancredo Neves, que não chega a tomar posse no ano seguinte, vindo a falecer em abril de 1985. Quem passa a ser o primeiro presidente civil desde 1964, é o vice, José Sarney, que governa até 1990, quando após as primeiras eleições diretas para presidente, em quase trinta anos, é eleito Fernando Collor de Melo. Collor vinha de uma meteórica ascensão política desde que foi governador de Alagoas na segunda metade da década de 80, época em que obteve destaque pela mídia como o “caçador de marajás”.

A imagem de um combatente da corrupção associada ao modelo bem apessoado e jovem, algo distinto dos velhos “caciques” egressos da ditadura militar funcionou muito bem como marketing para a escolha de Collor. O político de Alagoas foi aclamado durante a campanha eleitoral mesmo concorrendo por um partido sem expressão. O “peso” de sua candidatura advinha do apoio de setores conservadores da sociedade, como a elite empresarial e, principalmente, de um conglomerado de comunicação, a Rede Globo - estes estavam assustados com os possíveis rumos da economia brasileira, caso o representante da esquerda, Luis Inácio Lula da Silva, ganhasse as eleições. Sodré (2009) aponta que o apoio dos meios de comunica o configurou em força decisiva para a escolha de Collor como presidente. Contudo, o autor não limita sua

observação à campanha eleitoral, bem como a famigerada “edição” de imagens do debate final entre Lula e Collor. Para Sodré, a mídia, em especial a televisão, já vinha construindo, seja por telenovelas, programas de entrevistas e noticiários, um cenário desejável para a formação do modelo de candidato necessário à presidência do país.

Nessa agenda, ratificada pela maior parte da imprensa escrita (por trás da qual se desenha um longo capítulo de influências e dinheiro), perdia crédito a imagem do político tradicional – figurado ora como corrupto, ora como ideólogo sectário – e iluminava-se a imagem de um tipo-ideal afim à mitologia do mercado: aspecto jovial, descomprometido com a classe política, investido das aparências de sujeito da moral pública e com toda a cosmética (pose, roupa, expressões faciais, gestos) de apresentador de tevê (SODRÉ, Muniz: 2009, p. 31).

A eleição de Collor foi à comprovação de que as ideologias partidárias do passado escoavam em discursos com pouca aceitação na sociedade. Uma geração inteira que cresceu sob as amarras da ditadura militar votaria pela primeira vez, além da eleição ser a primeira com voto de jovens de 16 e 18 anos. Se colocarmos sob a ótica de um país com uma grande população formada por analfabetos e semi-alfabetizados e, como reitera Sodré, onde uma *“maioria fica excluída do jogo partidário”*, a imagem de Collor midiaticizada servia como referencial para a escolha democrática dele como representante, mas não uma escolha com base ideológica e racionalista, com base na discussão de um projeto político de governo para o Brasil. Foi uma decisão justificada pela construção de uma imagem forjada pela comunicação de massa, onde a verificação

do "eu - ideal" representada na figura de Collor foi trabalhada com êxito pelos "marqueteiros", algo que se tornou realidade nas campanhas políticas brasileiras a partir daquele momento: a figura moldada pela mídia passa a ser mais importante que o discurso do candidato.

Fernando Collor de Mello assumiu a chefia da Nação em 1990 e prosseguiu com o apoio midiático em sua trajetória no Planalto. Era notória a propaganda que o governo fazia com o "esportista radical", visto que Collor usava a prática de esportes pouco usuais para a maioria da população como pilotar jet skys, ou realizar "corridas dominicais" para exibir camisetas com frases de efeito, tendo a cobertura da mídia nesses "eventos". Contudo, a imagem idealizada que funcionou em 1989, começou a sofrer desgastes e rejeição de setores da classe média, após a medida que estabelecia o bloqueio das contas correntes comuns ou aplicações financeiras. O plano econômico de combate à inflação divulgado pela ministra da economia, Zélia Cardoso foi o primeiro revés do governo Collor frente à opinião pública. Com o insucesso do plano e a crescente desvalorização da moeda, assim como a hiperinflação que chegava a índices astronômicos, o governo começava a sofrer críticas da imprensa e, tão logo chegou o ano de 1992, a revista *Veja* causou estardalhaço na política nacional ao publicar as denúncias feitas pelo irmão do presidente, Pedro Collor, que afirmava existir um esquema de corrupção dentro do governo, tendo a ciência e o apoio de Fernando Collor.

Assim, com o país vivendo à mercê de uma crise econômica e política sem precedentes, os *mass media* traziam à tona, com requintes de espetáculo, toda e qualquer denúncia contra o governo de Fernando Collor. Em pouco tempo a população adicionaria ao vocabulário

expressões como “impeachment”, “CPI”, entre outras. Esse ataque maciço por parte dos *mass media*, que estranhamente legitimaram a eleição de Collor três anos antes, tinha como alvo o presidente, mas o pivô da crise (e tido como cérebro pelos atos de corrupção) era o tesoureiro da campanha de Collor (e amigo íntimo), Paulo César Farias, conhecido como PC Farias.

A revista *Veja* tomaria para si o simbolismo de vigilante da sociedade contra o governo Collor. Da edição contendo as denúncias do irmão Pedro, até a renúncia do presidente, a cobertura da revista aos escândalos e, em seguida, aos protestos da sociedade, como ao processo de impeachment, tiveram ampla divulgação. Mais que isso: a revista tomou partido e não furtou em ser parcial nas críticas a Collor e ao governo como um todo, como mostra o texto abaixo extraído da revista.

Já se tem uma idéia do volume financeiro do esquema de PC Farias e seu amigo Fernando Collor: 230 milhões de dólares. Essa contabilidade foi feita pelos quatro parlamentares que integram a subcomissão bancária da CPI e que passaram dois meses e meio examinando extratos bancários e conferindo milhares de cheques (Revista *Veja*, 19/08/1992, p. 29).

2. O Movimento Estudantil

Como é interesse deste trabalho observar as manifestações por parte do movimento estudantil registradas pela revista *Veja*, devemos

entender como estava e se posicionava, o próprio movimento estudantil no período do governo Collor.

Desde o final dos anos 70 e durante a década de 80, a representação do movimento estudantil no Brasil diminuía consideravelmente em termos de posicionamento político. Com uma participação tímida durante a campanha “Diretas Já”, em 1984, a figura do estudante engajado e com ideologias políticas era algo “fora de moda”; um símbolo dos tempos barra pesada da ditadura militar do final dos anos 60 e começo dos anos 70. A juventude que vivia a nova realidade democrática do país tinha uma perspectiva diferente do jovem estudante de duas décadas atrás. Influenciada pelos meios de comunicação de massa; pela tecnologia que entrava nos lares; pelos símbolos de status adquiridos pelo consumo - ideal cada vez mais inflado pela publicidade - o jovem brasileiro afastava-se do engajamento político de décadas anteriores e passava a pensar cada vez mais no individual. Assim, havia pouca expressão do jovem estudante ativo em termos de política.

Em meio a esse contexto, o movimento estudantil, já associado à política partidária e aos movimentos sindicais como a CUT, se manifestando às ruas para protestar e pedir o impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo.

O movimento estudantil historicamente já constituiu uma importante peça de resistência no período ditatorial, sendo chamado de “terroristas” por alguns veículos de comunicação, entre eles a revista *Veja*. A revista vinculava a imagem do estudante ao de contraventor, na medida em que este era defensor de uma ideologia socialista. Como veículo de comunicação de uma empresa privada, sua orientação nos anos de

repressão política foi a de apoio ao regime ditatorial. Consequentemente, com o decorrer da década de 70 e, a própria mudança política no país, Veja mudou sua orientação editorial e o próprio estudante ganhou outra “imagem” nos anos que se seguiram.

O movimento estudantil protestava nos anos 90 impulsionado por outras forças, estas não mais subversivas ou terroristas, segundo uma perspectiva dos meios de comunicação, ressaltava que a questão não mais passa a ser uma luta pelo socialismo, como nos anos 60 e 70 principalmente, mas sim uma força que os movia pelo ímpeto revolucionário de uma juventude influenciada por outros mecanismos de subjetivação. Segundo Guattari (1989) o sistema capitalístico é constituído por máquinas produtoras de subjetividade, algumas atuam como “máquinas desejantes”, produzindo o desejo em uma sociedade de consumo, onde acontecem processos de massificação e serialização em uma produção de subjetividade homogênea. Os meios de comunicação são considerados máquinas de produção de subjetividade, sendo agentes na formação de territórios e universos de referência, modelizando a subjetividade a nível individual e coletivo. A revista Veja, assim como outros veículos de comunicação, se constituem como máquinas produtoras de subjetividade, estas são agentes territorializantes e desterritorializantes, por produzirem uma subjetividade direcionada a massa, suas matérias são mais que formadoras de opinião, elas agem no nível das representações simbólicas, produzem intensidades e movimentos coordenados em agenciamentos de subjetivação que constituem territórios existenciais de indivíduos, como aconteceu em 1992 com a fomentação de uma idéia de impeachment que impulsionou a queda de um governo.

A *Veja*, em sua capa de 19 de agosto de 1992, cujo título “Anjos Rebeldes”, faz referência à minissérie exibida na rede Globo “Anos Rebeldes”, mostra estudantes indo às ruas para pedir o impeachment de Collor. Segundo a revista, os estudantes na capa, alguns carregando cartazes, são “*secundaristas do colégio São Vicente de Paula, o mesmo que Collor estudou*”. Nota-se aqui uma articulação entre os modelos de subjetivação dos diferentes meios de comunicação, com a utilização semiótica em formas de agenciamentos de enunciação. Em uma matéria escrita na publicação sobre a minissérie da Rede Globo, é dada ênfase à atriz Cláudia Abreu – protagonista da minissérie – demonstrando a influência como figura política, mesmo não se mostrando engajada em movimentos políticos.

Melo (2006) aponta a repercussão da minissérie “Anjos Rebeldes” na sociedade, neste determinado período histórico. A autora indica que este programa televisivo foi um marco na teledramaturgia brasileira, por mostrar o caráter revolucionário dos jovens nos anos 60 e 70, enaltecendo uma imagem heróica revolucionária direcionada para a política. A minissérie foi um dos fatores impactantes no momento histórico que acabou por mobilizar setores da sociedade, especialmente os adolescentes a saírem às ruas no momento de impeachment do Presidente Fernando Collor. A repercussão da minissérie foi alvo de muitas matérias de jornais e revistas como a “*Veja*”, sendo retratada e comentada por vários meios da indústria cultural.

Cláudia Abreu só fez o que quis em 1992. Também teve sorte. Virou musa sem cantar o hino nacional e fez política sem subir no palanque. No início no ano ela recusou um papel de protagonista em novela para fazer a

história de Heloisa em Anos Rebeldes. Quando o seriado começou, menos de 300 pessoas se reuniam na Avenida Paulista para pedir a saída de Collor. No dia do último capítulo, 30 000 secundaristas cariocas saíram pelas ruas na primeira grande manifestação de impeachment. Em um mês Heloisa namorou em banco de automóvel, perdeu a virgindade, entrou para uma organização terrorista, foi torturada e morreu metralhada. Hoje Heloisa é uma lembrança como manifestações contra o impeachment . “Uma coisa que foi ótima quanto durou. (Revista Veja, “O rosto da ficção faz história”. P.72 2 setembro 1992).

O trecho não só destaca a participação da minissérie no processo de impeachment, como reproduz e traz re-significações semióticas, articulações entre modos de subjetivação que reafirmam o sentido de revolução impulsionada pelo “quarto poder”. O receptor – o público consumidor – é atravessado pelo que Guattari (1989) chama de agenciamentos subjetivos capitalísticos, estes produzidos pela máquina midiática, são dispositivos que agenciamentos produzem maciças desterritorializações e reterritorializações, que tem o poder de fazer, desfazer e refazer universos de referência. A desterritorialização neste caso acontece quando há a uma concepção de mudança em meio ao território estável, um movimento modelizado - padronizado, como uma revolução suggestionada pela mídia. Este seria um tipo de agenciamento de subjetividade que constrói a subjetividade capitalística e forma padrões identitários a serem seguidos. Tendo em vista sempre o interesse político dos meios, em relação a uma dominação e controle exercidos das mais diferentes formas, de modo a se consolidar como instrumento de verdade, com foi referido anteriormente.

Este agenciamento subjetivo composto por ideais vai de encontro com as linhas políticas partidárias de esquerda, que buscam o poder, como o PT (Partido dos Trabalhadores) e integram interesses de movimentos como UBES, CUT e OAB. No entanto, a revista *Veja* não estava preocupada a apoiar a política de esquerda, mas de atender seus interesses econômicos como empresa capitalista que visa se colocar no mercado. Busca assim passar a idéia de órgão emissor de verdades, valores morais e sentidos de justiça numa relação maniqueísta onde há corruptos e existe a revista como denuncia de todo o mal que assola a sociedade.

Em outro trecho da matéria sobre a protagonista da minissérie, *Veja* relata sobre a tentativa que movimentos fizeram para ter a atriz em seu apoio político, porém, ela não tinha algum interesse em participar dos movimentos.

Em janeiro de 1993, estará no centro George Pompidou, em Paris, estrelando o espetáculo *Viagem no Centro Terra* – uma criação da diretora Bia Lessa – a liderança artística de sua vida – que ela respeita mais que a UNE, a OAB, a CUT, o PT, a UBES, que tentaram atraí-la para atos de protesto aos quais nunca apareceu. [...] A maior mobilização que Cláudia participou, em 1992, foi numa tarde de 19 de julho, no maracanã, quando sentou-se nas arquibancadas para torcer pelo Flamengo[...] (*Revista Veja*, 19/08/1992, p.72).

A construção de uma imagem midiaticizada é visível no desinteresse da atriz pela política. Com a figura da atriz, há uma produção social do rosto, segundo Deleuze e Guattari (1996), há ausência do corpo causada

por *significantes* dominantes, já que se opera uma rostificação do corpo, seguindo uma estética familiar que confere à personagem um modelo revolucionário aceito nos padrões sociais. Um agenciamento de poder é produzido pela mídia na formação de uma subjetividade homogênea, onde elementos como raça, classe social, juventude, produzem níveis de semiotização dominantes – rostos - que tendem a uma padronização e exclusão de singularidades – formam buracos negros – utilizando o conceito dos autores. Estes modos de produção de significados vêm a atender interesses do poder de um modelo capitalístico, onde ocorre assim a criação de uma hierarquia social, baseada em valores difundidos para uma subjetividade capitalística baseada em modelizações.

Iniciado por estudantes embalados por *alegria alegria* na trilha sonora de Anos Rebeldes, o movimento pelo impeachment exhibe, desde o início, aquela tradição comum às grandes manifestações populares do país. Como nas diretas já, quando se promoveu o colapso do regime militar em companhia de um dragão, rodas de samba e uma infinidade de anedotas sobre os poderosos de plantão, mais uma vez o assunto é sério, mas nada impede o clima de carnaval. (Revista Veja, 26/08/1992 p.36)

As manifestações eram marcadas por irreverência e bom humor, assim mostrava as imagens e os textos da revista. Visivelmente o veículo de comunicação fazia uma apologia aos estudantes para irem às ruas pedir o impeachment de Collor. Posição política que contradizia com sua história, no período ditatorial, quando tachava os estudantes de “terroristas” subversivos, atuando como meio de controle social do governo. O veículo de comunicação atua no âmbito social em

diversos períodos históricos, motivado sempre por interesses políticos e principalmente econômicos.

Considerações Finais

A revista *Veja* se caracteriza como um órgão emissor de verdades, estas que contemplam seus interesses como empresa capitalista. Assim ela produz age como uma máquina produtora de subjetividade, impulsionando ou reprimindo ações reais, atuando diretamente no imaginário coletivo sobre corpos sociais. A idéia de revolução que é proposta em 1992 está longe de ser a mesma que ocorreu nos anos 60 e 70, mas essa época é usada como modelo para a venda de padrões midiáticos do que é “ser revolucionário”. De fato, é de se considerar que a mobilização da sociedade para depor o primeiro presidente eleito pela democracia do povo se constituiu como um marco histórico na História do Brasil, porém, com um modelo de revolução criado num diferente, impulsionado por outras forças. O movimento estudantil não possuía os mesmos ideais utópicos de correntes socialistas como se configuravam décadas atrás, havia resquícios de uma ideologia de esquerda que sofreu sua transformação, criando um novo conceito sobre os movimentos populares e a política de esquerda. Nisto eram somadas novas forças de transformação social, onde existe a interferência da comunicação de massa, situando a interferência da Revista “*Veja*” e outros meios, que trazem uma nova dimensão nos processos de subjetivação da sociedade e dos movimentos populares, se configurando como outra força a influenciar os movimentos populares no mundo

contemporâneo.

Referências Bibliográficas

Deleuze G.; Guattari. F. Mil platôs vol.3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

Gazzoti. J. Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985). São Carlos: Ufscar, 1998.

Guattari, F. Rolnik, S. Micropolítica cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.1986.

Melo, A. História e Ficção: Na minissérie anos rebeldes. Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História- Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

Revista Veja. Os Caminhos da Lei. 19/08/1992.

Revista Veja “O rosto da ficção faz história”. P.72. 2 de setembro, 1992.

Revista Veja. A Voz das Ruas. 26/08/1992 p. 36.

Sodré, M. A narração do fato. Notas para uma teoria do acontecimento.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Visentini, P. G. F., Pereira, A. D. História do mundo contemporâneo: da Pax britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2008.

O IDEÁRIO TRABALHISTA NA CONCEPÇÃO DE FERNANDO FERRARI

Ricardo Oliveira da Silva¹

RESUMO: No presente artigo, apresentamos algumas considerações sobre a formulação e os significados do ideário trabalhista, importante corrente de pensamento no cenário político brasileiro entre meados dos anos de 1940 e o começo da década de 1960. Para isso, abordamos o trabalhismo através das concepções do político Fernando Ferrari, o qual buscou definir a doutrina trabalhista contendo uma concepção de mundo, com uma sociedade sem usura social, e uma postura política na luta pelo desenvolvimento social e econômico. Sobre esse último aspecto, frisamos a defesa exposta nos textos desse autor na construção do trabalhismo através da solução da questão agrária.

Palavras-chave: trabalhismo, política, questão agrária.

ABSTRACT: *In this paper, we present some considerations on the formulation of ideas and meanings labor, an important current of thought in the political scene between the mid 1940's and early 1960's. For this, we approach the work through the concepts of political Fernando Ferrari, which sought to define the doctrine labor containing a world view, a society free from usury social, and political posturing in the struggle for social and economic development. On this last point, we stress the defense exposed in the writings of this author in the construction of Labour through the solution of the agrarian question.*

Keywords: labor, politics, the agrarian question.

1 Doutorando em História pela UFRGS, bolsista CAPES. Endereço eletrônico: ricardorussell@gmail.com

O ideário trabalhista contribuiu na formação de correntes políticas no Brasil, entre a segunda metade da década de 1940 e o início dos anos de 1960, um período marcado pela crença de expressivos segmentos da sociedade de que o progresso e o desenvolvimento poderiam ser alcançados se apoiado em um programa governamental com base na industrialização, em políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. No presente artigo, apresentamos a doutrina trabalhista desse período por meio das concepções de Fernando Ferrari. Para isso, analisamos seus livros e discursos. Segundo Eni Puccinelli Orlandi, através desse procedimento podemos compreender como por intermédio de obras (livros e/ou discursos), são conferidos sentidos a temas abordados por indivíduos, como políticos e intelectuais, e mesmo sua possível finalidade como fator de intervenção política (ORLANDI, 2005).

Para os objetivos desse artigo, apresentamos o pensamento político de Fernando Ferrari levando em consideração as bases doutrinárias que o mesmo buscou fundamentar sua concepção de trabalhismo, bases que ajudaram a forjar uma visão ideal de sociedade – trabalhista; em segundo lugar, o papel do nacionalismo em sua configuração do trabalhismo; por fim, as medidas que Fernando Ferrari defendeu no plano político para a concretização do ideal trabalhista. Para isso, nós focamos, como exemplo, nas medidas que defendeu para a resolução dos problemas fundiários do Brasil.

1. Fernando Ferrari e sua concepção de Trabalhismo

Fernando Ferrari nasceu no Rio Grande do Sul, no início da década de 1920, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

na segunda metade dos anos de 1940. Ao longo de suas duas décadas de existência (1945-1965), o PTB procurou ser a expressão político-partidária do pensamento trabalhista no cenário brasileiro, contando, para isso, com intelectuais inscritos em uma orientação trabalhista socializante que propunha uma maior desvinculação do Partido em relação ao Estado, sendo um dos seus representantes Fernando Ferrari.

Ainda que nossa ênfase seja a análise do conteúdo dos livros e discursos de Fernando Ferrari, uma questão a ser destacada foi o fato de ter havido em sua trajetória política, no início da década de 1960, o rompimento político-partidário com o PTB, passando esse a defender o trabalhismo como um ideário que não deveria ser representado apenas por uma agremiação política. Nesse intuito, Fernando Ferrari transformou em 1962 o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), criado originalmente em 1959, em Partido político de perfil trabalhista. Conforme escreveu no livro *Minha campanha*, o PTB havia sido criado tendo como um dos seus objetivos a preservação da legislação trabalhista do período varguista, a qual deveria ser alicerçada partidariamente em uma doutrina. No entanto, para Fernando Ferrari, a formação do Partido em “berço oficial” acabou revelando conseqüências nefastas: “como todas as agremiações que se formam da cúpula para a base, do poder político para baixo, não se livrou o PTB do impacto negativo de direções oficiais [...] Não cuidaram de lhe dar organicidade, nem programa definido” (FERRARI, 1961, 01-02).

Ao trabalhismo “corrompido” pelas lideranças do PTB, Fernando Ferrari defendeu um trabalhismo “autêntico”, de caráter renovador. Esse trabalhismo estaria assentado em três princípios: no nacionalismo, na “luta pelo alargamento da faixa de participação do trabalho nacional nos frutos da produção nacional” (FERRARI, 1961, 122); na austeridade, tendo por objetivo a lisura do cidadão no desempenho de funções

públicas; na postura agrária, com a valorização do trabalhador do campo e na construção de uma nova sociedade. Princípios que não seriam socialistas nem capitalistas, mas solidarista e trabalhista:

Deverá ser o Movimento Trabalhista Renovador órgão coordenador do conagraçamento dos trabalhadores, dos campos e das cidades, para fins próprios e partidários, pois se constitui no instrumento capaz de integrá-los – como participantes ativos – no processo de desenvolvimento econômico e técnico da coletividade nacional (FERRARI, 1961, 193).

Fernando Ferrari igualmente afirmou que o trabalhismo “transcende a legenda, que é rótulo, que é nomeação, enquanto o trabalhismo é substância, está na alma, no espírito, na ação, na conduta de quem vive de maneira trabalhista” (FERRARI, 1963, 25). Nessa lógica, o PTB perdia a condição de representante único da doutrina trabalhista, além disso, também nos indica que para Fernando Ferrari o trabalhismo não fazia distinção de classe, podendo ser adotado por todos os brasileiros:

Os renovadores consideram o trabalhismo que adotam, inspirados em Vargas e em Pasqualini [...] como o sistema político-social dignificador do trabalho por excelência, como o fator principal da produção e a base moral da propriedade. Trabalhismo que se realizará através do solidarismo, transformando os cidadãos [...] em membros de uma imensa e única sociedade cooperativa, de auxílio e de colaboração recíprocas, sem usura social, sem privilégios, e livre de todas as formas de opressão (FERRARI, 1963, 26).

Eqüidistante de posições consideradas extremadas por Fernando Ferrari, e que mergulhariam ora na tirania do capitalismo de Estado, ora no cíclico capitalismo individualista, o trabalhismo renovador se firmaria

“no desejo de conciliar o liberalismo político e o dirigismo econômico, objetivando a elevação efetiva do nível de vida da comunidade brasileira” (FERRARI, 1963, 26).

No ideário trabalhista defendido por Fernando Ferrari, antes e depois de o ter adjetivado de renovador, o Estado ocupou um papel estratégico para o desenvolvimento do país. Nos pronunciamentos na Assembléia Legislativa do RS (1947-1950), Fernando Ferrari ressaltou a importância dos fenômenos econômicos no entendimento da sociedade contemporânea, os quais “sacudiam” diversas regiões do globo e exigiam uma posição ativa do Estado. Para esse, a antiga posição dos fisiocratas, com a qual se irmanaram os adeptos da escola econômica clássica do final do século XVIII e começo do século XIX, de não-intervenção na economia, posto que a ordem natural da riqueza se ocuparia de jogar os capitais para os campos mais propícios e tirá-los dos setores inúteis, cristalizada na célebre afirmação do *laissez-faire* e *laissez passer*, precisava ser repensada. Nas condições econômicas e sociais de meados do século XX, com o alargamento da ocupação humana no eixo geográfico do planeta e o advento da técnica moderna, tornava-se necessária à intervenção do Estado. Essa intervenção, porém, deveria estar restrita à esfera econômica, mas de maneira que pudesse permitir o progresso social:

O Estado precisa intervir, [...] pondo a justiça entre as regiões que podem produzir menos e as que podem produzir mais. Precisa intervir para corrigir as falhas de uma circulação que seria de traumatismos no regime do livre-câmbio, devido mesmo as super-produções que ele fatalmente acarretaria, como tem acarretado. Precisa intervir, não para mutilar a lei da oferta e da procura, [...], mas para dosar os elementos formadores desta oferta e desta procura (FERRARI, 1947, 15-16).

Para Fernando Ferrari, a atuação do Estado nos assuntos econômicos também seria uma forma de se contrapor ao liberalismo, não apenas no que toca a “produção de miséria” entre os trabalhadores, no jogo do livre mercado, mas no que se refere ao individualismo do liberalismo, o qual “parte da pessoa, do indivíduo, dá tudo para o indivíduo e nada para o Estado. Parte portanto, deste princípio liberal-individualista, estacando contra o princípio do direito social, que encara a coletividade e o Estado e não o indivíduo em si” (FERRARI, 1947, 17).

Essa perspectiva de Fernando Ferrari sobre o trabalhismo foi herdada das premissas políticas e teóricas de Alberto Pasqualini, seu colega de partido no PTB, sistematizadas no livro *Bases e sugestões para uma política social*, publicado em 1948. Para Alberto Pasqualini, o trabalhismo deveria se basear em uma concepção de capitalismo com princípios de cooperação e solidariedade social. Para concretizar esse tipo de capitalismo, toda forma de produção deveria satisfazer as necessidades humanas mediante um nexo de solidariedade entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores. Nessa lógica, o capital não deveria ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, um meio de expansão econômica e bem-estar. Diante disso, o objetivo do trabalhismo seria à organização da sociedade de modo a assegurar a crescente eliminação da usura social. Esse é um importante conceito no pensamento de A. Pasqualini, o qual buscou dar um sentido as políticas trabalhistas. Para esse, existiria usura social “quando as relações econômicas entre os membros de uma sociedade não estão baseadas nos princípios de justiça social [...] é o que comumente se costuma denominar ‘exploração do homem pelo homem’ e que [...] deve

ser banida da sociedade” (PASQUALINI, 1994, 84). No entanto, como realizar os objetivos de cooperação e solidariedade social preconizados pelo trabalhismo e ao mesmo tempo evitar o predomínio da usura social? Alberto Pasqualini indicou um caminho na ação do Estado:

A função precípua do Estado deve ser hoje a realização da justiça social. Se a justiça social, como comumente se admite, se traduz por uma *eqüitativa distribuição de riqueza*, isto significa simplesmente que, garantido um mínimo fundamental, a participação de cada um no produto social (isto é, no acervo dos bens produzidos) deve estar em relação ao *valor social* do seu trabalho, isto é, ao grau de sua contribuição para a produção desses bens e para o bem-estar geral. Essa parece ser a essência do trabalhismo (PASQUALINI, 1994, 89).

Nota-se, nessa definição, que o ideário trabalhista apresentado por Alberto Pasqualini e defendido por Fernando Ferrari, foi elaborado contemplando uma concepção de sociedade, baseada em laços de solidariedade e cooperação, e orientado na promoção política desse ideal. Segundo Odaci Luiz Coradini, o trabalhismo na versão de Alberto Pasqualini, em face de sua herança ítalo-católica, esteve marcado pelo comunitarismo orgânico, uma concepção “integral” da sociedade que não a compreendia separada em compartimentos distintos para cada esfera ou domínio, como a religião, a política ou a educação (CORADINI, 2003). Para Luiz Alberto Grijó, os pressupostos do comunitarismo orgânico foram uma das bases no desenvolvimento da doutrina social da Igreja Católica, expressa em 1931 pelo Papa Pio XI na encíclica *Quadragesimo anno*, onde o mesmo defendeu uma “justa distribuição” da riqueza segundo exigência do “bem comum” e da “justiça social”, através da “harmonia das classes sociais” (GRIJÓ, 2007).

No que se refere ao papel do Estado como promotor de políticas

visando o “bem comum”, sua lógica também teve relação com a história política do Rio Grande do Sul. Segundo Miguel Bodea, o trabalhismo formulado no RS foi influenciado pelo positivismo cultivado pela elite sul-rio-grandense na República Velha. A leitura que essa elite fez do positivismo resultou na tentativa de incorporação do proletariado a sociedade através da intervenção ativa dos poderes públicos. A partir de 1945 essa herança positivista foi mesclada com elementos oriundos do reformismo europeu, principalmente o trabalhismo britânico e, de forma mais indireta, da social democracia moderna, o que conferiu ao ideário trabalhista maior conotação de cunho social e reformista (BODEA, 1992).

2. O nacionalismo no ideário trabalhista de Fernando Ferrari

O nacionalismo foi um elemento incorporado e, diríamos mesmo, constitutivo na concepção do trabalhismo de Fernando Ferrari, conforme encontramos em seus textos e discursos. Esse nacionalismo possuiu um forte viés econômico. Um exemplo encontra-se no discurso proferido no Congresso Nacional em maio de 1957, ao tratar sobre o impacto dos monopólios e trustes na economia brasileira. Segundo Fernando Ferrari, o país estava à mercê da atuação de bancos estrangeiros, de um lado, e dos monopólios mais draconianos, de outro, os quais enviavam constantemente remessas de dinheiro para o exterior. Para afastar qualquer acusação de xenofobia, Fernando Ferrari fez questão de ressaltar que não condenava o capital pela sua gênese, ou seja, não fazia discriminação entre capital estrangeiro ou nacional: “deveremos distinguir os capitais pelos seus subjetivos, pelo uso que dele fazem os homens – e nunca

pela sua origem propriamente dita” (FERRARI, 1957, 3199). Levando em consideração essa distinção, situou o seu nacionalismo do seguinte modo:

Sinto-me profundamente nacionalista, mas sigo um conceito de nacionalismo que consiste no desenvolvimento integral do País, na extensão das fronteiras econômicas até onde estão as fronteiras geográficas, na valorização do nosso homem, na defesa intransigente das nossas possibilidades e, sobretudo, na exploração pelo Estado, das fontes básicas de energia, para que o fruto desse trabalho gigantesco se divida por toda a coletividade e não apenas por grupos que muitas vezes nos exploram (FERRARI, 1957, 3199).

Sobre a questão da origem do capital e sua aplicação nas atividades econômicas, que Fernando Ferrari preferia analisar pelo uso social ou anti-social, encontramos em seus escritos apenas uma exceção:

É a que diz respeito a investimentos em fontes básicas de energia ou à segurança nacional. Quando se trata de segurança nacional, é evidente que devemos distinguir os capitais pela origem, porque impõe-se conservemos aqueles monopólios estatais que protejam ferreamente as fontes básicas de energia, sobretudo aquelas dos combustíveis líquidos e dos minerais nobres (FERRARI, 1958, 1574).

Fernando Ferrari abordou de forma mais minuciosa a relação do nacionalismo com o desenvolvimento econômico no livro *Mensagem renovadora*, publicado em 1960. Para o estudo dessa relação, partiu de uma constatação: “somos, inegavelmente, uma Nação pobre” (FERRARI, 1960, 07). Esse é uma importante constatação: para defender a necessidade de desenvolvimento econômico autônomo de uma nação é preciso reconhecer, primeiramente, sua situação de atraso

e mesmo subordinação a outros centros econômicos. A glorificação da nação, muitas vezes vinculada a uma visão idílica do seu passado, cria sérias dificuldades na conscientização e formulação de políticas de desenvolvimento, uma vez que essa glorificação tende a ver o país com uma forma “ideal”, sem precisar de mudança.

Para Fernando Ferrari, a pobreza existente no Brasil decorria da geração de riqueza em solo pátrio para o exterior, gerando a miséria no interior do país. Diante disso, destacou duas formas de nacionalismo: um primeiro, que se manifestaria nos países altamente desenvolvidos; e um segundo, com aspectos diversificados, em áreas subdesenvolvidas. A característica do primeiro seria sua tendência nitidamente agressiva, de conquista, fruto da expansão imperialista: “é o nacionalismo xenófobo e, por que não dizer, de natureza fascista” (FERRARI, 1960, 12). O segundo seria um caso de nacionalismo de caráter defensivo:

Surge como reação à tentativa de intensificação da exploração estrangeira em uma zona de riqueza potencial, apenas, chamada subdesenvolvida. O nacionalismo defensivo não é propriamente uma ideologia, mas representa a tomada de posição de diferentes classes sociais, muitas vezes antagônicas, diante da ameaça de um inimigo comum (FERRARI, 1960, 12).

A batalha entre os trustes monopolistas e os interesses de uma nação subdesenvolvida, mas consciente, geraria o nacionalismo defensivo. Esse seria o quadro existente no Brasil do começo dos anos de 1960, perante o qual Fernando Ferrari conclamava:

O nacionalismo, acima das diferenças sociais, políticas e ideológicas, constitui a grande trincheira de defesa, onde os brasileiros cerram fileiras na luta contra o subdesenvolvimento. O soldado dessa causa magna deve prosseguir na luta contra os privilégios concedidos ao

capital estrangeiro; deve pugnar pelo aumento incessante do mercado interno, através da melhoria do bem-estar social [...] ação voltada para a emancipação da economia nacional (FERRARI, 1960, 16-17).

Percebe-se que o nacionalismo proposto e defendido por Fernando Ferrari era um nacionalismo de caráter econômico, em sintonia com os pressupostos trabalhistas sobre o desejo de execução de políticas para a promoção e desenvolvimento do país. No trabalho de Takeshi Nakano nós encontramos considerações para refletirmos sobre o nacionalismo econômico. Para esse autor, o nacionalismo econômico geralmente está associado com diferentes tipos de políticas e atitudes em distintas épocas e lugares, porém, essa associação não é estritamente derivável de um corpo sistemático de teoria política e econômica. Com base na obra de Émile Durkheim, Takeshi Nakano almejou esse objetivo. Segundo esse, Durkheim elaborou em seus textos a noção de que o poder político do Estado aumenta quando é derivado com êxito da nação. Um Estado forte é necessário para criar um mercado nacional e para promover a industrialização. Por sua vez, o desenvolvimento econômico reforça a idéia e o sentimento de nação, igualmente aumentando o poder político do Estado. O modelo durkheimiano implica que o poder econômico do Estado-nação é maximizada em torno da condição de seu poder político e vice-versa (NAKANO, 2004).

Essas formulações permitem definir o nacionalismo econômico não só em termos de conteúdo nacionalista, mas também em termos do caráter geral de suas políticas: os nacionalistas econômicos escolhem políticas econômicas que promovam o desenvolvimento econômico e cujos custos e benefícios sejam compartilhados pelo povo do Estado-nação. Outra implicação do nacionalismo econômico é que esse ajuda

a compreender não somente o papel do Estado, mas também o da nação, no desenvolvimento de uma economia política. Diante disso, os nacionalistas econômicos preferem mobilizar os recursos da nação na propagação de benefícios além dos limites de classe. Nessa mobilização está incluído o protecionismo, o estímulo a uma política macroeconômica keynesiana e a uma política industrial.

3. Trabalhismo e questão agrária: uma meta de desenvolvimento

A luta pela solução dos problemas agrários do país foi uma das principais diretrizes nos estudos e na atividade parlamentar de Fernando Ferrari. No seu entendimento, a industrialização e a agricultura racionalizada eram os grandes pilares do desenvolvimento de uma nação moderna. Com a industrialização, baixavam os preços, pois o produto que se fabricava além-fronteira passava a ser manufaturado internamente, com matéria-prima e mão-de-obra acessíveis. Com a agricultura racionalizada, ocorria a independência econômica, em face do aumento da riqueza e do conseqüente aumento do consumo, com a elevação progressiva da renda nacional. Sendo assim, uma política trabalhista (nacionalista) também deveria se voltar para o campo.

Em discurso proferido em junho de 1951, poucos depois de assumir o mandato de deputado federal, Fernando Ferrari tocou no assunto do arrendamento de terras. Entre os fatores terra a maquinário, os quais influenciavam no custo da produção rural na base, o primeiro tinha maior impacto no custo final. O maquinário seria de pouco efeito nas regiões de pequena propriedade, impossibilitadas por razões de capital do uso dessa tecnologia. O fator terra, por sua vez, teria relevância

em face do elevado custo do seu arrendamento e sub-arrendamento, o que tornava necessário a criação de uma lei que regulamentasse os termos de arrendamento da terra. Nesse sentido, “o primeiro passo para a efetivação desta tão decantada reforma agrária será uma lei de arrendamento que limite a cobrança dos seus preços em todo o território nacional” (FERRARI, 1951, 7617). O arrendamento era compreendido por Fernando Ferrari como um caminho em direção a reforma agrária, superando uma lógica prejudicial à produção rural e à economia do país. Sem um dispositivo que regulasse os arrendamentos rurais, este ficaria ao arbítrio do proprietário da terra, “que cobra o que bem entende, que contrata como quer [...] o legislador deve compreender que a terra não pode ser emprestada a preço escorchantes, pois constitui bem de natureza social a serviço da comunidade” (FERRARI, 1957, 7806-7807). Nessa tarefa de legislar, Fernando Ferrari defendeu a atuação do Estado, “intervindo [...], como superior nos conflitos, nas contendas, na defesa dos mais fracos e desamparados” (FERRARI, 1957, 7806).

Para a melhoria das condições de trabalho da população rural, a legislação trabalhista também foi posta por Fernando Ferrari como importante fator, para que essas populações, “não sejam mais párias de uma civilização, mas elementos atuantes; não marginais, mas homens e mulheres úteis ao progresso social brasileiro” (FERRARI, 1956, 7121). Uma legislação na qual o trabalhador rural tivesse acesso a aviso prévio nas despedidas, amparo, através do Instituto de Previdência Social, auxílio à maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão-benefício em caso de morte, salário-mínimo, férias e repouso semanal remunerado. Segundo esse: “não pode haver estabilidade política sem riqueza rural, como não pode haver riqueza sem justiça social. Para mim, a estabilidade do regime está intimamente

vinculada ao campo, ao cerne da terra” (FERRARI, 1956, 12248).

As reformas no setor agrário, em particular a redistribuição da propriedade fundiária, seriam igualmente úteis para Fernando Ferrari em face das disparidades entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento agrícola, sendo coerente assim com os pressupostos do nacionalismo econômico: “a indústria tem crescido muito, distanciando-se [...] da agricultura. Isto tem sido um mal, mesmo porque os trabalhadores rurais têm cada vez menor poder aquisitivo e vêem-se impossibilitados de adquirir os bens produzidos nas indústrias” (FERRARI, 1963, 15). Eis o sentido das reformas rurais, e da resolução da própria questão agrária: “*valorização do homem rural e aumento da sua produtividade*. Nem uma coisa só, nem a outra isolada. São as duas, juntas: valorização do homem rural e aumento de sua produtividade. Isto é reforma agrária” (FERRARI, 1963, 16).

Apresentado sob outro ângulo, o problema agrário brasileiro foi apontado por Fernando Ferrari, “porque os campos não têm poder político, de vez que os eleitos com seus votos, de suores e lágrimas, facilmente os esquecem ao atravessarem as barreiras do asfalto das grandes cidades” (FERRARI, 1963, 16). Conjuntamente, a presença do latifundiário:

Cheio de força, senhor todo-poderoso, dominou quase integralmente o ciclo de nossa formação. Ainda hoje se faz-se presente essa força atuante, notadamente através do clássico *coronelismo*, que ainda tem presos às suas cordas muitos políticos, lá no interior, e também muitos legisladores dentro das Câmaras (FERRARI, 1963, 17).

Fernando Ferrari ainda atribuiria às transformações na área rural um sentido histórico, qual seja, a completude da Revolução de

1930: para esse autor, o movimento de 1930, com o fim do regime político oligárquico, havia dado impulso inédito ao setor industrial e ao desenvolvimento urbano, possibilitando uma nova dinâmica econômica para o país. No entanto, sem uma atuação na área rural, as mudanças impulsionadas por esse movimento haviam ficado inconclusas:

Esta distorção estimulada pela Revolução de 1930, que não se completou, criou dificuldades crescentes à vida brasileira, que decorrem do contraste entre o campo e a cidade – a cidade, através de sua grande indústria, a produzir demais, sem previsão de mercado, e as massas camponesas, carentes de tais bens, sem poder consumi-los (FERRARI, 1963, 50).

Fernando Ferrari foi categórico nesse sentido, pois, em sua opinião, sem modificação nas estruturas rurais, “não teremos desenvolvimento, pois não acredito em desenvolvimento sem reforma agrária, sem reestruturação dos alicerces agrários do País” (FERRARI, 1963, 132). Ou seja, haveria necessidade de estabelecer condições sociais e econômicas mais equânimes entre o campo e a cidade, uma consideração presente entre os nacionalistas econômicos, como vimos na reflexão de Takeshi Nakano, e no pensamento político de Alberto Pasqualini, duas perspectivas de pensamento sobre o social que contribuíram na elaboração do trabalhismo (renovador) de Fernando Ferrari.

Considerações finais

Se pensarmos na história do pensamento político brasileiro, Fernando Ferrari representou um importante capítulo, associando o ideário trabalhista (renovador) e os postulados do nacionalismo econômico com

a resolução dos problemas fundiários. Um dos seus slogans na campanha presidencial de 1960 foi “serei um Vice-presidente do campo”. Através da análise dos seus livros e discursos concluímos que o projeto de Fernando Ferrari teve por objetivo a construção da nação, no sentido de sua integração econômica, com a distribuição dos frutos da riqueza para todas as camadas da população e um desenvolvimento autônomo. Os problemas fundiários foram articulados nesse objetivo maior, residindo aí o significado da questão agrária. A nação jamais estaria plenamente “integrada”, enquanto os trabalhadores do campo não participassem da comunidade política. A questão de uma política trabalhista nos conduz a outro ponto do pensamento de Fernando Ferrari: a construção da nação em termos econômicos tinha um caráter capitalista, mas com um forte teor social. Eis para esse político o fundamento de uma sociedade trabalhista.

FONTES:

FERRARI, Fernando. **Em defesa da ordem econômica e social da Constituição**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas, 1947.

_____. **Mensagem renovadora**. Porto Alegre: Globo, 1960.

_____. **Minha campanha**. Porto Alegre: Globo, 1961.

_____. **Escravos da terra**. Porto Alegre: Globo, 1963.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional**. 1951, setembro, 06, p. 7617.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1956, agosto, 21, p. 7121.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1956, dezembro, 07, p. 12248.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1957, maio, 23, p. 3199.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1957, outubro, 01, p. 7806.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1957, outubro, 01, 7807.

_____. Discurso parlamentar. In: **Diário do Congresso Nacional** (Seção I). 1958, abril, 19, p. 1574.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Ivorá/Santa Maria: Prefeitura Municipal de Ivorá/UFSM, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 02, nº 32, p. 01-23, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh>>. Acessado em: 22 jun. 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e**

reformismo radical (1945-1964). Coleção As esquerdas no Brasil, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 83-99.

NAKANO, Takeshi. Theorising economic nationalism. In: **Nations and Nationalism: Journal of the Association for the Study of Ethnicity and Nationalism**, vol. 10, issue 03, p. 211-229, july 2004. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nana.2004.10.issue-3/issuetoc>>. Acessado em: 20 jan. 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

A VISÃO DE DIREITO EM LOCKE NO SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO

*Uirys Alves de Souza*¹

RESUMO: John Locke (1632 – 1704), vivenciou disputas políticas, na Inglaterra do século XVII, entre o Parlamento inglês e a monarquia absolutista. A realeza tratava o país como sua propriedade, fazendo o que lhe apraz, porém a burguesia latente, basicamente puritana², não estava de acordo com a forma de governo, pois estava adquirindo poder econômico em decorrer de seu trabalho tendo que custear as vontades do rei e não achando justo a pujança de a monarquia divina. Pretendia a igualdade, pelo menos no sentido jurídico, já que, de fato, a igualdade só existe nesse campo, embasado que fisiologicamente, culturalmente, subjetivamente, entre outras características, somos diferentes. O filósofo acreditava, como expõe no *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (1690), que a formação cognitiva do indivíduo ocorre pelo empirismo, logo, conclui-se que suas teses surgem em decorrer, também mas não só, de suas vivências. Por viver no período de disputas por direitos e prerrogativas ocorridas entre a monarquia e o Parlamento, além de fazer

1 Graduando do curso de História Licenciatura, 7º semestre, uirys@hotmail.com

2 Na Inglaterra convencionou chamar o calvinismo de puritanismo (ARRUDA, 1989, p. 48)

parte de uma família burguesa, Locke adentrou ao assunto concernente ao direito, expondo suas opiniões do que é o direito, sendo este o foco do presente trabalho, A visão de direito em Locke no *Segundo Tratado Sobre o Governo*.

Palavras-chave: Concepção de Direito – Direito natural – Formação da sociedade

1 INTRODUÇÃO

John Locke, destacado pensador inglês do século XVII, elaborou teorias acerca do direito, enfocando o direito natural e o direito em comunidade/sociedade. No *Segundo Tratado Sobre o Governo*, obra a ser analisada no presente artigo, Locke envolve toda sua tese em torno da equidade.

O presente artigo tem por objetivo analisar, refletir e compreender a respeito do direito, utilizando como expoente as ideias de o autor John Locke, pelo fato de ele detalhar, respaldado em suas ideias e análises, como surgiu o direito natural e seus procedentes, exemplificando com o caso do direito contratual.

2 O PENSADOR E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

John Locke nasceu em 29 de agosto de 1632, na cidade de Wrington, Inglaterra. Oriundo de uma família burguesa, sendo filho de um advogado puritano que fez parte do exército parlamentar, tal condi-

ção pode ter influenciado no pensamento dele, claro, é muita pretensão afirmar que o seu âmbito familiar foi fator preponderante para as suas ideias, porém é válido especular esta premissa.

Em sua formação inicial, estudou na escola de Westminster em 1646, posterior foi à Universidade de Oxford, além de estudar, Locke ministrou aulas de grego, filosofia e retórica nesta universidade célebre por ser bem conceituada.

Locke era um filósofo, no sentido legítimo da dição, era um amante da sabedoria, além de Filosofia estudou Medicina (sendo considerado uma autoridade na área), Política, Anatomia, Teologia, Ciências naturais, entre outros campos do conhecimento, interessante ressaltar que Locke não tinha apreço pela exatidão matemática, como era o caso de outros pensadores da época, que usaram a exatidão numérica, concatenada com a razão, para se chegar a axiomas, exemplos a serem citados são: René Descartes (1596 – 1650), Francis Bacon (1561 - 1626), Johannes Kepler (1571 - 1630), Nicolau Copérnico (1473 - 1543) etc. Esses pensadores contribuíram na cisão em relação às crenças e práticas vigentes no medievo em direção à Modernidade, possibilitando assim uma nova perspectiva de mundo, crenças e valores, talvez, sem o rompimento do pensamento medieval com o moderno, Locke não seria possibilitado de pensar a respeito do direito, considerando que ele era um homem de sua época, sendo extremamente influenciado por seu empirismo, porém não façamos especulações históricas, já que não existe talvez na história, é válida somente a “brincadeira” de refletir acerca dos fatos precedentes.

Em seu contexto histórico, Locke presenciou A Revolução In-

glesa do Século XVII³, de acordo com Jobson Arruda, essa época foi marcada pela tentativa de obtenção de poder legislativo pelo Parlamento, considerando que Jaime I, que governou de 1603 (após a morte de Elizabeth) até 1625, dissolveu várias vezes o parlamento durante a sua função como executivo, tendo efetivado uma monarquia absolutista embasada no direito divino dos reis, descartando a opinião do parlamento em algumas questões, como foi o caso da colonização da Irlanda⁴. Nesse período Locke ainda não era nascido, no entanto, esse contexto deve ser destacado pelas possibilidades reflexivas que proporcionou aos tempos seguintes. Inclusive é interessante ressaltar que Locke, quando discorre acerca da ilicitude da Tirania (capítulo XVIII), usa as palavras de Jaime I, no parlamento em 1603 e em 1609, para ratificar a função de um rei, como nas próprias palavras de Jaime I: “Preferirei sempre o bem público e de toda comunidade, ao elaborar boas leis e constituições ...” (LOCKE, 2002, p. 129) porém, como se sabe, Jaime I favoreceu o anglicanismo e perseguiu os católicos juntamente com os puritanos, contrário as ideias de liberdade que Locke pregava, inclusive de religião, é válido refletir sobre a causa da citação de Jaime I, já que ele pregou um discurso e praticou outro.

Em 1625, com a morte de Jaime I, assume seu filho, Carlos I, tendo desempenhado a função de rei até 1649 ano em que ele foi condenado a decapitação (30 de janeiro), o monarca tinha por ideia a supre-

3 Conceito utilizado por Arruda, pois no século XVII ocorreu a Revolução Puritana (1640) e a Revolução Gloriosa (1688), Arruda considera que tais insurreições “fazem parte do mesmo processo revolucionário, o que nos leva a optar pela denominação Revolução inglesa do século XVII, e não Revoluções Inglesas, como se fossem dois movimentos distintos.” (ARRUDA, 1989, p. 97)

4 O Parlamento almejava uma colonização capitalista, já o rei pretendia uma ocupação feudal, causando o descontentamento, já que a maioria dos componentes do parlamento eram burgueses. (ARRUDA, 1989, p. 100)

macia real, considerava-se no direito de cobrar alguns impostos que não eram cobrados desde o período feudal, juntamente com isto, dissolvia o parlamento a seu talante, por ser a maioria dos parlamentares protestantes, discordavam dos atos reais de Carlos I, cessando com a monarquia e instaurando uma “república de faz de contas”, pois a supremacia do poder estava nas mãos de Oliver Cromwell. Nisto Locke estava saindo de sua adolescência e ingressando na Universidade de Oxford (1652), Locke estava se preparando para entrar na vida clerical, porém, por ter algumas ideias contrárias as “verdades” aristotélicas não era bem visto, então, pediu dispensa da ordem para dar continuidade a outros estudos que lhes interessava, por exemplo medicina, que ingressou no ano de 1668, licenciado em 1674.

Em 1653 Cromwell, em seu protetorado, dissolveu o Longo Parlamento (1640 até 1653), instalando a sua tirania, concentrou o poder em suas mãos a ponto de ser oferecido a coroa de rei para ele, podendo até mesmo escolher seu sucessor. Morreu em 1658, tendo como substituto seu filho, que foi facilmente deposto em 1659. Neste período Locke havia recebido o título de Masters of Arts (1658).

Em 1660 o Parlamento proclamou Carlos II como rei, porém seus poderes deveriam ser limitados pelo próprio Parlamento. O rei se aproximou do monarca que melhor expôs o Absolutismo Divino que a história, até agora, presenciou, o Luis XIV, Carlos II estava em busca de apoio, tornando-se suspeito ao Parlamento. Com esse relacionamento real, levou a Inglaterra a se envolver na Guerra da Holanda. Por tal fato, o Parlamento ratificou, em 1673, a *Lei do Teste*, de tal forma que todos que exercessem funções oficiais no reino, deveriam comprovar seu anticatolicismo.

Em 1666 Locke conheceu Lord Ashley Cooper, chefe do partido *whig*, frequentava a casa do aristocrata, o filósofo foi assessor de Cooper, participando da elaboração da constituição da Colônia inglesa de Carolina, na América do Norte. Locke fazia parte do grupo de intelectuais da época, neste período que ele começou a escrever uma de suas mais célebres obras, *Ensaio Sobre o entendimento humano*, sendo ela publicada somente em 1690.

No ano de 1668 virou membro da Royal Society⁵ de Londres, 1672 foi admitido como secretário de Cooper, este agora sendo conde de Shaffesbury, neste período passou, efetivamente, a ter uma vida política ativa. Pelo fato de Cooper se opor ao rei Carlos II, aconteceu a queda do conde, por causa da situação foi obrigado a abandonar o país, Locke viajou para a França, onde teve contato com intelectuais cartesianos, em 1679, retornou à Inglaterra e ficou ao lado de seu amigo, o ex-conde de Shaffesbury, que estava preso. Pelos fatos ocorridos, Cooper não era bem visto, o filósofo passou a ser suspeito e vigiado.

Com a situação, os dois se obrigaram a fugirem à Holanda, neste país a ideia de liberdade estava se disseminando de uma forma mais interessante, para Locke, do que ocorria na Inglaterra. O filósofo fez parte dos preparativos para a ida de Guilherme de Orange à Inglaterra.

Jaime II em 1685, irmão de Carlos II, ascendeu ao poder após a morte de seu fraterno, apesar de ser católico e havendo negações para sua efetivação na realeza, fica até 1689, ele tinha por intenção restaurar

5 Esta instituição foi criada em 20 de novembro de 1660, tendo por objetivo promover o conhecimento científico que estava surgindo na época, alguns dos seus membros célebres foram Robert Boyle, John Evelyn, Isaac Newton, John Locke, entre outros. (Royal Society, Wikipédia)

o absolutismo e o catolicismo, punindo com rigor os revoltosos, negando o poder de *habeas corpus*⁶. Em 1688 o Parlamento convocou Maria, filha de Jaime II e esposa de Guilherme de Orange, para ocupar o trono da Inglaterra. Essa Revolução ficou célebre por não ter ocorrido “derramamento de sangue”, Jaime II se refugia na França sendo cedido a ele o Castelo de Saint-Germain-em-Laye. À nova realeza foi imposto aceitar a *Declaração dos Direitos*⁷.

Em 1689, Locke, tomado por uma inspiração produtiva, publicou *Carta acerca da intolerância, Dois Tratados Sobre o Governo e Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, ele já estava pensando nestas obras antes de suas publicações, porém neste ano que elas vieram a ser disseminada, Interessante ressaltar que algumas de suas obras ele só assumiu a autoria em seu testamento, possivelmente preocupado com as represálias de suas ideias. No ano de 1693 Locke publicou *Alguns Pensamentos Referentes à Educação*.

Dois amigos de Locke, Francis e Damaris Marsham, convidaram-no a passar os anos restantes de sua vida em Oates. Na casa de campo em North Essex, ele tinha um quarto no térreo e um estúdio que compunha a sua biblioteca com cerca de 5.000 volumes. A saúde de Locke estava fragilizada e, em outubro de 1704, mal conseguia se levantar para se

6 O termo é oriundo do latim que significa “que tenhas o teu corpo”, surgiu na Magna Carta em 1215 imposta pelos nobres ao rei da Inglaterra tendo por objetivo exigir o controle legal da prisão a qualquer cidadão. (Habeas Corpus, Wikipédia)

7 De acordo com a Declaração dos Direitos, o rei não podia cancelar as leis parlamentares e o Parlamento poderia ceder o reino a quem ele quisesse após a morte do rei; as reuniões parlamentares e as eleições seriam regulares, pelo menos trienais; o orçamento anual seria votado pelo Parlamento; inspetores controlariam as contas reais; os católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército permanente em tempo de paz foi considerada ilegal. (ARRUDA, pág. 103)

vestir, vindo a falecer em 28 de outubro do mesmo ano. Foi enterrado no cemitério de High Laver.

A partir dessa breve análise do contexto de vida de John Locke, pode-se perceber que suas idéias sobre governabilidade e direitos estão de forma profunda enraizadas no próprio desajuste vivido pelas monarquias absolutistas, especificamente a inglesa. Dessa forma, para o avanço dessa análise será empreendido um olhar reflexivo sobre a linguagem e o público a quem Locke destinou sua obra.

Locke, ao escrever sobre direito natural, estava focando, possivelmente, a qualquer letrado da época, argumentando que todos têm as mesmas prerrogativas, claro, pelo fato de estar sendo discutido um assunto no contexto da Inglaterra no século XVII, sabe-se que o número de alfabetizados é menor do que nos dias coetâneos, logo, o grupo alvo das teses Lockeanas, se restringia aos letrados⁸.

Ainda deve-se perceber que Locke, em sua obra chamada *Segundo Tratado Sobre o Governo*, enfocou sobre o direito e suas implicações. Direito é uma palavra muito usada nos tempos modernos, graças aos intelectuais conhecidos como Iluministas, em sua maioria os pensadores hodiernos disseminavam a ideia que o povo tinha direitos, não os que ocorriam nas monarquias absolutistas, que eles tinham por “direito” obedecer às ordens do monarca divino, mas sim direito de igualdade, liberdade, propriedade, pensamento, a vida, entre outros.

O pensador em questão, trabalhou a relação existente entre a for-

8 Considerando que o nível de alfabetização chegava em torno dos 50%, para os homens adultos, no período de publicação do *Segundo Tratado Sobre o Governo*. (CHAUNU, 1976, p. 500 *apud* MARCHELLI, 2006, p. 189)

mação de sociedade através do direito, de como as relações ocorrem, de como agir quando se está regido sobre o direito natural ou o direito social. Locke acreditava que o cidadão não poderia doar mais direito a outro do que ele mesmo tinha sobre si, por exemplo, um indivíduo jamais poderia se matar ou ser morto, já que, um dos direitos naturais é a vida, salva exceção de que se alguém tentar causar algum dano a outrem, potencialmente o ocasionador do dano pode acabar assassinando o ocasionado, logo, o que sofreu o dano tem o direito natural de se proteger acabando com a vida do algoz.

Em decorrer do direito natural, surge a necessidade de a junção social, pois, para Locke, uma das prerrogativas naturais é a propriedade, não a concepção que temos atualmente de propriedade, ratificada através da lei e de tributos que pagamos, mas sim da utilização, por exemplo, se a pessoa caçar um animal com a intenção de se alimentar, terá a comida em decorrer do seu trabalho, o animal é da natureza e livre, porém no momento que ele é caçado, vira propriedade do caçador. Entretanto, na ideia do filósofo, a propriedade não tem por intenção a utilização excessiva dos bens naturais, já que, para Locke, Deus fez a natureza em abundância para todos, porém como o ser humano se apropria em demasia do que não carece, acaba prejudicando os outros.

Locke acha que a propriedade cultivada é bem mais produtiva do que ela em estado natural, quando há cultivo a produção é bem maior, ele inclusive faz relações numéricas para confirmar tal tese: “As provisões para o sustento da vida humana produzidas em um acre de terra cercada e cultivada – na pior das hipóteses – são dez vezes mais do que pode produzir um acre de terreno de igual fertilidade aberto e comunitá-

rio” (LOCKE, 2002:35), possivelmente tal dado foi especulado apenas para exemplificar a ideia do direito natural de propriedade.

O problema foi quando a ganância começou a corroer os homens, fazendo com que eles se apoderassem de mais do que precisava, nisto começa a espoliação entre os seres humanos, quando acham que podem mais do que deveras podem.

Em síntese, toda a tese de o filósofo gira em torno de direito, desmembrando em aspectos, como direito natural (propriedade, comer, beber, viver) e o direito social, este surge para que o ser humano possa ratificar a propriedade, é mister, para Locke, a junção social para defender o direito de propriedade.

Portanto, as idéias deste pensador marcaram sua época pelos questionamentos sobre direito, propriedade participação política, de forma que suas afirmativas marcaram a historiografia política dos século seguintes. Sendo assim, será dirigido a partir de agora um diálogo entre o tema central da obra aqui analisada e a tradição historiográfica.

3 ANÁLISE DO TEMA, EM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA SOBRE LOCKE

A historiografia cita Locke como um dos precursores do pensamento iluminista⁹, claro, o século XVII esteve “recheado” de pensadores que estavam criando, através de suas inferências, uma outra forma de ver o mundo, como por exemplo, Conde de Montesquieu, Voltaire, Diderot D’Alembert, J.J. Rousseau, entre outros, porém Locke se destacou na questão do direito, da visão política, da sociedade, da educação, da formação do homem entre outras questões, ele era digno de ser chamado de intelectual.

Muitos dos intelectuais da época discorreram sobre diversos temas, porém as ideias de Locke tiveram repercussões notáveis, como foi o caso do Iluminismo, autores iluministas tinham algumas ideias próximas as de Locke, como foi o caso de Charles de Secondat (o célebre Montesquieu), em sua obra *Espirito das leis*, onde sugere que o poder político seja triparticionado e autônomo, porém em harmonia, Locke sugeriu algo similar no *Segundo Tratado Sobre o Governo*, porém, como um disseminador do direito, o Legislativo é que preponderaria, sendo todos subordinados e regidos pelo órgão criador de leis, inclusive o Executivo e o Federativo.

Alguns autores colocam Locke como sendo um dos principais idealistas acerca do direito moderno, também no campo da psicologia

9 O pensamento iluminista surgiu no século XVIII, inspirado nas ideias de pensadores do século XVII, principalmente John Locke, tamanha relevância deste pensador que Voltaire certa vez disse a seguinte frase se referindo a ele: “o homem da maior sabedoria. O que ele não viu com clareza, não tenho esperanças de jamais ver”. Sendo o iluminismo um movimento de cunho intelectual que tinha por intenção racionalizar, “dar luz”, as coisas do mundo, pensavam (iluministas) sobre política, economia, sociedade, natureza, religião, entre outras áreas do conhecimento.

ele é citado, entre outras diversas áreas, efetivamente atribuem a ele à Independência das Treze Colônias, não de forma física, ele não foi lá lutar, até porque já estava morto, mas sim na questão do ideário, as bases da Declaração do Direito do Homem, surgida nos Estados Unidos da América em 1776, tem teses lockeanas, como é o caso, entre outros, do primeiro artigo:

“1. Todos os homens são por natureza igualmente livres e independente de possuírem certos direitos inerentes à sua pessoa (...), a saber: o gozo da vida, a liberdade e os meios de adquirir e possuir propriedade e buscar e conseguir a felicidade e a segurança.”¹⁰

É válido pegar esse artigo e comparar com o escrito de Locke quando ele diz que:

“Para compreendermos corretamente o poder político e ligá-lo à sua origem, devemos levar em conta o estado natural em que os homens se encontram, sendo este um estado de total liberdade para ordenar-lhes o agir e regular-lhes as posses e as pessoas de acordo com sua conveniência, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem” (LOCKE, 2002, p. 15)

De acordo com o 1º artigo da Declaração do Direito do Homem, em comparado com a citação do Locke, percebe-se a semelhança no discurso concernente ao direito natural e individual, há inúmeras rela-

10 Fonte: ARRUDA, 1989, p. 129

ções entre a Declaração e as ideias de direito em Locke, porém não será utilizado os vários exemplos a fim de não se estender em citações.

Locke também foi precursor das ideias iluministas, inspirando os célebres autores do Iluminismo já citados anteriormente. Ele também se destacou nos métodos de compreensão acerca da formação cognitiva do ser, em seu livro *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* sugere que o indivíduo é uma Tábula Rasa, apto a aprender qualquer coisa pelo empirismo, negando a ideia de inatismo, pensamento que corroborou para que ele rompesse o vínculo com a Universidade de Oxford, pois esta ainda creditava muito a Aristóteles e suas ideias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento do direito em uma sociedade é de extrema relevância social, considerando que para se seguir um modelo, tem que se ter conhecimento do que se tem como prerrogativa, Locke sugere que, quando em contrato social, acabamos cedendo parte de nossa liberdade à comunidade, ao governo ou a qualquer ambiente social em si.

É de extrema importância, quando se está regido por um contrato social, conhecer as ideias basilares do que se tem por direito e dever, sendo Locke um dos pioneiros da ideia de equidade (liberdade, igualdade, vida) e direito social, considerando válido refletir sobre a visão deste autor no concernente ao direito.

Na formação social, Locke, por procurar na razão e não encontrar, enquadrou Deus como sendo a causa da junção social, além da perpetuação da propriedade, o ser humano se unia porque Deus assim o quis, certamente para as pessoas que creem em algo além do mundo tácito, faz muito sentido, mas para quem busca algo mais focado no cientificismo, isto seria uma “falha” a ser sanada no pensamento de Locke, certamente isto não cessa com a relevância das obras de Locke, mas é algo a mais para se pensar.

Em suma, o conhecimento do direito deveria ser compartilhado por todos os indivíduos, indiferente do sexo ou da etnia, que compõem uma sociedade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José J. de A. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1989.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002

HABEAS CORPUS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Habeas_corpus&oldid=25459401>. Acesso em: 4 jun. 2011.

MARCHELLI, Paulo Sérgio, As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 3, 2006. p. 187-200.

ROYAL SOCIETY. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Royal_Society&oldid=25457540>. Acesso em: 3 jun. 2011

REVISTA CIÊNCIA E VIDA. Ano I. Nº 5. Filosofia especial. (pág 22-37/73-79)

UMA BREVE PASSAGEM: COSTA E SILVA NA COLAÇÃO DE GRAU DA ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE

Vanessa Barrozo Teixeira¹

RESUMO: Este trabalho visa destacar a vinda do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, em 1969 à cidade do Rio Grande para a ocasião da cerimônia de colação de grau da turma de 1968 da Escola de Engenharia Industrial (EEI). Esta temática, referente à Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande é parte integrante de pesquisa de dissertação na área de História da Educação sobre esta instituição escolar de ensino superior, com periodização de 1950, década de sua criação até 1961, quando ocorre sua federalização. Vale ressaltar que a EEI passa a ser denominada Faculdade Federal de Engenharia Industrial após a Reforma Universitária em 1968, quando este curso bem como outros já existentes na cidade passam a integrar a Universidade do Rio Grande. Este momento histórico vivenciado tanto pela EEI como para a cidade do Rio Grande será analisado através do acervo museológico do Núcleo de Memória Eng^o Francisco Martins Bastos (NUME), e sobre tudo, por meio de periódicos que abordam esta ocasião. Importante frisar que neste período o país já se encontrava em Regime Militar e, portanto,

1 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FAE) UFPel; Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação; Orientanda do Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara; vtexeira2010@gmail.com.

será fundamental contextualizar esta época.

Palavras-chave: Presidente Arthur da Costa e Silva; Escola de Engenharia Industrial; Cidade do Rio Grande.

***ABSTRACT:** This paper aims to highlight the coming of the President of the Republic, Marshal Arthur da Costa e Silva, in 1969 to Rio Grande for the occasion of the ceremony of graduation of the 1968's class from School of Industrial Engineering (EEI). This theme, related to the School of Industrial Engineering Rio Grande is part of dissertation research in the area of History of Education on the educational institution of higher education, with periodicity of 1950, the decade of its creation until 1961, when it occurs her federalization. It is noteworthy that the EEI is now called the Federal School of Industrial Engineering after the University Reform in 1968, when this course as well as others found in the city have moved into the University of Rio Grande. This historical moment for both EEI and for the city of Rio Grande will be examined through museological collection of the Núcleo de Memória Eng^o Francisco Martins Bastos (NUME), and also through journals that address this occasion. Important to note that in this period the country was already in the military regime and will therefore be crucial to contextualize this time.*

Key-words: President Arthur da Costa e Silva; School of Industrial Engineering; City of Rio Grande.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo destacar a breve passagem do então Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva na cidade do Rio Grande pela ocasião da cerimônia solene de colação de grau da Escola de Engenharia Industrial (EEI) em janeiro de 1969. O presidente

havia sido convidado para ser Paraninfo das turmas de formandos nas modalidades de Engenharia Mecânica e Engenharia Química do ano de 1968. Este artigo é um recorte dentro da pesquisa de dissertação que aborda esta instituição escolar de ensino superior como temática e objeto de pesquisa.

Por meio de fotografias provenientes do acervo fotográfico do Núcleo de Memória Eng^o Francisco Martins Bastos (NUME) e de periódicos que abordaram a visita do presidente à cidade, será feita uma breve análise do contexto histórico da época e da relevância da Escola de Engenharia Industrial para a cidade, baseado nestas fontes.

Através deste recorte temático almeja-se compreender um pouco mais sobre a trajetória desta instituição de ensino superior, além de possibilitar novas interpretações sobre a mesma, o contexto histórico da época e trazer a possibilidade de se trabalhar com diferentes fontes documentais em uma pesquisa no âmbito de História da Educação.

Em um primeiro momento pretende-se contextualizar a época do evento e o governo do Marechal Arthur da Costa e Silva. Em um segundo momento relatar brevemente a trajetória da Escola de Engenharia Industrial até o período delimitado e em um terceiro momento, trazer as fontes documentais que fazem referência a expectativa da visita do presidente à cidade do Rio Grande, ao próprio evento em si e em sua repercussão nos periódicos da cidade e do estado.

Importante observar que este trabalho pretende apenas enfatizar e refletir sobre um evento solene e político que aconteceu na cidade do Rio Grande na década de 1960, visando com isso rememorar alguns fatos referentes à Escola de Engenharia Industrial, a primeira instituição escolar de nível superior da cidade.

1. Contextualizando

A década de 1960 no Brasil tem como marco histórico o ano de 1964, ano em que as forças armadas nacionais assumiram o controle político do governo, iniciando o chamado Regime Militar. Período governamental que durou vinte e um anos e que teve diversas interpretações, entretanto este trabalho não visa analisar este período, nem tão pouco suas ações, apenas contextualizar o momento em que o Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva realiza uma visita inusitada para a cidade do Rio Grande, cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul².

As diferenças entre o regime representativo vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado (FAUSTO, 2001, p. 513).

No decorrer deste regime que perdurou até 1985, cinco generais estiveram na presidência da República³, o segundo a assumir foi o então Marechal Arthur da Costa e Silva em 1967. Este governo ficou conhecido pela criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 dezembro de 1968 e que, além do ato e das suas proposições, “determinava o

2 Rio Grande foi fundada no dia 19 de fevereiro de 1737, uma vila de fundação portuguesa, foi o primeiro referencial urbanístico luso-brasileiro no Brasil, o principal centro comercial da capitania no início do século XIX e ao longo do século XX passou por grandes transformações urbanas e tecnológicas, com ascensão do capitalismo industrial (PAULITSCH, 2008).

3 Estes generais foram: Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967); Arthur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985) (COTRIM, 2002, p. 557-568).

fechamento do Congresso e a cassação do mandato de parlamentares” (COTRIM, 2002, p. 560).

O AI-5 conferia ao presidente da república amplos poderes para perseguir e reprimir as oposições. Podia decretar, por exemplo, o estado de sítio, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos eletivos, suspender diretos políticos, demitir funcionários públicos [...] os atos praticados pelo AI-5 não podiam sequer ser submetidos ao exame do Judiciário (COTRIM, 2002, p. 561).

No âmbito econômico, o governo Costa e Silva estava preocupado com a situação da inflação do país e em como estabilizar estas taxas para retomar o desenvolvimento do país. Através da política econômica do ministro Antônio Delfim Netto, o apoio industrial e agrícola foi disponibilizado pelo governo através do incentivo à exportação, além da criação do PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento) em junho de 1968, programa que tinha como meta continuar a prática econômica do governo anterior, entretanto, buscando retificar alguns erros com relação à política de combate à inflação⁴.

O Rio Grande do Sul no ano de 1968 era governado por Walter Peracchi Barcellos, militar e que havia sido comandante da Brigada Militar em 1948. Seu mandato como governador foi de 1966 até 1971. Neste mesmo período, os empresários gaúchos do ramo da indústria, comércio e agricultura, demonstraram apoio ao regime militar durante as décadas de 1960 e 1970, mesmo com algumas discordâncias com relação ao pouco investimento do governo federal em alguns setores do estado.

4 MACARANI, José Pedro. **A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969**, 2006; **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69**, 2000.

As manifestações dos empresários gaúchos ao longo de todo o período autoritário mantiveram o apoio à condução política dos governos militares. A política de arrocho salarial também foi integralmente aprovada. Entretanto, as deficiências em infra-estrutura energética e de transportes da região e os escassos recursos federais destinados ao Rio Grande do Sul continuaram sendo os principais assuntos tratados com as autoridades do governo federal por todos os setores do empresariado gaúcho até o final dos anos 70 (GROS, 2007, p.269).

A cidade do Rio Grande, neste mesmo período era governada por um Interventor Federal, o também militar General Armando Cattani. A economia da cidade, bem como outras cidades do estado, estava baseada no setor industrial, contudo após o início do regime militar as indústrias da cidade sofreram com alguns recessos, mas através do incentivo à exportação, referente ao plano econômico do governo Costa e Silva, no final da década de 1960, o setor retoma o seu crescimento.

A recessão do período pós-1964 teve como consequência o congelamento salarial, agravando o esgotamento do poder aquisitivo dos assalariados urbanos. Isso acarretou a retração da demanda urbana de bens não-duráveis e achatamento das indústrias tradicionais, como foi o caso da Companhia União Fabril, que faliu em 1968. Nesse mesmo ano retomou-se o crescimento da economia brasileira, com recuperação de taxas mais altas para o crescimento industrial. O governo autoritário pós-1964 estimulou as exportações e garantiu a importação de insumos e bens de capital. [...] Nesse novo período pós-1964, a economia gaúcha já estava ligada de forma mais intensa à economia brasileira (PAULITSCH, 2008, p. 37-38).

A vinda do presidente Costa e Silva para a cidade, por meio

de um convite para uma cerimônia solene, pode ter transformado uma ocasião particular da Escola de Engenharia Industrial e dos formandos da turma de 1968, em um acontecimento coletivo onde o estado e a cidade acabaram intervindo de diversas formas.

2. Escola de Engenharia Industrial: gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande

A primeira iniciativa de implantação de uma instituição voltada para o ensino superior é datada do final do século XIX, quando o comerciante Antônio de Lemos Júnior (BORTHEIRY, 2008, p. 186), deixa em testamento uma relevante quantia de dinheiro para a Intendência, atual Prefeitura Municipal, para que esta providenciasse a instalação de um Curso de Engenharia. O dinheiro não foi suficiente para a criação de uma faculdade, mas deu origem a uma escola de nível médio, o Ginásio Municipal Lemos Júnior, em 1906.

Contudo, mesmo com o passar dos anos, o ímpeto de criação de uma instituição escolar de ensino superior ainda se manteve. De acordo com o historiador Mário Osório Magalhães, no início da década de 1950, costumavam se reunir nos cafés da cidade engenheiros, químicos e outros profissionais de nível superior que residiam e trabalhavam nas indústrias locais, para debater sobre a necessidade da criação de uma faculdade. E pensar em uma Escola de Engenharia era bastante plausível, afinal nesta época Rio Grande possuía um parque industrial de grande valor.

Mesmo que começasse sem patrimônio aparente, uma escola de engenharia teria à disposição, desde logo, os muitos bilhões de cruzeiros aplicados nos laboratórios e na maquinaria moderna de setores como a Usina Elétrica, a Hidráulica, as instalações portuárias, as fábricas de tecidos, os grandes frigoríficos, a destilaria de petróleo, as fábricas de produtos alimentícios [...] (MAGALHÃES, 1997, p.18).

Este movimento reuniu grandes profissionais locais, como o Engº Cícero Marques Vassão, que era diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Fernando Duprat da Silva, Fernando Abott Torres, Alfredo Huch, Heitor Amaro Barcellos, Fuad Abdalla Nader, Roberto Bastos Telechea, Thomas Paes da Cunha, Eliézer de Carvalho Rios e o Engº Francisco Martins Bastos, representante da Refinaria de Petróleo Ipiranga. Este seleto grupo passa então a pensar em na criação de uma Faculdade de Engenharia e também na fundação de um Museu Oceanográfico (MAGALHÃES, 1997, p. 18).

O Engº Francisco Martins Bastos, então diretor-presidente da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A, foi um personagem importante nesta ação, participando ativamente das questões burocráticas e políticas que envolveram a criação da EEI, bem como do apoio capital fornecido pela empresa, uma das principais indústrias petrolíferas do Brasil.

Inicialmente projetou-se a idéia de criação de um curso em nível técnico para preparar auxiliares de engenheiro, o que teria um rápido retorno às indústrias. No entanto, após uma reunião com o então Reitor da URGS (Universidade do Rio Grande do Sul) Eliseu Paglioli, surge a idéia de se criar uma fundação privada que pudesse, dessa forma, manter a Escola de Engenharia.

Em julho de 1953 fica instituída a Fundação Cidade do Rio Grande

sob a presidência do Eng^o Francisco Martins Bastos (MAGALHÃES, 1997, p. 20), que possuía o fim de promover a criação de um curso superior de Engenharia, além de poder instituir, de acordo com as necessidades, outras escolas de caráter técnico ou superior. Apenas alguns meses depois, no dia 8 de setembro é fundado na Praça Tamandaré, o Museu Oceanográfico, deixando claro que a Fundação Cidade tinha reais intenções de acrescentar ao município de Rio Grande, uma mudanças culturais e educacionais de qualidade.

Conforme Altmayer foram oito os instituidores da Fundação Cidade do Rio Grande: Prefeitura Municipal do Rio Grande, então representada pelo Prefeito Frederico Ernesto Buchholz; Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos, representada pelo Eng^o Francisco Martins Bastos; Cia União Fabril e Cia Fiação e Tecelagem Rio Grande, representada pelo Eng^o João de Miranda Rheingantz; Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, representada pelo Dr. Jorge da Cunha Amaral; Luiz Loréa S/A Comércio e Indústria, representado por Eurico Bianchini; Abdalla Nader, representado pelo Economista Fuad Nader e Cunha Amaral e Cia Ltda, representada pelo Sr. Jorge José Amaral Hormain. Além da Shell do Brasil Ltda, da ESSO Standard Oil do Brasil e da Viação Férrea do Rio Grande do Sul como colaboradores na criação da EEI (ALTMAYER, 2003, p. 16-19).

O decreto de autorização da Escola foi assinado por João Café Filho em 1956 e o decreto de reconhecimento em 1959, aconteceu na segunda metade do mandato de Juscelino Kubitschek (MAGALHÃES, 1997, p. 25). Logo após a formação da primeira turma da EEI em 1960, acontece a federalização da Escola, em maio de 1961, ligando-a diretamente à Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, como uma faculdade isolada. Com esta nova denominação,

a Faculdade de Engenharia Industrial do Rio Grande passa a manter os cursos de Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Industrial Química e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI), responsável por mais tarde implementar o Colégio Técnico Industrial de Rio Grande (CTI).

Durante alguns anos, a Escola funcionou em um espaço cedido pela Biblioteca Rio-grandense, onde mantinha sua secretaria, salas de aula, biblioteca específica e os laboratórios para as aulas práticas eram cedidos pelas empresas industriais locais⁵. No entanto, já no primeiro ano da EEI, a Fundação Cidade compra um terreno de 56.000 m² para a instalação da Escola. Em 1960, juntamente com a graduação da primeira turma de engenheiros, é inaugurado o prédio da Escola de Engenharia Industrial, com as oficinas, laboratórios, salas de aula e biblioteca.

3. Turma de 1968 e seu Paraninfo

A turma de formandos da Escola de Engenharia Industrial que concluiria o curso no ano de 1968 fez uma escolha peculiar⁶ das turmas anteriores para indicar seu paraninfo. O orador da turma, Aidir Parizzi juntamente com outros colegas, sabendo da visita do Presidente Costa e Silva à cidade de Pelotas em abril de 1968⁷, dirigiram-se até a cidade para realizar o convite informalmente ao presidente. Após novos contatos, o presidente aceitou o mesmo e enviou uma mensagem de agradecimento cordial por meio de seu secretário particular Carlos Cotta (Figura 1),

5 Informações encontradas no Relatório de Inspeção de 1954 da Escola de Engenharia Industrial.

6 Antes desta ocasião nenhum presidente havia sido convidado para ser Paraninfo das turmas da Escola de Engenharia Industrial (MAGALHÃES, 1997).

7 Zero Hora, Porto Alegre, 11 de abril de 1968. p. 31.

ao convite realizado pelos formandos. A turma de formandos justifica o convite feito ao paraninfo, acreditando na importância do seu governo e da relação com o povo brasileiro durante a sua gestão (Figura 2).

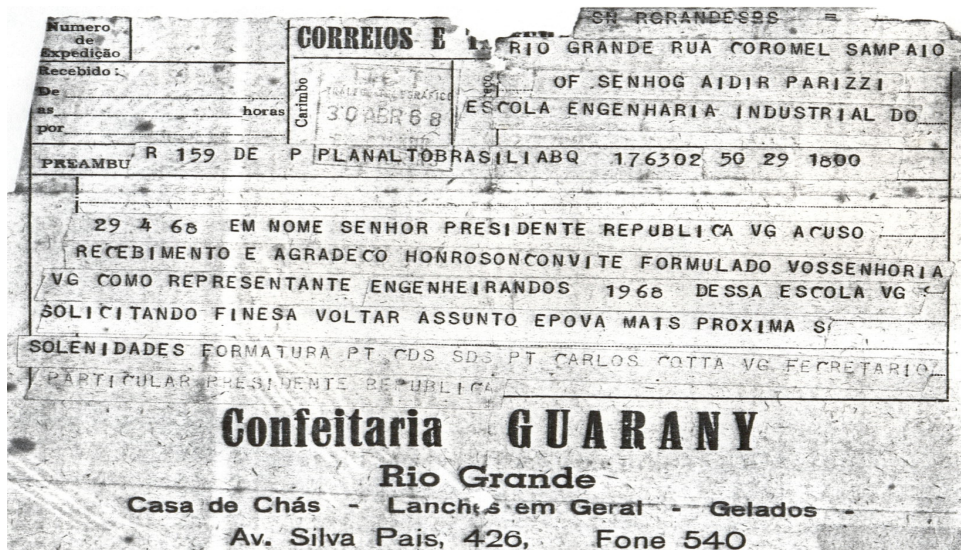


Figura 1: Telegrama enviado ao formando Aidir Parizzi sobre a confirmação do convite feito ao presidente, Marechal Arthur da Costa e Silva, 29 de abril de 1968

Fonte: Acervo do NUME

A HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA, PREENDE-SE AO FATO DE QUE ÊSTE GOVÊRNO MOSTROU / COM ASSOMBROSA CAPACIDADE GARANTIR A ORDEM E A DEMOCRACIA, E POR FAZER SENTIR AO POVO BRASILEIRO, QUE ÊLE PARTILHA DE UMA UNIDADE / FUNDAMENTAL DE INTERÊSSE, DE PROPÓSITOS E CONVICÇÕES. QUE GOVERNA PARA ALCANÇAR UM CONSENSO NACIONAL CAPAZ DE ELIMINAR A OBSTRAÇÃO E A INÉRCIA, SEM COMO, LIBERAR AS ENERGIAS DA NAÇÃO PARA O / TRABALHO DO FUTURO.

ENGENHEIRANDOS - 68

Figura 2: Agradecimento feito ao Paraninfo – Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, 1968

Fonte: Acervo do NUME

Desde o momento da confirmação da vinda do presidente à cidade de Rio Grande, os periódicos municipais e estaduais, já começam a manifestar a expectativa do acontecimento. Presenças ilustres como a do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Walter Peracchi Barcellos e do Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Emílio Garrastazu Médici. O então Interventor Federal da cidade do Rio Grande, General Armando Attani, juntamente com os representantes do Exército local (7º GAC), representantes da Escola de Engenharia Industrial, Fundação Cidade do Rio Grande, Câmara de Comércio e Centro de Indústrias se preparavam para garantir a organização e a segurança durante a visita do

presidente.

Os preparativos não eram direcionados apenas para a cerimônia de graduação da Escola de Engenharia, motivo original da vinda do então presidente da República, mas também correspondia a possibilidade da cidade fazer certas reivindicações e demonstrar todo o seu potencial. Desde o esquema de segurança, itinerário, a vinda ou não da primeira dama Iolanda Costa e Silva, até o banquete⁸ de 300 talheres na Câmara do Comércio que lhe seria oferecido e que já começava a ser pensado com antecedência, visando uma recepção digna de um convidado de honra.

Manchete de um jornal local (Figura 3) já estampava a notícia e o Jornal Diário Popular, da cidade de Pelotas trazia algumas considerações do Interventor Federal da cidade do Rio Grande sobre a visita:

O interventor Cattani está muito contente com a visita do Presidente à cidade do Rio Grande, e só está com pena de não poder mostrar a Costa e Silva o que considera sua maior obra desde que assumiu o governo – o novo calçamento e a iluminação com lâmpadas a mercúrio da Avenida Dom Pedro II, que vai até o Pôrto Novo, e que custou mais de 200 mil cruzeiros novos. É que o Presidente não passará pela Dom Pedro II (DIÁRIO POPULAR, 1969, p. 6).

Figura 3: Jornal Rio Grande de 09 de dezembro de 1968

Fonte: Acervo do NUME

8 Diário Popular – Pelotas, 10 de janeiro de 1969. P. 8 – 1º caderno.

As preocupações perpassavam todos os âmbitos, desde a colação de grau, como, por exemplo, a ordem dos discursos, os convidados e a discussão do local, até as visitas “forçadas”, conforme citação abaixo, que o presidente faria para conhecer as transformações e melhorias realizadas através de seu governo. O General Armando Cattani, inclusive, preparou um discurso em forma de saudação no programa “A Voz do Brasil” (Figura 4).

Esta semana, cremos, deverão começar os preparativos para a recepção ao Presidente da República. O Presidente, que poderá trazer a Universidade, deverá forçosamente conhecer o nosso pôrto, suas atuais condições – grandemente melhoradas pelo seu gôverno do Mal. Castello Branco – e porque se pleiteia que será franco ou se poderá aceitar que seja um entreposto franco (DIÁRIO POPULAR, 1968, p. 8).

SAUDAÇÃO DE CATTANI PELA "A VOZ DO BRASIL"

A pedido da Agência Nacional "A Voz do Brasil", o Gen. Armando Cattani gravou a seguinte mensagem de congratulações a S. Excia. o Mal. Arthur da Costa e Silva, DD. Presidente da Nação, no dia em que o Chefe do Executivo Nacional pisa o solo papa-areia:

"A cidade de Rio Grande, de Silva Paes engalana-se para receber a honrosa visita do Primeiro Mandatário da Nação, que aqui chega em atenção a um cordial convite da mocidade estudiosa da Noiva do Mar.

O gesto altamente significativo, patriótico, revela a preocupação constante do Marechal-Presidente, em dar forte empenho aos problemas fundamentais da nacionalidade, quais o da educação da juventude, num País de nível educacional precário, como o nosso, em que o exemplo de cima vale por uma grande lição

Por isto, hoje, ao desfilar o nosso Presidente, os riograndinos de tôdas as idades, sem distinção de credo religioso ou político, ovacionarão o Visitante ilustre já que na pessoa do Condestável das terras de Santa Cruz, a Noiva do Mar reverencia o próprio Brasil". (Ass.) General ARMANDO CATTANI, Interventor Federal.

Figura 4: Jornal Diário Popular, Pelotas, 10 de janeiro de 1969, p. 8 – 1º caderno

Fonte: Acervo do NUME

Ainda em dezembro de 1968, a cidade já começava a se preparar para o evento solene, não se preocupando somente com as questões oficiais, mas também com as questões estéticas de decoração da cidade durante esta breve passagem.

Cuidado! É de todo recomendável que pessoas experientes

e com certo e indispensável grau de instrução, preparem a recepção. É necessário que os responsáveis, se pretenderem, que tenham muito cuidado com a decoração da cidade, para que não se cometa êrros de estética que venham a envergonhar tôda uma comunidade! Não se tem conhecimento, ainda, quanto tempo permanecerá o Presidente em nossa cidade (DIÁRIO POPULAR, 1968, p. 8).

Já na véspera do evento, uma reportagem do Jornal Zero Hora do dia 09 de janeiro de 1969 trazia em uma de suas chamadas “Amanhã a visita de Costa ao Sul” e no decorrer da reportagem trazia alguns detalhes sobre a organização da cidade, com relação a estes cuidados decorativos, “[...] Tôda a cidade foi enfeitada para receber o presidente da República. As ruas foram limpas e as árvores e meios-fios, pintados com cal”.

A cidade se preparava para este fato memorável que estava prestes a acontecer, momentos de expectativa tanto pelos governantes, autoridades e cidadãos riograndinos, como pelos formandos da Escola de Engenharia Industrial, os responsáveis, de fato, pela vinda do presidente da República.

4. Enfim, a solenidade para os formandos

A colação de grau dos formandos de Engenharia aconteceu na manhã do dia 10 de janeiro de 1969 no Cine Teatro Sete de Setembro (MAGALHÃES, 1997, p. 37).. Na solenidade se encontravam os convidados dos formandos e autoridades, além dos cidadãos riograndinos que gostariam de ser testemunha ocular do evento que vinha mobilizando a cidade desde o ano de 1968.

Os planejamentos prévios, que envolviam desde as preocupações com relação ao itinerário, passando pelas visitas que seriam feitas juntamente com o Interventor Federal até o próprio banquete, infelizmente não aconteceram. O presidente Costa e Silva ficou pouco mais de uma hora em solo riograndino (Figura 5), e logo após a cerimônia dirigiu-se a cidade de Pelotas para receber o título de Doutor “Honoris Causa” pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel)⁹, o título de cidadão pelotense e também um jantar no Clube Comercial pela sociedade pelotense. O jornal Correio do Povo (Figura 6) declarava um dia antes da viagem que a visita presidencial seria breve e que o presidente cumpriria apenas o combinado com relação à Escola de Engenharia Industrial. Além disso, a reportagem também aborda a homenagem feita ao presidente pelo Esporte Clube Rio Grande, concedendo-lhe o título de Sócio Benemérito.



Figura 5: Manchete do Jornal Zero Hora de Porto Alegre, 11 de janeiro de 1969

Fonte: Acervo do NUME

⁹ Informação retirada do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre, do dia 10 de janeiro de 1969, p. 18.

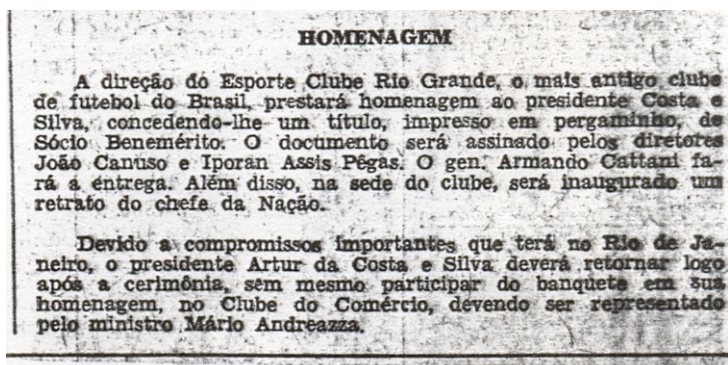


Figura 6: Trecho da reportagem do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre, 09 de janeiro de 1969

Fonte: Acervo do NUME

O discurso do presidente durante a cerimônia abordou, dentre outros assuntos, o desenvolvimento do país e a importância da educação para a sociedade, bem como a valorização que seu governo vinha cumprindo com relação a isto, falando, inclusive da Reforma Universitária¹⁰.

[...] poderia pedir-vos meus jovens afilhados, que recordasseis as linhas mestras da Reforma Universitária a ser implantada a partir deste ano, pois lá se encontra o ramo profissional que abraçastes, classificado como uma das carreiras prioritárias para o nosso desenvolvimento econômico e social. Quando a reformulação das bases e diretrizes do nosso ensino superior ainda era tema para discussões mais ou menos acadêmicas – prejudicadas

¹⁰ Decreto-Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969.

por idéias preconceituosas, remanescentes de um sistema educacional sem compromisso com a realidade brasileira – já eu me arriscava a defender carreiras como a que abraçais agora, das quais, na Presidência da República, me tornei uma espécie de patrono permanente¹¹ (ZERO HORA, 1969, p. 6).

Uma visita tão esperada pela cidade, um convite honrado perante seus afilhados, foi desse modo que o presidente Costa e Silva foi recebido pelos cidadãos riograndinos. Apesar da espera e da ansiedade pelo momento, ele cumpriu sua palavra para com aqueles que no início do ano de 1968 ousaram convidá-lo para um momento tão importante na sua vida acadêmica. Um grupo de formandos em Engenharia Industrial Mecânica e em Engenharia Industrial Química (Figura 7), constituídos de trinta e um homens e apenas uma mulher (MAGALHÃES, 1997, p. 38).

11 Trecho do discurso do Presidente Arthur da Costa e Silva, paraninfo da turma de formandos da Escola de Engenharia Industrial, durante a cerimônia solene de colação de grau, no dia 10 de janeiro de 1969.



. **Figura 7:** Fotografia dos formandos da turma de 1968 da Escola de Engenharia Industrial com seu Paraninfo, Presidente Arthur da Costa e Silva (no centro da imagem), 10 de janeiro de 1969

Fonte: Acervo do NUME

Considerações finais

Este trabalho buscou destacar um fato histórico e político que aconteceu na cidade do Rio Grande no dia 10 de janeiro de 1969, através da vinda do presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva. A preocupação com a viagem ultrapassou o que seria o objetivo principal, talvez o único, da presença do presidente na cidade, o convite para ser Paraninfo da turma de 1968 da Escola de Engenharia Industrial.

Os periódicos retrataram de diferentes maneiras os preparativos, as preocupações e a organização que envolveu aquele momento distinto. Contudo, o presidente ateu-se ao seu compromisso com a Escola

de Engenharia Industrial, visitou brevemente a cidade em seu trajeto de chegada até o Cine Teatro Sete de Setembro, discursou perante os formandos e partiu para outros compromissos. Muitas interpretações podem ser feitas perante este episódio, no entanto, o objetivo deste trabalho foi apenas evidenciar a presença da Escola de Engenharia Industrial neste contexto. Primeira instituição de ensino superior da cidade e que tem importante participação na história da educação do município de Rio Grande.

Para uma maior compreensão do fato elucidado por este artigo, seria interessante a realização de entrevistas com alguns dos formandos e se possível, com jornalistas que participaram da repercussão do evento que se transformou a passagem “relâmpago” do Presidente Costa e Silva em janeiro de 1969. Desse modo, outras possibilidades de interpretação desta temática poderiam ser abordadas, além de outros focos que poderiam ser explorados e novos dados que poderiam ser problematizados.

Fontes de pesquisas

_____. [Formandos da turma de 1968 da Escola de Engenharia Industrial com o Paraninfo]. 1969. 1 Fotografia, p&b.

COTTA, Carlos. [Telegrama] 29 abril 1968, Brasília [para] PARIZZI, Aidir, Rio Grande. 1 f. Confirma o convite de Paraninfo feito ao presidente da República Arthur da Costa e Silva.

Engenheirandos da Escola de Engenharia Industrial. [Carta] 1968. Rio Grande [para] COSTA E SILVA, Arthur. Brasília. 1f. Justificativa do convite realizado ao presidente da República Marechal Arthur da Costa e Silva, para ser Paraninfo da turma de 1968.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 09 de janeiro de 1969.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 24 de dezembro de 1968. Sucursal de Rio Grande.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 10 de janeiro de 1969. 1º Caderno.

RIO GRANDE, Rio Grande, 09 de dezembro de 1968.

ZERO HORA, Porto Alegre, 09 de janeiro de 1969.

ZERO HORA, Porto Alegre, 11 de janeiro de 1969.

Referências bibliográficas

ALTMAYER, Flávia de Lima. **Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos: Uma história de realizações**. Rio Grande: Editora da FURG, 2003.

BORTHEIRY, Aída Luz Meirelles. **Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os Arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos**. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2008. : EDUFU, 2002.

_____. **Conflitos na História do Brasil: Ditadura militar.**

Disponível em:

http://www.4shared.com/document/VemUNSkj/Histria_do_Brasil_-_1964_Ditad.htm

Acessado em 04/06/11.

_____. Costa e Silva endureceu o regime, fechou o congresso e editou o AI-5. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 mar. 1994. Disponível em:

http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_27mar1994_costa_e_silva.htm

Acessado em 04/06/11.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2002.

DECRETO-LEI nº 774, de 20 de agosto de 1969. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=774&tipo_norma=DEL&data=19690820&link=s
Acessado em 02/06/11.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

GROS, Denise. **Os anos 1945 a 64**. Associações de classe patronais e ação política. Pg. 265-268. In: República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Volume 4. René Gertz (direção); Tau Golin, Nelson Boeira (coordenação geral). Passo Fundo: Méritos, 2007, volume 4.

MACARANI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69. **Texto para Discussão**. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto99.pdf>

Acessado em: 05/06/11.

MACARANI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 10(3): 453-489, set./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n3/01.pdf>> Acessado em 02/06/11.

MAGALHÃES, Mario Osório. Engenharia, Rio Grande: **História & algumas histórias**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz**: uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. **Trabalho apresentado ao XII Encontro Anual da Anpocs**. Águas de São Pedro, SP, 25-28 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm>

Acessado em 04/06/11.

RESUMOS E PÔSTERES
FASE FURG
RIO GRANDE

RESUMOS

MATRIMÔNIO: UM JOGO POLÍTICO

ÜCKER, CARMEN B. L.; TESSMER, BRUNA C.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

carmen_ucker@hotmail.com

Palavras-chaves: matrimônio, jogo político, Dona Violante

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações matrimoniais da nobreza castelhana do século XIII como parte de uma estratégia política. Para tanto, partimos da análise dos enlacs matrimoniais ocorridos durante o reinado do rei Afonso X, o Sábio, rei de Castela, dando ênfase para o seu casamento com a rainha D. Violante de Aragão. O casamento durante este período na Península Ibérica medieval era uma forma de se fazer importantes alianças políticas e, conseqüentemente, expandir territórios, tendo em vista que, neste momento, muitos reinos ainda estão em formação. Nesse sentido, a mulher era uma peça chave nesse jogo político praticado pelo seu pai ou seu irmão. D. Violante é um exemplo dessa estratégia política, pois Afonso X e o rei Jaime I, rei de Aragão, procurando evitar grandes conflitos envolvendo os dois reinos peninsulares, resolvem firmar um tratado que se concluiu com o matrimônio do rei castelhano com D. Violante de Aragão. No entanto, podemos afirmar que as mulheres não foram

uma simples peça desse jogo, pois em muitos momentos tiveram uma importante participação política, intervindo em intrigas políticas, tomando decisões importantes, como é o caso da rainha D. Violante e de outras rainhas da Península Ibérica.

**FUNDO SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA DO CDH/FURG:
PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DE
VOCABULÁRIO**

AMANDA KOSINSKI;

DANIELLE IOVANOVICHI;

JUSSIELI BASTOS

Acadêmicas do Curso de Arquivologia da Universidade

Federal do Rio Grande – FURG

amandinha_kosinski@yahoo.com.br;

danielleiovanovich@yahoo.com.br

jusseli_martins@hotmail.com

Resumo: Este artigo corresponde ao resultado obtido através de dois relatórios desenvolvidos em uma disciplina do curso de Arquivologia. O primeiro visava à elaboração de um quadro de arranjo do fundo da Sociedade União Operária (S.U.O). Sua ênfase se dá primeiramente através de uma busca histórica para entendimento da S.U.O, logo após buscou-se analisar a documentação pertencente a mesma. A metodologia desempenhada foi através de busca documental no acervo com o intuito de complementar as informações que obtivemos através de bibliografias pesquisadas. Os resultados que alcançamos foi um entendimento histórico sobre a instituição e o seu surgimento, os contextos do mesmo e a elaboração do quadro de arranjo do fundo em questão. Já o segundo se dirigia para a elaboração de um vocabulário controlado do fundo em questão tendo por base o quadro de arranjo elaborado anteriormente. A metodologia dessa etapa foi realizada através da elaboração de um questionário aplicado

ao bolsista do Centro de Documentação Histórica, com a finalidade de completar as informações que já obtínhamos e como resultado alcançado o vocabulário controlado da SUO.

Palavras-chave: Sociedade União Operária; Quadro de Arranjo; Vocabulário Controlado.

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_a_producao.pdf> Acessado em: 02 de novembro de 2010

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.

SANCHEZ, Sandra - Instrumentos da Pesquisa Qualitativa. Disponível em: <www.ia.ufrj.br/ppgea/...2007/.../Sandra/Pesquisa_Qualitativa.ppt> .Acessado em: 20 de outubro de 2010.

CONARQ - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acessado em: 08 de setembro de 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli Arquivos permanentes: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KOBASHI, Nair Yumiko – Vocabulário Controlado: Estrutura e Utilização. Disponível em:

<http://www2.ena.gov.br/rede_escolas/dmdocuments/vocabulario_controlado.pdf> Acessado em: 04 de novembro de 2010

SMIT, Johanna Wilhelmina, KOBASHI, Nair Yumiko. Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. Vol. 10.

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acessado em: 15 de novembro de 2010.

O ADULTÉRIO NO MEDIEVO HISPÂNICO*TESSMER, BRUNA C.; ÜCKER, CARMEN B. L**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**bc.tessmer@bol.com.br*

Palavras-chaves: adultério,mulheres,concilios

O presente trabalho tem por objetivo mostrar como as condenações aplicadas as mulheres acusadas de adultério no medievo hispânico, revelando a submissão das mulheres aos homens fato esse demonstrado em Las Partidas de Alfonso X onde a questão do adultério é trabalhada em detalhes mostrando que a adúltera poderia ser morta pelo pai ou pelo marido, demonstrando que segundo a legislação medieval os homens gozavam de maiores direitos políticos e jurídicos, sendo os direitos das mulheres limitados. É importante também observar que a igreja católica também exercia influência nas questões relacionadas ao adultério considerando-o como um sacrilégio. Para entendermos esse quadro partiremos da análise do conceito de adultério que segundo o dicionário da Real Academia Española é: “ayuntamiento carnal voluntario entre persona casada y outra de distinto sexo que no sea su cónyuge.” Analisaremos também as atas dos concílios jurídicos realizados em todo o território hispânico medieval. Observando que as condenações mais severas recaiam sobre as mulheres como a excomunhão, pagamento de penitências por determinado período e até mesmo pena de morte como já foi citado.

**HONRANDO A MEMÓRIA DOS QUE RESISTIRAM:
MULHERES E PRÁTICAS DE LEMBRANÇA***DÉBORA STRIEDER KREUZ**Acadêmica do curso de História/Licenciatura - UFPel.**Email: debora_kreuz@yahoo.com.br**Orientadora: Dra. Rejane Barreto Jardim – UFPel.*

Email: rejane.jardim@hotmail.com

Palavras - chave: mulheres, resistência, ditadura.

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu um dos períodos mais dramáticos de sua história: a Ditadura Militar. Mesmo passados 25 anos de seu término, as feridas ainda continuam abertas, pois muitas famílias permanecem em busca de seus entes que desapareceram naquele momento. O trabalho analisa a resistência das mulheres que lutam contra o esquecimento desses fatos, pois muitos são aqueles que buscam minimizar os efeitos do que foi a repressão, tortura e censura praticadas no período, tentando levá-las ao esquecimento. Os meios encontrados para levar a cabo tal empreitada são os mais diversos: ações judiciais em busca do reconhecimento que os desaparecidos são frutos de crimes praticados pelo Estado, bem como luta por indenizações, protestos e comissões que investigam as ações praticadas. A luta é para que as mulheres saibam o que aconteceu com seus maridos, filhos e pais que resistiram ao regime imposto, da mesma forma que elas resistem na atualidade ao silêncio que muitas vezes lhes é imposto pelas autoridades, as quais buscam apagar esse período nefasto da História do Brasil.

A ATUAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE NO MOVIMENTO DOS CARAS PINTADAS

Santos, Douglas Ferreira dos

Fonseca, Felipe Vargas da

Silva, Camila Almeida de

Acadêmicos do curso de História Licenciatura da Universidade

Federal de Rio Grande – FURG.

E-mail: douglas.ferreiradossantos@gmail.com; camilera07@yahoo.

com.br; felipe_vargas_10@hotmail.com

O presente estudo tem como objetivo compreender a atuação dos integrantes da pastoral da juventude “os pejoteiros” no movimento “caras pintadas” que exigiu o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo levando em consideração o modo como foi realizada a movimentação dos grupos de jovens para que esses aderissem ao protesto. Além da participação neste acontecimento se levará em conta quais as contribuições da Pastoral da Juventude para o protagonismo juvenil e as metodologias utilizadas para o despertar político dos jovens inseridos nos diversos meios e realidades.

Referencias Bibliográficas

Marco Referencial da Pastoral da Juventude do RS. Porto Alegre. Editora Evangraf, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História Global Brasil e Geral:** São Paulo, Saraiva, 1999.

Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil/CNBB. São Paulo, Paulus, 1998 – (estudos da CNBB;76)

LUTAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS: CENÁRIO DA QUEDA DE JOÃO GOULART

FRANCINE FONSECA

*Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande - FURG*

franciine.n@gmail.com

LUIS FELIPE HATJE

*Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG*

lf_hatje@msn.com

PRISCILA MIELKE

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande – FURG

priscilamielke@yahoo.com.br

RÔMULO BRUM

Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande – FURG

romulo_gmb2007@hotmail.com

FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

quintaveras@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto. Possui graduação em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas (1996) da Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Direito na área de concentração de instituições jurídico-políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é professor adjunto 4, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (Fadir), sendo professor titular da disciplina de História do Direito e do programa de Mestrado em Educação Ambiental da mesma universidade, na disciplina de Políticas Públicas em Educação Ambiental e no tópicos especiais: Marx e a Natureza. Tem experiência na área de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Direito, cooperativismo, relações internacionais, sociologia geral e jurídica, fundamentos de educação ambiental e justiça ambiental

Palavras-chave: lutas sociais; ideologias; queda de João Goulart

Período de grandes turbulência sociais, o Brasil do final da década de 50 e começo da década de 60 foi palco de grandes transformações políticas. O artigo referido busca analisar o cenário de lutas ideológicas e sociais que desenrolaram no território brasileiro em meados do século XX e como essas se relacionaram com os acontecimentos de Abril de 1964. O texto busca inicialmente saber quem era o ex-presidente João Goulart, identificar com quais ideologias pactuava. Em seguida é analisado o contexto das lutas sociais no país. Em um terceiro ponto algumas medidas que despertavam

desconfianças por parte dos que tramavam o golpe de Estado. Finalmente o trabalho procura compreender como o referido contexto foi capaz de conduzir à derrubada de um presidente, um golpe militar e a uma ditadura que custou muitas vidas ao povo brasileiro. A metodologia empregada em tal intento é a pesquisa bibliográfica e documental, consultando autores renomados como Skidmore e textos legais da época como a Constituição de 1946.

BRASIL COLÔNIA: O ELO ENTRE O DIREITO PENAL E A RELIGIÃO

FRANCINE FONSECA

*Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande - FURG
franciine.n@gmail.com*

LUIS FELIPE HATJE

*Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG
lf_hatje@msn.com*

PRISCILA MIELKE

*Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG
priscilamielke@yahoo.com.br*

RÔMULO BRUM

*Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG*

romulo_gmb2007@hotmail.com

FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrado em Direito na mesma instituição. Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto 4 da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ministrando a disciplina de História do Direito e professor do programa de Mestrado em Educação Ambiental da mesma universidade, na disciplina de Políticas Públicas em Educação Ambiental. Líder do grupo transdisciplinar de pesquisa jurídica para a sustentabilidade (GTJUS).

quintaveras@yahoo.com.br

Palavras-chave: Direito Penal. Religião. História Política.

Resumo: O presente artigo visa analisar as relações estabelecidas entre o direito penal brasileiro e as regras impostas pela Igreja Católica durante o Brasil Colônia, bem como os reflexos desta união entre Direito e religião sob a sociedade e instituições jurídico-políticas da época. Esta pesquisa objetiva, também, instigar a produção de análises críticas sobre a sociedade brasileira contemporânea, atentando para um novo olhar sob a história política brasileira e sob as práticas jurídico-políticas atuais pois, ao traçar comparações entre a sociedade colonial e a atual, percebe-se que ainda hoje a religião exerce influência significativa nas mais diversas esferas sociais por ser um fator determinante de padrões de comportamento e de condutas morais – que conseqüentemente se refletem nas práticas jurídico-políticas brasileiras hodiernas. Foca-se, aqui, na análise do Livro V das Ordenações Filipinas, já que essa legislação é considerada o primeiro código penal a vigorar de forma efetiva em terras brasileiras

sendo o sustentáculo da sobreposição do poder espiritual sobre o temporal em assuntos de cunho secular no Brasil. Assim, para o desenvolvimento desse estudo, utiliza-se como fonte os códigos penais utilizados durante o Brasil Colonial e os genuinamente brasileiros, além de bibliografia a cerca de ciência política e teoria do Estado.

TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NA PERSPECTIVA PARLAMENTAR E PRESIDENCIAL DE GOVERNO

FRANCINE FONSECA

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande - FURG

franciine.n@gmail.com

LUIS FELIPE HATJE

Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande – FURG

lf_hatje@msn.com

PRISCILA MIELKE

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande – FURG

priscilamielke@yahoo.com.br

RÔMULO BRUM

Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio

Grande – FURG

romulo_gmb2007@hotmail.com

FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

quintaveras@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto. Possui graduação em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas (1996) da Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Direito na área de concentração de instituições jurídico-políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é professor adjunto 4, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (Fadir), sendo professor titular da disciplina de História do Direito e do programa de Mestrado em Educação Ambiental da mesma universidade, na disciplina de Políticas Públicas em Educação Ambiental e no tópicos especiais: Marx e a Natureza. Tem experiência na área de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Direito, cooperativismo, relações internacionais, sociologia geral e jurídica, fundamentos de educação ambiental e justiça ambiental

Palavras-chave: Tripartição dos poderes; Parlamentarismo; Presidencialismo.

Resumo: Em linhas gerais, este artigo configura uma abordagem acerca da obra “O Espírito das Leis”, de Charles de Louis de Secondat Montesquieu, o primeiro a desenvolver um estudo científico da Política e do Direito Constitucional. Esta obra foi um trabalho de vinte anos, a qual expôs as formas e princípios de governo, as relações das leis com a natureza e uma das maiores contribuições para o Estado moderno: a tripartição dos poderes. A ênfase será desenvolvida no que tange a dinâmica governamental parlamentarista e presidencialista justamente quanto à forma da divisão dos poderes sistematizada por Montesquieu, isto a partir do interesse particular quanto a este tema. É expressiva a necessidade e contribuição da divisão de poderes para o Estado Moderno. A liberdade política preconizada por Montesquieu, sendo somente possível com a existência de Governos Moderados para que haja o império da lei e não o império dos homens é uma teoria fundada na liberdade e na justiça. O abuso de

poder abordado pelo autor de “O Espírito das Leis” assola os países 262 anos após a criação e desenvolvimento da sua teoria e dos seus estudos a respeito, visto que mesmo aqueles que governam devem estar submetidos à lei, o que não acontece na maioria dos casos.

A NORMATIVIDADE NO REGIME MILITAR BRASILEIRO

FRANCINE FONSECA

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

franciine.n@gmail.com

LUIS FELIPE HATJE

Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

lf_hatje@msn.com

PRISCILA MIELKE

Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

priscilamielke@yahoo.com.br

RÔMULO BRUM

Acadêmico do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

romulo_gmb2007@hotmail.com

FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO

quintaveras@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e

mestrado em Direito na mesma instituição. Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto 4 da Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Líder do grupo transdisciplinar de pesquisa jurídica para a sustentabilidade (GTJUS).

Palavras-chave: Ditadura Militar; Direito; História Política.

Resumo: O presente artigo traz como escopo fundamental o exame dos dispositivos legais criados no regime militar no Brasil (1964-1985). A pesquisa procurou relacionar o contexto em que se insere o regime ditatorial com as formas jurídicas usadas para sua sustentação. Tendo em vista que o Direito, entendido com sistema de normas de condutas impostas, serve de suporte e alicerce para o poder do Estado. Para que se pudesse alcançar o objetivo foram analisadas obras historiográficas e o material jurídico. No período analisado observou-se a presença dos importantes Atos Institucionais que representaram a suspensão das garantias democráticas da Constituição de 1946. Também serão desenvolvidas a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional número 1, considerada como sendo a Constituição de 1969. Todas as formas jurídicas encontradas de 1964-1985 de forma atenuada ou exacerbada significaram a supremacia do poder Executivo sobre os demais poderes e a interrupção dos direitos constitucionais individuais. Finalizado o período o país volta suas esperanças por uma nova Constituição que consolide a tranquilidade democrática que tanto ansiou.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ DE AGOSTO.

RIBEIRO, Gustavo Silveira
Acadêmico do curso de História – ICH
Universidade Federal de Pelotas
gustavosilbeiro@gmail.com

Orientador:

CERQUEIRA, Fabio Vergara

Universidade Federal de Pelotas

Professor Dr. Do no curso de História na Faculdade Federal de Pelotas (UFPEL) .

fabiovergara@uol.com.br

Palavras-chave: Augusto, política, paz

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a formação da política de Otaviano Augusto em fins do século 1 A.E.C. Com este empreendimento, Augusto efetuou várias reformas na administração, no exército, na religião e na política. Tornando-se assim ‘um dos mais talentosos administradores já vistos pelo mundo’ (Grant, 1987, p 226).

O desgaste do povo após anos de guerra civil juntamente com o desejo de manter os seus privilégios foram fatores de contribuição para o sucesso deste empreendimento. Ademais, o domínio da publicidade também contribuiu em grande escala, expressando de diferentes modos que Augusto conseguira estabelecer de maneira eficiente um reinado de paz e prosperidade.

Essa paz custava caro para o governo, de onde então eram extraídos os recursos para manter toda esta prosperidade? Através de impostos pagos pela população do império, incluindo as províncias, e como nos revela Tácito em, através da guerra.

AS IDENTIDADES CULTURAIS E AS REPRESENTAÇÕES DO COLONIZADO E DO EXILADO NA ZONA DE FRONTEIRA NOS ROMANCES: ÁRVORE DAS PALAVRAS E NAS TUAS MÃOS.

JACKSON MANOEL FRANCHI GONÇALVES

Mestrando em História da Literatura – FURG

Bacharel em História – FURG

Licenciado em Letras – FURG

Jackson_mfg@hotmail.com

Palavras Chaves: Identidade, Colonizado, Exilado.

Analisaremos de forma comparada os romances *Nas Tuas Mãos de Inês Pedrosa* e *A Árvore das Palavras de Teolinda Gersão*. Nosso foco encontra-se nas identidades culturais e nas representações que as narrativas constroem sobre a África e Portugal. Dessa forma buscamos responder como são construídas nos textos as identidades culturais e as representações do colonizado e do exilado nas relações de fronteira entre Portugal e a África?

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS

SBABO, Janaina Schaun

SILVA, Vanessa Costa da Silva

O presente estudo que aqui apresentamos cuja primeira parte já está concluída faz parte do projeto “As noções de Tempo e Espaço nas Séries Iniciais: construindo identidades com a História e a Geografia” da professora Derocina Alves Campos Sosa no qual desenvolvemos essas atividades e tem como objetivo principal analisar a forma de como está sendo desenvolvido com os aprendentes as noções de Tempo e Espaço que serão fundamentais ao longo do Ensino Fundamental. Os conteúdos de História e Geografia são trabalhados nas Séries Iniciais dentro dos chamados Estudos Sociais, integrando assim esses campos do saber . Quando chegam à 5ª série ou 6º ano, trabalham essas disciplinas específicas separadas o que exige do aprendente um outro grau de raciocínio

e pensamento crítico.

As entrevistas feitas até aqui com o Curso Normal do Instituto de Educação Juvenal Müller serão completadas com as discentes do Curso de Pedagogia da Universidade, além das professoras e dos estudantes da rede de Ensino de Rio Grande.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM PELOTAS NO ANO DE 1964

LUISIANE DA SILVEIRA GOMES

Acadêmica do curso de Licenciatura em História - UFPel

luisiane.gomes@hotmail.com

Palavras-chave: Golpe Militar - Movimento Estudantil - Pelotas

Resumo: O presente trabalho tem como objeto uma análise da atuação do movimento estudantil na cidade de Pelotas, no ano em que os militares com o apoio das camadas altas da sociedade brasileira, depuseram o então presidente, João Goulart. O ano é 1964 e a sociedade reage de forma variada diante de tal fato, alguns segmentos apoiavam o golpe enquanto outros eram contrários. Na cidade de Pelotas, bem como em outras cidades ocorreram manifestações contrárias ao acontecido e o movimento estudantil se fez presente, pois estavam em fina sintonia com entidades nacionais, com a entidade representativa estadual e com entidades estudantis secundaristas. Em Pelotas, os estudantes universitários e também os secundaristas formaram o grupo de resistência ao golpe, amparados pela FAP (Federação Acadêmica Pelotense) e UPES (União Pelotense dos Estudantes Secundaristas). Na Universidade Federal – UFPel - a repressão se deu com a prisão de alunos e expurgo de professores. Em meados de abril, o campus da Faculdade de Agronomia, localizado no Capão do Leão, fora invadido e ocupado pelas Forças Armadas, tendo como principal alvo o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul – IPEAS. Parcialmente, é possível concluir que

o Movimento Estudantil teve importante papel na cidade de Pelotas durante a Ditadura Militar.

ENTRE A ASCENSÃO POLÍTICA E A ATIVIDADE PROFISSIONAL – TRÊS MOMENTOS DA RELAÇÃO DO PROMOTOR PÚBLICO COM O CAMPO POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL (ANOS 1900, 1930, 1945)

Marcelo Vianna

Mestre em História PUCRS – maverian@brturbo.com.br

Palavras-chaves: Campo político; promotor público; processo de institucionalização; história social das elites

A presente comunicação visa discutir as relações entre os integrantes da carreira do Ministério Público do RS com o campo político. Para isso, apresentamos em três momentos históricos (início do século XX, anos 1930 e pós-Estado Novo) as transformações que envolviam a atividade de promotor público no Rio Grande do Sul. Assim, o primeiro momento mostrou o cargo como uma espécie de estágio para uma carreira político-partidária e/ou jurídica, muito vinculado ao bacharelismo, nos anos 1900 a 1920; os anos 1930 demonstraram uma transição, tensionada pelas discussões de autonomia da profissão e os compromissos com o governo; enfim, o pós-1945, que consolidou a profissão de promotor público, com crescente reconhecimento do campo jurídico e social, formando carreira e código de condutas institucionais, mas que ainda permitem a inserção de seus agentes no campo político através dos pleitos eleitorais e cargos governamentais. Esperamos mostrar, deste modo, através da evolução da carreira de promotor público, que possibilidades de inserção e ascensão no campo político por meio da ocupação de cargos burocrático-jurídicos eram possíveis conforme à época.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA: O FLORESCER DA CRÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL.

MATEUS DA SILVA COSTA

Graduando em História – FURG

Mateus_cst@hotmail.com

PALAVRAS – CHAVE: José Bonifácio, Viagens Filosóficas, Crítica Ambiental.

Dentro da perspectiva historiográfica brasileira, por muito tempo, a figura do intelectual brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva teve sua participação e atuação histórica relegada exclusivamente ao universo político-administrativo do Brasil que naquele momento, caminhava rumo à independência política do Brasil. Graças ao desenvolvimento maduro e reflexivo das pesquisas acadêmicas contemporâneas, essa visão limitada e até errônea de um Bonifácio “patriarca da independência” já não mais se fundamenta.

A partir da perspectiva Histórica Ambiental, este trabalho versará sobre alguns dos aspectos mais latentes da crítica ambiental situadas na obra Viagens Filosóficas escrita por José Bonifácio. Esse intelectual Brasileiro deixou sua marca histórica, também, como um dos pioneiros da crítica ambiental no Brasil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA PROTESTANTE E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.

MATHEUS BARROS DA SILVA

*Acadêmico do Curso de História Bacharelado na Universidade
Federal do Rio Grande.*

Email: matheusbarros.dailva@gmail.com

FERNANDO MILANI MARRERA

*Acadêmico do Curso de História Bacharelado na Universidade
Federal do Rio Grande.*

Email: fernando_lanceiros@yahoo.com.br

Palavras - chaves: Reforma, Lutero e Política.

O presente artigo terá como objetivo discorrer sobre a Reforma Protestante e quais foram suas implicações no âmbito do político, ou seja, como se deu a relação entre o reformador, Martinho Lutero e Roma, a cidade nada mais é aqui que a representação do poder eclesiástico e sua figura mor o Papa; o que se passou por trás desta disputa que a primeira vista poderia ser vista apenas como uma contenda religiosa, mas que, nela se encobre questões de disputas políticas e de poder. São estas problemáticas que nos orientaram neste estudo.

REANÁLISE DA LEI DA ANISTIA – COMPREENSÃO DO PAPEL DOS ATORES SOCIAIS E DAS INSTITUIÇÕES DURANTE O REGIME DITATORIAL BRASILEIRO.

NATÁLIA CENTENO RODRIGUES.

*Bacharel em História (FURG), Acadêmica do Curso de Direito
(FURG), Pesquisadora do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa
Jurídica para a Sustentabilidade – GTJUS.*

E-mail: naticenteno@gmail.com

FRANCISCO QUINTANILHA VÉRAS NETO.

Professor orientador da pesquisa, Docente da disciplina História

do Direito (FURG), Doutor em Direito (UFPR), Líder do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade – GTJUS. E-mail: quintaveras@yahoo.com.br

Palavras-chave: Lei de Anistia, Brasil, Instituições nacionais.

A presente pesquisa aborda a importância da análise histórico-jurídica dos fatos que levaram a promulgação da Lei nº 6683/1979, mais conhecida como Lei da Anistia, e as consequências essa lei gerou. A importância da lei em questão é que através de sua análise podemos compreender o posicionamento do Estado, e dos autores sociais que compuseram esse contexto. Buscamos ao analisar a Lei da Anistia trazer toda a discussão da memória histórica e o papel das instituições nacionais, principalmente as instituições jurídicas. Enfocando a participação destas no campo da aferição ‘da verdade’ e na concessão desse benefício jurídico – a anistia – de suma importância para a história recente do país, sempre tendo em vista o posicionamento do Estado brasileiro, como órgão máximo legislador e responsável pela aplicação e fiscalização legal. Utilizaremos sim, a Lei de Anistia como instrumento para a compreensão das violações de políticas e das violações de direitos que foram realizadas ao longo do regime ditatorial, sendo essa lei entendida como marco para o estabelecimento de uma justiça transicional, fator fundamental para a construção de uma democracia. Destacamos que a pesquisa encontrasse em fase inicial e está sendo desenvolvida junto ao GTJUS.

A MANGACHA VISTA NO SÉCULO XXI

Paulo Roberto Fonseca

Renata de Andrade Leite Vargas

Silvana Rodrigues Pereira dos Santos

Thaís da Cunha Quintana

Universidade Federal do Rio Grande

Estamos em pleno século XXI em meio às tecnologias, tantas coisas novas se descobrindo dia a pós dia, porém o assunto que até hoje no cenário rio-grandense é o famoso cabaré Mangacha. Conhecida Internacionalmente através de navios estrangeiros que aportavam em Rio Grande - RS -Brasil, muitos músicos estrangeiros ali se apresentavam, e também sempre tinha grupo musical da casa, e de ótima qualidade. Até hoje em Rio Grande a cidade conhecida como a cidade das chaminés o assunto Mangacha divide opiniões, para entendermos melhor é voltarmos à década de 40 o cabaré está no alge, um local de grandes apresentações, orquestras típicas. E hoje vemos que ruas que são comerciais e até mesmo familiares naquela época não era bem assim como exemplo temos a Rua Silva Pães uma rua que na década de 40 era considerada como rua de prostituição, porém criaram uma limpeza achando que ficaria tudo nas maravilhas, porém hoje depois de muito tempo a rua citada ela é uma rua comercial, cremos que deva ter até mesmo moradinhas, porém encontramos pontos de prostituição. Havia uma diferença entre as mulheres que a dona Mangacha trazia a dona Mangacha casada, vê bem casada o marido era pianista, morava pegado ao Mangacha, lá não tem safadeza, não são não safadeza, as mulheres que eram importadas, ela importava mulheres francesas, espanholas, uruguaias, argentinas belíssimas mulheres. Porem na rua a policia aliciava as prostitutas, davam nelas e elas tinham que fazer o que eles mandavam, o dinheiro que elas recebiam não chegavam a ver a cor dele, os aliciadores davam alguma coisa a elas e eles ficavam com o restante. Era um perigo a gente chega numa dessas casas porque ali engraxava doenças sexuais este tipo que era única o cancro, cancro chamado, tinha piolho, tinha muquirana, tinha de tudo e uma casa que devia vamos dizer cinco pessoas, tinha dez e aquela cama era o rodizio, as únicas que escapavam era as da Mangacha.

A LITERATURA GAUCHESCA NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ARGENTINA

PEDRO VICENTE STEFANELLO MEDEIROS

Licenciando em História – FURG. gauchodoparana@hotmail.com

Palavras-chaves: Literatura. Identidade. Política.

Tendo em vista o contexto político cultural da Argentina e mais especificamente da cidade de Buenos Aires na virada do século XIX pra o XX, onde entre um crescente processo de urbanização e industrialização como também de efervescência cultural, se constrói uma literatura que tem como pano de fundo um passado rural até então marginalizado, no entanto que na imbricação destes fatores e a partir destas construções literárias, vai ser concebido como a identidade nacional argentina. É, portanto esta peculiar situação político cultural platina, que de pária social o gaúcho se torna símbolo de uma nação, que pretendemos desvencilhar e explicar em nosso trabalho.

O LEITOR/ESPECTADOR CRÍTICO APÓS AUSCHWITZ **PRISCILA MONTEIRO CHAVES**

Mestranda do PPGE da Universidade Federal de Pelotas
pripeice@gmail.com

Há aproximadamente meio século Theodor Adorno falava das principais causas de um dos genocídios mais bárbaros da história da humanidade, não a fim de lamentar-se ou tecer algum resgate histórico com o simples objetivo de incumbir alguém de suas causas. Sua preocupação era “que Auschwitz não se repita”(1995, p.22). Adorno deixou claro, a partir de um contexto que utilizou-se descomedidamente da técnica, que esta, em vez de ser uma criação do homem a serviço realmente de suas necessidades vitais, acabou tornando-se um fim em si mesma. Considerando tal problemática, a máxima da teoria adorniana de que desbarbarizar tornou-se a questão de maior urgência da educação hoje em dia ainda teria viabilidade? Este trabalho traz a possibilidade de tal desbarbarização a partir da formação de um leitor/espectador crítico, que seja capaz de ler o passado, e em virtude de tal leitura repensá-lo também, para que este ato seja então uma maneira de agir e de resistir, visto que ler (seja um texto, um filme, um acontecimento, uma situação) é a base para a formação emancipada tão desejada e principalmente necessária, e assim sendo, meio de evitar uma outra barbárie.

Palavras-chave: Auschwitz; leitor; teoria adorniana.

Referências:

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Tradução e Introdução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

O IDEÁRIO TRABALHISTA NA CONCEPÇÃO DE FERNANDO FERRARI

RICARDO OLIVEIRA DA SILVA

*Doutorando em História pela UFRGS, bolsista CAPES. E-mail:
ricardorussell@gmail.com*

Palavras-chave: trabalhismo, política, questão agrária.

Resumo: No presente artigo, apresentamos algumas considerações sobre a formulação e os significados do ideário trabalhista, importante corrente de pensamento no cenário político brasileiro entre meados dos anos de 1940 e o começo da década de 1960. Para isso, abordamos o trabalhismo através das concepções do político Fernando Ferrari, o qual buscou definir a doutrina trabalhista contendo uma concepção de mundo, com uma sociedade sem usura social, e uma postura política na luta pelo desenvolvimento social e econômico. Sobre esse último aspecto, frisamos a defesa exposta nos textos desse autor na construção do trabalhismo através da solução da questão agrária.

AS VIÚVAS DE CASTELA NO SÉCULO XII

SOARES, Tamires Xavier I

*1 Acadêmica do curso de História – ICH
Universidade Federal de Pelotas
tamires_xavier@ymail.com.*

Co-autora:

*PIEPPER, Jordana Alves 2
2Graduanda, UFPEL,
Universidade Federal de Pelotas
jordanapieper@gmail.com*

Orientadora:

*JARDIM, Rejane Barreto 3
Universidade Federal de Pelotas
3Doutora da Faculdade de História - ICH
rejane.jardim@hotmail.com*

Palavras-chave: Viúvas, Idade Média, Castela.

Esta pesquisa tem como objetivo tratar das questões jurídicas que envolvem as viúvas do século XII, na região de Castela. Demonstrando a autonomia que estas adquiriam após a morte de seus maridos.

Muito diferente do que muitas pessoas pensam a mulher na idade media teve um papel importante, um exemplo disso são as questões jurídicas que envolvem as viúvas durante o século XII. Essas leis são resultados de uma grande mortalidade de homens durante a reconquista da região conhecida como Al-Andalus, que tinha sido invadida pelos muçulmanos.

Com a mortalidade dos homens na guerra pela reconquista, muitas mulheres ficaram desamparadas, e para proteger sua integridade, foram criadas leis, as quais previam que a viúva teria direito a herança após o falecimento de seu cônjuge, a tutela dos filhos, a um novo matrimônio ou uma vida religiosa.

Por fim concluímos que esta autonomia por nós observada encontrava seus limites,

pois dependendo da vida que as mulheres escolhessem ter após a morte de seu marido, ela teria que abrir mão da herança e da guarda de seus filhos.

Referências bibliográficas que irão ser usadas no pôster:

OPTIZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). IN: DUBY, George. PERROT, Michelle. **Historia das Mulheres: A Idade Média**. Porto: Afrontamento, 1990, p. 356- 357- 416.

BEJDER, M. S. A condição jurídica das mulheres viúvas e religiosas na Castela urbana do séc. XIII. IN: XII Encontro Regional de Historia (RJ), **Usos do Passado**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Marta%20Silveira%20Bejder.pdf>> Acesso em 5 de maio 2011.

FUERO REAL. Disponível em CD ROOM. O'NEILL, J. (org.). Electronic texts and Concordances of the Madison Corpus of Early Spanish Manuscripts and Pritings. **The Hispanic Seminary of Medieval Studies**. Madison and New York, 1999.

QUINTANILLA, Maria Concepción Raso. Capacidad de gestión y proyeccion social de la mujer noble en la Castilla Bajomedieval. IN: **V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria sobre la Mujer**, 1988, páginas 49-68.

JUNIOR. Hilário F. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2010, p.185.

ZUNBER, Christiane K. A mulher e a família. IN: LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Porto: Presença, 1989, p. 208.

Imagem disponível em:<<http://www.monasteriodelashuelgas.org/>>. Acesso em 30 de maio 2011.

ARRUDA, José. A Reconquista da Península Ibérica (1080-1492). IN: ARRUDA, José. **Atlas Histórico Básico**. São Paulo: Ática, 2008, ed. 17, p.18.

GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES UMA PERSPECTIVA MARGINALIZADA

PIEPER, Jordana Alves¹

Universidade Federal de Pelotas

¹Acadêmica do curso de História – ICH

jordanapieper@gmail.com

Coautoria:

SOARES, Tamires Xavier²

Universidade Federal de Pelotas

¹Acadêmica do curso de História – ICH

tamiresxavier@hotmail.com

Orientadora:

JARDIM, Rejane Barreto²

Universidade Federal de Pelotas

²Doutora da Faculdade de História - ICH

rejane.jardim@hotmail.com

Palavras Chaves: História das Mulheres, Gênero, Historiografia

Com o advento da Nova História e dos Estudos Antropológicos a categoria gênero e a história das mulheres passaram a ganhar espaço de discussão no meio acadêmico. Para tanto, foi necessário o empenho militante das feministas, da década de sessenta e setenta, as quais pretendiam quebrar as barreiras da historiografia ligada ao mundo masculino, e assim promover uma nova perspectiva para a escrita da história: a História das mulheres e posteriormente com as discussões metodológicas que a categoria gênero de análise produziu. Isso mostra que a história das mulheres no início possuía uma

forte ligação com os movimentos sociais, portanto, político.

Foi somente a partir dos anos oitenta que ocorre uma desvinculação com a política, pois se estabelece uma nova proposta de analisar a história. Neste momento, encontramos as discussões sobre a categoria gênero (Scott,1992).

Tendo em vista este avanço teórico e epistemológico da história das mulheres por que ainda, após quarenta anos de pesquisa sobre gênero, esta ainda se encontra em posição de estudo suplementar na pesquisa histórica? Qual o jogo político intrínseco nesta historiografia que ainda relega este campo da pesquisa histórica à marginalização?

BIBLIOGRAFIA

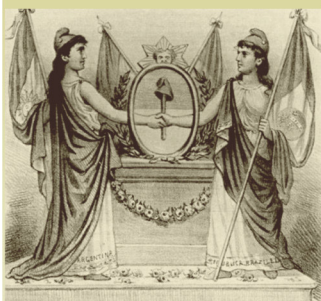
PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários mulheres prisioneiros.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan: História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.): **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Universidade de São Estado Paulo, 1992. p.63-96

SCOTT, Joan: Gênero Uma Categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.**v.15,n.2, p.71-97, jul./dez. 1995.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, ed.4ª,1970.

JARDIM, Rejane Barreto. Corpo, Gênero e História. IN: Pereira, Nilton Mullet et al (orgs.). **Reflexões sobre o Medieval.** São Leopoldo: Oikos, 2009.



II Seminário de História Política:

Olhares além das práticas

GT HISTÓRIA
POLÍTICA
ANPUH-RS



FURG



PUCRS


Pluscom
EDITORA

